

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

Juliano Zancanelo Rezende

Serviço Social e Movimentos Sociais: contribuições analíticas para uma história nova da
profissão em Juiz de Fora-MG

Juiz de Fora

2025

Juliano Zancanelo Rezende

Serviço Social e Movimentos Sociais: contribuições analíticas para uma história nova da profissão em Juiz de Fora-MG

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, para exame de defesa, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Serviço Social, área de concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Lúcia Duriguetto

Juiz de Fora
2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Rezende, Juliano Zancanelo.

Serviço Social e Movimentos Sociais : contribuições analíticas para uma história nova da profissão em Juiz de Fora-MG / Juliano Zancanelo Rezende. -- 2025.
317 f.

Orientador: Maria Lúcia Duriguetto

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2025.

1. Serviço Social. 2. Movimentos Sociais. 3. Lutas Sociais. 4. Juiz de Fora. I. Duriguetto, Maria Lúcia, orient. II. Título.

Juliano Zancanelo Rezende

Serviço Social e Movimentos Sociais: contribuições analíticas para uma história nova da
profissão em Juiz de Fora-MG

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de
Fora, para exame de defesa, como requisito parcial à
obtenção do título de Doutor em Serviço Social, área
de concentração Questão Social, Território, Política
Social e Serviço Social.

Aprovada em 8 de outubro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Maria Lúcia Duriguetto - Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Prof.^a Dra. Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras - Titular Interno
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Prof.^a Dra. Luciana Gonçalves Pereira de Paula - Titular Interno
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Prof.^a Dra. Maria Carmelita Yazbek - Titular Externo
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Prof.^a Dra. Maria Rosângela Batistoni - Titular Externo
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Prof.^a Dra. Ana Luiza Avelar de Oliveira - Suplente Interno
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Prof.^a Dra. Susana Maria Maia - Suplente Externo
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Juiz de Fora

2025

Juiz de Fora, 02/10/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Lucia Duriguetto, Professor(a)**, em 09/10/2025, às 12:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras, Professor(a)**, em 13/10/2025, às 09:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Goncalves Pereira de Paula, Chefe de Departamento**, em 13/10/2025, às 10:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Rosangela Batistoni, Usuário Externo**, em 13/10/2025, às 13:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Carmelita Yazbek, Usuário Externo**, em 14/10/2025, às 21:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2656069** e o código CRC **17EFABB3**.

À todas que se empenharam na construção de uma perspectiva crítica para o Serviço Social, nutrindo-se do envolvimento sociopolítico com as lutas e movimentos sociais, cujas motivações, objetivos e ações fortaleceram os vínculos ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos com os interesses históricos da classe trabalhadora, frente à relação tensa e contraditória que atravessa a profissão.

Em especial, às trajetórias de coragem e ousadia de Marilene Sansão, Mary Sartori, Andreia Firmo e Tânia Franklin.

AGRADECIMENTOS

Na jornada labiríntica da vida, muitos sujeitos atravessaram minha história e, de diferentes formas, contribuíram para esta chegada que, paradoxalmente, anuncia um novo começo — sobretudo profissional e acadêmico.

Não poderia iniciar estes agradecimentos de outra maneira senão expressando minha profunda gratidão àqueles que intermediaram boa parte das condições para meu ingresso na Universidade e, posteriormente, no curso de Serviço Social. Agradeço à Angela Ribeiro, uma professora irreverente que cruzou o meu caminho, colocando fogo no pavio; uma revolucionária que se dizia apaixonada por Paulo Freire, mas também por Marx, e que despertou em mim a radicalidade política de quem não se conforma com as injustiças. Agradeço também ao Patrick Alencar, um professor dos mais “descolados” que, em parceria com a Angela, formava a dupla *Pinky e Cérebro* na Escola Normal, revezando os papéis; um sujeito cuja compaixão pelo ser humano o levava à rebeldia de querer transformar o mundo — mas, caso seu plano “subversivo” não desse certo, ele dizia que se tornaria uma espécie de monge do Tibet, como gostava de brincar falando sério. A ideia freireana de “educação como prática da liberdade” era o mote desses dois professores, que se tornaram verdadeiros amigos, dos mais íntimos.

Acho que tenho muita sorte com bons professores. Minha eterna gratidão à Malu Duriguetto, minha orientadora de sempre. Sempre mesmo: na iniciação científica, na monografia de graduação, no mestrado, agora no doutorado e, também, na nova vida acadêmica que se aproxima — Malu sempre será uma inspiração. Agradeço pela generosidade de seus ensinamentos, tão dedicados e provocativos, que não se restringem ao campo teórico e acadêmico; por sua conduta ética, compreensiva e estimuladora como docente, espelho de sua postura pessoal; pelas contribuições decisivas para que esta tese se tornasse realidade, desde a definição do objeto até aqui; e por esses nove anos de parceria que, se depender de mim, será para a vida toda.

Agradeço ao grupo de pesquisa pelas imensuráveis contribuições, especialmente pela oportunidade de me debruçar sobre este objeto de pesquisa, que foi um verdadeiro presente da coletividade; e pelos encontros que me possibilitaram refletir e absorver os valiosos ensinamentos de Malu, Rosângela Batistoni, Susana Maia, Beatriz Abramides, Mauro Iasi e demais mestres e companheiros da graduação e da pós-graduação.

Meus agradecimentos a Marilene Sansão, Mary Sartori, Andreia Firmo e Tânia Franklin, por gentilmente aceitarem contribuir com esta pesquisa, por meio do relato de suas valiosas experiências em processos de organização e mobilização popular em Juiz de Fora. A colaboração de vocês foi indispensável para o desenvolvimento deste trabalho, que, embora modesto diante da grandiosidade da trajetória político-profissional de cada uma, busca contribuir na reconstrução analítica para uma *história nova* do Serviço Social. Se vocês desbravaram caminhos tão significativos, cabe a nós, hoje, zelar para que esses trajetos não se encerrem sob o peso do esquecimento.

Agradeço também às professoras da banca examinadora pela honra de poder tê-las como apreciadoras e avaliadoras desta tese. É motivo de grande orgulho, mas confesso que também de certa apreensão, contar com uma banca composta por pessoas que admiro profundamente e que marcaram minha formação profissional. Expresso minha gratidão à Prof.^a Rosângela Batistoni, Prof.^a Carmelita Yazbek, Prof.^a Luciana Paula e Prof.^a Alexandra Eiras pela leitura atenta e pelas valiosíssimas considerações, que certamente engrandecem nosso trabalho nesse diálogo fecundo. Trata-se, sem dúvida, de uma banca de grande envergadura acadêmica, marcada pelo compromisso com o pensamento crítico e pelo rigor teórico-metodológico.

Não poderia deixar de agradecer também à querida Prof.^a Susana Maia, por emanar as melhores energias e por me oferecer palavras reconfortantes nos momentos de incerteza, além da pronta disponibilidade em compor o quadro de membros suplentes da banca, junto com a Prof.^a Ana Luiza, a quem também expresso minha gratidão.

Estendo, ainda, meus agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF; ao Prof. Ronaldo Vielmi, pelas instigantes aulas da disciplina *Fundamentos da Teoria Social e Crítica ao Pensamento Contemporâneo*, por meio do qual agradeço a todo o corpo de trabalhadores da Universidade; e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pelo suporte objetivo na produção deste trabalho.

Não poderia deixar à margem desses agradecimentos aqueles que contribuíram afetivamente com todo o processo. Com meu amor e carinho, agradeço à Carol por ser alicerce dessa jornada; pela compreensão nos momentos de ausência, quando estive dedicado às longas horas de estudo; pelo apoio e incentivo constantes, principalmente quando o desânimo surgia diante de episódios de desesperança e frustração; por ouvir minhas lamúrias, mas também minhas exageradas empolgações; e, mais importante ainda, por acreditar nos meus sonhos, me motivando a conquistar os “sim” no mundo. Obrigado por ser minha

companheira de vida em todos os sentidos possíveis. Aproveito para agradecer também à sua família, que acabou se tornando uma extensão da minha, por todo apoio, carinho e proteção.

Um agradecimento especial: à minha mãe, que, apesar de toda a dureza da vida e do desassossego, nunca deixou de se importar e de torcer muito por mim; à vó Luzia, por todo o incalculável suporte ao neto que, embora não tenha laço de consanguinidade, é aquele que mais lhe atende e concede alegrias; ao meu irmão Eduardo, bom menino, por quem alimento a esperança de que dias melhores virão; ao meu pai, à Joana e ao meu irmão Luis Felipe, pelas boas energias emanadas de suas orações, que me fazem sentir mais próximo, mesmo com a grande distância física.

Agradeço à amiga Raquel Sena, minha dupla de *Tatuatio Operis Socialis*, pelas discussões calorosas sobre a profissão, que mesclavam otimismo e fatalismos, especialmente nas ocasiões de debate “teórico-alcoólico”, chegando até mesmo a consensos realistas à medida que nos aproximamos de uma certa maturidade intelectual ou, por vezes, já nos encontrávamos entorpecidos (no bom sentido).

Agradeço aos amigos do peito e da farra: Manu Francheska Rocha, Lara Caputo Belmires, Raquelzetes Sena, os respectivos Pedros Makla e Lang, Laira Santos, Lucão Coelho, Paulo Moreira, Paulina, Paulete e Lu Sena. A vocês, que estiveram ao meu lado nos intervalos da escrita, incluindo as aventuras que terão de ser censuradas nestes agradecimentos, sou grato pelos respiros necessários ao longo dessa jornada. Agradeço também às amigas que a pós-graduação aproximou, Laura Leal e Nicole Cristina, pela parceria nas reflexões e, inclusive, pela ajuda com o envio de textos digitalizados por elas, que me socorreram e foram utilizados neste trabalho. Sou grato a todos esses amigos que fizeram parte desta caminhada, tornando-a mais humana e, contra todas as probabilidades, até prazerosa.

Agradeço profundamente a Juiz de Fora, cidade interiorana pretensiosa por ser mais *pertin* do *Ri di Janero* do que de Beagá, mas que mantém pulsante sua mineiridade pela comida mais gostosa (que saudade!) e, sobretudo, por seu povo acolhedor e danado de *bão* — o verso calmo próprio do mineiro, mas também o vasto descampado do geraeseiro. Foi nesse “teatro mágico” evocado por Murilo Mendes, cenário de encantamentos, mas palco de concretas resistências às margens históricas do Paraibuna, que desabrocharam minha formação acadêmica e pessoal. Revelando-se um verdadeiro berço de oportunidades, construí laços de amizade, indignei-me e lutei, desenvolvi valores e ideias, aprendi muito. Manifestando-se no resultado do meu doutoramento, sinto-me honrado em poder contribuir para o desvelamento de uma pequena fração da sua história. Muito obrigado, Juiz de Fora!

Por fim, agradeço a Niterói, cidade-sorriso só por fama, mas que, sob uma atmosfera calorosa que aquece o corpo e a alma, me acolheu em seus sambas e permitiu que minha jornada, ainda desconhecida, se prolongasse nessa belíssima terra de praias oceânicas, marcada pela resistência histórica — lugar em que “Guaraci raiou no horizonte, lá onde a água se esconde, índio guerreiro lutou, Araribóia venceu” (Unidos do Viradouro, 2014). E como nos inspira a melodia poética de Chico César, “Caminho se conhece andando / Então, de vez em quando é bom se perder / Perdido fica perguntando / Vai só procurando e acha sem saber”.

Mude,
mas comece devagar,
porque a direção é mais importante
que a velocidade.
Sente-se em outra cadeira,
no outro lado da mesa.
Mais tarde,
mude de mesa.
Quando sair,
procure andar pelo outro lado da rua.
Depois, mude de caminho,
ande por outras ruas,
calmamente,
observando com atenção
os lugares por onde você passa.
[...]
Veja o mundo
de outras perspectivas.
Abra e feche as gavetas
e portas com a mão esquerda.
Durma no outro lado da cama...
Depois, procure dormir em outras camas.
[...]
Mude, de novo.
Experimente, outra vez.
Você certamente conhecerá
coisas melhores
e coisas piores
do que as já conhecidas.
Mas não é isso o que importa.
O mais importante é a mudança.
Porque, se você tem mais medo da mudança
do que da desgraça,
você não impede a desgraça,
a mudança,
o movimento,
o dinamismo,
a energia.
Só o que está morto não muda.
Repito, por pura alegria de viver:
a salvação é pelo risco,
sem o qual a vida
não vale a pena!

— Edson Marques (2006), *Mude*.

RESUMO

Este trabalho busca colaborar na construção coletiva para uma *história nova* do Serviço Social, estendendo, revisando e aprofundando a investigação da profissão na história. Neste caso, com angulação investigativa e analítica sobre os aspectos ideopolíticos que envolvem e transpassam o significado social e os fundamentos históricos da profissão, situando sua relação com as expressões sociopolíticas da luta de classes, que tornam públicas e políticas as refrações da “questão social”. Elenca-se como objetivo geral da pesquisa: elucidar a relação histórica do Serviço Social com as lutas e movimentos sociais em Juiz de Fora, a partir das experiências profissionais, de estágio e extensão em processos de organização e mobilização popular desenvolvidos entre 1960 e 1990, na explicitação da dimensão ideopolítica da profissão e dos vínculos locais com a renovação crítica do Serviço Social no Brasil. Amparado no marxismo como matriz de pensamento, esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória para a elucidação do objeto de investigação proposto, estabelecendo os seguintes recursos metodológicos: revisão bibliográfica de materiais transversais ao objeto de pesquisa; análise documental de monografias de graduação e de relatórios de estágio; e realização de entrevistas semiestruturadas com profissionais atuantes no marco temporal abordado. Nas considerações finais, o trabalho reafirma que as relações do Serviço Social com as lutas e movimentos sociais são, duplamente e de forma simultânea, constitutivas dos fundamentos sócio-históricos da profissão e determinadas em sua dimensão ideopolítica. Trata-se de elementos que possuem materialidade no cenário mais amplo da realidade nacional e de suas interlocuções internacionais e, em uma espécie de diagrama do processo profissional na história, se expressam na particularidade de Juiz de Fora. Isto é, as relações com as lutas e movimentos sociais que se efetivam no plano mais abrangente e complexo também se manifestam na complexidade local, como parte articulada de um arranjo que representa o processo do Serviço Social na história.

Palavras-chave: Serviço Social; Movimentos Sociais; Lutas Sociais; Juiz de Fora.

ABSTRACT

This work seeks to contribute to the collective construction of a new history of Social Work, by extending, revising, and deepening the investigation of the profession throughout history. In this case, it adopts an investigative and analytical approach to the ideopolitical aspects that encompass and permeate the social meaning and historical foundations of the profession, situating its relationship with the sociopolitical expressions of class struggle, which make the refracted forms of the “social question” both public and political. The general objective of the research is to elucidate the historical relationship of Social Work with social struggles and movements in Juiz de Fora, based on professional, internship, and outreach experiences in processes of popular organization and mobilization developed between 1960 and 1990, highlighting the ideopolitical dimension of the profession and its local connections to the critical renewal of Social Work in Brazil. Grounded in Marxism as a theoretical framework, this research adopts a qualitative and exploratory approach to investigate the proposed object, employing the following methodological resources: bibliographic review of materials related to the research theme; documentary analysis of undergraduate monographs and internship reports; and semi-structured interviews with professionals active during the referenced time frame. In the final considerations, the study reaffirms that the relationship between Social Work and social struggles and movements is, simultaneously and in a dual sense, constitutive of the socio-historical foundations of the profession and determined by its ideopolitical dimension. These are elements that possess materiality within the broader context of national reality and its international interlocutions, and, in a sort of diagram of the professional process in history, are expressed in the particularity of Juiz de Fora. In other words, the relationships with social struggles and movements that materialize on a broader and more complex scale also manifest in the local complexity, as an articulated part of an arrangement that represents the historical process of Social Work.

Keywords: Social Work; Social Movements; Social Struggles; Juiz de Fora.

RESUMEN

Este trabajo busca colaborar en la construcción colectiva de una historia nueva del Trabajo Social, extendiendo, revisando y profundizando la investigación de la profesión en la historia. En este caso, con una angulación investigativa y analítica sobre los aspectos ideopolíticos que involucran y atraviesan el significado social y los fundamentos históricos de la profesión, situando su relación con las expresiones sociopolíticas de la lucha de clases, que tornan públicas y políticas las refracciones de la “cuestión social”. Se establece como objetivo general de la investigación: dilucidar la relación histórica del Trabajo Social con las luchas y movimientos sociales en Juiz de Fora, a partir de experiencias profesionales, de prácticas y de extensión en procesos de organización y movilización popular desarrollados entre 1960 y 1990, en la explicitación de la dimensión ideopolítica de la profesión y de los vínculos locales con la renovación crítica del Trabajo Social en Brasil. Amparada en el marxismo como matriz de pensamiento, esta investigación adopta un enfoque cualitativo y exploratorio para la elucidación del objeto propuesto, estableciendo los siguientes recursos metodológicos: revisión bibliográfica de materiales transversales al objeto de estudio; análisis documental de monografías de grado y de informes de prácticas; y realización de entrevistas semiestructuradas con profesionales que actuaron en el marco temporal abordado. En las consideraciones finales, el trabajo reafirma que las relaciones del Trabajo Social con las luchas y movimientos sociales son, de manera simultánea y en un doble sentido, constitutivas de los fundamentos sociohistóricos de la profesión y determinadas por su dimensión ideopolítica. Se trata de elementos que poseen materialidad en el escenario más amplio de la realidad nacional y de sus interlocuciones internacionales y que, en una especie de diagrama del proceso profesional en la historia, se expresan en la particularidad de Juiz de Fora. Es decir, las relaciones con las luchas y movimientos sociales que se efectúan en un plano más amplio y complejo también se manifiestan en la complejidad local, como parte articulada de una configuración que representa el proceso histórico del Trabajo Social.

Palabras clave: Trabajo Social; Movimientos Sociales; Luchas Sociales; Juiz de Fora.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
AC	Ação Católica
ALAETS	Associação Latino-americana de Ensino e Trabalho Social
ANAMPOS	Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais
ANAS	Associação Nacional de Assistentes Sociais
ANSUR	Associação Nacional de Solo Urbano
AP	Ação Popular
APAS	Associação Profissional de Assistentes Sociais
APED	Associação Profissional de Empregadas Domésticas
ATRAM	Associação dos Trabalhadores Municipais
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BID	Banco Internacional de Desenvolvimento
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CBCISS	Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais
CDDH-JF	Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Juiz de Fora
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CEC-JF	Centro de Estudos Cinematográficos de Juiz de Fora
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisa em Política e Serviço Social
CEMM	Centro da Mulher Mineira
CENEAS	Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPROM	Centro de Promoção do Menor
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMP	Central de Movimentos Populares
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DC	Desenvolvimento de Comunidade
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social

ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSM	Fórum Social Mundial
FSS	Faculdade de Serviço Social
GTP	Grupo Temático de Pesquisa
IAPI	Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
INOCOOP	Instituto de Orientação à Cooperativas Habitacionais
IPM	Inquérito Policial Militar
IPPLAN	Instituto de Pesquisa e Planejamento
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JEC	Juventude Estudantil Católica
JFC	Juventude Feminina Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
MEB	Movimento de Educação Popular
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MNDDH	Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos
MUT	Movimento Unificado de Trabalhadores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SPM	Sociedade Pró-Melhoramento
UMEM	União Municipal de Entidades de Melhoramento
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	18
2. UMA DISCUSSÃO PROPOSTA SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	31
2.1 Pressupostos teóricos para uma análise crítica dos Movimentos Sociais.....	32
2.2 As abordagens dos chamados “novos movimentos sociais”.....	52
2.3 O contexto dos Movimentos Sociais na realidade brasileira.....	75
3. SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS: relações constitutivas dos fundamentos históricos da profissão.....	102
3.1 Os fundamentos históricos do Serviço Social.....	104
3.2 A relação do Serviço Social com os Movimentos Sociais no Brasil	130
4. SERVIÇO SOCIAL, LUTAS E MOVIMENTOS SOCIAIS EM JUIZ DE FORA-MG....	167
4.1 O contexto para os primeiros passos do Serviço Social em Juiz de Fora.....	168
4.2 Alguns dos primeiros vínculos “heterodoxos” do Serviço Social em processos de mobilização popular.....	184
4.3 Iniciativas do Serviço Social em organizações da classe trabalhadora no município.....	209
4.4 O Serviço Social e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Juiz de Fora.....	228
4.4.1 Algumas das experiências desenvolvidas com a participação do Serviço Social.....	233
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	269
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	286
APÊNDICE: Monografias e Relatórios de Estágio.....	304
ANEXO 1: Roteiro de entrevistas.....	307
ANEXO 2: Jornal Unibairros.....	308
ANEXO 3: Manifesto de movimentos populares.....	316

1. INTRODUÇÃO

O título desta tese, se não devidamente explicado, pode levar o leitor a presumir uma suposta arrogância do autor em querer edificar uma nova história do Serviço Social a partir da particularidade de Juiz de Fora-MG. Na verdade, longe de cometermos esse gravíssimo equívoco, concordamos inteiramente com Netto (2016) quanto à necessidade de reconstruções analíticas de que derivarão *histórias novas* da profissão no Brasil. Assim, no que se refere às requisições de ordem acadêmica, a construção de *histórias novas* do Serviço Social implica em sistematizações minuciosas do conhecimento científico sobre os acontecimentos históricos que entrelaçam a profissão e seus fundamentos, evidenciando o que ainda não foi profundamente explorado pelas investigações acumuladas e, neste mesmo processo, também “visa à reprodução ideal (teórica) do processo histórico efetivo da profissão — a sua funcionalidade social na sua emergência e desenvolvimento, [...] as tendências e colisões próprias do seu movimento, [...] e as modalidades pelas quais buscou e encontrou sua legitimação social” (Ibidem, p. 58). Ainda, nosso autor aponta para um cenário contemporâneo¹ que reforça a necessidade de empenho coletivo na constituição de *histórias novas* do Serviço Social no Brasil, que proporcione “[...] uma linha interpretativa que oferece elementos fundamentais para que estudos históricos localizados/particulares ganhem significação social e profissional que transcenda seus limites” (Ibidem, p.55).

Na esteira dos apontamentos de Netto (2016) sobre a urgência das *histórias novas* do Serviço Social, recordamos que nos últimos anos há algumas importantíssimas iniciativas que representam uma movimentação profissional, no reforço e adensamento do legado crítico da profissão, exatamente na contracorrente do que nosso autor denominou como um possível “quadro de hipertrofia de estudos localizados/particulares e de atrofia das abordagens históricas abrangentes e macroscópicas” no Serviço Social brasileiro (Ibidem, p. 55). Nos referimos à processos como: em 2019, a realização do *VI Seminário Internacional - Lutas Sociais e perspectiva histórico-crítica no Serviço Social: América Latina, América do Norte e Europa*, ocorrido nas cidades de Juiz de Fora-MG e do Rio de Janeiro-RJ, com a socialização de inúmeras pesquisas de redes de pesquisadores no levantamento de *histórias novas* do Serviço Social; o lançamento, em 2021, do livro *Serviço Social no Nordeste: das origens à renovação*, organizado pelas professoras Ana Elizabete Mota, Ana Cristina Vieira e Ângela

¹ Segundo Netto (2016, p. 54) “se verificam, designadamente desde meados dos anos de 1990, dois movimentos distintos e assimétricos: (1) cresce visivelmente o quantitativo de estudos localizados e particulares acerca da fundação de escolas e cursos, de áreas de intervenção profissional, de instituições/organizações demandantes de assistentes sociais, de eventos significativos etc.; (2) são praticamente inexistentes os estudos que visam à elaboração de abordagens abrangentes, inclusivas, do Serviço Social no Brasil como um todo”.

Amaral, bem como do livro *A Reconstrução Histórica do Serviço Social no Nordeste*, organizado pelo Prof. Adilson Aquino Silveira Júnior; a publicação, também em 2021, do livro *A história pelo avesso: a Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*, organizado pelas professoras Marilda Villela Iamamoto e Cláudia Mônica dos Santos; e por último, mas não menos importante, a pesquisa em rede *O Serviço Social na História: questão social, movimentos e lutas sociais — América Latina e Europa (1960-2020)*, cujas reflexões e debates que vêm sendo desenvolvidos estão contidos no livro, recentemente publicado em 2024, *Serviço Social, Desigualdades e Lutas Sociais: América Latina e Europa* (Iamamoto et al., 2024).

Dessa forma, nossa pretensão é poder colaborar com a construção coletiva para uma *história nova*² do Serviço Social, estendendo, revisando e aprofundando a investigação da profissão na história. Neste caso, com angulação investigativa e analítica sobre os aspectos ideopolíticos que envolvem e transpassam o significado social e os fundamentos históricos da profissão, situando sua relação com as expressões sociopolíticas da luta de classes, que tornam públicas e políticas as refrações da “questão social” por meio de processos organizativos, de mobilização e reivindicação das classes subalternas. Sem tangenciar para um suposto e fracassado revisionismo histórico, nossa busca envolve, à luz da totalidade social, evidenciar as particularidades e singularidades de experiências concretas e de processos históricos pouco explorados pelas pesquisas acadêmicas até então desenvolvidas, que possuem no centro de seu debate expressões da determinação política da “questão social”, necessariamente vinculadas à trajetória histórica do Serviço Social no Brasil.

Compartilhando esforços em um subgrupo³ de pesquisadores alinhado ao eixo temático “aproximações da profissão com as lutas sociais na organização das classes trabalhadoras e suas expressões nos Fundamentos do Serviço Social” (Duriguetto et al., 2024, p. 186), nosso *tema* de investigação refere-se à relação do Serviço Social com as lutas e

² “[...] de quadros teórico-metodológicos muito semelhantes (e, no limite, dos mesmo quadros) podem derivar reconstruções analíticas diferentes, uma vez que a pesquisa histórica é também interpretação, que varia ainda segundo a qualificação do pesquisador, a riqueza da sua bagagem cultural, a sua imaginação histórica etc. Porém, desta pluralidade de histórias (que, no seu confronto, podem contribuir para indicar lacunas e dilemas a merecer tratamento mais atento) não se conclua, relativisticamente, que todas são igualmente valiosas; há aquelas que apreendem a essencialidade do processo a que remetem e aquelas que dele tomam aspectos laterais ou epidérmicos, aquelas que o reconstroem substantiva e verazmente e aquelas que tergiversam suas dimensões estruturais — e a verdade que extraem do processo histórico não é o problema a ser equacionado por um eventual juízo consensuado no interior de comunidades científicas, mas a ser posto em questão mediante exames documentais, confrontos críticos e pelas lutas e práticas sociais que tendencialmente decorrem daquele processo ou a ele se vinculam” (Ibidem, p.53-54).

³ Vinculado a um grupo de pesquisa cujo tema central é o Serviço Social e os Movimentos Sociais, que integra a pesquisa em rede *O Serviço Social na História: questão social, movimentos e lutas sociais — América Latina e Europa (1960-2020)*.

movimentos sociais, tendo como *objeto de pesquisa* as experiências do trabalho profissional⁴, de estágio e extensão em processos de organização e mobilização das classes subalternas, desenvolvidos em Juiz de Fora entre 1960 e 1990. A delimitação espacial e temporal do nosso objeto, primeiramente, justifica-se pela inexistência de produção acadêmica que sistematize a relação do Serviço Social com as lutas e movimentos sociais em Juiz de Fora, havendo apenas evidências sobre essa relação no período em que a renovação crítica da profissão emergiu e se desenvolveu no Brasil. Também, pela motivação do pesquisador — que será explicada abaixo — e por motivos operacionais do subgrupo de pesquisa ao qual este trabalho integra, ficamos responsáveis por conduzir a investigação em Juiz de Fora, enquanto outros pesquisadores se debruçam, nesse mesmo período histórico, sobre a relação da profissão com as lutas sociais da classe trabalhadora nas cidades de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo.

Nossa motivação para estudar o referido objeto de pesquisa, além de ser estimulada pela necessidade de *histórias novas* do Serviço Social, capazes de contribuir para o adensamento teórico e a reflexão crítica da categoria sobre o processo sócio-histórico no qual a profissão está inserida, tem íntima relação com a trajetória política e acadêmica do pesquisador, bem como com sua origem de classe, pois, como afirma Deslauriers (1991, p. 58), “na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e objeto de suas pesquisas”.

Nascido em uma família operária, descendente da força de trabalho excedente do norte da Itália que chegou ao Brasil nos primeiros anos do século passado e se estabeleceu na região de Juiz de Fora (MG), o pesquisador que vos fala traz consigo uma vivência direta das formas de disciplinamento e enquadramento do operariado nas relações sociais extensivas à fábrica. Essa vivência se deu desde a vila e o bairro operário onde cresceu, passando pela escola destinada majoritariamente aos filhos de operários, até a própria fábrica onde trabalhou como contínuo (também conhecido como auxiliar de serviços gerais administrativos ou *office boy*), antes de ingressar na Universidade pública — acesso que possibilitou romper com o ciclo de gerações destinadas ao trabalho fabril. Sem sombra de dúvidas, essa origem de classe impulsiona nossa motivação em abordar a problemática dos processos de resistência e luta das classes subalternas, uma vez que, como afirma Lukács (1968, p. 88), “o controle dos sentimentos e das experiências do escritor, que está na base de seu encontro com a realidade

⁴ Embora os termos *prática profissional*, *exercício profissional* e *intervenção profissional* possam apresentar significações distintas, nesta tese os tratamos como equivalentes a *trabalho profissional*, com base na categoria *trabalho*, fundamentada na Crítica da Economia Política de Marx, conforme defendido por Iamamoto (2015a) e por Iamamoto e Escurra (2020).

objetiva da vida social, atua profundamente no sentido de influenciar a escolha do assunto” a ser abordado e investigado — neste caso, o tema da pesquisa.

O interesse acadêmico pela temática das lutas e movimentos sociais nos acompanha desde o ingresso na Universidade pública, momento em que a experiência militante em um movimento social de juventude nos apresentou o Serviço Social, favorecendo uma decisão mais que acertada: a mudança de curso em busca de uma formação profissional crítica e socialmente referenciada. A condição de estudante de Serviço Social na UFJF possibilitou um engajamento político no movimento estudantil que já havia sido ensaiado desde o período do Grêmio Estudantil, quando participamos do Curso de Realidade Brasileira na Escola — a pioneira experiência de um formato escolar do conhecido Curso de Realidade Brasileira (CRB), promovido por movimentos sociais em parceria com as universidades por todo o país. Através do Diretório Acadêmico Pe. Jaime Snoek, da ENESSO e da UNE, vivenciamos diuturnamente o enriquecedor cotidiano universitário, em meio às mobilizações estudantis, os embates políticos, as ocupações, os atos de rua e piquetes, todos em articulação com uma diversidade de outros movimentos sociais da classe trabalhadora. Mas também, nos envolvemos em atividades acadêmicas de iniciação científica, monitoria e extensão que tiveram como eixo central a relação da profissão com os movimentos sociais.

Paralelamente à experiência de extensão junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), realizamos a monitoria na disciplina Classes e Movimentos Sociais, cuja ementa aborda o debate de Estado e revolução em Marx, Lênin e Gramsci, partido político e sindicato, além da organização sindical dos assistentes sociais. O entusiasmo pela temática das lutas coletivas e dos processos de organização política também se manifestou durante a experiência do estágio profissional na política urbana. Nesse espaço formativo, tivemos a oportunidade — ainda que breve — de desenvolver um trabalho de formação política junto a lideranças comunitárias, com o objetivo de incentivar o fortalecimento associativo entre moradores, de modo que as demandas sociais apresentadas pudessem ser politicamente convertidas em mobilizações e reivindicações coletivas. Em relação à iniciação científica, sob orientação da Prof.^a Malu Duriguetto, pesquisamos a relação do Serviço Social com as lutas e movimentos sociais no Brasil entre 1970 e 1980. A partir do maior contato com a discussão sobre o histórico processo de organização sindical dos assistentes sociais e sua contribuição para a renovação crítica do Serviço Social no Brasil, enveredamos nossa jovem trajetória acadêmica para a temática dos fundamentos sócio-históricos da profissão e sua relação com os movimentos sociais, resultando transversalmente nos temas da monografia de graduação e da dissertação de mestrado. Logo após o estágio de docência na disciplina de

Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social II, ainda cursando o mestrado, iniciamos uma experiência docente no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Foi quando lecionamos disciplinas de Fundamentos do Serviço Social e uma outra, de ementa aberta, na qual trabalhamos sobre a relação entre a profissão e os movimentos sociais.

Contudo, nossas indagações sobre a relação do Serviço Social com as lutas sociais em Juiz de Fora ainda não tinham encontrado respostas suficientes nas produções acumuladas. Foi então que, ao ingressar no curso de doutorado e permanecer no grupo de pesquisa coordenado pelas professoras Malu Duriguetto e Rosângela Batistoni, decidimos realizar um mergulho investigativo no objeto de pesquisa aqui proposto. Embora as afirmações e considerações apresentadas neste trabalho sejam de inteira responsabilidade do autor, é preciso reconhecer que a escolha do objeto de estudo e o seu desenvolvimento analítico guardam as fecundas e valiosas contribuições coletivas do grupo de pesquisa, que se configura como elemento fundamental para o andamento da pesquisa e os resultados alcançados nesta investigação teórica.

Ainda, esse tema de pesquisa, perseguido em nossa trajetória acadêmica, é reforçado pela indignação pessoal e pelo posicionamento teórico-político contra as relações sociais de dominação, sobretudo as relações de exploração do trabalho pelo capital, que se aprofundam em tempos de barbárie capitalista e de invasão irracionalista no pensamento social — um sintoma ideológico da crise societária, que estimula a primazia das “vivências” individualizantes e produz uma acronia e atopia, nas quais o tempo e o espaço perdem substância, reduzindo-se a imediatez da fragmentação da coisa toda. Nosso inconformismo, mediado pela prática política e pela reflexão teórica, despertou uma consciência e um compromisso de classe, que refletem parcialmente na realização desta tese de doutorado.

Nesse sentido, diante da regressividade civilizatória em curso, acreditamos ser imperativo *contribuir para provocações que levem à problematização crítica da dimensão ideopolítica do Serviço Social, estimulando um debate minucioso e abrangente acerca da relação da profissão com as lutas e movimentos sociais, cujos desdobramentos podem se expressar na construção coletiva de estratégias político-profissionais, devidamente esclarecidas quanto às suas potencialidades e limites*. Isso requer uma análise crítica da realidade, situando o Serviço Social na história — o que implica o resgate da memória, mas

vai além⁵ — para o aperfeiçoamento da compreensão da profissão a respeito de seus fundamentos sócio-históricos, ético-políticos e teórico-metodológicos, além da ampliação de suas bases de legitimação social perante a classe trabalhadora, população usuária dos serviços e políticas sociais. Contudo, a contribuição para essa problematização crítica do processo profissional é um desafio de grandes proporções, que não pode ser enfrentado apenas por esta investigação acadêmica, mas pelo conjunto de iniciativas às quais nossa pesquisa busca se somar.

Afinal, estamos nadando contra a maré do que se configura no cenário geral da produção de conhecimento nas ciências sociais e, particularmente, no quadro da produção teórica do Serviço Social. Segundo Marques (2010), entre os trabalhos publicados nos Anais dos Encontros Nacionais Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) e dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS), de 1995 a 2008, aproximadamente 3% possuem como temática os movimentos sociais. Verificando os Anais do XVI ENPESS⁶, ocorrido em 2018, constatamos que no universo de trabalhos publicados, entre mesas coordenadas e comunicações orais, cerca de 2,5% tematizam os movimentos sociais, processos organizativos e resistências da classe trabalhadora; e 1,6% estabelecem algum tipo de relação entre os movimentos e lutas sociais com o Serviço Social, seja no âmbito do exercício profissional, seja da formação acadêmico-profissional, e/ou nos espaços político-organizativos da categoria. Seguindo o mesmo cenário, entre os trabalhos publicados nos Anais do 16º CBAS⁷, em 2019, somente 2,3% tematizam os movimentos sociais; e cerca de 1% da totalidade dos trabalhos registram debates que envolvem a relação desses movimentos com a profissão no Brasil. Ainda, Silva e Silva (2009), na comemoração de 30 anos da *Revista Serviço Social & Sociedade*, uma das revistas de grande relevância e reconhecimento para a área do Serviço Social, ao analisar os artigos publicados pela revista, constata que a temática dos movimentos sociais é de 5,97% do total da produção nos anos 1979/1989, 4,36% nos anos de 1990/1999 e 1,34% nos anos 2000/2009. Pesquisando os artigos publicados na mesma revista acadêmica, entre os anos de 2010/2019, verificamos que apenas 3,2% das produções tematizam, de alguma forma, os movimentos sociais e os processos de luta das classes subalternas, em um

⁵ O que significa “a reconstrução analítica — suposto da reprodução teórica — do processo histórico efetivo, da pesquisa da sua gênese e do seu desenvolvimento para alcançar o seu conhecimento verdadeiro, [que] demanda operações e procedimentos específicos e rigorosos, próprios da ciência histórica” (Netto, 2016, p. 52).

⁶ Autoria nossa. Fonte: ENPESS. *Anais/16º Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social*, de 2 a 7 de dezembro de 2018, em Vitória (ES). – Vitória (ES): Universidade Federal do Espírito Santo, ABEPSS, v.16, n.1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/issue/view/938>.

⁷ Autoria nossa. Fonte: XVI CBAS. *Anais /16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*, de 30 de outubro a 3 de novembro de 2019, em Brasília (DF). – Brasília (DF): Abepss; CFESS; ENESSO; CRESS-DF, 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/issue/view/1>.

universo de 342 artigos⁸. Ainda, em relação às áreas temáticas de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação no Brasil inseridos na área 32 da CAPES⁹, Iamamoto (2015a, p. 461) sinaliza que “a área temática de menor investimento na pesquisa refere-se aos conflitos e movimentos sociais, processos organizativos e mobilização popular — o que é motivo de preocupações”. Apesar desses dados quantitativos já demonstrem a baixa produção da área sobre as lutas e movimentos sociais, acreditamos que ainda se faz necessária uma análise qualitativa dessa produção, a fim de identificar a perspectiva teórico-política predominante¹⁰.

Embora o Serviço Social brasileiro, enquanto área de produção de conhecimento¹¹, conte com importantes produções teóricas que abordam o significado social da profissão nas relações sociais do modo de produção capitalista, bem como seus fundamentos históricos, teórico-metodológicos e ético-políticos, avaliamos que ainda existe uma lacuna na produção teórica da profissão no que tange à sua relação histórica com as formas de resistência e luta social das classes subalternas. Aqui, não estamos afirmando que não existam problematizações valiosas sobre a vinculação de classe que a profissão estabelece em seu desenvolvimento institucional no país. Tampouco sustentamos a ideia de que não há produções acadêmicas que desvelam a dimensão ideopolítica do Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais capitalistas. Pelo contrário, parte das produções com que conta o Serviço Social brasileiro atualmente, como a exemplar obra de Iamamoto e Carvalho (2014), apontam rigorosamente as condições e características históricas que envolvem o relacionamento da profissão, direta ou indiretamente, com as formas de luta social e resistência da classe trabalhadora enquanto expressão da luta de classes¹². O que identificamos como lacuna refere-se à ausência de uma investigação acadêmica abrangente que sistematize experiências concretas da relação do Serviço Social, especialmente no âmbito do exercício profissional, com as organizações, mobilizações e reivindicações da classe trabalhadora. Uma

⁸ Autoria nossa. Fonte: *Revista Serviço Social & Sociedade*, nº101 ao nº136, 2010-2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/grid>.

⁹ Relativa à área do Serviço Social. Consultar a plataforma Sucupira, disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoAreaConhecimento.xhtml?areaAvaliacao=32>.

¹⁰ Duriguetto (2014, p. 187) já sinaliza para “algumas tendências problemáticas de referenciais teórico-metodológicos desenvolvidos no âmbito da relação da profissão com as organizações, movimentos e lutas sociais”, como abordaremos ao final do item 3.2 deste trabalho.

¹¹ O debate sobre o Serviço Social enquanto área de produção de conhecimento, devidamente reconhecida, legitimada e com notória visibilidade, é desenvolvido por Guerra (2011) e Mota (2013).

¹² Lembramos também dos esforços do GTP Movimentos Sociais e Serviço Social da ABEPSS, com a publicação, em 2018, em parceria com o CFESS, do *CFESS Manifesta — O trabalho de assistentes sociais junto a Movimentos Sociais*, e com a elaboração dos *Subsídios para o debate sobre as lutas e movimentos sociais na formação profissional em Serviço Social*, divulgados em 2022.

necessidade que ainda demanda o esforço coletivo dos agentes da profissão na construção de *histórias novas* do Serviço Social¹³.

A partir da delimitação de nosso objeto de pesquisa, algumas evidências, colhidas principalmente por meio da história de vida de sujeitos profissionais que se formaram e/ou trabalharam em Juiz de Fora, sustentaram nossa hipótese de estudo. Inicialmente, partimos da premissa de que a relação do Serviço Social com as lutas sociais e processos de organização dos trabalhadores se estabelece desde a implantação da profissão em Juiz de Fora, seguindo um direcionamento ancorado em suportes conservadores do tradicionalismo profissional, os quais envolvem perspectivas de apassivamento e despolitização das resistências populares. Contudo, também considerávamos que esse cenário se modifica à medida que as condições históricas e sociopolíticas favorecem o surgimento de veículos de contestação progressista à direção conservadora do Serviço Social, expressando-se em experiências vinculadas aos processos de mobilização e organização das classes subalternas, no sentido do fortalecimento de seus interesses imediatos e de classe. Munidos de evidências de que segmentos do Serviço Social em Juiz de Fora estiveram envolvidos na dinâmica das lutas sociais ainda durante o auge repressivo da ditadura civil-militar no país, cujas experiências se prolongaram no contexto de esgotamento do regime autoritário, especialmente a partir da segunda metade da década de 1980, empreendemos esforços de investigação e análise para desvelar essas e outras possíveis experiências, situando-as na dinâmica mais ampla do processo profissional, com ênfase na renovação crítica.

Dessa forma, definimos com *objetivo geral* da pesquisa: *elucidar a relação histórica do Serviço Social com as lutas e movimentos sociais em Juiz de Fora, a partir das experiências profissionais, de estágio e extensão em processos de organização e mobilização popular desenvolvidos entre 1960 e 1990, na explicitação da dimensão ideopolítica da profissão e dos vínculos locais com a renovação crítica do Serviço Social no Brasil*. Para que fosse possível alcançar tal finalidade, elencamos os seguintes *objetivos específicos*: 1) buscar a explicação teórica sobre as lutas sociais e movimentos sociais no capitalismo, a partir de categorias analíticas do pensamento marxiano-engelsiano e da tradição marxista; 2) compreender a dinâmica da luta de classes e o contexto nacional dos movimentos sociais, a partir de pensadores que estudam a formação social brasileira; 3) evidenciar os fundamentos sócio-históricos do Serviço Social e sua dimensão ideopolítica; 4) resgatar a relação histórica

¹³ Como apontado pelo GTP Movimentos Sociais e Serviço Social da ABEPSS, nos trabalhos que abordam a temática dos movimentos sociais, publicados nos ENPESS e CBAS, predomina “uma tendência maior de análises teóricas e abstratas em detrimento de experiências profissionais junto aos movimentos sociais” (ABEPSS/GTP-Mov. Soc. e Ser. Soc., 2022, p. 34).

do Serviço Social com as lutas e movimentos sociais no Brasil até a década de 1990, enfatizando o processo de renovação crítica da profissão entre as décadas de 1970 e 1980; 5) situar as condições históricas e conjunturais para o surgimento do Serviço Social em Juiz de Fora, recuperando os primeiros vínculos progressistas da profissão com os processos de organização e mobilização das classes subalternas; 6) verificar, analisar e sistematizar as experiências profissionais, de estágio e extensão do Serviço Social em processos de organização, mobilização e reivindicação das classes subalternas em Juiz de Fora até a década de 1990.

Embora, no projeto desta pesquisa, tivéssemos proposto, entre os objetivos específicos, a verificação e sistematização das experiências de militância e organização política da própria categoria no município entre os anos de 1960 e 1990; bem como a compreensão dos pressupostos gerais da formação profissional na Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora nesse mesmo período, com ênfase, em um primeiro momento, na temática do Desenvolvimento de Comunidade e, posteriormente, na dos movimentos sociais; por condições objetivas relacionadas à operacionalização do trabalho, decidimos por adiar esse aprofundamento para um momento posterior, a ser desenvolvido em diálogo com o grupo de pesquisa. Assim, os objetivos específicos desta investigação foram ajustados e redefinidos, conforme exposto anteriormente.

Considerando que um “trabalho de reflexão complexo implica desvendar do real dimensões, significados e tendências que definitivamente não são dados no nível dos acontecimentos vistos como fatos empíricos” (Ianni, 2011, p. 398), a abordagem do problema de pesquisa requer a adoção de um método de análise que subsidie os procedimentos metodológicos capazes de atender aos objetivos geral e específicos desta investigação acadêmica. Nesse sentido, como será evidenciado ao longo deste trabalho, recorreremos ao método de matriz marxiana, cuja perspectiva histórico-dialética subsidia nossa análise com base em um arsenal categorial explicativo da realidade, permitindo-nos apreender mediações no movimento de decomposição e recomposição da totalidade complexa e contraditória, concebida como “unidade do diverso” (Gorender, 1982). Como aponta Lukács (1989, p. 15):

o marxismo ortodoxo não significa, pois, uma adesão sem crítica aos resultados da pesquisa de Marx, não significa uma “fé” numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro “sagrado”. A ortodoxia em matéria de marxismo refere-se, pelo contrário, e exclusivamente, ao método. Implica a convicção científica de que, com o marxismo dialético, se encontrou o método de investigação justo, de que este método só pode ser desenvolvido, aperfeiçoado, aprofundado no sentido dos seus fundadores.

Amparados no marxismo como matriz de pensamento, adotamos, nesta pesquisa, uma abordagem qualitativa e exploratória para a elucidação do objeto de investigação aqui proposto, estabelecendo os seguintes recursos metodológicos: revisão bibliográfica de materiais transversais ao nosso objeto de pesquisa, em diálogo com parte dos objetivos específicos; análise documental de monografias¹⁴ de graduação da Faculdade de Serviço Social da UFJF, defendidas entre as décadas de 1960 e 1990, bem como de relatórios de estágio¹⁵ do Serviço Social no Centro de Defesa dos Direitos Humanos, produzidos entre as décadas de 1980 e 1990; e realização de entrevistas¹⁶ semiestruturadas com profissionais atuantes no período, com o intuito de identificar possíveis interlocuções — diretas e indiretas — do Serviço Social com os processos de organização, mobilização e reivindicação sindical e popular no marco temporal abordado.

Ressaltamos que, embora as fontes documentais apresentem parte das informações que nos propusemos a investigar, seus conteúdos carecem de maior detalhamento, uma vez que muitas delas não oferecem um registro sistemático das ações e atividades realizadas. Nesse sentido, as entrevistas constituíram fontes orais fundamentais para desvelar experiências do Serviço Social em processos de organização e mobilização popular que, até então, não haviam sido sistematizadas nem publicizadas. Embora tivéssemos feito uma pré-seleção de um grupo ampliado de pessoas a serem convidadas para participar das entrevistas — muitas delas indicadas por Marilda Iamamoto em entrevista concedida ao grupo de pesquisa em 2023 — seguimos as recomendações metodológicas da banca examinadora durante o exame de qualificação do projeto desta tese e delimitamos um grupo menor de sujeitos, os quais foram convidados e, em sua maioria, nos concederam a entrevista¹⁷. Cumpre informar que duas professoras foram contatadas — uma delas atuou em experiência de Desenvolvimento de Comunidade enquanto estudante, e a outra exerceu a função de supervisora acadêmica no Sindicato dos Bancários. No entanto, não foi possível contar com seus depoimentos dentro dos prazos estabelecidos no cronograma ajustado da pesquisa. Ressaltamos, contudo, que as entrevistas com ambas serão realizadas em momento posterior, no âmbito das atividades desenvolvidas pelo grupo de pesquisa ao qual este trabalho está vinculado.

¹⁴ Essas monografias são Trabalhos de Estágio de Campo (TEC) e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).

¹⁵ Previamente levantados por Oliveira (2023), esses relatórios encontram-se nas caixas 28 e 29 do acervo público do CDDH-JF, localizado no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Juiz de Fora.

¹⁶ O roteiro das entrevistas semiestruturadas encontra-se em anexo a este trabalho.

¹⁷ As entrevistas foram realizadas com o devido consentimento livre e esclarecido, incluindo a autorização expressa para a identificação das entrevistadas. A realização desta pesquisa está devidamente aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, conforme o parecer n.º 6.533.681, vinculado ao projeto coordenado pela Prof.^a Maria Lúcia Duriguetto, do qual fazemos parte como integrantes da equipe de pesquisa. Esta tese constitui um dos produtos parciais do referido projeto. Os responsáveis pela condução das entrevistas aqui utilizadas são Maria Lúcia Duriguetto e Juliano Zancanelo Rezende.

Segundo Triviños (1987), na pesquisa de campo, a entrevista é uma técnica fundamentada em questionamentos elaborados com base em pressupostos teóricos que orientam tanto a compreensão do objeto de estudo quanto a formulação de hipóteses. Ao mesmo tempo, ela permite o surgimento de novas questões, provocadas pelas respostas dos entrevistados e pela identificação de outros possíveis participantes. Nessa perspectiva, adotamos a técnica conhecida como “bola de neve” (*Snowball*), por meio da qual novos participantes poderiam ser incorporados à pesquisa a partir das indicações fornecidas pelas entrevistadas iniciais, desde que atendessem aos critérios e objetivos previamente estabelecidos. Seguindo essa técnica metodológica, foram entrevistadas quatro assistentes sociais — entre as quais, duas professoras — que se envolveram, enquanto estagiárias e/ou profissionais, em processos de organização e mobilização de trabalhadores em Juiz de Fora.

Neste trabalho, traçamos um percurso de desenvolvimento reflexivo e argumentativo, no qual, partindo da abstração teórica de mediações que constituem nosso objeto de pesquisa e estabelecendo os nexos entre suas determinações universais e particulares, pudemos avançar para a exposição analítica da síntese do objeto em seu contexto específico. Assim, estruturamos este trabalho em três capítulos que, embora representem o necessário movimento de organização racional da exposição, tanto para subsidiar a reflexão do autor quanto para viabilizar a interlocução coerente com o leitor, apresentam conteúdos articulados de forma contínua ao longo do texto.

Inicialmente, aproximamo-nos da explicação teórica acerca de determinações centrais das lutas e movimentos sociais no contexto do modo de produção capitalista, com base em categorias do pensamento marxiano-engelsiano e da tradição marxista, conferindo centralidade à luta de classes. Ainda neste primeiro capítulo, propomos um confronto crítico com as abordagens dos chamados “novos movimentos sociais”, formuladas sobretudo a partir da teoria acionalista e do campo “pós-moderno”, este último predominante nas interpretações fragmentadoras sobre o tema. Em seguida, abordamos o contexto nacional dos movimentos sociais a partir de pensadores da formação social brasileira, bem como por meio de importantes autores que analisam as particularidades da luta de classes e o cenário sociopolítico das lutas e movimentos sociais no país, com ênfase no período histórico compreendido entre as décadas de 1960 e 1990.

No segundo capítulo, adentramos a discussão sobre o Serviço Social, buscando situar suas relações com as lutas e movimentos sociais, relações estas que compreendemos como constitutivas dos fundamentos sócio-históricos da profissão e determinadas na dimensão ideopolítica do trabalho profissional. Dessa forma, além de sinalizarmos nossa concepção

acerca dos fundamentos do Serviço Social¹⁸, partimos em compreender a profissão no movimento histórico e contraditório das classes sociais, permitindo-nos a apreensão teórica sobre a inserção da profissão na divisão sociotécnica do trabalho e sua real funcionalidade interventiva para além da intencionalidade estrita dos agentes. Isto é, a apreensão crítica de seu significado social no processo de reprodução das relações sociais, imerso no antagonismo fundamental entre capital e trabalho, que se expressa historicamente e se particulariza nas formações sociais, sob a dinâmica da luta de classes e suas manifestações na idade monopolista da sociedade burguesa. Nesse processo, procuramos apreender as mediações da relação do Serviço Social com as lutas e os movimentos sociais, a partir dos fundamentos sócio-históricos e da direção social da profissão — esta última, que se transforma historicamente e se vincula diferenciadamente a distintos projetos societários. Em seguida, abordamos essa relação da profissão com as lutas e movimentos sociais em nossa particularidade nacional, evidenciando os vínculos com os processos de organização e resistência das classes subalternas, bem como seus rebatimentos para a renovação crítica do Serviço Social brasileiro, na formação do chamado projeto ético-político profissional e em sua consolidação hegemônica a partir da década de 1990.

Com atenção especial à delimitação de nosso objeto de pesquisa, sem, contudo, incorrer no isolamento de sua particularidade em Juiz de Fora, uma vez que o compreendemos como parte integrante de um cenário mais amplo e abrangente que envolve o processo profissional na história, elaboramos o terceiro e último capítulo desta tese. Nessas páginas, apresentamos o contexto das condições históricas e conjunturais que possibilitaram o surgimento do Serviço Social em Juiz de Fora, resgatando alguns dos primeiros vínculos progressistas da profissão com os processos de organização e mobilização das classes subalternas no município. Como veremos, esses vínculos foram explicitados por meio de uma aproximação “heterodoxa” em experiências de Desenvolvimento de Comunidade realizadas em bairros periféricos da cidade, entre 1969 e a década de 1980, influenciadas por elaborações mais contestatórias do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina e, especialmente, pelo pensamento de Paulo Freire.

A partir dos rebatimentos desses canais de influência, mas também da incidência das condições sociopolíticas e dos suportes teórico-metodológicos do processo de renovação

¹⁸ Parte da fundamentação teórica apresentada no item 3.1 deste trabalho resulta das reflexões desenvolvidas, ainda que parcialmente, na disciplina *Fundamentos do Serviço Social*, do curso de doutorado. Tais reflexões deram origem ao artigo *Fundamentos Sócio-Históricos e Teórico-Metodológicos na/para a Formação em Serviço Social*, de nossa coautoria com a Prof.^a Luciana G. P. de Paula e Nicole Cristina O. Silva, que será publicado pela Editora UFOP na coletânea *Formação Profissional em Serviço Social: Diálogos Necessários*.

crítica da profissão no país, identificamos práticas profissionais e de estágio inseridas em organizações de trabalhadores, envolvendo o trabalho de formação sindical e processos político-organizativos de mobilização, ocorridos a partir de 1979 — ano emblemático de “virada” na disputa pela hegemonia da direção social da profissão. Além de procurarmos sistematizar essas experiências nos limites de nossas fontes documentais e orais de pesquisa, conferimos maior profundidade àquela que julgamos ter sido a mais expressiva, por se tratar de um envolvimento mais abrangente e contínuo da profissão com os processos de organização e mobilização popular em Juiz de Fora. No contexto ainda marcado pela efervescência política das lutas e dos movimentos sociais no país, e pelo avanço histórico da renovação crítica do Serviço Social — cuja expressão ético-política e jurídico-normativa se manifesta na aprovação do Código de Ética Profissional de 1986 — o Serviço Social em Juiz de Fora prosseguiu e adensou um trabalho de assessoria a processos de mobilização e organização popular, por meio do Centro de Defesa dos Direitos Humanos do município. É sobre essa riquíssima experiência que concluimos nossa análise neste capítulo, ainda que sem esgotar a necessidade investigativa e analítica dos elementos inconclusos e em movimento para uma *história nova* da profissão em Juiz de Fora.

2. UMA DISCUSSÃO PROPOSTA SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS

A atividade teórica de compreender e explicar os movimentos sociais na sociedade capitalista exige o esforço analítico de suas múltiplas e complexas determinações, que são edificadas sob a dinâmica sociometabólica da realidade historicamente constituída. Isso requer uma abordagem crítica, com o devido rigor teórico-metodológico, que estabeleça, em seus objetivos de investigação, ir além da aparência imediata e empírica dos movimentos sociais. Dessa forma, não nos restringimos a um debate puramente descritivo ou comparativo das variadas formas e conteúdos dos diversos movimentos sociais existentes em nossa sociedade. Nosso interesse reside em discutir os componentes estruturais e conjunturais que, articulados, podem explicitar os fundamentos de emergência e desenvolvimento dos processos político-organizativos que expressam as resistências e as lutas sociais empreendidas pelas classes subalternas no capitalismo.

Para alcançarmos uma explicação ampliada e abrangente dos movimentos sociais a partir da concretude material e histórica da realidade, acreditamos que o direcionamento científico deve ser orientado pela razão humanista e histórico-dialética presente na teoria social marxiana e nas contribuições da tradição marxista, em oposição ao que defende Melucci (1980)¹⁹. Embora concordemos com Galvão (2011, p. 107), quando ela afirma que “a despeito do interesse do marxismo pelo estudo do movimento operário, não há uma teoria marxista dos movimentos sociais plenamente desenvolvida e articulada”, estamos convencidos de que o pensamento marxista dispõe de elementos essenciais e indispensáveis para analisarmos e compreendermos os movimentos sociais a partir de um arsenal categorial²⁰ explicativo da realidade, como trabalho, capital, classe social, consciência, ideologia, alienação, luta social, emancipação política e emancipação humana, cuja centralidade se encontra na luta de classes²¹. Afinal, como acreditamos que a teoria social marxiana ainda se

¹⁹ Adepto às premissas dos chamados “novos movimentos sociais”, Melucci (1980, p. 199, *tradução nossa*) aposta na incapacidade teórica do marxismo para a análise dos movimentos sociais, pois considera, equivocadamente, que esse pensamento “*subestimou os processos pelos quais a ação coletiva emerge, bem como a articulação interna dos movimentos sociais [...]; Toda forma de ação que não pode ser reduzida ao modelo do partido é, portanto, diminuída em valor ou considerada marginal*”.

²⁰ Segundo Lukács (2012, p. 297), “as categorias não são elementos de uma arquitetura hierárquica e sistemática [classificatória], mas, ao contrário, são, na realidade, formas de ser, determinações da existência, elementos estruturais de complexos relativamente totais, reais, dinâmicos, cujas interrelações dinâmicas dão lugar a complexos cada vez mais abrangentes”.

²¹ “Partidários do materialismo histórico, vemos na existência de classes sociais e na estrutura de suas relações (luta, equilíbrio, colaboração segundo o país e época histórica), fenômeno chave para a compreensão da realidade social passada ou presente, e isso não por razões dogmáticas de fé ou ideias pré concebidas, mas simplesmente porque nosso próprio trabalho de pesquisa e os estudos, que pudemos empreender, nos mostraram, quase sempre, a importância excepcional (*centralidade*) desse grupo em relação a todos os outros” (Goldmann, 1967, p. 86, *grifo nosso*).

constitui como o grande contributo teórico que melhor explica a dinâmica fundamental da sociedade assentada no modo de produção capitalista, não podemos abrir mão de recorrer a esse pensamento para compreender os movimentos sociais cujas determinações objetivas e subjetivas se dão na concretude da sociedade tipicamente capitalista.

2.1 Pressupostos teóricos para uma análise crítica dos Movimentos Sociais

O capitalismo constitui um modo historicamente determinado de produção e reprodução das condições materiais e espirituais da existência humana, no qual se estabelecem relações sociais que viabilizam sua produção social²². É um modo de produção assentado no relacionamento contraditório entre capital e trabalho, que se personificam em classes sociais opostas e em luta.

Na sociedade capitalista, as classes sociais fundamentais representam categorias econômicas²³ e se constituem no âmbito da produção social a partir do tipo de propriedade que os sujeitos individuais possuem, das relações de produção²⁴ que estabelecem entre si, e dos conflitos derivados de seus interesses antagônicos. No livro III d'O Capital, apesar de Marx (2017b, p. 948) tratar sobre as classes fundamentais do modo de produção capitalista como “as três grandes classes da sociedade moderna: os assalariados, os capitalistas e os proprietários fundiários”; compreendemos que as classes fundamentais tendem à uma contradição que congrega o conjunto da classe trabalhadora, proprietária de força de trabalho (sua energia vital)²⁵, e o conjunto da classe burguesa, proprietária privada dos meios de produção — cada uma delas com suas respectivas frações de classes. No caso das classes dominantes, proprietários fundiários e industriais capitalistas se unem em uma só classe quando a terra começa a se figurar como meio de produção capitalista e, junto de outras frações burguesas, participam historicamente da monopolização capitalista. Por sua vez, a

²² “Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado modo de vida desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção” (Marx e Engels, 2007, p. 87).

²³ “A economia não trata de coisas, mas de relações entre pessoas e, em última instância, entre classes; estas relações estão, porém, sempre ligadas a coisas e aparecem como coisas” (Engels, 2016, p. 99).

²⁴ Marx (1977, p. 24) registra que “na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas”.

²⁵ “[...] trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho [...]. Trabalhadores livres no duplo sentido de que nem integram diretamente os meios de produção, como os escravos, os servos etc., nem lhes pertencem os meios de produção, como no caso, por exemplo, do camponês que trabalha por sua própria conta etc., mas estão, antes, livres e desvinculados desses meios de produção” (Marx, 2017a, p. 786).

classe trabalhadora como classe fundamental não se circunscreve apenas ao operariado industrial, mas, sem se limitar a uma simples soma entre frações de classes, se estende ao conjunto de outras frações trabalhadoras que se unificam pelo assalariamento — “homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho e que são despossuídos dos meios de produção, conforme definição marxiana” (Antunes, 2020, p. 92).

A contradição das classes sociais fundamentais do modo de produção capitalista pode ser encontrada em outros escritos de Marx, como no Manifesto do Partido Comunista (1848), quando junto de Engels apontam que “a sociedade [*burguesa*] divide-se cada vez mais em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado” (Marx e Engels, 2017d, p. 22, *grifo nosso*). A relação contraditória e antagônica das classes sociais fundamentais é atravessada por um relacionamento ineliminável no âmbito da produção social capitalista, pois uma classe se vincula a outra a partir do que dispõem e de como participam para o processo de produção de riquezas sociais; uma classe só existe enquanto tal em relação a outra. Esse relacionamento entre as classes fundamentais nas relações de produção é essencialmente baseado na exploração reificante do trabalho pelo capital, em que as relações sociais se aparentam como relações entre coisas, isto é, “assumem a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (Marx, 2017a, p. 146).

A produção capitalista, fundada na exploração do trabalho, não se constitui apenas como um modo de produção de mercadorias que se repete de forma ampliada, extraindo mais-valia do produto do trabalho. É, na verdade, um modo de produção de determinadas relações sociais tipicamente capitalistas, que são criadas e renovadas historicamente. São relações sociais que supõem a produção e reprodução das condições necessárias para a continuidade da dinâmica capitalista e, portanto, a produção e reprodução das classes sociais que atuam como protagonistas históricos do processo. Dessa forma, compreendemos que o processo de (re)produção capitalista é uma dinâmica de relações sociais entre classes sociais.

As relações sociais estabelecidas entre as classes sociais no capitalismo não acontecem de forma mecânica e previamente determinada, por mais que condições estruturais viabilizadoras da dinâmica da exploração de uma classe sobre a outra permaneçam fundamentalmente intactas, como é o caso da propriedade privada capitalista. As relações estabelecidas entre as classes sociais contraditórias pressupõem dinamicidade e movimento, que acontecem a partir dos conflitos estruturais entre capital e trabalho, e dos processos histórico-conjunturais da sociedade e seus contextos geográficos. São relações que se constituem na luta de classes e, ao mesmo tempo, são constituídas por ela.

Mesmo tratando as classes sociais fundamentais a partir de seu inerente antagonismo, isso não quer dizer que a existência material das classes sociais no capitalismo seja exclusividade de suas protagonistas fundamentais. Marx (1983, p. 928) reconhece que “a constituição real da sociedade [...] de maneira alguma consiste unicamente na classe dos trabalhadores e na classe dos capitalistas industriais”. Existe uma diversidade de classes sociais, e de frações das classes fundamentais, que se complexifica no desenvolvimento histórico da sociedade erguida sob a lógica capitalista. Como registra Ridenti (2001, p. 22), “os detentores do capital, bem como os assalariados a eles subordinados, subdivide-se em vários grupos, estratos ou classes, conforme a concorrência entre si pelo mercado”. Essa diversidade presente nas frações de classes se expressa na existência material, por exemplo, dos segmentos da classe dominante que representam, respectivamente, o capital industrial, o capital fundiário, o capital comercial, e o capital financeiro, mesmo com a interrelação entre eles baseada no processo transnacional de monopolização de capital. E a heterogeneidade da classe trabalhadora se expressa na existência material, por exemplo, dos trabalhadores produtivos dos diversos ramos de atividade, dos trabalhadores que não produzem mais valor diretamente mas que participam da dinâmica global da valorização de capital, e dos trabalhadores desempregados e subempregados, todos com suas ramificações que se diferenciam pela relação formal ou informal com o capital, pelo grau de especialização da força de trabalho, pelos contextos geográficos, e pelos níveis gerais de suas condições de vida — dentre outras clivagens que não tornam fragmentárias as frações de classe, mas as diferenciam na unidade da diversidade²⁶. Conforme Cisne e Santos (2018, p. 75) apresentam,

é preciso compreender que as classes não são abstrações, mas resultam de relações sociais concretas; não são apenas personificações econômicas, e sim compostas por pessoas e grupos de pessoas, que são marcadas por ideologias que naturalizam inferiorizações e desvalorizações em torno da sua diversidade. Em outras palavras, as diferenças, próprias da diversidade humana, em uma sociedade racista, heterossexista e patriarcal, são transformadas em desigualdades naturalizadas. São essas expressões da diversidade transformadas em desigualdades que particularizam as condições de vida e de trabalho de uma mesma classe.

Lembramos que a constituição da classe não é decorrente das particulares condições de vida dos sujeitos individuais, mas é causa e consequência da luta de classes. Quando trata sobre os camponeses n’*O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, Marx (2011, p. 143) anota que

²⁶ Segundo Almeida (2020, p. 97-98), “as classes quando materialmente consideradas também são compostas por mulheres, pessoas negras, indígenas, gays, imigrantes, pessoas com deficiência que não podem ser definidas tão somente pelo fato de não serem proprietários dos meios de produção. [...] Para entender as classes em sentido material, portanto, é preciso dirigir o olhar para a situação real das minorias”.

“milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe”. Também, em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2007, p. 63) registram que “os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que têm de promover uma luta comum contra uma outra classe”. Assim, compartilhamos do entendimento da tradição marxista sobre as dimensões possíveis de constituição da classe: a “classe em si” e a “classe para si”.

Ao analisar as greves e coalizões dos operários no final da primeira metade do século XIX, Marx (2017c, p. 146, *grifo nosso*) aponta para a constituição da classe a partir de sua existência enquanto classe em si, isto é, assim como ela se constitui a partir das “condições econômicas *que* primeiro transformaram a massa em trabalhadores; a dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns”. Dessa forma, “[...] essa massa já é uma classe em relação ao capital, mas não o é ainda para si mesma” (Ibidem). Sem representar um suposto estágio inicial, uma incompletude ou momento de imaturidade da classe social constituída, a “classe em si” é uma forma de constituição da classe que pode coexistir com uma outra dimensão de constituição da classe. Como registra Marx (2017c, p. 146, *grifos nossos*), “na luta, a massa se reúne, se constitui em classe para si mesma, *pois* os interesses que defendem se tornam interesses de classe, *que se apresentam* na luta entre as classes, numa luta política”. A constituição da “classe para si”, portanto, expressa o movimento de organização da classe, consciente de seus interesses históricos, para agir politicamente na luta de classes. Todavia, alertamos que a constituição da “classe para si” não representa uma suposta superação da constituição da “classe em si”, como se num processo retilíneo pudesse haver a passagem definitiva do “em si” ao “para si”. Não se trata, portanto, de um movimento irreversível de constituição da classe quando ela volta-se para si mesma num determinado quadro histórico-conjuntural, mas de uma relação dialética na formação da classe.

Dessa maneira, a classe não pode ser compreendida apenas por sua existência material, mas pela combinação entre sua objetividade e sua subjetividade num mesmo processo articulado. O tratamento anafórico dado pela produção marxiana-engelsiana e pela tradição marxista sobre o tema, revela a classe trabalhadora como sujeito histórico potencialmente transformador e não apenas como produto material da dinâmica social de expropriação e exploração capitalista. Assim, a classe trabalhadora é apreendida enquanto sujeito histórico, dotado de subjetividade coletiva, mas não alheia ou independente da concretude do modo de produção da vida material/objetiva. Afinal, “os homens fazem sua

própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (Marx, 2011, p. 25).

Longe de sugerir um determinismo econômico em que os sujeitos são negligenciados, Marx (1977, p. 24) apresenta que “o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral; não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência”. Como um processo combinado entre a objetividade da realidade existente e a subjetividade dos sujeitos que são parte da própria realidade, isto é, como “uma realidade externa que se interioriza” (Iasi, 1999, p. 17) nos homens, a consciência se desenvolve de distintas formas ou “níveis” a partir de como os sujeitos se inserem na realidade e a assimilam.

A primeira forma de consciência se manifesta na vida cotidiana²⁷ — “um campo de disputa entre a alienação²⁸ e a desalienação” (Antunes, 2009, p. 159) — como uma consciência imediata. Nesse momento, o indivíduo passa a compreender a realidade a partir de sua vivência imediata e particular, generalizando sua percepção parcial do real como se fosse naturalmente a própria realidade. Em resumo, a consciência imediata seria “o processo de representação mental (subjetiva) de uma realidade concreta e externa (objetiva), formada neste momento, através de seu vínculo de inserção imediata (percepção)” (Iasi, 1999, p. 17). O que para Gramsci (1978, p. 12) seria a constituição do senso comum, como uma visão de mundo acrítica, “ocasional e desagregada”, desistoricizada, mas que possui suas contradições. Como a realidade está em movimento, não é algo estático, seu desenvolvimento produtivo apresenta uma “dissonância entre as relações interiorizadas como ideologia e a forma concreta como se efetivam na realidade em mudança” (Iasi, 1999, p.32). Assim, “a primeira forma de

²⁷ Conforme análise lukacsiana, Netto (2012, p. 68) explica três determinações fundamentais da vida cotidiana: “a) A heterogeneidade: a vida cotidiana configura o mundo da heterogeneidade. Interseção das atividades que compõem o conjunto das objetivações do ser social, o caráter heteróclito da vida cotidiana constitui um universo em que, simultaneamente, se movimentam fenômenos e processos de natureza compósita (linguagem, trabalho, interação, jogo, vida política e vida privada etc.); b) A imedaticidade: como os homens estão agindo na vida cotidiana, e esta ação significa responder ativamente, o padrão de comportamento próprio da cotidianidade é a relação direta entre o pensamento e a ação; a conduta específica da cotidianidade é a conduta imediata, sem a qual os automatismos e espontaneísmo necessários à reprodução do indivíduo enquanto tal seriam inviáveis; c) A superficialidade extensiva: a vida cotidiana mobiliza em cada homem todas as atenções e todas as forças, mas não toda a atenção e toda a força; a sua heterogeneidade e imedaticidade implicam que o indivíduo responda levando em conta o somatório dos fenômenos que comparecem em cada situação precisa, sem considerar as relações que os vinculam”.

²⁸ Alienação compreendida não apenas na relação do homem com o ato da produção e com o produto do seu trabalho, mas também na sua relação com o ser social: “o estranhamento do homem pelo [próprio] homem” (Marx, 2004, p. 85). Alienação como “[...] resultado de um tipo determinado de desenvolvimento histórico que pode ser positivamente alterado pela intervenção consciente no processo histórico [...]” (Mészáros, 2006, p. 14).

manifestação desta contradição não é ainda a superação da alienação, é mais uma forma transitória que expressa-se de maneira mais nítida, no estado de revolta” (Ibidem). O que pode se desdobrar em ações isoladas, momentâneas e imediatas dos sujeitos individuais sob a forma de transgressões, mas incapazes de transformar de forma substantiva as condições reais e fundamentais da realidade.

Como a individualidade e a sociabilidade estão imbricadas, a vivência pessoal das relações sociais contraditórias não é apenas tomada de forma singular por quem as vive individualmente, mas pode possibilitar o reconhecimento²⁹ das contradições vividas pelo indivíduo em outros sujeitos individuais que também vivem aquelas relações contraditórias, agora como contradições vivenciadas por um grupo. O que era percebido de forma individual passa a ser visto como comum, coletivo. No momento de grupalização, sucede a “descoberta de uma força coletiva e da vivência de sua potencialidade, de crítica dos limites de uma dada realidade e de busca de alternativas, de descoberta de limites e de exigências, reivindicações” (Iasi, 2020, p. 40-41). Aqui estamos nos referindo à consciência reivindicatória, que resulta em ações grupais reivindicatórias que, se tomadas de forma isolada no plano da mera reivindicação, se tornam ações reformistas cujo alvo se limita a manifestação do “problema”, sem buscar superar a sua causa fundamental. A consciência reivindicatória, inscrita em experiências coletivas, mesmo recusando em “um primeiro momento aquilo que está estabelecido, pode encontrar um novo ponto de amoldamento, mudando a forma do discurso para manter a substância da dominação” (Ibidem, p. 42). O máximo que esse nível de consciência pode alcançar é uma certa crítica vivencial e espontânea à manifestações de determinadas relações sociais contraditórias.

Essa forma de consciência, como consciência “em si”, está presente, por exemplo, em diversos movimentos sociais das classes subalternas, cuja finalidade máxima de mobilização é o atendimento de suas reivindicações imediatas. Tomemos como exemplo as lutas sindicais: são desenvolvidas enquanto ações grupais, derivadas da revolta de trabalhadores individuais que se reconhecem coletivamente uns nos outros como grupo sofredor das consequências que ocorrem nas relações contraditórias de compra e venda da força de trabalho; adquirindo uma consciência reivindicatória sobre suas condições de trabalho e salário, o grupo se organiza sindicalmente e tensiona a relação de exploração que está submetido pelo capital, exigindo alterações nas relações de compra e venda da força de trabalho, cujo objetivo imediato é

²⁹ Conforme Martins (2016, p. 156), “[...] um ser só pode se reconhecer em outro ser, diferente dele, e por isso o processo de identificação é necessariamente expressão de uma relação determinada com o mundo exterior ao indivíduo e do qual ele é parte”.

minimizar os efeitos deletérios da exploração capitalista na vida daquela categoria de trabalhadores; elegem, por exemplo, a greve como instrumento de luta e pressão contra o empregador que, em certas circunstâncias, cede às reivindicações sindicais do grupo; assim, aquela luta sindical sai como vitoriosa na batalha que empreendeu por melhores condições de trabalho e vida; encerra-se a greve e, logo em seguida, aqueles trabalhadores retornam aos seus postos de trabalho para serem explorados em outros ritmos, acordados durante a luta sindical. Portanto, a consciência que desperta e se desenvolve na luta sindical expressa que revelou-se em parte a relação de exploração a que aqueles trabalhadores estão submetidos, mas negar determinadas condições da exploração capitalista não significa negar por completo a ordem do capital, tampouco negar-se como classe. Na luta sindical, quando o trabalhador se comporta “como qualquer vendedor que quer alcançar um preço maior por sua mercadoria” (Iasi, 1999, p. 38), ele acaba por reafirmar a ordem capitalista ao se afirmar enquanto classe. Assim, aquela luta sindical, desempenhada por um grupo de trabalhadores dotados de uma consciência reivindicatória, se limita a agir sob os limites impostos pelo conhecimento parcial da realidade. Neste caso, busca alterar certas condições da relação de exploração, mas não superá-la.

Apesar da classe trabalhadora ser suscetível às aderências da ideologia dominante³⁰ e de formas de alienação que ainda não são transpostas pela consciência reivindicatória, o fato de alcançar o momento de grupalização — o que Marx (2017c) denominou de coalizões em relação ao operariado — abre a possibilidade dos trabalhadores, reconhecendo na coletividade parte das relações contraditórias que vivem, “fazer cessar entre si a concorrência, para poder fazer uma concorrência geral ao capitalista” (Ibidem, p. 146) ou às formas de representação do capital reunido enquanto classe dominante, como a forma do Estado burguês. Nas lutas imediatas, envolvidas por uma consciência reivindicatória, abrem-se as possibilidades de ampliação do reconhecimento por parte dos trabalhadores das relações contraditórias em que estão submetidos, ampliando também o caráter de suas reivindicações corporativas para ações políticas mais abrangentes, mesmo ainda sem envolver uma consciência de classe, uma consciência “para si”. O caso dos trabalhadores sem-terra e dos sem-teto é emblemático nesse sentido. Mesmo que não haja, a princípio, uma consciência “para si” na organização e na luta

³⁰ “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe também dos meios de produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais apreendidas como ideais; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação” (Marx e Engels, 2007, p. 47).

dos movimentos por terra e por moradia, suas ações coletivas de mobilização e resistência envolvem interesses que extrapolam o circuito meramente corporativo quando lutam por reforma agrária e reforma urbana. Essas reivindicações pelas quais lutam não pretendem atingir apenas os membros do movimento social específico, mas o grupo social mais amplo, na busca de uma igualdade político-jurídica ao reivindicar reformas sociais perante o Estado burguês. No caminho de uma consciência com elevado nível reivindicatório, ultrapassa-se os interesses meramente corporativos ao direcionar ações políticas mais abrangentes para o âmbito do Estado. Dessa forma, as lutas sociais empreendidas por esses movimentos sociais entram em confronto com instituições fundamentais da sociedade burguesa, como a propriedade privada capitalista. Neste caso, além de transgredirem o princípio burguês da propriedade privada ao realizarem suas ocupações legítimas, colocam em xeque a validade da ideologia dominante difusora da noção de propriedade privada como natural e a-histórica (como se sempre fosse assim e sempre será). Isso envolve tanto uma luta social objetiva como uma luta ideológica³¹, que integram a luta de classes.

Nas lutas sociais, abertas as possibilidades de ampliação do reconhecimento por parte dos trabalhadores das relações contraditórias em que estão submetidos, o processo de consciência desses sujeitos pode ser levado a um outro patamar: “a busca da compreensão das causas, o desvelar das aparências e a análise da essência do funcionamento da sociedade e suas relações; buscar saber como funciona a sociedade para saber como é possível transformá-la” (Iasi, 1999, p. 41). Assim, um trânsito entre a consciência “em si” e a consciência “para si” ocorre através de diversas mediações presentes na própria realidade. Quando os sujeitos coletivos desenvolvem práticas políticas capazes de ampliar o reconhecimento das relações sociais contraditórias através de instâncias organizativas capazes de aglutinar os interesses comuns mais universalizantes, buscam compreender os fundamentos dessas relações contraditórias no modo de produção e reprodução da sociedade que pretende transformar, tendo como uma de suas mediações a elaboração e a divulgação do conhecimento teórico³² (crítico e científico) sobre essa realidade, a mera percepção ou a

³¹ Aqui não estamos nos referindo a um conjunto de ideias que se diferencia de outro conjunto de ideias, como uma mera oposição entre ideias, que suporia a “ação anti-ideológica como a simples troca de velhas por novas ideias” (Iasi, 1999, p. 24). Compartilhamos do entendimento sobre o qual “a ideologia não é simplesmente uma projeção que habita livremente o plano das ideias nem uma mera ilusão especular, uma vez que vem do mesmo processo histórico que diferencia a humanidade em classes sociais; daí que a superação de uma dada expressão ideológica não se realiza autonomamente no plano ideal, tendo de ser enfrentada no terreno material” (Mattos, 2019, p. 45). Portanto, tratamos aqui a luta ideológica como processo inserido na formação de uma contra-hegemonia; entendendo hegemonia nos termos gramscianos (Gramsci, 1999).

³² Segundo Marx (2010a, p. 151), “a arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas. A teoria é capaz de se apoderar das massas tão logo demonstra *ad hominem*, e demonstra *ad*

compreensão parcial e desarticulada do real transita para uma consciência do gênero-humano, que transcende a vida pessoal e sua temporalidade (Iasi, 1999). Desenvolve-se uma consciência de classe, agora não como uma consciência da reivindicação, mas como uma consciência para a transformação³³. Uma consciência que se desenvolve como movimento não linear, de assimétricos avanços e recuos.

Assim, a formação da classe remete a uma relação dialética entre suas formas de constituição, que se desenvolvem como processo na correlação de forças da luta de classes. A luta de classes é apreendida pelo antagonismo fundamental entre capital e trabalho, manifesta-se material e politicamente no âmbito das relações econômicas de produção e reprodução regidas pela lei geral da acumulação capitalista (Marx, 2017a), particulariza-se nas formações sociais e econômicas como dinâmica social e conjuntural vinculada à universalidade desse modo de produção, reflete-se nas diversas lutas sociais específicas, expressa-se na produção e reprodução espiritual da sociedade burguesa como luta ideológica, estende-se a outras relações sociais contraditórias que não são independentes, pois integram a sociabilidade do capital, e possui nas classes sociais (fundamentais e suas respectivas frações) os sujeitos que a protagonizam e que, ao mesmo tempo, são constituídos na sua dinâmica conflitiva e histórica.

Esse relacionamento contraditório entre as classes sociais opostas e em luta se expressa na chamada “questão social”³⁴, que, por sua vez, condensa diversas desigualdades sociais e lutas sociais resultantes da contradição fundamental entre capital e trabalho, “mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais” (Iamamoto, 2014, p. 618). Apesar de Marx (2017a) não tratar do termo “questão social” ao apresentar a lei geral da acumulação capitalista, ele revela que as condições para a acumulação de capital exigem, numa mesma dinâmica do metabolismo auto-expansivo do capital, a produção das riquezas sociais pelo trabalho social coletivo e a apropriação privada dessas riquezas através da relação de exploração do trabalho pelo capital. Isso ocorre num

hominem tão logo se torna radical. Ser radical é agarrar a coisa pela raiz. Mas a raiz, para o homem, é o próprio homem”. E como apresenta Lênin (2020, p. 38), “sem teoria revolucionária, não pode haver movimento revolucionário”.

³³ Seria a “catarse” para Gramsci (1999, p. 314), que indica “a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político”.

³⁴ Estamos cientes que a expressão “questão social” pertence historicamente ao vocabulário do pensamento conservador, tanto laico como confessional: designa sua suposta naturalização, sem nexos entre economia, política e sociedade, tampouco assentada na “compreensão da relação entre desenvolvimento capitalista e pauperização” (Netto, 2001, p. 43); e converte suas expressões — as desigualdades sociais e as lutas sociais — em objeto de intervenção moralizadora e ajustadora. Todavia, na segunda metade do século XIX, as vanguardas trabalhadoras “acenderam, no seu processo de luta, à consciência política de que a ‘questão social’ está necessariamente colada à sociedade burguesa: somente a supressão desta conduz à supressão daquela” (Ibidem, p. 44-45).

cenário de desenvolvimento das forças produtivas, em que a maior capacidade de produção das riquezas sociais se contradiz com as relações de produção que garantem a apropriação privada, pela burguesia, da riqueza socialmente construída, e a expropriação da classe trabalhadora de parte do resultado de seu próprio trabalho, gerando, como consequência, desigualdades sociais manifestas de distintas formas, como a pauperização relativa ou absoluta daqueles historicamente despossuídos de meios de produção. Dessa forma, as inúmeras desigualdades sociais produzidas na sociedade burguesa são efeitos de um modo de produção baseado na exploração do trabalho pelo capital. Mas a exploração “apenas remete à determinação molecular da ‘questão social’; na sua integralidade, longe de qualquer unicausalidade, ela implica a intercorrência mediada de componentes históricos, políticos, culturais etc.” (Netto, 2001, p. 45-46).

A gênese da “questão social” é, portanto, constitutiva do modo de produção capitalista, e suas manifestações são produzidas no desenvolvimento dos estágios desse modo de produção. Essas manifestações adquirem características relativas à dinâmica social e conjuntural em que acontecem, e se modificam historicamente, assumindo novas feições, novos efeitos de sua causa fundamental. A multiplicidade e a variedade de manifestações da “questão social”, que se ampliam em uma sociedade cada vez mais complexa, podem simular fenômenos autônomos das relações de exploração de uma classe sobre a outra, supostamente independentes da lei geral da acumulação capitalista. No entanto, são expressões da fundamental contradição entre capital e trabalho, cuja diferenciabilidade é permeada por particularidades nacionais e histórico-culturais constituídas em formações sociais específicas. Representam o entrecruzamento das relações contraditórias de classe e outras relações sociais da dinâmica da vida social, como as relações de gênero, étnico-raciais e de sexualidade.

É importante ponderarmos que as complexas relações sociais, que se entrecruzam dialeticamente no interior da totalidade dinâmica e contraditória do modo de produção da sociedade, se expressam de forma consubstanciada na indissociabilidade entre as determinações de classe, gênero e étnico-raciais. Conforme Kergoat (2010, p. 94), as relações sociais são consubstanciais; “elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e ‘raça’ se reproduzem e se co-produzem mutuamente”. Como afirma Saffioti (2013, p. 53), o modo de produção capitalista representa, historicamente, a maximização “da contradição presente em todas as formações econômico-sociais anteriores assentadas na apropriação privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho humano”, contexto no qual o patriarcado e o racismo,

“historicamente construídos e decorrentes de relações materiais de exploração e opressão” (Cisne e Santos, 2018, p. 76), se perpetuam de forma ineliminável nas estruturas da dinâmica capitalista. Nesse sentido, concordamos com a análise de Barroso (2018, p. 448), segundo a qual a contradição fundamental entre capital e trabalho e suas expressões estão necessariamente vinculadas ao sexismo e ao racismo, “não como legado, mas como necessidade própria” da (re)produção do capitalismo. Nesse sentido, uma breve observação parece-nos necessária. Conforme Mattos (2017, p. 60; 63),

a sobrevivência da ideologia patriarcal ganha materialidade e cumpre um papel importante na legitimação e organização das relações sociais capitalistas que subalternizam duplamente o trabalho (e a posição social em geral) da mulher. [...] O trabalho reprodutivo executado pelas mulheres, como trabalho doméstico, tem um impacto sobre o custo da força de trabalho em geral, [...] permitindo que o capital remunere a força de trabalho com um salário inferior ao que seria necessário caso todas as condições essenciais de sobrevivência fossem compradas no mercado. Assim, mesmo que sejam também trabalhadoras assalariadas fora da vida doméstica (parcial ou integral), uma parcela da sua força de trabalho é utilizada fora do circuito direto da valorização produtiva do capital para rebaixar o custo da reprodução da força de trabalho em geral. [...] Ao mesmo tempo, a ideologia patriarcal legítima a incorporação da mulher ao mercado de trabalho assalariado em posições subalternas e com remunerações mais baixas. [...] E diferentemente das opressões de gênero, cuja base no patriarcado antecede o capitalismo, as opressões justificadas ideologicamente por critérios raciais surgem com o capitalismo.

Opressões racistas que surgem especialmente em relação ao processo histórico da colonização mercantil que, dentre outros elementos, “a transformação de África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizaram a aurora da produção capitalista, [...] constituindo momentos fundamentais da acumulação primitiva” (Marx, 2017a, p. 821). Como aponta Bakan (2016, p. 71): “o racismo é variável e adaptável, mas se provou notavelmente valioso para os interesses capitalistas e imperialistas através dos séculos. [...] como uma forma de codificação e, nos termos de Gramsci, de ‘atribuir sentido’ à alienação toma formas variadas e diversas em momentos específicos da acumulação capitalista, ainda mais na ocupação colonial e imperialista”. Segundo Souza (2023, p. 28), “a racialização e o sexismo incidem de maneira direta na opressão e na exploração das mulheres negras, mas a sua significação no conjunto das relações sociais é da alienação do conjunto da classe no que concerne às suas reais condições de existência”. Trata-se de uma “imbricação, com frequência invisível, *mas materialmente concreta*, que caracteriza o atual modelo societário” (Barroso, 2018, p. 448, *grifos nossos*), constituindo mediações que incidem sobre as determinações fundamentais da “questão social”, e que particularizam as formas de desigualdade manifestas.

À medida que as desigualdades sociais se manifestam na vida social, elas são frequentemente acompanhadas por lutas sociais voltadas para combater esses sintomas da barbárie capitalista, tendo em vista que a conflitividade inerente aos fundamentos da “questão social” também está presente no âmbito de suas manifestações. Considerando a articulação entre estruturas sociais, dinâmica social e sujeitos sociais, as lutas sociais desenvolvem-se de múltiplas formas, orientam-se por caminhos diversos e traçam objetivos distintos. Mesmo que as lutas sociais específicas possam ter como estrita finalidade mudanças dentro da ordem, reivindicações imediatas que visam resolver “problemas” pontuais sem alterar a substância da dominação capitalista, elas possuem a potencialidade de tornar públicas e políticas as expressões da “questão social” e integram a dinâmica da luta de classes.

Por mais diversas que sejam suas formas e conteúdos, as lutas sociais específicas não estão ligadas apenas a seus desafios singulares e imediatos, nem se restringem às identidades particulares dos grupos específicos que as protagonizam; pelo contrário, elas participam ativamente da correlação de forças da luta de classes. Nesse sentido, discordamos do entendimento de que “a luta de classes é exclusivamente a forma de conflito entre grupos sociais própria dos processos de transição de uma forma particular de totalidade social para outra” (Saes, 2003, p. 253). Esse ponto de vista sugere que a luta de classes só existe em conjunturas revolucionárias que ameaçam diretamente a reprodução da ordem social. No entanto, como afirma Netto (2015a, s/p), mesmo em momentos conjunturais de certo apassivamento³⁵ político da classe trabalhadora, “a luta de classes nunca tirou férias”. Enquanto houver capitalismo, ou qualquer outro modo de produção baseado na exploração e dominação do gênero humano pelo próprio homem, haverá luta de classes. Compreendemos que a luta de classes — “ora franca, ora disfarçada” (Marx e Engels, 2017d, p. 22) — não se restringe apenas às amplas lutas políticas travadas entre as classes fundamentais para a superação ou manutenção do poder político, mas, ao estar fundada em uma relação de conflito histórico baseado na exploração e dominação do gênero humano, a luta de classes estende-se às diversas lutas sociais cujos objetivos de emancipação política podem ocorrer em conjunto com o horizonte de emancipação humana³⁶. Como ensina Mészáros (2003, p. 122), “uma

³⁵ Mesmo em conjunturas históricas em que a correlação de forças da luta de classes seja abertamente desfavorável aos trabalhadores, imprimindo um certo “apassivamento” político da classe dominada diante da hegemonia burguesa, o conflito entre capital e trabalho permanece ativo, bem como suas expressões políticas. Dessa forma, compreendemos que a classe trabalhadora nunca pode ser completamente “apassivada”, pois sempre haverá resistências dessa classe diante da contradição fundamental a que está submetida, mesmo que sejam resistências pontuais e difusas, desenvolvidas como expressão da hegemonia política da burguesia na luta de classes. Parafraseando o professor José Paulo Netto em sala de aula, estamos convencidos de que “a classe trabalhadora não caminhará bovinamente para o matadouro”.

³⁶ Emancipação política compreendida a partir dos termos marxianos, expressa “no fato de o Estado ser capaz de se libertar de uma limitação sem que o homem realmente fique livre dela, no fato de o Estado ser capaz de ser

perspectiva de longo alcance não significa que ignoremos o ‘aqui’ e ‘agora’. [...] A verdade é que não podemos conseguir nada se ficamos esperando as condições favoráveis e o momento adequado”. Assim, as lutas sociais são constitutivas da luta de classes e indispensáveis para ela. Ambas formam um processo comum que articula seus vínculos e diferenças. Independentemente do caráter das lutas sociais, sejam elas estritamente reformistas ou adquiram uma conotação de luta revolucionária, se são desenvolvidas em conjunturas de maior apassivamento da classe trabalhadora ou em contextos sociais mais explosivos, constituem-se como determinados desdobramentos da luta de classes e atuam nela sob diferentes formas, em distintos níveis.

Se determinadas lutas sociais da classe trabalhadora se esgotam politicamente em suas reivindicações imediatas e se limitam a ações fragmentadas e isoladas, acabam atacando apenas os efeitos e não as causas das problemáticas vividas por seus protagonistas e, muito provavelmente, encontram maneiras de se adaptar à ordem social, reafirmando a sociedade burguesa. De certo modo, expressam a hegemonia política da classe dominante na luta de classes. No entanto, se essas lutas sociais desempenham suas reivindicações imediatas de forma articulada com outras lutas, e seus protagonistas buscam agir politicamente a partir da sintonia entre seus objetivos imediatos e os interesses históricos de classe, cuja finalidade mediata é a transformação radical da sociedade, os efeitos e as causas da “questão social” são atacados de forma a fortalecer a classe trabalhadora na correlação de forças da luta de classes, contribuindo para a formação de uma contra-hegemonia. Dessa maneira, tanto as lutas reformistas quanto as lutas anticapitalistas integram a luta de classes. Isso não quer dizer que qualquer luta social desenvolvida na arena da luta de classes é capaz de ferir de morte os fundamentos da ordem do capital; pelo contrário, apenas as lutas que adquirem caráter revolucionário são capazes de mediar a transformação social efetiva. Todavia, mesmo que, a princípio, “a movimentação dos trabalhadores não seja consciente e organizada, e a resistência à dominação seja difusa, ela ainda pode provocar efeitos importantes para o desdobramento da luta de classes” (Galvão, 2011, p. 115).

Embora o enfrentamento efetivo das profundas desigualdades sociais depende da superação das estruturas que as provocam, isto é, da transformação radical da sociedade capitalista (patriarcal, racista e heteronormativa), não podemos ignorar que um conjunto de

um Estado livre [Freistaat, república] sem que o homem seja um homem livre” (Marx, 2010b, p. 38-39). Enquanto a emancipação humana “só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado ente genérico na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas *forces propres* [forças próprias] como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política” (Ibidem, p. 54, *grifos do autor*).

alterações e reformas dentro da própria ordem social, reivindicadas e conquistadas pelas diversas lutas sociais da classe trabalhadora, pode melhorar as condições de vida dos membros dessa classe ou, em outros termos, minimizar os efeitos mais deletérios da dinâmica capitalista na vida dos trabalhadores, e até mesmo possibilitar maior fôlego político para outras lutas de maior envergadura que virão. Aqui, não estamos afirmando que as reformas sociais³⁷ conquistadas pelas lutas dos trabalhadores representam a finalidade a ser alcançada, isto é, a plena emancipação daqueles que compõem a classe trabalhadora; pelo contrário, trata-se de uma forma específica de emancipação, compreendida na tradição marxista como emancipação política.

Conforme Marx (2010b, p. 54), “a emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro, a cidadão, a pessoa moral”. É uma forma de emancipação no âmbito do Estado (burguês), envolvendo a conquista formal de liberdade e igualdade jurídicas, que visa o tratamento indiferenciado do Estado aos sujeitos individuais, sem erradicar as suas diferenças. Trata-se de uma forma de emancipação pela garantia de um conjunto de direitos conquistados — civis, políticos, sociais e trabalhistas — que possibilita o exercício do homem enquanto indivíduo e cidadão³⁸ nos marcos da ordem social estabelecida. O limite da emancipação política consiste, portanto, em sua compatibilidade com a ordem burguesa, pois “nenhum dos assim chamados direitos humanos transcende o homem egoísta, o homem como membro da sociedade burguesa, a saber, como indivíduo recolhido ao seu interesse privado” (Ibidem, p. 50). Quando o homem se emancipa politicamente, “esse homem, membro da sociedade burguesa, passa a ser a base, o pressuposto do Estado político” (Ibidem, p. 52). A emancipação política da classe trabalhadora não significa sua efetiva libertação, pois, ao se emancipar politicamente a classe não nega-se a si mesma, mas afirma-se enquanto classe. No entanto, é necessário reconhecer que “a emancipação política representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva de emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente até aqui” (Ibidem, p. 41).

As lutas sociais por formas de emancipação política dos segmentos heterogêneos da classe trabalhadora pressupõem a existência de necessidades humanas concretas que são

³⁷ Compartilhando do entendimento de Luxemburgo (2003, p. 97), as reformas sociais “não tendem elas à realização da ordem socialista, mas unicamente à reforma da ordem capitalista, não à supressão do assalariamento, mas a diminuição da exploração, em suma, à supressão dos abusos do capitalismo, e não do próprio capitalismo”. Contraditoriamente, envolve tanto elementos que reforçam o consentimento à ordem social, favorecendo a hegemonia burguesa, quanto certas possibilidades de minimização dos efeitos mais deletérios da dinâmica do capital na vida dos trabalhadores — estas últimas que podem conter mediações históricas e sociopolíticas para a formação de uma contra-hegemonia.

³⁸ Noção de cidadania próxima ao desenvolvido por Marshall (1963).

interditadas pela dinâmica capitalista de valorização do valor, mas que podem ser satisfeitas desde que as conquistas sociais não coloquem em xeque os fundamentos do capital. Embora não representem uma ameaça direta à reprodução do modo de produção capitalista, pois não eliminam a propriedade privada dos meios de produção e a exploração reificante do trabalho assalariado, as lutas sociais conduzidas com o propósito da emancipação política tendem a resultar na ampliação de direitos civis e políticos, na criação de direitos sociais e trabalhistas, bem como na conquista progressiva de uma igualdade formal onde as diversas diferenças (de gênero, sexualidade, etnia, racial, religiosa, cultural etc.) são tratadas indiferenciadamente no plano jurídico-político. Isso representa importantes conquistas parciais para a classe trabalhadora e provoca um impacto político na correlação de forças da luta de classes, atuando em seu desdobramento histórico. Contudo, o avanço democratizante formal da sociedade capitalista, por mais bem sucedido que possa vir a ser, encontra limitações histórico-estruturais por ser incompatível com a plena emancipação humana. Mesmo que a conquista de uma igualdade formal (que oculta a desigualdade real) entre os diferentes permita o reconhecimento, o respeito e até a celebração de todo tipo de diferença, isso não elimina as relações de dominação e exploração nas estruturas sociais produtoras das desigualdades sociais. As relações de dominação e exploração, mesmo passando por regulação jurídico-política, são inelimináveis da ordem social vigente por serem fundamentais para o funcionamento do próprio capitalismo, ainda mais em uma quadra histórica de declínio dos padrões civilizatórios e avanço da barbárie social.

Embora o capitalismo não possa oferecer um horizonte verdadeiramente democrático, pois sua dinâmica fundamental não tende a outro caminho senão à desumanização do gênero humano, e as conquistas dentro da ordem se limitem ao plano da emancipação política, os instrumentos político-organizativos da classe trabalhadora podem desempenhar tanto a resistência contra os efeitos mais deletérios da dinâmica do capital na vida social, lutando para impedir retrocessos sociais ou o aprofundamento de desigualdades sociais, como podem empreender lutas sociais na busca de alternativas societárias, cujo propósito efetivo é a transformação social. A realização de uma luta não elimina o desempenho da outra, pois elas são complementares e coexistentes, mesmo que se desenvolvam em níveis diferentes.

Como exemplo histórico dos instrumentos político-organizativos da classe trabalhadora, temos os sindicatos operários³⁹ de variadas correntes, em especial o sindicalismo

³⁹ “No começo, empenham-se na luta operários isolados; mais tarde, operários de uma mesma fábrica; finalmente, operários de um mesmo ramo da indústria de uma mesma localidade, contra o burguês que os explora diretamente. Dirigem seus ataques não só contra as relações burguesas de produção, mas também contra os instrumentos de produção; destroem as mercadorias estrangeiras que lhe fazem concorrência, quebram as

comunista, e os partidos políticos da classe trabalhadora. Em relação às organizações dos trabalhadores que atuam diretamente no mundo do trabalho, é no âmbito da produção das relações sociais que lutas sociais de caráter sindical evidenciam historicamente o conflito de classe do modo de produção capitalista, seja desde a experiência *ludista*⁴⁰, à formação das *trade unions*⁴¹ e o desenvolvimento do movimento *Cartista*⁴² — este último enquanto o primeiro movimento essencialmente político da classe trabalhadora por extrapolar o caráter estritamente econômico das reivindicações do movimento operário.

Embora a natureza da luta sindical seja defensiva no plano econômico, isto é, responde às investidas do capital nas relações de compra e venda da força de trabalho, buscando garantir um nível admissível de participação dos trabalhadores no produto social, ela pode ultrapassar o circuito econômico-corporativo ao se constituir como força organizadora que pretende alavancar a transformação da luta econômica em uma luta política externa à mera relação salarial, como defende o sindicalismo comunista: “além de reivindicar maiores vantagens no terreno econômico, pretende-se a conquista do poder político e o fim do sistema capitalista de produção” (Antunes, 1985, p. 32). Essa capacidade do movimento sindical de se tornar uma força organizadora para alavancar a luta política depende do projeto político de que é portador, isto é, se assume uma orientação classista e de unidade sindical, congregando o máximo de categorias assalariadas da cidade e do campo na promoção de lutas amplas e articuladas. Nesse sentido, a luta sindical e suas grandes greves são tratadas enquanto “escolas de guerra”, pois demonstram aos trabalhadores que “somente unidos podem aguentar a luta contra os capitalistas”, ensinando a “pensarem na luta de toda classe operária contra toda a classe patronal e contra o governo autocrático e policial” (Lenin, 1961). Todavia, como “a escola de guerra ainda não é a própria guerra” (Ibidem), a efetivação da passagem da luta econômica à luta política depende do desenvolvimento da consciência da classe trabalhadora,

máquinas, queimam as fábricas e esforçam-se para conquistar a posição perdida de trabalhador da Idade Média. [...] Os operários começam a formar coalizões contra os burgueses e atuam em comum na defesa de seus salários; chegam a fundar associações permanentes a fim de se precaver de insurreições eventuais. Aqui e ali a luta irrompe em motim” (Marx e Engels, 2017, p.29d).

⁴⁰A conjuntura do início do século XIX, na Inglaterra, foi marcada por ações violentas de operários, conhecidas como ludismo — o quebra-quebra de máquinas. A destruição de máquinas ocorria em protesto ao crescente desemprego, pois os trabalhadores acreditavam que a razão para as demissões se encontrava nas máquinas e, por isso, agiam contra elas. Contudo, o fenômeno das demissões estava ligado ao processo de desenvolvimento das forças produtivas e ao maior incremento de capital constante no processo produtivo, isto é, maior uso de tecnologia e maquinário, que resultava na substituição de trabalho vivo por trabalho morto, com o objetivo de aumentar a acumulação de capital por meio da extração de mais-valia relativa.

⁴¹ Surgidas na Europa, foram as primeiras associações sindicais da classe operária.

⁴² “[...] um movimento político da classe operária inglesa que a partir de uma ‘Carta’ exigia uma série de reivindicações democráticas como o direito de voto e mudanças no sistema eleitoral. Para Engels, sua importância residia no fato de que ele expressava um estágio superior da organização e da luta da classe operária. O cartismo indicava que a classe operária já começava a identificar que a verdadeira solução para seus problemas estava no âmbito do governo e do Estado e não nas fábricas.” (Aguena, 2008, p.12).

cuja mediação política e educativa está no partido político como o principal instrumento político-organizativo da classe.

A partir das contribuições da tradição marxista, compreendemos o partido político enquanto um “intelectual coletivo” (Gramsci, 1999) a serviço dos interesses comuns mais universais da classe trabalhadora, cuja capacidade político-organizativa orientada pela teoria⁴³ transcende os interesses econômico-corporativos, sintonizando-os aos interesses históricos de classe. Seria o principal instrumento político-organizativo da classe em seu movimento de constituição, que aglutina as diversas lutas sociais imediatas e particulares numa direção universalizante e essencialmente política, “capaz de promover a passagem da ‘classe em si’ à ‘classe para si’, ou seja, do proletariado como fenômeno objetivo ao proletariado como sujeito coletivo autoconsciente” (Coutinho, 1998, p. 56). Sua definição está mais relacionada com a função sobre a qual exerce no movimento histórico e de consciência da classe do que a algum modelo específico de formatação cuja estrutura organizativa é previamente estabelecida. Contudo, apesar do partido não ser definido por um arranjo específico de organização, Marx e Engels (2017d) apontam uma linha programática⁴⁴ para as lutas do partido político da classe trabalhadora, cujos princípios estão muito bem resumidos em Duriguetto e Montaña (2011, p. 124, *grifos dos autores*):

combate permanente da propriedade privada dos meios de produção; caráter público (ou seja, não clandestino e secreto) — salvo em conjunturas histórico-nacionais específicas em que reinem a repressão; internacionalismo da luta de classes, mediada pelas suas configurações nacionais; união dos trabalhadores (a unidade do movimento comunista pressupõe a constituição de uma base unitária entre frações e estratos da própria classe trabalhadora, como também entre outras classes sociais, como os pequenos burgueses, os camponeses e os democratas em suas ações que colidam com a burguesia); propaganda e formação política voltadas para o desenvolvimento da consciência de classe.

Ainda que o partido político se constitua como o principal instrumento político-organizativo da classe trabalhadora, isso não significa que ele seja o único. As diversas lutas sociais empreendidas pelos segmentos heterogêneos da classe trabalhadora

⁴³ “No âmbito da teoria, o conhecimento verdadeiro é um fim; no âmbito da política, o conhecimento é um meio. Na teoria, importa a verdade; a política é o campo das relações de força. As conexões entre teoria e intervenção política não são unívocas nem diretas, até porque suas dinâmicas são estruturalmente diversas — a temporalidade da ação política não é a da elaboração teórica (antes, é reiteradamente emergencial). Nada disso aponta no sentido de subestimar o peso do conhecimento teórico na intervenção política revolucionária. [...] há que dizer que elas [*teoria e política*] podem articular-se no ‘intelectual coletivo’ que as vanguardas organizadas devem estruturar” (Netto, 2009a, p. 4, *grifos nossos*).

⁴⁴ Além dos princípios gerais apontados por Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*, a linha programática do partido político da classe trabalhadora corresponde também à conjuntura histórica e ao âmbito da formação social em que se desenvolvem os desafios a serem enfrentados pela classe, e pelo conjunto das classes subalternas.

existem e se desenvolvem independentemente do partido, mesmo que, em certas circunstâncias histórico-conjunturais, possam ser congregadas através dessa instância universalizante das lutas. As formas organizativas pelas quais essas lutas sociais se manifestam correspondem às particularidades históricas e à dinâmica da formação social em que surgem e se processam, expressando mudanças qualitativas nos instrumentos político-organizativos da classe trabalhadora, por meio dos quais a luta de classes se desenrola. É o caso do surgimento dos diversos movimentos sociais, que não substituem o sindicato e o partido político, mas complementam as formas organizativas da classe trabalhadora diante das necessidades históricas, congregando na luta o conjunto das classes subalternas.

Para tratarmos dos movimentos sociais como formas organizativas que compõem o conjunto de instrumentos político-organizativos da classe trabalhadora, é necessário, primeiramente, retomar a discussão sobre o processo de consciência. Como vimos, o desenvolvimento da consciência corresponde a um trânsito entre o consentimento de uma dada realidade e a intenção de ruptura total ou parcial para com ela. Quando o indivíduo vivencia “uma contradição entre antigos valores assumidos e a realidade das novas relações vividas” e percebe essa contradição como uma “sina”, ou seja, como algo a que está predestinado, o máximo que pode ser alcançado é o estado de revolta individual e isolada (Iasi, 1999, p. 34). Contudo, se aquele indivíduo reconhece em outros indivíduos a própria contradição que vivencia, julgada inicialmente apenas como sua, “a injustiça vivida como revolta é partilhada numa identidade grupal que possibilita a ação coletiva” (Ibidem). Assim, a superação da primeira forma de consciência é aquilo que Martins (2016, p. 197) descreve “como um salto qualitativo do indivíduo encapsulado ao grupo como uma totalização dialética”. Mas veja, não se trata exclusivamente da formação de uma mera identidade grupal⁴⁵, mas da possibilidade de desenvolvimento da consciência do indivíduo como ser social ao confrontar um aspecto particular e contraditório da realidade, que busca modificar

⁴⁵ Conforme as observações de Montañó (2021, p. 68), a identidade remete a três processos diferenciados e relacionais. Além de envolver a “relação sujeito-objeto”, expressando uma autorrepresentação que o sujeito constrói a partir das condições reais e objetivas em que está concretamente inserido, e que são por ele reelaboradas subjetivamente, inclui também a “relação sujeito-sujeito”, na qual se inscreve a construção coletiva do processo de *identidade grupal*, baseada no compartilhamento de situações e condições reais entre pessoas — o que as vincula por um lado e, por outro, as diferencia das outras. Ainda, temos a “relação sociedade-sujeito”, que remete à construção social de uma imagem/representação relativa a um grupo, uma “identidade atribuída” socialmente. Nas palavras do autor: “como categoria de análise, o conceito de ‘identidade’ diz respeito à autorrepresentação, ao campo do simbólico no qual os sujeitos — individual, coletiva e até socialmente — percebem-se e identificam-se com algum atributo, condição ou situação; [...] ao remetermos à realidade objetiva, para além da percepção, vivência ou representação que os sujeitos fazem dela, isso nos leva a pensarmos a relação entre a realidade objetiva, a percepção a partir da vivência, e os *graus de consciência* que o sujeito possa ter dela”.

por meio de ações coletivas concretas. A grupalização se desdobra em ações coletivas no sentido da exigência reivindicatória, “uma práxis coletiva que rompe o estado inercial do ser social e que se dirige contra uma ameaça objetiva ao grupo” (Ibidem). Com isso, surge a descoberta da coletividade como uma força anteriormente desconhecida, na qual, ao se perceber como parte dessa força, o indivíduo se reconhece como sujeito capaz de enfrentar determinadas relações contraditórias que vivencia e de lutar para mudar objetivamente o estado das coisas, mesmo que, à primeira vista, seja uma mudança pontual.

É no processo de reconhecimento mútuo dos indivíduos, de descoberta da coletividade como força motriz para o trânsito entre o estado de inércia e o pôr-se em movimento, que os interesses dos membros do grupo coesionam-se na luta social. O que pode resultar em uma mobilização social momentânea, que se esgota em si mesma quando concluída, ou em mobilizações sociais que resultam em movimentos sociais com certo grau de estabilidade organizativa. De todo modo, o momento de grupalização e de alcance da consciência reivindicatória é indispensável para a formação dos movimentos sociais. Como bem aponta Martins (2016, p. 199), “da inércia, ao movimento; do indivíduo, ao social: eis porque assim o nomeamos” como movimento social.

O desenvolvimento e a capacidade de luta do movimento social, formado através do processo de grupalização e de elevação da consciência a um nível reivindicatório, dependem da natureza da contradição que o gerou. Quanto mais amplas forem as contradições que dão origem a determinado movimento social, mais abrangente será esse instrumento político-organizativo. Por outro lado, quanto mais particulares forem as contradições que o impulsionam para a luta, mais particularista será o movimento social. Como escreve Iasi (2006, p. 306), precisamos analisar “até que ponto a mediação concreta em que as pessoas estão inseridas representa ou não as contradições mais amplas que ameaçam a continuidade da produção social da vida”. Dessa forma, como os movimentos sociais não se originam da mesma expressão contraditória, mas de contradições variadas, essas formas organizativas desenvolvem lutas sociais em diferentes graus e possuem distintas potencialidades para intervir e modificar a realidade. Isso não significa que, por serem variadas, as contradições que desencadeiam os movimentos sociais sejam independentes e separadas da relação entre capital e trabalho; na verdade, elas são expressões particulares dessa relação contraditória fundamental, saturada de mediações.

Como vimos, a contradição entre capital e trabalho não se manifesta apenas no âmbito da produção social, mas permeia todo o conjunto da vida social. As expressões da “questão social”, cujo fundamento estrutural é o relacionamento antagônico entre as classes sociais

fundamentais, manifestam-se de diversas maneiras, assumindo feições particulares que se modificam historicamente na dinâmica social. São essas expressões diversas e multifacetadas, sob a combinação entre estrutura e dinâmica social, que explicam as contradições particulares que originam os diversos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, são alvo das lutas reivindicatórias desses instrumentos político-organizativos em dada conjuntura.

Embora o desenvolvimento da consciência dos protagonistas de determinados movimentos sociais possa não ultrapassar os limites da consciência reivindicatória, as lutas sociais empreendidas por esses movimentos sociais se configuram, em maior ou menor grau, como momentos da luta de classes. Nesse sentido, mesmo que a base social de determinado movimento social não se declare abertamente como classe trabalhadora, não reconheça que o movimento que constroi é um particular instrumento político-organizativo da classe (ou de fração dela), as reivindicações desse movimento estão frequentemente associadas às necessidades sociais resultantes de sua condição de classe subalterna, que se mescla com outras condições objetivas do seu ser social. No entanto, é verdade que nem todas as reivindicações dos diversos movimentos sociais que pululam na contemporaneidade estão exclusivamente associadas às necessidades oriundas da condição de classe de seus protagonistas. Isso se deve aos recuos no processo de consciência desses sujeitos, que frequentemente são capturados por expressões da ideologia dominante e formas de alienação, refletindo a hegemonia política da classe dominante na luta de classes.

A questão que nos interessa neste momento é reafirmar que as lutas sociais dos diversos movimentos sociais são indissociáveis da dinâmica da luta de classes, independentemente das particularidades que essas lutas possam assumir. Todavia, esse entendimento não é compartilhado pela maioria dos analistas do tema, que se opõem frontalmente à tradição marxista, incluindo autores liberais, acionalistas e do campo “pós-moderno”. Acreditamos que o principal motivo para essa divergência reside no fato de que essas perspectivas teóricas, ao se debruçarem sobre o tema dos movimentos sociais, acabaram por sepultar a centralidade da luta de classes em suas análises pouco exaustivas, ao desconsiderarem por completo a contradição entre capital e trabalho como relação social fundamental para a produção e reprodução desta sociedade.

Embora existam diferenças entre essas perspectivas que buscam explicar os movimentos sociais como novas instâncias organizativas de grupos identitários, correspondentes às “novidades” dos conflitos sociais que, supostamente, não têm relação com

a estrutura de classes, elas convergem na tentativa de combater o “paradigma marxista”⁴⁶. Seguindo um caminho oposto ao traçado em comum por essas abordagens, no próximo item deste trabalho buscamos entender suas implicações para a análise dos movimentos sociais.

2.2 As abordagens dos chamados “novos movimentos sociais”

Entre os últimos anos de 1960 e o desenrolar da década seguinte, vivemos uma época de transformações no padrão de acumulação capitalista (agora flexível diante da reestruturação produtiva do capital), esgotamento do chamado Estado de bem-estar social e redefinição da intervenção estatal com a ascensão das políticas neoliberais no capitalismo central, crise de experiências socialistas vigentes, recuo internacional do movimento operário e multiplicação de diversos movimentos sociais com pautas relativamente novas⁴⁷. Nesse contexto, a análise desses movimentos sociais e de suas lutas foi dominada por intelectuais que, ancorados em pressupostos liberais, culturalistas e/ou em um pensamento de base irracionalista, deslocaram o foco para as premissas dos chamados “novos movimentos sociais”, enquanto parte das contraposições que eram apresentadas para demarcar as mudanças ocorridas na sociedade, numa espécie de “um antes e depois”.

Vimos aparecer expressões como sociedade pós-industrial em oposição à sociedade industrial; pensamento pós-modernista em oposição ao pensamento modernista; pós-fordismo em oposição ao fordismo; sociedade pós-capitalista em oposição à sociedade capitalista; pós-socialismo em oposição ao socialismo; pós-estruturalismo em oposição ao estruturalismo; nova esquerda em oposição à velha esquerda; e, finalmente, novos movimentos sociais em oposição ao velho movimento social (Martins, 2016, p. 29-30).

Apesar da diversidade de suas formas, objetivos e ações, esses chamados “novos movimentos sociais” foram caracterizados por compartilharem determinadas semelhanças. Além de surgirem frequentemente fora do espaço da produção e, por isso, supostamente não terem relação com o conflito entre capital e trabalho, mostravam-se indiferentes e até hostis às organizações sindicais dos trabalhadores, opunham-se aos partidos políticos e ao Estado por associá-los a instâncias de burocratização e poder responsáveis pelas sequelas deletérias da sociedade, direcionavam suas ações contestatórias para “um aspecto particular das condições

⁴⁶ Para uma leitura crítica sobre a suposta “crise de paradigma” das Ciências Sociais, incluindo as alegações de insuficiência teórica do marxismo para o “mundo atual”, consulte Evangelista (1992).

⁴⁷ Além de “movimentos antinucleares e pacifistas, movimentos regionalistas e de âmbito nacional, movimentos de ação urbana e movimentos feministas” (Bihr, 1999, p. 152), estiveram em cena os movimentos ambientalistas, movimentos estudantis, movimentos por liberdade de orientação sexual e de gênero, o movimento negro, e diversos outros movimentos por direitos e por mudanças nos valores sociais.

gerais de existência [...], acompanhadas de uma vontade pragmática de reapropriação imediata dessas mesmas condições de existência” (Bihr, 1999, p. 152), e expressavam uma nova cultura política centrada em valores como autogestão, cooperativismo, democracia participativa, qualidade de vida e o direito à diferença.

Com os acontecimentos do conhecido Maio Francês de 1968⁴⁸, que representou uma verdadeira explosão de movimentos contestatórios que se colocavam de costas para o Estado e se desvinculavam das formas clássicas de organização política e de luta da classe trabalhadora, bem como à demonstração de uma nova cultura política, uma série de intelectuais começou a observar esses eventos a partir de suas singularidades, com ênfase nas identidades grupais específicas que, aparentemente, eram independentes da condição de classe dos “atores” e determinadas predominantemente pela subjetividade dos rebeldes “ativistas”.

Entre aqueles que tentaram traduzir a novidade desses fenômenos sociais pela perspectiva dos “novos movimentos sociais”, encontramos a vertente acionalista⁴⁹. Seus principais expoentes, claramente não marxistas, formularam suas teorias distanciados dos embates geopolíticos e ideológicos que expressavam a rivalidade entre capitalistas e socialistas na polarização da Guerra Fria. Atraídos e instigados pelos acontecimentos do Maio de 68, desconsideraram a centralidade do conflito entre capital e trabalho, pois, para eles, os sujeitos centrais não seriam mais as classes sociais fundamentais, mas sim os “novos” movimentos sociais que emergiam na sociedade “pós-industrial” ou “programada”, como argumenta o francês Touraine (1973).

Como um dos principais divulgadores da vertente acionalista, Touraine (1973, p. 2, *tradução nossa*) defende que a sociedade é definida pelo “*tipo de ação que ela exerce sobre si mesma*”. Enquanto na chamada sociedade industrial a ação “sobre si mesma” se concentrava no trabalho produtivo, na sociedade atual, que ele define como “programada”, essa ação se daria nas dimensões culturais e simbólicas das relações sociais de consumo, com ênfase no conhecimento, na informação e na criatividade para se “programar a mudança”. Nesta

⁴⁸ Sobre os acontecimentos históricos do famoso “Maio de 68” consultar Hobsbawm (1998, p. 305).

⁴⁹ “Os acionalistas concebem a ação a partir de uma (suposta) autodeterminação do sujeito, portanto de escolhas feitas a partir de uma consciência racional do mesmo dentro de um contexto determinado e a partir dos interesses que o identificam. Concebem, assim, a ação das pessoas conforme o ‘tipo ideal’ weberiano de ação racional com relações afins. Não contemplam, portanto, as condições e limites dessa ‘autodeterminação’, dessa ‘escolha racional’ e da ‘consciência’ do ator: não consideram a alienação e a ideologia (como falsa consciência), que limitam e orientam a compreensão crítica da realidade e seu agir. Também, relativizam os constrangimentos estruturais e da desigual relação capital/trabalho — tudo isso é reduzido, nestas análises, às ‘representações’, as ‘significados’ que teriam para o sujeito ou ator, o que remete à subjetividade e à cultura: para esses autores, a ‘ação’ é orientada por valores culturais ou subculturais, desconsiderando a diferença entre a realidade objetiva (ontológica) e a apreensão subjetiva (conhecimentos, interpretações, sensações, representações, significados)” (Duriguetto e Montão, 2011, p. 313).

sociedade “pós-industrial”, as relações de dominação não estariam mais associadas fundamentalmente à exploração do trabalho pelo capital, mas extrapolariam as relações de produção capitalista, configurando-se em um domínio multiforme, muito mais cultural do que econômico, caracterizado pelo que chamam de “tecnocracia”. Com isso, as lutas sociais da classe trabalhadora, concebidas estritamente como lutas econômicas do operariado, agora se apresentariam como uma das formas (“ações sociais”) de enfrentar determinadas desigualdades sociais sofridas por segmentos de trabalhadores, desde que seus sindicatos permaneçam autônomos em relação a instâncias de subordinação, como, por exemplo, os partidos políticos. Assim, as lutas da classe trabalhadora, reduzidas ao plano sindical, embora não deixassem de existir, perderam centralidade diante do surgimento dos “novos” movimentos sociais. Como aponta Touraine (1973, p. 12, *tradução nossa*):

Não se trata de saber se desapareceram os operários e o sindicalismo, mas de perguntar se o movimento da classe operária se encontra hoje, assim como no passado, no centro da dinâmica e, conseqüentemente, dos conflitos da sociedade. Esta questão clara merece uma resposta simples, mesmo que, em seguida, seja necessário acrescentar nuances e explicações complementares: na sociedade programada, a classe operária já não é um ator histórico privilegiado.

Os “atores” privilegiados passariam a ser os diversos movimentos sociais, cujo novo potencial interventivo se manifestaria no direcionamento imediato de suas “coletividades” contra as representações da “tecnocracia”, mas não de forma coordenada e articulada a partir de instâncias universalizantes. Com base nos interesses comuns particulares que formam uma identidade grupal específica contra um adversário social definido, o movimento social, recorrendo à “autogestão” — isto é, mantendo-se independente e autônomo de interferências externas ao próprio movimento — poderia desempenhar “ações sociais” de contestação e rebelião contra as representações multiformes da chamada “tecnocracia”. Como são analisados apenas por suas reivindicações imediatas e aparentes, os diferentes “campos de ação” dos diversos movimentos sociais são compreendidos como justificativas que interditam tanto a identificação de um adversário comum quanto a necessidade de instâncias que possam aglutinar a diversidade das lutas sociais em uma perspectiva mais ampla que permita transformações abrangentes da realidade. Afinal, os conflitos sociais na sociedade “programada” não possuem determinações estruturais; na verdade, são conflitos cujos “temas” são singulares e, por isso, envolvem apenas identidades grupais específicas que se opõem de maneira particular a formas específicas de poder.

As diversas lutas sociais desenvolvidas pelos diferentes movimentos sociais se dariam apartadas da dinâmica da luta de classes, pois cada luta social é apreendida isoladamente a

partir do “tema do conflito” específico ao qual se vincula. As ações dos movimentos sociais estariam, assim, relacionadas apenas aos conflitos singulares e à sua imediatividade. Sob o culto da eternidade do imediato nas ações dos movimentos sociais, a projeção de um “futuro melhor” é suplantada pela iniciativa de modificar apenas o momento presente. Ao invés de um projeto societário radicalmente transformador, o máximo que se pretende alcançar é “ampliar o campo da democracia, para a redução das desigualdades e para o progresso de uma justiça social que elimine os privilégios” (Touraine, 2004, p. 165). Deste modo, a possibilidade histórica de revolução é substituída pela necessidade de democratização, que permita a livre manifestação da subjetividade dos indivíduos e a afirmação de suas diferentes e autônomas identidades. Conforme Touraine (2000, p. 32), trata-se de buscar uma “nova etapa da democracia, de fazer com que, neste mundo despersonalizado, globalizado, comunitarizado, neste mundo de fluxos e redes, o indivíduo, o grupo, possa, neste mundo vaporizado e caótico, construir a sua singularidade”.

A partir dessa perspectiva, a emergência dos movimentos sociais não é compreendida como uma resposta às necessidades sociais que se manifestam como expressões da “questão social”, surgindo e se desenvolvendo na dinâmica histórica da luta de classes, nem está relacionada ao processo de consciência dos sujeitos enquanto ser social, como tratamos anteriormente. Como afirma Touraine (2000, p. 32), “a força fundamental que coloca as pessoas em movimento, em nível nacional ou não, é antes de mais nada individual; [...] um desejo de individuação, o desejo de ser sujeito de sua própria história, aquilo que chamo de subjetivação”. Argumento fundamental que sustenta também as indicações analíticas do teórico acionlaista Evers (1984), ao corroborar com a ideia de autodeterminação dos movimentos sociais.

Contrapondo-se ao que define como uma “perspectiva partidista”, que, para o autor, reforçaria o “monopólio político dos partidos”, Evers (1984, p. 12-13) propõe uma “visão movimentista” para analisar a “nova” realidade, em clara oposição às interpretações da tradição marxista. Como os movimentos sociais não estariam envolvidos pela disputa institucional do poder, pois “o elemento novo dos novos movimentos sociais consiste exatamente na criação de pequenos espaços de prática social nas quais o poder não é fundamental” (Ibidem, p. 14), a potencialidade dos movimentos sociais não seria política, mas sociocultural. As mudanças sociais adviriam da formação de uma “contracultura” a partir das experiências autônomas e espontâneas dos “novos” movimentos sociais. Seria por meio desses movimentos sociais que se poderiam afirmar as “verdadeiras” identidades autônomas, na contracorrente do processo de usurpação identitária e imposição cultural.

Rejeitando a centralidade do trabalho e da luta de classes em suas análises, Evers (Ibidem, p. 20) aponta que “é provável que tenha sido falso desde o início colocar a socialização dos meios de produção como única e absoluta meta de emancipação, e o proletariado como seu sujeito exclusivo”. Isso porque considera que a propriedade privada dos meios de produção é apenas uma das formas de manifestação do poder como outra qualquer; sua socialização visa combater apenas, e tão somente, a exploração do trabalho assalariado, dentre um vasto campo de conflitos sociais e relações de poder. Na perspectiva acionalista, a noção de emancipação humana tal como compreendida pela tradição marxista é diluída numa infinidade multiforme de “emancipações sociais” que só podem ser alcançadas através das práticas moleculares dos “novos” movimentos sociais. Essas práticas estariam direcionadas contra formas de dominação e opressão que não se originam nas relações de produção, nem têm vínculo algum com a propriedade privada dos meios de produção, mas são determinadas culturalmente.

A ênfase no particularismo, na fragmentação, na subjetividade e no identitarismo, que compõem as teorias acionalistas sobre os “novos movimentos sociais”, também é compartilhada pelo campo da chamada “pós-modernidade” na análise do tema⁵⁰. Apesar de existirem diferenças teóricas entre essas duas abordagens dos “novos movimentos sociais”, acreditamos que as conclusões políticas de ambas sobre o tema convergem muito mais do que se distanciam. E, embora as perspectivas “pós-modernas” incorporem influências das teorias acionalistas na análise particular dos movimentos sociais devido à sua inerente transgressão metodológica, acreditamos que há uma predominância “pós-moderna” nesse debate, que repercute significativamente no pensamento social contemporâneo.

As interpretações de pensadores adeptos da agenda da chamada “pós-modernidade” estão certamente amparadas na determinação social desse pensamento de caráter irracionalista (Ferry e Renaut, 1988), que se manifesta como uma força social atuante na dinâmica conflituosa da realidade vivida e sentida pelos sujeitos sociais, inclusive se fazendo presente nas formas de organização política e mobilização social da contemporaneidade. Como afirma Lukács (2020, posfácio p. 2), “não é necessário, de maneira alguma, ler um filósofo para se tornar ideologicamente influenciado por ele”; afinal, pensamentos de uma época, “em um estágio concreto do desenvolvimento histórico, tornam-se significativos para uma corrente

⁵⁰ Além das premissas dos chamados “novos movimentos sociais” desenvolvidas por pensadores acionalistas e do campo “pós-moderno”, outras concepções que pretendem explicar o fenômeno dos movimentos sociais em oposição à centralidade da luta de classes são: a teoria da mobilização de recursos, que sugere uma analogia ao esquema empresarial, trabalhada por McCarthy e Zald (1977); a teoria da luta por reconhecimento, desenvolvida através da polêmica entre Honneth (2003) e Frazer (2001), que apresenta uma suposta lógica moral dos conflitos sociais; dentre inúmeros outros estudos, muito mais apoloéticos do que verdadeiramente críticos.

socialmente influente”. Dessa maneira, compreendemos que os ventos “pós-modernos” de interpretação da realidade, como tributários do irracionalismo de Nietzsche (1844-1900) e do existencialismo de Heidegger (1889-1976), se expressam tanto na análise quanto na ação dos movimentos sociais enquanto uma força social de “uma teoria de mudança de época histórica, baseada na negação da história” (Wood, 1996, p. 122).

Apesar dos principais autores da geração de 1960 intitulados de “pós-modernos”, como Foucault, Lacan, Derrida e Lyotard, não conduzirem seus trabalhos sociológicos e filosóficos para a temática específica de abordagem dos movimentos sociais, a consciência formada pela determinação social desse pensamento, que sacrifica a história e a racionalidade moderna, repercute e conquista pensadores que inauguram a heterogênea vertente teórica de interpretação “pós-moderna” dos chamados “novos movimentos sociais”. Assim como os intelectuais de esquerda da chamada “pós-modernidade” advogam “que todas as antigas verdades e ideologias perderam sua relevância, que os velhos princípios da racionalidade não mais se aplicam” (Wood, 1999, p.10), os divulgadores das premissas dos “novos movimentos sociais” consideram que as organizações clássicas dos trabalhadores também perderam sua validade junto a inauguração de uma suposta nova época histórica descontinuada. Em oposição aos “novos”, definem o sindicato e partido político como velhos e obsoletos diante das transformações sugeridas que puseram “fim ao trabalho”⁵¹ e se basearam na “construção discursiva” da realidade, enfatizaram as identidades particulares, privilegiaram as “contracondutas” difusas e, assim, substituíram uma ética da emancipação humana por uma ética da diferença.

Como aponta Wood (1996, p. 118), a alegação do suposto falecimento da razão moderna foi anunciada antes mesmo do período de implosão da Sorbonne durante as insurreições francesas no final do terceiro quartel do século XX. Após Spengler declarar o “declínio do Ocidente” em 1918, sugerindo uma transição do Iluminismo para um “inverno de individualismo e niilismo cultural”, o sociólogo norte-americano Charles W. Mills, em 1959, alegou o colapso da modernidade, que teria sido suplantada pelo período “pós-moderno”. Embora Mills estivesse em desacordo ideológico com Spengler e situado em um momento histórico diferente, ele acreditava que os problemas da sociedade ocidental haviam sido resolvidos naquele período de expansão capitalista. Assim, a própria noção de progresso

⁵¹ Offe (1989, p. 194) foi um dos precursores a anunciar o fim da “centralidade do trabalho”; ele afirma que “as formas contemporâneas de atividade social normalmente designadas como trabalho não têm uma racionalidade comum nem características empíricas compartilhadas e [...] nesse sentido o trabalho não é apenas objetivamente amorfo, mas também está se tornando subjetivamente periférico”. Para uma crítica marxista ao suposto “fim do trabalho”, consulte Antunes (2006; 2009).

iluminista teria sido alcançada, culminando no ponto contraditório de, inclusive, desmontar a reciprocidade entre razão e liberdade.

Mesmo com similitudes, mas, ao contrário daqueles que noticiaram anteriormente a abertura de uma nova época histórica, os novos anunciadores de uma nova “pós-modernidade”, na condição própria dos *sixties*, levantaram como bandeira fundamental a insensibilidade quanto à história na justificativa de uma outra época. Tanto Wood (1996) como Netto (2010), ao afirmarem a indiferença pelo processo histórico por parte dos pós-modernos da geração de 1960, também sinalizam como antítese desse pensamento de recusa da razão moderna a compreensão estrutural do mundo e suas conexões estruturais. Na agenda “pós-moderna”, em substituição a noção de causalidade das “coisas” num processo da realidade, há uma prevalência da fragmentação e do acaso, da contingência. Assim, sem reconhecer a dinâmica societal como expressão da unidade sistêmica no percurso da história, entendem que “há muitos e diferentes tipos de poder, opressão, identidade e discurso” (Wood, 1999, p. 14).

Sob esse prisma fundamental que expoentes desse pensamento vão tentar sustentar a denominada crise dos paradigmas. Lyotard (2009), por exemplo, justifica a necessidade de um saber pós-moderno que se contraponha aos grandes “metarrelatos” opressivos da modernidade. Diante da suposta perda de legitimidade dos paradigmas modernos em razão das transformações culturais na segunda metade do século XX, o indicativo seria a construção desse novo saber, voltado para a “democrática fragmentação” da sociedade “pós-industrial”. Assim, o privilégio recai sobre o efêmero, observado a partir de interpretações dos fragmentos sociais. Segundo Netto (2010), apesar das expressões do pensamento pós-moderno não emergirem exclusivamente após o final da década de 1960, foi através da publicação do livro “A condição pós-moderna”, em 1979, que o indicativo de Lyotard “assume o primeiro plano da cultura do Ocidente capitalista, irrompe nos domínios do saber, invade as manifestações estéticas, contagia as práticas políticas [...] e desencadeará uma bibliografia enorme, muito mais apologética que crítica” (Ibidem, p. 256).

Compartilhamos do entendimento de que a chamada “pós-modernidade” não pode ser entendida como um campo teórico e ideopolítico uniforme que possui características homogêneas, exatamente por não haver a teoria pós-moderna. Existem teorias — no plural — “pós-modernas” de um campo intelectual heterogêneo e distinto que, mesmo em sua diversidade teórica, são encontradas certas semelhanças que se traduzem em determinados pontos de equilíbrio:

a) [...] tende-se a suprir a distinção clássica entre aparência e essência e, sobretudo, a dissolver as especificidades das modalidades de conhecimento — donde, por consequência, a supressão entre ciência e arte e a equalização do conhecimento ao não científico; b) a recusa da categoria de totalidade [...]; c) a semiologização da realidade social: o privilégio (quase monopólio) concedido às dimensões simbólicas da vida social acaba por reduzi-la, no limite, ou à pura discursividade (“tudo é discurso”) ou ao domínio do signo e/ou à instauração abusiva de hiper-realidades. (Netto, 2010, p. 261-262).

Junto a essas semelhanças, também podemos identificar o recurso a um ecletismo metodológico e teórico como uma faceta correlata das matizes “pós-modernas”. Sendo interpretações de interpretações, o olhar “pós-moderno” justifica a transgressão metodológica. Como entendem que cada método ou teoria só esclarece o que lhes convém a partir de narrativas determinadas, adotam um percurso de pluralidade interpretativa, incluindo abordagens divergentes. Isso é reforçado pelo intrínseco relativismo das abordagens “pós-modernas”. Elas rejeitam completamente a noção clássica de verdade, convertendo a ciência em um “jogo de palavras” e tratando o conhecimento como um “artefato discursivo” (Ibidem). O tratamento retórico que os pós-modernos conferem ao conhecimento também se baseia na recusa da dimensão instrumental da razão moderna, que interpretam como uma narrativa predominante de assujeitamento e “colonização”. Assim, ao colocar a razão moderna no banco dos réus e condená-la pelas sequelas deletérias da sociedade urbano-industrial — a exemplo da crônica degradação ambiental — “o que fica à sombra é a sociedade do capital, com a dominação de classe da burguesia” (Ibidem, p. 263).

Diferentemente das alegações que elevam a linguagem, a cultura e a subjetividade à enésima potência para argumentar sobre as relações sociais do gênero humano, o intelectual marxista Harvey (2008) explica que os atributos do pensamento “pós-moderno” são produzidos historicamente e estão relacionados com os processos sociais inseridos na gestação e desenvolvimento de uma nova fase do modo de produção capitalista. Foi no contexto de crise das décadas gloriosas do capitalismo em expansão que a acumulação flexível surgiu como resultado da reestruturação produtiva do capital, inaugurando essa nova fase. Não compreendemos a relação entre as modificações produtivas do capital e o pensamento “pós-moderno” a partir de determinismos economicistas ou estruturalistas. Pelo contrário, a partir de conexões estruturais e históricas, situamos o pensamento pós-moderno como um sintoma ideológico da crise capitalista numa quadra histórica de descrédito do ideário socialista e rejeição aos valores universais — sejam liberais ou socialistas. Com a acumulação flexível e o projeto neoliberal, o conjunto das relações sociais e a vida cotidiana sofreram mudanças que se expressaram e afetaram o pensamento social.

As consequências políticas das mudanças macrosociais que influenciaram o pensamento social se manifestam, por exemplo, na substituição de uma “identidade” social coletiva — de classe — por identidades cada vez mais fragmentadas e fluidas, que interditam ações coletivas em prol de interesses comuns enquanto unidade na diversidade. Assim, a noção de luta de classes é secundarizada ou, na maioria das vezes, eliminada. Como aponta Wood (1999, p. 13), para a compreensão pós-moderna, “até mesmo uma política anticapitalista é por demais totalizante ou universalista”. A ênfase recai sobre um mundo compartimentalizado, composto de fragmentos, em que a viabilidade de políticas emancipatórias é rejeitada pela negação de um olhar “totalizante”. Dessa forma, ao desconsiderar o conhecimento baseado na concepção de totalidade⁵² que entende o capitalismo como sistema, a “narrativa” pós-moderna não consegue realizar uma crítica real — no sentido de levar ao limite — do *modus operandi* do grande capital. As práticas políticas sugeridas são direcionadas a incontáveis *locus* de poder, dissipados na infinidade de fenômenos da realidade.

Com efeito, a “política”, em qualquer sentido tradicional do termo, em referência aos poderes abrangentes de classes ou Estados ou à oposição a estes, está efetivamente eliminada, dando lugar às lutas fraturadas da “política de identidade” ou do “pessoal enquanto político” embora haja alguns projetos mais universais que mantenham algumas atrações para a esquerda pós-moderna, como a política ambientalista. Em resumo, forte ceticismo epistemológico e profundo derrotismo político (Wood, 1996, p. 124).

Como exemplo, podemos observar no entendimento de Foucault (2008) sobre as formas de exercício do poder e as maneiras de contrapoder como possíveis resistências, que o poder não possui um centro, mas está presente enquanto estrutura de poder introjetada nos indivíduos. O sujeito não é autônomo na construção de sua subjetividade; há subjetivações dos corpos — biopoder — a partir de estruturas e relações de poder que os tornam assujeitados. Assim, a própria concepção de sujeito revolucionário no movimento da história é excluída, e o entendimento das lutas sociais no contexto da luta de classes é substituído pela ideia de “contracondutas”. As resistências sociais, mediadas por diversas lutas sociais, não teriam como objetivo final a emancipação do gênero humano, mas, sim, como “insubmissões” a condutas, sendo formas de “escapar da conduta dos outros”, desejando “ser conduzido de outro modo, por outros condutores e pastores, para outros objetivos e formas de salvação, por meio de outros procedimentos e métodos” (Foucault, 2008, p. 257). As lutas empreendidas

⁵² “Na realidade, totalidade não significa todos os fatos. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade [...]” (Kosik, 1989, p. 35-36).

por uma classe (ou fração dela) contra outra não estariam inscritas no campo dos enfrentamentos históricos entre classes, mas seriam vistas como rebeldias de grupos segmentados ou “minorias”, entendidas como “sublevações”.

No entendimento de Foucault (1988, p. 91), como “não existe, com respeito ao poder, um lugar da grande Recusa — alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário”, os processos de resistência e luta social ocorreriam de forma segmentada e diversificada, manifestando-se como situações singulares com particularidades distintas: “possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício” (Foucault, 1988, p. 91). Se considerarmos as lutas sociais como espaços privilegiados onde ocorrem resistências e se as resistências são difusas e particulares, conclui-se que o enfrentamento sociopolítico não pode ser direcionado a partir de elementos que unifiquem a “resistência”. Assim, dado que o pensamento “pós-moderno” rejeita a ideia de que, na diversidade das mobilizações, reivindicações e resistências, possa haver algo que traduz as lutas sociais em uma dimensão universal, o que se apresenta para a análise dos movimentos sociais é, na verdade, um fatalismo político frente ao capitalismo.

As abordagens teóricas vinculadas à chamada “pós-modernidade” afirmam que a realidade é composta por fragmentos indeterminados, tornando-se, portanto, impossível de ser explicada e compreendida em sua totalidade. O movimento da realidade é apreendido não em sua globalidade, mas pela aparência dos fenômenos, considerados como partes do que é julgado como real. Paralelamente, ao sintetizar a realidade — fragmentada — e o conhecimento sobre ela como uma construção discursiva, o pensamento “pós-moderno” impede a formulação de projetos universais de emancipação e, conseqüentemente, interdita a realização de práticas políticas e coletivas voltadas para esse fim.

Como desdobramento desse entendimento teórico, que se baseia na semiologização da realidade e procura dissolver as conexões estruturais do movimento do real, observa-se, em termos de postura política, a edificação de ações isoladas e pontuais, que não enfatizam uma contestação geral aos fundamentos das sequelas sociais do capitalismo, que denominamos como expressões da “questão social”. Na direção apontada por Wood (1999, p. 15), “o máximo que podemos esperar é um bom número de resistências particulares e separadas”. Além disso, como o pensamento “pós-moderno” defende a inexistência de nexos entre determinações estruturais — como as relações de produção econômica e reprodução social, classes fundamentais e suas frações — as relações de poder são reduzidas a processos particulares de experiências vivenciadas por indivíduos ou grupos identitários. Como observa

Borón (2003, p. 67), ao excluir a concepção de classe social das relações de poder, “também se omite o papel central que o Estado capitalista desempenha como supremo organizador da rede de relações de poder, por meio da qual a classe dominante assegura o seu predomínio”.

A recusa tanto do conhecimento fundamentado na concepção de totalidade quanto de uma análise causal para a explicação da realidade também se manifesta na ideia de que a noção de universalidade se sobreporia ou até mesmo anularia as individualidades. Algo diametralmente oposto à compreensão marxista, que considera impossível discutir a individualidade sem analisar a sociabilidade e vice-versa, pois uma pertence à outra. Esse receio de que o universal suprima o particular reflete-se na interpretação dos movimentos sociais. Santos (2005), intelectual português adepto das teorias pós-modernas, argumenta que a tarefa dos chamados “novos movimentos sociais” é demonstrar, em seus processos organizativos e reivindicatórios, que políticas ou direitos “universalizantes” possam prejudicar as particularidades e identidades dos diversos grupos sociais que coexistem na sociedade. A alternativa seria que os movimentos sociais incluíssem em suas pautas de mobilização e reivindicação o fundamental “princípio do respeito à diferença” (Santos, 2005, p. 95), para assegurar as inúmeras e diversas identidades⁵³ contra os excessos de regulação da da modernidade. Sob essa perspectiva, os interesses históricos de classes são substituídos por interesses imediatos de grupos identitários, incluindo até mesmo grupos transclassistas.

Alinhado à agenda da chamada “pós-modernidade”, Santos (1997, p. 258) afirma que, diante dos diferentes tipos de opressão que, segundo ele, “extravagam as relações de produção” do capitalismo, como “a guerra, a poluição, o machismo, o racismo e o produtivismo”, os chamados “novos movimentos sociais” inauguram uma novidade: “tanto uma crítica à regulação social capitalista quanto uma crítica da emancipação social socialista, tal como definida pelo marxismo”. Na concepção de uma sociedade “pós-industrial,” essas afirmações deslocam as diversas expressões da “questão social” para fora das relações sociais de produção capitalista e eliminam as relações fundamentais entre o capitalismo e as diversas opressões que, embora possam ser anteriores, são apropriadas e refuncionalizadas pela lógica de dominação da sociabilidade capitalista.

É verdade que o machismo e o racismo, por exemplo, possuem particularidades que vão além das relações de produção, mas excluir essas questões da dinâmica produtiva é reafirmar uma visão da sociedade como fraturada e desprovida de conexões estruturais e

⁵³ Para uma compreensão crítica sobre as “duas dialéticas diferentes: identidade / diferença, e igualdade / desigualdade”; consulte Montaña (2021, p. 270).

estruturantes⁵⁴. Isso significa entender o mundo a partir de particularismos isolados e tentar modificá-lo de forma compartimentalizada, sem reconhecer a interdependência e consubstancialidade entre as formas de dominação do gênero humano inerentes à sociabilidade do capital. Além disso, compreender a guerra e a poluição como fenômenos distantes das relações de produção é o mesmo que dissociar o político do econômico nos embates interimperialistas, e atribuir aos indivíduos a responsabilidade de recuperar e preservar o meio ambiente através de mudanças atitudinais e comportamentais — como se a acumulação capitalista não tivesse qualquer relação com isso.

Na interpretação “pós-moderna” dos movimentos sociais, as lutas sociais são limitadas a objetivos particularistas e específicos, muitas vezes entendidas como ativismos, o que apaga o potencial político mais amplo desses processos inseridos na luta de classes. Para essa corrente de pensamento, as ações dos movimentos sociais não se situam na esfera político-econômica, mas são caracterizadas por uma despolitização e deseconomização. A interpretação desses movimentos sociais é centrada em seus próprios membros, seus interesses identitários e subjetividades. O particular não é tratado sob mediações, mas se sobrepõe às instâncias universalizantes, o que impede o desenvolvimento de um enfrentamento sociopolítico mais abrangente e coletivo, capaz de unificar a diversidade de objetivos e resistências.

Santos (1997, p. 258) também alerta que esses “novos” sujeitos coletivos “denunciam os excessos de regulação da modernidade”, que afetam substancialmente o mundo da cultura e a qualidade de vida da sociedade como um todo. No entanto, ao separar o modo de vida e a cultura dos processos de produção e distribuição da riqueza socialmente construída, como se a maneira de viver na sociedade burguesa não estivesse fundamentada nas determinações capitalistas de produção e reprodução social, o intelectual pós-moderno ignora as consequências da inserção diferenciada das classes sociais no processo produtivo para a qualidade de vida dessas classes contraditórias e suas frações. Como se um grande burguês, proprietários de meios de produção, e uma trabalhadora de um frigorífico tivessem como rebatimento para a qualidade de vida os mesmo impactos das sequelas deletérias da sociedade capitalista.

Além disso, esse pensamento de base irracionalista não apenas rejeita a centralidade das classes sociais na caracterização da sociedade contemporânea, como também secundariza

⁵⁴ Como aponta Arruza (2010, p. 56), “a opressão de gênero e a opressão racial não correspondem a dois sistemas autônomos que possuem suas próprias causas particulares: elas passaram a ser uma parte integral da sociedade capitalista através de um longo processo histórico que dissolveu as formas de vida social precedentes”.

e dilui essa categoria fundamental, atribuindo-lhe uma equivalência à noção de identidade — esta última convertida à “lógica identitarista fundada na polarização do nós/eles”, conforme a assertiva de Montañó (2021, p. 92). Desta forma, a relação de exploração do trabalho pelo capital, que se personifica em classes sociais, passa a ser compreendida apenas como uma relação imediata de opressão, na qual os trabalhadores constituem uma suposta “identidade de classe” ao se diferenciarem dos “não trabalhadores”⁵⁵. Mas veja, não é disso que se trata. O antagonismo entre trabalhadores e burgueses não se funda na diferença mas na relação contraditória baseada na exploração, que carrega consigo formas de alienação. Lembremos das possíveis dimensões de constituição da classe, como vimos anteriormente, em especial da constituição da “classe em si”. Mesmo envolvendo determinações subjetivas, o pertencimento de classe se inscreve nas condições objetivas das relações sociais de produção e na luta de classes. Ainda, no movimento dialético de constituição da classe, havendo ou não o alcance “para si”, a inerente heterogeneidade da classe conta com o atravessamento de múltiplas identidades que diferenciam os sujeitos em sua diversidade.

Importante pontuarmos que a concepção de identidade como um articulado processo histórico, intersubjetivo e relacional entre o sujeito e a objetividade das condições concretas e situações em que está inserido — mediado pelos níveis de consciência que implicam na interpretação subjetiva dessa relação e na constituição da autoimagem individual ou grupal — é frontalmente descartada pelas chamadas narrativas “pós-modernas”. Pelo contrário, asseguram que os atributos e circunstâncias que definem a identidade situam-se em uma hipertrofia subjetivista e, portanto, em desconexão e desarticulação com as condições objetivas e históricas da realidade.

Embora grosseiramente acusada de relativizar o campo da subjetividade — como se o apartasse de uma base objetiva superdimensionada, operando, assim, um movimento reverso ao de seus próprios acusadores — a teoria social crítica de matriz marxiana-engelsiana, assentada na categoria intelectual de totalidade, contrariamente, concebe a objetividade e a subjetividade como dimensões postas no real por um mesmo processo articulado, conforme ponderamos no primeiro item deste capítulo. Assim, analisar a realidade objetiva sem levar

⁵⁵ Ao se basear exclusivamente no âmbito subjetivo da percepção, equiparando classe social à identidade, essa corrente de pensamento justifica, inclusive, a suposta “perda da centralidade” da classe social no capitalismo contemporâneo. Isso porque, segundo essa “narrativa”, inúmeros segmentos populacionais teriam deixado de se “identificar” como trabalhadores diante das transformações no mundo do trabalho. Como se o fato de um desempregado, um “empreendedor”, um “colaborador” ou um “patrão de si mesmo” não se perceber — ou não se “identificar” — como trabalhador fosse suficiente para apagar sua condição objetiva de pertencente à classe trabalhadora. Vale lembrar, ainda, que as circunstâncias contemporâneas do capital não apenas flexibilizam e precarizam profundamente as condições e relações de trabalho das classes subalternas, mas também dilaceram sua subjetividade coletiva, enfraquecendo os vínculos e os processos de consciência (Antunes, 2009; Montañó, 2021).

em conta a representação subjetiva ou, ao contrário, considerar apenas a dimensão subjetiva, dissociando-a das condições objetivas da realidade, constitui um reducionismo e um equívoco evidente. Nesse sentido, ao abordar especificamente o debate sobre a identidade a partir da lente crítica do materialismo histórico, Montañó (2021, p. 83) apresenta a seguinte observação:

Por um lado, a ‘identidade’ permite ampliar nossa análise e compreensão da realidade, indo além da classe social (mas a ela atrelada) e brindando-nos com o conhecimento de diversas particularidades que, na sociedade capitalista, representam as diversas formas de desigualdade, de opressão e de discriminação social. As ‘identidades’ ampliam e adensam nossa compreensão da realidade social, dando uma dimensão concreta à diversidade de grupos que compõem a sociedade e as classes sociais. Por outro lado, a ‘identidade’ remete não só a autopercepção (em vários níveis de consciência) de um indivíduo sobre sua condição subalterna numa dada relação de opressão, mas também a compreensão coletiva dessa realidade, condição ou situação compartilhadas com outros, que passam a se organizar e a lutar em torno de uma causa comum.

A identidade, portanto, não deve ser concebida como oposta ou concorrente à dimensão de classe, mas sim como imbricada a ela, podendo envolver a articulação da diversidade dos sujeitos sociais e dos processos de exploração, opressão e desigualdade que expressam particularidades em relação às variadas formas concretas de subalternização. Isso favorece tanto a análise da dinâmica social, saturada de mediações, quanto os processos de intervenção sociopolítica inseridos da totalidade social da realidade, em que participa de forma pública e política as lutas e movimentos sociais.

Definitivamente, não se trata de uma suposta equivalência identitarista entre classe social e identidade, como propõem as matizes “pós-modernas”, que se baseiam nesse reducionismo equivocado para, inclusive, levantar a acusação de que “ao privilegiar a opressão de classe, o marxismo secundarizou e, no fundo, ocultou a opressão sexual [como muitas outras] e, nessa medida, o seu projeto emancipatório ficou irremediavelmente truncado” (Santos, 1997, p. 41). Isso porque, como veremos mais adiante, para o irracionalismo pós-moderno, a noção de emancipação é profundamente fragmentada e indefinida, interditando a possibilidade de sua efetivação real — pois, como defendem, “a crise do pensamento estratégico emancipatório, mais do que uma crise de princípios, é uma crise dos sujeitos sociais interessados na aplicação destes e também dos modelos de sociedade em que tais princípios se podem traduzir” (Ibidem, p. 147).

Vale destacar que o tratamento irracionalista da identidade, sob a chamada “lógica identitarista” (Montañó, 2021), converte a relação entre os diferentes em uma polarização

personalizada (nós/eles), na qual o outro é percebido como um adversário absoluto, um inimigo real ou potencial, dificultando a construção de caminhos para a igualdade social entre os diferentes, rumo ao horizonte da emancipação (política e humana). A conversão naturalizada da diferença em antagonismo, como afirma Montañó (2021, p. 101) “criou, à direita e à esquerda, a cultura da ‘tolerância zero’: não se deve ser tolerante com o diferente, com o outro”. Esse processo contribui, inclusive, para a dispersão e segregação das frações de classe e dos segmentos sociais que as compõem de forma diversa, diluindo sua força coletiva e erigindo barreiras entre explorados e oprimidos, em vez de promover uma unidade na diversidade voltada para o enfrentamento das desigualdades sociais. No lugar das relações estruturais, recolocam-se as oposições interpessoais e grupais.

A lógica identitarista, assim, estimula uma compreensão binária da realidade, separando o “nós” do “eles”, os que pertencem a essa “identidade” e aqueles de fora, que não pertencem a ela. E nessa compreensão e divisão social, cria-se um antagonismo entre “nós” e “eles”. Quanto mais forte a “identidade” for na percepção do sujeito, mais ele verá o mundo dividido e antagonizado entre “nós” e “eles”, mais ele amará o membro da “identidade” e odiará o diferente, mais essa “identidade” será objeto de organização e de luta. Dessa forma, a tática e a estratégia política pós-moderna consistem em tornar *cada vez mais intensa* a “identidade” em questão, tendo uma percepção cada vez mais impactante nos indivíduos, para *acirrar ainda mais a oposição* entre “nós” e “eles”, como o objetivo de assim promover maior adesão e solidariedade interna, e promover também organizações e movimentos sociais e ações políticas identitárias (Ibidem, p. 102, *grifos do autor*).

Em nossa avaliação, a proposta central das perspectivas “pós-modernas” sobre os movimentos sociais está vinculada à substituição da luta de classes por processos particulares de lutas sociais baseadas apenas na “identidade” e na subjetividade de grupos transclassistas. As lutas travadas no campo da reprodução das relações sociais são destacadas e separadas dos processos de mobilização diretamente relacionados à produção social. O culto à diferença, sem mediações com os princípios de igualdade e universalidade, impede a formação de uma consciência de classe entre as diversas frações da classe trabalhadora e elimina os alicerces “para a solidariedade e ação coletiva fundamentadas em uma ‘identidade social’ comum (uma classe), em uma experiência comum, em interesses comuns” (Wood, 1999, p. 13). A insensibilidade quanto a uma perspectiva histórica e processual no entendimento da realidade se expressa na rejeição e apagamento de experiências históricas que o pensamento “pós-moderno” considera obsoletas. Essas perspectivas não apenas recusam a validade de organizações clássicas da classe trabalhadora, caracterizando-as como “velhas” em oposição aos “novos” movimentos sociais, mas também ocultam experiências históricas que poderiam

ser inspiradoras para se enfrentar os desafios atuais sob a vigência da acumulação flexível e do neoliberalismo. Mattos (2019, p. 69) aponta alguns desses exemplos históricos:

[...] o governo dos soviets foi, em seus primeiros anos, capaz de levar adiante um conjunto de políticas de igualdade de gênero, debatido desde o fim do século XIX pelo feminismo socialista da Segunda Internacional. Novas leis aprovadas entre a tomada do poder e o início da década de 1920 determinaram o fim do casamento religioso, a descriminalização da homossexualidade masculina, o direito ao aborto, a possibilidade do divórcio por iniciativa de qualquer dos cônjuges com direito a pensão, o direito de voto e a participação em todos os níveis do poder político para as mulheres, além do esforço de criação das condições para o livre exercício do trabalho remunerado pelas mulheres, como garantia de sua autonomia diante dos homens. Um esforço que envolveu a criação de espaços comunitários e públicos de creches, escolas, refeitórios e lavanderias que retirassem dos ombros femininos o peso do trabalho doméstico.

Estamos convencidos de que não só é possível, mas necessário, incluir as diversas lutas sociais de emancipação política, cujos objetivos podem ser alcançados dentro da ordem burguesa, no horizonte mais amplo da luta de classes, cujo objetivo final é a superação do capitalismo. Marx (2017a, p. 372) já afirmava que “o trabalho não pode se emancipar na pele branca onde na pele negra ele é marcado a ferro”. Reconhecendo a heterogeneidade da classe trabalhadora, que se torna ainda mais complexa e diversa na era do capitalismo mundializado e de avanço da barbárie social, observamos que as diversas lutas sociais desenvolvidas por múltiplos movimentos sociais são reflexos desse processo histórico. Respondem às diferentes formas de dominação, exploração e opressão, que se intensificam ou surgem a partir dos novos contextos historicamente determinados no desenvolvimento da sociabilidade capitalista. Nesse sentido, a multiplicidade das formas de luta social e enfrentamento político traduzidos nos movimentos sociais, ao invés de fragmentar o campo da política e hifenizar as classes subalternas pela diversidade de objetivos imediatos e particulares, rumando para um projeto da “micropolítica” ou do “lugar de fala” como possibilidade de “empoderamento” individual ou grupal, pode ampliar a luta de classes numa perspectiva integradora que fortaleça a luta anticapitalista e, sobretudo, revolucionária.

Embora segmentos de esquerda do pensamento “pós-moderno” possam se apresentar como anticapitalistas, suas defesas de uma ética da diferença se sobrepõem aos objetivos de emancipação humana e anulam a possibilidade de um projeto societário alternativo ao próprio capitalismo. Defendem uma “nova” sociabilidade fundada no tratamento diferenciado para os diferentes, que permita uma indefinida emancipação social, entendida “não mais que um conjunto de lutas processuais, sem fim definido”, em direção a uma “democracia sem fim” (Santos, 1997, p. 278-279). Esta “emancipação social” se realizaria “sem um sujeito social

especificamente titular dela e sem lógica de cumulatividade”, já que “as novas formas de opressão se revelam discursivamente nos processos sociais onde se inventa a identidade das vítimas, e não existe uma pré-condição estrutural dos grupos e movimentos de emancipação” (Ibidem, p. 223; 257). A posição privilegiada nesses processos de emancipação indefinida recai sobre os “novos” movimentos sociais, que “visam transformar o cotidiano das vítimas da opressão aqui e agora e não num futuro longínquo”, sem assumir “responsabilidades intergeracionais” (Ibidem, p. 256). A possibilidade histórica de revolução social é, mais uma vez, descartada.

Mesmo que o pensamento “pós-moderno” possa orientar lutas importantes, estas se limitam ao cotidiano como “o campo privilegiado por um mundo e uma vida melhores” (Ibidem) e, sobretudo, são direcionadas por veredas labirínticas que segmentam a intervenção das classes subalternas na realidade, fragilizam o potencial político e mobilizador de seus instrumentos organizativos, e favorecem recuos no processo de consciência dessas classes, reforçando a ocultação da realidade. Como aponta Wood (1996, p. 126), “vivemos agora não apenas uma carência de ação, ou a ausência dos instrumentos e da organização para a luta (embora estes sejam frágeis, sem dúvida). Não se trata somente de saber como agir contra o capitalismo, mas de esquecer até mesmo como pensar contra ele”.

Nesse contexto, até mesmo intelectuais que se debruçavam teoricamente para pensar as contradições do capitalismo em mudança a partir do referencial marxista, buscando compreender essa realidade na confirmação de suas determinações estruturais, foram capturados pela “nova” forma de pensar as mudanças sociais, caracterizada pela descausalização da história e pela secundarização (ou rejeição) das determinações estruturais que se articulam com a dinâmica social. Na abordagem dos movimentos sociais, um exemplo é o intelectual espanhol Castells, que havia desenvolvido uma análise crítica dos movimentos sociais urbanos⁵⁶ a partir do conceito de “contradições urbanas”, entendidas como problemáticas vinculadas ao desenvolvimento do capitalismo monopolista e suas tendências à crise (Castells, 1983). Mesmo com elementos de continuidade em suas produções, “Castells foi atingido pelos ventos da ‘crise dos paradigmas’, da crise do Estado de Bem Estar, e da queda do ‘socialismo real’, bem como pelo avanço da ideologia neoliberal” (Ramos, 2016, p. 12). O que acabou provocando seu reposicionamento teórico-político, movendo-se de uma

⁵⁶ Como apresentou Castells (1983, p. 461): “por movimento social urbano entendemos um sistema de práticas que resulta da articulação de uma conjuntura definida, ao mesmo tempo, pela inserção dos agentes de apoio na estrutura urbana e na estrutura social, e de tal modo que seu desenvolvimento tenda objetivamente para a transformação estrutural do sistema urbano ou para uma modificação substancial da relação de força na luta de classes, quer dizer, em última instância, no poder do Estado”.

vertente estruturalista do marxismo para uma perspectiva que incorpora pressupostos liberais, acionalistas e do campo “pós-moderno” na análise dos movimentos sociais. Abandonando a centralidade da luta de classes e se distanciando da crítica à sociedade burguesa, Castells (1999, p. 94-95) passou a compreender os “novos” movimentos sociais da seguinte maneira:

Os movimentos sociais devem ser entendidos em seus próprios termos: em outras palavras, eles são o que dizem⁵⁷ ser. Suas práticas (e sobretudo suas práticas discursivas) são sua autodefinição. Tal enfoque nos afasta da pretensão de interpretar a ‘verdadeira’ consciência dos movimentos como se somente pudessem existir revelando as contradições estruturais ‘reais’. Como se, para vir ao mundo, tivessem necessariamente de carregar consigo essas contradições, da mesma forma que o fazem com suas armas e bandeiras. Uma linha de pesquisa diferente e necessária consiste em estabelecer a relação entre os movimentos, conforme definido por suas práticas, valores e discurso, e os processos sociais aos quais parecem estar associados, por exemplo, globalização, informacionalização, crise da democracia representativa e predominância da política simbólica no espaço da mídia.

Diferentemente da lamentável trajetória de Castells, outros teóricos do campo marxista trataram de analisar a “novidade” dos movimentos sociais como “expressão da complexificação processada no ser social no mundo do capital” (Evangelista, 1999, p. 34). Embora alguns segmentos desse campo tenham enxergado esses instrumentos organizativos como preocupações de segunda ordem, atribuindo-lhes o papel equivocado de desagregação da classe trabalhadora ao subestimarem a complexificação que a luta de classes atingiu, outros pensadores dedicaram-se em compreender os movimentos sociais como manifestações refratadas da contradição fundamental entre capital e trabalho, analisando-os à luz de mediações da dinâmica sócio-histórica. Através do arcabouço teórico-metodológico do marxismo, buscaram explicar esses sujeitos coletivos como respostas político-organizativas das classes subalternas diante das necessidades históricas no âmbito da luta de classes.

Lojkin (1981), por exemplo, ao abordar o tema do Estado capitalista e a questão urbana sob o referencial marxista, se dedica a relacionar urbanização e acumulação capitalista, o que o leva a explicar os movimentos sociais urbanos como expressões da luta de classes, verdadeiros exemplos da formação de uma contra-hegemonia das “classes dominadas”. Para nosso autor, no “pôr-se em movimento” dessas classes contra a subordinação econômica e social exercida pela classe dominante, o conteúdo político e a

⁵⁷ Em desacordo com a suposta autodeterminação dos movimentos sociais defendida por Castells (1999), reiteramos o que diz Galvão (2011, p. 113, *grifo nosso*): “a relação entre classes e movimentos sociais pode ser apontada pelo analista, ainda que esse elemento não apareça claramente no *discurso* dos movimentos (que podem não se ver como um movimento de classe, nem considerar suas demandas como demandas de classe – e sim culturais, identitárias, como afirmam as teorias dos novos movimentos sociais e do reconhecimento)”.

amplitude das reivindicações e ações dos movimentos sociais constituem uma determinada força social cujo potencial transformador depende de seu “desafio político”. Como apresenta Lojkin (1981, p. 298), “o pôr se em movimento não será efetivo, não se traduzirá por uma verdadeira mudança na relação entre forças sociais no poder e forças sociais dominadas, a não ser que o desafio político o permita”. A partir da análise da relação entre a base social do movimento e a particularidade da contradição que o provocou, é possível identificar o seu “desafio político”, o qual se traduz na capacidade das lutas empreendidas pelo movimento de confrontar a hegemonia política da classe dominante ou de uma fração dela. O que indica, a partir da interpretação de Martins (2016, p. 214), “o grau de particularismo do movimento e sua potencialidade efetiva de transformação da realidade”.

Entendemos que o “desafio político” dos movimentos sociais, conforme apontado por Lojkin (1981), está relacionado à sua composição e à natureza de suas demandas reivindicatórias, considerando a heterogeneidade desses movimentos, que estão vinculados a classes sociais não homogêneas. Como aponta Galvão (2011, p. 113), os movimentos sociais “não são necessariamente uniclassistas, mas pluriclassistas”, já que são constituídos pelas diversas frações da classe trabalhadora e pelo conjunto das classes subalternas. As reivindicações desses instrumentos político-organizativos representam o entrecruzamento da contradição fundamental entre capital e trabalho com contradições mais “transversais”, que afetam não apenas a classe trabalhadora, mas a diversidade das classes sociais (o gênero humano), assumindo contornos específicos e estruturantes na sociabilidade capitalista, como o machismo e o racismo, por exemplo. Mattos (2009a, p. 210, *grifos nossos*) apresenta que “à desigualdade primária fundada na subordinação estrutural do trabalho ao capital somam-se desigualdades complementares [*provenientes de contradições ‘transversais’*], que reforçam os mecanismos de exploração/dominação”. É a partir desta articulação e sobreposição entre as refrações do conflito entre capital e trabalho com as contradições mais “transversais”, que determinadas necessidades sociais se intensificam ou surgem como alvos reivindicatórios dos movimentos sociais.

A partir dos estudos de Fontes (2010), verificamos que o período histórico de explosão dos chamados “novos movimentos sociais” é aquele em que ocorre a maior internacionalização da expansão capitalista sob a forma do que nossa autora denomina de capital-imperialismo. Nessa nova fase do modo de produção capitalista, caracterizada pelo padrão flexível de acumulação e pela fusão de diversas formas de capital monetário, a expansão capitalista, administrada por organismos internacionais criados desde o segundo pós-guerra, impulsiona a ampliação de processos de expropriação social, tanto primária

quanto secundária. Para Fontes (2010, p. 44), a expropriação primária consiste “na perda de propriedade dos meios de produção”, tal como ocorreu desde a acumulação primitiva de capital, processo que persiste e se aprofunda na fase do capital-imperialismo, impulsionando, por exemplo, as correntes migratórias de trabalhadores expropriados. Já as expropriações secundárias, próprias dessa fase societária, aprofundam a dependência dos trabalhadores à venda de sua força de trabalho, ou seja, intensificam sua dependência ao assalariamento, por meio da destruição de conquistas sociais, como a privatização de instituições públicas e a extinção de direitos sociais e trabalhistas. Com os trabalhadores já apartados dos meios de produção, as expropriações secundárias intensificam a subordinação das relações sociais à forma mercadoria, expressando-se não apenas na mercantilização dos direitos sociais e bens coletivos, mas também sobre “conhecimentos [...], sobre a biodiversidade, sobre técnicas diversas, desde formas de cultivo até formas de tratamento de saúde utilizadas por povos tradicionais” (Ibidem, p. 59).

Sob essa dinâmica do metabolismo capitalista que diversos movimentos sociais emergem enquanto respostas das classes subalternas aos processos de expropriações que se intensificam ou surgem na fase contemporânea do capital. Como “ainda há enorme massa a ser expropriada no mundo” (Fontes, 2008, p. 25), em relação às expropriações primárias, surgem como respostas político-organizativas movimentos sociais como, por exemplo, os movimentos indígenas, quilombolas e de base camponesa. Esses movimentos, além de resistirem ao extermínio de suas culturas particulares, opõem-se fundamentalmente à expropriação capitalista, embora não representem, por si mesmos, uma alternativa societária. Como aponta Martins (2016), longe de serem determinados culturalmente, esses movimentos sociais particulares expressam uma contradição com a expansão capitalista e se vinculam ao proletariado na luta de classes pelas seguintes razões:

Em primeiro lugar, porque o vir-a-ser destas populações é a sua integração como parte do proletariado subordinada à expansão irrefreada do capital (geralmente, aliás, nos pontos de maior precarização das condições de vida e trabalho). Em segundo lugar, porque a principal força antagonista ao capital é o proletariado, de modo que a preservação, a longo prazo, destas tradições e modo de vida depende também da superação do próprio metabolismo autoexpansivo do capital (Ibidem, p. 218-219).

Quanto às expropriações secundárias, inúmeros movimentos sociais pululam em todas as partes do mundo, tanto no centro capitalista quanto em sua periferia, adotando uma postura de resistência contra os retrocessos em conquistas sociais e lutando por formas de emancipação política, especialmente no que se refere ao acesso à direitos de cidadania.

Mesmo com sua composição heterogênea e demandas reivindicatórias diversas, esses movimentos sociais e suas lutas constituem momentos da luta de classes ao confrontar as expropriações capitalistas que intensificam a mercantilização da vida social. Embora o âmbito que esses movimentos sociais se organizam e se desenvolvem não seja diretamente da produção social, suas lutas sociais são conduzidas na contracorrente da dinâmica capitalista de valorização do valor, mesmo que as reivindicações imediatas desses movimentos não representem uma frontal ameaça à reprodução da ordem estabelecida. Apesar das lutas sociais conduzidas na contramarcha das expropriações capitalistas não colocarem em xeque os fundamentos estruturais do atual modo de produção, elas representam impasses para as formas de expansão contemporânea do capital e de suas modalidades de subalternização na dinâmica social.

Não é coincidência que a generalização desses “novos” movimentos sociais tenha ocorrido no mesmo período histórico de rearticulação mundial do capital através da reestruturação produtiva e redefinição da intervenção estatal com a incorporação das políticas neoliberais. Processo que repercute diretamente nos direitos de proteção ao trabalho, que passam a ser “desregulamentados, flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase” (Antunes, 2006, p. 204). Tanto as formas de organização do trabalho passam por mecanismos de flexibilização e precarização das condições para sua realização, como as bases de organização sindical dos trabalhadores são diluídas pela desconcentração espacial da produção e pelos novos padrões de gestão da força de trabalho, com precários vínculos de contratação e relação salarial que se somam a outros efeitos como o aprofundamento do desemprego estrutural. O Estado, que antes buscava o “bem-estar” através da generalização de direitos sociais no centro do capitalismo, passa incorporar o receituário neoliberal que pretende sua minimização para o social e maximização para o capital, se desobriga das responsabilidades sociais pretéritas, convertendo os bens e serviços públicos às condições do mercado no contexto das expropriações secundárias, e opera a focalização das residuais políticas sociais compensatórias, abrindo caminho para o chamado “terceiro setor” das mal nomeadas organizações não governamentais (ONGs)⁵⁸. Além de intensificar seu aparato coercitivo e repressivo contra os processos mais combativos

⁵⁸ “A denominação ONG mais confunde do que esclarece o fenômeno, uma vez que usa como critério de classificação o pertencimento institucional ou não de uma entidade, o que envolve dois problemas graves: esquece o fato de que a contraposição fundamental a governo/público é privado/empresa e, em seguida, decreta essa diferenciação unicamente por decisão nomeadora, sugerindo uma existência idealizada, apartada tanto da propriedade privada (mercados) quanto da política” (Fontes, 2010, p. 231-232).

de mobilização e organização política das classes subalternas, combinando com novas modalidades de cooptação e produção de consensos.

Como defende Antunes (2009, p. 63), todo esse processo de transformações societárias atinge “a forma de ser da classe trabalhadora, de seu movimento sindical, de seus partidos, de seus movimentos sociais, de seus ideários e valores”. O que provoca consequências para o processo de consciência da classe e suas ações políticas na luta de classes, já que, como aponta Marx (1977, p. 24), “o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral”. Deste modo, assim como boa parte das organizações sindicais dos trabalhadores converteram-se à iniciativas pragmáticas do sindicalismo “propositivo” e de colaboração de classes como resultante de seu enfraquecimento político-organizativo circunscrito ao corporativismo, a inexistência de um escoadouro político que pudesse articular a diversidade das lutas sociais numa perspectiva classista representou a segmentação de movimentos sociais particularistas, cujas reivindicações imediatas se limitavam à lutas por cidadania⁵⁹. Embora esses “novos” movimentos sociais buscassem se desenvolver de costas para o Estado, elegendo a “autônoma” sociedade civil como espaço privilegiado de atuação, boa parte deles foram cooptados pela lógica de institucionalização das lutas sociais. Na ilusória busca por uma democratização fragmentada da sociedade, os diversos movimentos sociais caminharam para duas direções principais, como analisa a historiadora Fontes (2010, p. 191):

a luta por direitos, predominantemente nacional, que marcaria o tom das democratizações e da cidadania, desatenta das enormes desigualdades entre os diferentes países; e as lutas internacionais de teor específico, que se autoproclamavam apolíticas. Ambas expressam importantes arenas de luta social e inegavelmente resultaram em conquistas, mas se situaram numa posição ambígua: isolaram dimensões que se encontram conectadas desigualmente pelo capital; fortemente dependentes de contribuições voluntárias aparentemente descomprometidas, esqueceram que o dinheiro carrega consigo relações sociais. Daí resultou uma crescente dependência em relação às fontes financiadoras e redirecionadoras estabelecidas pelo capital, resultando na aceitação e mesmo no estímulo a um militantismo profissionalizado, 'filantropizante' ou eventual (de cunho turístico); seriam as receptoras das ofertas de financiamento das entidades sem fins lucrativos, mas de base empresarial ou institucional que, crescentemente, procuravam assenhorear-se das entidades combativas de cunho popular.

É nesse contexto que as abordagens teóricas dos chamados “novos movimentos sociais” florescem, se generalizam e se mesclam a partir de pressupostos culturalistas com

⁵⁹ Conforme Duriguetto (2007, p. 213-214), “a cidadania tende a aparecer mais relacionada com as temáticas afins as liberdades e autonomias civis, e as desigualdades econômicas tendem a se manifestar e a terem suas resolutividades por meio de uma linguagem comum de direitos”.

ênfase nas premissas “pós-modernas”, que invadem de forma predominante o pensamento social contemporâneo. Nas palavras de Evangelista (1992, p. 26): “o imediato toma o lugar do mediato; a revolução, a luta pelo poder do Estado e seus instrumentos institucionais, a transformação macroscópica e de milhões, é substituída pelas 'pequenas lutas', pelas infindáveis transformações moleculares”. Mas, como afirma Martins (2016, p. 229), “não devemos julgar uma época histórica pelo que ela pensa de si mesma”. Embora o pensamento “pós-moderno” seja um estimulador do efêmero na vida social enquanto sintoma ideológico do capitalismo contemporâneo, repercutindo na subjetividade coletiva das classes subalternas e em suas ações político-organizativas, é importante considerarmos que isso ocorre na concretude histórica da luta de classes. Tratando especificamente da crise do movimento operário europeu, Bihr (1999, p. 13) apresenta uma provocação que também nos ajuda a refletir sobre o contexto histórico dos movimentos sociais: “como imaginar que as estruturas capitalistas de opressão possam se manter, sob formas o tempo todo renovadas, sem que elas façam nascer, entre suas principais vítimas, o desejo de lhes oferecer resistência e a vontade de acabar com elas por meio da luta e da organização coletivas?”

O móvel básico da realidade em mudança e em constante contradição demonstra que as expressões da ideologia dominante, muitas vezes travestida de progressismo, podem ser transponíveis pelo próprio movimento político e de consciência das classes subalternas que se universalizam como proletariado. Como defende Mattos (2019, p. 70), por sua diversidade, complexidade e determinação histórica, “o sujeito histórico potencialmente transformador que Marx e Engels encontraram no século XIX continua a desafiar a capacidade de análise daqueles que se propõem a estudá-lo, assim como os projetos políticos que pretendem representá-lo”.

Em acordo com Galvão (2011, p. 121), estamos convencidos que “a concepção marxista possibilita pensar os elementos comuns e a unidade dos movimentos sociais a despeito de sua heterogeneidade”, na contracorrente do pensamento dominante que sustenta as interpretações fragmentadoras e despolitizadoras dos instrumentos político-organizativos das classes subalternas. Acreditamos que através da razão humanista e histórico-dialética presente na teoria social marxiana e nas contribuições da tradição marxista, podemos apreender os limites e o potencial transformador da realidade que os movimentos sociais portam na dinâmica histórica da luta de classes. Nesse sentido, não é só possível, mas necessário, estabelecer a articulação entre as lutas por reformas e a perspectiva revolucionária tanto na análise quanto na ação dos movimentos sociais. Como os movimentos sociais constituem objetivamente formas político-organizativas de resistência, contestação e

enfrentamento às diversas expressões da “questão social” que se intensificam ou surgem no capitalismo contemporâneo, configuram-se como momentos da luta de classes que particularizam-se a partir do “desafio político” que os envolve, mas, sobretudo, são determinados fundamentalmente pela natureza de classe que funda e atravessa os antagonismos sociais da sociedade burguesa, sua condição de classe é o elemento que, superpondo-se às diferenças entre si, permite às classes subalternas se universalizar como proletariado e construir uma intervenção sociopolítica articulada e comum, para além das identidades específicas, no sentido da formação de uma contra-hegemonia. O que depende, é claro, da correlação de forças da luta de classes, do desenvolvimento da consciência das classes subalternas, seu processo de constituição enquanto classe e suas mediações históricas.

2.3 O contexto dos Movimentos Sociais na realidade brasileira

As determinações dos movimentos sociais e suas lutas na realidade brasileira estão vinculadas à dinâmica da luta de classes, a partir da combinação entre a universalidade do modo de produção capitalista e sua tendência operante na particularidade da formação social e econômica do país, incluindo a imbricação histórica de processos anteriores ao pleno desenvolvimento das relações de produção tipicamente capitalistas. Isso envolve, por exemplo, processos históricos de resistência popular e rebeliões⁶⁰ sociais das classes subalternas diante do padrão de luta de classes que se perpetua em nossa formação social, com implicações profundas para a configuração da “questão social” no Brasil.

Embora as nítidas refrações da “questão social” se despontam no contexto de desenvolvimento urbano-industrial da sociedade brasileira, sob a expansão das forças produtivas e das relações de produção social capitalistas — processo que se engendra com o antagonismo entre a burguesia e o operariado na transição do século XIX para o século XX — sua configuração é influenciada por traços peculiares de nossa formação social. Entre eles, destacam-se: o curso histórico de invasão colonial a partir da expansão mercantilista europeia, que, por meio do aviltamento de nossos povos autóctones e da usurpação de nossos recursos

⁶⁰ Como breve demonstração, além da experiência insurrecional — e “mística” — da guerra civil de Canudos, conforme nos relata Euclides da Cunha (2013), algumas emblemáticas rebeliões populares são lembradas por Andrade (1991, p. 8, *grifos nossos*) dentre as inúmeras insurreições subalternas: “movimentos populares liderados por homens [e mulheres] do povo, como a reação indígena, os quilombos negros, as revoltas do período regencial e imperial — Cabanada da Amazônia, Balaiada do Maranhão e Piauí, Guerra dos Cabanos de Pernambuco e Alagoas, revolta dos negros Malês da Bahia, Quebra-Quilos da Paraíba e Pernambuco etc. — que foram praticamente expulsos ou escondidos da nossa história”. Gohn (2012) sumariza boa parte dessas insurgências subalternas.

naturais, viabilizou o crescimento econômico europeu; a escravização de pessoas negras traficadas para a construção da economia nacional, baseada numa estrutura agroexportadora⁶¹, e cuja marca histórica se expressa na questão étnico-racial⁶² como elemento estruturante do capitalismo no país; o patrimonialismo das oligarquias latifundiárias; e os conflitos sociais intensamente forjados na grande violência (Wanderley, 2000). Condições históricas da formação social do Brasil, sob a base do autoritarismo, que incidem na constituição de um Estado antinacional e antidemocrático, uma economia estruturalmente dependente ao capital internacional, e a formação polarizada de classes sociais, também características desse processo, como classes dominantes conservadoras, sumariamente autocráticas, e classes subalternas desprovidas de mínima participação cívico-política (Fernandes, 2020). Tudo isso, que fermenta o desenvolvimento capitalista no Brasil, participa da determinação da “questão social” e da particularidade da luta de classes no país.

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil, como aponta Castelo et al. (2020, p. 16), ocorre sob a forma de uma “transição curupira, que caminhou-se para a frente com os pés voltados para trás”. Nesse sentido, além do capital industrial nacional nascer intimamente associado ao capital agrário⁶³, refletindo o caráter reacionário da burguesia interna, a posição dependente da economia nacional no mercado capitalista mundial expressa também um caráter subserviente dessas classes dominantes internas perante o grande capital estrangeiro, fazendo com que a superexploração⁶⁴ do trabalho assalariado seja condição indelével do desenvolvimento capitalista “*sui generis*” no Brasil (Marini, 2000).

⁶¹ Conforme Skidmore (1982, p. 64), “no século dezoito, o Brasil se tornou relativamente próspero com as exportações de açúcar para a Europa; no século dezoito o ouro e os diamantes substituíram as exportações agrícolas, sem alterar a posição periférica do Brasil na economia mundial. Na segunda metade do século dezanove, o café apareceu como o novo grande produtor de divisas”.

⁶² Concordamos com a concepção de Silva (2025, p. 40, *grifos nossos*) acerca da questão étnico-racial, compreendida “como totalidade em processo e constitutiva da totalidade concreta do capitalismo em sua dimensão de universalidade, com expressões particulares em cada realidade (*formações sociais*), composta por uma dupla dimensão: a do racismo e a do antirracismo”.

⁶³ “O excedente de capitais gerado pela produção agroexportadora foi investido no setor industrial, com destaque para a indústria têxtil, por meio da ação de comerciantes vinculados às oligarquias do café. [...] Além do setor têxtil, destaca-se também o metalúrgico, impulsionado principalmente pelas demandas do arsenal de Marinha de Guerra e posteriormente das encomendas militares derivadas da Guerra do Paraguai e pela construção da primeira malha ferroviária do país com capitais agrários e estatais, que começou em 1852 com a Estrada de Ferro Mauá (em Magé) e ganhou enorme impulso com a Estrada de Ferro Central do Brasil. Podemos apontar também o setor químico-farmacêutico [...]” (Castelo et al., 2020, p. 23-24).

⁶⁴ Marini (2000, p. 126) identifica três mecanismos que, combinados, expressam o processo de superexploração do trabalho: “a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho. [...] nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho”.

É importante assinalar que a superexploração do trabalho, enquanto característica inerente ao capitalismo dependente, nos marcos do desenvolvimento desigual e combinado, possui, em suas determinações, uma relação fundamental com o processo de racialização das relações sociais, no qual o racismo aparece como uma “contradição suplementar”. Nesse sentido, a partir do pensamento social de Moura (1983), podemos compreender a questão étnico-racial para além de uma “herança” histórica do escravismo e da colonização no país, constituindo fator estruturante do desenvolvimento capitalista de caráter dependente. No contexto societário posterior à abolição formal do regime escravista e de instauração do “trabalho livre” sob parâmetros jurídico-políticos, as relações étnico-raciais atuam de forma determinante na divisão social do trabalho e sobre o valor da força de trabalho, suplementando as condições da superexploração. Isso se expressa na incorporação subalternizada da população não branca — especialmente da população negra — ao trabalho assalariado na condição de “franja marginalizada”, sendo lançada aos contingentes da superpopulação relativa e do exército industrial de reserva, conforme as circunstâncias históricas da formação social brasileira. Segundo a análise de Moura (1983, p. 133), torna-se flagrante

a contradição que se estabelece entre o trabalhador negro, recém-saído da escravidão, quase sempre desempregado ou na faixa do sub-emprego, e o trabalhador branco, estrangeiro, que veio para suprir de mão-de-obra uma economia que entrava em um modelo econômico já condicionado pelo imperialismo. Por isto mesmo necessitava de um contingente marginalizado bem mais compacto do que o exército industrial de reserva no seu modelo clássico europeu. Havia necessidade da existência de uma grande franja marginal capaz de forçar os baixos salários dos trabalhadores engajados no processo de trabalho. Essa franja foi ocupada pelos negros, gerando isto uma contradição suplementar.

Dessa forma, a racialização das relações sociais, com profunda penetração nas condições em que se processa e se estrutura o modo de produção capitalista na realidade brasileira, incide na constituição de desigualdades sociais peculiares à nossa formação social, as quais demandam “mecanismos ideológicos de ocultamento de suas raízes”, fazendo do racismo “um elemento determinado e determinante da dinâmica da superexploração da força de trabalho, sob a dependência e o imperialismo” (Souza, 2023, p. 18). Mas não podemos esquecer que, dada a dimensão contraditória das relações sociais, tais desigualdades sociais também implicam formas de luta social e resistência das frações subalternas na constituição

histórica da classe trabalhadora⁶⁵, frente ao avanço do desenvolvimento do capitalismo dependente.

Conforme já sinalizamos, o desenvolvimento capitalista no Brasil remete a um processo histórico de dependência, marcado pela heteronomia econômica, isto é, pela estruturação do desenvolvimento econômico dependente e subordinado aos interesses do capital estrangeiro, “que forma as raízes e constitui a base da penetração e dominação imperialista em nosso país” (Prado Júnior, 1966, p. 132). O que se vincula a dois traços fundamentais de nossa formação social: a modernização conservadora de relações sociais herdadas do passado que não foram superadas por um “clássico” processo revolucionário⁶⁶, mas “fundiram o ‘velho’ e o ‘novo’, [...] prevalecendo, no conjunto, a lógica da dominação burguesa dos grupos oligárquicos dominantes [...]” (Fernandes, 2020, p. 216); e a exclusão das classes subalternas dos processos políticos de decisão nacional, que assegura o desenlace dos conflitos políticos sempre “pelo alto”. Elementos que enformam a especificidade do desenrolar histórico da luta de classes em terras brasileiras, se expressando no processo de emergência e desenvolvimento dos movimentos sociais⁶⁷ das classes subalternas que enfrenta o contexto de “revolução passiva”⁶⁸.

⁶⁵ Segundo Elias (2019, p. 66), após a intensificação das lutas da população negra escravizada e a abolição formal do regime escravista, “ex-trabalhadores(as) escravizados(as) continuaram a atuar em diversos setores nos quais já estavam inseridos desde o período escravocrata, permanecendo majoritários em segmentos como os de portuários, estivadores, armazenadores da produção cafeeira e no trabalho doméstico, este último desempenhado principalmente por mulheres; de forma que as primeiras greves e sindicatos desses segmentos ocorreram sob a organização e direção de trabalhadores negros”. Um estudo sobre os processos de resistência negra entre 1889 e 2000, no Brasil, é apresentado por Domingues (2007), em que destaca os “movimentos de mobilização racial negra” como forma de oposição — ainda que politicamente difusa — à marginalização social e racial do “homem de cor”, além de identificar três principais fases do Movimento Negro no país ao longo desse período.

⁶⁶ Ao nos depararmos com a temática histórica e sociológica da “revolução”, podemos associá-la a processos de insurreições sociopolíticas que resultaram em rupturas históricas com o desenvolvimento socioeconômico e político de formas societárias anteriores. Inclusive, este pode ser o caso quando, por exemplo, as clássicas revoluções burguesas são pensadas através de poucas mediações históricas e com ênfase em uma concepção de revoltas insurgentes e diretamente beligerantes. Ainda, o que pode dificultar o entendimento sociológico sobre o conceito de “revolução”, é quando transportamos determinados “modelos” históricos de revolução para outros ambientes, sem considerarmos as particularidades e a singularidade das diferentes formações sociais e econômicas de cada lugar. A partir das contribuições sociológicas de Florestan Fernandes (2020), conseguimos situar o debate sobre a realidade brasileira de forma distante e oposta às análises teóricas que afirmam não ter ocorrido revolução burguesa no Brasil. Diferentemente de como ocorreu nos territórios centrais do grande capital, a revolução burguesa no Brasil se expressa através de um conjunto de transformações internas, estabelecidos os nexos com a globalidade internacional do desenvolvimento capitalista, que resultaram, processualmente, tanto na instauração do poder burguês como da dominação burguesa no país.

⁶⁷ Como nossa proposta neste item é abordar o contexto dos movimentos sociais na realidade brasileira, indicamos, para um panorama histórico do desenvolvimento das lutas e movimentos sociais, os textos de Giannotti (2007) e Duriguetto e Montañó (2011).

⁶⁸ O conceito de “revolução passiva” tal como elaborado por Gramsci, pode ser definido assim como apresenta Duriguetto (2007, p. 132): “em termos gramscianos, uma revolução passiva expressa a presença de dois momentos: reação das classes dominantes à possibilidade de uma transformação efetiva de ‘baixo para cima’, reação que acaba por ‘restaurar’ o equilíbrio precedente, ao mesmo tempo em que ‘renova’ suas práticas sociais, antecipando-se a ou incorporando e controlando ‘por cima’ certas demandas populares com o que aumenta seu poder de controle e cooptação”.

Na realidade brasileira, os embriões da revolução burguesa e, portanto, da instauração do poder burguês e da dominação burguesa, são encontrados entre o fim do período imperial e durante a vigência da chamada República Velha, contando com traços de continuidade e desagregação de uma ordem colonial-senhorial. A criação do Estado Nacional significou uma rotação do que era imposto diretamente de “fora para dentro”, para, então, se impor uma organização nacional a partir de dentro. Mesmo que isso não se expressasse no “substrato material, social e moral, que iria perpetuar-se e servir de suporte à construção de uma sociedade nacional”, tendo em vista a presença de traços dependentes e de certas continuidades do estatuto colonial que havia sido “condenado e superado como estado jurídico-político” (Fernandes, 2020, p. 47). O liberalismo assumiu um papel importante na orientação do Estado e para a liberdade do comércio interno e internacional, intensificando a desagregação colonial, mas mantendo uma dinâmica heteronômica para o desenvolvimento da ordem nacional. E em um contexto de deslocamento para o urbano-industrial-comercial articulado com a estrutura agrária do país, ocorre o aburguesamento dos senhores — das “elites” — que ocuparam o Estado, não como classe burguesa mas munida de um “espírito” burguês. Tudo isso em um contexto de “democracia restrita” aos “cidadãos válidos” e de *circuito* político e econômico *fechado* aos demais, isto é, “uma democracia restrita, aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa” (Ibidem).

Antes do “ponto de partida” da revolução burguesa no Brasil, que data a partir de meados da década de 1930, o cenário em que o poder burguês coexistia com uma polarização de classes favorável à dominação burguesa, mediado pela ordem competitiva e suas relações monetárias, já era impulsionado por forças dinamizadoras oriundas da esfera urbano-industrial. Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século seguinte, ocorre uma transição gradual de uma situação neocolonial do país para um caráter de capitalismo competitivo dependente. Abria-se uma crescente diferenciação de classes sociais num quadro de desagregação social, tanto pelo contraste entre empresários e operários no setor industrial quanto pela expansão de profissões e atividades assalariadas no contexto da vida urbano-comercial. Essa diferenciação de classes sociais, com destaque para os setores médios e os veículos de opinião pública, somou à necessidade de integração política dos segmentos proletarizados e subalternos, que colidiu com os mecanismos do “circuito fechado”. E para preservar e garantir o monopólio político e econômico das classes dominantes internas, sob o manto do autoritarismo autóctone de nossa formação social, a violência estatal foi um instrumento fundamental para impedir a polarização da classe trabalhadora como *classe em si*, apesar da presença dinâmica de organizações e movimentos

sociais das classes subalternas, com destaque para o movimento operário sob forte orientação anarquista, mas também com incidência dos comunistas.

No Brasil, a socialização da política não se realizou plenamente e, quando deu passos adiante, os setores de ponta das classes dominantes logram travá-la; a socialização da política, no Brasil, sempre teve nas classes dominantes um adversário constante — daí a tradição antidemocrática (não apenas política, mas também sociocultural) que atravessa a história brasileira e os processos diretivos da nossa sociedade, que têm sido conduzidos “pelo alto” (Netto, 2014, p. 76).

O processo de aceleração industrial do país e de desenvolvimento nacional no contexto do chamado Estado Novo⁶⁹ não foi produto da ação autônoma de uma burguesia industrial em vistas a indução civilizatória, mas contou imprescindivelmente com a forte intervenção estatal, cujas características autoritárias e corporativistas “consagrou uma modalidade de interpenetração entre o público e privado que acabaria por restringir as possibilidades de instauração e aprofundamento de uma ordem democrática no país” (Duriguetto, 2007, p. 134). Enquanto as classes dominantes assumem canais abertos de representação de seus interesses corporativos e de classe no aparelho estatal, as camadas da classe trabalhadora são marginalizadas dos processos decisórios e privadas de autonomia político-organizativa através da direta repressão ou inserção coercitiva de seus canais representativos e de luta na estrutura corporativista e burocrática do controle estatal. O fortalecimento da centralização política do Estado e sua relação com as classes sociais conduzirá para uma ação estatal que se configura historicamente como “eficiente instrumento contra a emersão, na sociedade civil, de agências portadoras de vontades coletivas e projetos societários alternativos” (Netto, 2015b, p. 34).

Esse processo se desdobra nas décadas seguintes, culminando em uma conjuntura na qual as contradições internas do desenvolvimento do capitalismo dependente se expressaram tanto em tensões internas quanto externas. As tensões internas, provocadas em boa medida por forças sociais que pretendiam polarizar a classe trabalhadora como *classe em si* no país, não tiveram êxito suficiente na defesa da soberania nacional de modo a permitir a ruptura com a dominação externa, a aniquilação do latifúndio, a centralização do poder político e a concentração econômica. Essas forças sociais, hegemônicas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) sob a chamada estratégia nacional democrática, cujo “eixo de ação era permeado por um politicismo taticista, que privilegiava a unidade ampla para a consolidação da democracia, por meio de uma luta ordeira e pacífica” (Mazzeo, 1999, p. 73), foram

⁶⁹ Um panorama sobre a chamada Era Vargas e os desdobramentos históricos da realidade brasileira até o golpe de abril de 1964, pode ser encontrado em Skidmore (1982).

direcionadas de certa maneira para interesses de parte da burguesia interna em busca da unidade nacional como suposto caminho para a democratização reformista do país, tendo em vista as disputas intraclasses dominante para o desenvolvimento capitalista nacional. Contudo, esse contexto, isoladamente, não era “suficiente para gerar uma crise do poder burguês no Brasil” (Evangelista, 2021, p. 90). As pressões externas para a modernização conservadora do capitalismo no país, promovidas pelos grandes segmentos do capital internacional, implicavam não só em uma maior heteronomia econômica, mas, também, um aprofundamento da dependência política — agora sob os mandos do imperialismo norte-americano. O que provocaria certos prejuízos para as elites brasileiras em relação à dominação e exploração no país, como a perda de influência nas decisões políticas internas. Assim, para resguardar e fortalecer as circunstâncias políticas e econômicas do poder burguês, a revolução burguesa no Brasil alcança seu “ponto de chegada” com a contrarrevolução preventiva⁷⁰ através do golpe civil-militar e empresarial de abril de 1964, que “significou à época a liquidação da possibilidade de reverter a dependência e a vinculação da economia brasileira aos interesses imperialistas e de democratizar substancialmente a sociedade brasileira” (Netto, 2014, p. 77).

Como um projeto nacional-democrático de desenvolvimento para o Brasil estava impossibilitado naquele contexto de tensões sociais, a alternativa vitoriosa foi a adesão de parte da burguesia interna aos influxos da dependência imperialista. E essa alternativa se colocou através de uma ditadura de classe — a autocracia burguesa, “ditadura do grande capital” (Ianni, 1981) — para imobilizar os protagonistas sociopolíticos das classes subalternas e dos setores médios para não resistirem e, ao mesmo tempo, resolver coercitivamente os conflitos internos entre a própria classe burguesa sob patrocínio internacional. De fato, o regime ditatorial, que se instalou por meio da força e da violência, foi a solução política imposta para derrotar a possibilidade de desenvolvimento nacional que buscasse romper com as piores tradições e características históricas da nossa formação social, reforçando o caráter inequivocamente reacionário das classes dominantes internas e sua posição subordinada aos interesses do grande capital internacional.

⁷⁰ A partir dos constructos de Netto (2014, p. 77), compreendemos que as lutas sociais impulsionadoras da pauta das reformas de base para o país, desenvolvidas entre o final de 1950 e os primeiros anos de 1960, “não colocavam em xeque, imediatamente, a ordem capitalista: colocavam em xeque a modalidade específica que, em termos econômico-sociais e políticos, o desenvolvimento do capitalismo tomara no país. É bastante provável que tais lutas, se originassem um reordenamento econômico-social e político efetivamente mais democrático, desembocassem num quadro revolucionário. Os estrategistas das classes dominantes tiveram consciência dessa provável evolução e, por isto, sintonizados com a contrarrevolução preventiva em escala mundial, trataram de abortá-la com o golpe de abril”.

Assim, de modo a ampliar a incorporação estrutural da dinâmica econômica e política do país ao capitalismo monopolista, a figura do Estado foi imprescindível como base socioinstitucional, de defesa e de segurança, como irradiador nacional desse processo de transformação capitalista no país, que se traduz no que Fernandes (2020) denominou como “imperialismo total”. As transformações estruturais no desenvolvimento capitalista do país sob a égide imperialista podem ser sinalizadas em quatro elementos fundamentais: “as modificações do processo de acumulação de capital monopolista no Brasil; o regime de classes; a indústria cultural; e a estrutura política da autocracia burguesa no interior do Estado moderno” (Evangelista, 2021, p. 92-93). E foi esse processo de “imperialismo total” que engendrou centralmente os rumos econômicos e políticos do país até então, sob a dominação burguesa articulada ao padrão de monopolização capitalista.

Enquanto a classe burguesa se consolida como classe interna, mas com visão cosmopolita, com novo ethos, ideologia e utopia, ocorre uma crescente proletarização das camadas trabalhadoras, com aumento dos setores médios e expansão do mercado interno — tudo isso imerso em um novo padrão de cultura burguesa, associada ao imperialismo. E no bojo da autocracia burguesa se constituíram alianças entre setores e atores distintos: como protagonistas tivemos as multinacionais, a burguesia financeira e a grande indústria; como estratégicos estavam os tecnocratas civis e militares, e grandes apoiadores do regime autocrático; e como forças intermediárias, o comércio agrário, o setor agro-industrial e a pequena burguesia. Um arranjo político das forças dominantes e suas bases de sustentação cujo “o centro articulador e o meio coesionador” se encontra na figura do Estado (Netto, 2015b, p. 44). Desempenhando uma funcionalidade política e econômica, o Estado no regime autoritário assegurou a reprodução do padrão de desenvolvimento dependente e associado ao grande capital imperialista, intervindo na economia enquanto um repassador de renda aos monopólios, e atuando politicamente junto aos conflitos sociais e de classes derivados dessa dinâmica. Dessa forma, reforçam-se no Estado duas características fundamentais já presentes em nossa formação social: um traço antinacional, por aprofundar a heteronomia, isto é, a dependência político-econômica nacional em relação aos interesses do capital estrangeiro, no mesmo passo que conflui a influência monopolista externa com a oligarquia financeira interna; e um traço antidemocrático, por exercer a atividade estatal de modo a impossibilitar e reprimir os mecanismos políticos de mobilização, organização e representação da sociedade civil, em especial se tratando das classes subalternas e de grupos opositores, aprofundando a exclusão das massas nas instâncias decisórias da vida social.

Em sua plena vigência, a autocracia burguesa possui um ciclo constituído por momentos diferenciados e articulados, que resulta na transição a outra forma de dominação. Esse ciclo da autocracia burguesa recobre períodos fundamentais, que não se dissociam mas formam momentos diferenciáveis na processualidade autocrático burguesa — o que Netto (2015b, p. 52) denomina como os “três lustros” da ditadura civil-militar no Brasil.

O primeiro momento do ciclo autocrático burguês compreende o período de 1964 a 1968, quando ocorre a tentativa de construção e manutenção da legitimidade do regime no conjunto da sociedade brasileira. Nesse momento, era preciso que a ditadura alcançasse uma legitimidade política a partir da articulação de uma ampla base de apoio para sustentar suas iniciativas. Após a repressão imediata ao golpe, que imobilizou os atores potenciais em abrir confronto com o regime, a ditadura buscou manter um consenso entre as forças de sustentação do golpe e ganhar a opinião pública em seu favor. Na tentativa de demonstrar que o regime autoritário representava o melhor para a suposta proteção do país, o alto escalão da conspiração golpista baseou-se na Doutrina de Segurança Nacional, elaborada na Escola Superior de Guerra, para promover uma difusão ideológica no conjunto da sociedade.

Para a Doutrina de Segurança Nacional, a questão central é a garantia da segurança interna, que exige duas condições: a criação de um aparato repressivo, encimado por uma rede de informações que permita detectar o “inimigo interno” (os “subversivos”), capaz de neutralizá-lo / eliminá-lo, e a implementação de uma política de desenvolvimento econômico, eficiente e assentada no planejamento para assegurar a força militar do Estado (Netto, 2014, p. 87).

Assim, em seu primeiro lustro, a ditadura buscou legitimar-se como defensora da paz e da ordem, livrando o país do suposto inimigo interno, considerado como subversivo — sejam pessoas ou ideias. E é nesse momento também que a ditadura já apresenta seu caráter de classe, quando no governo de Castelo Branco (1964-1967) prevalece uma orientação macroeconômica a partir do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), em que a política salarial era ponto central. Com a promoção de uma política de arrocho salarial que afetou tanto os servidores públicos como a iniciativa privada, o conjunto da classe trabalhadora foi penalizado com a maximização da exploração do trabalho, isto é, com o recebimento de salários abaixo do valor necessário para a reprodução da força de trabalho. O arrocho nos salários provocava perdas progressivas no poder de compra e consumo dos trabalhadores, enquanto viabilizava a multiplicação da acumulação capitalista.

Com o crescimento econômico do país centralizado e concentrado nos monopólios, e pela desnacionalização da economia através da abertura ao capital estrangeiro privado, a ditadura foi responsável por alargar as desigualdades sociais na sociedade brasileira. Dessa

forma, seu objetivo de conquistar legitimidade para o regime autocrático não ressoou positivamente junto às massas trabalhadoras penalizadas pela política macroeconômica da ditadura civil-militar. E, inclusive, segmentos da pequena burguesia que tinham sido simpáticos e até apoiadores do golpe, começaram a se deslocar para o campo de oposição ao regime, tendo em vista os impactos econômicos em suas vidas.

Nesse contexto, então, ocorre uma ampliação do descontentamento popular com o regime ditatorial, que se desdobra numa dinâmica política em que a oposição sai da defensiva e, mesmo privada de instrumentos de mobilização e organização política, rompe a cena pública. Mesmo sob o clima de perseguição política por parte do Estado ditatorial, o movimento operário e sindical retoma ações significativas e o movimento estudantil — liderado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) — assume mobilizações e ações de contestação pública ao regime antidemocrático. A oposição articulada em uma espécie de frente ampla, congregando diversos setores da sociedade, conquista as ruas e enfrenta a repressão estatal. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), enquanto a organização mais “tradicional” de esquerda no país, propunha o enfrentamento ao regime cívico-militar, mesmo na clandestinidade, mas sem lançar mão da luta armada. Todavia, segmentos de esquerda, como o líder Carlos Marighella, se opuseram à orientação do Partido Comunista, criaram novas organizações mais radicais, como a Aliança Libertadora Nacional (ALN), e decidiram prematuramente pela guerrilha como tática de luta contra a ditadura. O que teve sua inegável importância para a resistência democrática, mas seu desfecho exemplar foi o extermínio sistemático da própria militância insurgente, mostrando-se completamente impotente para impulsionar a reversão da ofensiva do capital monopolista no país.

O governo ditatorial, pressionado pelas manifestações públicas contra o regime, decide, então, responder com a escalada da militarização do Estado, e decreta o Ato Institucional nº5 (AI-5), no final de 1968. O conhecido AI-5 concedeu amplos poderes autoritários ao Executivo federal, encastelado por militares da mais alta patente, permitindo: o fechamento do Congresso Nacional; a cassação de mandatos legislativos e executivos em todos os níveis; a intervenção no Judiciário, com demissões; a suspensão do direito de *habeas corpus*, principalmente se tratando de crimes políticos, que eram julgados por tribunais militares, sem direito a recursos junto ao Poder Judiciário; a instalação de estado de sítio, sem considerar os impedimentos constitucionais; a autorização de prisão por até sessenta dias de qualquer cidadão alvo de investigação policial, incluindo dez dias de incomunicabilidade; dentre outras medidas que facilitaram os crimes da ditadura, como a tortura, o assassinato e o desaparecimento (ocultação de corpos) de presos políticos (Netto, 2014).

Com esse instrumento institucional de arbítrio estatal, abre-se o segundo momento do ciclo autocrático burguês, que vige até 1974. Esse segundo lustro é definido por Netto (2015b) como o genuíno momento da autocracia burguesa. “O que fora, até então, uma ditadura reacionária, [...] converte-se num regime político de nítidas características fascistas” (Ibidem, p. 57-58), marcando o auge da repressão. Com as medidas de coerção aberta e violência estatal, as forças democráticas e opositoras ao regime autoritário ficaram isoladas em atividades residuais de resistência clandestina. A perseguição política, acompanhada dos métodos de tortura e outras violências cometidas pelo Estado, alcançam seu ponto mais alto nesse estágio da autocracia burguesa.

Nesse momento de maior propagação do terrorismo estatal, a ditadura civil-militar ajusta as estruturas do Estado — que até então desempenha função político-econômica para o projeto de modernização capitalista — de forma a redimensioná-lo totalmente para integrar o aparato dos monopólios. Como aponta Netto (2015b), o propósito do regime em legitimar-se politicamente na sociedade se desloca para interesses sociais e de classes em relação a eficiência do governo ditatorial em promover o desenvolvimento econômico do país: “é o tempo do crescimento acelerado, batizado então de ‘milagre brasileiro’ e posto como organizador de um consenso passivo” (Ibidem, p. 59).

Com esse rumo, temos a consolidação do mercado financeiro através da centralização e concentração do sistema bancário sob a lógica monopolista, que acompanha o processo de maior endividamento externo do país. Conforme Netto (2014, p. 148), “se em 1968, a dívida externa correspondia a 7% das reservas do país, em 1973 já chegava a 51%”. Um processo que conta com a incidência do capital internacional, resulta em crescimento econômico, mas com concentração de riquezas e, conseqüentemente, produção de maiores desigualdades sociais. Resumidamente, é nesse momento da autocracia burguesa que temos a consolidação do capitalismo monopolista no país, “sob forte intervenção estatal, com estratos das classes dominantes intimamente associadas — em posição subalterna — aos interesses do capital estrangeiro” (Ibidem, p. 158).

Se o segundo momento do ciclo autocrático burguês, a partir de 1968, marca o momento mais alto da ditadura civil-militar, em 1974 o regime autocrático vive seu momento derradeiro, marcado pela crise econômica e política. Nesse terceiro momento da autocracia burguesa, a dinâmica interna do país é impactada pela crise cíclica do capitalismo mundial, que conta o esgotamento do padrão de produção prevalecente e processos políticos internacionais de insurreições e rebeldias das classes subalternas. O que se somava à dinâmica particular da sociedade brasileira, que levou à crise do modelo econômico levantado na

ditadura civil-militar. No mesmo contexto de crise do “milagre brasileiro”, as forças democráticas e populares retomam a cena pública na segunda metade da década de 1970, agravando politicamente a situação do regime, que caminha para uma crise completa — alargamento da falta de legitimidade política e crise econômica.

Como estratégia de sobrevivência do padrão de dominação estabelecido, o Estado caminhou para um projeto de autorreforma que levou o regime a operar um processo de distensão “lenta, gradual e segura”. Assim, o Estado forjado no regime autocrático buscou formas de transição do regime político sem perder o padrão de dominação burguesa. Tal estratégia buscava a “recomposição de um bloco sociopolítico para assegurar a institucionalização duradoura do sistema de relações econômico-sociais e políticas estruturado a serviço dos monopólios” (Netto, 2015b, p. 61).

Nesse momento, as forças democráticas e opositoras ao regime promoveram uma atmosfera de efervescência política na vida nacional, com o protagonismo do Novo Sindicalismo e o reaparecimento de inúmeras greves, dos Movimentos Contra o Custo de Vida, das Comunidades Eclesiais de Base e das pastorais da chamada esquerda católica, do movimento estudantil e de diversos outros movimentos populares. Essa dinâmica contribuiu para que a autocracia burguesa fosse compelida a combinar concessões e gestos tendentes à negociação. A reivindicação primordial dessas forças progressistas e populares era o restabelecimento democrático no país, com propostas sociais de cidadania que são politicamente viáveis a manutenção da ordem burguesa. Não se colocava em xeque, imediatamente, o modo de produção capitalista e a dominação burguesa em si, mas a forma dessa dominação. Inclusive, é dessa ambiência sociopolítica de ofensiva do sindicalismo e dos movimentos sociais, no quadro de crise da ditadura civil-militar, que o Partido dos Trabalhadores (PT) surge como síntese político-organizativa das diversas lutas das classes subalternas.

Por ter nascido da luta contra a ditadura, os seus primeiros documentos — tanto sua Carta de Princípios [1979] quanto o Manifesto de Fundação [1980] — têm por eixo os parâmetros através dos quais o PT lutaria para alcançar seu objetivo fundamental: a constituição de uma “democracia plena”, “sem exploração do homem pelo próprio homem”, com a “participação decisiva dos trabalhadores na vida da Nação” através de uma “democracia direta” apoiada na participação das massas assalariadas do país (Martins, 2016, p. 341).

Em um contexto internacional de aprofundamento da crise das experiências socialistas e de expansão do neoliberalismo como estratégia global do capital, o Brasil vivia uma ascensão das lutas sociais das classes subalternas que culminou, em 1980, na criação da

Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais (Anampos), cujo objetivo era congrega a diversidade das lutas sociais por um projeto democratizante da sociedade, assim como defendido inicialmente pelo PT. Conforme registram Abramides e Cabral (1995, p. 75), os militantes mais combativos da Anampos priorizaram a organização da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), que resultou na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983. Impulsionada pela reorganização sindical e passando a se constituir como referência para as lutas da classe trabalhadora, a CUT buscou atuar junto à diversidade das lutas sociais da cidade e do campo, participando ativamente, junto à Comissão Pastoral da Terra (CPT), da criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1984. Esse cenário de expressiva articulação entre os movimentos sociais constituiu uma das principais forças de sustentação política do PT, junto a intelectuais e parlamentares de esquerda, militantes marxistas divergentes do PCB e egressos de organizações clandestinas de luta armada contra a ditadura, que formaram as bases heterogêneas de fundação do partido. É nessa conjuntura que Duriguetto e Montañó (2011, p. 276) apontam também haver uma “grande expansão de associações profissionais da área da educação, da saúde e de outros serviços sociais públicos, cuja causa é a extensão das relações de assalariamento a essas categorias”.

Com o aprofundamento da diferenciação de classes acompanhada de uma diversificada vida associativa e o desenrolar das transformações capitalistas sob a ótica da modernização conservadora, houve no interior do regime autocrático burguês o reaparecimento de tensões internas que auxiliaram a dar forma a uma estrutura política da autocracia burguesa no país que se prolongou mesmo depois do exaurimento do regime ditatorial⁷¹. O que resultou numa transição democrática com forma e conteúdo determinados: de uma democracia de cooptação (Fernandes, 2020).

Não se trata de um retorno à democracia, que nunca existiu, nem de uma tentativa de abrir o caminho para uma “experiência democrática” autêntica. O que as classes burguesas procuram é algo muito diverso. Elas pretendem criar condições normais para o funcionamento e o crescimento pacíficos da ordem social convulsionada, que se achava estabelecida antes de 1964. E foi convulsionada em seus fundamentos ideais, e revitalizada, em seus fundamentos econômicos, sociais e políticos, pelo desenvolvimento econômico acelerado e pela contrarrevolução preventiva. Nem elas podem ou poderiam ir mais longe. Para fazê-lo, teriam de abrir mão de muitas coisas, que são, afinal de contas, essenciais para sua sobrevivência como burguesia de uma sociedade de classes dependente [...] (Ibidem, p. 356).

⁷¹ Para um estudo mais apurado sobre o processo da autocracia burguesa no Brasil, Netto (2014) apresenta uma excelente análise em seu texto, intitulado de forma modesta e, ao mesmo tempo, provocativa, como *Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)*.

Dessa maneira, a transição para uma democracia de cooptação representou o prolongamento da autocracia burguesa, que atravessou uma contrarrevolução preventiva para, nesse novo regime “democrático”, estabelecer a permanência de mecanismos de uma contrarrevolução prolongada na vida social do país. Assim, mesmo com uma certa ampliação da participação política nacional e a alteração formal do regime que consolidou o “ponto de chegada” da revolução burguesa no Brasil, o que fica evidente é a legitimação de um processo dialético — “dentro da ordem” e “contra a ordem” — que revoluciona a estrutura política e econômica da sociedade brasileira sob convergência com os interesses do grande capital monopolista, e que convive permanentemente com a dinâmica pulsante da luta de classes (Ibidem).

Como sinaliza Duriguetto (2007, p. 139), “a nossa chamada ‘transição democrática’ foi, assim, fruto da combinação de pressões dos de baixo e de operações transformistas pelo alto”. As pressões exercidas pelas lutas sociais das classes subalternas pretendiam alcançar um cenário sociopolítico em que a luta de classes pudesse se desenrolar em um contexto menos desfavorável aos trabalhadores, isto é, em um cenário de institucionalidade democrática capaz de relativizar os instrumentos diretamente coercitivos da ordem burguesa, os quais desequilibram a correlação de forças da luta de classes e das disputas políticas em favor dos interesses dominantes. Por outro lado, as classes dominantes buscam operar a transição “democrática” sem alterar substancialmente a correlação de forças da luta de classes, de forma a garantir seguramente a capacidade da burguesia em manter o controle praticamente exclusivo do Estado em prol de seus interesses.

Dessa maneira, assumindo uma postura liberal-democrática que se mescla com traços nitidamente conservadores, a transição do regime político brasileiro buscou reconhecer formalmente o “Estado de direito”, de modo a garantir a estabilidade institucional através do controle pelo “alto” do lento e seguro processo de liberalização democrática, sem romper com o padrão de dominação burguesa. O regime político se altera, mas os fundamentos do gerenciamento estatal se prolongam em benefício do grande capital, assim como a permanência do modelo macroeconômico promovido durante a ditadura, que deixou como herança um gigantesco endividamento do país, tornando-o mais vulnerável aos preceitos de organismos financeiros internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI). O que ocorre, então, é um aprofundamento do capital monopolista nos marcos de um “Estado democrático de direito” que se efetiva nas condições de permanência da dependência, implicando “a superexploração da força de trabalho e as consequências incontornáveis para a maioria da população, que se expressam na dramaticidade da questão social no Brasil” (Iasi,

2019, p. 421). Temos, assim, uma marcante tutela econômica internacional que busca ditar uma agenda tecnocrática de estabilidade econômica nacional em oposição aos anseios apresentados pelas lutas democráticas das classes subalternas.

A democracia passa a ser percebida, por esses sujeitos e suas organizações, como meramente adjetiva, reduzindo-se à defesa da existência das “regras do jogo” de padrões de convivência democrática. Isso gera a difusão de uma descrença generalizada na ação política e nas instituições — especialmente nas pertencentes à esfera governamental e ao sistema de representação — [...] que acabou por ser funcional às propostas de uma consolidação mais efetiva dessa democracia minimalista (Duriguetto, 2007, p. 148-149).

Nesse processo, a “questão democrática” é direcionada para o âmbito da sociedade civil como “esfera de vitalização e renovação da política”, sendo palco privilegiado das iniciativas sociais democratizantes que se colocavam em oposição ao regime autocrático do Estado (Ibidem). Nesse sentido, a sociedade civil é apreendida e perspectivada de forma apartada do Estado, sendo o espaço de livre manifestação das iniciativas sociais que se opõe e apresenta-se como alternativo ao âmbito estatal, especialmente tratando-se das instâncias governamentais. Isso traduz ponto importante para a noção de democracia que se difundia nas atividades práticas e interventivas dos instrumentos organizativos das classes subalternas naquele período histórico de agitação social, associando o processo de democratização com o alcance de formas e mecanismos de participação social (especialmente direta) da sociedade civil nos rumos decisórios da vida nacional. Como apresenta Weffort (1984, p. 113), “para quem quer realmente mudar a sociedade, o caminho é mais participação, ou seja, mais democracia”. Aqui, a diferenciação de classes e seus antagonismos históricos que se expressam, por exemplo, no caráter de classe do Estado, são reduzidos à uma apreensão desclassizada da sociedade civil tomada como homogênea. O que se buscava, então, não era uma luta sistemática contra o Estado burguês, mas sim a conquista de medidas político-institucionais capazes de permitir a incidência indiferenciada da sociedade civil na esfera estatal, de modo a modificar a estrutura enrijecida e burocratizada do Estado, que havia sido cronificada durante o regime ditatorial. Seria a possibilidade de reverter o histórico caráter forte e autoritário do Estado, que age em detrimento de uma sociedade civil fraca e gelatinosa.

Junto a esse entendimento, que almeja a justiça social como resultado de um processo democratizante protagonizado pela sociedade civil capaz de mediar a incorporação político-institucional das demandas e necessidades sociais, encontramos a defesa da democracia como uma “renovação cultural”. A ambiência de emergência e desenvolvimento

de movimentos e lutas sociais das classes subalternas, enquanto instâncias político-organizativas que se processam no seio da sociedade civil, representaria as condições sociais e culturais para a formação de um contrapoder democrático, permitindo a esses movimentos sociais autônomos realizarem “a crítica das estruturas de poder e das alienações por elas acarretadas em todos os níveis e campos da atividade social” (Chauí, 1990, p. 186). A democracia enquanto uma renovação cultural adviria, portanto, do desenvolvimento das lutas sociais das classes subalternas, cujos instrumentos de organização pudessem direcionar autonomamente suas reivindicações ao Estado, ao mesmo passo em que propiciassem o surgimento de ambientes e práticas político-culturais de participação social e de contestação de cada relação imediata de dominação no cotidiano. Dessa forma, a potencialidade transformadora dos movimentos sociais do “popular” estaria inscrita na realidade cotidiana, cuja ênfase é o caráter fragmentado e heterogêneo das ações sociais portadoras de identidades plurais, permitindo a suposta renovação dos padrões socioculturais da sociedade.

Em oposição às abordagens liberais e culturalistas dos movimentos sociais em que a sociedade civil aparece enquanto ente autônomo e pólo opositor ao âmbito estatal, Coutinho (1980) rejeita a ideia de democracia enquanto renovação sociocultural microscópica ou sua redução à simples formalidade do regime democrático, envolvido pela garantia de maior participação social através de medidas político-institucionais. Nosso autor compreende que a construção democrática da sociedade brasileira deveria remeter à construção de uma nova hegemonia, entendendo a sociedade civil como espaço de conflitos históricos entre as classes sociais e de disputa entre projetos societários distintos — que compõe o conceito gramsciano de Estado ampliado, isto é, a unidade entre sociedade política e sociedade civil. Nesse sentido, para a construção democrática enquanto uma “democracia de massas que funda sua especificidade na articulação do pluralismo com a hegemonia, na luta pela unidade na diversidade dos sujeitos políticos coletivos autônomos” (Ibidem, p. 31), o desafio se encontra na ampliação das lutas e anseios das classes subalternas, tendo na “guerra de posição” o caminho para a batalha política que conduzirá a “progressiva obtenção de posições no seio da sociedade civil como base para novos avanços, que gradativamente tornarão realista a questão da conquista democrática do poder de Estado pelas classes trabalhadoras” (Ibidem, p. 37). Dessa forma, o estabelecimento formal do regime democrático é entendido apenas como passo inicial para o processo de democratização, que não se esgota com a instauração do “Estado de direito” e suas medidas político-institucionais, pois a democracia a ser alcançada envolve a construção da hegemonia do pluralismo a partir dos interesses das classes subalternas, que apontem para a construção de projetos societários alternativos. Todavia,

entendemos não ser essa compreensão que predomina as análises teóricas acerca da sociedade civil e as práticas sociopolíticas dos movimentos sociais das classes subalternas no contexto de “redemocratização” da sociedade brasileira.

Entre o final de 1970 e o desenrolar da década seguinte, as abordagens teóricas dos chamados “novos movimentos sociais” começam a repercutir nos debates acadêmicos das ciências sociais, cuja relevância se desdobra, posteriormente, em marcantes mudanças no pensamento social brasileiro⁷². Privilegiando a noção de autonomia dos movimentos sociais, boa parte da intelectualidade de esquerda, especialmente aquela inserida no meio universitário e em demais aparatos acadêmicos, busca incorporar o “saber popular” em suas análises, ao mesmo tempo em que empreende esforços em atividades de assessoria e apoio aos movimentos sociais, partindo do pressuposto de que “[...] não podiam ser o movimento popular, não podiam dirigi-lo; sabiam que eram coadjuvantes dos movimentos e que podiam, no máximo, auxiliá-los externamente” (Perruso, 2008, p. 509). Nesse contexto, processa-se uma significativa aderência à categorias como “sujeito popular” e “ator social” que vai dissolvendo a noção de classes sociais, especialmente de classe trabalhadora, fazendo com que a concepção de “movimento popular e/ou de movimento social substitui a luta de classes, significando que, em lugar da tomada revolucionária do poder poder-se-ia pensar em transformações culturais e políticas substantivas a partir da cotidianidade dos atores envolvidos” (Scherer-Warren, 1996, p. 17). As elaborações teórico-práticas acerca dos movimentos sociais e suas lutas caminham, assim, para um afastamento progressivo das determinações econômicas que os explicam, aproximando-se de interpretações que priorizam supostas determinações culturais, havendo, inclusive, a recorrência a um ecletismo teórico-metodológico que vulgarizava fundamentações da tradição marxista e, posteriormente, secundarizava ou mesmo rejeitava o marxismo. O que se expressa tanto na análise teórica quanto na prática política dos movimentos sociais que conduziam suas lutas em prol da democratização da sociedade brasileira, cujo sinônimo seria a conquista da cidadania.

De modo geral, as principais características que envolviam as análises e práticas voltadas a traduzir a novidade dos chamados “novos” movimentos sociais em ebulição na realidade brasileira, são apresentadas por Martins (2016, p. 370):

a defesa da ação direta e práticas autogestionárias; a presença de demandas e realização de pressão junto ao Estado, em primeiro lugar, e às empresas, em segundo; as reivindicações que tratavam de diversas

⁷² A análise teórica dos movimentos sociais ocorre “[...] sob o paradigma dos 'novos movimentos sociais' tendo Alberto Melucci, Alain Touraine, Manuel Castells e Claus Offe como principais referenciais teóricos. Na ocasião, a preocupação era apontar as novidades que estes movimentos traziam em relação aos movimentos operários, até então visto por várias abordagens como 'os sujeitos históricos por excelência' (Gohn, 2014, p. 84).

questões, como saúde, educação, moradia, transporte, dentre outras; a marcante crítica às lideranças e entidades tradicionais de moradores oriundas de “esquemas populistas” ou ligadas ao regime militar; o seu caráter autônomo e muitas vezes anti institucional e anti estatal; o comunitarismo e o igualitarismo; sua base social heterogênea e “interclassista”, majoritariamente composta por “pobres” e pessoas da periferia; a elevada organicidade e o fato de serem apoiados por assessorias (como advogados, assistentes sociais e outros profissionais); sua espontaneidade, desenvolvida a partir de ações “voluntárias”; a valorização do trabalho de base e da democracia no próprio movimento, formando uma nova geração e perfil de militantes; a valorização da experiência cotidiana e do saber dele oriundo; a influência exercida pelos trabalhos das pastorais e CEBs, assim como por marxistas divergentes do PCB; e o fato de serem estes movimentos criadores de um novo espaço público na defesa da cidadania.

Junto a essa caracterização geral dos “novos” movimentos sociais, na segunda metade dos anos 1980, observamos um deslocamento tanto em termos teórico-analíticos quanto prático-políticos do “conceito de sociedade civil, que passa a ser definido pela sua transmutação em esfera pública não estatal, e o aperfeiçoamento da democracia passa a ser pensado a partir do fortalecimento da sociedade civil em sua expressão como esfera pública” (Duriguetto, 2007, p. 204). Sob a ideia de sociedade civil convertida em um novo espaço público de fortalecimento da democracia política e de defesa da cidadania, temos o papel desempenhado pelas ONGs que “nasciam em um terreno já ocupado, de um lado, por entidades empresariais, de outro, por entidades sociais populares embrionárias que se soldavam ao tripé: PT, CUT e MST” (Martins, 2016, p. 373). Majoritariamente sustentadas por segmentos mais à esquerda da Igreja Católica, mas também financiadas por setores internacionais e apoiadas por frações intelectuais e profissionais envolvidas de alguma forma com a ambiência dos movimentos sociais, essas ONGs buscavam atuar junto a processos reivindicatórios e de mobilização de segmentos das classes subalternas, de modo a canalizar as pressões sociais dessas classes para um enfrentamento “comum” no âmbito “indiferenciado” da sociedade civil contra as manifestações mais agudizadas da “questão social”, prezando pela minimização de seus efeitos mais deletérios. Embora parte ínfima delas assumisse uma postura mais incisiva de crítica à sociabilidade do capital no exercício de assessoria e apoio às lutas e movimentos sociais. De modo geral, por mais bem-intencionadas que fossem, “cumpriam um papel segmentador, educando e consolidando as lutas locais, por um lado e, de outro, cristalizando-as e favorecendo sua manutenção naqueles formatos, modo inclusive de assegurarem sua própria reprodução como ONGs ‘a serviço de’” (Fontes, 2010, p. 237). Nessa trajetória, a profissionalização da assessoria aos movimentos sociais vai se

consolidando, moldando um novo perfil de militante como agente externo aos movimentos e fazendo surgir, posteriormente, a especialização dos agenciadores de recursos, em que a filantropia se associava à militância (Ibidem).

A atuação coadjuvante de uma militância profissionalizada como agente externo aos movimentos sociais pautava-se no reforço da noção de autonomia desses sujeitos coletivos. Contudo, não se tratava de uma autonomia classista cujo propósito era opor-se de forma independente ao poder dominante, sob a articulação das diversas lutas na amplitude dos enfrentamentos históricos entre as classes sociais, isto é, no espaço mais abrangente da luta de classes. A autonomia defendida estava mais ligada à noção de práticas autogestionárias, capazes de impedir interesses alheios que pudessem conduzir e tutelar os movimentos sociais, desvirtuando suas lutas específicas por meio de discursos “totalizantes”. Dessa forma, a particularidade e a imediatividade das lutas sociais, muitas vezes lutas locais, eram enfatizadas em detrimento de reflexões e práticas que permitissem o estímulo a uma articulação classista em torno de projetos mais amplos ou alternativos. Paradoxalmente, embora os movimentos sociais fossem apoiados e assessorados por agentes externos fascinados com o “popular”, reforçava-se o imediatismo no desenvolvimento de suas lutas circunscritas ao terreno estritamente reivindicatório (Martins, 2016). Mas também não podemos negar que parte da militância profissionalizada dos chamados agentes externos estava inserida no engajamento petista daquele período e, de certa forma, buscava atuar, mesmo que ambigualmente, para auxiliar na politização das lutas locais e sua elevação a um patamar organizativo de articulação com a diversidade das lutas sociais das classes subalternas que borbulhavam na realidade brasileira em busca de cidadania — estando o PT daquele período atuando como o seu fio condutor em potencial.

Embora o particularismo dos chamados “novos movimentos sociais” e, sobretudo, seu estatuto autônomo fizessem enxergar os partidos políticos como instâncias de assujeitamento e subordinação, a relação em particular com o PT se diferenciava, apesar da existência de controvérsias. Isso se deve tanto ao fato de que a diversidade de movimentos sociais em ebulição constituiu o berço desse partido, que nasceu da luta contra o regime ditatorial, quanto às propostas sociopolíticas que se sintonizavam em favor da democratização da sociedade brasileira e da conquista da tão sonhada cidadania. Também, acreditamos que a própria realidade exigia uma instância política capaz de aglutinar e articular as lutas sociais, distinguindo-se de experiências baseadas em um direcionismo autoritário, ainda que os próprios movimentos e seus analistas apresentassem receio com a possibilidade de aparelhamento, que desvirtuaria o caminho desses sujeitos coletivos e a finalidade de suas

lutas específicas. Em síntese, os apontamentos de Scherer-Warren (1996, p. 63) ilustram o entendimento dessa relação naquele período:

[...] o partido político poderia potencialmente desempenhar um papel no encaminhamento de soluções unificadas para a transformação social. Entretanto, a relação entre grande parte dos NMS⁷³ e os partidos políticos é problemática. Isto porque tradicionalmente os partidos políticos no Brasil têm voltado suas costas para a participação popular, à exceção mais recente de alguns setores do PT e algumas iniciativas individuais de outros políticos das chamadas esquerdas. Além disso, os partidos tradicionais têm um modo de fazer política que é a antítese dos valores dos NMS. Portanto, creio eu, que a articulação de forças entre NMS e partidos avançará na medida em que os primeiros crescerem na direção de uma hegemonia cultural, criando a possibilidade de surgimento de novos partidos ou impulsionando antigos partidos a revisar suas práticas políticas. Este resultado significaria um novo equilíbrio entre a sociedade civil e Estado, fortalecendo a primeira e diminuindo o poder relativo do segundo.

Embora a relação dos movimentos sociais com o PT também se sustente no fato de muitos militantes “ocuparem posições de liderança tanto no movimento como no partido” (Scherer-Warren, 1996, p. 73), parece-nos que o papel atribuído ao partido nessa relação seria o de uma retaguarda a serviço dos movimentos sociais, que, por sua vez, deveriam assumir a vanguarda dos processos; ou seja, o partido como reflexo dos movimentos e não como síntese universalizadora das lutas. Ainda que setores do próprio PT reconhecessem a necessidade de disputar a direção dos movimentos sociais, respeitando suas particularidades, de modo a alinhar as lutas sindicais e populares com a construção partidária da classe trabalhadora em prol de um projeto democrático-popular para o país. Essa relação orgânica entre o PT e os movimentos sociais também se expressou em uma progressiva valorização de canais institucionais, tendo em vista o levantamento de “reflexões para as experiências de gestão pública com as novas modalidades de administração popular democrática” em prefeituras (Duriguetto, 2007, p. 165). Um grande exemplo foi a gestão municipal de Luiza Erundina, eleita em 1988 para comandar a capital de São Paulo, que contou com Paulo Freire como secretário municipal de educação e Marilena Chauí como secretária municipal de cultura.

Apesar do processo de enaltecimento teórico e prático-político da sociedade civil em contraposição dicotômica ao Estado, privilegiando o caráter autônomo e extra-institucional dos movimentos sociais na busca por cidadania, ainda na segunda metade da década de 1980, tanto em termos teórico-analíticos quanto prático-políticos, inicia-se uma reconfiguração das atividades mobilizadoras e reivindicatórias dos movimentos sociais em torno de canais

⁷³ A autora utiliza-se da sigla “NMS” para se referir aos chamados “novos movimentos sociais”.

institucionais de participação popular. Nesse contexto, os movimentos sociais “foram convidados a participar de mesas, câmaras e conselhos de negociações” (Gohn, 2011, p. 287), desde o âmbito local ao nacional, cujo ponto alto dessa inflexão institucionalizante se revela no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988, “que ampliaria os direitos de cidadania e introduziria, novas modalidades de gestão e organização nas áreas sociais através da garantia da participação da sociedade civil na formulação das políticas e no controle das ações públicas em diferentes níveis” (Duriguetto, 2007, p. 166). A valorização e a expansão dos canais institucionais de participação social foram acompanhadas por uma descentralização político-administrativa que buscou redimensionar o caráter do poder local, tendo em vista uma ascendente despreocupação com o “poder global” na trama da luta de classes. De uma instância associada a práticas clientelistas e coronelistas da “velha” política, o poder local passou a ser reconhecido como um espaço de exercício ativo da cidadania através de canais institucionais de incentivo a uma cultura “democrática”, nos quais os conselhos de direitos seriam percebidos como exemplares, especialmente em prefeituras cuja gestão administrativa era politicamente progressista. Ainda que não estivessem alheias a processos de cooptação, as lutas sociais envolvidas por esse aspecto institucionalizante de participação social buscavam incidir na estrutura estatal de modo a penetrá-la com suas demandas por direitos, interferindo na definição e gestão de políticas sociais.

Prevaleceu no imaginário político do período que se encerra a compreensão de que seria possível uma “democratização da política”, mantendo-se, seja num primeiro momento, seja como aspecto insuperável, a ordem econômica capitalista. Essa compreensão partia da ideia de que a força política dos trabalhadores seria a base para, gradualmente, alterar a ordem econômica, relativizando seus aspectos mais perversos expressos na concentração de renda e nas desigualdades consequentes (Iasi, 2019, p. 422).

Contudo, parece-nos equivocada a identificação de um potencial amadurecimento das condições de socialização política e ampliação do acesso a direitos enquanto elementos causais de uma “renovação sociocultural democratizante” que levaria ao efeito esperado, isto é, um desenvolvimento econômico nacional compatível com a conquista da cidadania na realização da justiça social. Afinal, a possibilidade de prolongamento do processo em tela defronta-se tanto com a manutenção do padrão de dominação monopolista em um país de caráter dependente quanto com as transformações societárias diretamente relacionadas ao mundo do trabalho e à forma da intervenção estatal, que repercutiram na sociedade brasileira a partir da década de 1990.

Com a crise global do capital, que se manifesta, por um lado, na crise da social-democracia e do padrão de acumulação fordista-keynesiano a partir de meados de 1970, e, por outro, no colapso do chamado socialismo real, simbolizado pela emblemática queda do Muro de Berlim (1989), surge como resposta societal uma nova estratégia hegemônica do capital baseada na acumulação flexível, resultante da reestruturação produtiva, e na regressão social promovida pelo projeto neoliberal em ascensão (Netto, 1993). Nesse contexto, além de o capital não precisar desenvolver ações internacionais de “cooperação” como antes para combater a influência socialista nos países “subdesenvolvidos”, em virtude da extinção do bloco soviético, observa-se uma reorientação de diversas instituições internacionais a partir do Consenso de Washington (1989), com especial incidência na América Latina. O passaporte para a dinâmica do capitalismo contemporâneo sob a égide da financeirização seria a adesão dos chamados países “em desenvolvimento” aos ajustes estruturais do neoliberalismo, dando continuidade à acumulação ampliada de capital, na sua fase monopolista.

Os impactos da reestruturação produtiva do capital no Brasil, além de redefinir as relações de trabalho e formas ocupacionais pelos critérios de flexibilização, precarização e desregulamentação, implicou também em “formas de organização e representação política na direção da fragmentação, despolitização e multiplicação de demandas de grupos de interesse corporativamente posicionados, ou seja, cada vez mais fechados em si mesmos” (Duriguetto, 2007, p. 174). As condições modernizadoras da exploração capitalista nos novos marcos flexíveis levou “a um patamar ainda maior de concentração e centralização monopolista e o inevitável aumento das desigualdades” (Iasi, 2019, p. 423), que não foram enfrentadas pelo âmbito estatal como esperava-se. A relação dicotômica entre Estado e sociedade civil, que na década anterior era entendida a partir da oposição entre o estatuto autoritário e a possibilidade de desenvolvimento democrático via participação social, reposiciona-se nesse contexto através dos preceitos neoliberais. No cenário formal de um regime político democrático, o Estado passa por contrarreformas cujo princípio ordenador é a descentralização administrativa e a minimização em direção à sua desresponsabilização em relação às necessidades sociais, substituindo os princípios de universalidade e equidade das políticas sociais, consagrados pela Constituição “Cidadã” em compatibilidade com as exigências básicas de justiça social, pelo caráter seletivo e focalizado de políticas sociais compensatórias e/ou refilantropizadas. Uma lógica que perpassa pela transferência de responsabilidades e funções estatais para o âmbito da sociedade civil convertida no chamado “terceiro setor”, pela privatização de políticas e serviços públicos e pela mercantilização progressiva dos serviços sociais, que demarcam um

verdadeiro desmonte dos mecanismos (públicos) de proteção social sob os parâmetros da generalizada desregulamentação do papel do Estado.

Nessa conjuntura neoliberal de obstrução da possibilidade de um desenvolvimento “democrático” que se ensaiava pelo avanço de uma diversificada vida associativa na década anterior, ainda que nos termos de uma democracia restrita, a sociedade civil, tomada como um campo homogêneo e de interesses “públicos” indiferenciados, passa a ser instrumentalizada pelo Estado e pelo capital de modo a encobrir seu caráter classista e despolitizar os conflitos sociais por meio da narrativa da responsabilidade moral e da solidariedade filantropizante, que visa substituir a noção de direitos, especialmente os sociais. O que é acompanhado pela revitalização de práticas e valores corporativistas, individualistas e competitivos no âmbito da sociedade civil, “vista como esfera em que os indivíduos buscam a expressão e a realização de seus interesses particulares, [...] sendo a cidadania cada vez mais equiparada à integração individual ao mercado” (Duriguetto, 2007, p. 181). Assim, os processos reivindicatórios por direitos de cidadania são afastados da luta política dos movimentos sociais das classes subalternas, e transfigurados em processos de concessão de bens e serviços disponibilizados residualmente pelo famigerado “terceiro setor” ou obtidos no âmbito do mercado. Contudo, embora essa dinâmica se desenvolva buscando encobrir e despolitizar os conflitos sociais inerentes à ordem estabelecida, a luta de classes e suas expressões públicas e políticas continuam a se manifestar na realidade social, mesmo que a correlação de forças não favoreça momentos mais explosivos e disruptivos.

Pressupostos da conversão da sociedade civil em “terceiro setor”, promovida pelo ideário neoliberal, passam a ser incorporados também nos discursos e práticas de segmentos intelectuais e organizativos vinculados a movimentos sociais de caráter popular, afirmando uma suposta “terceira via” (alternativa ao Estado e, neste caso, ao mercado) como um espaço privilegiado de interação social e avanço de uma “cultura cidadã”. Sob essa perspectiva, boa parte das ONGs que se proliferam passa a ser compreendida na mesma dimensão dos movimentos sociais, gerando uma clara confusão sobre as determinações e qualidades de ambos, a partir da mesclagem equivocada de suas naturezas distintas. Ou seja, ONGs e movimentos sociais passam a ser vistos como se fossem praticamente organizações comuns, embora saibamos que certamente não são. É nessa intenção de sintonia transfiguradora, que as ditas organizações autônomas da sociedade civil (homogeneizada e desclassizada) se apresentam enquanto protagonistas socioculturais do processo de democratização indefinida. Temáticas relacionadas às particularidades reivindicatórias de determinados movimentos sociais, como a questão de gênero, relações étnico-raciais, sexualidade, questão ambiental,

segurança alimentar, problemática urbana e territorialidade, questão agrária, entre outras, também são abordadas por entidades do chamado “terceiro setor” por meio de instâncias relativamente novas de participação e organização, como fóruns temáticos de discussão, plenárias e conferências, em diferentes níveis de abrangência⁷⁴. Essas iniciativas se sintetizam em uma dinâmica associativa a partir da ideia de “rede de movimentos”, buscando congregiar uma multiplicidade e diversidade de “ativismos”, sem necessariamente compartilharem um mesmo projeto político.

A ideia de rede implica pensar, desde um ponto de vista epistemológico, na possibilidade de integração de diversidade [...]. Distingue-se da ideia de unicidade totalizadora, comum em interpretações do marxismo positivista acerca da necessidade de articulações das lutas sociais. A análise em termos de rede de movimentos implica buscar as formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões entre as identidades dos atores com o pluralismo. Enfim, trata-se de buscar os significados dos movimentos sociais num mundo que se apresenta cada vez mais como interdependente, intercomunicativo, no qual surge um número cada vez maior de movimentos de caráter transnacional, como os de direitos humanos, pela paz, ecologistas, feministas, étnicos e outros. Subjacente ao transnacionalismo, há uma opção que também é ética humanística. Esta também é a opção de análise em termos de redes, ou seja, a do compromisso, articulação, intercâmbio e solidariedade entre atores sociais diversos [...] (Scherer-Warren, 1996, p. 9-10).

Essa concepção de “rede de movimentos”, muito celebrada pelo campo heterogêneo da esquerda pós-moderna, segue uma “lógica relacionada a elementos identitários, valores e ideologias; tratando-se de um jogo em que as múltiplas identidades sociais, interesses e ideias se articulam e se combinam em torno de objetivos e fins específicos e determinados” (Machado, 2007, p. 278). Parece-nos que a “rede de movimentos” surge como uma substituição desfiguradora do papel articulador e de síntese do partido político em torno de um projeto universal para as lutas sociais das classes subalternas, funcionando apenas como um mero espaço de articulação entre as particularidades em si das lutas (do espaço local até ao âmbito mais global), que, sob uma ética da diferença, não se propõe como uma instância universalizadora, exatamente por não ter como objetivo a construção de verdadeiras alternativas societárias. Embora essas “redes” busquem, à primeira vista, opor-se às

⁷⁴ Em relação a essas novas instâncias de participação e organização, temos como exemplo, como aponta Scherer-Warren (1996), o Fórum Brasileiro de ONGs para a ECO-92, a Associação Nacional de ONGs, a Central de Movimentos Populares (originária da antiga Anampos), dentre outras experiências como famoso Fórum Social Mundial (FSM), realizado pela primeira vez em 2001, no Brasil. O FSM, enaltecido pela esquerda pós-moderna, apresenta-se em sua carta de princípios como: “um espaço plural e diversificado, não confessional, não governamental e não partidário, que articula de forma descentralizada, em rede, entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de um outro mundo” (Fórum Social Mundial, 2001).

expressões da “questão social” que são agudizadas no contexto neoliberal, trata-se da intenção de construir um “mundo melhor” para o momento presente, no sentido de “emancipações sociais” múltiplas e indefinidas, dentro dos marcos do modo de produção capitalista⁷⁵. Não é à toa que as análises e práticas dos movimentos sociais em confronto com o Estado tendem, neste período, a migrar para uma relação de parceria sob uma agenda de negociações.

Nos locais onde havia movimentos organizados, o novo paradigma da ação social tem gerado redes de poder social local. Estas redes são formadas por lideranças dos antigos movimentos, por uma base militante pequena, que agora assume o papel responsável por etapas ou processos em andamento, e por técnicos das ONGs, profissionais semi-qualificados ou com qualificação, mas principiantes no mercado de trabalho, atuando como assalariados, num campo de trabalho pouco preocupado com as questões ideológicas ou político partidárias, e mais preocupado com a eficiência das ações, com o êxito dos projetos, pois dele depende sua continuidade e, portanto, seu próprio emprego. Os partidos políticos vêm perdendo espaço e importância neste novo cenário (Gohn, 2011, p. 315).

O que se desdobra do processo em tela é a pulverização das lutas sociais das classes subalternas, que tendem à hipertrofia de reivindicações cada vez mais fragmentadas e desarticuladas, envolvidas no pragmatismo das ações e demandas praticamente circunscritas ao imediatismo do cotidiano. A ideia de que os sindicatos e partidos políticos se tornaram formas organizativas supostamente ultrapassadas era difundida por boa parte daqueles que se propunham analisar teoricamente os movimentos sociais, ao mesmo tempo em que, no âmbito da prática, a perspectiva classista do movimento sindical perdia espaço significativo para tendências corporativistas, que edificaram um sindicalismo propositivo e de parceria, estimulando o burocratismo e as negociações fragmentadas por empresa, em compatibilidade com as mudanças operadas pela reestruturação produtiva e a acumulação flexível do capital no cenário de avanço das políticas neoliberais.

Nesse quadro, uma mudança de concepção sindical e de projeto político pelos setores dirigentes majoritários da CUT e do PT, acabou resultando na dilapidação da postura combativa e classista desses importantes instrumentos político-organizativos da classe trabalhadora. A busca por cidadania ocupou o lugar da luta de classes, enquanto a crítica radical ao capitalismo foi substituída pela rejeição ao neoliberalismo, sob a “defesa de algum

⁷⁵ Um exemplo mais atual que temos, embora em uma conjuntura ainda mais regressiva para a classe trabalhadora, foi o G20 Social, realizado em 2024 no Brasil, cuja Declaração Final afirma: “representamos movimentos sociais e organizações da sociedade civil do Brasil e do mundo; [...] todos clamando por uma reforma da governança global que assegure o fim dos conflitos armados, o desenvolvimento e a justiça socioambiental para si e para todo o planeta; [...] É essencial assegurar que todos, especialmente jovens, população negra, mulheres e os mais vulneráveis, tenham acesso a empregos dignos, sistemas de seguridade e proteção social e à ampliação dos direitos sindicais” (G20 Social, 2024, p.1-2).

tipo de capitalismo organizado, cujo instrumento principal seria a colaboração de classes e a escolha do terreno institucional-eleitoral⁷⁶ como lugar privilegiado da ação política” (Coelho, 2005, p. 448). Embora ocupar postos eletivos no Estado burguês não signifique necessariamente o rompimento da vinculação orgânica com a classe trabalhadora e seus instrumentos político-organizativos, a opção política por ampliar sua incidência institucional-eleitoral via “conciliação de classes”, acompanhada de um burocratismo, constituiu parte das determinações simultâneas que levaram ao processo de transformismo⁷⁷ do PT, debilitando seus vínculos orgânicos com a classe trabalhadora em um cenário de refluxo do movimento operário e sindical e de desarticulação dos movimentos sociais desfigurados no campo do chamado “terceiro setor”.

Os trabalhadores são silenciados pelo alto, através da associação de sindicalistas à gerência do capital, e por baixo, através do emaranhado de entidades mercantil-filantrópicas, configurando políticas generalizadas de gotejamento para as camadas sociais mais fragilizadas ou disseminando práticas laborais totalmente desprovidas de direitos. Resulta num apassivamento contido no formato de uma democracia restrita que, ao menos por enquanto, vem liberando de peias o comportamento predatório do capital transnacional brasileiro e seus associados (Fontes, 2010. p. 348).

O enfraquecimento político-organizativo das lutas sociais das classes subalternas, imerso em um recuo assimétrico do nível de consciência que a classe havia atingido anteriormente, expressava-se em uma correlação de forças bastante desfavorável para a classe trabalhadora nos enfrentamentos históricos entre as classes opostas e em luta, enquanto a hegemonia política da burguesia se reafirmava na luta de classes. Como aponta Duriguetto (2007, p. 227), “na medida em que não se perspectiva a formação de uma nova hegemonia e não são pensadas e problematizadas as instâncias mediadoras da formação de uma ‘unidade política’ tem-se a possibilidade do reforço da fragmentação corporativa tão cara ao ideário neoliberal”. Todavia, o relativo apassivamento das classes subalternas, que se prolongará no período subsequente por novos e reatualizados fatores, encontrou núcleos de resistência em sujeitos históricos importantes, embora não suficientemente expressivos para reverter a conjuntura. Dentre esses sujeitos, temos: grupos de oposição sindical que permaneceram

⁷⁶ Quanto mais o PT conseguia eleger parlamentares, aumentando exponencialmente seu quantitativo, cresciam os cargos comissionados e de assessoria, ocupados em sua maioria pela militância de entidades sindicais e movimentos sociais, que era “liberada” de suas tarefas militantes nessas organizações. Como apresenta Coelho (2005, p. 468), se em 1982 o PT conseguiu eleger apenas 8 deputados federais e 12 deputados estaduais, em 1998 o partido já contava com 59 deputados federais, 90 deputados estaduais, 7 senadores e 3 governadores, além do cenário dos municípios.

⁷⁷ Embora essa categoria demande uma explicação mais ampliada, em termos gerais, referindo-se à realidade italiana, Gramsci (2002, p. 286) apresenta que o transformismo diz respeito tanto a “personalidades políticas elaboradas pelos partidos democráticos de oposição que se incorporam individualmente à ‘classe política’ conservadora e moderada”, quanto a “grupos radicais inteiros, que passam ao campo moderado”.

numa linha de atuação classista; certos movimentos sociais resistentes ao “canto da sereia” e que mantiveram-se na combatividade de classe, cuja expressão máxima, em nossa avaliação, é o MST; uma militância partidária aguerrida, majoritariamente de correntes petistas mais críticas que, posteriormente, rompe com o PT e busca organizar novos partidos de esquerda que se propõem orgânicos à classe trabalhadora; segmentos de produção e divulgação teórica que opuseram-se a falsa ideia de crise paradigmática da modernidade e, principalmente, do marxismo; e setores intelectuais e profissionais, sustentados pelo pensamento crítico, que buscaram atuar na realidade orientados pelo compromisso com os interesses históricos dos trabalhadores.

Em uma conjuntura hostil à possibilidade de desenvolvimento de uma consciência “para si” das classes subalternas e de expansão de seus instrumentos político-organizativos, a realidade brasileira contou com formas de garantia do poder burguês e do padrão de dominação burguesa, relativizadas ou incompreendidas por amplos setores da esquerda brasileira, principalmente aqueles que buscaram constituir-se, em um futuro próximo, como “porta-vozes da democracia de cooptação” (Iasi, 2019). Embora a cooptação “para baixo”, que se apresentava em um contexto também marcado por valores liberais mesclados ao avanço ideológico “pós-moderno” no pensamento social brasileiro, resultasse em uma esterilização política das lutas sociais das classes subalternas, uma nova fase de desafios e exigências históricas se apresentaria para as lutas e movimentos sociais da classe trabalhadora no Brasil.

3. SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS: relações constitutivas dos fundamentos históricos da profissão

Como premissa norteadora de nossa investigação teórica, as relações entre o Serviço Social e os movimentos sociais são compreendidas a partir de duas angulações interpretativas que se conectam enquanto síntese analítica: 1) como relação constitutiva dos fundamentos históricos da profissão, tendo a “questão social” e a luta de classes como mediações privilegiadas e centrais; 2) como relação estabelecida na postura ético-política dos agentes profissionais e na perspectiva ideopolítica que orienta a direção social da profissão (seu projeto profissional hegemônico, historicamente situado, e manifesto nas dimensões político-organizativa, jurídico-normativa, prático-interventiva, da formação profissional e da produção acadêmica) em face de sua interação/relacionamento com as lutas e movimentos sociais. Ou seja, compreendemos que os vínculos estabelecidos entre o Serviço Social e os movimentos sociais são determinados por fatores sócio-históricos e ideopolíticos que não podem ser divorciados. Como já apontado por Netto (1996, p. 116), “a ineliminável dimensão ideopolítica da profissão reside precisamente na articulação do seu significado social objetivo com os projetos sociais (postos pela vontade política dos sujeitos) que nele incidem”.

É necessário reconhecer a contribuição do estudo desenvolvido por Guimarães (2022, p. 34; p. 36), o qual, ao abordar de forma histórico-crítica a relação entre a profissão e as lutas e movimentos sociais no âmbito da formação profissional⁷⁸, sustenta a tese de que “o debate sobre movimentos sociais se inscreve nos Fundamentos do Serviço Social”, reconhecendo que o “vínculo entre o Serviço Social e os processos organizativos dos trabalhadores é tanto estrutural como ideopolítico”. Também, Duriguetto e Marro (2016, p. 112) explicam que a “relação entre o Serviço Social e as lutas das classes subalternas é um componente

⁷⁸ De modo a situar a temática das lutas e dos movimentos sociais a partir da unidade articulada entre os três núcleos de fundamentação da formação profissional, conforme preconizam as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), Guimarães (2022, p. 246-247) afirma que: “do *núcleo de fundamentos da vida social*, extrai-se desde o debate acerca da formação da consciência para a compreensão do ser social [...] ao debate das classes sociais na lógica capitalista, com destaque para a captura da conformação e do movimento das classes sociais em luta. A partir do *núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira* pode-se identificar o conjunto de determinações sociais, econômicas, culturais e políticas que conferem marcas particulares assumidas pela luta de classes no país, contribuindo para a compreensão do quanto as nuances débeis e fortes assumidas pela burguesia brasileira atuam no esforço de dificultar a todo custo a resistência organizada das classes subalternas. Ainda que mesmo nos cenários mais desfavoráveis e face muitos desafios, a organização coletiva destas classes e seus movimentos tenha permanecido a inscrever lutas e resistências em nossa história e, nesse sentido, tal formação social se constituiu também a partir destes processos organizativos. Com apoio no *núcleo de fundamentos do trabalho profissional* pode-se abordar a relação do Serviço Social com as lutas, organizações e movimentos sociais das classes subalternas do ponto de vista da dimensão ideopolítica da profissão e das possibilidades de atuação profissional [...], bem como problematizar dilemas e desafios contemporâneos postos a essa relação, considerando para tanto as mediações que perpassam o exercício profissional e a não subestimação das condições objetivas que o determinam”.

ineliminável da nossa profissão, uma vez que a sua constituição sócio-histórica tem na questão social — e nas suas determinações centrais — a sua explicação fundamente”. É em acordo com essas diretivas gerais de nossas autoras que compreendemos as relações estabelecidas entre a profissão e os movimentos sociais como constitutivas dos fundamentos sócio-históricos do Serviço Social e, de forma inseparável, determinadas na dimensão ideopolítica da profissão.

Dessa forma, para que possamos compreender a indissociável relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais das classes subalternas, é necessário analisar a profissão no movimento histórico e contraditório das classes sociais, buscando explicar as determinações societárias que elucidam os fundamentos sócio-históricos do Serviço Social no modo de produção capitalista. Sendo indispensável alcançar a assimilação teórica sobre a inserção da profissão na divisão sociotécnica do trabalho e sua real funcionalidade interventiva para além da intencionalidade estrita dos agentes. Isto é, a apreensão crítica de seu significado social no processo de reprodução das relações sociais, imerso no antagonismo fundamental entre capital e trabalho, que se expressa historicamente e se particulariza nas formações sociais, sob a dinâmica da luta de classes e suas manifestações. O que envolve a consideração imprescindível das lutas sociais e movimentos sociais, tanto como momentos determinados da luta de classes quanto como expressões públicas e políticas das refrações da “questão social”, a qual adquire novas formas e conteúdos com o desenvolvimento histórico da sociabilidade burguesa madura. Um processo que se relaciona com os fundamentos da profissão ao considerarmos que o Serviço Social é historicamente transpassado pelo conflito estrutural entre capital e trabalho (e suas particularidades históricas), tendo nas lutas e movimentos sociais uma manifestação política dos antagonismos e enfrentamentos de classes.

Como já sinalizamos, tratar da relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais como constitutiva dos fundamentos históricos da profissão não significa desconsiderar a particularidade com que se processa historicamente (e se modifica) o contato profissional com a ambiência das lutas e movimentos sociais. Longe de incorrer na defesa de uma suposta neutralidade profissional, compreendemos que a forma com que o Serviço Social interage historicamente com os processos de organização e mobilização política das classes subalternas é determinada pela orientação da direção social da profissão e pela intencionalidade ético-política dos agentes, que se alteram em meio às transformações societárias e são permeadas pelas contradições do movimento histórico e conjuntural das classes sociais. Contudo, mesmo que a interação da profissão com os movimentos sociais seja baseada por uma determinada perspectiva ideopolítica, a possibilidade de fortalecimento de

um dos polos na conflitividade entre capital e trabalho passa pela mediação de seu oposto. Por isso, a relação do Serviço Social com os movimentos sociais diz respeito não apenas à direção social da profissão e à intencionalidade do sujeito profissional, mas, necessariamente, aos seus fundamentos históricos.

3.1 Os fundamentos históricos do Serviço Social

Comumente, para alguns desavisados, ao se falar em fundamentos históricos do Serviço Social pode parecer que a abordagem pretendida seja sobre a história da profissão, entendida de forma linear, com sequência cronológica dos fatos, como se a profissão obtivesse autonomia e pudesse edificar sua própria história, apartada do conjunto complexo do movimento histórico da realidade. Advertimos de antemão que, absolutamente, não é sob esse entendimento que nossa compreensão se direciona ao abordar a profissão na história e seus fundamentos.

Também, partimos do pressuposto de que a concepção de fundamentos do Serviço Social não pode, e nem deve, ser definida por uma simples compilação de palavras e termos, que se traduza em um significado que possa ser descrito, limitadamente, em uma seção de dicionário. Tratar sobre os fundamentos da profissão requer uma abordagem crítico-analítica cuidadosa, capaz de elucidar o movimento histórico do real e captar as mediações presentes nessa realidade, para o efetivo conhecimento das bases de justificação da emergência e do desenvolvimento do Serviço Social na sociedade capitalista madura.

Diante da complexidade teórica e do esforço analítico que exige para se chegar à explicação dos fundamentos históricos do Serviço Social, no conjunto da categoria profissional — principalmente entre os seus quadros acadêmicos — não contamos com uma compreensão única e homogênea em relação à concepção de fundamentos da profissão. Mesmo no campo do pensamento crítico, dado seu pluralismo teórico, são apresentadas distintas concepções⁷⁹ de fundamentos do Serviço Social — algumas aproximativas e outras mais distantes entre si. Em relação às concepções de filiação histórico-crítica que mais se aproximam na explicação da profissão, há aquelas que, embora alheias a elaborações endogenistas⁸⁰ sobre a natureza do Serviço Social, situam os fundamentos históricos da

⁷⁹ Em relação ao campo do pensamento crítico, concepções de fundamentos que se diferenciam (mesmo aquelas que se aproximam) são abordadas, por exemplo, em: Closs (2017); Faleiros (2018); Goin (2019); Guerra (2004); Iamamoto (2015a); Netto (2011a); Teixeira (2019); Yazbek (2018).

⁸⁰ Montão (2009) apresenta um levantamento crítico dos principais autores que, mesmo em campos teóricos distintos, sustentam uma interpretação endogenista dos fundamentos históricos do Serviço Social, entre eles:

profissão no mesmo escopo das fundamentações teórico-metodológicas e filosóficas, equiparando-os às matrizes de pensamento que deram ou dão fundamentação para que os agentes profissionais compreendam e expliquem a realidade e a própria profissão. Consideramos que, além de desconfigurarem as determinações sócio-históricas na análise do Serviço Social, essas concepções, de certo modo, reatualizam uma espécie de história evolutiva da profissão — mais especificamente em relação a uma “evolução” do referencial teórico-metodológico incorporado no desenvolvimento profissional do Serviço Social e de suas características interventivas.

De forma distinta, compreendemos que há diferenças entre o que podemos conceber como os fundamentos históricos do Serviço Social e as matrizes de pensamento que fundamentam a explicação da realidade, isto é, fornecem a fundamentação para que a profissão possa compreender e explicar o real e a si mesma, balizando saberes e parâmetros para sua ação profissional. Por exemplo, nas primeiras décadas de desenvolvimento profissional do Serviço Social em países da Europa e no Brasil, a perspectiva da Doutrina Social da Igreja Católica, amparada nas elaborações do pensamento neotomista, permitia uma fundamentação filosófica para a explicação individualizante e moralizante do que compreendiam como os “problemas sociais”, e como os agentes do Serviço Social deveriam agir para auxiliar na busca da suposta “redenção” social do mundo. Todavia, essa fundamentação filosófica, amparada no pensamento conservador da Igreja, não tinha o objetivo, e nem a capacidade, de explicar os fundamentos do Serviço Social, sua real significação sócio-histórica. O mesmo ocorre quando a profissão avança nos Estados Unidos da América, sob uma concepção mais tecnicista, amparada em elaborações do pensamento positivista, com ênfase psicologista, cujo propósito era o ajustamento ou a restauração do caráter do indivíduo. O que temos é a possibilidade de uma fundamentação, mesmo que conservadora e com imprecisões, para direcionar o entendimento e a ação profissional sobre as manifestações dos chamados “problemas individuais”. Em nenhum momento os fundamentos do Serviço Social são colocados em questão, mesmo que, equivocadamente, atribuem ao “*Social Work*” uma equivalência à evolução, tecnificação e profissionalização da filantropia⁸¹.

Natálio Kisnerman, Ezequiel Ander-Egg, Juan Barreix, Boris Alex Lima, Norberto Alayón, José Lucena Dantas e Balbina Ottoni Vieira.

⁸¹ Em acordo com Netto (2011a, p. 73), compreendemos que a profissionalização do Serviço Social está diretamente vinculada à dinâmica da ordem monopolista do capital, que estabelece as exigências sócio-históricas para a emergência do mercado de trabalho da profissão, cuja inserção sócio-ocupacional e seu significado social diferem frontalmente do que se convencionou chamar de protoformas do Serviço Social — sobre o que abordaremos mais à frente neste trabalho.

Ainda que, ao longo de sua trajetória histórica, o desenvolvimento profissional do Serviço Social tenha sido influenciado por diferentes matrizes filosóficas e teórico-metodológicas, incidentes na formação e no trabalho profissional, acreditamos que é somente quando as circunstâncias sócio-históricas possibilitam sua laicização, a diferenciação de seus agentes e atores, sua inserção no âmbito universitário e a interlocução crítica com as ciências sociais — além de viabilizarem a militância política de segmentos estudantis e profissionais em determinados países, especialmente na América Latina⁸² — que a profissão passa a reunir condições para compreender e explicar seus fundamentos históricos, aproximando-se e aderindo ao marxismo como matriz de pensamento. Interlocução teórico-metodológica e política que, por exemplo, “confere ao Serviço Social no Brasil a sua carta de cidadania intelectual” (Netto, 2013, p. 12).

Por isso, destacamos o papel protagonista do Serviço Social brasileiro, haja vista sua dinâmica singular diante as particularidades nacionais — mas não isolada e apartada de processos internacionais — que resultou na construção de sua direção social crítica, fundamentada na abordagem histórico-dialética da tradição marxista. E que mantém atual a sua hegemonia crítica, em contraponto ao que se processou historicamente em outros continentes e nos outros países da América Latina: a não adesão ao marxismo, ou aproximações que não caminharam para um desenvolvimento mais amadurecido, resultando hoje em uma compreensão, bem expressiva por sinal, de que o marxismo está “fora de moda” e, portanto, ultrapassado.

Em oposição àqueles que advogam a obsolescência do marxismo, compartilhamos da tese de que só é possível compreender e explicar os fundamentos do Serviço Social a partir do direcionamento científico, uma fundamentação teórico-metodológica, pela via da teoria social marxiana enquanto matriz de pensamento e pelas contribuições da tradição marxista, que, nos dias atuais, se constitui como uma corrente de pensamento com bastante fecundidade nos debates acadêmicos da profissão no Brasil⁸³. Ao reafirmarmos a validade teórico-metodológica do pensamento marxista como a única via para a explicação dos fundamentos históricos do Serviço Social, estamos situando essa matriz de pensamento, assentada na razão histórico-dialética, como caminho que fornece fundamentação para se

⁸² Lembramos do Movimento de Reconceituação Latino-Americano, suas conquistas e limites, como observam Netto (2005) e Faleiros (2017).

⁸³ Embora tenhamos observado com preocupação certas atualizações da vulgarização da tradição marxista ainda presente em produções acadêmicas da área, e a recorrência a um ecletismo teórico emanado do irracionalismo próprio de concepções do chamado pensamento “pós-moderno”, que vem invadindo sorrateiramente o campo profissional.

chegar aos fundamentos da profissão, e não equiparando-a ao que compreendemos ser as bases de justificação sócio-histórica do Serviço Social.

Assim, inspirados pelo esforço teórico-político e intelectual do campo marxista — entre convergências e dissensos — em compreender criticamente a realidade na qual a profissão está inserida e a particularidade dessa inserção, sinalizamos que a nossa concepção de fundamentos do Serviço Social, exposta ao longo destas páginas, está ancorada na centralidade sócio-histórica e ontológica das bases, condições e determinações que sustentam a profissão na realidade concreta e em movimento. Tal concepção implica reconhecer a “indissociável articulação entre teoria e prática social, entre desvelamento da realidade e identificação de estratégias para a ação extraídas da análise dessa mesma realidade, no contraponto aos modelos instrumentais para a ação, caros ao pragmatismo positivista” (Iamamoto e Santos, 2021, p. 31).

Como muito bem nos alerta Guerra (2004, p. 14), discutir fundamentos, no sentido de buscar a essência das coisas reais, só tem validade “quando se opera com uma razão racionalista, humanista, historicista e dialética [...] e, em segundo lugar, quando não se contenta com o formalismo e/ou com a positividade posta na aparência necessária dos fenômenos”. Também, sustentado pelo pensamento marxiano, Netto (2011b, p. 22) é assertivo ao dizer que o objetivo de quem pesquisa, investiga algo próprio da realidade através do conhecimento teórico, deve ser o de ir “além da aparência fenomênica, imediata e empírica”, para se alcançar a dinâmica e a estrutura, isto é, apreender a essência. É nesse sentido que compreendemos o caminho necessário para se chegar aos fundamentos, as bases ontológicas de fundação do Serviço Social.

A razão crítico-dialética, própria do pensamento marxiano-engelsiano, tem na categoria de totalidade seu ponto fulcral, e “como categoria intelectual [a totalidade], permite a razão ultrapassar o plano da imediatez (aparência), em busca da essência” (Guerra, 2004, p. 23). E para tanto, é necessário alçar mediações que já se fazem presentes na realidade, para se processar o movimento de decomposição e recomposição da totalidade — esta, como um complexo de complexos (Lukács, 2012) — e se chegar ao objeto de conhecimento, que possui múltiplas e contraditórias determinações. Buscar compreender o Serviço Social como uma totalidade parcial e complexa, que pertence a uma totalidade mais ampla, concreta e articulada (a sociedade capitalista), é um passo imprescindível para elucidar os fundamentos históricos da profissão.

Ainda segundo Guerra (2004, p. 26), “a ontologia de Marx permite consubstanciar a compreensão da profissão como produto histórico e, como tal, auto-implicado no processo

histórico”. E é no processo histórico de desenvolvimento da sociedade burguesa, chegada a idade monopolista do capital, que se estabelecem as condições societárias — na articulação entre estrutura e conjuntura — para a requisição social e institucional do estatuto profissional do Serviço Social (Netto, 2011a). A profissão nasce na dinâmica monopolista do capitalismo para responder requisições societárias e, ao mesmo tempo, participa das condições de reprodução social do capitalismo dos monopólios, imbricada nas relações sociais da sociedade polarizada por interesses históricos e contraditórios de classes sociais opostas e em luta. Sob a compreensão da profissão enquanto produto histórico da sociedade burguesa madura, a obra inaugural de Iamamoto e Carvalho (2014, p. 83), situa o significado social do Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais desta sociedade, como uma profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho — uma especialização do trabalho coletivo — e constituída como “expressão de necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais no ato de produzir e reproduzir os meios de vida e de trabalho socialmente determinada”. Situado no contexto monopolista do capital, de avanço urbano-industrial da sociedade e redefinição da ação estatal, o Serviço Social como profissão especializada tem como base de sua justificação as expressões agudizadas da “questão social”, com novos conteúdos peculiares a era do monopólio, que se particularizam na formação social e econômica — e na luta de classes — de cada país, numa permanente articulação com a universalidade do modo de produção capitalista.

É importante contextualizar que, com o desenvolvimento monopolista das relações capitalistas de produção, a contradição estrutural entre capital e trabalho se agudizou de tal forma que a produção social extensiva das desigualdades de classe exigiu das classes dominantes e do Estado burguês novas formas de intervenção sociopolítica e econômica, para além da coerção direta (na proteção da propriedade privada) e da ajuda caritativa e pontual (na preservação de condições externas à produção capitalista). Como o Estado assume um redimensionamento de suas funções⁸⁴, articulando seu poder político, extra-econômico por excelência, com uma funcionalidade diretamente econômica em benefício ao grande capital, além de atuar enquanto repassador de renda aos monopólios, assegura condições para a reprodução da força de trabalho (incluindo os contingentes excedentários), buscando construir uma legitimidade política da ordem social em meio à luta de classes, ao direcionar sua intervenção para o tratamento racionalizado das expressões da “questão social” por meio de políticas sociais setorializadas — o que Mandel (1982, p. 338) analisa como “ampliação da

⁸⁴ Para uma explicação ampliada sobre o redimensionamento do Estado na idade monopolista do capital, cujas funções extra-econômicas se imbricam a funções diretamente econômicas, consulte Mandel (1982, cap.15).

legislação social”. Ao mesmo tempo em que responde à exigências societárias monopolistas, o Estado fica permeável a certas demandas postas pelas lutas sociais da classe trabalhadora, configurando uma imagem social de mediador (supostamente indiferenciado) de interesses conflitantes em um cenário de conjunção entre a coerção e o consenso na intervenção estatal, que é balizado pela correlação de forças da luta de classes.

A organização monopólica do capital, configurada na combinação entre a concentração e centralização de capital no processo de acumulação, que engendra uma oligarquia financeira e revela o caráter parasitário dessa burguesia monopolista, conduz ao ápice a contradição entre a apropriação privada da riqueza socialmente construída e a socialização de sua produção, isto é, a maximização da acumulação capitalista contrasta-se com um exponencial crescimento das desigualdades sociais, acompanhado do alargamento do desemprego estrutural e da superpopulação relativa. Nessa dinâmica de ebulição das refrações da “questão social”, marcada tanto pela intensificação da exploração do trabalho e ampliação da pauperização (relativa e absoluta) dos trabalhadores quanto pelas lutas sociais conduzidas na publicização e acirramento da luta de classes, surgem novas necessidades sociais e novos impasses na sociedade capitalista madura, que passam “a exigir profissionais especialmente qualificados para o seu atendimento, segundo os parâmetros de racionalidade e eficiência inerentes à sociedade capitalista” (Iamamoto e Carvalho, 2014, p. 83) — demandas que configuram a emersão do mercado de trabalho desses agentes especializados, seja no âmbito da formulação das respostas, seja no âmbito de sua direta execução.

Nesse processo, que conta com o papel central do Estado pela imbricação de suas funções políticas e econômicas voltadas à reprodução da ordem monopolista, o Serviço Social, sob a herança conservadora de suas protoformas gestadas no seio da Igreja Católica, passa a ser requisitado institucionalmente pelas exigências societárias, enquanto uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho coletivo, participando da reprodução das relações sociais capitalistas e atuando nas respostas racionalizadoras às refrações da “questão social” que se acirraram no contexto de expansão urbano-industrial da sociedade, cuja intervenção profissional é majoritariamente mediada pelo âmbito estatal. Na sincronia com a configuração das respostas estatais, que busca enfrentar as expressões da contradição entre capital e trabalho de forma parcializada e segmentada por meio de políticas sociais setorializadas, a intervenção profissional do Serviço Social é conduzida por práticas e valores que informam um tratamento atomizado das desigualdades sociais, tomadas como “problemas” ou “disfunções” sociais que precisam ser corrigidos em suas particularidades aparentes. O que inclui as respostas institucionais que visam esterilizar politicamente as

mobilizações e organizações da classe trabalhadora, de modo a prevenir e combater as lutas sociais que “desagregam” a ordem social e cujo potencial indutor seja portador de projeções societárias alternativas.

Embora a emersão do estatuto profissional do Serviço Social seja orientada por um projeto conservador da ordem social, que direciona a intervenção dos agentes na reprodução das relações sociais no sentido da potencialização dos interesses de classe da burguesia, a profissão não é constituída como tal apenas para atender necessidades e interesses dos representantes do grande capital. Na verdade, enquanto produto autoimplicado no processo histórico, a profissão surge como uma síntese da luta de classes, envolvendo tanto as exigências de reprodução monopolista, que se desdobram na refuncionalização estatal e sua permeabilidade em busca de legitimidade social, quanto às reivindicações das lutas sociais da classe trabalhadora por melhores condições para sua reprodução (biofísica e histórico-cultural).

E pela necessidade, contraditória e que se retroalimenta, de reprodução das classes fundamentais, mesmo antagonizando-se na luta para se reproduzirem materialmente, essas classes acabam se afirmando como classes sociais que se relacionam socialmente (de forma opositiva) na reafirmação do modo de produção capitalista. Contudo, quando a classe trabalhadora volta-se para si mesma, se constitui enquanto “classe para si”, buscando negar-se enquanto classe a partir de projetos societários alternativos, a reprodução das classes fundamentais fica comprometida e, conseqüentemente, a reprodução da ordem social se vê ameaçada. Dessa forma, diante da correlação de forças da luta de classes no contexto de avanço monopolista do capital, enquanto as lutas reivindicatórias e sociopolíticas da classe trabalhadora e o conjunto de desigualdades sociais, alvo dessas lutas, se apresentavam como parte dos impasses para o desenvolvimento do capitalismo, uma série de medidas foram acionadas pelos detentores do poder econômico e estatal, para responder social e politicamente ao que se apresentava como dificultadores para a expansão do grande capital, ao mesmo tempo em que atendiam às suas necessidades sociais de desenvolvimento.

Enquanto fração de parte dessas respostas que se encontra o Serviço Social como uma profissão institucionalmente requisitada a lidar racionalmente na dinâmica de reprodução das relações sociais, mesmo que, inicialmente, lhe é atribuído um caráter subalterno, auxiliar e executivo junto às expressões da “questão social” (Iamamoto e Carvalho, 2014). Com os fundamentos sócio-históricos de emergência do Serviço Social situados na contradição de interesses das classes fundamentais, que atravessa a natureza profissional, a institucionalização da profissão é marcada por sua inserção na divisão sociotécnica do

trabalho (historicamente situada no modo de produção capitalista e permeada por formas de alienação próprias dessa sociedade), inscrita no estatuto do assalariamento, cujos espaços sócio-ocupacionais originam-se majoritariamente no âmbito estatal, que, por sua vez, se constitui como autêntico representante dos interesses das classes dominantes, embora esteja envolvido por uma relativa permeabilidade às demandas sociais e reivindicações políticas da classe trabalhadora na idade monopolista do capital. Assim, mesmo respondendo aos interesses históricos de ambas as classes fundamentais, a institucionalização profissional do Serviço Social nasce vinculada ao projeto societário das classes dominantes, do qual o Estado burguês é portador. E como afirma Netto (2011a, p. 35, *grifo nosso*), “o caráter público [estatal] do enfrentamento das refrações da ‘questão social’ incorpora o substrato individualista da tradição liberal, ressituuando-o como elemento subsidiário no trato das sequelas da vida social burguesa”.

No processo de refuncionalização estatal, que incorpora medidas públicas e racionalizadas no conjunto de respostas às refrações da “questão social”, embora viabilize, por essas medidas públicas, certas condições para o desenvolvimento social dos sujeitos individuais que sofrem as mazelas sociais do capitalismo, sua viabilização é acompanhada por um tratamento de responsabilização pessoal desses indivíduos, reforçando a aparência privada das múltiplas manifestações da contradição entre capital e trabalho. Ou seja, o enfrentamento público aos “problemas sociais” é desfigurado ao ser tratado como problemas cujas causas são privadas e individuais. Inclusive, em conjunturas de crise cíclica do capital, que são agravadas em particularidades de formações sociais como a brasileira, enquanto o conjunto de políticas sociais tende a uma reconfiguração para baixo (de redução, precarização e focalização), a culpabilização social do indivíduo pelas sequelas deletérias da sociedade se torna mais acentuada.

A refuncionalização do Estado pelas exigências monopolistas, em um mesmo movimento, colide e vai ao encontro do ideário liberal, pois “corta-o, intervindo através de políticas sociais; e recupera-o, debitando a continuidade das sequelas sociais aos indivíduos por elas afetados” (Netto, 2011a, p. 36). O que oferece uma legitimação ideal à ordem burguesa, ao adotar medidas públicas e objetivas para o tratamento dos “problemas sociais” (de forma parcializada e segmentada), transfigurando sua causa real em fatores supostamente dissociados do modo de produção da sociedade. Portanto, aparentemente, como os “problemas sociais” são respondidos pela ação sistemática do aparato público (visto como mediador imparcial), e suas causas estão inscritas no campo da vida privada e pessoal, o que fica à sombra é a sociabilidade do capital, que nada teria a ver com isso — o que vulnerabiliza

os processos de luta e formação de consciência da classe trabalhadora, fragilizando, assim, projetos societários de ruptura com a ordem social estabelecida.

Nesse contexto, como escreve Iamamoto (2013, p. 23), o Serviço Social se caracteriza como uma profissão que, com base na atividade assistencial, intervém material e ideologicamente junto à classe trabalhadora, cujos efeitos políticos de sua prática sintonizam-se no “enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho”. Como o Serviço Social emerge e se desenvolve enquanto uma profissão estimulada pelo projeto societário portador dos interesses de classe da burguesia, isto é, um projeto conservador da ordem social e que contempla as exigências sócio-históricas da idade monopolista do capital, sua inserção na reprodução das relações sociais está diretamente voltada para a reprodução da força de trabalho e da ideologia dominante, através de canais institucionais mobilizados pelas classes dominantes sob a figura predominante do Estado. O que, necessariamente, envolve o vínculo intrínseco da profissão com a reprodução das contradições próprias das relações sociais. Ou seja, embora seja diretamente requisitada para atuar na reprodução das relações sociais no sentido de manutenção da ordem social e de reforço da dominação de classe, a atividade profissional é permeada por interesses da classe trabalhadora ao intervir nas condições materiais e espirituais de reprodução da força de trabalho. Tanto o capital necessita da reprodução da força de trabalho para a continuidade do processo produtivo e da acumulação, quanto os proprietários dessa força de trabalho necessitam e reivindicam condições de sobrevivência. E é na luta de classes, especialmente em suas expressões políticas, em que as condições de reprodução da classe trabalhadora são decididas historicamente.

No processo histórico de relacionamento social entre as classes fundamentais, a exploração do trabalho pelo capital marca o antagonismo de interesses entre as classes. De uma lado, a extração de mais-valia resulta na acumulação capitalista através da apropriação privada pela burguesia da riqueza socialmente produzida, e de outro, provoca desigualdades sociais que atingem diretamente as condições de vida e reprodução dos trabalhadores enquanto classe. Considerando as implicações da luta de classes, as políticas e os serviços sociais entram em cena e passam a desempenhar um importante papel na garantia das condições necessárias à reprodução social da classe trabalhadora. Funcionam, assim, como uma forma de salário indireto, tanto ao complementar a remuneração dos trabalhadores empregados quanto ao fornecer condições mínimas de sobrevivência à superpopulação relativa. Isto é, as políticas e os serviços sociais são acionados para mediar a reprodução dos trabalhadores enquanto classe, mantendo substancialmente inalterado o ordenamento das

relações sociais dessa sociedade, embora possam implicar reformas dentro da ordem. Contudo, a existência de um conjunto de políticas e serviços sociais está umbilicalmente conectada à dimensão contraditória própria das relações sociais. Inserida no âmbito da redistribuição da riqueza social, essas remunerações indiretas destinadas à reprodução da classe trabalhadora são determinadas na luta de classes. Ao mesmo tempo em que constituem parte do valor produzido pela classe trabalhadora, apropriado pela burguesia e pelo Estado e posteriormente redistribuído sob a forma transfigurada de políticas e serviços sociais, com o objetivo de viabilizar a reprodução da própria classe trabalhadora e atender às exigências reprodutivas do modo de produção capitalista, essas políticas e serviços sociais são também realizações históricas da classe explorada, expressando melhores condições de vida (re)conquistadas por meio de suas lutas sociais (Behring e Boschetti, 2011).

O significado contraditório das políticas e serviços sociais, embora represente importantes vitórias dos trabalhadores na luta de classes, especialmente ao envolver uma regulamentação jurídica da legislação social que afirma emancipações políticas da classe trabalhadora na sociedade burguesa, muitas vezes, pela própria formatação das políticas e serviços sociais, faz com que apareçam “como sendo doados ou fornecidos ao trabalhador pelo poder político diretamente ou pelo capital, como expressão humanitária do Estado ou da empresa privada” (Iamamoto e Carvalho, 2014, p. 99).

Na dinâmica da luta de classes, a classe trabalhadora se organiza politicamente e mobiliza esforços reivindicatórios contra as diversas desigualdades sociais manifestas, lutando por melhores condições de vida e trabalho. Diante desse processo de manifestação política da “questão social”, as classes dominantes e o Estado acabam se antecipando e convertendo determinadas demandas apresentadas pelo engajamento político dos trabalhadores em respostas institucionalizadas, inseridas em uma estrutura burocratizada e controlada, sob a forma de políticas e serviços sociais. Como mencionado, vale ressaltar que a abrangência do atendimento às demandas dos trabalhadores é condicionada pela correlação de forças da luta de classes, a qual determina o grau de reconhecimento — e eventual expansão — das reivindicações apresentadas na luta social. Ao serem absorvidas pelo Estado e pelas classes dominantes, as reivindicações e necessidades da classe trabalhadora são transfiguradas no âmbito institucional e reorientadas por meio de respostas racionalizadas, implementadas e geridas conforme os interesses hegemônicos. Essas respostas adquirem um componente ideológico que busca desconfigurar o caráter de classe das reivindicações e convertê-las em respostas e instrumentos de reforço da ordem estabelecida.

Dessa forma, embora as políticas e serviços sociais sejam resultantes das lutas sociais da classe trabalhadora por melhores condições de reprodução social nesta sociedade, sua implementação, mediada por organismos institucionais, faz com que expressem também respostas a determinadas necessidades reprodutivas do modo de produção capitalista. Assim, passam a ser utilizadas “como suportes materiais de um discurso ideológico que fortalece a divulgação de um modo de vida, dado pelo capital, para a classe trabalhadora, elemento básico à ação de impor a interiorização das relações sociais vigentes” (Iamamoto e Carvalho, 2014, p. 100).

É em meio a esse processo que a prática profissional do Serviço Social se conecta ao suporte teórico-cultural e ideológico de legitimação da ordem monopolista, tanto em razão de sua inserção em uma estrutura sócio-ocupacional institucionalmente orientada — marcada pelo caráter de classe desses espaços — quanto pelas semelhanças iniciais de sua prática operativa com certas características de suas protoformas. Embora o estatuto profissional do Serviço Social esteja diretamente vinculado à sua inserção na divisão sociotécnica do trabalho, inaugurando um novo significado social para essa nova prática, o início do seu desenvolvimento profissional, marcado pela ruptura com suas protoformas, convive, paradoxalmente, com uma relação de “continuidade” com práticas precedentes à instituição profissional. Como apresenta Netto (2011a, p. 70), “essa relação é inegável e muito complexa: de um lado, compreende o universo ideo-político e teórico-cultural que se apresenta no pensamento conservador; de outro, envolve modalidades de intervenção características do caritativismo”. Essas semelhanças com as protoformas, que acompanham o início do desenvolvimento profissional do Serviço Social, somam-se ao ideário que orienta as medidas racionalizadas pelas quais o Estado busca responder às refrações da “questão social”.

A presença de traços de “continuidade” das protoformas da profissão, que coexistem com a ruptura da matriz originária da prática social precedente à instituição profissional do Serviço Social, deve-se também ao importante papel desempenhado pela Igreja Católica⁸⁵, tanto na destacada condução de atividades caritativas e filantrópicas anteriores, que compõem a estratégia eclesiástica de mobilização do laicato diante a secularização da sociedade, quanto na orientação doutrinária que serviu de substrato inicial para a formação e a prática profissional do Serviço Social. Não é coincidência que, inicialmente, as fontes preferenciais de recrutamento dos assistentes sociais situavam-se no movimento católico leigo, tendo em

⁸⁵ Sobre o movimento conservador de Reação Católica, consulte Manoel (2004). E em relação ao tratamento da Igreja sobre a “questão social” nesse processo, Castro (2011) também apresenta uma análise a partir das Encíclicas papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo anno*.

vista que o Serviço Social, enquanto uma nova prática profissional socialmente requisitada, poderia representar uma “alternativa profissionalizante às suas atividades de apostolado social” (Iamamoto, 2013, p. 22). Por outro lado, a imagem de agente da ajuda e da benevolência, sob formação doutrinária da Igreja, serviria como um manto para revestir a imagem social da profissão perante a população alvo das intervenções estatais, facilitando-as.

Mesmo sob a retórica de cunho humanista-cristão propagada por núcleos clérigos e leigos que pretendiam a reconquista da hegemonia ideológica da Igreja na sociedade, houve uma pactuação entre o pensamento conservador de base confessional e o conservadorismo burguês, expresso na articulação estratégica entre Igreja e Estado, que, em um primeiro momento, viabilizou certa incidência católica no aparato estatal, contando com apoio público às suas iniciativas privadas em busca do suposto “bem-comum”. E também propiciou um suporte doutrinário para a formação moral dos primeiros contingentes profissionais, capaz de capacitá-los para a atuação em espaços institucionais voltados ao “tratamento” dos “problemas sociais”, cuja causa era identificada no âmbito da vida privada. Uma parceria (Igreja/Estado) delineada historicamente por contornos particulares às formações sociais dos Estados nacionais, e que logo perderia força devido às condições de desenvolvimento sócio-histórico da sociedade do capital.

Importante destacar que, apesar do início do desenvolvimento profissional contar com a presença de traços semelhantes às suas protoformas, a profissionalização do Serviço Social não pode ser explicada como uma espécie de evolucionismo das práticas sociais precedentes, exatamente porque a natureza da profissão e dessas outras práticas sociais são inteiramente diversas. Contudo, a emergência de um novo agente profissional, gestado pelas condições sócio-históricas do capitalismo monopolista, ocorre juntamente com um processo refuncionalizador de “referências e práticas preexistentes, assim como das formas institucionais e organizacionais às quais elas se vinculam” (Netto, 2011a, p. 71), herdando certas características para as práticas e referências próprias do novo agente profissional. Apesar de inicialmente herdar um referencial ideal e prático anterior, sendo uma nova prática social profissionalmente instituída, o Serviço Social inscreve-se em um novo significado na trama de reprodução das relações sociais, imprimindo a condição de trabalhador assalariado ao profissional, que desempenha funções alheias ao controle e à intencionalidade estrita desse novo agente, inserido em espaços sócio-ocupacionais que conformam seu mercado de trabalho, diretamente associado às políticas sociais operadas por instituições socioassistenciais distintas das protoformas da profissão.

Como o Estado, refuncionalizado pelas condições societárias do capital monopolista, acentua sua intervenção na relação entre capital e trabalho, além de estabelecer uma maior regulamentação jurídica do mercado de trabalho por meio das legislações sociais e trabalhistas, também atua de maneira destacada na implementação, gestão e incentivo à organismos socioassistenciais operadores das políticas e serviços sociais. São esses novos ou requalificados organismos institucionais prestadores dos serviços socioassistenciais que constituirão os espaços de trabalho dos profissionais do Serviço Social, em que a política social constitui mediação privilegiada.

A inédita configuração do mercado de trabalho para esse novo agente profissional, embora esteja situada majoritariamente no âmbito estatal, contará também com espaços nas empresas capitalistas (especialmente do setor industrial) diante da necessidade de racionalização da produção e do trabalho. A atuação do assistente social nesses espaços empresariais advém da requisição institucional relacionada à administração e gerência dos “recursos humanos”, isto é, da força de trabalho, em que o profissional é convocado a desempenhar atividades de cunho “educativo” e até mesmo de vigilância junto aos trabalhadores para sua adaptação às exigências produtivas, mediante a prestação de serviços socioassistenciais (Mota, 2010) — indissociadamente nos âmbitos material e ideológico. O que não se limita ao ambiente exclusivo da empresa, mas se estende à esfera da vida privada dos trabalhadores, já que “o capital busca meios de tutela e normatização da vida do trabalhador fora da fábrica” (Iamamoto e Carvalho, 2014, p. 127). Nesse sentido, o assistente social é chamado a responder profissionalmente requisições que visam apaziguar e neutralizar focos do conflito inerente entre trabalhadores e patrões, prevenindo consequências que resultem em prejuízos/impasses para a exploração capitalista e que, inclusive, podem se desdobrar em mobilização política e luta social, especialmente de caráter sindical.

Vinculado aos organismos institucionais responsáveis pela operacionalização das políticas sociais e pela prestação dos serviços sociais, o profissional do Serviço Social é requisitado como agente intermediador entre essas instituições e o público-alvo da intervenção. Sob os parâmetros de racionalidade e eficiência técnica, atua profissionalmente na prestação dos recursos necessários ao atendimento institucional das demandas de reprodução social da classe trabalhadora, uma vez que as políticas e serviços sociais voltados para essa finalidade necessitam de agentes profissionais que os executem, entre os quais se encontra o assistente social.

Como vimos, a significação social da profissão é atravessada por demandas que partem diferenciadamente de cada uma das classes fundamentais e se inter-relacionam nas

relações sociais. Embora a classe trabalhadora não seja o sujeito que requisita diretamente a intervenção profissional do Serviço Social nas relações sociais, suas necessidades sociais, apresentadas enquanto demandas e reivindicações ao Estado e nas lutas contra as classes dominantes, são convertidas em respostas institucionais que requisitam a ação profissional do assistente social. São, portanto, as classes dominantes e o Estado que requisitam diretamente a profissão, estabelecendo uma relação empregatícia com seus agentes profissionais assalariados, contratados para desempenhar funções nas organizações socioassistenciais controladas por esses mandantes da prática profissional, responsáveis por converter as necessidades e reivindicações da classe trabalhadora em respostas institucionalizadas sob a forma de políticas e serviços sociais. Assim, as funções demandadas aos assistentes sociais pelas instituições contratantes situam-se entre as mediações para a reprodução social dos trabalhadores enquanto classe (público-alvo das respostas institucionais e da intervenção profissional), envolvendo, em um processo inseparável, tanto os recursos materiais quanto os componentes espirituais necessários para a reprodução da força de trabalho, sob o reforço da ideologia dominante.

As demandas contraditórias que legitimam o Serviço Social como profissão na sociedade capitalista pressupõem a existência de conflitos sociais, os quais são tensionados historicamente na luta de classes, e que necessitam ser atenuados ou ter seu tensionamento prevenido socialmente. À medida que o Estado e os organismos institucionais mobilizados buscam responder a determinadas demandas e reivindicações de classe dos trabalhadores, convertendo-as em respostas institucionalizadas que asseguram a manutenção da ordem social, os recursos materiais dos serviços socioassistenciais, devido à formatação própria das políticas sociais, não são suficientes para sanar as estruturais desigualdades sociais manifestas em “problemas sociais”, que são publicizados e politizados nas lutas sociais da classe trabalhadora. É preciso, então, que as respostas das classes dominantes na reprodução das relações sociais sejam capazes de contornar politicamente o tensionamento inerente da contradição entre capital e trabalho, fortalecendo a dependência da classe trabalhadora às políticas e serviços sociais formatados institucionalmente. Isso envolve o enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes por meio de canais que incidam sobre sua conduta pessoal e de classe, acionando meios ideológicos de legitimação da vida social na ordem burguesa. Assim, a assistência material para a reprodução da força de trabalho, prestada pelas organizações com as quais o assistente social se vincula institucionalmente através de um contrato de trabalho, vem acompanhada de um teor moral e ideológico que reforça o pensamento dominante.

Atuando enquanto agente profissional que intermedia a relação entre instituição e população, o trabalho do assistente social configura-se também pela ação de persuadir o público-alvo das respostas institucionais, buscando frequentemente a aceitação tanto dos critérios de elegibilidade e “concessão” dos serviços socioassistenciais quanto dos valores dominantes que informam uma visão de mundo aos olhos do capital. “Trata-se de uma ação global de cunho sócio-educativo ou socializadora, voltada para mudanças na maneira de ser, de sentir, de ver e agir dos indivíduos, que busca a adesão dos sujeitos” (Iamamoto e Carvalho, 2014, p. 122). Dessa forma, a profissão nasce legitimada socialmente pelo Estado e pelas classes dominantes, buscando mobilizar o mínimo de coerção e o máximo de consenso para a interiorização das relações sociais na vida social (pública e privada) da classe trabalhadora. O que envolve, entre outros mecanismos de maior eficácia, a interferência da prática profissional nos movimentos de mobilização e organização política dos trabalhadores, cujas pautas reivindicatórias, além de tensionar o conflito inerente entre as classes sociais, podem representar uma contratendência ao processo de integração social nas relações sociais vigentes. Seria preciso mitigar a possibilidade de expansão de tais dinâmicas reivindicatórias e prevenir sua conversão política em lutas sociais orientadas por projetos societários alternativos à ordem burguesa.

No entanto, para desempenhar tal papel atribuído, a profissão precisa ser legitimada também pela classe trabalhadora, que é o público-alvo da ação profissional e das respostas institucionais. Embora os trabalhadores não desenvolvam suas lutas sociais tendo como reivindicação a presença profissional do assistente social na construção de respostas institucionais às suas demandas imediatas e de classe, eles buscam meios que possam atender suas necessidades. É nesse sentido que o assistente social passa a ser visto enquanto um agente intermediador das respostas institucionais, legitimado pela população atendida sob a imagem de “solucionador” de suas demandas (Montaño, 2009). Essa imagem da profissão perante a classe trabalhadora é revestida pelo manto moral da benevolência e da ajuda, herdado da origem confessional de suas protoformas, mas, fundamentalmente, é estabelecida pelo seu nexos com o Estado, que aparece como benfeitor indiferenciado, “voltado precipuamente para o bem-estar dos cidadãos, guardião da justiça e da paz social, detentor de uma ética e de uma vontade supra-classes” (Iamamoto e Carvalho, 2014, p. 126). Portanto, o Serviço Social, sob um mandato institucional, adquire legitimidade social pela via do consenso, o que permite à profissão atuar junto às expressões da “questão social” com a imagem de um agente profissional capaz de intermediar a “resolução” dos “problemas

sociais”, atendendo, assim, aos interesses de ambas as classes na conflitividade entre capital e trabalho.

A “questão social” se torna, assim, não apenas o fator “disfuncional” e ameaçador do “equilíbrio”, levando a classe dominante, mediatizada pelo Estado e outras organizações, a desenvolver uma estratégia de controle social por meio de políticas sociais e contratando o assistente social como executor delas (dimensão hegemônica da legitimidade profissional), mas, a “questão social” se constitui também no motivo pelo qual a população demanda ao Estado e aceita a intervenção desse profissional para a solução de suas carências (dimensão subalterna da legitimidade profissional) (Montaño, 2009, p. 62).

A imagem de agente profissional intermediador do tratamento racionalizado aos “problemas sociais”, que supostamente atua de forma indiferenciada na busca da coesão social diante dos interesses das classes em conflito, expressa-se também na autoimagem da profissão, uma vez que a institucionalização profissional emerge na sua incorporação subordinada ao aparato do Estado e, portanto, carrega consigo o discurso estatal e o projeto societário (e de classe) que este último é portador. Além disso, a herança de certas características atualizadas de suas protoformas, principalmente no plano moral, soma-se ao caráter auxiliar, executivo e subalterno atribuído à prática profissional na operacionalização de respostas institucionais às refrações da “questão social”, refletindo na maneira como os agentes profissionais percebem historicamente a profissão e a si mesmos. A imagem social de profissão voltada a “fazer bem o bem”, na qual a mistificação de estar a serviço do povo em benefício de toda a sociedade adquire uma roupagem secularizada, é reforçada pelo seu desenvolvimento teórico-prático inicial, vinculado subalternamente às ciências sociais, as quais “lhe dotariam do conhecimento (segmentado) da realidade a qual o assistente social deveria intervir” (Montaño, 2009, p. 68). Essa representação distorcida da profissão favorece, inclusive, para uma compreensão nebulosa, por parte dos agentes profissionais, acerca das implicações de sua condição assalariada, o que fragiliza tanto a organização e a luta sindical da própria categoria quanto os vínculos ideopolíticos com as lutas gerais e mais amplas da classe trabalhadora. Ainda, os vetores de constituição dessa autoimagem profissional se articulam a outros processos que dificultam a apreensão crítica da significação social da profissão nas relações sociais, como aponta Iamamoto (2013, p. 39):

a reificação dos métodos e técnicas da intervenção, a burocratização das atividades, a psicologização das relações sociais, a absorção de uma terminologia mais adequada a estratégia de crescimento econômico acelerado são fatores, entre outros, que contribuem para encobrir na consciência do profissional as reais implicações de sua prática. [...] Essa perspectiva implica a reafirmação e aprofundamento

da subordinação do Serviço Social às necessidades da política estatal de dominação e controle das classes subordinadas [...].

Contudo, devemos ponderar que, mesmo legitimado pelo poder dominante e subordinado a ele no cumprimento profissional das requisições institucionais, o profissional do Serviço Social precisa aderir, ainda que passivamente, à perspectiva ideopolítica envolvida nos organismos institucionais contratantes. Essa adesão, embora seja uma tendência predominante diante das condições estruturais, não ocorre de forma compulsória. Sendo um trabalhador assalariado, o assistente social deve atender às requisições institucionais dentro das competências para as quais foi contratado, mas isso não significa que as respostas profissionais devam ser orientadas pelas expectativas políticas de seus empregadores. Conforme Iamamoto e Carvalho (2014, p. 129), por dispor de uma autonomia relativa no exercício de seu trabalho profissional, o assistente social torna-se “corresponsável pelo rumo imprimido às suas atividades e pelas formas de conduzi-las”. Pode tanto endossar os interesses das classes dominantes ao limitar a construção de suas respostas profissionais às expectativas institucionais, confirmando-lhes sua adesão, quanto ressignificar politicamente suas requisições, ao apresentar respostas profissionais em uma direção teórica e ideopolítica alternativa. O que nos leva a refletir sobre o caráter muito mais político do que meramente técnico dessa prática profissional, circunscrita aos limites próprios de uma profissão⁸⁶.

Como vimos, enquanto uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho coletivo e situada no processo de reprodução das relações sociais capitalistas, o Serviço Social é atravessado pelas contradições dessa sociedade de classes fundamentalmente divergentes, sendo sua natureza profissional polarizada pelo conflito estrutural entre essas classes sociais opostas e em luta. Dessa forma, como a conflitividade de interesses entre as classes é inerente ao significado social da profissão, o Serviço Social, além de atender às demandas do capital na reprodução das relações sociais, também responde, neste mesmo processo social, a certas necessidades do polo oposto na luta de classes. Nessa direção, Iamamoto e Carvalho (2014, p. 81) afirmam que o Serviço Social

responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. A partir dessa compreensão é que se pode

⁸⁶ Em acordo com Iamamoto (2009, p. 3), a estrutura institucional dos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social é permeada “tanto pelo nível de luta pela hegemonia que se estabelece entre as classes fundamentais e suas respectivas alianças, quanto pelo tipo de respostas teórico-práticas densas de conteúdo político dadas pela categoria profissional”.

estabelecer uma estratégia profissional e política, para fortalecer as metas do capital ou do trabalho, mas não se pode excluí-las do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas. É isto, inclusive, que viabiliza a possibilidade de o profissional colocar-se no horizonte dos interesses das classes trabalhadoras.

Mesmo que o trabalho profissional do Serviço Social, ao atuar na reprodução das relações sociais, consequentemente, reproduza as condições de conservação dessas relações próprias da dinâmica capitalista, vimos que as respostas da profissão não se configuram exclusivamente como ações direcionadas a atender os interesses das classes dominantes. Por ser envolvida pela insuprimível contradição entre capital e trabalho, a intervenção profissional responde a necessidades e interesses de ambas as classes. Nesse processo, a partir do cenário conjuntural das classes e lutas sociais, da vinculação teórica e ético-política dos agentes profissionais, da perspectiva ideopolítica que orienta a direção social da profissão, e da correlação de forças sociais e institucionais em que está inserido, que o Serviço Social, no bojo de sua autonomia relativa, pode contribuir para o fortalecimento de uma ou outra extremidade da luta de classes. Assim, mesmo diante de condições estruturais desfavoráveis, o agir profissional do Serviço Social, imerso na contradição entre as classes, pode, por exemplo, potencializar certas necessidades da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que responde a determinados interesses das classes dominantes.

Ainda que nos limites de uma profissão, o trabalho do assistente social é capaz de gerar efeitos significativos para a satisfação de necessidades reivindicadas pela classe trabalhadora, no sentido de fortalecer seus interesses imediatos e/ou de classe, à medida que a intervenção profissional impacta as condições de vida dos trabalhadores, como no “acesso e usufruto de políticas sociais, programas, serviços, recursos e bens; em seus comportamentos e valores; em seu modo de viver e de pensar; em suas formas de luta e organização; e em suas práticas políticas de resistência” (Yazbek, 2018, p. 48). Mas essa capacidade, inscrita na dimensão ideopolítica da profissão, tem seu potencial regulado pelo contexto geral da luta de classes, envolvendo o nível de consciência da classe trabalhadora e o grau de abrangência e incidência das lutas e movimentos sociais na conjuntura histórica. A postura ético-política dos agentes profissionais é imprescindível; contudo, sua vinculação profissional a um projeto societário alternativo, que orienta a capacidade profissional de fortalecer os trabalhadores na contradição entre capital e trabalho, depende da constituição de tal projeto enquanto força social, edificada pela própria classe trabalhadora e que reverbera politicamente na luta de classes.

Embora o fortalecimento dos interesses históricos dos trabalhadores na relação contraditória entre as classes seja uma possibilidade da intervenção profissional, seu grau de

repercussão é determinado pela correlação de forças da luta de classes. Quanto mais as lutas e movimentos sociais conseguem conquistar condições favoráveis às suas reivindicações, no sentido de satisfação de suas necessidades e de expansão de seu projeto societário de classe, e avançam na formação de uma contra-hegemonia, acirrando a luta de classes, maiores são as possibilidades concretas de repercussão de uma prática profissional que busca fortalecer o trabalho em detrimento do capital. Mas lembremos que a postura ético-política de fortalecer os interesses históricos da classe trabalhadora, mesmo em conjunturas favoráveis, não exime o Serviço Social de responder certas necessidades e interesses das classes dominantes, tendo em vista o significado social da profissão, inscrito na reprodução das relações sociais contraditórias (Iamamoto e Carvalho, 2014).

Nesse sentido, cabe uma importante observação acerca das relações da profissão com as lutas e movimentos sociais. Como o antagonismo entre capital e trabalho atravessa o significado social do Serviço Social, e as expressões agudizadas da “questão social” constituem a base de sua justificação sócio-histórica, a profissão não se relaciona com as lutas e movimentos sociais apenas quando os agentes profissionais buscam fortalecer a classe trabalhadora na luta de classes, a partir de um direcionamento teórico e ideopolítico que os vincula aos interesses históricos dessa classe. Isto é, entendemos que essa relação não se estabelece apenas em circunstâncias específicas nas quais o profissional se posiciona, no cotidiano de trabalho, desenvolvendo estratégias que viabilizam a concretização de ações capazes de potencializar os interesses imediatos e de classe dos trabalhadores. Tampouco se trata de uma relação que ocorre exclusivamente quando o profissional, movido por sua intencionalidade ético-política, se articula e interage diretamente com as lutas e movimentos sociais, envolvendo-se em processos de mobilização e organização popular, por exemplo. Embora, como veremos, esse envolvimento progressista seja componente das relações da profissão com as lutas e movimentos sociais, isso não significa uma exclusividade que se esgota na falsa dicotomia entre aproximações e distanciamentos. Isso porque, como as lutas e movimentos sociais estão inseridos na contradição de classes opostas, são expressões públicas e políticas da “questão social” e integram a dinâmica da luta de classes, constituem elementos estruturais que participam das exigências sócio-históricas da profissão. Lembremos que, historicamente, esses sujeitos coletivos desenvolvem lutas sociais por meio de mobilizações, organizações e processos reivindicatórios que compõem e incidem na luta de classes, expressando o “pôr-se em movimento” da classe trabalhadora na busca por respostas voltadas à satisfação de necessidades e à conquista de interesses históricos, que refletem na base das

demandas contraditórias postas à profissão e que permeiam os espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais.

Diante das demandas sociais, ao serem requisitados para intervir profissionalmente nas condições de vida da classe trabalhadora e atuarem de forma racional frente às expressões da “questão social”, os assistentes sociais se deparam tanto com as desigualdades sociais manifestas quanto, direta ou indiretamente, com os processos de resistência e de luta social desenvolvidos pelos instrumentos político-organizativos da classe — e de suas frações — atingida pelas sequelas mais deletérias da contradição entre capital e trabalho. Afinal, é impossível pensar a “questão social” sem considerar as lutas sociais e, consequentemente, os movimentos sociais que as conduzem, uma vez que, como afirma Iamamoto (2015a, p. 156):

a questão social condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche. As configurações assumidas pela questão social integram tanto determinantes históricos e objetivos que condicionam a vida dos indivíduos sociais, quanto dimensões subjetivas, fruto da ação dos sujeitos na construção da história. Ela expressa, portanto, uma arena de lutas políticas e culturais na disputa entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe na condução das políticas econômicas e sociais, que trazem o selo das particularidades históricas nacionais.

Em razão da relação contraditória que atravessa a profissão, as demandas, requisições e respostas profissionais do Serviço Social estão historicamente submetidas aos conflitos sociais produzidos e desenvolvidos no contexto dos enfrentamentos entre as classes sociais fundamentais e suas respectivas frações. Dessa forma, como a profissão atua sob e sobre o conflito, ela é necessariamente demandada e intervém profissionalmente a partir de processos de confrontação e resistência inerentes aos antagonismos de classe, expressos de forma pública e política por meio das lutas e movimentos sociais. Portanto, compreendemos que a determinação política da “questão social” está diretamente relacionada às exigências sócio-históricas que fundam e impulsionam o desenvolvimento do Serviço Social — relação que, entretanto, pode facilmente ser negligenciada por análises que dissociam o político do econômico na explicação das refrações da “questão social”.

Isso nos leva a considerar que, mesmo nos espaços sócio-ocupacionais em que as requisições profissionais não implicam, em razão da dinâmica institucional, uma interação direta do agente com processos coletivos de mobilização, organização e reivindicação por parte do público-alvo da intervenção profissional, as exigências sócio-históricas dessa prática e as possibilidades de respostas profissionais estão mediadas pelo movimento histórico e

político das lutas sociais e de seus protagonistas. Devemos levar em conta, também, que as demandas sociais contraditórias se refletem nas requisições profissionais, envolvendo exigências de atendimento a determinadas necessidades da população usuária dos serviços socioassistenciais. Mesmo quando essas necessidades se apresentam aparentemente como individuais, são, na maioria das vezes, de caráter coletivo, cuja origem está frequentemente relacionada à condição de classe dos sujeitos. Assim, com mediações da correlação das forças sociopolíticas em presença e das circunstâncias institucionais, da fundamentação teórico-metodológica e dos vínculos ético-políticos estabelecidos, abrem-se possibilidades para o profissional identificar e compreender criticamente as demandas postas, ressignificar as requisições e buscar elaborar respostas capazes de politizar essas demandas, incluindo em suas estratégias e táticas de ação tanto o incentivo e apoio à organização política e à luta coletiva quanto o estabelecimento de parcerias com movimentos sociais em luta. Conforme Duriguetto e Marro (2016, p. 113), “trata-se de alianças e articulações que fortalecem o protagonismo político das reivindicações e interesses das classes subalternas nas políticas sociais e nos espaços institucionais nos quais intervimos, desafiando as demandas e mandatos institucionais”.

Ressaltamos que esse posicionamento profissional, voltado ao fortalecimento dos interesses históricos da classe trabalhadora na relação contraditória entre capital e trabalho, e implicado no reconhecimento das lutas e movimentos sociais em contraposição às desigualdades sociais manifestas, não emerge do vazio, tampouco surge repentinamente pela vontade pessoal dos agentes profissionais. Trata-se de uma postura ético-política forjada nos processos dinâmicos da vida social, tendo como pressuposto a existência de projetos societários alternativos, construídos no movimento histórico e conjuntural de luta e resistência da classe trabalhadora na confrontação da ordem social — projetos societários aos quais os profissionais se vinculam em função de determinadas circunstâncias históricas.

Em uma conjuntura de efervescência das lutas e dos movimentos sociais, somada às transformações societárias que se expressam de maneira particular em formações sociais específicas e impactam as configurações do corpo profissional e a direção social do Serviço Social, temos de considerar os rebatimentos históricos e sociopolíticos que levam a processos de renovação de práticas e valores. O que pode se desdobrar em tentativas — mais ou menos bem-sucedidas — de segmentos profissionais cujo horizonte se articula com forças sociopolíticas propulsoras de um projeto societário comprometido com os interesses históricos da classe trabalhadora, no qual as lutas e os movimentos sociais ocupam posição de destaque. Um exemplo é o processo de renovação crítica do Serviço Social brasileiro, cuja

emersão e “amplo efeito multiplicador” são condicionados pela ambiência de erupção das lutas e dos movimentos sociais das classes subalternas (Netto, 1995, p. 88). Trata-se de um processo que, inclusive, se revela na dimensão teórico-metodológica da profissão, em que as aproximações com o marxismo mantêm estreita conexão com as lutas e movimentos sociais (Ibidem). Mas sobre isso, trataremos melhor no próximo item deste trabalho, ao abordarmos especialmente a realidade brasileira.

O fato é que, como vimos, *as relações do Serviço Social com os movimentos sociais são constitutivas dos fundamentos sócio-históricos da profissão, partícipe de seu significado social inscrito no processo de reprodução das relações sociais, ao mesmo tempo em que estão associadas à dimensão ideopolítica dessa prática profissional.*

Nesse sentido, cabe aqui outra breve observação. Em compasso com os fatores sócio-históricos que tornam essa relação indissociável, é a perspectiva ideopolítica assumida pela profissão e por seus agentes que determina a direção e as formas da interação profissional com a ambiência das lutas e movimentos sociais. Isso implica que o relacionamento da profissão — e/ou de segmentos dessa categoria — com os movimentos sociais possa se estabelecer por duas direções principais, atravessadas por múltiplas mediações presentes na realidade: por meio do apoio e do incentivo à coletivização e à politização das demandas das classes subalternas, podendo envolver processos de articulação com as lutas sociais e com movimentos portadores de interesses imediatos e de classe, sempre no sentido da parceria, do fortalecimento e da potencialização dessas experiências; ou, ao contrário, por meio da colaboração com medidas de despolitização e fragmentação, reforçando processos de desmobilização, apassivamento, cooptação e, em alguns casos, até mesmo de perseguição e criminalização das lutas sociais e formas coletivas de organização.

Mas vejamos, a presença de articulação política entre o assistente social e os movimentos sociais, tendo o profissional assumido uma postura de potencialização dos interesses de classe que esses instrumentos político-organizativos são frequentemente portadores, não exclui das “regras do jogo” o caráter contraditório das demandas e respostas profissionais. Mesmo direcionando seu arsenal teórico-prático para fortalecer o atendimento das necessidades e interesses dos trabalhadores, a profissão não deixa de responder certas necessidades e interesses do capital na reprodução das relações sociais (Iamamoto e Carvalho, 2014). Desconsiderar esse fato, como se a profissão pudesse se libertar das supostas “amarras institucionais” e assumir uma autonomia absoluta no exercício de sua prática, construindo respostas exclusivas aos interesses de uma classe, é superestimar o voluntarismo na dimensão ideopolítica do Serviço Social e ignorar as implicações decorrentes de sua condição

assalariada. Tal perspectiva incorre no equívoco de esterilizar as contradições que atravessam a profissão, atribuindo-lhe um caráter messiânico e aparentemente militante.

Além disso, acreditar que toda e qualquer mobilização e reivindicação coletiva dos trabalhadores representa indubitavelmente os interesses históricos da classe é conceber as lutas e movimentos sociais como instâncias imaculadas, impermeáveis à ideologia dominante. Buscar fortalecer o trabalho em detrimento do capital em sua relação contraditória pressupõe o desafio teórico-analítico de compreender a realidade e identificar a correlação de forças da luta de classes e suas manifestações, para a construção de estratégias político-profissionais e táticas técnico-operacionais (Paula, 2016) em sintonia com as necessidades imediatas e os interesses históricos da classe trabalhadora, que orientem as possibilidades interventivas do assistente social. O que, conforme a perspectiva ideopolítica a qual o trabalho profissional se vincula, pode incluir processos de articulação e parceria com os instrumentos organizativos que tornam públicos e políticos os interesses e necessidades da classe, com o objetivo de fortalecê-los.

Dessa maneira, Duriguetto e Marro (2016, p. 112) argumentam que, além da “necessidade de identificar as resistências, as formas de organização e as potencialidades de mobilização e de luta que os sujeitos desenvolvem em contraposição às expressões de desigualdades sociais que vivenciam”, é preciso reconhecer, nos diversos espaços de trabalho do assistente social, perspectivas de atuação profissional em sintonia com as lutas sociais das classes subalternas, como, por exemplo:

desenvolvimento de ações de assessoria em organizações e movimentos, na perspectiva de identificação de demandas, da discussão e da formulação de estratégias para a defesa e acesso ao conjunto de políticas públicas como sujeitos coletivos, na qualificação da relação com o poder público; [...] promoção de estratégias de articulação entre movimentos e organizações para a troca de experiências e construção de ações conjuntas; atuação profissional em fóruns, conselhos de direitos, conferências, contribuindo com a politização das políticas sociais, atribuindo transparência e visibilidade às situações de inexistência, oferta precária ou violação dos direitos; formação política e apoio ao processo de auto-organização dos trabalhadores; construção de estratégias de intervenção [...], pautando as relações e a desigualdade de gênero, o machismo, o preconceito e as desigualdades raciais e a LGBTfobia; realização de estudos socioeconômicos e de saúde, com o objetivo de conhecer as condições de reprodução dos trabalhadores, suas necessidades e reivindicações, sua trajetória de luta, para subsidiar a luta por direitos sociais fundamentais (Ibidem, p. 114-115).

Além dessas perspectivas apontadas por nossas autoras, outras possibilidades de atuação profissional podem ser identificadas e elaboradas nos diversos espaços sócio-ocupacionais em

que atua o assistente social. As diversas formas de atuação profissional que buscam fortalecer a dimensão coletiva das demandas das classes subalternas, bem como os processos organizativos e de luta, precisam ser compreendidas no cotidiano de trabalho, sob mediações históricas, teóricas, ético-políticas e prático-interventivas, tendo como base de sustentação o projeto profissional (Netto, 2009c; 2015c) ao qual o assistente social se vincula. Mesmo em espaços sócio-ocupacionais em que não sejam identificados movimentos sociais já constituídos, é possível desenvolver posicionamentos e ações profissionais que contribuam para a desnaturalização de processos de subalternização, para a publicização de situações que envolvem o descumprimento de direitos e a oferta precária de políticas e serviços sociais, podendo, inclusive, incentivar mobilizações que venham a ter desdobramentos políticos importantes — incluindo até mesmo a possibilidade de surgimento de processos organizativos e de movimentos sociais resultantes dessas mobilizações. Por exemplo, diante da falta de recursos materiais na prestação de serviços socioassistenciais, em vez de o profissional apenas tentar encaminhar os indivíduos para outros equipamentos que eventualmente disponham desses recursos, é possível, além disso, reunir esses sujeitos e problematizar coletivamente as causas e consequências da escassez de recursos materiais e da precarização das políticas sociais, contribuindo para o fortalecimento das lutas sociais por direitos.

Contudo, como já assinalado, tais possibilidades estão associadas à dimensão ideopolítica do Serviço Social e, portanto, condicionadas pela direção conferida ao trabalho profissional, a qual se manifesta na vinculação a um determinado projeto profissional. Assim, no bojo da autonomia relativa da profissão — dotada de direção, parâmetros, saberes, estratégias e táticas de intervenção — mesmo que o profissional não estabeleça uma interação direta com os movimentos sociais em seu cotidiano de trabalho, ele pode estabelecer vínculos com os interesses e as lutas que esses instrumentos político-organizativos são portadores. Tais vínculos, no entanto, estão mediados pela direção ideopolítica assumida, podendo tanto fortalecer a perspectiva das lutas sociais quanto, por outro lado, enfraquecer os canais de problematização coletiva das desigualdades sociais, dificultando a politização e a coletivização das necessidades e reivindicações das classes subalternas, atuando, assim, na contracorrente das lutas e movimentos sociais. Afinal, a ausência de uma articulação política direta com os movimentos sociais não significa, necessariamente, a inexistência de uma relação entre o trabalho profissional e as lutas sociais, considerando os reflexos dos processos de mobilização e reivindicação dos instrumentos político-organizativos das classes subalternas no âmbito estatal e nas instituições contratantes do trabalho do assistente social, os quais repercutem nas demandas, requisições e respostas profissionais.

Nesse sentido, a condução da intervenção profissional a partir de uma perspectiva conservadora, muitas vezes sustentada pelo discurso da suposta neutralidade técnica, mas que visa prevenir e “neutralizar” a expansão política dos sujeitos coletivos através de estratégias e táticas capazes de apassiva-los e promover a (re)integração social de seus protagonistas nas relações sociais vigentes, embora fortaleça os interesses do capital, não deixa de responder a certas necessidades da classe trabalhadora e suas frações. Mesmo que estejam circunscritas a interesses imediatos que reafirmam a condição de classe dos trabalhadores na reprodução das relações sociais, certas necessidades da classe, que podem assumir formas reivindicatórias frequentemente momentâneas e fragmentadas, são respondidas pela mediação de uma prática profissional cuja direção ideopolítica pode se vincular aos interesses dominantes. Isso ocorre quando, por exemplo, pela via do consenso, a profissão participa e busca fortalecer o processo de cooptação das lutas sociais para o âmbito institucional, desmobilizando-as e enfraquecendo seu caráter político e de classe. Tentativas de apassivamento e desorganização — mesmo que não estejam evidentes à primeira vista nos objetivos profissionais — também constituem formas de relacionamento com a dinâmica das lutas e movimentos sociais.

Não esqueçamos que, ao serem absorvidas pelo Estado e pelas classes dominantes, determinadas reivindicações da classe trabalhadora são transfiguradas em respostas institucionais que, mesmo atendendo a certas necessidades apresentadas na luta social pela classe, se orientam pelo amoldamento nas relações sociais vigentes. Como forma de impedir o prolongamento das lutas sociais que “desagregam” a ordem social, respostas são construídas diante da atuação reivindicatória dos trabalhadores, buscando desmobilizar e desorganizar seu engajamento político. Dentre essas respostas, encontram-se os mecanismos institucionais nos quais participa a intervenção profissional do assistente social. O que pode implicar, inclusive, na adesão profissional a medidas diretamente coercitivas frente às lutas e movimentos sociais, como aponta Marro (2020) ao abordar as tendências das requisições profissionais do Serviço Social no contexto recente do Brasil.

Não foram poucos os movimentos populares que denunciaram, sobretudo no contexto das obras da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas em 2016, a associação do trabalho do Assistente Social a ações autoritárias de marcação de casas a serem derrubadas; de coleta de dados negligenciando informações sobre despejos; de pressão e perseguição de trabalhadores que resistiam a aceitar indenizações que não se correspondem com o tamanho do prejuízo. Por sua vez, Assistentes Sociais contratados por empresas que lucram com a exploração de recursos naturais reconhecem que, em muitas oportunidades, a sua ação é requisitada para apaziguar a população frente aos impactos sociais e ambientais provocados por essas obras. Assistentes Sociais são requisitados para abordar e silenciar as arestas

conflitivas de intensos processos de desorganização da vida social [...] (Ibidem, p. 185).

Um processo que demonstra tanto o acirramento da relação tensa e contraditória entre condição assalariada do assistente social — imersa nas transformações societárias que afetam o mundo do trabalho e a subjetividade coletiva das classes subalternas — e projeto profissional crítico (Raichelis, 2018), quanto a presença de direções ideopolíticas que implicam o fortalecimento dos interesses dominantes na relação contraditória em que a profissão historicamente se insere, favorecendo tentativas de apassivamento político das lutas e movimentos sociais. Contudo, as repercussões políticas dessa prática conservadora no processo organizativo e de luta dos movimentos sociais dependem do nível de consciência e organização política da classe trabalhadora e suas frações na luta de classes.

Em dada conjuntura histórica em que reine o formalismo da democracia burguesa, se a realidade estiver marcada por recuos assimétricos no processo de consciência da classe, pela dispersão política e pelo enfraquecimento organizativo dos trabalhadores, levando ao predomínio de lutas e movimentos sociais particularistas e pontuais, limitados ao jogo de negociações corporativistas e desvinculados de um projeto societário de classe, atacando apenas os efeitos mais aparentes e não as causas das problemáticas vividas, o que se expressa na correlação de forças da luta de classes é, sem sombra de dúvida, a hegemonia política das classes dominantes. Nesse sentido, as práticas profissionais do Serviço Social que se baseiam em perspectivas de cooptação e apassivamento das lutas e movimentos sociais conseguem repercutir com mais intensidade nos processos de mobilização e organização política da classe trabalhadora. Enquanto as possibilidades concretas de incentivo e articulação com os movimentos sociais, voltadas para a potencialização dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, se veem reduzidas, uma vez que essas possibilidades são condicionadas muito mais pelo movimento geral da luta de classes do que pela intencionalidade ético-política dos agentes profissionais.

Igualmente importante, outro aspecto que deve ser considerado na análise das relações entre a profissão e as lutas e movimentos sociais diz respeito à condição assalariada do assistente social e à origem de classe que o corpo profissional do Serviço Social historicamente adquire. Embora ser parte constitutiva da classe trabalhadora não seja uma exigência para a adesão compulsória aos processos político-organizativos de luta e mobilização da classe, a condição assalariada do assistente social implica a existência de necessidades e interesses próprios de quem precisa vender sua força de trabalho, que são compartilhados pelo conjunto da classe trabalhadora, resguardadas as especificidades entre as

frações da classe. É na vivência das contradições sociais enquanto trabalhador que o profissional do Serviço Social não apenas atua profissionalmente junto às refrações da “questão social”, mas também é afetado pessoalmente por essas sequelas da contradição entre capital e trabalho. O que possibilita aos agentes profissionais, ou à categoria em seu conjunto, organizar-se politicamente e lutar por melhores condições de vida e trabalho, articular-se a outros processos de luta e resistência em comunhão com outros segmentos ou com toda a classe trabalhadora, e compartilhar do projeto societário da classe social de que faz parte.

Mas o próprio reconhecimento do profissional enquanto membro da classe trabalhadora, bem como sua vinculação ideopolítica ao projeto societário que representa os interesses históricos da classe — que, de fato, coloca a possibilidade de articulação do Serviço Social com as lutas e movimentos sociais — são atravessados por condições societárias que “subordinam assistentes sociais aos constrangimentos da alienação e à reificação das relações de trabalho”, restringindo, cada vez mais, os limites da autonomia relativa da profissão (Raichelis, 2020, p. 29).

Ainda, o reconhecimento de classe e essa vinculação ideopolítica decorrem de processos dinâmicos e contraditórios, resultantes de circunstâncias históricas envolvidas por especificidades regionais e nacionais que particularizam o desdobramento da luta de classes. Isso implica uma certa diferenciação no desenvolvimento profissional do Serviço Social a partir das características peculiares da formação social em que a profissão está inserida, embora sua significação social na reprodução das relações sociais entre capital e trabalho seja comum a toda a sociedade burguesa. Dessa forma, no próximo item deste trabalho, nos ateremos às relações da profissão com as lutas e movimentos sociais no contexto da realidade brasileira, buscando demonstrá-las como constitutivas dos fundamentos históricos do Serviço Social e determinadas pelos vínculos ideopolíticos estabelecidos — sendo que, nessa particularidade nacional, destacamos o processo de renovação crítica da profissão.

3.2 A relação do Serviço Social com os Movimentos Sociais no Brasil

Tratar sobre a relação do Serviço Social com as lutas e movimentos sociais no Brasil, passa, imprescindivelmente, pela abordagem da “questão social” para além da sua apreensão universal a partir da lei geral da acumulação capitalista (Marx, 2017a), pois envolve as particularidades históricas que o desenvolvimento do capital adquire na formação social brasileira. Remete, portanto, a peculiaridade da constituição das classes sociais fundamentais num cenário de desagregação social, marcado pela combinação entre o “velho” e o “novo” na

modernização conservadora das relações sociais e de produção (Fernandes, 2020), que informa as configurações da “questão social”, expressando-se nas diversas desigualdades e lutas sociais que surgem e se desenvolvem na realidade brasileira.

Embora tais aspectos já tenham sido abordados no item 2.3 deste trabalho, consideramos oportuno retomar uma breve observação. Se, por um lado, no Brasil houve a formação de uma burguesia interna que não se orientou por um projeto político de ruptura com os interesses arcaicos das elites senhoriais, tampouco que prezasse pela soberania nacional no desenvolvimento do país, de outro, a formação da classe trabalhadora processa-se sob precárias condições de vida e intensa exploração do trabalho, num contexto político de *circuito fechado* (Fernandes, 2020), reflexos tanto da condição de superexploração inerente ao capitalismo dependente quanto das arcaicas práticas de mandonismo e repressão das classes dominantes. Sob essas circunstâncias, vai se conformando a classe trabalhadora brasileira, cuja composição é marcada principalmente por diferenças étnico-raciais e de origem nacional, predominando um arranjo heterogêneo entre trabalhadores ex-escravizados⁸⁷ e imigrantes europeus — estes últimos com posição de destaque na formação do operariado industrial do país.

Até as duas primeiras décadas do século XX, as mobilizações operárias que emergiam nos maiores centros urbanos em expansão no país colidiam com uma postura altamente repressiva e coercitiva do Estado, já que as classes dominantes ainda não admitiam a necessidade de regulação social pelo Estado, envolvendo direitos sociais e trabalhistas, que poderia tanto impactar positivamente a acumulação quanto servir para estancar certos conflitos sociais e prevenir a eclosão de lutas sociais e seu desencadeamento político contra a ordem estabelecida. Contudo, quando o operariado ingressa de forma mais expressiva no cenário político — vide exemplos da grande greve de 1917⁸⁸ e da insurreição operária de 1918⁸⁹ — e seus contingentes se expandem com o avanço urbano-industrial da sociedade

⁸⁷ Conforme Mattos (2009c, p. 55), “numa sociedade como a brasileira, marcada por quase quatro séculos de escravidão, não seria possível pensar o surgimento de uma classe trabalhadora assalariada consciente de si sem levar em conta as lutas de classe – e os valores e referências – que se desenrolaram entre os trabalhadores escravizados e seus senhores, particularmente no período final da vigência da escravidão, quando a luta pela liberdade envolve contingentes cada vez mais significativos de pessoas”.

⁸⁸ “Entre as greves do período, a de 1917, em São Paulo, é considerada a mais importante. A partir de movimentos isolados de paralisação nas fábricas de tecidos, surgiram greves de solidariedade e grandes passeatas de protesto — em especial após o assassinato de um operário pelas forças policiais — que transformaram o movimento em greve geral, paralisando por alguns dias toda a cidade. Pressionadas pelas forças das manifestações, as autoridades viram-se obrigadas a negociar com os trabalhadores, e uma comissão, composta principalmente por líderes operários que militavam na imprensa anarquista, é criada para sintetizar as reivindicações dos grevistas. A pauta apresentada mescla reivindicações tipicamente sindicais com outras mais diretamente relacionadas às condições de vida no meio urbano” (Mattos, 2009b, p. 55).

⁸⁹ Como apresenta Mazzeo (1999, p. 21-22), esse movimento insurrecional que acontece no Rio de Janeiro, sob influência da Revolução Russa de 1917, teve por “objetivo assaltar o poder e criar um governo popular, o que

brasileira a partir da década de 1930, as classes dominantes e o Estado precisam se reposicionar frente às expressões da “questão social”.

Com a significativa inflexão “pelo alto” do rumo político-econômico da sociedade brasileira a partir de 1930, processo capitaneado por Getúlio Vargas e estendido durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945), o bloco de forças dominantes e seus aliados rotacionam o tratamento policialesco e filantropizante da “questão social”, que passa a incorporar mecanismos de integração social para além da coerção e da caridade. Tanto para garantir a legitimação da ordem social e do regime político instalado quanto para responder e controlar as lutas sociais em crescimento, o Estado se torna permeável a certas reivindicações dos trabalhadores, reconhecendo direitos nos moldes de uma “cidadania regulada” (Santos, 1979), que se expressam principalmente na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), promulgada em 1943. Ao ter que reconhecer a classe trabalhadora enquanto “classe social espoliada, implicando leis de exceção que rompem com a ortodoxia liberal ao intervir diretamente no mercado de trabalho” (Iamamoto e Carvalho, 2014, p. 141), o Estado também direciona sua regulação social para atender às necessidades do desenvolvimento capitalista em relação aos custos e a qualificação da força de trabalho, enquadrando-a nas relações sociais de produção.

Em uma conjuntura sociopolítica em que não se podia ignorar as visíveis manifestações da “questão social”, o Estado não apenas promoveu formas rígidas de cooptação das lutas sociais com a instalação da oficialidade sindical atrelada ao aparato estatal, mas também buscou mobilizar e fomentar grandes instituições socioassistenciais, capazes de responder a determinadas necessidades da classe trabalhadora e, fundamentalmente, para atender a outros requisitos: “favorecer a acumulação de capital pela iniciativa privada e subordinar-se aos preceitos de segurança nacional” (Iamamoto, 2013, p. 96). Como forma de tentar neutralizar a potencialidade dos processos organizativos e de mobilização dos trabalhadores, enquanto se irradiavam práticas assistencialistas para a estrutura sindical oficial, as práticas assistenciais das instituições sociais apareciam como medidas de antecipação ou “substitutivas” das lutas reivindicatórias, com o objetivo de esvaziá-las politicamente.

revela a presença de uma teleologia da ação, até então inexistente nas movimentações operárias. De modo que esse movimento marca claramente a eclosão da consciência da possibilidade real de poder popular nas lideranças e em setores operários. [...] Quando se acertavam os últimos detalhes, os líderes foram presos, delatados por um informante infiltrado. [...] Mesmo assim, a greve é decretada e choques são realizados com as forças repressivas”.

É nesse cenário de articulação entre coerção e consenso na hegemonia burguesa que o Serviço Social se institucionaliza como uma profissão demandada pelas exigências sócio-históricas da realidade brasileira, legitimado como fração de parte dos “recursos mobilizados pelo Estado, pelo empresariado, com efetivo apoio da Igreja, para atuar na ‘questão social’ num contexto de transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista” (Iamamoto, 2013, p. 142). Embora o aparecimento do Serviço Social no Brasil seja um desdobramento da Ação Social Católica, uma prática embrionária de intervenção social vinculada ao movimento de reação da Igreja contra a secularização da sociedade, seu desenvolvimento profissional extrapola o corporativismo do apostolado social, sendo determinado pelas necessidades societárias de reprodução das relações sociais entre capital e trabalho. A profissão se desenvolve como tal mediada pela constituição paulatina de seu mercado de trabalho e dos espaços sócio-ocupacionais que requisitam a intervenção do assistente social.

Implantadas posteriormente à criação das primeiras Escolas de Serviço Social no país⁹⁰, as grandes instituições socioassistenciais foram os organismos que, majoritariamente, demandaram o trabalho do assistente social, valendo-se desse agente — cuja intervenção profissional baseava-se em um “arranjo teórico-doutrinário”⁹¹ — para lidar com as sequelas da “questão social” diante do acelerado crescimento urbano-industrial da sociedade brasileira, permeada pelas contradições da conjuntura que se abriu, principalmente, após a Segunda Guerra Mundial. A prática desse agente profissional, com base na atividade assistencial, não foi requisitada institucionalmente apenas para desempenhar funções operativas e burocráticas em relação à prestação material dos serviços sociais, mas também por seus efeitos essencialmente políticos na reprodução das relações sociais.

A partir de estratégias político-profissionais e táticas técnico-operacionais⁹² que são gestadas no desenvolvimento profissional do Serviço Social “tradicional”, isto é, envolvendo as abordagens de Caso, Grupo e, posteriormente, de Comunidade, a intervenção do assistente

⁹⁰ No Brasil, a partir do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), a primeira Escola de Serviço Social foi fundada em 1936, na cidade de São Paulo. Contando também com demandas reais e potenciais do Estado, no Rio de Janeiro surgem: em 1937, a Escola de Serviço Social do Instituto Social por iniciativa do Grupo de Ação Social; em 1938, a Escola Técnica de Serviço Social a partir do Juizado de Menores; e em 1940, o curso de Preparação em Trabalho Social na Escola de Enfermagem Anna Nery (Iamamoto e Carvalho, 2014).

⁹¹ Como aponta Iamamoto (2013, p. 24), em sua institucionalização profissional, “o Serviço Social mantém seu caráter técnico-instrumental voltado para uma ação educativa e organizativa entre o proletariado urbano, articulando — na justificativa dessa ação — o discurso humanista, calcado da filosofia aristotélico-tomista, aos princípios da teoria da modernização presente nas Ciências Sociais”.

⁹² Uma análise abrangente das estratégias político-profissionais e das táticas técnico-operacionais, que se constroem durante a vigência do tradicionalismo do Serviço Social e no posterior processo de renovação da profissão no Brasil, é elaborada por Paula (2016).

social nas relações sociais não se limitou a influir nos aspectos mais gerais da vida cotidiana da classe trabalhadora, pois o enquadramento social promovido também implicava a incidência sobre “a visão global de mundo dos assistidos, especialmente sobre seu comportamento político e reivindicatório” (Iamamoto e Carvalho, 2014, p. 336). É nesse sentido que os objetivos profissionais orientados pela direção social conservadora da profissão — neste momento histórico, vinculada ao projeto societário das classes dominantes — oferecem sustentação para uma intervenção que se realiza na contracorrente das lutas e movimentos sociais da classe trabalhadora (Duriguetto e Rezende, 2024).

A prática do assistente social nas empresas e, especialmente, no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e no Serviço Social da Indústria (SESI), auxiliando o novo comportamento assistencial na adaptação da força de trabalho à racionalidade capitalista, além de penetrar na vida privada e familiar dos trabalhadores, participava das medidas de apassivamento e cooptação das lutas sindicais, tentando submeter o operariado à inércia político-reivindicatória ou domesticar suas organizações. Na contraposição à organização autônoma da classe operária, a prática do assistente social nesses espaços participava e dava condução a mecanismos institucionais que buscavam minar a “promiscuidade e coeducação” advindas do meio operário⁹³ e das forças sociais tidas como subversivas, inclusive favorecendo a “articulação de lideranças sindicais pelegas comprometidas com a campanha anticomunista no interior do movimento operário” (Iamamoto e Carvalho, 2014, p. 294).

Compartilhando desse direcionamento ideopolítico, os agentes profissionais que atuavam em outras instituições voltadas diretamente para as frações mais pauperizadas da classe trabalhadora, também desempenhavam ações de confrontação e contenção dos processos organizativos e de mobilização desses segmentos subalternos. Um forte exemplo são as experiências profissionais desenvolvidas a partir da Fundação Leão XIII, na cidade do Rio de Janeiro. Sob o aparato assistencial dessa instituição, os assistente sociais buscavam se contrapor interventivamente aos processos de organização política e luta reivindicatória levantados pelas classes subalternas, principalmente naqueles territórios que já contavam com a atuação dos Comitês Populares Democráticos⁹⁴ ou de outras organizações autônomas,

⁹³ Conforme Backx (1994, p. 89-90), “o meio operário era visto como um dos fatores que contribuíam para desorganização familiar, fosse pela promiscuidade, pela imoralidade, enfim pela ignorância que, numa visão elitista, revela-se nesse ambiente [...]. O discurso do meio e suas terríveis influências, constituiu-se a partir de duas lógicas: uma onde lar seria oposto a rua (lugar que levaria ao ócio, ao crime, ao vício e à vadiagem) e outra, na qual *o Serviço Social tentava quebrar laços de solidariedade e reciprocidade* — traço marcante do cotidiano das classes populares”.

⁹⁴ Impulsionadas pelas forças comunistas e com forte atuação entre 1945 e 1947, período de curta legalidade do PCB no país, essas organizações de base se movimentavam, principalmente, em duas frentes: nos locais de moradia e nos espaços de trabalho. A partir de reivindicações locais em relação às condições de vida e trabalho das classes subalternas, buscavam respostas a tais necessidades tanto pela via coletiva de cooperação entre pares,

frequentemente hegemônicas pelo PCB, como as associações de moradores (Rezende e Duriguetto, 2023; 2024). Em relação a essas últimas organizações, os assistentes sociais contratados pela Fundação Leão XIII chegavam a “controlar o registro das associações locais, [...] assumindo o papel de braço da burocracia estatal dentro dos morros” (Cunha, 2016, p. 22), sempre orientados pelo discurso anticomunista que sustentava a “ideia de subir aos morros antes que os ‘vermelhos’ o fizessem” (Costa, 2015, p. 127).

Com base na perspectiva ideopolítica que orientou a direção social da profissão e a postura ético-política dos agentes profissionais, o relacionamento inicial do Serviço Social com as lutas e movimentos sociais esteve marcado por valores e práticas que delinearam um posicionamento profissional de confrontação, envolvendo tentativas de apassivamento e cooptação. Mas lembramos que essa interação do Serviço Social com os processos de organização e mobilização política das classes subalternas se registra antes mesmo de seu percurso de institucionalização profissional, quando os agentes pioneiros, diretamente ligados ao movimento católico leigo, atuavam junto aos Círculos Operários⁹⁵. Afinal, as protoformas da profissão, a partir da Ação Católica, estão conectadas ao projeto corporativo da Igreja, cujo objetivo era penetrar junto à classe trabalhadora para livrá-la do perigo vermelho do comunismo ateu e dos “excessos” do liberalismo, como orienta a Encíclica *Divinis Redemptoris* (Papa Pio XI, 1937).

Ainda que a requisição profissionalmente institucionalizada para o Serviço Social brasileiro tenha representado novos (e modernizados) pressupostos de legitimação e intervenção social, certos traços das práticas precedentes à instituição profissional não foram completamente superados durante a vigência do tradicionalismo da profissão. Dessa forma, tratando-se especialmente das lutas e movimentos sociais, certos elementos das protoformas

quanto, sobretudo, através da denúncia pública e política de suas condições de vida, direcionando essas reivindicações para o âmbito do Estado. Assim, as reivindicações econômico-imediatas ecoavam em uma luta unitária entre os segmentos democráticos da sociedade por amplos direitos de cidadania. Ou seja, as ações populares e democráticas, por meio dos Comitês, não se limitavam ao circuito restrito de pautas meramente econômicas, como melhores condições de infraestrutura nos locais de moradia ou melhores condições imediatas de trabalho; elas se expressavam, substancialmente, na potencialidade política de democratização das relações sociais, mesmo que no marco da ordem capitalista. Segundo Pinheiro (2014, p. 37), “os comitês não se constituíram apenas por critérios de moradia ou de categorias profissionais. Houve também a organização por critério de associação para fins diversos; entre alguns exemplos: o Comitê Democrático Afro-Brasileiro, o Comitê Democrático dos Evangélicos, Comitê do Ensino Leigo e Comitê de Mulheres Pró-Democracia”. Também destacamos a atuação dos Comitês organizados por categoria profissional, que funcionavam como células do Movimento Unificador de Trabalhadores (MUT), constituindo-se enquanto “subcomitês que funcionavam nos locais de trabalho, procurando demonstrar, sem atitudes ostensivas de oposição, as falhas e a inércia das diretorias sindicais, no intuito de convencer os trabalhadores [...] e chamar a atenção para o MUT e seus indicados, os quais tomariam a liderança política dentro dos sindicatos” (Ibidem, p. 38).

⁹⁵ “Associações civis de trabalhadores, de inspiração católica, surgidas no Brasil na década de 1930 [...]. Inspiravam-se na tradição intelectual italiana do corporativismo e na própria orientação do regime de Vargas, favorável ao desenvolvimento do movimento operário católico como um meio de resguardar os trabalhadores da influência comunista” (Kornis, s/d, s/p).

da profissão também se constituem como uma herança, no plano moral e político, para a institucionalização do Serviço Social, que, em seu desenvolvimento profissional, incorpora as exigências da sociedade burguesa e adere hegemonicamente aos interesses dominantes na contradição entre capital e trabalho, refletindo na maneira como a profissão e seus agentes lidavam com os processos organizativos e reivindicatórios que tornam públicas e políticas as refrações da “questão social” em meio à luta de classes.

Esse relacionamento que o Serviço Social estabelece inicialmente com as lutas e movimentos sociais, baseado na confrontação, apassivamento e cooptação, expressando-se em medidas de desmobilização e despolitização que a intervenção profissional buscou implementar, é característico do período de vigência do tradicionalismo da profissão no Brasil. Não há registros, amplamente conhecidos e divulgados entre a categoria profissional como um todo, que indiquem se houve alguma experiência profissional, mesmo que incipiente, na contramão da direção social do Serviço Social nesse momento. Ou seja, se existiu alguma experiência que envolve agentes do Serviço Social na articulação progressista, de parceria e de potencialização junto às perspectivas políticas e reivindicatórias dos movimentos sociais da classe trabalhadora nesse período histórico.

Embora no 1º Congresso Pan-Americano de Serviço Social, realizado no Chile em 1945, que contou com uma delegação de profissionais do Brasil, estivesse presente uma “ala mais avançada [...] que se posiciona a favor de um Serviço Social ao lado dos operários, afirmando, inclusive, que as organizações operárias são as únicas legítimas fontes mantenedoras dos assistentes sociais” (Iamamoto e Carvalho, 2014, p. 347), e que foi derrotada pela maioria dos participantes, desconhecemos evidências de uma possível articulação dos profissionais brasileiros com a perspectiva idealista desse grupo dissidente. Conforme Netto (2015b, p. 169), até os primeiros anos da década de 1960, o Serviço Social no Brasil apresentava uma “relativa homogeneidade nas suas projeções interventivas, [...] sinalizava uma formal assepsia de participação político-partidária [...] e plasmava-se numa categoria profissional onde parecia imperar, sem disputas de vulto, uma consensual direção interventiva e cívica”.

Contudo, ainda na segunda metade da década de 1950, devido à conjuntura política e econômica da sociedade brasileira, começaram a se constituir vetores que contribuíram para o processo de erosão do Serviço Social “tradicional”⁹⁶. Impactada pelo avanço da ideologia

⁹⁶ Apesar desse processo de erosão começar a se constituir já na segunda metade dos anos 1950, sua conversão em uma crise aberta do tradicionalismo profissional só ocorre anos depois, a partir das condições de renovação do Serviço Social no contexto da autocracia burguesa (Netto, 2015b).

desenvolvimentista na vida nacional e pela falta de sincronia entre as exigências conjunturais da realidade brasileira e as modalidades interventivas até então adotadas pelo Serviço Social, a profissão se viu compelida a dinamizar seus objetivos e ações, incorporando uma abordagem compatível com os programas de Desenvolvimento de Comunidade (DC)⁹⁷. Embora algumas experiências profissionais já estivessem envolvidas com a abordagem de “comunidade” em determinadas instituições nos anos anteriores a 1960, foi somente no início dessa década que o Serviço Social se debruçou com expressividade para repensar sua prática a partir do DC, procurando, predominantemente, “sintonizar seu discurso e métodos com as preocupações das classes dominantes e do Estado em relação à questão social e sua evolução” (Iamamoto e Carvalho, 2014, p. 368).

O marco dessa inflexão foi o II Congresso Brasileiro de Serviço Social, em 1961, representando alterações no entendimento dos assistentes sociais acerca das demandas profissionais e dos meios e modos de construção das respostas do Serviço Social. Mesmo que o autêntico suporte teórico-metodológico e ideológico do Desenvolvimento de Comunidade se mostrasse como acrítico e supostamente a-classista, “ele abria uma fenda num horizonte de preocupações basicamente microssociais” (Netto, 2015b, p. 180). Buscando adequar sua formação e prática às necessidades do desenvolvimento nacional, os profissionais absorveram a proposta desenvolvimentista, expressando-se em distintas tentativas de se converterem em “agentes da mudança” (Castro, 2011), sobretudo, estimulados pelo temor de politização das massas.

Em um contexto sociopolítico de clamor social por reformas democratizantes na sociedade brasileira, sintetizado na expansão das lutas por reformas de base⁹⁸ entre 1961 e

⁹⁷ Segundo Ammann (2013, p. 46-47), como um “extenso programa de assistência técnica aos países pobres, principalmente aqueles situados na América Latina”, o Desenvolvimento de Comunidade foi institucionalizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) logo após a Segunda Guerra Mundial, sob a justificativa da necessidade de preservação e desenvolvimento da ordem social, tendo em vista as possibilidades de avanço do que denominavam como “regimes e ideologias consagradas como não democráticas” (Ibidem, p. 46), referindo-se ao espectro do comunismo. Ainda sob o clima da Guerra Fria, outros organismos internacionais também incidiram sobre o DC, como a “OEA, CEPAL, BID, FMI, Aliança para o Progresso” (Wanderley, 1993, p. 22). No Brasil, a entrada dos programas de DC ocorreu a partir de um acordo firmado com os Estados Unidos, em 1945, para a promoção da educação rural. Mas somente nos anos de 1950, principalmente em sua segunda metade, que programas e projetos de DC foram dinamizados na arena político-econômica do país, vinculados à expansão da ideologia desenvolvimentista.

⁹⁸ “A expressão ‘reformas de base’ foi empregada formalmente pela primeira vez em março de 1958, no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), quando o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) apresentou um documento que discutia as reformas — incluindo a agrária, a urbana e a constitucional — e destacava também a disciplina do capital estrangeiro no país, o que implicava uma nova Lei de Remessa de Lucros. O documento, que viria a constituir o programa do partido, serviu de base à pregação de João Goulart, vice-presidente da República e presidente nacional do PTB, em sua campanha para a reeleição à vice-presidência em 1960. [...] As reformas consideradas prioritárias eram a agrária, a administrativa, a constitucional, a eleitoral, a bancária, a tributária (ou fiscal) e a universitária (ou educacional). [...] Em 1961, realizou-se um congresso camponês em Belo Horizonte no qual foi lançado o slogan ‘Reforma agrária na lei ou na marra’. [...] No decorrer de 1962, tomou vulto a

1964, impulsionadas pela radicalização das organizações camponesas e pela ascensão das mobilizações dos movimentos populares e sindicais nas cidades, configurou-se uma ambiência de rebatimentos para o Serviço Social, que fortaleceu os canais de problematização do processo profissional. Além da inserção dos assistentes sociais em novas instâncias institucionais e da sua relação com outros agentes em equipes multiprofissionais, que contribuíram para o aperfeiçoamento profissional, a interação de segmentos da categoria com sujeitos coletivos politicamente organizados — seja no âmbito da prática/formação ou no âmbito extraprofissional — também representou um duplo e simultâneo movimento: “o visível desprestígio do Serviço Social ‘tradicional’ e a crescente valorização do que parecia transcendê-lo no próprio terreno profissional, a intervenção no plano comunitário” (Netto, 2015b, p. 183).

Outros condutos que também participam desse deslocamento são: o afastamento do conservadorismo católico por parte de uma parcela da categoria profissional, inclusive pelo envolvimento com a chamada esquerda católica⁹⁹; a presença dinâmica do movimento estudantil, palco de uma militância política em organizações nas quais, no caso do Serviço Social, predominava a Juventude Universitária Católica (JUC)¹⁰⁰; e os vetores críticos e nacional-populares das ciências sociais, que se expandem ao longo do período. Assim, na busca por responder ao que a realidade exigia, foram traçadas três perspectivas simultâneas pela categoria profissional, com destaque para as duas últimas:

uma corrente que extrapola para o Desenvolvimento de Comunidade os procedimentos e as representações “tradicionais”, apenas alterando o âmbito de sua intervenção; outra, que pensa o Desenvolvimento de Comunidade numa perspectiva macrosocietária, supondo mudanças socioeconômicas estruturais, mas sempre no bojo do ordenamento capitalista; e, enfim, uma vertente que pensa o Desenvolvimento de Comunidade como instrumento de um processo de transformação social substantiva, conectado à libertação social das classes e camadas subalternas (Ibidem, p. 184).

Na imersão do Serviço Social em programas e projetos de Desenvolvimento de Comunidade, a profissão esteve presente em experiências que se diferenciavam, sobretudo, pelos vínculos estabelecidos entre os agentes profissionais e os interesses históricos das

pressão de setores nacionalistas e de esquerda identificados com as reformas de base. Nesse ano surgiu a Frente de Mobilização Popular (FMP), movimento liderado por Leonel Brizola, que congregava diversos parlamentares, líderes sindicais e representantes de organizações camponesas e de entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e o Pacto de Unidade e Ação (PUA)” (Menandro, 2000, s/p).

⁹⁹ Sobre as origens da esquerda católica no Brasil, consulte Löwy (2016).

¹⁰⁰ Conforme Silva (1991), parte dos estudantes de Serviço Social que se organizavam na JUC, já vinha de uma experiência de militância na Juventude Estudantil Católica (JEC) quando ainda eram estudantes secundaristas. O processo histórico de organização das juventudes católicas no Brasil é abordado por Ridenti (2007).

classes sociais em conflito. Nesse sentido, Ammann (2013) diferencia essas experiências da seguinte forma: “ortodoxas”, isto é, aquelas que se baseavam nos autênticos suportes ideológicos e teórico-metodológicos do DC, favorecendo a reprodução do padrão de dominação burguesa; ou “heterodoxas”, que eram aquelas experiências que, embora não fossem predominantes, buscavam fortalecer as iniciativas de emancipação política das classes subalternas no contexto de disputas pelos rumos do desenvolvimento nacional. E foi no ensaio heterodoxo dessas experiências de DC, cujo grande exemplo é o Movimento de Educação de Base (MEB)¹⁰¹, que, pela primeira vez, segmentos do Serviço Social buscaram se vincular aos interesses de classe dos trabalhadores e “oprimidos”, alterando o caráter de sua prática em relação às lutas e movimentos sociais, no sentido de fortalecê-los. Contudo, a força dessas iniciativas não foi suficiente para conquistar uma capilaridade na categoria e impactar a direção social da profissão, tendo em vista a brevidade dessas experiências, realizadas de forma incipiente, diante da hegemonia conservadora no Serviço Social.

Esse momentâneo reposicionamento ideopolítico de parte dos segmentos do Serviço Social é determinado por uma série de fatores que se articulam na conjuntura, mas seu fio condutor privilegiado está no movimento estudantil. Através da militância em organizações das juventudes da esquerda católica no cotidiano político do movimento estudantil, quadros do Serviço Social vivenciaram a luta política na difusão da cultura popular, participando ativamente de experiências heterodoxas de DC, que, por sua vez, também recebiam influência de setores progressistas que, em síntese, fizeram a opção pelos pobres e oprimidos — aqui destacamos a influência da pedagogia de Paulo Freire, convergindo com os postulados mais avançados da esquerda católica¹⁰².

¹⁰¹ Criado por iniciativa estatal e da Igreja, o MEB surge oficialmente como um programa de DC voltado para a alfabetização de jovens e adultos através de escolas radiofônicas. No entanto, durante sua implementação, seus agentes acabam estabelecendo vínculos com os interesses das classes subalternas, o que resulta na alteração de sua concepção política e na redefinição de seus objetivos. Segundo Fávero (2004), é nessa segunda fase que o MEB assume a tarefa de “conscientização” junto a outros movimentos de educação e cultura popular do período. Em uma entrevista concedida ao CFESS, Vicente de Paula Faleiros, na condição de estudante à época das experiências heterodoxas de DC, relata: “participei do MEB, movimento de educação de base do MEC no processo de alfabetização pelo Método Paulo Freire, com duas experiências, uma urbana em Vila Virgínia, e outra rural, esta interrompida pela pressão dos fazendeiros. Ajudei a fundar sindicatos rurais na região de Ribeirão Preto, inclusive convidando trabalhadores bóias-frias quando partiam nos caminhões dos ‘gatos’ para o corte de cana, em geral às 5 horas da manhã (CFESS, 2017, p. 122).

¹⁰² Junto à incidência de correntes teológicas francesas nas origens da esquerda católica no Brasil, destaca-se a influência da pedagogia de Paulo Freire nas experiências heterodoxas de DC e em iniciativas de caráter popular e sindical que envolviam processos de educação política das classes subalternas, buscando fortalecer os movimentos reivindicatórios e a organização autônoma dos trabalhadores. A sistematização da “pedagogia do oprimido” é encontrada em Freire (2019). E sobre as interlocuções entre essa perspectiva pedagógica e o Serviço Social brasileiro, consulte Faleiros (2021) e Duriguetto, Batistoni e Maia (2021); a partir do projeto Memória e História do Serviço Social em Pernambuco (MEHSSPE) da Escola de Serviço Social da UFPE, também pode ser encontrado um inédito material sobre essa interlocução, como o livro de Soares (2022), que aborda a experiência docente de Paulo Freire na referida escola.

Sobre o protagonismo do movimento estudantil, Ammann (2013, p. 92) descreve que, ao se irradiar nas Escolas de Serviço Social, sua capacidade de mobilização fez com que os estudantes comesçassem a reivindicar um engajamento efetivo da profissão diante das propostas de “reformas de base”, impulsionadas pelas lutas e movimentos sociais do período. Provocados pela movimentação estudantil, parte dos “técnicos e professores, alguns dos quais integrantes dos aludidos movimentos políticos, unem-se às reivindicações dos alunos e passam a proclamar as mudanças estruturais com participação popular” (Ibidem). Esse posicionamento de segmentos profissionais manifesta-se no cotidiano das Escolas de Serviço Social e em espaços organizativos, “como é o caso dos I e II Encontros de Escolas de Serviço Social do Nordeste, realizados em 1963 (Aracaju) e em janeiro de 1964 (Campina Grande)” (Ibidem). Expressando os contornos da particularidade da região Nordeste, mas em sintonia com a dinâmica nacional, os referidos Encontros recomendam a necessária contribuição do assistente social “para arregimentação de forças nas zonas rurais, apontando, a título de exemplo, os sindicatos, que devem funcionar como veículos de reconhecimento e defesa dos direitos dos trabalhadores rurais” (Ibidem). Também, o relatório final do I Encontro apresenta que as agências de formação dos assistentes sociais deveriam

constituir-se em centros dinâmicos de justiça social, de promoção das classes populares [...], abrangendo a imensa comunidade que forceja por se libertar, a fim de sair para um tempo novo. [...] apontam a existência do espírito burguês nas escolas e recomendam a aquisição de uma real experiência de trabalho, por uma reação de intolerância à burguesia capitalista (Ibidem, p. 93).

Contudo, essa movimentação de segmentos mais avançados do Serviço Social não encontrou correspondência no conjunto da categoria profissional, que ainda se orientava por uma ética da “neutralidade”, sustentada pela articulação entre princípios teológicos de base conservadora e pressupostos positivistas, os quais também justificavam uma compreensão naturalizada das manifestações da “questão social”, vistas como desvios de conduta que deveriam ser corrigidos e ajustados para garantir a ordem social e viabilizar o progresso nacional. Esse autêntico conservadorismo da direção social da profissão, acabou colidindo com os influxos progressistas e contestadores no movimento estudantil, cada vez mais estimulado pela conjuntura sociopolítica do período.

Os ventos internacionais dos movimentos de libertação nacional, especialmente com o triunfo da Revolução Cubana na América Latina, sopravam na realidade brasileira de forma a favorecer a dinâmica pulsante das lutas sociais, alimentando as reivindicações populares e sindicais em torno das desejadas reformas democratizantes para o país. Na sociedade civil, em

meio a uma diferenciação política e ideológica, dinamizavam-se agências que veiculavam os interesses subalternos em relação à necessidade das reformas, como o Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (UNE), cujo propósito era atuar na formação de uma consciência política que pudesse se traduzir em uma cultura democrática para o país, além de importantes núcleos de produção intelectual da época, como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), difusor do pensamento nacional-desenvolvimentista. Conforme Netto (2015b, p. 101), esse período assinala uma renovação no “mundo da cultura”, em que diversas expressões culturais estavam voltadas “para um compromisso com o rompimento da tradição histórica brasileira de exclusão das grandes massas nos processos decisórios da vida social”.

Sob a influência dos postulados da esquerda católica e dos ensinamentos de Paulo Freire na ambiência cultural do período, a militância estudantil do Serviço Social, que integrava a JUC à época, passou a fazer parte da UNE para além dos limites acadêmicos, engajando-se politicamente nas mobilizações populares. O deslocamento de posições e ações mais moderadas para um circuito de maior radicalidade levou a militância mais contestadora da JUC a um movimento de autonomização, que resultou na fundação da Ação Popular (AP)¹⁰³, em 1962. Segundo levantamento de Closs et al. (2021, p. 65), mais de duas dezenas¹⁰⁴ de estudantes e profissionais do Serviço Social integraram o quadro de militância da AP, em quase todas as regiões do país. Conforme aponta Silva (1991), foi nesse momento, através da militância política, que segmentos do Serviço Social começaram a ter contato com a literatura de intérpretes do marxismo, uma tradição teórica que ainda era impermeável à formação profissional, favorecendo o ensaio de maior aproximação aos interesses imediatos e de classe dos trabalhadores e de articulação com os movimentos sociais.

Todavia, a possibilidade de florescimento e avanço desse embrionário posicionamento progressista, que envolvia parcelas do Serviço Social e poderia vir a repercutir historicamente em um encaminhamento crítico à erosão do tradicionalismo da profissão, foi cortada junto com a neutralização dos protagonistas sociopolíticos comprometidos com a democratização reformista da sociedade, golpeados pela instauração da autocracia burguesa no Brasil em abril de 1964. Em um cenário de repressão e perseguição promovido pela ditadura, embora a resistência democrática persistisse, encampando diferentes formas de denúncia e luta contra o regime e suas consequências para a vida nacional, a dissidência progressista que havia

¹⁰³ Um estudo sobre a Ação Popular no Brasil é encontrado em Ridenti (2007).

¹⁰⁴ Apesar do sério levantamento das autoras, acreditamos em uma subnotificação desses militantes devido à carência de registros documentais, tendo em vista que essas experiências se desenvolvem em meio à clandestinidade e repressão do regime ditatorial que se instalou a partir de 1964 com o golpe civil-militar.

começado a brotar em segmentos do Serviço Social viu-se encurralada e impedida de se desenvolver abertamente.

Como aponta Netto (2014), a autocracia burguesa constituiu-se como a solução política imposta pela força que derrotou a alternativa nacional-democrática de desenvolvimento para o país, contando com a refuncionalização do poder estatal enquanto núcleo articulador da modernização conservadora do grande capital. A reorganização do Estado e as modificações da sociedade brasileira em decorrência do avanço monopolista, viabilizado pelo regime autoritário e que saturou nacionalmente as expressões da “questão social”, engendraram novas condições para o mercado de trabalho do assistente social e novas exigências para sua formação e exercício profissional, favorecendo o processo de renovação da profissão em resposta à crise aberta do tradicionalismo do Serviço Social.

A relação entre o processo de renovação do Serviço Social brasileiro e a autocracia burguesa no país revela uma complexa interação entre as práticas profissionais tradicionais — em metamorfose/renovação — e as transformações sociopolíticas e econômicas da época. Segundo Netto (2015b), o regime da ditadura civil-militar não demonstrou uma intenção explícita de deslegitimar as formas estabelecidas do Serviço Social “tradicional”. Pelo contrário, até o final de 1960 e o início de 1970, tanto no discurso quanto nas ações governamentais, houve uma validação e até mesmo um reforço da preservação dos traços mais subalternos do exercício profissional, garantindo a existência de um estrato de executores de políticas sociais “dóceis”. O que visava neutralizar projeções profissionais que pudessem se tornar potencialmente conflituosas com os interesses e objetivos alinhados às estruturas organizacionais e institucionais nas quais os assistentes sociais estavam inseridos.

No entanto, a profissão enfrentava novas condições impostas pela significação da autocracia burguesa e pela modernização conservadora do capital. Com a ampliação do mercado de trabalho à luz do modelo econômico da autocracia burguesa, o Serviço Social passou a enfrentar um conjunto inédito de desafios e exigências para o exercício profissional. A dinâmica do setor público e das empresas capitalistas impôs um novo padrão de exigências que demandava dos assistentes sociais não apenas competências técnicas tradicionais, mas, sobretudo, habilidades adaptativas às novas demandas institucionais e societárias. A racionalidade burocrático-administrativa inerente à modernização conservadora começou a exigir dos assistentes sociais uma postura moderna, caracterizada pela necessidade de compatibilizar seu desempenho com as normas, fluxos e finalidades dessa racionalidade.

O efeito global dessas exigências engendrou precisamente um vetor de erosão do Serviço Social “tradicional”: implicou um dimensionamento

técnico-racional — quer no nível de legitimação das práticas, quer no nível da sua condução — que derruía os comportamentos profissionais impressionistas, fundados consequentemente em supostos humanistas abstratos e posturas avessas ou alheias às lógicas da programação organizacional. Sinteticamente, o fato central é que, no curso desse processo, mudou o perfil do profissional demandado pelo mercado de trabalho que as condições novas postas pelo quadro macroscópico da autocracia burguesa faziam emergir: exige-se um assistente social ele mesmo “moderno” — com um desempenho onde traços “tradicionais” são deslocados e substituídos por procedimentos “racionais” (Netto, 2015b, p. 163).

Nesse contexto, o processo de renovação do Serviço Social passa a fornecer as balizas histórico-sociais e ideoculturais nas quais a profissão experimentou as maiores transformações desde sua origem no país. O diálogo com as ciências sociais, a integração na universidade e a formação de novas posturas profissionais proporcionaram os elementos renovadores em sintonia com as exigências societárias. As condições novas impostas à formação e ao trabalho profissional, no contexto da autocracia burguesa, levaram a laicização do Serviço Social ao seu ponto culminante. Esse processo de laicização foi marcado pela diferenciação da categoria profissional em todos os seus níveis e pela consequente disputa de hegemonia no processo profissional, envolvendo aspectos como “projeto de formação, paradigmas de intervenção e órgãos de representação” (Netto, 2015b, p. 169). Assim, a laicização da profissão, sua interlocução com o ambiente acadêmico e os desdobramentos desse quadro, enquanto produtos das exigências macrosociais da conjuntura e dos anseios profissionais renovadores, contribuíram para a ruptura com o “monolitismo ideal” da profissão e a instauração do pluralismo profissional (Ibidem). A partir da redefinição e diferenciação de visões e práticas envolvendo a formação e a intervenção profissional dos assistentes sociais, a renovação da profissão emergiu, assim, como um terreno fértil para o desenvolvimento de direções, perspectivas e tendências distintas.

A renovação da profissão no Brasil, embora fortemente influenciada por determinações internas e nacionais, não pode ser compreendida isoladamente. Por mais que ela ocorre sob a égide da autocracia burguesa, refletindo as nuances do contexto político e econômico interno do país, é crucial reconhecer que esse processo de renovação não se desvincula dos rebatimentos da erosão do Serviço Social “tradicional” na América Latina. O deslocamento em vistas da superação do tradicionalismo profissional, que se inscreve em uma conjuntura internacional de tentativas “de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora e exploradora” (Faleiros, 1987, p. 51), apresenta como questão central a indagação de boa parte do conjunto

profissional sobre a contribuição do Serviço Social para a superação da suposta condição de subdesenvolvimento dos países latino-americanos, ressalvadas as especificidades nacionais. Essa indagação coletiva resulta enquanto um movimento de grande união profissional dos assistentes sociais na oposição ao tradicionalismo do Serviço Social, haja vista que os alicerces de sustentação das práticas tradicionais não mais respondiam às exigências da realidade conjuntural e aos anseios profissionais que tomavam como norte a necessidade de contribuição da profissão para as mudanças sociais requeridas. Era preciso ressignificar a profissão, construir novos entendimentos sobre a atividade profissional e traçar novas atitudes compatíveis com as exigências históricas.

Esse movimento de grande união entre os assistentes sociais latino-americanos não era caracterizado por um bloco uniforme. A Reconceituação do Serviço Social, enquanto um movimento forjado na aliança latino-americana, se constituiu como uma ampla frente profissional, que caminhava no sentido de desmontar a imagem da profissão como um corpo único e sem diferenças. Conforme Netto (2005), o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina — cujo ponto inaugural é atribuído ao I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social, realizado em 1965 no Brasil — foi marcado por uma notável heterogeneidade de posturas profissionais, que se manifestou através de duas grandes correntes no interior do próprio movimento. Ainda segundo nosso autor, uma dessas correntes pode ser definida como Reformista-Democrata, que, adotando uma postura mais pragmática, apostava “numa espécie de aggiornamento do Serviço Social, capaz de modernizá-lo a ponto de torná-lo compatível com as demandas macrosociedadeiras, vinculando-o aos projetos desenvolvimentistas de planejamento social” (Ibidem, p. 10). Enquanto o objeto de preocupação dessa primeira corrente era a carência social inerente à condição de “subdesenvolvimento” dos países periféricos, a corrente identificada como Radical-Democrata voltava-se para o questionamento da dominação/exploração dos povos, defendendo a libertação das nações latino-americanas das amarras do imperialismo capitalista. Essa segunda corrente apostava numa reformulação mais radical das estruturas sociais e das práticas profissionais, em sintonia com perspectivas de maior criticidade e engajamento político. Defendiam que a alternativa necessária para os povos latino-americanos viria de amplos processos de democratização, envolvendo a participação popular e o compromisso com os interesses históricos das classes subalternas, enxergando a necessidade de apoiar a propulsão política promovida pelas lutas e movimentos sociais. Sentindo a necessidade de uma substantiva transformação dos modelos tradicionais de intervenção social, buscavam uma integração mais estreita entre teoria e prática, socorrendo-se da tradição marxista como

referencial teórico, apesar dessa inicial interlocução revelar-se problemática devido a recorrência a manuais de divulgação e versões deformadas pela invasão neopositivista.

Embora sua importância histórica seja inquestionável, o movimento teórico-político realizado por esses contingentes mais radicalizados da Reconceituação acabou obscurecendo a riqueza conceitual e analítica do marxismo, devido às imprecisões vulgarizadoras e ao emprego de um ecletismo teórico, que conduziu a equívocos e suposições problemáticas, como argumenta Netto (2015b, p. 194):

a) a recusa à importação de teorias (resposta, em um primeiro momento, ao hegemonismo do Serviço Social norte-americano), levou a uma postura de relativização da universalidade teórica que, no limite, infirmava a validade da teorização produzida em outras latitudes; de onde a valorização da produção ‘autóctone’, presumidamente mais adequada às nossas condições histórico-sociais [...]; b) o confucionismo ideológico, que procurou sintetizar as inquietudes da esquerda cristã e das novas gerações revolucionárias “não ortodoxas” e “não tradicionais” sobre a base teórica do marxismo mais dogmático [...]; c) o reducionismo próprio ao ativismo político, que obscureceu as fronteiras entre a profissão e o militantismo [...].

Mesmo perpassado por contradições e debilidades, o Movimento de Reconceituação representou historicamente uma superação da estagnação intelectual do Serviço Social, permitindo que a profissão avançasse para uma interação mais dinâmica e enriquecedora com as ciências sociais, estabelecendo sintonia com tendências diversificadas do pensamento social, incluindo a influência da tradição marxista. Mas o ponto de maior relevância em seu legado, acreditamos, consiste na explicitação dos conteúdos que articulam a profissão às lutas dos trabalhadores, potencializando essa articulação na dimensão ideopolítica do Serviço Social. Como expressão conservadora de sua direção, a profissão mantinha velado o conteúdo conservador na dimensão ideopolítica subjacente à prática profissional, sob a roupagem de uma suposta assepsia política e ideológica, muitas vezes desfigurada pela narrativa da neutralidade. O Movimento de Reconceituação, no entanto, desempenhou um papel crucial ao expor publicamente essa dimensão intrínseca à intervenção profissional. Ao fazê-lo, rompeu com o discurso da suposta neutralidade, evidenciando que toda ação profissional está imbuída de posicionamentos políticos e pressupostos ideológicos. Notavelmente, ao adotar uma perspectiva de esquerda, o espírito crítico da Reconceituação enfrentou os vetores do tradicionalismo que, por sua vez, jamais hesitou em politizar a profissão pela via da direita (Netto, 2005). Esse embate destacou não apenas a premência de renovação profissional, mas também a inerente dimensão ideopolítica do Serviço Social.

Contudo, o Movimento de Reconceituação da profissão, estrangulado pelo regime político das ditaduras latino-americanas, não conseguiu avançar como esperado, resultando em um “capítulo inconcluso” no desenvolvimento histórico do Serviço Social na América Latina. Mesmo “contida em experiências acadêmicas e na biografia daqueles que a protagonizaram” (Ibidem, p, 14), a memória da Reconceituação persiste como um legado fundamental, que continuou a ecoar no pensamento e na prática do Serviço Social. Sua herança, ao ser apropriada de maneira histórico-crítica, forneceu alicerces significativos para a construção de um entendimento e uma prática político-profissional mais alinhados aos interesses da classe trabalhadora na luta de classes, consolidando-se como um marco importante para o Serviço Social na América Latina, especialmente no que se refere às tendências críticas e mais avançadas que se desenvolveram no processo profissional, como aquelas incentivadas através do *Centro Latinoamericano de Trabajo Social* (CELATS)¹⁰⁵ — uma organização de fundamental contribuição e apoio ao processo de renovação crítica do Serviço Social, assim como à organização política e sindical da categoria profissional.

No Brasil, com o segundo momento do ciclo autocrático burguês, o acentuado cenário de repressão contra movimentos intelectuais e políticos avessos aos interesses do regime, imobilizou provisoriamente o desenvolvimento das tendências críticas no interior do Serviço Social, embora neste mesmo período, segundo Silva (1991, p. 87), “o pensamento de esquerda passou a ser mais visível em algumas Escolas”, já que até 1968 o ambiente universitário constituía um dos espaços abertos de maior repercussão política da contestação à ditadura civil-militar. Assim, como resposta do regime autoritário, foram acionadas uma série de medidas envolvendo intimidação, censura, perseguição, prisão e tortura dos sujeitos engajados na rebeldia popular. Em uma posição clandestina e sem acesso aos canais de comunicação e debate entre categoria profissional, os segmentos mais progressistas e combativos do Serviço Social, impedidos de se articular de forma orgânica e pública, tiveram sua capacidade de intervenção e expressão teórico-política no processo de renovação profissional profundamente reduzida.

Nesse momento, evidenciando a situação marginal do campo crítico, a condensação da reflexão profissional renovadora emergiu de maneira pública, quase que exclusivamente, do

¹⁰⁵ Contando a participação destacada de Leila Lima Santos, Manuel Manrique Castro e Marilda Villela Iamamoto, dentre outros profissionais, o CELATS atuou como uma entidade estimuladora e articuladora da renovação crítica do Serviço Social latino-americano, viabilizando a realização de pesquisas acadêmicas que são fundamentais para o desvelamento crítico do significado social da profissão na sociedade capitalista, bem como favorecendo o desenvolvimento de tendências político-profissionais comprometidas com os interesses históricos da classe trabalhadora. Sobre as contribuições do CELATS, consulte Iamamoto et al. (2021), Lemos et al. (2021) e Elpidio (2021).

impulso organizador dado pela perspectiva conservadora do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS)¹⁰⁶. Os chamados “seminários de teorização” promovidos por essa entidade inauguraram uma fase crucial de discussões e reflexões, que começaram a moldar a renovação no campo do Serviço Social, propiciando, em seu interior, a formulação tecnocrática da vertente Modernizadora (Netto, 2015b), cuja expressão já remontava ao ponto inaugural da Reconceituação e, agora, sua formulação se alinhava ao projeto de modernização conservadora delineado pela autocracia burguesa. Conforme apontado por Silva (1991, p. 87), enquanto representações da vertente Modernizadora, os seminários de Araxá (1967) e de Teresópolis (1970), promovidos pelo CBCISS, “são exemplos da situação marginal dos assistentes sociais ‘radicais de esquerda’, no conjunto da categoria”.

Como pontuamos acima, o pluralismo profissional instaurado pela redefinição e diferenciação de valores e práticas no Serviço Social brasileiro, fez da renovação profissional um espaço de convivência entre distintas vertentes renovadoras, que buscaram conquistar hegemonia e dar direção ao processo profissional. O aparecimento dessas vertentes não pode ser entendido de forma sequencial e precisamente cronológica, pois “configura um movimento cumulativo, com estágios de dominância teórico-cultural e ideopolítica distintos, porém entrecruzando-se e sobrepondo-se, de onde a dificuldade de qualquer esquema para representá-lo” (Netto, 2015b, p. 198). Na simultaneidade entre as vertentes da renovação, as tendências críticas e mais progressistas, até então incubadas em segmentos profissionais e estudantis reprimidos pelo regime terrorista da ditadura, encontraram como duto de vazão a inédita experiência conhecida como o Método de Belo Horizonte. Um núcleo de oposição e contestação à significação da autocracia burguesa e ao conservadorismo profissional, desenvolvido na primeira metade dos anos 1970 na Escola de Serviço Social da então Universidade Católica de Minas Gerais, constituindo-se o que Netto (2015b) denominou como o momento de emersão da vertente Intenção de Ruptura com o Conservadorismo.

De acordo com Batistoni (2017; 2021), nos antecedentes que subsidiaram as bases sociopolíticas e culturais da pioneira experiência belorizontina, encontram-se os processos dinâmicos do período entre 1961 e 1964, aqui já mencionados, envolvendo o contexto de lutas sociais em favor das “reformas de base”, o ensaio heterodoxo de experiências de DC conectadas aos movimentos sociais na difusão da cultura popular, potencializados por uma ambiência cultural de esquerda, e a influência da pedagogia freireana em articulação com os

¹⁰⁶ Sobre o histórico do CBCISS e as contribuições de sua incidência para o processo de renovação do Serviço Social, consulte Aquino (2021).

postulados do socialismo cristão, que, entre outros elementos, converteram parcelas do Serviço Social a um posicionamento político derivado do engajamento militante, sobretudo através do movimento estudantil¹⁰⁷. Dando uma continuidade reposicionada a esse processo interrompido pelo golpe de abril de 1964, e sendo atravessados por novos condutos no contexto de resistência à ditadura civil-militar e de interlocução latino-americana entre a vanguarda da Reconceituação, os sujeitos que protagonizaram o Método BH vivenciaram um enraizamento contestatório, resultante da militância externa à profissão e do aprimoramento intelectual a partir de um referencial teórico-crítico diverso e emanado das ciências sociais, que possibilitou o enfrentamento ao conservadorismo do Serviço Social por meio de uma alternativa crítica de formação e intervenção profissional, apesar de ter sido permeável a equívocos e imprecisões próprios de um processo seminal.

Liderada pelas professoras Leila Lima Santos e Consuelo Quiroga, em parceria com outros profissionais formados no contexto imediatamente anterior e subsequente a 1964, a proposta belorizontina foi elaborada a partir da revisão do chamado Método Básico chileno¹⁰⁸, incorporando um referencial teórico-metodológico e princípios políticos que vão desde o pensamento de Paulo Freire até perspectivas do campo marxista¹⁰⁹, sendo elencada como objeto de intervenção a “ação social da classe oprimida” (ESS-UCMG, 1974 apud Batistoni, 2021, p. 84), conectado “a transformação da sociedade e do homem” através da “conscientização, capacitação e organização” (Ibidem), respectivamente, enquanto objetivo-meta e objetivos-meios. Apesar das limitações e equívocos envolvendo a proposta, sobretudo em relação à redução teórico-política das determinações da exploração capitalista e à assimilação de um caráter messiânico à prática profissional, a experiência de Belo Horizonte representa um inédito e inquestionável combate ao conservadorismo do Serviço Social e um avanço sobremaneira no relacionamento progressista, de parceria e potencialização, entre a profissão e as lutas e movimentos sociais da classe trabalhadora.

¹⁰⁷ Batistoni (2021, p. 78) nos lembra que “foi em Belo Horizonte, em 1962, que se deu o surgimento da Ação Popular (AP), originária dos quadros estudantis da JUC, tornando-se hegemônica no meio universitário, especialmente na UNE”. Também, segundo Mattos (2007), outra organização com forte presença política na capital de Minas Gerais era a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-Polop), que tinha em seu quadro de militantes a belorizontina Vânia Bambirra e os também mineiros Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, jovens intelectuais que protagonizaram a formulação da Teoria Marxista da Dependência.

¹⁰⁸ Sobre a experiência chilena, desenvolvida durante o governo democrático da Unidade Popular (UP), consulte Faleiros (2017), Duriguetto et al. (2019) e Martínez e Díaz (2021).

¹⁰⁹ Na ausência de fontes primárias do pensamento marxiano, a experiência de BH valeu-se de uma diversificação teórica no campo marxista, incorporando: “o estruturalismo althusseriano, o marxismo difundido a partir da II Internacional, haurido em manuais de ‘marxismo-leninismo’ na sua versão tida como ‘oficial’; a inspiração maoísta presente na análise das relações entre teoria e prática, redundando num empirismo incontestado expresso na máxima ‘a prática como fonte de teoria’” (Iamamoto, 2015, p. 11 apud Batistoni, 2017, p. 145).

De modo a publicizar o conteúdo progressista da dimensão ideopolítica do Serviço Social ao buscar uma vinculação teórico-prática com os interesses imediatos e de classe dos contingentes subalternos, a experiência da escola mineira possibilitou um envolvimento efetivo de profissionais e estudantes em processos de mobilização, reivindicação e organização política de frações da classe trabalhadora, em uma região geográfica¹¹⁰ marcada pela densidade operária e pela tradição de luta dos trabalhadores do Quadrilátero Ferrífero (Netto, 2015b; Batistoni, 2021). Na ativação da interação progressista da formação e da intervenção profissional com as lutas e movimento sociais, a experiência de Belo Horizonte marca historicamente a dinâmica de renovação crítica do Serviço Social brasileiro e, para além de um mero episódio, favoreceu o desenvolvimento posterior de um projeto profissional profundamente democrático, de recusa à exploração do trabalho pelo capital e de qualquer relação de dominação do gênero humano, sintonizado com uma projeção societária alternativa ao modo de produção da sociabilidade burguesa. Embora essa experiência tenha sido encerrada em 1975, devido à demissão de seus principais formuladores e executores por motivos não alheios ao contexto ditatorial, o espírito crítico e contestador do Método BH continuou a ressoar nacionalmente em novas e diversificadas experiências profissionais desenvolvidas entre a segunda metade daquela década e os anos de 1980.

Dentre as novas experiências nas quais a prática profissional se mostrou sintonizada com os vetores do processo de renovação crítica do Serviço Social antes mesmo de sua afirmação e espraio para o conjunto da categoria, estão algumas oportunidades institucionais anteriores a 1980, que colocaram assistentes sociais diretamente envolvidos com processos reivindicatórios e organizativos da classe trabalhadora. Embora não fosse do interesse das entidades contratantes, parte dos assistentes sociais buscaram responder as requisições e demandas institucionais de forma a ressignificá-las criticamente a partir de sua autonomia relativa, apoiando movimentações coletivas do público alvo da intervenção e compactuando com seus interesses e reivindicações. Uma postura ousada para aquele tempo, que não ficou ileso a medidas repressivas, incluindo até mesmo a demissão de agentes profissionais. Exemplo emblemático dessas experiências, são as atividades profissionais que foram desenvolvidas a partir dos Institutos de Orientação à Cooperativas Habitacionais (INOCOOP)¹¹¹ em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Recém demitidos do

¹¹⁰ Além de ter sido realizada na capital mineira, a experiência de BH estendeu-se para outras cidades da região, marcadas pela grande produção industrial, especialmente de produção de minério de ferro, como Contagem, João Monlevade, Itajubá, Formiga e Itabira (Batistoni, 2017). Foi na região dessa última cidade, “onde se localiza a Companhia Vale do Rio Doce, o locus principal de experimentação do Método BH” (Batistoni, 2021, p. 78).

¹¹¹ Segundo Abramides e Cabral (2009, p. 61), “os INOCOOP’s são entidades voltadas para projetos de habitação social, com recurso do Banco Nacional da Habitação (BNH); no período de 1975 a 1979 foram desenvolvidos

INOCOOP-SP à época, Abramides et al. (1981, p. 58) sistematizam a experiência de trabalho desenvolvida junto aos processos de organização popular, na qual apresentam como “questões centrais do trabalho social: conscientização, participação e organização” — o que claramente demonstra os influxos do Movimento de Reconceituação e do Método BH, como sugere Batistoni (2017). Em entrevista concedida a Silva e Almeida (2023), Beatriz Abramides lembra que o trabalho no INOCOOP-SP envolveu atividades de formação política, o incentivo e apoio à “auto-organização” do público atendido, além da articulação, em âmbito nacional, dos assistentes sociais dos Institutos, com o suporte do CELATS.

Concomitante a essas experiências, além do estímulo da reflexão renovadora advir das inquietações profissionais no âmbito dos cursos de pós-graduação da área, cujo surgimento era ainda muito recente, permitindo uma nova interlocução com disciplinas e teorias sociais, incluindo o marxismo acadêmico, o impulso crítico para a renovação profissional é levado a efeito no processo de organização político-sindical da categoria e de rearticulação do movimento estudantil, que se inscreve em uma conjuntura de efervescência sociopolítica na arena nacional.

No limiar do processo de abertura democrática do país, estudantes e assistentes sociais testemunharam o surgimento de significativas mobilizações populares e sindicais, sustentadas por amplos contingentes assalariados. A intensidade das reivindicações das massas trabalhadoras ganhou força, notavelmente, através da retomada ativa do movimento sindical sob o advento do Novo Sindicalismo (Antunes, 1985), fazendo com que o operariado emergisse como vanguarda nos processos de oposição e luta contra a ditadura civil-militar. A clara manifestação da luta de classes durante as movimentações operárias catalisou a resistência contra o regime, entrelaçando-se aos diversos movimentos sociais que, de forma articulada, lutavam contra o alto custo de vida, buscavam acesso a bens e serviços, clamavam pela anistia e reivindicavam o estabelecimento democrático, acompanhado de valores e pautas relativamente recentes, como as lutas feministas e antirracistas. Nesse contexto, o movimento estudantil, que até então enfrentava perseguições sob o jugo da ditadura, ressurgiu na cena política através das ações e atos de rua convocados pela UNE e suas entidades de base, em unidade com os movimentos sindicais e populares. A convergência dessas forças sociais

em todo o país projetos de trabalho social, de forma articulada, nos marcos da intenção de ruptura”. Contudo, Aldayr Brasil, liderança da esquerda católica no período, relata que, ainda em 1971, quando atuou junto ao INOCOOP do Rio de Janeiro: “tinha um pessoal de Belo Horizonte que trabalhava lá e eu participei; trabalhei lá com eles um ano; então, nesse ano, a gente discutiu muito, no Serviço Social, como é que a gente poderia trabalhar nas habitações populares, nas associações e sindicatos de... era cooperativa, as cooperativas habitacionais, que era gente do sindicato que dirigia e sempre tinha uma assistente social na cooperativa” (Informação oral de Aldayr Brasil Barthy, apud Silva, 1991, p. 283).

reforçou a coragem necessária para o enfrentamento político das adversidades históricas, impulsionando o despertar reivindicatório e o processo de consciência das classes subalternas para o engajamento ativo na ampliação das lutas sociais e do acesso a direitos. Conforme apontado por Erundina (2009, p. 109), nesse período

foi quando passaram a surgir diversos movimentos populares para reivindicar políticas públicas, destinadas a atender seus direitos sociais e de cidadania. Lembraria, por exemplo, o movimento contra a carestia, a luta dos moradores de favelas por ligação de água e luz em seus barracos, de resistência contra os despejos das áreas que há muito tempo ocupavam, o movimento por creches, por serviços de saúde, por moradia, por melhorias urbanas, e tantas outras lutas que marcaram a vida de homens e mulheres do povo, naquele período, o que os tornaram sujeitos políticos construtores da sua própria história. Os assistentes sociais tiveram participação destacada na construção desses movimentos e no encaminhamento de suas lutas, como profissionais comprometidos com os interesses populares, ao mesmo tempo em que se organizavam para reivindicar seus próprios direitos como trabalhadores assalariados.

No contexto em que as lutas e movimentos sociais acirram a crise de legitimidade da autocracia burguesa, parcelas da categoria profissional, reconhecendo sua condição assalariada e de classe, conduzem a reativação e fundação de entidades sindicais e Associações Profissionais de Assistentes Sociais (APAS), desdobrando-se no histórico processo de organização político-sindical do Serviço Social (Abramides e Cabral, 1995). De forma simultânea a essa movimentação sindical dos profissionais, o Serviço Social vivenciava também a rearticulação nacional do movimento estudantil, simbolizada nos Encontros Nacionais de Estudantes de Serviço Social de 1978 e 1979, respectivamente sediados em Londrina-PR e Salvador-BA¹¹². Esses processos de mobilização e organização dos sujeitos do Serviço Social constituíram uma das molas propulsoras para a dinâmica da renovação crítica da profissão, sendo imprescindíveis para a “virada” em sua direção social no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), especialmente pela atuação destacada da militância sindical.

Abramides e Cabral (1995, p. 121) recuperam o processo de organização sindical da categoria profissional em âmbito nacional, cujo ponto inaugural diz respeito aos dois primeiros Encontros Nacionais de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, ambos

¹¹² Embora apenas o “primeiro” Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social, realizado em 1978 e com o tema “Serviço Social e Realidade Brasileira”, seja lembrado pela maioria das produções da área como o símbolo organizativo da rearticulação do movimento estudantil, segundo Santos (2007, p. 116), foi no Encontro Nacional de 1979 que a estrutura organizativa e deliberativa do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) começou a ganhar forma. Nesse encontro, foi aprovada “a realização dos Encontros Regionais de Estudantes de Serviço Social (ERESS) e do Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social (CONESS), além da criação da Secretaria Executiva Nacional, composta pela escola sede do próximo ENESS e por um representante de cada região”.

realizados em 1978, sob a coordenação do Sindicato dos Assistentes Sociais de Minas Gerais, “que tem neste momento um projeto de pesquisa com o CELATS, cujo apoio financeiro é fundamental na realização dos referidos encontros, além do apoio político às entidades sindicais”. Além do encaminhamento de um plano de lutas que envolvia reivindicações corporativas, inserção no movimento sindical mais amplo e articulação com as lutas sociais em âmbito nacional, esses primeiros encontros sindicais da categoria tiveram como finalidade principal a mobilização da base profissional, bem como o estímulo e o apoio à criação de novas entidades sindicais, para que a própria organização político-sindical do Serviço Social pudesse avançar e se fortalecer. Como resultado do esforço de articulação política da militância sindical dos assistentes sociais, em 1979, às vésperas do III CBAS¹¹³, foi realizado, em São Paulo, o memorável III Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, que contou com uma presença maior de sindicatos e entidades pré-sindicais em comparação aos outros eventos (Ibidem). Esse terceiro encontro sindical marcou não só o avanço organizativo da categoria, com a criação da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS)¹¹⁴, mas também serviu como palco para a elaboração prévia de uma estratégia unitária de intervenção política no III CBAS, a qual foi fundamental para reposicionar, de maneira crítica e progressista, os rumos do maior evento organizativo e de expressão pública da categoria profissional.

Realizado entre 23 e 28 de setembro de 1979, no Palácio das Convenções do Parque Anhembi, em São Paulo, o III CBAS reuniu cerca de 2.500 assistentes sociais de todo o país, e teve como temática central “Serviço Social e Política Social” — sendo organizado pelos então Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e Conselho Regional de Assistentes Sociais de São Paulo (CRAS-SP) (Erundina, 2009, p. 115). A ausência de uma programação propícia para a reflexão crítica da categoria, diante de uma conjuntura marcada pela

¹¹³ Em agosto de 1979, segundo Iamamoto (2019, p. 447-448), “ocorre no Rio de Janeiro, I Encontro Nacional de Capacitação Continuada, promovido pelo CELATS, em cooperação com o INOCOOP e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ); esse encontro adensa bases analíticas à preparação do Congresso da Virada, em uma explícita disputa teórica no Serviço Social brasileiro. [...] Vários depoimentos registram a participação direta dos assistentes sociais nas lutas e mobilizações dos setores populares, que se reconhecem como trabalhadores assalariados nas instituições em que trabalham, congregados em associações e sindicatos de assistentes sociais”.

¹¹⁴ Criada por ocasião do III Encontro Nacional de Entidades Sindicais, a CENEAS permaneceu atuante até outubro de 1983, quando foi substituída pela Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS). Esta, por sua vez, encerrou seus trabalhos em setembro de 1994, após a deliberação da categoria profissional de aderir a uma nova estrutura de organização sindical, proposta pela CUT em 1986, e que vinha sendo discutida pelos assistentes sociais desde então. Dessa forma, o Serviço Social transitou de uma organização sindical por categoria profissional para uma estrutura organizativa por ramo de atividade econômica (Abramides e Cabral, 1995; 2009). Apesar da decisão da categoria, com o refluxo do movimento sindical e a conversão política de suas direções majoritárias para uma perspectiva estritamente conciliatória e burocratizada no contexto de avanço neoliberal, a Federação Nacional de Assistentes Sociais (FENAS) foi fundada unilateralmente em 2000, permanecendo até os dias atuais sem capilaridade e legitimidade no conjunto da categoria profissional.

efervescência das lutas sociais e pelo agravamento das expressões da “questão social” no Brasil, refletia o caráter conservador previamente estabelecido pela direção do evento. A proposta da comissão organizadora era discutir as políticas sociais de maneira estritamente setorializada, deixando de contribuir para uma análise global e totalizante da realidade nacional. As principais polêmicas em relação ao congresso envolviam o caráter antidemocrático de sua organização, que não promoveu nenhum processo prévio de discussão com a categoria, além da restrição à participação de estudantes, limitando sua presença a apenas dois por unidade de ensino, “como também não previa momentos coletivos de debates e deliberações que pudessem se traduzir em referências para o exercício profissional” (Abramides e Cabral, 2009, p. 65).

A articulação entre a militância sindical do Serviço Social, por meio da CENEAS, docentes progressistas da então Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) e/ou envolvidos com o CELATS, estudantes atuantes no MESS e profissionais insatisfeitos nos grupos de trabalho do congresso revelou-se estratégica durante o III CBAS (Duriguetto e Rezende, 2019). Esses assistentes sociais e estudantes integraram-se de maneira crítica aos diversos grupos de trabalho do evento, evidenciando um claro descontentamento dos profissionais em relação aos rumos conservadores e antidemocráticos do congresso. De forma incisiva, questionaram o estabelecimento de uma comissão de honra¹¹⁵ composta por representantes da ditadura civil-militar, que homenageava figuras ligadas à repressão, tortura, perseguição política e ao cerceamento da livre expressão, num contexto de aprofundamento das desigualdades sociais no país. Essa homenagem, em flagrante contradição com os ideais dos movimentos democráticos e populares, foi duramente criticada pelos militantes sindicais, representando um choque com os princípios e valores pelos quais os setores críticos e progressistas vinham lutando.

Segundo Abramides e Cabral (2009, p. 65), a intervenção planejada dos assistentes sociais envolvidos com as entidades sindicais, em articulação com o conjunto de profissionais progressistas, foi fundamental para “a ação ofensiva e organizada que deriva na virada do Congresso”. Esses profissionais progressistas, em uma ação paralela à programação oficial do III CBAS, promoveram uma assembleia no segundo dia do evento, que contou com a participação de cerca de 600 congressistas. Em um ambiente marcado por tensão e profunda

¹¹⁵ Outro ponto controverso foi a homenagem prestada a representantes da ditadura civil-militar, incluindo o Presidente Figueiredo, o Ministro Macedo e o Ministro Soares, Paulo Maluf (Governador de SP) e Antônio Curiat (Prefeito de SP). Essa homenagem gerou intensos debates e críticas, evidenciando a tensão entre a direção conservadora do congresso e a crescente insatisfação de uma parte expressiva da categoria profissional com as práticas autoritárias do regime.

insatisfação, os presentes denunciaram de forma veemente a organização autoritária do congresso e os rumos que este vinha tomando. Em uma decisão unânime, as lideranças sindicais assumiram a direção do congresso a partir de então. No início dos trabalhos, a Mesa Diretora propôs e obteve aprovação para a destituição da comissão de honra em homenagem aos representantes da ditadura civil-militar, composta à revelia da categoria profissional. Essa ação representou um ponto de inflexão no evento, marcando a rejeição coletiva das práticas autoritárias e a afirmação do desejo por um espaço democrático que refletisse verdadeiramente os anseios e posicionamentos da categoria de assistentes sociais.

Também por decisão soberana da Assembleia, a Comissão de Honra passou a ser integrada por representantes dos dirigentes sindicais cassados: do Comitê Brasileiro pela Anistia, do Movimento Contra a Carestia, da Associação Popular de Saúde e da Frente Nacional do Trabalho (Erundina, 2009, p. 115).

Além da mudança dos homenageados no III CBAS, que passou a ser “todos os trabalhadores brasileiros e a todos que morreram na luta em defesa da democracia” (Ibidem), a programação do evento sofreu alterações que refletiram na busca por uma abordagem mais ampla e global da política social no contexto do capitalismo¹¹⁶. Essa reconfiguração envolveu não apenas a inclusão de temáticas abrangentes e alheias ao endogenismo do Serviço Social, mas também uma mudança nos componentes das mesas, visando uma representação mais diversificada e abrangente. Nesse sentido, militantes de diversos movimentos sociais foram incorporados nas mesas de discussão, que passaram a contar com representantes sindicais, feministas, defensores da anistia e combatentes contra a carestia, promovendo um diálogo mais plural e conectado com os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.

Também, outro aspecto dessas mudanças foi a inclusão da discussão sobre as condições de trabalho e salário dos assistentes sociais. Essa temática, muitas vezes negligenciada, ganhou espaço relevante na programação, refletindo a crescente conscientização sobre as questões laborais enfrentadas pela categoria. Outra ação notável foi a transferência de recursos financeiros do evento para fundos de greves de outras categorias profissionais, demonstrando a solidariedade classista e um posicionamento engajado em favor das lutas coletivas. A inclusão de uma mesa de encerramento com a presença de lideranças sindicais e

¹¹⁶ A nova abordagem proposta e incorporada a programação do evento, tem íntima relação com as influências advindas da interlocução latino-americana. De acordo com Iamamoto (2019, p. 448), “o CELATS e ALAETS inauguram na América Latina e Caribe, no VII Seminário Latinoamericano da ALAETS (1977), o debate sobre política social e Serviço Social, contribuindo para o reconhecimento da dimensão política do trabalho do assistente social”. Também, “a revista *Acción Crítica* alimenta o debate da política social com textos pioneiros entre 1977 e 1985. Essa abordagem acompanha esforços desenvolvidos no CELATS no sentido de situar o Serviço Social no âmbito das relações entre as classes e destas com o Estado, rompendo a análise isolada e endógena do exercício profissional” (Ibidem, p. 449).

representantes de movimentos sociais também foi uma estratégia adotada para afirmar a articulação da profissão com as lutas da classe trabalhadora. Inclusive, Cabral (2012, p. 101) lembra que um dos dirigentes sindicais presentes nessa mesa de encerramento declarou que, “à época da dura greve do ABC, as montadoras recorreram a assistentes sociais para ir às casas dos trabalhadores a fim de convencê-los a voltar ao trabalho”. O que revelou não só as tentativas de desmobilização, apassivamento e cooptação das lutas e movimentos sociais que a prática profissional conservadora buscava implementar, mas também as contradições e divergências no interior do Serviço Social. Afinal, foi por meio do protagonismo dos próprios profissionais progressistas, ao estabelecerem parcerias com as lutas e movimentos sociais em curso, que a hegemonia conservadora da profissão foi publicamente denunciada.

Dessa forma, as alterações na programação não apenas ampliaram o escopo de discussões do congresso, mas também promoveram uma perspectiva mais inclusiva e crítica, abordando tanto as questões específicas da profissão quanto as complexidades do cenário político e socioeconômico em que ela está inserida, rebatendo para as reflexões coletivas da categoria sobre a necessidade da renovação crítica de suas práticas e direção social.

O III CBAS se colocou como um elo nessa transição histórica entre a ditadura e a democracia, assim como um elo de ligação dos assistentes sociais com os trabalhadores, de identificação das lutas dos assistentes sociais com as lutas mais gerais da sociedade e como uma ruptura com um modelo de prática de adaptação, para reforçar uma articulação da profissão com as transformações das relações sociais de dominação e exploração no cotidiano de sua atuação (Faleiros, 2009, p. 53).

Batizado historicamente de Congresso da “Virada”, o III CBAS marcou um ponto público de virada na direção social da profissão e de seus compromissos ético-políticos, dissociando-a do poder dominante e da defesa da ordem social vigente. Os mesmos grupos de profissionais que divergiam das vertentes conservadoras da renovação do Serviço Social e propunham a renovação crítica para os rumos da profissão no Brasil, eram compostos, majoritariamente, por aqueles que levantavam as bandeiras de luta contra o regime autocrático burguês¹¹⁷. Esses assistentes sociais combativos, ao se engajarem nas diversas lutas da classe trabalhadora por melhores condições de vida e pela democratização das relações sociais, e ao receberem uma influência crítica no âmbito da reflexão e produção teórica, comprometeram-se com novas perspectivas de análise da realidade e da própria profissão.

¹¹⁷ Em seu depoimento no Seminário Nacional de 30 anos do Congresso da Virada, realizado em 2009, Cabral (2012, p. 100) afirma que a geração desses assistentes sociais “estava na luta política, nos movimentos sociais, passou pelo movimento estudantil e enfrentou a ditadura militar. Muitos/as foram encarcerados/as em porões, e passaram por tortura. Foi essa a geração que fez a ‘Virada’. Não só a geração que se tornou a Direção do Congresso, mas, fundamentalmente, a massa crítica que esteve presente. Sem essa massa crítica, a ‘Virada’ também não se consolidaria”.

Assim, a necessidade de confrontar politicamente as direções das entidades representativas da categoria profissional tornou-se imperativa, dada a composição conservadora, por exemplo, do conjunto CFAS/CRAS — atualmente, CFESS/CRESS. Nesse contexto, as intervenções dos segmentos críticos e progressistas nos diversos âmbitos do Serviço Social desencadearam transformações substanciais. Isso não apenas fortaleceu a resistência contra tendências conservadoras nas dimensões político-organizativa e jurídico-normativa da profissão, mas também contribuiu para uma redefinição de suas bases teórico-metodológicas e ético-políticas, moldando uma prática mais engajada e socialmente comprometida com os interesses de classe dos trabalhadores.

Essas sumárias observações parecem minimamente bastantes para justificar a qualificação do III Congresso como um episódio de significação histórica para o Serviço Social no Brasil. Depois dele — e não por acaso — o Serviço Social, neste país, nunca mais foi o mesmo. Mas cabe aduzir, ainda, a sua grande lição: a sua realização demonstra, como numa conjuntura favorável, uma vanguarda de assistentes sociais sintonizada com as tendências mais substantivas da realidade, capaz de superar suas diferenças adjetivas para lutar por um objetivo essencial e estabelecer alianças, inclusive externas à categoria — pode efetivamente transformar representações e práticas mais que consagradas da sua profissão (Netto, 2009b, p. 35).

Tendo no circuito sociopolítico das lutas democráticas sua condição política, a dinâmica que definiu a essência transformadora do III CBAS foi impulsionada pelas manifestações públicas de estudantes e profissionais progressistas, que defenderam não apenas os interesses econômico-imediatos da categoria, mas, sobretudo, posicionaram-se ao lado dos interesses históricos da classe trabalhadora. A postura de autorreconhecimento dos assistentes sociais como assalariados, pertencentes à classe explorada, tanto pela inserção política nas lutas sociais quanto pelos influxos teóricos do pensamento crítico, foi fundamental nesse processo. Todas essas nuances do desenvolvimento da consciência de classe em segmentos da profissão estabeleceram as “bases que demarcaram a inflexão do projeto de intenção de ruptura no Congresso da Virada”, como apontam Abramides e Cabral (2009, p. 59). O III CBAS expressou publicamente um momento de resistência e luta da categoria, mas também representou uma nova fase do Serviço Social na história, na qual a busca por uma prática mais engajada, crítica e comprometida com a emancipação humana tornou-se preponderante.

Após o simbolismo do Congresso da “Virada”, no decorrer da década de 1980, desenvolveram-se novas experiências em espaços sócio-ocupacionais que viabilizaram propostas de trabalho profissional junto a processos de mobilização e organização popular. Concomitante a inserção política de assistentes sociais e estudantes no curso das lutas

sociais¹¹⁸, esses mesmos sujeitos da profissão se deparavam com os movimentos de bairro, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)¹¹⁹, as associações de moradores e diversos outros movimentos e mobilizações populares no ambiente de trabalho e campos de estágio. Nesse sentido, Abramides e Duriguetto (2024, p. 284) afirmam que pela força organizativa desses movimentos sociais, particularmente na cidade de São Paulo, assistentes sociais que atuavam em várias secretarias da Prefeitura Municipal à época, conseguiram desenvolver um trabalho de “apoio, articulação e fortalecimento dos movimentos sociais”. Nessa experiência resgatada por nossas autoras, “destaca-se o trabalho das assistentes sociais no apoio à luta dos moradores de favelas por água encanada e luz em seus barracos e de resistência contra os despejos das áreas que há muito tempo ocupavam” (Ibidem, p. 278). Antagonizando-se com a perspectiva conservadora e intimidatória que orientava experiências profissionais de décadas anteriores, como aquelas desenvolvidas a partir da Fundação Leão XIII no Rio de Janeiro, essas novas intervenções de assistentes sociais em favelas de São Paulo contavam com um relação de parceria com os processos de organização e mobilização popular, por exemplo, no estabelecimento de articulação política entre os assistentes sociais e o Movimento Unificado de Favelas (MUF) nos processos de resistência dos moradores contra as remoções forçadas (Ibidem, p. 279).

Além de a interação progressista e potencializadora com os movimentos sociais ter sido desenvolvida nos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, com uma diversidade nacional de experiências que, embora pouco sistematizadas em produções acadêmicas, seriam praticamente impossíveis de serem abordadas aqui, as entidades organizativas da categoria profissional, especialmente as entidades sindicais, também estabeleceram uma forte articulação política com o conjunto dos movimentos sociais e seus processos reivindicatórios. Por exemplo, Singer (1983, p. 103), ao apresentar o histórico dos movimentos de bairro em São Paulo, registra que a APAS-SP se uniu com um Centro de Defesa de Direitos Humanos

¹¹⁸ Em seu depoimento, Peres (2009, p. 141), membro da APAS-SP (1978-1981), se recorda de algumas das lutas sociais que os segmentos profissionais estavam inseridos no período: “Quantas lutas! Participamos do 1º Congresso da Mulher Paulista; da ANAMPOS – Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais; do Movimento de Favelas; do evento de 1º de Maio histórico em São Bernardo do Campo (1980); do apoio aos movimentos grevistas da época; da rearticulação dos trabalhadores do serviço público, em que a maioria dos assistentes sociais se inseria; e das reivindicações específicas da categoria, como a luta pelo salário mínimo profissional, cargos e carreiras, práticas profissionais, dentre outros”. Ainda, Abramides e Cabral (1995), também militantes da APAS-SP à época, apontam a presença de assistentes sociais na fundação da CUT e em suas atividades políticas, bem como Abramides (2019, p. 90) sinaliza que “um grupo significativo de profissionais atuou partidariamente, de forma majoritária, no Partido dos Trabalhadores (PT), [...] e criaram núcleos de assistentes sociais petistas em vários estados; debatiam teses para o CBAS, organizavam intervenção política em bairros, entre outras atividades no início do PT”.

¹¹⁹ Com seu surgimento e atuação anteriores à década de 1980, um histórico sobre as Comunidades Eclesiais de Base é encontrado em Camargo et al. (1983).

da cidade para defender os interesses dos moradores de favelas contra as ameaças de despejos. Uma evidência de articulação política entre as entidades sindicais de assistentes sociais e os movimentos populares que é corroborada pelos estudos de Abramides e Duriguetto (2024). A participação das organizações sindicais da categoria profissional nas diversas lutas sociais da época destaca-se por seu envolvimento com aquelas relacionadas às políticas sociais, cujas principais pautas eram:

Pela reforma sanitária e Implantação do SUS (Sistema Único de Saúde); Pela reforma urbana e por políticas habitacionais e ambientais, pela concessão do direito de uso nas favelas, pela implantação das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, no direito à habitação, à terra e à cidade; Pelo transporte coletivo, de qualidade, subsidiado pelo Estado; Pelo ensino público, laico, gratuito, socialmente referenciado, universal; Pelas creches diretas como direito das crianças, das mulheres e homens trabalhadores e pela organização da mulher trabalhadora; Por políticas sociais públicas específicas para mulheres, portadores de necessidades especiais, criança e adolescentes, população em situação de rua, negros, indígenas, idosos, pelo direito à livre orientação sexual (Abramides e Cabral, 2009, p. 73).

A partir de então, o conjunto dessas experiências progressistas teve um impacto significativo em várias dimensões da profissão, alargando os caminhos de enfrentamento ao conservadorismo presente no Serviço Social. Esse enfrentamento manifestou-se em disputas teórico-políticas relacionadas à formação acadêmica e ao exercício profissional no interior do processo de renovação, contribuindo também para o fortalecimento organizativo e a reconfiguração da imagem social da profissão — esta, que passa a ser vinculada à noção de direitos na recusa da benemerência (Iamamoto, 2019, p. 452).

Contudo, o avanço das representações da Intenção de Ruptura com o Conservadorismo deparou-se com duas questões principais: a necessária qualificação de suas bases teórico-metodológicas para o aprimoramento intelectual; e uma reação conservadora de setores profissionais. Esse segundo elemento, não menos relevante, envolveu segmentos conservadores que buscaram desqualificar o campo crítico da renovação profissional, acusando-o de promover uma “ideologização” e uma politização do Serviço Social, o que supostamente levaria à sua desprofissionalização por alinhá-lo a perspectivas de esquerda na articulação com as lutas e os movimentos sociais sob a influência do pensamento marxista.

Dentre esses segmentos profissionais conservadores, estão aqueles responsáveis pela formulação da vertente denominada por Netto (2015b) como Reatualização do Conservadorismo. Essa vertente, configurando-se como a tendência renovadora mais impermeável a mudanças, buscou recuperar pressupostos do tradicionalismo do Serviço

Social, resgatando as preocupações microscópicas e basicamente individualizantes para a intervenção profissional, repondo-lhes em novas bases de elaboração teórica a partir da fenomenologia como pensamento de referência. Embora tenha estabelecido íntima relação com o passado, “o que se opera é uma reatualização dele, com um consciente esforço para fundá-lo em matrizes intelectuais mais sofisticadas” (Ibidem, p. 204) — o que caracteriza seu caráter renovador. Ao nutrir-se limitadamente das dimensões da subjetividade, essa vertente propunha a conversão da prática profissional em uma espécie de ajuda psicossocial na qual, por meio do diálogo¹²⁰, os indivíduos pudessem “resolver” seus problemas, sobretudo, no campo da própria subjetividade. Além de ocultar a objetividade posta nas determinações das refrações da “questão social”, a proposta defendida por essa vertente profissional seguia um caminho que poderia conduzir a práticas interventivas voltadas a desmobilização e despolitização de processos reivindicatórios e organizativos das classes subalternas, favorecendo um retorno¹²¹ do desenvolvimento da consciência à vida cotidiana. Seria mesmo uma reatualização, envernizada de moderna, do relacionamento inicial que o Serviço Social estabeleceu com as lutas e os movimentos sociais nas primeiras décadas de seu desenvolvimento profissional no país, baseado em tentativas de apassivamento, cooptação e neutralização.

Embora o ponto mais alto de expressão pública da Reatualização do Conservadorismo se refere aos Seminários de Sumaré (1978) e do Alto da Boa Vista (1984), eventos com pouca ressonância se comparados aos primeiros “seminários de teorização” também organizados pelo CBCISS, essa vertente conservadora não teve a repercussão necessária para incidir sobremaneira no conjunto profissional e conquistar a hegemonia da direção social da profissão no seu processo de renovação. Na verdade, após a “virada” promovida no III CBAS, estendendo seus influxos no decorrer dos anos 1980 em diante, foi a Intenção de Ruptura com o Conservadorismo que conquistou aderência no Serviço Social. Mas para isso, o campo crítico da renovação profissional precisou enfrentar aquele desafio para o seu aprimoramento intelectual, procurando analisar e compreender a realidade e “a própria instituição Serviço Social à luz de suportes teóricos e heurísticos que são apropriados no curso de um exame que

¹²⁰ “Entende-se o diálogo como ajuda [psicossocial], como profunda relação entre profissional e cliente face a uma situação existencial problematizada, frente à qual se propõe o desenvolvimento da consciência reflexiva sobre sua situação humana. [...] Nessa proposta, a transformação do mundo se efetiva pela transformação dos sujeitos individuais” (Yazbek, 2018, p.74).

¹²¹ O que Sartre (2002) conceitua como o momento da serialidade, um estágio prévio à formação da grupalização e do “nível” reivindicatório no desenvolvimento da consciência, como abordamos no primeiro capítulo deste trabalho.

faz os assistentes sociais defrontarem-se com as fontes ‘clássicas’ da teoria social” (Netto, 2015b, p. 338).

A inserção de profissionais nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* e sua nova interlocução com disciplinas e teorias sociais resultaram em uma produção acadêmica cuja criticidade e método de análise rompem com o endogenismo do Serviço Social, ao buscar compreendê-lo como uma totalidade parcial e complexa, inserida em uma totalidade mais ampla, concreta e articulada, situando, assim, a profissão na dinâmica histórica e contraditória das relações sociais da sociedade capitalista¹²². Esse enriquecimento intelectual se traduz na consolidação acadêmica do projeto de ruptura com o conservadorismo, trilhando caminhos para a superação das deformações vulgarizadoras da tradição marxista, bem como dos equívocos empiristas e politicistas. Como afirma Iamamoto (2015b, p. 54):

[...] a mera inserção política, desvinculada de uma sólida fundamentação teórico-metodológica, mostra-se inócua para decifrar as determinações dos processos sociais. Conquanto a militância tenha impulsionado o potencial questionador da categoria profissional, dela não se pode derivar diretamente uma consciência teórica e uma competência profissional. As relações entre engajamento político e profissão foram fontes de inúmeros equívocos desde o movimento de reconceitualização no âmbito do Serviço Social. Esse, como profissão, tem uma necessária dimensão política por estar imbricado com as relações de poder da sociedade. [...] apenas o engajamento político do cidadão profissional não é suficiente para diretamente dele derivar uma base teórica rigorosa. Aliás, é um velho ensinamento da política que embora a vivência da realidade provoque indagações para a análise, a formação de uma consciência teórica requer um trato rigoroso do conhecimento acumulado, da herança intelectual herdada.

A formação de uma vanguarda acadêmica¹²³ na produção intelectual de uma “massa crítica”, no contexto de derrota do regime autocrático e de transição democrática, permitiu que a Intenção de Ruptura com o Conservadorismo avançasse em seu espraiamento para o conjunto da categoria profissional (Netto, 2015b). A perspectiva da renovação crítica acabou penetrando e moldando os debates da profissão, como as discussões em torno do currículo mínimo para a formação profissional, proposto pela ABESS desde 1979 e aprovado pelo Ministério da Educação em 1982 (Iamamoto, 2014). Embora tenha apresentado avanços para a formação profissional, sobretudo por expressar parte da resistência de segmentos profissionais à ditadura e aos pressupostos do Serviço Social norte-americano (envolvendo a

¹²² Embora talvez não seja necessário, dado seu notório reconhecimento tanto no âmbito da profissão quanto além dela, recordamos o livro *Relações Sociais e Serviço Social: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, de Marilda Villela Iamamoto e Raul de Carvalho, à época, vinculados ao projeto de pesquisa do CELATS sobre a história do trabalho social na América Latina.

¹²³ Além do “reconhecimento acadêmico do Serviço Social como área de conhecimento no CNPq em 1984, [logo em seguida], em 1987, é criado o Centro de Documentação e Pesquisa em Política e Serviço Social (Cedepss), organismo acadêmico da ABESS” (Iamamoto, 2014, p. 615, *grifos nossos*).

trilogia do caso, grupo e comunidade), o currículo de 1982 passou por uma ampla problematização acadêmica, que resultou nas diretrizes curriculares proposta pela ABESS em 1996 — mesmo ano que passou a ser denominada como Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) ao incorporar o CEDEPSS. Dentre os pressupostos da concepção de formação profissional descritos nas diretrizes curriculares de 1996, destacamos o reconhecimento de que “o processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais” (ABEPSS, 1996, p. 06).

De modo a alcançar a hegemonia da direção social da profissão, as reflexões e debates da renovação crítica incidiram também nas dimensões organizativa e jurídico-normativa da profissão. Com a participação da base profissional nas entidades representativas do Serviço Social, cujos núcleos de direção são ocupados pelos segmentos profissionais progressistas, o Código de Ética Profissional do assistente social passou por uma reformulação inédita em 1986, contrapondo-se às suas três versões anteriores¹²⁴, que expressavam valores e princípios abertamente conservadores. Apesar dos avanços, como a explicitação da dimensão ideopolítica da profissão, sua vinculação a um projeto societário compatível com os interesses históricos da classe trabalhadora e o reconhecimento da origem de classe do público alvo da intervenção profissional, houve uma hipertrofia da política no superdimensionamento da recusa à neutralidade profissional, que acabou por ocultar as contradições inerentes ao significado social da profissão na reprodução das relações sociais e por reduzir o debate em torno da questão ética.

Ao abordar sobre os impasses do Código de Ética de 1986, Braz (2019, p. 187) afirma que “tínhamos bandeiras políticas que não estabeleciam mediações com as particularidades e os limites da prática profissional”. O que foi superado com a nova Lei de Regulamentação do Serviço Social (nº 8662/1993)¹²⁵ e a elaboração e aprovação do Código de 1993, responsável por transmutar “valores ético-políticos societários em valores ético-políticos profissionais, [...]

¹²⁴ As versões anteriores são de 1947, 1965 e 1975. Segundo Barroco e Terra (2012, p. 45), “o primeiro Código (1947) — expressando a estreita vinculação do Serviço Social com a doutrina social da Igreja Católica — era extremamente doutrinário e subordinado aos dogmas religiosos. O segundo (1965) — revelando traços da renovação profissional no contexto da modernização conservadora posta pela autocracia burguesa — introduziu alguns valores liberais, sem romper com a base filosófica neotomista e funcionalista. O terceiro (1975) suprimiu as referências democrático-liberais do Código anterior, configurando-se como uma das expressões da reatualização do conservadorismo profissional no contexto de oposição e luta entre projetos profissionais que antecederam o III CBAS de 1979”.

¹²⁵ A Lei de Regulamentação da profissão, estabelece entre as competências profissionais do assistente social: “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade” (Brasil, 1993).

sintonizados com as condições do exercício profissional, ao mesmo tempo em que qualificamos e preservamos nossas bandeiras, agora traduzidas em criteriosos princípios fundamentais” (Ibidem). Dentre esses princípios, destacamos a liberdade como valor ético central, abrangendo a emancipação política e humana dos sujeitos sociais, além da democracia, entendida não apenas no âmbito da participação política, mas também como socialização da riqueza socialmente produzida, incluindo ainda a articulação com organizações e movimentos sociais que compartilham das lutas gerais dos trabalhadores e a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993, p. 24). Ainda, nosso atual Código de Ética estipula, como um dos deveres do assistente social, “respeitar a autonomia dos movimentos populares e das organizações das classes trabalhadoras” (Ibidem, p. 35), bem como estabelece, como um direito do profissional, “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania” (Ibidem, p. 34).

Esse instrumento normativo, celebrado por boa parte da categoria profissional desde sua aprovação, não se limita à mera normatização do exercício profissional, mas abarca, de forma substancial, “orientações tático-estratégicas e ético-políticas” (Duriguetto, 2014, p. 188), configurando-se como uma das expressões do que se convencionou chamar de projeto ético-político do Serviço Social brasileiro¹²⁶ (Netto, 2009c, 2015c; Abramides, 2019). Embora não seja o único e exclusivo projeto profissional no interior do Serviço Social, uma vez que o corpo profissional constitui uma “unidade não homogênea, uma unidade de diversos, campo de tensões e lutas do qual podem surgir projetos profissionais diferentes” (Netto, 2009c, p. 145), o projeto profissional crítico expressa a construção de um novo perfil profissional, resultante das condições sociopolíticas e teórico-culturais que impulsionaram o processo de renovação crítica da profissão e, conseqüentemente, o próprio projeto, que alcança a hegemonia na direção social da profissão a partir da segunda metade dos anos 1990 (Ibidem).

Contudo, na mesma década em que o projeto profissional crítico conquista sua hegemonia, de forma paradoxal, a sociedade brasileira vivenciava a manutenção do padrão de

¹²⁶ Segundo Netto (2015c, p. 234) “a expressão projeto ético-político profissional surgiu em 1998, no IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em Goiânia – e acabou por se consolidar, nos meios acadêmicos e profissionais, a partir de 2000. [...] Ela se refere a uma programática profissional, que envolve componentes éticos, políticos e técnicos – programática que resultou da acumulação de investigações acadêmicas conjugadas a desafios postos aos profissionais de campo, de terreno. Este é talvez um dos traços mais peculiares do projeto ético-político: ele é produto da articulação entre profissionais de terreno (agentes técnicos alocados diretamente às práticas profissionais) e profissionais dedicados especificamente à investigação (alocados especialmente nas universidades) – é, provavelmente, a mais típica resultante de uma viva relação entre teoria e prática: na sua formulação, confluíram os esforços do conjunto da categoria profissional”.

dominação burguesa em um contexto de “democracia restrita” (Fontes, 2010), combinado ao aprofundamento monopolista do capital diante dos efeitos das transformações societárias diretamente relacionadas ao mundo do trabalho e à forma da intervenção estatal, ou seja, envolvendo a acumulação flexível e a regressão social promovida pelo neoliberalismo em ascensão — como já abordamos no item 2.3 deste trabalho. Nesse cenário, as condições sociopolíticas que possibilitaram o surgimento e o avanço do projeto profissional crítico do Serviço Social entram em uma acentuada retração histórica, na qual parte de suas forças e protagonistas sociais também são impactados pela difusão de valores liberais, pressupostos culturalistas e tendências irracionalistas, com ênfase nas premissas “pós-modernas”.

Com a correlação de forças na luta de classes desfavorável à classe trabalhadora, em uma conjuntura marcada pelo declínio predominante das lutas e movimentos sociais e por recuos assimétricos no processo de consciência dos trabalhadores, a atuação profissional e extrainstitucional do assistente social nos processos de organização, mobilização, reivindicação e resistência política da classe trabalhadora “sofre uma curvatura, de modo que o que se apresentava, na década de 1980, como uma tendência ascendente, irá sofrer um processo de retração” (Duriguetto, 2014, p. 184). A partir de então, ainda segundo nossa autora, observa-se no Serviço Social brasileiro uma produção teórica reduzida e insuficiente acerca dos movimentos sociais e, sobretudo, da relação da profissão com esses sujeitos coletivos em luta. Embora o vínculo ideopolítico com as lutas e movimentos sociais não tenha desaparecido no corpo profissional do Serviço Social, persistindo experiências residuais de trabalho, estágio, pesquisa e extensão, além de posicionamentos e ações das entidades representativas da categoria em parceria com as lutas sociais, alguns segmentos profissionais que se esforçam na tematização transversal dessa relação acabaram reproduzindo equívocos reatualizados e incorrendo em novas interpretações problemáticas, tais como:

forte incorporação das premissas teóricas pós-modernas e a decorrente leitura fragmentada e focalizada das lutas sociais e/ou tratamento de categorias com acentuado recurso ao ecletismo; recorrência às categorias gramscianas, como hegemonia, cultural e intelectual orgânico, como constitutivas dos fundamentos do exercício profissional, o que incorre na tênue fronteira entre profissão e militância política; enfoque nos espaços institucionais dos conselhos de direitos e da dinâmica de seu funcionamento, desconsiderando movimentos e lutas no campo extrainstitucional; recorrência à incorporação da “metodologia” da “educação popular” para a formação e atuação dos assistentes sociais, em que constata-se uma não apreensão das diferentes concepções de educação popular (por exemplo, a questão do “basismo”) e a ausência de problematizações da sua transposição direta, como “metodologia”, para a intervenção profissional; permanência do “messianismo”, que hipertrofia a potencialidade das intenções do sujeito profissional, desconsiderando

o estatuto assalariado do trabalho profissional (Duriguetto, 2014, p 187).

Portanto, o cenário que se delineia após a década de 1990 apresenta enormes desafios para o Serviço Social brasileiro, principalmente no que se refere à preservação e ao aprofundamento de seu projeto ético-político hegemônico, em uma conjuntura marcada tanto pela regressividade das forças sociopolíticas e pela deformação dos suportes teórico-culturais que o viabilizaram historicamente quanto pelo enfraquecimento dos vetores de irradiação do projeto societário alternativo ao qual o projeto profissional crítico se vincula. A constatação de que o fortalecimento do projeto ético-político hegemônico depende de condições históricas e sociopolíticas favoráveis à difusão de um projeto societário alinhado aos interesses de classe dos trabalhadores é evidente. Contudo, a preservação e o avanço dessa hegemonia crítica, que não chegou a ser uma posição majoritária da categoria, também requer uma vontade abrangente do corpo profissional para “preservar e atualizar os valores que, enquanto projeto profissional, o informam e o tornam solidário ao projeto de sociedade que interessa à massa da população” (Netto, 2009c, p. 158).

No entanto, essa vontade ou intencionalidade dos sujeitos profissionais — e sua conversão não imediata em iniciativas no exercício profissional — encontraram empecilhos nas próprias condições objetivas da realidade, que atravessam o campo de trabalho do assistente social e se acirram a partir dos últimos anos da década de 1990. O cenário de expansão da mercantilização do ensino, sucateamento das universidades públicas, desqualificação e aligeiramento da formação profissional, bem como o “empobrecimento do universo cultural do alunado” (Netto, 1996, p. 110), repercute progressivamente sobre o contingente de profissionais em crescimento, que convive com a flexibilização e a desregulamentação das relações de trabalho, a intensa precarização das condições laborais e a escalada da privatização, focalização e assistencialização das políticas sociais, diante do quadro de transformações societárias do capitalismo e de suas implicações em nível nacional.

Paralelamente, revela-se uma tendência reformista no interior da categoria profissional, que adota uma retórica aparentemente radical na defesa do projeto profissional crítico do Serviço Social. Inspirada pelos influxos democráticos da Constituição “Cidadã” de 1988, que tem sua materialização inviabilizada pelo avanço neoliberal em um país de capitalismo dependente, essa tendência aponta para um hiperdimensionamento das conquistas por emancipação política, em que a crítica radical ao modo de produção capitalista vai cedendo espaço a um conjunto de posições contrárias ao neoliberalismo, como se apenas as medidas neoliberais fossem a ordem social a ser superada. Na defesa da ampliação das políticas

sociais, uma questão de grande importância diante das viscerais desigualdades sociais, o posicionamento contrário às contrarreformas do Estado acabou se reduzindo ao objetivo de conquistar a tão almejada cidadania¹²⁷. Isso leva esses segmentos reformistas, assim como alguns sujeitos radicais bem-intencionados, a serem seduzidos pela estratégia democrático-popular, quando o PT, em sua fase de oposição parlamentar (1990-2002), apresenta uma alternativa de “modelo econômico”, pautada na “inclusão social”, “distribuição de renda”, participação popular e respeito às “minorias”, sugerindo que sua chegada ao governo poderia representar a promessa de “cidadania plena” (Martins, 2016, p. 358) — embora o desenrolar histórico da luta de classes tenha demonstrado o contrário.

Soma-se a isso o aparecimento de questionamentos às correntes marxistas no campo profissional, que, embora não se apresentem como críticas abertamente antimarxistas, surgem no mesmo momento em que “a centralidade do proletariado passa a ser fortemente questionada no interior do PT, [...] e a radicalização da democracia [*burguesa*] torna-se sinônimo de ‘socialismo’ e se torna o objetivo da *maioria* dos movimentos sociais” (Ibidem, *grifos nossos*). Como analisado por Netto (1996, p. 114), essas críticas dirigidas ao marxismo no interior da categoria profissional manifestaram-se, principalmente, como “uma crítica à ortodoxia (que para os críticos é sinônimo de dogmatismo) dos marxistas brasileiros do Serviço Social, e uma crítica às lacunas (e não aos equívocos) existentes nos seus trabalhos” — abrindo precedente para um reatualizado ecletismo teórico na “flexibilização” da perspectiva marxista, “incorporando os autores que sejam do gosto do crítico (Habermas para uns, Foucault para a maioria)” (Ibidem).

No contrafluxo desse processo, avançou-se uma vanguarda profissional que buscou compreender a realidade a partir da crítica radical à sociabilidade burguesa, aprimorando a fundamentação teórico-metodológica da profissão e sua produção acadêmica a partir de uma apreensão mais qualificada da teoria social marxiana e da tradição marxista, e que intensificou sua intervenção política nos espaços de formação, organização e representação da categoria, no sentido de preservar e ampliar a hegemonia crítica da direção social da profissão. Essa vanguarda profissional, baseando-se no legado da renovação crítica da profissão, foi se ampliando com a formação de novos quadros e se constituindo historicamente como um campo progressista e heterogêneo, marcado por posições teórico-políticas plurais em seu interior, não isento de tensões internas, na constante luta contra o conservadorismo. Embora

¹²⁷ Segundo Abramides (2019, p. 90), “na década de 1990, em todo o país, assistentes sociais se vincularam aos setoriais do PT (moradia, assistência, movimentos populares, gênero e etnia, entre outros) com a finalidade de debater e construir propostas de política pública”.

esse campo progressista tenha envidado esforços para o fortalecimento do projeto ético-político hegemônico do Serviço Social, em meio aos embates entre distintos projetos profissionais vinculados a diferentes projetos societários que disputam a hegemonia na sociedade, a conjuntura pós-1990 continuou a impor desafios ao corpo profissional do Serviço Social. Esses desafios dizem respeito, sobretudo, à preservação dos vínculos ideopolíticos com os interesses históricos da classe trabalhadora e à construção de ações concretas em articulação com as lutas e movimentos sociais, frequentemente portadores desses interesses e responsáveis por tornar públicas e políticas as refrações da “questão social”.

4. SERVIÇO SOCIAL, LUTAS E MOVIMENTOS SOCIAIS EM JUIZ DE FORA-MG

Conforme exposto nas páginas introdutórias deste trabalho, consideramos imprescindível contribuir com a construção coletiva para *histórias novas* do Serviço Social, ampliando e aprofundando estudos que versem sobre a profissão na história, de modo a adensar o debate acerca de seus fundamentos, com ênfase na dimensão ideopolítica da profissão. Por estar implicado e, ao mesmo tempo, constituir uma expressão particular no desenvolvimento mais amplo do processo profissional, o Serviço Social em Juiz de Fora pode ser compreendido numa espécie de diagrama desse processo, em que destacamos a renovação crítica da profissão, cujas manifestações, nessa particularidade, ainda necessitam ser explicitadas, dada a pouca produção teórica que as publiciza. Neste caso específico, buscamos desocultar experiências e evidenciar outras até então pouco visibilizadas, que revelam formas de relação entre a profissão e os movimentos sociais, como expressões particulares do processo de renovação crítica do Serviço Social brasileiro. Como veremos, trata-se de experiências em que estagiárias e profissionais do Serviço Social estiveram envolvidas em processos de mobilização e organização popular, entre as décadas de 1960 e 1990 — período que abrange a emergência, o desenvolvimento e a consolidação da vertente renovadora denominada por Netto (2015b) como Intenção de Ruptura com o Conservadorismo.

Inicialmente, as observações contidas neste capítulo resultam de uma revisão bibliográfica sobre as particularidades das condições históricas e conjunturais que levaram ao surgimento do Serviço Social em Juiz de Fora, com destaque para as informações extraídas, especialmente, do estudo de Jacometti (1993) sobre a primeira turma da Faculdade de Serviço Social no município. Pela inexistência de produção teórica e sistematização acadêmica sobre a relação histórica do Serviço Social com as lutas sociais em Juiz de Fora, nossas constatações sobre essa relação derivam da análise de monografias de graduação da Faculdade de Serviço Social da UFJF (TECs e TCCs), publicadas entre as décadas de 1960 e 1990, por meio da qual identificamos experiências de estágio e trabalho profissional em processos de mobilização e organização das classes subalternas no município. Para substantivar as informações e indícios obtidos, recorreremos à análise documental dos poucos relatórios de estágio disponíveis e, principalmente, a entrevistas com importantes sujeitos que participaram dessas experiências. Destacamos que os depoimentos das entrevistadas constituem fontes orais de pesquisa que, fundamentalmente, possibilitaram nossas contribuições analíticas para uma *história nova* do Serviço Social em Juiz de Fora.

Como apresentaremos a seguir, embora a relação da profissão com as lutas e os movimentos sociais se construa desde a instalação do Serviço Social na cidade, a partir dos pressupostos inerentes ao tradicionalismo profissional, procuramos destacar aquelas experiências em que sujeitos do Serviço Social estabeleceram um envolvimento com as lutas sociais no sentido da parceria e da potencialização dos processos organizativos e reivindicatórios das classes subalternas. Dessa forma, abordaremos os vínculos progressistas com as lutas e movimentos sociais nas experiências de mobilização e organização popular que se aproximam de uma “heterodoxia” do Desenvolvimento de Comunidade, ocorridas entre 1969 e a década de 1980; nas práticas profissionais e de estágio diretamente inseridas junto a organizações da classe trabalhadora, a partir do final dos anos 1970; e no percurso histórico em que o Serviço Social avançou — teórica, política e operativamente — no trabalho profissional junto aos processos de mobilização, organização e reivindicação das classes subalternas, a partir da segunda metade dos anos 1980. Elementos para uma *história nova* da profissão em Juiz de Fora, que envolvem não apenas o resgate da memória, mas também a reconstrução histórico-analítica do processo profissional, especialmente no que se refere à sua renovação crítica.

4.1 O contexto para os primeiros passos do Serviço Social em Juiz de Fora-MG

Nossa Juiz de Fora, cidade da Zona da Mata mineira, tem sua origem histórica marcada pela formação de pequenos povoados agrícolas às margens do Rio Paraibuna. Esses povoados desenvolveram-se ao longo do chamado Caminho Novo, via aberta no início do século XVIII com o objetivo de escoar a extração aurífera das Minas Gerais para o Rio de Janeiro, atendendo aos interesses da Coroa Portuguesa. Com a expansão do povoamento na região, impulsionada pela produção cafeeira¹²⁸, em 1865 a então Vila de Santo Antônio do Paraibuna foi elevada à categoria de cidade, passando a ser denominada Juiz de Fora (Botti, 1994).

Ainda nas últimas décadas do século XIX, sendo “sede da primeira usina hidrelétrica da América do Sul, do primeiro curtume industrial do país, da primeira cervejaria, da primeira estação telefônica e do primeiro transporte público de Minas Gerais (Jacometti, 2009, p. 29), a cidade iniciou um acelerado processo de industrialização que marcou seu desenvolvimento

¹²⁸ Conforme o estudo de Guimarães e Guimarães (2001, p. 21) “há que se considerar que, a par da economia cafeeira, desenvolveu-se na região de Minas, e especialmente na Zona da Mata, um outro tipo de economia, baseada também no trabalho escravo, que se destinava ao consumo interno. No século XIX, Minas foi considerada a maior província escravista do país”. Sobre processos de resistência negra e aquilombamentos em Juiz de Fora e região, consulte Guimarães (2006).

sociocultural, acompanhado por uma dinâmica de urbanização intensa. Como consequência, formou-se o operariado juiz-forano como uma nova classe social, composta por imigrantes europeus e migrantes provenientes de áreas e atividades rurais. Para destacar a singularidade de Juiz de Fora em relação a outras cidades do interior de Minas Gerais nesse período, as palavras de Christo (1987, p. 13) retratam a constituição da chamada *Manchester Mineira*: “enquanto as cidades barrocas se formam e se guiam pelos sinos das igrejas, a população de Juiz de Fora teve sua vida normatizada pelos apitos das fábricas de estilo neoclássico e pelo bater dos tamancos de operários de ambos os sexos e diversas nacionalidades”. Segundo o estudo de Yasbeck (1999, p. 28), no município,

até a década de 30, as atividades industriais diversificavam-se entre os ramos de alimentação, fiação e tecelagem, metalurgia, couros e calçados, madeira, móveis e serraria, cerâmica, cimento e marmoraria, fumos e cigarros, tipografia, registrando-se no final do período um total de 286 indústrias.

Nesse processo, o desenvolvimento urbano-industrial de Juiz de Fora foi permeado por sequelas da “questão social”, principalmente em relação ao aumento do custo de vida, o déficit habitacional e o baixo poder de compra dos salários. Nas primeiras décadas do século XX, o município era palco de mobilizações e reivindicações do operariado urbano por melhores condições de vida e trabalho, em consonância com o movimento operário de âmbito nacional (Andrade, 1984). Nesse contexto, o ano de 1924 foi emblemático pela deflagração de uma greve iniciada pelos trabalhadores da fábrica de tecidos Bernardo Mascarenhas, que logo ganhou uma grande proporção pela adesão de operários de outras fábricas, pedreiras e olarias, adquirindo o caráter de “greve geral”, e tornando-se um verdadeiro “exemplo de luta de classes à época no Brasil” (Ibidem, p. 157). Conforme análise de Netto (2008, p. 10),

desde o início do século XX, as lutas de classes marcaram esta cidade. As vanguardas operárias, através do clássico instrumento da greve, escreveram páginas de heroísmo que a historiografia oficial se esmera em apagar. Faz-se o possível para esbater o protagonismo operário nas margens do Paraibuna – mas não é possível ocultar que, já em 1922, quando da fundação do Partido Comunista Brasileiro, havia empenho de operários juizforanos para participar do congresso de março, que é o momento inaugural do PCB. Nos anos trinta e quarenta, a luta anti-fascista da classe operária juizforana ofereceu mártires no combate ao Estado Novo, como o trabalhador Zúdio, militante do PCB assassinado pela repressão nas ruas de nossa cidade. Nos anos cinquenta, com os comunistas já aliados aos petebistas, a massa juizforana firmava aqui um bastião do trabalhismo getulista, objeto do ódio das elites.

Em meio às mobilizações de trabalhadores que aspiravam por espaços democráticos e justiça social, Juiz de Fora — já consolidada, na década de 1950, como um importante centro

industrial da região — enfrentou uma significativa crise da indústria local, decorrente da concentração dos grandes investimentos industriais nas regiões de São Paulo e Rio de Janeiro, impulsionada pela crescente participação do capital estrangeiro. Com o aumento do desemprego em meio à crise, a insatisfação social do operariado teve um efeito “aglutinador”, como registra Loyola (1980, p. 77). Paralelamente à estrutura da oficialidade sindical ainda presente no país, em 1953 foi criada a Casa do Trabalhador, um espaço de articulação entre as entidades sindicais e a movimentação política da classe trabalhadora no município, que, por meio de assembleias semanais, buscava alinhar reivindicações comuns. O fortalecimento da articulação e da mobilização política dos trabalhadores possibilitou o surgimento de importantes lideranças sindicais com projeção nacional, como o histórico sindicalista e líder petebista Clodesmidt Riani¹²⁹. Figura emblemática da historiografia política de Juiz de Fora, Riani presidiu tanto a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), entre 1962 e 1964, quanto a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) até 1964, destacando-se, ainda, como uma das vozes de destaque em defesa das “reformas de base” no país. Além de Riani, Netto (2008, p. 11) também menciona “Lindolfo Hill, marceneiro e operário da construção civil que integrou o Comitê Central do PCB”, ressaltando que ambos expressavam “as correntes mais substantivas que animavam a luta operária e que, pela defesa intransigente de suas ideias, pagaram o preço que sempre é cobrado aos combatentes da classe operária”.

Todavia, algumas contradições se apresentam nesse cenário. Logo após o momento em que o movimento sindical de Juiz de Fora alcançou um alto grau de mobilização e representatividade, a organização operária no município sofreu uma forte baixa e retrocedeu. Embora diversos fatores da conjuntura histórica, tanto em âmbito local quanto nacional, justifiquem esse processo de estagnação e recuo sindical, Jacometti (1993) destaca que quase todas as lideranças sindicais com grande influência na cidade direcionaram suas ações e militância para o plano estadual e nacional nesse período. Enquanto Juiz de Fora compartilhava suas lideranças sindicais com a luta nacional, o movimento sindical local carecia de um direcionamento político capaz de manter e ampliar as lutas sociais no município. Loyola (1980, p. 80) ressaltava que, nesse período, “depois da greve geral de 1954¹³⁰,

¹²⁹ A biografia política de Riani é apresentada em Paula e Campos (2005).

¹³⁰ Conforme o estudo de Pereira (2015, p. 77), “em Juiz de Fora foram cinco dias de greve, com a realização de piquetes. Cerca de 80% dos trabalhadores da cidade paralisaram suas atividades, incluindo os metalúrgicos e os gráficos, e também os servidores municipais, de modo que serviços de transporte coletivo, bem como todas as obras públicas e coletas de lixo ficaram paralisadas. [...] O Comando Geral de Greve (CGG) era na sede dos sindicatos da Praça da Estação, onde os trabalhadores se reuniam todas as noites para deliberar e receber notícias. Um comício chegou a reunir 30 mil pessoas, de forma pacífica”.

nenhuma outra greve de importância ocorreu na cidade¹³¹; nem das greves políticas nacionais de 1961 e 1962 os operários de Juiz de Fora participaram”.

Outro agente de grande relevância na história do país e, particularmente, de Juiz de Fora, foi a Igreja Católica. Entre os anos de 1920 e, sobretudo, na década de 1930, a Igreja buscou reconquistar sua posição privilegiada na vida nacional e fortalecer sua influência na sociedade, mobilizando alternativas organizacionais de viés doutrinário. Segundo Mainwaring (1989, p. 49 apud Jacometti, 1993, p. 55), a partir desse período, a Igreja “formou movimentos clericais relativamente conservadores para competir com os sindicatos”, como ocorreu com a criação dos Círculos Operários e da Juventude Operária Católica (JOC). Em Juiz de Fora, a Primeira Semana da Ação Católica, realizada em 1935, marcou um avanço significativo dessa atuação, com a fundação de três círculos de estudos da Juventude Feminina Católica (JFC). Nesse mesmo ano, houve uma expansão e dinamização da JOC na cidade, reunindo um grande número de operários e trabalhadoras domésticas. No ano seguinte, foi criada a Juventude Estudantil Católica (JEC) no município, ampliando ainda mais a presença e a influência da Igreja Católica entre os diferentes segmentos da sociedade juiz-forana.

Como vimos, os membros da hierarquia católica, baseados em uma perspectiva conservadora, abordavam os chamados “problemas sociais” de forma moralizante, desconsiderando suas causas e determinações estruturais. Em Juiz de Fora, o Monsenhor Justino José Sant’Ana, bispo diocesano da cidade desde 1925, realizou dois Congressos Eucarísticos, um em 1939 e outro em 1950, promovendo e incentivando “missões populares em todas as paróquias da sede episcopal” (Jacometti, 1993, p. 58). Além disso, fundou *O Lampadário* como veículo de comunicação católica e transformou a Igreja Matriz em um dos mais dinâmicos núcleos da Ação Católica na cidade. Na década de 1950, havia padres com forte influência política no município, como o Pe. Wilson Vale da Costa, capelão militar, que “tinha um programa na rádio, era muito conservador, um populista conservador e exerceu influência para que Brizola não visitasse Juiz de Fora à época” (Entrevistas, apud Jacometti, 1993, p. 58). Além disso, segundo depoimentos coletados por Jacometti (1993, p. 59), o Padre Bernardo Gama, devido à sua posição política conservadora, entrou em conflito com as juventudes católicas da época, JEC e JUC, pois acreditava que se tratavam de “um pessoal de esquerda”.

¹³¹ Embora com pouca expressividade política, é relevante destacar a deflagração do primeiro movimento grevista do magistério municipal, ocorrido em 1959, conforme apontado por Braga (2006).

A relação da Igreja com as classes dominantes no plano nacional nesse período refletia na sua ligação permanente com a elite local em Juiz de Fora. Por meio de depoimentos de entrevistados¹³², Jacometti (1993, p. 67) ressalta que:

há um clima de uma antiga elite dominante na cidade que envolve a Igreja e é também envolvida por ela. Há uma ligação muito grande. De modo que um movimento, alguma coisa mais popular, de esquerda, mais contestatória, era ao mesmo tempo contestatória da religião. Seria difícil contestar alguma coisa nesta cidade sem contestar, ao mesmo tempo, a religião.

Na conjuntura da segunda metade de 1940 e ao longo da próxima década, a Igreja buscou ampliar sua atenção às classes subalternas, diante das consequências do avanço do processo de urbanização nacional e das novas manifestações da “questão social”. Nesse contexto, ampliou-se a participação político-organizativa das classes subalternas tanto no campo quanto nas cidades; disputas intraclasse e entre classes opostas por diferentes projetos de desenvolvimento nacional se intensificaram; o crescimento de outras religiões, como o espiritismo e o protestantismo, começou a ameaçar a hegemonia católica; e ideologias e valores progressistas e democráticos passaram a influenciar não apenas as classes subalternas, mas também segmentos da própria Igreja. Diante desse cenário, diversos fatores contribuíram para que a Igreja buscasse modificar seu “discurso romanizado para um discurso que abordasse os problemas socioeconômicos do país” (Jacometti, 1993, p. 70), sem, contudo, abandonar sua dimensão moral e doutrinária. Além disso, a Igreja reafirmou-se como grande parceira do Estado na ampliação de sua rede de influências sobre a sociedade e intensificou sua presença entre as classes subalternas, com o objetivo de, supostamente, livrá-las dos perigos ideológicos e políticos que poderiam ameaçar a ordem social baseada na devoção e na harmonia.

Nesse período, especialmente durante a década de 1950, a relação entre a Igreja e o Estado em Juiz de Fora se desenvolvia de forma cordial e marcada pelo apoio mútuo, refletindo o cenário nacional. Os interesses e o discurso ressignificado da Igreja eram articulados às necessidades do Estado. Jacometti (1993) registra a presença constante de movimentos religiosos formados por leigos e clérigos atuando nas áreas de assistência social, saúde e educação na cidade, evidenciando os acordos e parcerias entre a Igreja e o Estado para o enfrentamento dos chamados “problemas sociais”. No entanto, a atuação desses movimentos religiosos não seguia uma única e exclusiva orientação. Conforme Mainwaring

¹³² Convém observar que os sujeitos entrevistados por Jacometti (1993) não são identificados em seu trabalho.

(1989, p. 65 apud Jacometti, 1993, p. 73), a conjuntura nesse momento demonstrava que existia uma divisão

entre os reformistas e os modernizantes... Estes, eram a facção dominante durante o início e a metade da década de 50 e até o final de 60 dividiram a hegemonia com os reformistas... Os dois grupos consideram importantes a missão social da Igreja, mas entendiam essa missão de maneiras diferentes. Os modernizadores conservadores rejeitavam um envolvimento político aberto, argumentando que a Igreja deveria se manter acima da política. Focalizaram principalmente o desenvolvimento individual (através da educação, por exemplo) ao invés das mudanças das estruturas sociais.

Com base nos depoimentos coletados por Jacometti (1993, p. 74), constata-se que, na realidade juiz-forana, havia segmentos católicos que refletiam a divisão entre “reformistas” e “modernizantes conservadores”. Sobre as frações reformistas, a partir dos relatos de seus entrevistados, nossa autora apresenta o seguinte panorama:

[...] os Dominicanos, a JEC, a JUC é que contestavam, mas era uma contestação moderada. [...] eles representavam as posições de esquerda dentro da Igreja em Juiz de Fora; [...] a esquerda da cidade era anticlerical, antirreligiosa. Ser católico em Juiz de Fora é ser conservador. O católico de esquerda você pode encontrar em São Paulo, mas não em Juiz de Fora. Tem ainda um expoente como o Padre Jaime, os Dominicanos; a Ação católica produziu gente, mas com o tempo o que acontece é isto ou é católico ou é de esquerda. Já atuavam [*reformistas*] na Diocese, transformando a cidade em núcleo forte da sua militância. Aqui já estava a Ordem dos Dominicanos, teólogos formados na França e a Congregação dos Redentoristas, cujos membros tiveram atuação não somente na recém criada Faculdade de Filosofia e Letras como também na fundação da Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora (Ibidem, *grifo nosso*).

Pertencentes aos segmentos reformistas, Jacometti (1993, p. 76) registra: “o Movimento Litúrgico, o Movimento Bíblico Católico, o Programa de Catecismo Popular em Barra do Piraí, o Movimento Familiar Cristão”. Embora esses movimentos que atuavam em Juiz de Fora fossem politicamente conservadores, segundo nossa autora, eles contribuíram para a ampliação da participação leiga e para a redução do controle clerical sobre as atividades da Ação Católica na cidade. A ampliação da participação leiga nesse período foi reforçada pela maior autoridade da Igreja no II Congresso Mundial para o Apostolado dos Leigos, em 1957, quando o Papa Pio XII destacou a urgência da formação e ampliação de apóstolos leigos para enfrentar o que considerava os quatro grandes perigos da conjuntura: “a invasão de seitas protestantes; a secularização da vida toda; o marxismo, que nas universidades se revela o elemento mais ativo e tem em mãos quase todas as organizações de trabalhadores; e, finalmente, um espiritismo inquietador” (REB, 1957 apud Jacometti, 1993, p. 79). Para esse enfrentamento, a Igreja deveria recorrer a um reformismo dentro do

capitalismo, que, supostamente, corrigiria os desvios dessa organização societária por meio de medidas como “legislação social trabalhista, assistencialismo, liberdade de organização, normatividade ética da economia via Estado, etc.” (Fausto, 1984, p. 364 apud Jacometti, 1993, p. 81).

No início da década de 1960, por meio da Encíclica *Mater et Magistra* (Papa João XXIII, 1961), ainda que a Igreja mantivesse uma orientação que condenava severamente projetos comunistas de sociedade e perspectivas socialistas moderadas, setores progressistas dentro da Igreja, tanto leigos quanto clérigos, passaram a ter um pouco mais de espaço para debater questões relacionadas aos direitos dos trabalhadores e suas necessidades sociais e econômicas, com destaque para os setores rurais e o operariado. Em Juiz de Fora, com base nos relatos de entrevistados, Jacometti (1993, p. 83) verifica a existência de um trabalho da Igreja junto ao operariado “no sentido de conscientizá-lo quanto aos seus direitos e ajudar na organização dos sindicatos, não era uma linha progressista, socialista; era baseado nos documentos papais sobre o operário, para se organizarem na defesa de seus direitos”. A partir de outro depoimento, Jacometti (1993, p. 85) destaca que, apesar da Ação Católica em Juiz de Fora manter uma ligação umbilical com a elite local, no final da década de 1950 e início de 1960 começaram a surgir setores da juventude católica com um direcionamento político conflitante com a orientação da Doutrina da Igreja.

[...] Na AC apareceram os movimentos estudantis e universitários integrados por um pessoal numa linha mais de esquerda, pensando, em termos populares, fazendo uma crítica do capitalismo, da burguesia. Isso foi nos tempos morais dos anos 50/60, causando um choque muito grande e que leva a um “racha” dentro dos quadros da própria Igreja. Os movimentos de JEC e JUC contavam com um pessoal jovem e, principalmente, com apoio do movimento nacional. Os participantes tinham encontros nacionais e regionais possibilitando a conquista de mais autonomia... O pessoal antigo considerava os jovens como de esquerda mas... são jovens, isso é normal é melhor ser de esquerda, idealista... A gente fazia trabalho na favela, mas também se reunia aos sábados e domingos, íamos à missa... era mais a classe média que fazia parte da JEC e JUC, vindos dos colégios católicos da cidade... A JOC em termos de participação e reivindicação era quase irrisória [...] (Ibidem).

Nesse período histórico de avanço da organização política das juventudes católicas, Juiz de Fora já contava com a presença de instituições socioassistenciais voltadas ao atendimento de determinadas necessidades do operariado local, em consonância com os interesses e demandas das classes industriais. Segundo Jacometti (1993, p. 97), unidades de instituições como o SENAI e o SESI foram inauguradas na cidade ainda na década de 1940, mas foi somente nos anos de 1950 que se desenvolveram, de forma mais sistemática, “ações

que permitiriam continuar o processo de integração sócio-educativo dos trabalhadores”. Para intermediar as atividades realizadas por essas instituições de atendimento socioassistencial, profissionais de Serviço Social foram requisitados, mesmo sem que houvesse, à época, uma escola de formação profissional de assistentes sociais no município.

De acordo com Campos (1966, p. 29), o SESI foi responsável por introduzir o Serviço Social em Juiz de Fora ao recrutar, em 1947, três pessoas que, inicialmente, atuaram como auxiliares sociais. Essas três pessoas participaram de um curso de auxiliar social em Belo Horizonte e, em seguida, retornaram a Juiz de Fora para realizar o estágio prático. No entanto, era necessária uma maior capacitação de agentes habilitados para atuar no atendimento socioassistencial. Assim, por meio de um novo curso de auxiliar social, realizado em 1949 no Rio de Janeiro, ministrado e coordenado por duas assistentes sociais cariocas, com a participação de professores da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), “os seis primeiros colocados foram convidados a instalar o Serviço Social no SESI local, iniciando-se, desta maneira, o trabalho na cidade” (Campos, 1966, p. 29). Inicialmente, o trabalho dessas agentes foi supervisionado por uma assistente social da capital mineira, sendo requisitado o cadastramento das indústrias têxteis de Juiz de Fora, incluindo a verificação da demanda por cursos de alfabetização. Constatada a carência de instrução escolar em diversas fábricas, as pioneiras do Serviço Social na cidade deram início às suas atividades, ampliando sua atuação para a vida privada e familiar dos trabalhadores atendidos.

Não nos parece mera coincidência que, no mesmo período em que instituições socioassistenciais ligadas à indústria passaram a requisitar o trabalho profissional do assistente social no município para intermediar a interiorização das relações sociais vigentes junto à classe trabalhadora, o movimento operário e sindical da cidade também ampliava sua capacidade de articulação e reivindicação. Em resposta a essa explicitação pública e política das expressões da “questão social”, quando os assistentes sociais começaram a implementar suas ações na cidade, o movimento sindical sofreu uma retração organizativa e de mobilização. Obviamente, esse recuo não pode ser atribuído exclusivamente ao Serviço Social, pois envolve fatores históricos e conjunturais mais amplos. No entanto, é muito provável que as medidas de apassivamento e cooptação, voltadas à neutralização de movimentos e lutas sociais em potencial, que a profissão buscava implementar, também tenham contribuído para esse cenário de desmobilização sindical em Juiz de Fora.

Reforçando essa hipótese, os estudos de Silva (2018) sobre a atuação de assistentes sociais em empresas do município resgatam experiências do Serviço Social em duas indústrias têxteis, entre o final da década de 1950 e o início da de 1960 — a Companhia de

Fiação e Tecelagem Industrial Mineira e a Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas. Segundo relato das próprias estagiárias que participaram da implementação do Serviço Social nessas empresas da cidade, a perspectiva assumida pela profissão era a de “educar, social, intelectualmente e moralmente o operário para a não ocorrência de conflitos e desarmonias” (Camargo, 1961, p. 11 apud Silva, 2018, p. 173). Essa orientação tinha implicações diretas no âmbito das lutas sindicais, pois, diante dos processos organizativos e de mobilização dos trabalhadores, as agentes da profissão se empenhavam em ações alinhadas “às normas do Serviço Social de educar para bem orientar, falando sobre os inconvenientes das greves, suas consequências nem sempre vantajosas [...]; considerando que a atitude com os operários da Indústria Mineira deveria ser de agir como elemento esclarecedor e *apaziguador* no seio da massa operária” (Barros, 1961, p. 80 apud Silva, 2018, p. 179).

Segundo Campos (1966, p. 32-33), as intervenções desenvolvidas pelas agentes do Serviço Social em Juiz de Fora eram guiadas pela intenção de “que o Serviço Social levasse ao operário e família a educação social, prestando-lhe, ao mesmo tempo, assistência completa”. Nesse contexto, entre o final da década de 1950 e os primeiros anos de 1960, o SESI decidiu criar Centros Sociais em diversos bairros da cidade, onde a população era majoritariamente composta por operários. Com isso, ocorreu um deslocamento gradativo da atuação das agentes do Serviço Social para os bairros, como no caso da experiência na Vila São Benedito, onde “[...] dois anos após a instalação definitiva do Centro, foi criada a Sociedade Pró-Melhoramentos (SPM) do bairro” (Campos, 1966, p. 37-38). As atividades das assistentes sociais que atuavam nos Centros Sociais da cidade nesse período caracterizavam-se por:

[...] atividades grupais, visitas domiciliares, organização e funcionamento de cursos (artes domésticas, supletivo, corte costura, decoração do lar, etc), atendimentos individuais, levantamentos socioeconômicos, campanhas de saúde (realizadas junto com o Departamento de Endemias Rurais), ações junto às SPMs, e recreação infantil (Jacometti, 1993, p. 103).

Sobre o cenário conjuntural de Juiz de Fora no período histórico retratado, especialmente no que se refere à compreensão e ao enfrentamento das refrações da “questão social” na cidade, é possível verificar, a partir do depoimento de um entrevistado por Jacometti (1993, p. 188), que:

[...] os problemas sociais da época eram tratados — pelo menos pela maioria da opinião pública — como fenômeno suspeito e sem criticidade. Fenômeno esse acontecido em todo o país, com o crescimento do populismo, do clientelismo político que cooptava a tomada de consciência das pessoas mais críticas, em parte. [...] Juiz de Fora, dada a sua situação de pioneira no campo industrial foi uma das

primeiras a se defrontar com problemas sociais, já no fim do século passado, inclusive greves aqui e ali. Muitas entidades foram criadas para a solução de problemas individuais que não, propriamente sociais. A tomada de consciência veio ao longo do tempo residindo aí, possivelmente, o início do trabalho para assistentes sociais. Já alguns industriais se preocupavam com o relacionamento do operário na família, na empresa, na comunidade e o seu projeto para o amanhã.

Diante das circunstâncias históricas da cidade, que exigiam o trabalho de profissionais do Serviço Social para lidar com as sequelas da “questão social”, e da expressiva carência desses agentes especializados no município, setores da Igreja Católica tomaram a iniciativa de sugerir e viabilizar a criação da Faculdade de Serviço Social em Juiz de Fora no final da década de 1950. Jacometti (1993, p. 128-129) destaca os principais fatores que justificaram a fundação da Faculdade de Serviço Social em Juiz de Fora, tais como: a numerosa classe operária em uma cidade de perfil industrial e influência regional, carente de uma ampla e qualificada cobertura socioassistencial; a presença de diversos sindicatos e instituições assistenciais, como o SESI, o SENAI, o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI), o Centro de Assistência Social de Juiz de Fora e os Círculos Operários de orientação católica, que, embora contribuíssem para o atendimento socioassistencial, o faziam de maneira insuficiente; a escassez de profissionais técnicos e especializados, bem como a atuação ineficiente dos agentes responsáveis pelas atividades assistenciais; a existência latente do chamado “problema de menores desamparados” como reflexo da situação nacional; a necessidade de criação de outras instituições e entidades socioassistenciais no município; o fortalecimento e o desenvolvimento intelectual que a criação da Faculdade de Serviço Social poderia proporcionar à cidade; a densidade populacional, que justificava a implementação de novos cursos superiores em Juiz de Fora; e os benefícios que um curso superior de Serviço Social poderia trazer tanto para empregadores quanto para trabalhadores, ao possibilitar a formação qualificada de profissionais aptos a lidar com os chamados “problemas sociais”.

Acreditamos, ainda, que outro fator, não menos importante, pode ter impulsionado direta ou indiretamente a criação da Faculdade de Serviço Social em Juiz de Fora. Seria a necessidade de respostas político-institucionais ao contexto nacional da época, marcado pelo avanço de expressões culturais de caráter nacional-popular e pelo crescimento de mobilizações sociais no campo e nas cidades, com reivindicações por reformas democratizantes para o país. Esse cenário poderia exercer influência em âmbito local, uma vez que, conforme Viscardi (1990, p. 28), em 1957 a cidade foi palco de um encontro de lideranças populares que resultou na oficialização da União Municipal de Entidades de Melhoramento (UMEM), posteriormente denominada Federação das Associações de Bairros

de Juiz de Fora. Nesse mesmo ano, também foi fundado na cidade o Centro de Estudos Cinematográficos de Juiz de Fora (CEC-JF), responsável pela promoção de uma espécie de cineclube que reunia jovens “preocupados em discutir o fenômeno cinematográfico e abranger a sua dimensão social” (Ribeiro et al, 2011). Nesse período, o cinema em Juiz de Fora “tendeu a ser um formador político para muitos jovens¹³³ de classe média [...], que começaram a frequentar as reuniões da Ação Católica, promovidas pelos freis dominicanos” (Musse, 2006, p. 97).

Lembramos que, nesse contexto histórico, segmentos progressistas no interior da Igreja já manifestavam posicionamentos e um imperativo moral de agir diante das injustiças sociais cometidas contra os pobres e oprimidos, frequentemente relegados à própria sorte, na “esperança de um futuro reino de justiça e liberdade, de paz e fraternidade entre os seres humanos” (Lowy, 1989, p. 9). No que se refere à expressão desse campo político-teológico em Juiz de Fora, é imprescindível mencionar uma figura de grande relevância, cuja postura era indiscutivelmente progressista e comprometida com a luta contra as desigualdades sociais. Cornelius Jacob Snoek, padre de origem holandesa que, “desde 1955, escolheu o Brasil como espaço de seu apostolado e Jaime Snoek como seu nome em português” (Netto, 2008, p. 8), constitui um sujeito emblemático se tratando de humanismo e progressismo. Conforme o estudo de Silva e Baptista (2020), Padre Jaime Snoek chegou a publicar um artigo¹³⁴ na revista *Concilium*, de Petrópolis-RJ, em 1966, em que considera que a “integração das massas marginalizadas não seria possível sem a chamada revolução social” (Snoek, 1966, p. 31 apud Silva e Baptista, 2020, p. 19); compreendo por revolução uma ruptura com a ordem estabelecida, “uma mudança deliberadamente produzida, rápida e profunda, que atinge todas as estruturas básicas (políticas, jurídicas, sociais e econômicas) e corresponde a uma ideologia e a uma planificação” (Ibidem). E observa ainda que “aquele que tem fé e vive no âmago destas situações conflitivas percebe nelas algo que revela o plano de Deus”, não sendo possível ficar alheio ou “estranhar os processos revolucionários” (Ibidem, p. 20).

Segundo Jacometti (2009, p. 43), antes mesmo de chegar ao Brasil, por ocasião de seu doutoramento em Teologia, em Roma, Padre Jaime Snoek “aproximou-se da realidade da vida

¹³³ Conforme depoimento de Michel Bechara, entrevistado por Musse (2006, p. 98), esses jovens juiz-foranos se encontravam para “discutir política [...] e se falava claramente, não sei se de forma verdadeira ou equivocada, numa caminhada da sociedade brasileira para o socialismo”.

¹³⁴ Segundo Silva e Baptista (2020, p. 19), nesse artigo de Pe. Jaime, “além de A. Toynbee (A América e a Revolução Mundial, 1963), diversos outros autores são citados no artigo tratando o tema da revolução, como o presbiteriano Richard Shaull (O Cristianismo e a Revolução Social, 1953), o padre José Comblin (Nação e Nacionalismo, 1965), o leigo Cândido Mendes de Almeida (Nacionalismo e Desenvolvimento, 1963), o padre F. Houtart, com o artigo “Serviço Social y transformación Social en América Latina”, de 1962, como também diversos artigos do periódico chileno *Mensaje*, desde 1951”.

operária, o que o levou a estabelecer vínculos com o movimento operário cristão e, em consequência, com o movimento comunista internacional”. Ao chegar a Juiz de Fora, “procurou de imediato conhecer a atuação dos círculos operários [...], e buscou informar-se também sobre o funcionamento dos sindicatos operários existentes na cidade, o que aproximou do então líder operário Clodsmith Riani” (Ibidem). Figura emblemática não apenas para os setores progressistas da religião, Padre Jaime Snoek também exerceu profundas influências no Serviço Social em Juiz de Fora, especialmente no campo da formação profissional e no fortalecimento dos vínculos estabelecidos entre a profissão e as lutas sociais no município — veremos mais à frente, por exemplo, a atuação do Serviço Social no Centro de Defesa dos Direitos Humanos, organização da qual o Padre Jaime foi um dos idealizadores e militantes (Carvalho, 2007).

De acordo com fontes orais citadas por Jacometti (1993, p. 120), “há unanimidade no reconhecimento de que o Padre Jaime Snoek desencadeou a discussão acerca da fundação da Faculdade de Serviço Social em Juiz de Fora”. O referido padre, membro da Congregação dos Redentoristas na cidade, ressaltava a necessidade de formação de pessoal qualificado para contribuir com os trabalhos assistenciais nos quais ele próprio já atuava. Em diálogo com a Madre Maria da Conceição Menezes, da Congregação das Irmãs Missionárias¹³⁵, durante um curso de teologia ministrado por ele em Petrópolis-RJ, as iniciativas para a criação da Faculdade de Serviço Social na conhecida *Manchester Mineira* foram impulsionadas, culminando em sua fundação como instituição privada de ensino em 30 abril de 1958 — cuja aula inaugural ocorreu em 16 de maio do mesmo ano, ministrada pela Madre Maria Aparecida Guimarães (Netto, 2018). Nos primeiros dez anos de funcionamento, a Faculdade de Serviço Social foi administrada pelas Irmãs Missionárias e manteve seu caráter privado, até ser agregada à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) em 1969 e a ela incorporada em 1974 (FSS/UFJF, 2023).

Importante ressaltarmos que a inserção do corpo discente na Universidade — “que de fato precedeu à integração formal da Faculdade à UFJF” (Netto, 2008, p. 15) — gerou efeitos contraditórios, porém interligados. Se, por um lado, permitiu que os estudantes de Serviço Social ingressassem em um ambiente teórico-político propício a reflexões e ações contestatórias, por outro, isso ocorreu justamente no período que marcou a fase mais

¹³⁵ Congregação constituída em 1922, na cidade de Campinas-SP (Netto, 2008), “as Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado encontravam-se, desde os anos 40, envolvidas na implantação do Serviço Social em diferentes localidades do país” (Jacometti, 1993, p. 228). A Sociedade Feminina de Instrução e Caridade (SFIC), entidade mantenedora da Congregação, “no final dos anos 1950, realizava suas atividades por meio de escolas e obras sociais, totalizando 81 casas distribuídas em quatorze estados brasileiros, mantinha seis escolas de Serviço Social nos estados de São Paulo, Paraíba, Sergipe, Alagoas e Minas Gerais” (Jacometti, 2009, p. 45).

repressiva do regime autoritário vigente no país. Assim, os estudantes não ficaram alheios aos constrangimentos impostos pela ditadura civil-militar, tanto no que diz respeito à sua formação quanto às possibilidades de engajamento político nas lutas sociais. No entanto, a presença no ambiente universitário facilitou não apenas uma interlocução teórica com outras áreas do conhecimento por fora da estrutura formativa oficial, mas também a articulação política por meio do movimento estudantil, ainda que em condições de clandestinidade. Acreditamos que, ao somar-se às outras influências contestatórias do período, a chegada na Universidade contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento de posicionamentos progressistas em parte do corpo estudantil, os quais confrontavam e contestavam o conservadorismo presente na formação profissional e na direção social da profissão.

Nesse sentido, nos recordamos de um depoimento da professora Marilda Iamamoto, compartilhado durante uma reunião da pesquisa em rede sobre a Reconceituação na América Latina e interlocuções internacionais, realizada em 2017, na UFJF, da qual participamos. Na ocasião, ao rememorar sua trajetória como estudante e militante do movimento estudantil, a professora mencionou brevemente uma reação contestatória do corpo discente da Faculdade de Serviço Social ao documento elaborado no Seminário de Araxá (1967). Tal posicionamento, nos últimos anos daquela década, acabou provocando não apenas desconforto entre docentes e a direção do curso, mas também uma espécie de “crise” no interior da Faculdade. Não parece ser mera coincidência que Netto (2008, p. 15-16) aponte a ocorrência, nesse mesmo período, de embates significativos “entre docentes e também entre discentes”, conforme relata:

[...] por vezes a conjuntura vivida na Faculdade foi de crise. Em minha análise, a mais decisiva delas ocorreu entre 1968 e 1969, derivando na quebra da hegemonia conservadora até então vigente e numa verdadeira crise de direção, positivamente solucionada por Altiva Paixão. A partir de então, o conservadorismo deixou de ser dominante e abriram-se as vias para um novo patamar de desenvolvimento da Faculdade. [...] Não é um acidente, portanto, que o primeiro documento modernizador do Serviço Social brasileiro – o Documento de Araxá, de 1967 – tenha repercutido tão fortemente na Faculdade logo quando de seu lançamento. Também não é casual que os primeiros textos do Movimento de Reconceituação, que acabou por subverter as concepções tradicionais do Serviço Social, tenham ressoado tão significativamente na Faculdade – como o prova a leitura de Elisa Melo, em seu trabalho de conclusão de curso, acerca das idéias de Herman Kruse, publicitadas em *Cristianismo y sociedad*.

Em momento anterior aos eventos citados, ao investigar a primeira turma de estudantes da Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora (1958–1961), Jacometti (1993) destaca aspectos do regimento interno da instituição, com ênfase na seção dedicada aos direitos e

deveres do corpo discente. Nesse documento, consta que os estudantes deveriam “abster-se de quaisquer atos que possam importar em perturbação da ordem, ofensa aos bons costumes, desrespeito aos professores e às autoridades da Faculdade e da profissão” (Regimento Interno, s/d, p. 35 apud Jacometti, 1993, p. 177). Embora houvesse um controle rigoroso sobre eventuais manifestações políticas dos estudantes, a organização estudantil era permitida por meio do Diretório Acadêmico¹³⁶, reconhecido como instância legítima e oficial de representação discente. No entanto, essa permissão estava sujeita a restrições impostas pelo regimento interno, que previa a dissolução da entidade estudantil caso ocorressem “atos infringentes ao Regimento Interno ou [*caso a entidade*] não cumprisse as decisões da Diretoria” (Ibidem, *grifos nossos*).

Constituído em 1958, com o apoio dos Diretórios Acadêmicos dos cursos de Direito e de Filosofia e Letras, o Diretório Acadêmico da Faculdade de Serviço Social, já em sua segunda gestão, eleita no final de 1959, iniciou sua articulação com o movimento estudantil em âmbito nacional, marcando presença em eventos como o Congresso Nacional de Estudantes de Serviço Social, sediado em Natal-RN. Jacometti (1993, p. 178) registra que, comprometido com a participação no cenário político estudantil, o Diretório Acadêmico atendeu à solicitação da UNE ao apoiar a “greve decretada pelo Congresso Nacional dos Estudantes, em solidariedade aos universitários da Faculdade de Ciências Econômicas de Belo Horizonte e da Universidade da Bahia”. Também, segundo Jacometti (2009, p. 54), em maio de 1962, o movimento estudantil da Faculdade se mobilizou

em apoio a uma greve geral nas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). Mesmo não podendo aderir ao movimento, que atingia apenas as faculdades federalizadas — e nessa época, a faculdade ainda era uma escola particular com vistas a agregar-se à UFJF — os estudantes procuraram demonstrar a sua preocupação com os baixos níveis de vida da população, com o restrito acesso à saúde e à educação. Para isso, organizaram atividades que incluíam manifestação e passeata, realizada com os calouros no início das aulas, onde tornavam públicas as suas bandeiras de luta (Jacometti, 2009, p. 54).

Netto (2008, p. 15) também registra que, nos anos de 1963 e 1964, durante a gestão em que atuou Magda Belo Neves, o Diretório Acadêmico envidou esforços para uma maior inserção dos estudantes da Faculdade de Serviço Social “no movimento universitário mais amplo — e as gestões imediatamente subsequentes, conectadas à esquerda católica, solidificaram esta inserção. Naqueles anos, o movimento estudantil foi absolutamente

¹³⁶ Para informações sobre o histórico do Movimento Estudantil de Serviço Social em Juiz de Fora, consulte Paula (2003), Paula e Duriguetto (2006), Rezende e Silva (2018).

fundamental no arejamento do ambiente acadêmico”. Conectado a processos de articulação política e mobilização como os mencionados, desde 1961 o corpo discente passou a questionar a estrutura curricular do curso, sobretudo por considerá-la “muito presa à história da profissão e possuir grande vinculação com a caridade e a filantropia” (Jacometti, 2009, p. 53). Esse questionando em relação à formação profissional teve como “inspiração um evento realizado no dia 2/8/61, em Niterói, em que os estudantes começaram a propor debates, seminários e encontros que discutissem o seguinte tema: Serviço Social e a realidade brasileira” (ibidem). Isso acabou se desdobrando no cotidiano da Faculdade. A representação discente encaminhava à Direção reivindicações de caráter acadêmico-pedagógico, expressando preocupações com os problemas enfrentados pelos estudantes, tais como: “desorganização nos estágios, escassez de supervisão, número de horas de estágio, Seminários de Formação considerados como não proveitosos, recuperação de aulas não ministradas, necessidade de alterações nas aulas de Cultura Religiosa” (Livro de Atas do Diretório Acadêmico, 1958 a 1961 apud Jacometti, 1993, p. 179).

Ao abordar as disciplinas oferecidas à primeira turma do curso de Serviço Social, Jacometti (1993, p. 188) descreve a existência da disciplina denominada *Organização Social da Comunidade*, na qual se ensinava o conceito de “comunidade, destacando suas características básicas, tipos, problemas, recursos, estabelecimento de programas e projetos, liderança, psicologia dos grupos e relações humanas e Serviço Social”. No que diz respeito à operacionalização da prática profissional, a disciplina abordava a metodologia e os instrumentos de intervenção sob uma perspectiva formalista e manualesca. A concepção formativa que orientava a ação profissional em comunidades estava alinhada com as abordagens tradicionais e os autênticos objetivos dos projetos e programas de Desenvolvimento de Comunidade, conforme atribuído por Mattos¹³⁷ (1961, p. 68 apud Jacometti, 1993, p. 201): “promover os meios necessários para prevenir e curar os males sociais e proporcionar aos indivíduos e grupos que vivem dentro de uma determinada área geográfica um ambiente normal de vida”. As atividades atribuídas ao profissional de Serviço Social para a promoção do suposto desenvolvimento comunitário consistiam na identificação, organização, coordenação e articulação dos recursos existentes, precedidas de um diagnóstico da comunidade por meio de instrumentos de pesquisa social¹³⁸. Essa abordagem tinha como

¹³⁷ Objetivo de intervenção comunitária definido no Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Uma experiência de Serviço Social no Centro Social de Juiz de Fora”, de autoria de Francisca Ferreira Mattos, estudante da primeira turma do curso em Juiz de Fora.

¹³⁸ Segundo Netto (2008, p. 12), “na entrada da segunda metade dos anos sessenta, [...] a Faculdade desempenha papel pioneiro: através da intervenção de um docente excepcionalmente dotado, a pesquisa adquire na Faculdade um estatuto central e desborda a própria Faculdade, possibilitando o primeiro levantamento sócio-econômico

objetivo o ajustamento e o tratamento das “deficiências” identificadas no meio comunitário, incentivando a participação dos indivíduos e grupos na resolução de seus problemas comuns.

As técnicas do chamado Serviço Social de Comunidade foram empregadas em bairros de Juiz de Fora nesse período, a partir das experiências dos Centros Sociais do Sesi. Nessas iniciativas, estagiárias de Serviço Social “organizaram grupos integrados por moradores, que iriam lutar pela melhoria das condições de infraestrutura, como água, luz, esgoto etc.” (Jacometti, 1993, p. 210). Nessas experiências comunitárias, as estagiárias utilizavam metodologias do chamado Serviço Social de Grupo, visando atuar sobre o que consideravam as bases para o desenvolvimento e organização da comunidade, isto é, promoviam a reunião de indivíduos em grupos com o objetivo de formação e capacitação de lideranças para impulsionar movimentos comunitários de cooperação. De acordo com Reis (1961, p. 138 apud Jacometti, 1993, p. 211), estagiária de Serviço Social à época, “possuindo o indivíduo o direito de encontrar em sua comunidade, o mínimo de condições favoráveis ao seu desenvolvimento físico, educacional, moral e social, poderia cooperar para o seu desenvolvimento uma vez que, este não é tarefa somente do Estado e de obras particulares”.

São essas diretivas, próprias do tradicionalismo do Serviço Social e da concepção “ortodoxa” do Desenvolvimento de Comunidade (Ammann, 2013), que nos parecem ter orientado boa parte das experiências profissionais e de estágio vinculadas a processos de mobilização e organização popular em Juiz de Fora, desde a década de 1960 até os anos 1970. Não obstante, ainda que pontualmente, algumas experiências de Desenvolvimento de Comunidade realizadas a partir de 1969 apresentam certo avanço no tensionamento e na crítica ao conservadorismo, influenciadas pelo pensamento de Paulo Freire e pelo Movimento de Reconceituação Latino-Americano do Serviço Social, com base em textos de Ezequiel Ander-Egg, Natalio Kisnerman, entre outros, aproximando-se do que Ammann (2013) denomina como um “ensaio heterodoxo” de experiências de DC. Contudo, é importante lembrar que essas experiências mais progressistas, diferentemente do ensaio “heterodoxo” de DC ocorrido entre 1961 e 1964 no Brasil, desenvolveram-se em uma ambiência nacional marcada pelo auge repressivo da ditadura civil-militar.

rigoroso da cidade, patrocinado pelo governo municipal. O docente referido, Alexis Stepanenko, trouxe à Faculdade uma concepção de pesquisa sistemática, preparou discentes, articulou-se com outros pesquisadores e, graças a seu trabalho, bancado e sustentado pela Faculdade, Alexis Stepanenko introduziu de fato a pesquisa social científica nesta cidade”.

4.2 Alguns dos primeiros vínculos “heterodoxos” do Serviço Social em processos de mobilização popular

A partir de nossa análise das monografias de graduação, verificamos que, diferentemente do que ocorreu em outras localidades do país, sobretudo na região Nordeste, segmentos profissionais do Serviço Social em Juiz de Fora, ao que tudo indica, não ensaiaram a “heterodoxia” das experiências progressistas de Desenvolvimento de Comunidade no período imediatamente anterior a 1964. Além de não terem sido encontradas evidências da presença do MEB¹³⁹ ou de outros movimentos de educação e cultura popular congêneres no município durante o pré-1964, o indicativo de ausência de envolvimento do Serviço Social com essas experiências populares é reforçado tanto pela instalação recente da Faculdade de Serviço Social em Juiz de Fora (1957), acompanhada dos pressupostos “tradicionais”¹⁴⁰ que orientavam a formação e a prática profissional, quanto pelo cenário local de desmobilização popular e de aderência social ao discurso anticomunista toscamente difundido.

Embora, nesse período, a cidade contasse com lideranças ativas na movimentação nacional pelas “reformas de base”, como Clodesmidt Riani, o que se sobressaía na realidade local era o pensamento provinciano e reacionário das “elites” juiz-foranas, que se expressou publicamente no fatídico 6 de abril de 1964. Nesse dia, com o retorno das tropas militares do facínora general Mourão a Juiz de Fora, imensas manifestações de rua, estimuladas pela imprensa local e pela hierarquia católica, celebraram o protagonismo golpista de autoridades da cidade, referendando Juiz de Fora como a Capital do golpe civil-militar de 1964 (Ferreira, 2023)¹⁴¹.

¹³⁹ Em entrevista concedida a Silva (1991), a assistente social Aldayr Brasil Barthy — dirigente nacional da JOC na década de 1960 e atuante no MEB a partir de 1962 — relata que, nesse período, era responsável por acompanhar as atividades da JOC em Juiz de Fora. Segundo ela: “foi muito de raspão o MEB em Minas, em Juiz de Fora alguma coisinha; mas Goiás, Sergipe, Rio Grande do Norte, Maranhão e Recife, Pernambuco, o negócio era quente mesmo” (Informação oral de Aldayr Brasil, apud Silva, 1991, p. 220).

¹⁴⁰ A única experiência em comunidade que identificamos nesse período, realizada entre 1961 e 1962, foi no Centro Social da Vila São Benedito, ligado ao SESI. Baseada em pressupostos basicamente “tradicionais” do Serviço Social, essa experiência consistiu na realização de um trabalho de grupo com crianças e adolescentes, cuja perspectiva conservadora e moralizante sustentava o objetivo de “desenvolver nos membros qualidades positivas, tornando-os assim, indivíduos socialmente equilibrados, úteis a si próprios e à comunidade” (Santiago, 1963, p. 55).

¹⁴¹ Conforme o relatório da Comissão Municipal da Verdade (2016, p. 138), no dia seguinte ao retorno das tropas golpistas à cidade, o jornal *Diário da Tarde* comunicava que “Juiz de Fora sinceramente nunca vibrou com tanto entusiasmo, com tanto civismo e com tanto coração”, referindo-se à receptividade golpista. No dia do retorno das tropas militares à cidade, esse mesmo jornal “trazia a manchete ‘A Direção Democrata do DCE aos Estudantes e ao Povo’. O texto acusava a instituição de ser um ninho comunista influenciado por Cuba, URSS e China, chamando-a de ‘escola do comunismo em Juiz de Fora’. Adjetivação, pesada, contra os adversários; laudatória, em relação aos apoiadores do golpe” (Ibidem). Segundo Ferreira (2023, p. 134), outros jornais com circulação no município também manifestaram apoio ao golpe, entre eles: *Diário Mercantil*, *Gazeta Comercial*, *Folha*

Ainda que de forma sucinta, cumpre destacar que Juiz de Fora, então sede do Quartel-General da 4ª Região Militar do Exército, exerceu papel crucial na articulação golpista que impôs ao país longos vinte e um anos de regime ditatorial marcado pelo terror. Foi a partir dessas terras mineiras que se desencadeou a chamada “Operação Popeye”, cuja finalidade era depor o presidente João Goulart, por meio do deslocamento de tropas militares que partiram de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro, sob o comando do general Mourão. Às vésperas do golpe, duas outras táticas foram colocadas em marcha para viabilizar sua concretização: a “Operação Silêncio” e a “Operação Gaiola”, executadas de forma concomitante (CMV-JF, 2016). Enquanto a primeira tinha como objetivo impedir, por meio da força, qualquer forma de comunicação que pudesse fomentar a contestação pública ao golpe em curso, a segunda articulou a realização de prisões políticas e a ocupação preventiva de sedes de organizações sindicais e partidárias, conforme evidenciado nos depoimentos de vítimas da ditadura no relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora (2016).

Durante o regime, presos políticos foram julgados e, em muitos casos, condenados pela Auditoria Militar da 4ª Região, sediada na cidade, além de mantidos na Penitenciária Regional José Edson Cavaliere, conhecida como Penitenciária de Linhares. Por Juiz de Fora passaram presos políticos como “Leonel Brizola, Dilma Rousseff, Fernando Damata Pimentel, Nilmário Miranda, Márcio Lacerda, Gilney Viana, entre tantos outros” (CMV-JF, 2016, p. 52). Mas também houve resistências nesta cidade, ainda que duramente perseguidas e reprimidas.

A título de exemplo, destacamos a atuação combativa de dois sujeitos excepcionais que, posteriormente, Juiz de Fora compartilhou com o Serviço Social brasileiro na oxigenação crítica da renovação profissional. Sem elencar aqui uma ordem de importância, impossível de ser mensurada pela gigantesca envergadura teórico-política de ambos, ressaltamos a atuação de Marilda Iamamoto, entre os anos de 1967 e 1971, período em que era estudante de Serviço Social e militante da Ação Popular. Nesse contexto, entre as ações de resistência realizadas, Iamamoto contribuía para a organização e a realização de “pequenos comícios em ônibus e espaços públicos juiz-foranos, denunciando prisões efetuadas pelo regime” (CMV-JF, 2016, p. 175). Em depoimento à Comissão Municipal da Verdade, Marilda Iamamoto — que foi sequestrada, presa e torturada durante a ditadura — relata lembranças de seu tempo como estudante:

Nunca participei da luta armada. O que fazíamos é o que hoje o movimento estudantil faz, numa instância democrática. [...] Participei do diretório, das atividades do DCE. Recordo-me da invasão da

Mineira, A Tarde e O Lince. Por outro lado, entre os veículos fechados por não seguirem a linha editorial golpista, destacava-se o jornal *Binômio*, além dos rádios *Industrial* e *Difusora*, que foram submetidas à censura.

Reitoria, pela Polícia Militar na época da gestão, tava na direção do DCE o Paulo Villela Lomar e depois a gestão do Renê de Matos. Então, a nossa atividade era atividade voltada contra a reforma MEC-USAID, por mais verba na educação. Ah, eu lembro claramente da luta pelo ingresso dos estudantes excedentes, que passavam no vestibular, mas não tinham oportunidade de ingressar porque não havia vagas, então a luta por mais vagas. Nesse tempo também eu tive uma inserção... Nessa época, a UNE tinha as executivas estudantis, era por áreas de formação profissional, né? Então tinha a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social, que eram executivas vinculadas à UNE que, por sua vez, já estava na ilegalidade nesse período, e eu representei a Faculdade de Serviço Social por um bom tempo, como representante do Serviço Social (Informação Oral apud CMV-JF, 2016, p. 175; p. 181).

O outro sujeito a que nos referimos trata-se do militante comunista José Paulo Netto, ingressante no curso de Serviço Social em 1966, que integrava um “grupo de grande intervenção cultural” na cidade. Esse grupo utilizava os espaços dos jornais locais para provocar a “cultura oficial”, evidenciando a contradição em relação ao que denominavam de “cultura marginal”¹⁴² (Musse, 2019, p. 273). Entre outros incansáveis combatentes contra a ditadura, Marilda Iamamoto e José Paulo Netto constituem dois importantes exemplos de luta e resistência ao arbítrio, bem como de defesa dos interesses históricos das classes subalternas — trajetórias que continuam a ressoar na contemporaneidade profissional do Serviço Social.

Retomemos, então, a discussão sobre a profissão em Juiz de Fora. Nossa investigação sobre as experiências do Serviço Social em processos de mobilização e organização popular no município, identificou apenas uma experiência de estágio profissional vinculada a organizações da classe trabalhadora, ocorrida pouco antes de a conspiração golpista vir à tona e culminar no regime de exceção. Trata-se de uma experiência iniciada em abril de 1963, no Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Fiação e Tecelagem de Juiz de Fora — campo de estágio aberto em 1961 por iniciativa de um professor da Faculdade de Serviço Social, que também atuava como advogado da referida entidade sindical (Raymundo, 1965). Com base

¹⁴² No grupo dos “marginais”, enquanto seu camarada Nilo Batista instigava à mobilização local, em clara analogia ao Manifesto Comunista, com a seguinte passagem: “Marginais-radicais de toda Juiz de Fora, unamo-nos!” (Batista, 1968, p. 2 apud Musse, 2019, p. 276), José Paulo Netto publicou no *Jornal Mercantil* um texto sobre a colaboração articulista de seu grupo com o referido periódico, em que diz: “para nós, um veículo desta espécie não pode ter como função o incenso e o badalo, nem tampouco o mero registro dos feitos (mal feitos) intelectualoides da província. Sempre pensamos que um suplemento, das condições deste, para justificar sua existência, teria que se apresentar como órgão combativo, desmistificador, acentuadamente crítico e seriamente informativo. Em nossas contribuições, não poupamos a picaretagem intelectual e vigarice institucionalizada; fomos impiedosos para com o *establishment* e seus representantes [...]. Algumas vezes, talvez, chegamos ao exagero, e até mesmo ao equívoco, mas jamais entramos no cambalacho do silêncio e da omissão, apanágio do país dos amordaçados” (Netto, 1969, p.2 apud Musse, 2019, p. 289). Cabe ressaltar que, “em 1976, José Paulo Netto, aprovado em primeiro lugar em concurso para professor de sociologia da UFJF, foi impedido de assumir o cargo por ter sido enquadrado na Lei de Segurança Nacional em 1973, quando foi indiciado em IPM sobre a Resistência Armada Nacional (RAN), tendo sido identificado como terrorista” (CMV-JF, 2016, p. 192).

nas informações obtidas no depoimento de Marilene Schelgshorn dos Santos Sansão, é possível inferir que o professor responsável pela abertura do campo de estágio seja Francisco de Assis Martins Ribeiro. De acordo com a entrevistada, Francisco, juntamente com Padre Jaime, foi um dos

professores fundadores da Faculdade de Serviço Social, professor de direito e legislação social, [...] ele também era da Congregação Redentorista [...]. Ele era seminarista, depois ele largou, deixou de ser padre, e ele se formou em direito, e trabalhava na época no sindicato dos trabalhadores da indústria têxtil de Juiz de Fora, foi um grande advogado, defendendo os trabalhadores, naquele período crítico de ditadura, pós-64 e tal (Informação Oral).

A estagiária do Serviço Social no sindicato dos trabalhadores têxteis relata que, antes de ingressar no campo de estágio, “desconhecia o meio operário e nunca havia convivido com trabalhadores” (Raymundo, 1965). Nessa experiência, a abordagem individualizada do “Serviço Social de Caso” era enfatizada nas ações desenvolvidas junto aos trabalhadores, com o objetivo de “promover o operário, proporcionando-lhe interesse pelo trabalho, família e sociedade” (Ibidem, p. 12). Além disso, eram realizadas outras atividades por meio da abordagem grupal, envolvendo campanhas de sindicalização e cursos sobre direitos trabalhistas, previdência social, sindicalismo e parlamentarismo, assim como palestras de preparação para casamento e ações voltadas para “fiscalizar a volta ao trabalho de associados que se encontravam encostados pelo IAPI” (Ibidem, p. 32). Ao mencionar sobre a relação entre a profissão e os sindicatos, a estagiária dessa experiência pontua que “o sindicato visa, em parte, os mesmos objetivos do Serviço Social, oferecendo-lhe condições ideais de atuação” (Ibidem, p.71). Acreditamos que essa compreensão representa muito mais uma visão reduzida do potencial político das entidades sindicais, limitando-se ao âmbito da intermediação ou direta prestação de serviços assistenciais, do que uma tentativa de vincular os objetivos profissionais do Serviço Social aos interesses de classe que essas organizações de trabalhadores são frequentemente portadoras.

Com a concretização do golpe de abril de 1964, vimos que a ditadura civil-militar se instaurou no país e perdurou por longos vinte e um anos. Durante a vigência desse regime autocrático, não foram identificadas experiências do Serviço Social em entidades sindicais em Juiz de Fora. Da mesma forma, no período entre 1964 e 1968, não foram encontrados registros de um possível envolvimento de segmentos profissionais em processos de mobilização e organização popular, tampouco daquelas experiências orientadas por uma perspectiva mais contestatória. Acreditamos que a ausência dessas experiências — ou mesmo o ocultamento de seus registros — guarda estreita relação com o contexto político do país.

Essa hipótese parece se reforçar com o depoimento de Madre Albertina Brasil Santos, diretora da Faculdade de Serviço Social no referido período (1964–1968), concedido a um grupo de estudantes para a elaboração de uma monografia defendida logo após o fim da ditadura. É sobre o primeiro lustro da ditadura civil-militar no Brasil (Netto, 2015b) que Madre Albertina faz seu relato:

Alguns estudantes mais visados pelo golpe tiveram de interromper estágios e alguns poucos, o próprio curso [...]. Fui obrigada a demitir um professor pelo próprio general Mourão, que fez severas críticas aos nossos estágios juntos aos operários das fábricas e junto aos bairros periféricos da cidade. Disse-me que confundíamos Serviço Social com subversão. Por essa razão vimo-nos obrigadas a interromper alguns trabalhos que alcançavam grande êxito. A Faculdade foi, durante muito tempo, vigiada. [...] Tivemos que retirar da biblioteca muitos livros, folhetos, teses, revistas considerados subversivos por uma relação que nos chegou às mãos. Alguns deles foram, porém, conservados sob o estrado do altar, na Capela das Irmãs, e outros destruídos por falta de esconderijo mais seguro (Informação Oral de Madre Albertina; Brandão et al., 1986, p. 10-108, apud Silva, 2018, p. 197).

Madre Albertina, que, segundo Netto (2008, p. 12), “sua atitude firme garantiu a integridade da instituição, sem perseguições nos dias de caça às bruxas”, deixou a direção da Faculdade de Serviço Social em 1968. A gestão passou, então, a ser assumida pela Madre Altiva Paixão, a quem coube a tarefa de “garantir na Faculdade um clima de liberdade e pluralismo” (Ibidem), mesmo diante da escalada repressiva no país. Apesar dos esforços de parte do corpo docente da Faculdade em tentar resguardar a instituição da sanha repressiva da ditadura, o cotidiano acadêmico não permaneceu ileso às perseguições e intimidações impostas pelo regime autoritário, conforme apresentado no depoimento de Mary Sartori Gomes Ferreira:

No curso de Serviço Social, foi em 68 que eu iniciei. Estava em plena ditadura, e no final do ano foi o AI-5. Então, era muito complicado, muito mesmo. A própria Faculdade tinha o seu trabalho muito limitado, porque, naquela ocasião, cada sala de aula tinha um agente do DOPS, e era muito complicado, quase não podia falar. Então, nas aulas de sociologia, filosofia, pesquisa, [...] nessas aulas que eu mais gostava, você não podia quase discutir e nem falar, porque tinha o problema da censura. Pra você ter noção, uma professora — a gente veio saber depois, bem mais tarde — colocou um material marxista numa prateleira da estante da biblioteca, e foi lá e fez a denúncia. Aí, eles foram à Faculdade, levaram a Madre Altiva, que era diretora. [...] Foi um momento de muita tensão, quando isso aconteceu. Então, como estou te falando, tudo era muito controlado, muito censurado. A gente não tinha muita facilidade para discutir as questões sociais num outro parâmetro que não fosse aquele assistencialista e tal (Informação Oral).

Em meio a essa dura conjuntura política, como já mencionado, não foram encontrados registros que atestem a existência de experiências do Serviço Social junto a organizações da classe trabalhadora nesse período. Contudo, identificamos a produção de duas monografias que abordam a relação da profissão com os sindicatos: uma defendida em 1968, na abertura dos anos de chumbo da ditadura, e a outra em 1979, período de efervescência sociopolítica no país e de distensão “lenta, gradual e segura”. Enquanto a monografia de 1979¹⁴³ apresenta uma nítida influência teórico-política da renovação crítica da profissão, com seus avanços e equívocos, o trabalho defendido em 1968, embora busque estabelecer uma parceria com as entidades sindicais, o faz sob a perspectiva da modernização conservadora, qualificada na análise de Netto (2015b).

Intitulada de “Serviço Social e Organização Sindical do trabalhador rural”, a monografia de 1968 é motivada tanto pela origem das autoras, advindas do meio rural, quanto pela pretensão de atuarem profissionalmente nesse ambiente. Tratando-se de uma proposta de área de atuação para a profissão a partir de atividades de assessoria a entidades sindicais do campo, as autoras destacam que “o ponto de partida do Serviço Social é a conscientização; [...] os principais objetivos deste trabalho seriam a formação de uma consciência esclarecida e crítica, o preparo da liderança, a informação e a mobilização da opinião pública” (Oliveira e Delgado, 1968, s/p). Entendendo que “o Serviço Social e o sindicalismo rural têm importante papel a desempenhar, no sentido de acelerar o processo de desenvolvimento nacional” (Ibidem), as autoras recorrem às indicações contidas no documento elaborado no Seminário de Araxá (1967) e propõem a criação de um departamento de especialistas em Serviço Social na estrutura sindical rural, capaz de intermediar serviços que visem “a promoção social, em última análise, a promoção humana”, já que, para elas, “a chave para a integração do trabalhador rural no processo de desenvolvimento é a organização sindical” (Ibidem). Assim, o Serviço Social atuaria na “conscientização, procurando dar uma formação dos direitos e deveres dos cidadãos frente à nação, [...] além de desenvolver o interesse e a iniciativa, e proporcionar uma educação democrática, que introduz mudanças sociais, de acordo com as exigências da realidade” (Ibidem). E para que as entidades sindicais “consigam as mudanças exigidas, é necessário que se faça um trabalho de promoção, visando o homem, antes de tudo” (Ibidem), sendo esse o objeto de atuação profissional do Serviço Social proposto pelas autoras.

Ainda no período definido por Netto (2015b) como o segundo momento do ciclo autocrático burguês no Brasil, o Serviço Social em Juiz de Fora desenvolveu um trabalho

¹⁴³ Sobre esse trabalho de Paula et al. (1979), abordaremos mais à frente.

junto a processos de organização e mobilização popular, no qual identificamos cinco experiências realizadas entre 1969 e 1972. Dentre as experiências iniciadas em 1969, constatamos que algumas estagiárias do Serviço Social desenvolveram um trabalho de “capacitação de liderança” na comunidade do Retiro, com o apoio do vigário local, tendo como finalidade “capacitar os moradores para promoverem mudanças na realidade local que correspondam às suas necessidades, através de seus próprios esforços”, visando formar lideranças que viessem assumir “a direção da comunidade, [...] e incrementar o trabalho cooperativo entre os moradores” (Lopes, 1970, p. 18). Essa “capacitação de lideranças” foi realizada por meio de cursos ofertados a um grupo de moradores previamente selecionados, acreditando-se que isso poderia “levar a comunidade à consciência dos problemas, suas causas e consequências, e motivá-la a encontrar formas de solucioná-los” (Ibidem, p. 37). Em síntese, a experiência partiu da formação de um grupo de moradores para “capacitá-los” como lideranças locais, com o propósito de mobilizar a comunidade para resolver de forma coletiva as necessidades infraestruturais do bairro, como água e calçamento.

Outra experiência desenvolvida pelo Serviço Social entre 1969 e 1970 ocorreu na comunidade de São Pedro, a pedido dos membros da SPM do bairro, após conhecerem as agentes da profissão em reuniões do Centro Social da Igreja Nossa Senhora de Fátima. Inicialmente, as estagiárias buscaram compreender a realidade local e identificaram que a SPM do bairro havia sido fundada em 1957 “por iniciativa de um elemento estranho, existindo apenas em termos” (Rocha, 1970, p. 21). Observou-se a prevalência de uma “participação social fraca e desorganizada, limitada ao grupo familiar e ao setor religioso” (Ibidem, p. 24). Diante desse cenário, avaliaram que existia “uma atitude passiva dos moradores frente aos poderes públicos, não se evidenciando qualquer esforço no sentido de reivindicar junto às autoridades competentes a promoção de um mínimo de serviços públicos a que têm direito” (Ibidem, p. 23). No “estudo interpretativo” da comunidade, “constatou-se a existência em alto grau de apatia e individualismo, assim como de baixo nível de cooperação e espírito associativo entre os moradores e entidades locais”, o que levou as agentes do Serviço Social a proporem “integrar outros moradores e associações numa ação cooperativa através da SPM” (Ibidem, p. 29). A partir de ações de mobilização na comunidade, o Serviço Social orientou “a organização interna da SPM, levando-a a congregar as instituições e associações locais de modo a se empenharem em promover o desenvolvimento do bairro, buscando a máxima participação dos moradores” (Ibidem, p. 33). Como parte do trabalho de formação de lideranças, foram realizadas atividades de “capacitação” junto ao grupo de moradores, para que pudessem direcionar a atuação cooperativa e reivindicatória da

comunidade. Com o término da intervenção do Serviço Social, as estagiárias chegaram a conclusão que o trabalho desenvolvido gerou resultados, na medida em que:

o referido grupo foi estruturado, chegando a atingir a fase de transição de grupo formado para grupo organizado; outros moradores foram atingidos [...]; uma mudança razoável foi provocada na rede interativa da comunidade — os contatos e relações extrapolaram o âmbito familiar ou próprio de cada entidade, começando a se estruturar uma ação de cunho cooperativo; foram introduzidas mudanças no aspecto físico do bairro, ainda que de pouca relevância, em relação às necessidades constatadas como mais urgentes ao seu desenvolvimento; [...] e, embora não se tenha atingido a máxima participação dos moradores, como se pretendia, conseguiu-se despertar uma faixa representativa da população para a realidade, havendo perspectivas do processo ganhar força, porém a longo prazo (Ibidem, p. 63).

Ainda, as estagiárias que atuaram nessa experiência de mobilização popular no bairro São Pedro deixaram como recomendação para a SPM “estudar a possibilidade de formação de um Conselho Comunitário com a representação das instituições e associações locais, de modo a atender às necessidades e interesses reais do bairro, garantindo a integração do maior número de moradores na vida comunitária” (Ibidem, p. 70). Chama-nos a atenção que, embora não haja uma menção direta no relato contido nesse Trabalho de Estágio de Campo, textos de Paulo Freire e de autores da Reconceitualização Latino-Americana do Serviço Social, como Ander-Egg e Herman Kruse, aparecem nas referências bibliográficas. Além disso, consta uma apostila intitulada “Reorientação do Serviço Social no Chile”, de autoria da Escola Católica do Chile, ainda em 1970.

A partir de entrevista concedida por Mary Sartori, constatamos que ela realizou estágio profissional nesse mesmo bairro e período, no qual afirma que as atividades desenvolvidas foram baseadas no pensamento de Paulo Freire:

Bom, antes de São Bernardo, eu fui para o São Pedro. Eu fui sozinha para o São Pedro, e lá eu fiz a mesma coisa. [...] Trabalho com a sociedade pró-melhoramento e trabalho com grupo jovem. [...] Nós aplicávamos o método do Paulo Freire, teoria da conscientização. [...] Depois, houve um remanejamento de estagiárias na Faculdade, alguém¹⁴⁴ foi para o São Pedro [...] aí teve o estágio de São Bernardo (Informação Oral).

Outra experiência que também faz referência a textos de Paulo Freire e Ander-Egg, além de Natalio Kisnerman, Ana Maria Quiroga e Octavio Ianni, foi um trabalho de formação de lideranças desenvolvido por estagiárias do Serviço Social no bairro São Benedito, a partir de novembro de 1969. Essa experiência se destaca entre as demais desenvolvidas nesse

¹⁴⁴ Acreditamos que, nesse remanejamento de estagiárias apontado no depoimento de Mary Sartori, tenha sido o momento em que Rocha (1970) ingressou no campo para dar continuidade aos trabalhos com a comunidade.

período, tanto pela abrangência do trabalho de mobilização popular quanto pelo avanço da compreensão teórica acerca da realidade social e das possibilidades interventivas do Serviço Social. Partindo do pressuposto de que “o êxito dos programas de DC depende, em última instância, da participação da comunidade, e, nesse processo, o líder exerce um papel fundamental por sua influência na aquisição de novos comportamentos e pela ação que exerce sobre o grupo para impulsioná-lo a uma participação mais ativa” (Pacheco e Villela¹⁴⁵, 1970, p. 2-3), as estagiárias, inicialmente, realizaram uma pesquisa sobre lideranças no bairro. Os objetivos dessa pesquisa eram: “identificar os líderes nas diversas esferas sociais da comunidade e os líderes de rua; conhecer a imagem que a comunidade tem dos líderes institucionais e não institucionais; identificar as lideranças das organizações locais; e identificar os problemas básicos da área, reconhecidos como tais pelos moradores” (Ibidem). Ao analisarem o nível de participação social dos moradores da comunidade a partir da pesquisa realizada, observaram que

uma sociedade estratificada socialmente apresenta obstáculos intrínsecos à igualdade de participação. As classes que dispõem de um nível socioeconômico inferior vêm cerceadas, pela própria posição que ocupam no sistema de produção, a participar intensamente daqueles. Vivem, portanto, numa posição de relativa marginalidade, configurada pela precária participação receptiva” (Ibidem, p. 7).

Essa observação sobre as determinações estruturais da participação social das classes subalternas foi considerada uma expressão do nível de participação social dos moradores do bairro, pois

esta se dá precariamente, vale dizer, os habitantes encontram-se numa relativa marginalidade também no que se refere à participação nas organizações locais. [...] uma parcela significativa da comunidade conhece a SPM, porém, os moradores não estão conscientes da importância da ação cooperativa e organizada como forma de enfrentar os problemas comuns e conseqüentemente trabalhar para a melhoria do bairro, daí não se mobilizarem para participar daquela organização. [...] os moradores percebem apenas alguns problemas sem, porém, explicá-los em sua essência, ou seja, não chegam a abstrair da realidade objetiva as relações causais e circunstanciais que envolvem os fenômenos. [...] os comunitários assumem uma atitude conformista diante de sua marginalidade. Não tendo consciência das causas de suas dificuldades e das possibilidades de mudança, não assumem uma atitude ativa de enfrentamento das mesmas (Ibidem, p. 25-26).

Ao abordarem sobre a SPM do bairro, apontam que a entidade foi fundada em 1954 “por iniciativa de Assistentes Sociais do SESI, iniciativa esta apoiada por um grupo de

¹⁴⁵ Uma das autoras dessa monografia refere-se à Prof.^a Marilda Villela Iamamoto, então estudante da Faculdade de Serviço Social da UFJF.

moradores da área” (Ibidem, p. 17). Apesar de constatarem um baixo nível de mobilização dos moradores nas ações coletivas do bairro, ponderam a grande tradição de trabalho da SPM, a qual “empenhou-se em seus anos de existência na tarefa recíproca de defender os interesses legítimos da população junto aos poderes públicos e alcançando não raras vezes vitórias significativas, o que vem contribuir para a sua popularidade na área” (Ibidem). Assim, dentre organizações presentes na comunidade, as estagiárias concluíram que a SPM era a entidade que teria condições para “se transformar no polo irradiador e coordenador do trabalho comunitário, [...] sendo a que melhor poderia assumir este papel, apesar de encontrar-se inoperante naquele momento, com um baixo índice de lideranças na área” (Ibidem).

Diante do cenário prévio de desmobilização popular e da identificação de uma entidade representativa compatível com os interesses mais gerais e comuns da coletividade de moradores do bairro, as estagiárias do Serviço Social partiram da compreensão de que seria necessário desenvolver um trabalho político-pedagógico para estimular a formação de lideranças na SPM, visando sua autonomização em relação à assessoria do Serviço Social. Afinal, compreendiam que as lideranças populares “atuam como molas propulsoras que favorecem a mobilização, conscientização e engajamento dos comunitários no processo de desenvolvimento da comunidade” (Ibidem, p. 34). Nesse sentido, as estagiárias do Serviço Social reconhecem que

se buscamos em termos profissionais, estimular o princípio da auto-orientação nos grupos e comunidades com os quais trabalhamos, a capacitação de lideranças aflora-se como sendo meta essencial pois, à medida que os líderes se engajam nos trabalhos, assumindo uma posição ativa no desenvolvimento dos programas e projetos, favorecerão consequentemente o desligamento progressivo dos técnicos. Ainda sob o ponto de vista profissional, o trabalho com líderes nas diferentes fases do processo metódico oferece-nos condições de eliminar quer as tendências paternalistas, quer as autocráticas de imposição dos programas às bases pelos técnicos (Ibidem).

Para a realização da intervenção proposta, foram elencados os seguintes objetivos e ações: “congregar e formar os líderes locais (preparação para as eleições da SPM); favorecer a emergência de novos líderes (preparação para a posse da SPM); restaurar a liderança da SPM, e incrementar a ação cooperativa e organizada na comunidade (campanha de sócios)” (Ibidem, p. 61). A preparação para as eleições da SPM foi realizada por meio de uma “exposição técnica” conduzida pelas estagiárias do Serviço Social junto ao grupo de moradores, na qual foram abordados os seguintes temas para discussão: “eleição é escolha, escolher para coordenar o trabalho de cada um para o bem de todos; povo esclarecido pode

mudar a vida, ninguém muda sozinho... não adianta apenas mudar de chapa; voto é consciência, voto é liberdade, consciência não se vende, liberdade não se compra” (Ibidem, p. 71). Já a preparação para a posse da SPM consistiu em mobilização do grupo de moradores para a realização da propaganda sobre o evento, com a divisão de tarefas definida pelo próprio grupo. Conforme apontado pelas estagiárias, na assembleia geral para a posse da SPM,

o alto índice de frequência aferido, qual seja de 118 pessoas, foi uma confirmação do êxito do projeto no qual o Grupo de Líderes se empenhou. Os moradores, respondendo favoravelmente à alternativa de participação que lhes foi oferecida, começaram a interessar-se pela vida local numa primeira manifestação do rompimento da sua atitude conformista (Ibidem, p. 88).

Com a gestão da SPM eleita e empossada, as estagiárias do Serviço Social passaram a auxiliar no planejamento da atuação da entidade. Diante dos principais problemas enfrentados pela comunidade, “a direção da SPM definiu como metas gerais para mobilização: reivindicar às autoridades competentes a solução de problemas como água, esgoto e luz; lutar pela casa da comunidade; lutar pelo término da construção da escola infantil; lutar pela criação do ginásio” (Ibidem, p. 132).

Nas notas conclusivas do Trabalho de Estágio de Campo (TEC), Pacheco e Villela (1970, p. 165) reforçam os objetivos específicos dessa experiência de mobilização popular desenvolvida pelo Serviço Social no bairro São Benedito: “formar e assessorar grupos; favorecer a emergência e formação de líderes; incrementar a participação popular; conscientizar os moradores de suas necessidades latentes e manifestas e dos recursos próprios para o atendimento daquelas”. Em relação aos dois primeiros objetivos, avaliam que foram alcançados, mesmo com “o limitado tempo de intervenção na área” (Ibidem). Quanto ao terceiro objetivo, destacam que “os primeiros passos foram dados no sentido de sua consecução”, considerando a ampliação do quadro de sócios da SPM e o aumento da participação dos moradores nas atividades da entidade. Já em relação ao quarto e último objetivo, reconhecem que “incorreram em uma falha, qual seja, a de pretender conscientizar os moradores de suas necessidades manifestas”, e afirmam: “por ocasião da pesquisa sobre lideranças, foi-nos possível verificar que os comunitários demonstraram conhecer as necessidades que mais os afligiam; conseqüentemente, não fazia sentido o propósito dos técnicos” (Ibidem). Contudo, admitindo que a “conscientização” dos moradores não seria uma atribuição profissional, os “técnicos ainda intervieram, fornecendo aos comunitários noções básicas referentes ao ‘como atuar’, acentuando por exemplo a importância do trabalho cooperativo e organizado, de participação popular, no sentido de capacitá-los para enfrentar os problemas com que se defrontavam” (Ibidem, p. 166). Apesar dos nítidos avanços na postura

dessas agentes do Serviço Social em relação ao processo de mobilização e organização popular, destacando-se sua realização em pleno período de forte repressão da ditadura civil-militar, elas fazem a seguinte observação:

o estudo interpretativo da comunidade levou-nos a verificar a existência de necessidades outras que, embora latentes para a população em geral, deveriam ser enfatizadas pelos estagiários, de modo a contribuírem para que os moradores tomassem consciência da posição de relativa marginalidade em que se encontram; lamentavelmente, porém, esta análise não ultrapassou os limites da preocupação teórica; assim sendo, o trabalho não se efetivou dentro de uma perspectiva que possibilitasse concomitantemente a mobilização da comunidade, para satisfazer suas necessidades manifestas, e o seu despertar para novos problemas” (Ibidem).

Entre 1971 e 1972, outra experiência do Serviço Social em processos de organização e mobilização popular ocorreu na Vila São Vicente de Paulo, na região noroeste de Juiz de Fora. A estagiária que atuou nessa experiência relata que o trabalho foi iniciado a partir das queixas de moradores locais, insatisfeitos com a representação comunitária. Além das fraudes no processo eleitoral para a escolha dos representantes da comunidade e da inobservância dos dispositivos do estatuto da SPM, havia um ambiente de desarticulação e disputas entre as lideranças, o que resultou na criação de três entidades com a mesma finalidade. Diante desse cenário, a estagiária do Serviço Social definiu como objetivo geral da intervenção junto à comunidade “favorecer a integração social dos moradores” (Carmo, 1972, p. 14). Como objetivos específicos, elencou-se: “motivar, conscientizar, mobilizar e capacitar os líderes para assumirem a direção da comunidade no processo de mudanças locais; incrementar o trabalho cooperativo entre os moradores” (Ibidem).

Nessa intervenção do Serviço Social, o que prevalecia era uma “abordagem psicológica” para direcionar o “trabalho técnico” na comunidade, integrando “enfoque individualista, enfoque grupal e enfoque situacional”, já que a estagiária compreendia a “formação de liderança” como resultado da “combinação equilibrada dos três elementos vitais e dinâmicos: o indivíduo, o grupo e a situação. Através deles, é possível incrementar o trabalho cooperativo e, com isso, favorecer a integração social dos moradores” (Ibidem, p. 33). Como alternativa para favorecer a organização comunitária, chegou-se à conclusão, junto aos próprios moradores, de que deveria ser criada uma Associação Comunitária independente da SPM.

Para a formação da Associação da Comunidade aplicou-se o método reputacional, para identificar lideranças formais e informais no bairro. Foram identificadas 42 pessoas, dentro dos seguintes critérios: não deveriam estar ligadas às instituições do bairro; deveriam ter horário disponível para reunião semanal ou quinzenal. Destas, 28 pessoas foram julgadas, segundo os critérios: é uma pessoa disponível para

trabalhar em prol da comunidade?; é responsável?; é de iniciativa?; é honesta?; já participou de alguma comissão de melhoria do bairro?; já pertenceu a algum grupo?” (Ibidem, p. 44-45).

Após o julgamento moral, foram eleitas 18 pessoas para iniciarem os trabalhos propostos pelo Serviço Social. Com a criação da nova entidade, “o papel da estagiária foi de um guia, [...], e a atuação técnica deu-se no sentido de assessoramento ao grupo e suas lideranças, orientando sua dinâmica interna, capacitando seus membros para desempenhar eficientemente suas funções” (Ibidem, p. 59). Verificamos que, no relato dessa experiência, Paulo Freire aparece nas referências bibliográficas, assim como o documento do Seminário de Araxá. No entanto, parece-nos que a abordagem adotada na experiência sofre muito mais influência da perspectiva da modernização conservadora do que da pedagogia freireana — apesar de haver indícios de tensionamento na formação profissional, como já se observa, por exemplo, na monografia de Pacheco e Villela (1970).

Destacamos que a influência do pensamento de Paulo Freire nas experiências de estágio em comunidade, desenvolvidas nesse período pelo Serviço Social, tem seus indícios confirmados pelo depoimento de Mary Sartori. Além da indicação de que o pensamento de Freire, como vimos, esteve presente no estágio realizado junto à comunidade de São Pedro, Sartori relata que, no período em que era estudante (1968–1971), reunia-se com dois colegas de curso para estudar um material sobre a pedagogia freireana, o qual, em pleno auge repressivo da ditadura, era considerado clandestino, conforme suas próprias palavras:

[...] Aí me aproximei de dois colegas [da faculdade], uma era irmã do Stella Matutina [Irmã Edir], mas uma pessoa extremamente crítica, e o outro era um belga [Pedro], que também era uma pessoa crítica e maravilhosa, com o pensamento crítico muito acentuado e desenvolvido. Então nós começamos a formar um subgrupo ali dentro da Faculdade, e nós começamos a estudar, nesse contexto todo de muita violência, de muita confusão, de muita tensão, a teoria do Paulo Freire, a teoria da conscientização. O Chile não estava na ditadura militar, Paulo Freire estava lá, então o material vinha do Chile por um amigo nosso da turma da Marilda, do Zé Paulo, que chamava Benito Falqueto, que era um padre. Ele recebia o material, que vinha todo desalinhado, nós tínhamos que reorganizar aquilo tudo, tinha um código que você tinha pra poder entender e ler o material. Então nós estudamos profundamente a teoria do Paulo Freire, da conscientização, da marginalidade. Foi durante o meu curso todo [1968-1971], sempre chegava. Então sempre estudava aquilo ali, e a gente sabia muito, nós debatíamos entre os três, era uma coisa maravilhosa (Informação Oral).

Ao rememorar sua trajetória como estudante na Faculdade de Serviço Social, Mary Sartori destaca sua experiência de estágio no bairro São Bernardo, realizada no início da década de 1970, em parceria com sua colega de curso, Irmã Edir. Tal estágio envolveu

processos de organização e mobilização popular, sendo orientado por contribuições teórico-políticas oriundas do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina. Destaca-se, nesse contexto, a influência do pensamento de Paulo Freire, que também permeava parte das formulações reconceituadoras da profissão naquele período.

Quando eu fui fazer estágio, eu fiz estágio com ela [Irmã Edir]. O Pedro foi para o São Benedito, e nós duas fomos para o São Bernardo. Nós aplicamos aquilo tudo. [...] Então, nós aplicávamos o método do Paulo Freire, teoria da conscientização. [...] Aí, lá em São Bernardo, nós fomos, pegamos aquela teoria toda e ia seguindo aquilo ali. Fizemos um estudo da comunidade, ficamos muito tempo estudando, rodando pela comunidade [...]. Então, a gente pegava o “problema” e ia discutindo tudo que tinha a ver com aquilo ali, até se chegar — normalmente se chegava — à organização social da cidade, que os colocava ali; que, embora eles fossem cidadãos, embora eles contribuíssem com a vida da cidade, eles usufruíam muito pouco dos equipamentos que a cidade dispunha. Eles eram relegados, e, assim mesmo, não tinha esgoto, não tinha um posto de saúde adequado. Então, toda aquela situação de dificuldades que eles passavam era discutida dentro da perspectiva, da metodologia e da teoria do Paulo Freire. Aí, nós tivemos contato com a escola, nós tivemos contato com o grupo de jovens, que era o grupo orientado pela Igreja local, e nós tivemos contato com a associação pró-melhoramentos. E aí, nós fizemos trabalho nesses três níveis. [...] Foi em 70-71 (Informação Oral de Mary Sartori).

Nas atividades de organização e mobilização popular em São Bernardo, as estagiárias de Serviço Social partiam da problematização das condições de vida da comunidade, junto aos moradores, de modo que estes pudessem compreender as necessidades sociais no âmbito coletivo e converter essa compreensão em ações de organização e reivindicação, ainda que no plano econômico-imediato, considerando as grandes limitações políticas para a expressão pública de ações contestatórias mais abrangentes.

Não se podia falar democracia, você imagina bem, se você falasse democracia, você era considerado subversivo. Então, você não falava essas coisas, você fazia o trabalho com base na vida deles [moradores], usando o linguajar deles, coisa que eles falavam lá: “porque aqui tem muita miséria; nós não temos as coisas que os outros têm”. Então, a gente usava aquilo lá. [...] E aí, a gente fazia comissões para requisitar o esgoto, por exemplo. Então, era um trabalho muito interessante que você colocava questões substantivas, que levavam a uma mudança de consciência, que a pessoa não mais aceitava aquilo ali com passividade. [...] Você veja bem, isso aconteceu lá, tanto com o grupo jovem quanto com a associação de moradores. Acontece o seguinte, para você ver como que a coisa era perigosa: depois de uns vinte anos, eu tomei conhecimento que um dos membros lá era agente do DOPS. Encontrei com ele, batendo papo, ele mesmo me contou. Ele falou que ficava morrendo de aflição porque tinha que entregar todo mundo. Mas nunca conseguiu nos pegar, porque a gente não chegava a usar nem o termo democracia, liberdade, nada disso era

colocado. Era feito um trabalho, realmente, nas entrelinhas (Informação Oral de Mary Sartori).

As atividades do Serviço Social nos processos de organização e mobilização popular se estenderam a partir de 1975, sendo identificadas mais cinco experiências. Uma delas ocorreu entre 1975 e 1979 no Grupo Comunitário de São Bernardo, na qual também podemos perceber certas influências do pensamento de Paulo Freire¹⁴⁶ — vale destacar que essa comunidade é a mesma onde, anos antes, foi realizado o estágio de Mary Sartori e Edir. Nesse campo de estágio, entendia-se que a intervenção do Serviço Social visava “a promoção da educação para liberdade através da conscientização, que fundamentava-se na linha de ação educativa libertadora supondo que esta constituía o alvo máximo do Serviço Social no bairro” (Franco e Mendes, 1975, p. 66). Ainda, consideravam que a criação e o desenvolvimento do Grupo Comunitário de São Bernardo era reflexo de um “processo de conscientização através do qual estavam realizando atos libertadores para a transformação da realidade, desenvolvendo assim, seus elementos potenciais positivos que levam a integração comunitária” (Ibidem, p. 67). Em 1979, outra estagiária que atuava no Grupo Comunitário de São Bernardo, também apresenta que o objetivo da atuação do Serviço Social seria “a promoção da educação para a liberdade através da conscientização;[...] uma ação educativa que envolvia o desenvolvimento da capacidade crítica dos moradores que levaria à superação de situações limites impeditivas do pleno desenvolvimento humano” (Teixeira, 1979, p. 30). Percebendo o Grupo Comunitário como “núcleo centralizador e desencadeador para a intervenção do Serviço Social na comunidade” (Ibidem), eram elencadas as seguintes diretivas para a intervenção:

a investigação da realidade, a opção pela mudança e o engajamento da práxis libertadora, que se desdobraram em objetivos específicos da atuação técnica: incentivar a criação de grupos que respondam aos problemas constatados pela população e pelos técnicos no decorrer do trabalho e assessorar os grupos já existentes, a fim de capacitá-los para que atinjam os objetivos a que se propõem (Ibidem).

Em síntese, as ações desenvolvidas pelo Serviço Social no Grupo Comunitário de São Bernardo foram direcionadas para a mobilização da comunidade, possibilitando reflexões coletivas dos moradores sobre suas condições de vida e resultando no estabelecimento de reivindicações imediatas por melhorias na infraestrutura urbana. Outras estagiárias que

¹⁴⁶ Em comum com outras monografias que nos parecem ter sido influenciadas pelo pensamento de Paulo Freire, este TCC não realiza um tratamento teórico explícito com base em citações diretas a Freire ao longo do texto. No entanto, mesmo sem apresentar de forma direta os conceitos da pedagogia freireana, o trabalho sinaliza observações que remetem ao pensamento do autor, como as expressões “educação para a liberdade através da conscientização” ou “ações educativas libertadoras”. Indícios dessa influência que são reforçados pela presença de Paulo Freire nas referências bibliográficas dos trabalhos, bem como pelo depoimento de Mary Sartori.

atuaram em São Bernardo entre 1975 e 1976 consideraram que, além das atividades já realizadas pelo Serviço Social junto ao Grupo Comunitário, seria necessário “despertar no próprio grupo a necessidade de refletir mais profundamente não apenas sobre os problemas em si, mas também sobre as causas que os geram e as possibilidades de solucioná-los, adquirindo uma visão macro dos problemas, incluindo seus aspectos estruturais” (Nogueira e Santos, 1976, p. 40).

Embora não seja uma das experiências de organização e mobilização popular desenvolvidas nesse período, chama-nos a atenção uma monografia do curso de Serviço Social, defendida em 1976, que busca analisar a experiência em comunidade realizada por Pacheco e Villela (1970) no bairro São Benedito entre 1969 e 1970, conforme já abordamos acima. Denominando de uma “análise de segmentos teórico-práticos”, Vidon e Faria (1976) afirmam que na referida experiência analisada por elas, a “ação técnica” do Serviço Social partia dos seguintes objetivos específicos: “conscientização, motivação, organização, capacitação e participação” (Ibidem, p. 10). Não nos parece mera coincidência que a definição desses objetivos específicos, conforme a análise de nossas autoras, se aproxime significativamente dos objetivos-meio do Método BH (conscientização, capacitação e organização). Em relação ao objetivo de “conscientização”, as autoras assinalam que

o problema da conscientização vem trazendo aos assistentes sociais uma maior preocupação, principalmente, a partir de 1963, quando o método de alfabetização de Paulo Freire foi aplicado no Nordeste do Brasil, alcançando grande repercussão. A conscientização constitui, para muitos profissionais, o objetivo central da profissão. Segundo Vicente Faleiros, ela é estudada em relação dialética entre ação, comunicação e luta de classes. [...] conscientização é a passagem de uma consciência intransitiva a uma consciência crítica, isto supõe: uma análise crítica da realidade; uma projeção do homem e da sociedade futura; uma ação libertadora e organizada; um trabalho de grupo; um animador (de fora) (Ibidem p. 10-11).

Ao eleger o assistente social como “um animador de fora”, uma espécie de educador popular, descrevem o que acreditam ser o papel do profissional no chamado processo de conscientização: “deve ser uma pessoa de consciência crítica bem ampla, um orientador, um Assistente Social que saiba respeitar o processo em todas as suas etapas, por isso deve ser também um perito em dinâmica de grupo¹⁴⁷ e bom conhecedor da realidade” (Ibidem, p. 15).

No mesmo bairro em que Pacheco e Villela (1970) desenvolveram ações de mobilização e organização popular a partir da experiência de estágio, identificamos que, entre os anos de 1977 e 1978, a comunidade voltou a ser cenário da atuação do Serviço Social,

¹⁴⁷ Uma análise crítica que problematiza o trabalho com grupos no Serviço Social é desenvolvida por Eiras (2001; 2005).

novamente sob uma perspectiva progressista. Trata-se de uma experiência de trabalho profissional protagonizada pela assistente social Marilene Sansão, contratada pela Prefeitura Municipal logo após a conclusão de seu estágio e de sua formação acadêmica na UFJF. Segundo Marilene, como sua “visada sempre foi a comunidade e, sempre o processo de mobilização e conscientização” (Informação Oral), ela se inseriu nessa oportunidade de emprego, cuja proposta era atuar diretamente nos bairros do município, sendo então direcionada para o bairro São Benedito.

Lá eu fiz um trabalho junto à SPM, que eu acho que é um trabalho — aí sim — político, de conscientização política, trabalhando as pessoas para pensar eleição. Isso foi o quê? Em 77 e 78. [...] Meu mote era o trabalho político, e na época, aquela efervescência, né? Foi na época da distensão do período da ditadura, e eu comecei a fazer um trabalho para conscientizar as pessoas sobre a importância da participação política, inclusive a participação em eleições. [...] A gente fazia reuniões à noite, na sede da SPM. Por isso que a gente ficou visado, porque a gente fazia na sede da SPM. E o presidente da SPM achava ótimo, gostou, porque aí a população começou a vir para a SPM. A gente fazia na forma de teatro, como se fosse uma novela — cada semana tinha um capítulo — e as pessoas se envolviam nisso. [...] Esse trabalho foi um trabalho que me marcou, foi um trabalho importante (Informação Oral).

Em uma aproximação aos pressupostos “heterodoxos” do Desenvolvimento de Comunidade, essa experiência de trabalho profissional, aliada à influência do pensamento de Paulo Freire, já contava com certa inspiração nas elaborações desenvolvidas pelo Método BH, as quais, certamente, incidiram no cotidiano dos processos de organização e mobilização popular então desenvolvidos. Conforme o depoimento da assistente social que protagonizou esse trabalho na comunidade de São Benedito, nesse período ela já tinha acesso a materiais sobre a experiência belorizontina, compartilhados por Marilda Iamamoto: “o Método BH praticamente a gente pegava quase que por fora [*da formação*], porque isso não era muito dado. [...] Isso já vinha sendo colocado, sendo trazido pra cá, [...] mas o Método BH eu já conhecia meio por fora muito por conta da Marilda [*Iamamoto*], são as coisas que eu tinha por fora, aquilo ali já me iluminava de uma certa forma” (Informação Oral de Marilene Sansão, *grifos nossos*). Inclusive, os objetivos-meio do Método BH estavam presentes nessa experiência profissional de Marilene Sansão, sendo destacada explicitamente a “conscientização” como finalidade da intervenção, que se desenvolvia sempre com cautela diante do contexto de perseguição política ainda vigente.

O meu trabalho sempre foi a conscientização, como trabalhar as pessoas, a consciência política, com muito tato, com muito cuidado, exatamente para não dar um cunho partidário, e foi isso que me complicou. Tanto é que, nesse período, quem era o prefeito era o

Itamar Franco. Itamar Franco saiu para ser candidato ao Senado, e no lugar dele entrou o vice, que era o Saulo Moreira. Então eu peguei esse período de Saulo Moreira, mas logo depois, em 78, entrou o ARENA — na época era MDB e ARENA, né —, e aí o secretário de governo, na época, falou que de jeito nenhum, porque eu era subversiva, conhecia minha história mais ou menos, conhecia inclusive meu marido¹⁴⁸. [...] A partir daí, ele me perseguiu na prefeitura até me demitir, falou que eu era subversiva, então eu não ia ficar. [...] A repressão política na época, ainda em 78 (Informação Oral de Marilene Sansão).

A partir de 1978, momento de eclosão do Novo Sindicalismo e de diversas lutas e movimentos populares no país, que as outras três experiências do Serviço Social em processos de organização e mobilização popular se desenvolvem em Juiz de Fora. Nessas experiências de estágio, torna-se mais evidente uma compreensão do assistente social enquanto sujeito comprometido com a chamada “conscientização” das classes subalternas. Segundo Campante et al. (1980), estagiárias do Projeto Alfa da Escola Estadual Prof. Theodoro Coelho entre 1979 e 1980, a Faculdade de Serviço Social da UFJF havia elaborado um subprojeto junto ao Projeto Alfa em 1977, cujo objetivo inicial era “integrar família-escola-comunidade, visando melhor rendimento educacional do aluno” (Ibidem, p. 65). Esse subprojeto possibilitou a abertura do campo de estágio que, em abril de 1978 passou a ser supervisionado pela Prof. Mary Sartori. “A partir daí, o processo metodológico adotado no campo de estágio baseou-se no Método BH” (Ibidem, p. 67). No entanto, o trabalho, que havia começado há pouco tempo, foi interrompido em dezembro do mesmo ano. Os motivos apontados para essa interrupção foram: “mudança de supervisora; falta de conhecimento das estagiárias com relação à aplicação do Método; falta de motivação e preparação da população envolvida” (Ibidem, p. 73).

Ao ser indagada sobre sua breve experiência como supervisora acadêmica do estágio no bairro Jóquei Clube, Mary Sartori, embora não se recorde das motivações que levaram à interrupção de sua supervisão, acredita que a proposta de trabalho a ser desenvolvida mantinha uma forte conexão com as experiências profissionais que havia realizado anos antes, na cidade de Belo Horizonte, onde teve contato com o Método BH. Na sequência da conclusão de seu curso em Juiz de Fora e de uma experiência de trabalho que envolveu processos de organização e mobilização popular em comunidades operárias da cidade de Barroso-MG, Sartori foi trabalhar em Belo Horizonte. Inicialmente, assim que chegou na capital mineira, nossa entrevistada relata: “eu fui trabalhar em uma empresa de transporte,

¹⁴⁸ O companheiro de Marilene é Luiz Antônio Sansão (Lula), que foi militante da Ação Popular em Juiz de Fora e liderança do movimento estudantil à frente do DCE da UFJF. Lula foi perseguido, preso e torturado durante o auge repressivo da ditadura civil-militar (CMV-JF, 2016).

onde eu também tentava fazer um trabalho dentro da minha formação Paulo Freire. [...] Eu tentava fazer trabalho com os grupos de motoristas, de manutenção [...]. Mas, eu entendi que o dono daquela empresa era altamente comprometido com o capital, com o lucro [...]” (Informação Oral). Ao receber uma proposta de uma colega de profissão para trabalhar na *Christian Children’s Foundation* (CCF), uma instituição norte-americana, Mary Sartori aceitou o convite, embora, segundo suas próprias palavras: “o mote deles era fazer um trabalho nas comunidades brasileiras, da periferia, para massificar as consciências e manter o povo todinho calmo e tranquilo; [...] então, era uma instituição terrivelmente manipuladora e massificadora” (Informação Oral). Contudo, foi nessa instituição, onde trabalhou até 1976, que Mary Sartori teve os primeiros contatos com o conteúdo da experiência belorizontina conhecida como Método BH.

Então, nós formamos um grupo de seis assistentes sociais, sendo que duas eram de Belo Horizonte, tinham se formado na PUC. E aí, tinham o Método BH fresquinho na cabeça e estavam loucas para aplicar o Método BH: Maria Olivia e Margarida, tinham sido alunas da Leila Lima. [...] Então, formamos um grupo de seis. Ali, nós debatíamos; toda semana tinha reunião da equipe para montar o trabalho da comunidade, dentro da perspectiva do Método BH. [...] Cada uma foi para uma favela [...] e nós fizemos grupos gestores da comunidade. Ali, nós fazíamos o trabalho de conscientização e discussão política, dentro do regime do Médici (Informação Oral de Mary Sartori).

Ao encerrar o trabalho em Belo Horizonte, Sartori retorna a Juiz de Fora, onde começou a atuar como professora da Faculdade de Serviço Social, em 1978. Foi nesse mesmo ano que iniciou aquela breve experiência de supervisão de estágio no bairro Jóquei Clube, a partir do Projeto Alfa. Certamente, foram as experiências de trabalho de Mary Sartori, com destaque para aquela última em Belo Horizonte, que norteariam as atividades do estágio na comunidade de Juiz de Fora, caso não tivesse ocorrido a interrupção da supervisão acadêmica.

Embora as atividades desenvolvidas pelas estagiárias que ingressaram nesse campo de estágio em 1979 fossem predominantemente análises socioeconômicas e encaminhamentos para serviços socioassistenciais, elas propuseram, como intervenção futura para o Serviço Social no campo, um “projeto de conscientização do bairro, baseado no Método de Alfabetização de Paulo Freire” (Ibidem, p. 79). Esse projeto contaria com a participação do Diretório Central dos Estudantes da UFJF, dos Diretórios Acadêmicos, da Legião Brasileira de Assistência, da Prefeitura de Juiz de Fora e da SPM do bairro, cujo objetivo era “conscientizar os membros da comunidade do bairro sobre a sua situação marginal de vida, para que atinjam uma consciência crítica que lhes possibilitará transformar sua realidade”

(Ibidem, p. 81). Embora consistisse apenas em uma proposta de trabalho que não chegou a ser realizada, na fundamentação teórica da monografia, as estagiárias recorrem a autores como Leandro Konder e Rodolfo Stavenhagen, citando indiretamente Marx e Lenin. Elas abordam as classes sociais a partir da relação antagônica entre “classe dominante e classe dominada”, destacando que a “falta de representatividade no poder” é um traço significativo da sociedade brasileira, uma “distância entre dirigentes e povo”, que se aprofundou com o “golpe de 1964” (Ibidem, p. 21-22). Ao tematizar a educação brasileira, assinalam que

a classe dominante utiliza-se de vários argumentos e meios para justificar e legitimar a estrutura social que criou. A escola é um dos meios de que esta classe se utiliza para transmitir sua ideologia. [...] A reprodução da ideologia dominante se dá na atuação de grande parte dos educadores que agem, conscientes ou não, comprometidos com o sistema para os quais não deve mudar, reforçando o poder da estrutura, tendo como função a adaptação dos indivíduos à mesma. [...] a solução para o problema da educação no Brasil não pode vir apenas do setor educacional, e sim de uma transformação estrutural da sociedade (Ibidem, p. 35; p. 57).

Entre 1981 e 1982, período de revisão curricular¹⁴⁹ nacional para o curso de Serviço Social, outra experiência da profissão em Juiz de Fora foi desenvolvida através do Centro Comunitário do bairro São Pedro¹⁵⁰. Entre as ações das estagiárias nesse campo, destacamos as atividades de mobilização da comunidade para que os moradores participassem das reuniões do Centro Comunitário, “trazendo as reivindicações da comunidade para este polo catalisador, que se incumbia de coordenar as ações” (Freesz et al., 1982, p. 72), além de favorecer a articulação de lideranças locais. As ações de mobilização da comunidade para o encaminhamento de reivindicações imediatas já tinham como referência os livros *Repensando o Trabalho Social: a relação entre Estado, instituições e população*, de Abramides et al. (1981), e *Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil*, de Ammann (2013). Na fundamentação teórica da monografia defendida por essas estagiárias em 1982, resgatam a trajetória do MEB como um programa de DC, destacando sua fase de envolvimento popular nos primeiros anos de 1960, e assinalam que a partir de 1978

¹⁴⁹ Segundo Castro e Toledo (2012, p. 17), “a Faculdade de Serviço Social da UFJF, atendendo às solicitações da ABESS, iniciou em 1977 os estudos sobre o currículo vigente na Unidade de Ensino, visando uma futura reestruturação. No ano de 1979, após as análises sobre o conteúdo do currículo vigente, a FSS elaborou suas primeiras modificações, mas não as colocou em prática, pois a proposta de currículo elaborada pela ABESS ainda não havia sido aprovada pelo CFE. Somente em 1982, o CFE aprovou a referida proposta de currículo mínimo. A partir daí os estudos na FSS/UFJF foram reiniciados, quando foi formada uma comissão — composta pelo Coordenador de curso, professores representantes do Departamento de Metodologia do Serviço Social (hoje, denominado DFUSS) e Política de Ação do Serviço Social (DPASS), Colegiado de Curso e discentes — para direcionar e coordenar a reformulação curricular”.

¹⁵⁰ Fato curioso é que, como vimos, a formação de um Conselho Comunitário havia sido recomendada por Rocha (1970), então estudante que estagiou no bairro São Pedro entre 1969 e 1970.

crece o número de manifestações reivindicativas de participação e organização popular, atingindo o DC seu momento crítico mais intenso; [...] a educação popular, passando a ser foco de análise, possibilita o surgimento de uma tendência de apropriação de DC por Educação Popular, pois ambos os processos estão fundamentados numa pedagogia que tem como centro a participação de comunidades, grupos e estratos sociais com a finalidade de contribuir para uma transformação da realidade social (Freesz et al., 1982, p. 34-35).

Ainda em 1982, outra experiência de organização e mobilização popular envolvendo o Serviço Social em Juiz de Fora ocorreu no bairro Ipiranga, por meio do Programa de Ação Comunitária Integrada (PACI) da Prefeitura Municipal. A partir de uma assembleia comunitária no bairro, mobilizada com o apoio das estagiárias do Serviço Social, foi criado um grupo comunitário denominado Grupo Progressista, cujos objetivos eram: “apoiar os grupos e entidades existentes no bairro; atender às necessidades existentes no bairro de acordo com as suas possibilidades; despertar a população para sair de uma situação acomodada” (Carvalho et al., 1986, p. 21). Sem mais detalhes sobre os desdobramentos dessa primeira iniciativa, outras estagiárias que atuaram nesse campo entre outubro de 1984 e abril de 1986 relatam que, ao chegarem ao bairro, encontraram um cenário de desmobilização dos moradores e de reduzida atuação da SPM local. Apesar de terem realizado ações de mobilização junto à comunidade “com intuito de mostrar a importância da participação de todos na SPM, pois somente assim a entidade se tornaria atuante” (Ibidem, p. 25), essa iniciativa não teve o êxito esperado, uma vez que a gestão da SPM estava aparelhada por um pequeno grupo, “servindo para manobras, politicagem e clientelismo” (Ibidem, p. 40). Assim, sem conseguir uma articulação com a SPM, as estagiárias direcionaram seus esforços para ações de mobilização junto aos moradores, incentivando sua participação nas decisões do PACI por meio do levantamento de reivindicações da comunidade, mesmo que as orientações institucionais do programa não previssem uma efetiva participação popular.

Reconhecendo que “a classe popular se vê obrigada a recorrer aos movimentos sociais, expressando sua insatisfação diante as contradições urbanas e levando a efeito sua pressão reivindicatória diante do poder municipal” (Ibidem, p. 35), as estagiárias auxiliaram na articulação dos moradores, que encaminharam reivindicações à Prefeitura. Em resposta, o poder executivo municipal propôs a realização de mutirões por parte dos próprios moradores, com a viabilização de recursos públicos. A partir de então, as estagiárias do Serviço Social promoveram “discussões sobre participação e união enquanto fator principal para o desenvolvimento do trabalho, frisando que o mutirão a ser realizado não é uma dádiva da

Prefeitura e sim um meio utilizado por esta para minimizar seus custos” (Ibidem p. 26). Consideraram ainda, que essa estratégia

vem comprovar como a Prefeitura cria mecanismos de mediação com os movimentos populares cooptando, assim, a força social da população, fazendo-a se responsabilizar pela solução dos problemas que lhe afetam. [...] Deste modo, seus programas [da Prefeitura] funcionam muito mais como tentativa de controlar o potencial participativo e reivindicatório das camadas populares, tentativas de cooptação destas reivindicações e de suas formas de associações mais autênticas para programas em que a população é utilizada para minimizar os custos do próprio Estado (construção de habitação, saneamento, calçamento, etc, através de mutirões, casos de SABs (Sociedade de Amigos do Bairro) e outras associações em que lideranças são ‘compradas’ por políticos locais em troca de benefícios, que, na verdade, são direitos da população” (Ibidem, p. 36-37).

Refletindo sobre o trabalho desenvolvido na comunidade,

as acadêmicas não se deram conta da importância de um trabalho junto a liderança do bairro, ignorando-a por considerá-la individualista, centralizadora e pelega. No entanto, percebe-se agora que a prática realizada pela equipe de Serviço Social deveria também se processar junto ao líder do bairro, além de fortalecer uma participação mais efetiva das bases. [...] Paralelamente, vê-se a necessidade de preparar as bases, mostrando a importância deste tipo de liderança nos movimentos reivindicatórios do bairro, levando-as a desenvolver formas de mobilização e de pressão frente a esta liderança, para que tenham uma participação realmente efetiva (Ibidem, p. 41-42).

Na fundamentação teórica da monografia, ao elencar “a chamada política de participação comunitária” como uma das formas de luta social, Carvalho et al. (1986, p. 12) compreendem que as contradições sociais do “capitalismo originam os movimentos sociais populares, que podem ser definidos como grupos que se organizam com a finalidade de defender os interesses comuns populares, ou seja, seus direitos sociais, civis, econômicos e políticos”. Além disso, afirmam que esses movimentos sociais emergem vinculados à conjuntura histórica, assim como ocorreu no período de lutas sociais pela redemocratização do país.

Essa rápida abordagem sobre os movimentos sociais a partir de uma perspectiva progressista é precedida por uma análise mais ampliada acerca das lutas e movimentos sociais, apresentada em uma outra monografia defendida em 1982, que, segundo a própria banca examinadora, foi “a primeira vez que o tema foi estudado por acadêmicos da faculdade” (Queiroz et al., 1982, ficha de avaliação). Intitulado *Movimentos Sociais: Área de Intervenção Profissional*, esse trabalho acadêmico tem como justificativa o próprio contexto sociopolítico do período, que trouxe à tona “questões sobre a organização da população, [...]”

sendo colocada para o assistente social a sua condição de trabalhador, que, ao tomar consciência dessa realidade, busca caminhos para uma luta conjunta visando enfrentar os principais impasses gerados por tal condição” (Ibidem). Apontando a necessidade de “novas alternativas de ação” da profissão diante a conjuntura, elencam os seguintes objetivos de pesquisa: “identificação do engajamento da população em movimentos sociais existentes em Juiz de Fora e a contribuição que possa advir do conhecimento da prática dos movimentos sociais para a comunidade e para os profissionais de Serviço Social” (Ibidem).

Na fundamentação teórica do trabalho, as autoras afirmam que “os movimentos sociais são imbuídos de caráter político, revelando a resistência da população às condições de vida a que está sujeita no meio urbano, geradas pelas contradições presentes no processo de acumulação de capital” (Ibidem, p. 3). Ao reconhecerem o caráter de classe do Estado e o seu papel nas relações sociais, identificando-o como alvo privilegiado das reivindicações dos movimentos sociais, buscam enfatizar as lutas desenvolvidas pelas “Comunidades Eclesiais de Base e os Movimentos de Bairro, por serem considerados mais significativos em Juiz de Fora” (Ibidem). Mas antes de adentrarem na particularidade do município, lembram que

na década de 60 a 70, iniciou-se na América Latina [...] o movimento de reconceituação do Serviço Social, [...] posicionando-se frente ao quadro teórico que utilizava, revisando seu instrumental técnico e admitiu a ideologia do trabalho com as classes dominadas e oprimidas como centro da prática do Serviço Social. Esta ideologia consistiu num trabalho não institucionalizado, sendo criado um impasse: o assistente social nega seu principal espaço de atuação — a instituição — cujo objetivo é reproduzir as forças de produção. Novas alternativas de ação são propostas. Essas alternativas se situam nos movimentos sociais que ao momento histórico voltam a ser desenvolvidas na sociedade brasileira (Ibidem, p. 34).

Apesar de defenderem a “atuação do Serviço Social junto aos movimentos sociais como uma prática alternativa”¹⁵¹, as autoras reconhecem, em certa medida, a prática profissional “institucionalizada” como um espaço contraditório, “quando a clientela desencadeia alterações institucionais, tendo como objetivo a realização de mudanças, e o profissional que tem por ideologia um trabalho transformador encontra nos movimentos populares a forma de desencadear a sua ação” (Ibidem, p. 35). No entanto, apontam para o que chamam de barreiras à efetivação de uma ação institucionalizada junto aos movimentos

¹⁵¹ Uma análise crítica sobre o chamado “Serviço Social Alternativo” é desenvolvida por Iamamoto (2013, p. 155), a partir de um “texto redigido em 1989, em colaboração com José Paulo Netto”. Tal reflexão nos parece já encontrar certa ressonância em Juiz de Fora no período de publicação do texto, tendo em vista que Gomes e Restori (1990, Introdução), concluintes do curso de Serviço Social em 1990, apontam que, ao utilizarem o termo “prática alternativa”, estão se referindo “ao posicionamento político-ideológico dos profissionais que estão comprometidos com a organização popular, buscando fortalecê-la e contribuir para o avanço das suas lutas; o uso desse termo nada se iguala ao Serviço Social Alternativo”.

populares: “execução de programas considerados prioritários para a instituição, que não respondem aos interesses da população; utilização do saber como instrumento de poder na relação pedagógica do assistente social com a população; ameaça constante do rompimento do vínculo empregatício” (Ibidem, p. 36). Acreditamos que esses apontamentos já sugerem, ainda que dentro das limitações das elaborações teóricas do período, os desafios colocados à profissão diante da relação tensa e contraditória entre autonomia relativa e condição assalariada, aspecto central da dimensão ideopolítica do Serviço Social. Nesse sentido, sinalizam

algumas estratégias de ação para estabelecer mecanismos de superação das barreiras institucionais: a) a participação do profissional enquanto cidadão nos movimentos populares que se efetiva e representa a aliança mais concreta com as classes dominadas; b) ao estabelecimento no trabalho institucional ou fora dele, de alianças entre profissionais de outras áreas, funcionários administrativos e os movimentos populares, tendo em vista fortalecer a luta interna e concorrer também para maior democracia da instituição; c) a estratégia que consegue maior respaldo é no engajamento nas lutas da categoria e a utilização de suas entidades representativas. A partir do momento que o profissional começa a lutar junto com seus companheiros de categoria, cria mais um laço com os movimentos populares e seu discurso deixa de ser vazio e sem fundamentação. Pois o profissional também está participando, se mobilizando e se organizando da mesma forma que as classes populares. [...] As lutas sociais, portanto, devem ser encaminhadas a partir de entidades e grupos organizados e de uma prática coletiva. Nesse sentido, essa luta do Serviço Social só pode se dar efetivamente, de maneira também coletiva — como categoria — e não por meio da luta individual de seus agentes. Por essa razão, para alguns profissionais, a prática do Serviço Social para se articular aos movimentos populares deve passar pela intermediação da organização da categoria (Ibidem, p. 36).

Direcionando a abordagem para a realidade de Juiz de Fora, as estudantes realizaram uma pesquisa com militantes das CEBs e SPMs em dois bairros da cidade, que não são identificados por motivos de sigilo dos entrevistados. A partir dessa pesquisa, apresentam um cenário de dificuldades políticas e organizativas para a mobilização popular, como o caráter basicamente pontual e espontâneo das reivindicações dos movimentos de bairro, a falta de autonomia das SPMs frente à Prefeitura, e a predominância de atividades estritamente religiosas nas CEBs. Ao levantarem o histórico dessas entidades no município, em relação às SPMs, verificam que a fundação da primeira organização ocorreu na década de 1940, no bairro São Mateus, estendendo-se para outros bairros nos anos seguintes, até culminar na criação definitiva da União Municipal de Entidades de Melhoramento (UMEM), em 1957 — um marco de maior articulação entre as lideranças comunitárias, embora estas não estivessem alheias a processos de cooptação política. Confirmando as observações de Queiroz et al.

(1982) sobre o quadro de desmobilização e cooptação de boa parte das SPMs, Viscardi (1990, p. 31) destaca o “grande atrelamento das associações de moradores às administrações municipais” nesse período. Sobre as CEBs, Queiroz et al. (1982) identificam que suas origens em Juiz de Fora advêm de círculos bíblicos e grupos de jovens católicos, formando suas primeiras células entre 1979 e 1981, a partir de um novo pensamento teológico voltado a “libertação” das classes subalternas, “tendo como objetivo, além da defesa e propagação da fé cristã, a conscientização, por meio da evangelização, de suas necessidades, bem como da importância da união para a resolução dos problemas comuns” (Ibidem, p. 55). Nesse período, as CEBs em Juiz de Fora ainda se encontravam “em caráter bastante espontaneísta, sem objetivos voltados para a ação comunitária, pois não se percebe nem se discute a importância de sua participação de maneira mais eficaz e consciente na transformação do processo histórico brasileiro” (Ibidem, p. 60-61). Contudo, Viscardi (1990, p. 31) constata que, ao longo da década de 1980, “o crescimento das CEBs já era considerável”, registrando-se, no ano de 1990, “aproximadamente 20 CEBs nos diferentes bairros periféricos da cidade”. O trabalho dessas comunidades era “o de atuar na organização popular, contribuindo para a obtenção de benefícios diversos para as comunidades”, mantendo uma ligação político-partidária explícita com o PT (Ibidem).

Embora a pesquisa de Queiroz et al. (1982) tenha constatado um cenário de desmobilização popular, com condições objetivas desfavoráveis e poucas possibilidades para a chamada “prática alternativa” do Serviço Social junto às lutas e movimentos sociais das classes subalternas em Juiz de Fora nesse período, ao direcionar o olhar para uma realidade mais ampla e abrangente, as autoras ainda consideram que

o movimento de reconceituação foi propulsor de um debate que se faz presente até hoje na categoria, já que enfatizou o aspecto político e ideológico da profissão. Daí encontram-se hoje profissionais que se colocam à serviço dos processos organizativos e reivindicatórios das classes trabalhadoras. Porém, ao se deparar na prática, surge uma contradição entre os objetivos dos profissionais e os da instituição. As atribuições delegadas aos assistentes sociais não lhes permitem assumir uma proposta de trabalho voltada, realmente, para os interesses das classes populares. Sendo as instituições o principal espaço de atuação da prática do Serviço Social e tendo esta como objetivo básico a reprodução das relações de produção, cabe encontrar para o Serviço Social novas alternativas de ação. [...] Se o compromisso assumido se der com as classes populares, sua postura deve ser de atuar dentro das instituições aproveitando as contradições da mesma e contribuir para o processo. [...] Acredita-se que a própria organização da categoria, lutando por conquistar seus direitos enquanto trabalhadores poderá contribuir para uma prática efetiva. Consequentemente fará com que apoiem a luta das classes populares que reivindicam os mesmos direitos (Ibidem, p. 66-67).

Verificamos que essa monografia, a primeira na Faculdade de Serviço Social da UFJF a eleger como tema os movimentos sociais enquanto espaço de intervenção profissional, possui em suas referências bibliográficas textos de Vicente de Paula Faleiros, Raquel Raichelis e Rosângela Batistoni, expressando a repercussão teórico-política de parte da vanguarda acadêmica da renovação crítica do Serviço Social brasileiro na categoria profissional. Constatamos ainda, que as inestimáveis contribuições de diversos sujeitos profissionais, diretamente envolvidos no processo de renovação crítica do Serviço Social e na construção histórica de um novo projeto ético-político para a profissão, continuaram a incidir sobre a realidade juizforana, refletindo-se em novas experiências profissionais, de estágio e de extensão. É sobre parte dessas experiências que nos debruçaremos a seguir.

4.3 Iniciativas do Serviço Social em organizações da classe trabalhadora no município

Antes de adentrarmos na discussão sobre a inserção de agentes do Serviço Social em organizações da classe trabalhadora, ocorrida a partir de 1979, é importante destacar aquela que nos parece configurar uma experiência pioneira de atuação profissional, voltada para ações de formação sindical junto ao operariado de uma indústria têxtil da cidade. Trata-se do trabalho desenvolvido pela assistente social Marilene Sansão, contratada pela Companhia Têxtil Ferreira Guimarães em 26 de dezembro de 1978.

Conforme informações orais obtidas no depoimento da assistente social que protagonizou essa experiência profissional, sua contratação ocorreu em razão da reimplantação do Serviço Social na referida empresa. Quando ainda operava sob a denominação de Industrial Mineira, a implantação do Serviço Social foi conduzida pelas assistentes sociais Maria Alak e Elisa Alak, sendo posteriormente sucedidas por outras profissionais ao longo do tempo. No momento de transição da Industrial Mineira para a Companhia Ferreira Guimarães, as assistentes sociais em exercício eram Ana Neves¹⁵² e Júlia Mota Sales, que, segundo o relato de Marilene Sansão, “foram as últimas assistentes sociais da fábrica, depois disso teve uma mudança drástica lá, problema sério com o sindicato, eles fecharam o Serviço Social” (Informação oral).

Após o encerramento do Serviço Social na referida empresa, Marilene destaca um fato que, em sua avaliação, foi uma das principais motivações para a necessidade de reimplantação

¹⁵² Um fato curioso é que, anos mais tarde, Ana Neves, então docente da Faculdade de Serviço Social da UFJF, esteve diretamente envolvida na abertura de um campo de estágio no Sindicato dos Bancários, em 1987, como veremos adiante.

da profissão naquele contexto. Como grande parte da produção da fábrica era destinada à exportação — tendo os Estados Unidos como principal importador — as mercadorias passaram a ser devolvidas devido ao baixo padrão de qualidade. Diante disso, surgiu a necessidade de reimplantar o Serviço Social, com o objetivo de atuar junto à força de trabalho na empresa e contribuir para a adaptação dos operários aos ritmos e padrões exigidos pelo processo produtivo.

Tinha sido devolvido um navio com toneladas de tecidos, por causa de problema com qualidade. Então, a fábrica começou a perder a qualidade do trabalho, começou a cair muito. Por isso que queriam um assistente social. Aí eu comecei a entender por que criar um Serviço Social depois de ter despedido as assistentes sociais que estavam ali e ter fechado (Informação oral de Marilene Sansão).

Em paralelo a essa requisição do Serviço Social, em detrimento de seu significado social no processo de reprodução das relações sociais, Marilene Sansão destaca que a reimplantação da profissão naquela empresa contou com o apoio de Francisco de Assis Martins Ribeiro. Anteriormente, como vimos, Francisco atuava como advogado do sindicato dos trabalhadores da indústria têxtil e tinha sido um dos primeiros professores da Faculdade de Serviço Social, ao lado de Padre Jaime Snoek. Mas naquele momento, ele havia se tornado um dos diretores da fábrica.

O Dr. Francisco, a formação dele era formação humanista cristã, [...] e a impressão que eu tinha é que ele tinha uma visão romantizada, de pensar a fábrica como uma grande comunidade de trabalho. Claro, é uma empresa, capitalista, mas, com esse passado dele, isso era uma coisa forte pra ele. Por isso, ele queria uma assistente social ali, para dar continuidade ao trabalho. [...] Aí ele montou pra mim uma sala, e ali estavam os arquivos do Serviço Social. Eu já fiquei impressionada. Ele me entregou um envelope com um lacre, [...] com as chaves do arquivo. Ele tinha um respeito pelo trabalho do assistente social e pelo sigilo (Informação oral de Marilene Sansão).

Iniciado, então, sua atuação como assistente social na referida empresa, Marilene dedicou os três primeiros meses à elaboração de um plano de trabalho. Para isso, decidiu que deveria conhecer todos os setores da fábrica, nos seus três turnos, pois, conforme relata: “eu queria ver como que era o processo de trabalho, eu tinha que conhecer o processo de trabalho, isso pra mim era importantíssimo” (Informação oral). Nas constantes visitas aos setores de produção, a assistente social foi conhecendo o operariado e estabelecendo diálogos acerca das condições de trabalho às quais aqueles trabalhadores estavam submetidos. Inclusive, nessas visitas, chegou a identificar que, entre os operários que trabalhavam no período noturno, estavam alguns egressos do sindicato da categoria e, segundo ela, “era o melhor pessoal”. Passou também a conhecer um operário que atuava como representante do sindicato na

empresa e que, por ser questionador e não poder ser demitido em razão de seu vínculo sindical, era visto dentro da fábrica como “persona non grata” (Informação oral).

Com seu plano de trabalho já elaborado e aprovado pela diretoria da empresa, passou a atuar em três frentes, incluindo os necessários atendimentos individuais, mas também desenvolvendo trabalhos com grupos, estes voltados a suscitar reflexões coletivas sobre as condições de vida e de trabalho. Nesses trabalhos coletivos, chegou a organizar grupos de moças com os quais discutia as relações de exploração e opressão, as situações de violência sofridas pela mulher operária e as condições de vida em geral da mulher na sociedade. Além disso, realizava outros grupos voltados ao debate sobre as condições de trabalho do operariado na empresa. Foi a partir desses trabalhos com grupos que a assistente social buscou desenvolver uma interlocução entre trabalhadores de diferentes setores da produção, de modo que eles próprios, ao relatarem suas condições de trabalho, pudessem perceber que as dificuldades enfrentadas em cada setor não eram responsabilidade dos demais operários que manipulam os produtos ao longo da linha de produção. Isso porque prevalecia uma ideia de que os materiais manipulados chegavam com problemas de qualidade a um setor porque o setor anterior não havia realizado adequadamente seu trabalho. Com isso, os operários passaram a perceber que a culpa pela baixa qualidade não era do outro trabalhador, mas das condições de trabalho às quais todos estavam submetidos pela empresa.

Dessa forma, a assistente social recolhia as indicações dos operários sobre as condições de trabalho e o manejo da produção, repassando essas demandas coletivas à diretoria, sempre com a devida cautela, a fim de evitar que o trabalho sofresse retaliações. Inclusive, como a empresa recebia, anualmente, a visita de um técnico norte-americano responsável por avaliar a qualidade do processo de produção, com o objetivo de aperfeiçoá-lo para viabilizar uma maior extração de mais-valia relativa do produto do trabalho, a assistente social se antecipou a essa visita e, a partir dos trabalhos com os grupos, propôs à diretoria uma série de demandas dos operários, com um duplo objetivo: atender às reivindicações dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e, simultaneamente, responder à requisição da empresa de intermediar canais que viessem a melhorar a qualidade da produção.

Eu comecei a reivindicar direitos pra eles dentro da própria fábrica [...] a fábrica tinha um consultor que era americano, que vinha todo ano, uma vez por ano, vinha fazer a avaliação da fábrica. Ele trabalhava com estudo de tempos e métodos, ou seja, o que o empregado precisa fazer para poder agilizar mais, para poder produzir mais em menos tempo. E eu comecei a observar aquilo, que tinha essa preocupação na fábrica. Aí, antes dele chegar, eu comecei a reunir as pessoas em trabalhos em grupos, para eles mesmos dizerem o que

fazer para melhorar, e levava isso para a gerência: olha aqui, os empregados sabem o que fazer para melhorar (Informação oral).

Foi a partir desses trabalhos com grupos que a assistente social decidiu iniciar um trabalho de formação sindical, sem envolver diretamente o sindicato, reunindo-se com os operários — incluindo aquele representante sindical que, até então, era estigmatizado e possuía má reputação na empresa. Conforme o depoimento de Marilene Sansão:

Aí eu peguei e fiz uma proposta de fazer um trabalho de conscientização sindical, e falei com o Dr. Francisco: [...] eu vou fazer isso, porque eu acho o seguinte: quando a pessoa se sente um trabalhador, e se sente que pertence a uma categoria e que tem um órgão que a defende, a pessoa trabalha muito melhor, o senhor não acha? [...] Aí o Dr. Francisco me olhou de banda, falou assim: isso não pode ser no horário de trabalho. Aí sabe o que eu comecei a fazer? Na hora do almoço. Eu comecei a reunir, na minha sala, um grupo de pessoas interessadas em discutir a questão do trabalho, a inserção sindical, o que era sindicato, lei trabalhista, o que que era isso. Aí o Sr. Sebastião me levou — eu acho gozadíssimo isso — um catatau de apostila que ele tinha dos cursos que ele fazia na época, e ele me levou essas apostilas. E o que que eu fazia? Eu tinha uma máquina, datilografava aquilo, eu tinha um mimeógrafo e mimeografava. Então, pra cada pessoa que ia lá, eles tinham escrito pra poder acompanhar a conversa. E aí o Sr. Sebastião, ficando cheio de si, porque ele podia falar do sindicato, da participação dele. Então eu dei a ele uma condição de falar da participação e da experiência dele, porque ele era uma pessoa mal-vista, mas olha o quanto ele sabia. [...] Era muito interessante, eu aprendi, aprendi muito (Informação Oral).

Com o andamento das atividades desse grupo voltado para a formação sindical, a possibilidade de debater, refletir coletivamente e pensar alternativas de ação conjuntas foi estimulando a participação espontânea de mais operários, que também eram incentivados por seus pares já assíduos nas reuniões. Os frutos dessa iniciativa político-profissional passaram a se expressar no cotidiano da fábrica, inclusive com desdobramentos posteriores à própria realização do grupo. Marilene Sansão se recorda, comovida, de um desses reflexos, que certamente contou com influências dessa experiência de formação sindical promovida pela iniciativa do Serviço Social:

Aí foi enchendo, já não tinha mais lugar [...] começou a aparecer um menino que trabalhava na expedição, o nome dele é Joeber, deveria ter uns 17 ou 18 anos. Eu só sei que ele ficava quietinho, de vez em quando ele perguntava alguma coisa, muito tímido e tal. [...] Depois que eu saí da fábrica, anos depois, [...] alguém me falou assim: você se lembra do Joeber? Eu falei: uai, eu lembro do Joeber. Pois é, virou presidente do sindicato dos trabalhadores da indústria têxtil de Juiz de Fora. Isso, pra mim, corou. Eu fico emocionada (Informação oral).

Embora não se recorde exatamente de como se deu o encerramento dessa iniciativa de formação sindical, a assistente social relata que a interrupção da atividade ocorreu em razão

de sua licença-maternidade, em 1982. Ao retornar às atividades laborais no ano seguinte, essa experiência não foi retomada, uma vez que a profissional se desligou da empresa ainda em 1983 para dedicar-se integralmente à docência na Faculdade de Serviço Social da UFJF. Desde 1977, já atuava como docente na referida instituição, em regime de 20 horas semanais, o que lhe possibilitava exercer atividades profissionais em outros espaços sócio-ocupacionais de forma concomitante. No entanto, em 1983, a Faculdade solicitou a ampliação de sua carga horária para 40 horas semanais, o que motivou sua decisão de dedicar-se exclusivamente à atividade docente. Em sua atuação como professora, Marilene Sansão recorda que, entre as atividades desempenhadas, ministrava disciplinas voltadas ao “Serviço Social de Comunidade”, conforme relata em seu depoimento: “Eu herdei as disciplinas da Elisa [Melo], que eram as disciplinas de comunidade, era a disciplina de Comunidade III, [...] e conscientização, eu trabalhava Paulo Freire” (Informação oral).

Contudo, no mesmo período em que ainda realizava o trabalho de formação sindical na Companhia Ferreira Guimarães, Marilene envolveu-se, de forma voluntária, em outra experiência, que consistia na prestação de assessoria direta a uma organização sindical de trabalhadoras domésticas. A participação do Serviço Social nos processos de organização e mobilização vinculados a essa entidade de caráter sindical foi inicialmente constatada por meio da análise documental de monografias de graduação da Faculdade de Serviço Social da UFJF, ocasião em que identificamos o trabalho de Neto et al. (1987), que aborda os movimentos sociais como “um tema privilegiado no processo de reflexão dos assistentes sociais, devido à emergência dos movimentos populares” na conjuntura brasileira da época. O ponto de partida para esse Trabalho de Conclusão de Curso foi uma experiência de estágio realizada na Associação Profissional das Empregadas Domésticas de Juiz de Fora (APED)¹⁵³, desenvolvida na segunda metade da década de 1980, no qual as autoras relatam, ainda que parcialmente, as atividades então desenvolvidas.

Antes de adentrarmos na discussão acerca dessa experiência, que envolveu atividades de organização e mobilização popular, vale destacar que as autoras apresentam um breve histórico dos movimentos sociais no Brasil, com ênfase no movimento feminista (denominado por elas como “movimento feminino”) e no movimento negro. Elas consideram os movimentos indígena e negro como as primeiras manifestações de lutas sociais na realidade brasileira, decorrentes do processo de colonização. E em razão do avanço das relações sociais

¹⁵³ Embora nas monografias consultadas se faça referência à “Associação Profissional dos Empregados Domésticos” no masculino, optamos por flexionar o nome da referida entidade no feminino, considerando que sua composição era majoritariamente — senão exclusivamente — formada por mulheres.

de produção capitalistas, no panorama de desenvolvimento urbano-industrial do país, destacam o movimento operário e a influência do PCB a partir de 1922 (ano de sua fundação), apresentando “diferentes níveis de organização popular: [...] movimentos operários e sindicais; [...] movimentos sociais rurais; [...] movimentos sociais urbanos” (Ibidem, p. 15). Sobre este último, com base em Castells, afirmam que “são resultados das contradições capitalistas; sendo que o capital é apoiado nas relações sociais de produção, expressam também as diversas necessidades coletivas” (Ibidem).

Em relação à experiência do Serviço Social na APED, organização criada em 1968¹⁵⁴, Neto et al. (1987) apontam que, no ano de 1979, a entidade passou por um processo de reestruturação com o objetivo de retomar a mobilização da base do movimento. Ainda que não constitua objeto de reflexão das autoras que descrevem parte dessa experiência, compreendemos que o processo de reorganização da entidade está intrinsecamente vinculado às condições sociopolíticas do período, considerando que sua fundação ocorre em um contexto de acirramento da repressão promovida pela ditadura civil-militar, e que sua reorganização acontece justamente em meio à efervescência política das lutas e movimentos sociais, que intensifica a crise de legitimidade do regime autoritário. Essa retomada organizativa da APED contou com a liderança de Neuza Felipe da Silva, militante da Ação Católica Operária, e com a atuação de Marilene Sansão, assistente social que também mantinha vínculos com a Ação Católica Operária. Segundo nossas autoras, Marilene atuou como voluntária junto à APED entre 1979 e 1981, assessorando a entidade por meio de cursos sobre previdência social e direitos trabalhistas, na confecção de jornais informativos (denominados “Pra Frente Doméstica”) e na divulgação da associação em escolas noturnas da cidade. Entretanto, a atuação dessa assistente social estendeu-se para além do período de rearticulação da entidade, permanecendo presente em suas atividades organizativas e de mobilização até 1986. Em seu depoimento, Marilene Sansão expõe as circunstâncias que possibilitaram o início do trabalho de organização e mobilização junto à Associação Profissional das Empregadas Domésticas de Juiz de Fora:

Como é que foi essa coisa da APED... Aí entra o Padre Jaime Snoek [...] Bom, eu fui parar na Pastoral Operária. O Padre Jaime me falou assim, em 79 isso: essa Pastoral Operária se reunia num quartinho, numa salinha escondida, lá atrás da Igreja da Glória, lá nos fundos, toda semana, dia tal, à noite. Aí eu comecei a participar. Pra você ver, eu arrumava tempo pra isso tudo, não sei como [...] Eu fui parar na Pastoral Operária [...] e tinha mulheres e tal, inclusive a Neuza, que

¹⁵⁴ No entanto, segundo o estudo de Lopes (2024, p. 32), a “primeira associação dos trabalhadores domésticos na cidade, mencionada no relato de Paulo César Mariano, foi criada por volta da década de 1950, tendo como liderança Onofre Francisco Eva”.

viria a ser, depois, a presidente da APED [...] Aí perguntaram se eu podia dar uma ajuda, porque o sindicato — elas falavam inclusive sindicato — não estava mais funcionando. Elas queriam que levantasse, reorganizar a associação de trabalhadoras domésticas. Aí eu falei: uai, por que não? Tá! (Informação oral).

Em concomitância com seu trabalho na Companhia Ferreira Guimarães, que, como vimos, envolvia atividades de formação sindical junto ao operariado daquela fábrica, Marilene Sansão aceitou o convite para contribuir na reorganização da APED. Logo após uma primeira reunião com Neuza e com outras mulheres do movimento — que também atuavam na Pastoral Operária — iniciaram as atividades de mobilização para reconstituir a base da entidade sindical. Esse processo envolveu desde a divulgação da associação em igrejas e escolas noturnas até a distribuição de panfletos em algumas residências de regiões da cidade que, certamente, contavam com a presença de empregadas domésticas. A assistente social, juntamente com as lideranças do movimento, elaborava o conteúdo dos panfletos, e as próprias trabalhadoras realizavam o trabalho de divulgação nas residências. Como precisavam de um local para a realização das reuniões, Marilene considerou a possibilidade de utilizarem o salão da Igreja do Bom Pastor, tendo em vista que, naquela região de alto poder aquisitivo, havia trabalhadoras domésticas em praticamente quase todas as residências. Em diálogo com o Padre Jaime Snoek, que intercedeu junto ao padre responsável pela paróquia do bairro Bom Pastor, conseguiram a autorização para que as reuniões da APED ocorressem nas dependências da igreja local, no período noturno. Com os trabalhos de divulgação da associação já iniciados, passaram a realizar reuniões com as trabalhadoras, sendo a assistente social envolvida responsável por orientar o processo de estruturação organizativa da entidade, bem como por estimular a reflexão coletiva sobre as condições de trabalho vivenciadas por aquelas mulheres, por meio de debates e espaços de formação política, os quais se estenderam até a primeira metade da década de 1980.

Só sei que começou um grupo, foi aumentando, aumentando. Então a gente fazia trabalho sobre isso, explicando o que é uma associação, como é que se forma uma associação [...] e discutindo a questão do direito das empregadas domésticas, que não tinha lei. E aí começamos a discutir: porque tem que ter lei, tem que ter hora de trabalho, horário de descanso. Então esse trabalho, ao mesmo tempo, eu fui aprendendo também. E aí fiquei perita na coisa. Vinham outras pessoas de outros bairros também, que começaram a pintar. E eu me lembro que se culminou na primeira grande reunião, primeiro encontro. Sabe onde que eu consegui fazer isso? Numa escola de elite de Juiz de Fora, que era o Magister (Informação oral de Marilene Sansão).

A realização do I Encontro de Empregadas Domésticas de Juiz de Fora ocorreu durante um final de semana, no primeiro semestre de 1986, nas dependências da referida

escola. Foi nesse mesmo período que, segundo Neto et al. (1987), a APED passou a ser oficialmente um campo de estágio da Faculdade de Serviço Social da UFJF, sendo Elaine Reis Brandão a primeira estagiária. Contudo, Marilene Sansão acredita que o campo de estágio possa ter sido aberto um pouco antes, pois se recorda de Elaine atuando junto a ela nos preparativos e na própria realização do referido encontro, o qual contou com a participação de muitas trabalhadoras do município (Informação Oral). Com o estágio de Serviço Social já em funcionamento na APED, Marilene teve de se afastar do cotidiano da entidade, pois, ainda em 1986, se dirigiu ao Rio de Janeiro para cursar o Mestrado em Serviço Social. Mesmo com seu afastamento, a iniciativa de implantação do campo de estágio foi mantida, possibilitando que outras estudantes tivessem contato com essa experiência de organização sindical de mulheres. Foi então que, no segundo semestre daquele ano, outras duas estagiárias ingressaram na APED — Dalva Justino Neto e Márcia Regina dos Santos — e definiram as seguintes atribuições do Serviço Social na entidade:

capacitar os membros da Associação através de cursos de treinamento (liderança, coordenação de reuniões, organização interna, etc); orientar e dar sugestões em relação à organização da Associação (cronograma, planejamento de atividades, organograma, etc); esclarecer sobre a importância da participação enquanto força social, com a consciência dos direitos e deveres, no sentido de encontrar a forma de ação para a concretização dos mesmos; visitar domicílios; acompanhar casos (família, trabalho e aposentadoria); realizar contato com outros profissionais e entidades (Neto et al., 1987, p. 55-56).

Uma das primeiras ações das novas estagiárias do Serviço Social na APED foi a realização de discussões sobre a Assembleia Nacional Constituinte junto às associadas, contando com a colaboração de Margarida Salomão, então Secretária de Governo da Prefeitura Municipal¹⁵⁵, para debater o “momento político do país” (Ibidem). Essas atividades, assessoradas pelo Serviço Social, serviram como uma espécie de preparação local para a intervenção no V Encontro Nacional de Empregadas Domésticas, realizado em 1987, ocasião em que a APED de Juiz de Fora, junto a outras associações congêneres, elaborou um documento reivindicatório à Assembleia Nacional Constituinte, o qual foi aprovado nesse Encontro Nacional das trabalhadoras domésticas.

Neto et al. (1987, p. 61) também apontam tentativas de envolvimento do Serviço Social no Grupo Consciência Negra, composto por militantes da APED e de outras organizações, como “SPM, Grupo de Jovens e partidos políticos”. Sem fornecer muitos detalhes sobre essas tentativas, destacam que, devido à independência organizativa do

¹⁵⁵ Como veremos mais adiante, nesse período a Prefeitura Municipal adotava a proposta de gestão participativa, sob a administração de Tarcísio Delgado (MDB), conforme Viscardi (1990).

movimento, “observou-se que o Consciência Negra só permitiria a intervenção dos agentes profissionais se estes se colocassem como membros do grupo, sem a pretensão de liderar ou querer estabelecer normas e condutas para o mesmo” (Ibidem). Esse entendimento levou as estagiárias a considerar que

o assistente social, compreendendo os movimentos sociais, deverá abdicar da condição de detentor do saber ao mesmo tempo em que deverá preservar sua identidade profissional para não se anular enquanto agente social partícipe do movimento. A prática profissional deve ser orientada para a produção conjunta, já que nestas práticas todos detêm um saber e todos têm que aprender (Ibidem, p. 67).

Embora não tenhamos identificado informações adicionais sobre possíveis envolvimento entre o Serviço Social e o Grupo Consciência Negra, chama-nos a atenção o estudo de Lopes (2024) sobre o movimento negro em Juiz de Fora, no qual se aponta a existência de uma organização congênere, com o mesmo nome e atuante no mesmo período, fortemente vinculada ao movimento comunitário da região de Santa Luzia e à Igreja local — região muito próxima ao bairro Bom Pastor, onde ocorriam as reuniões da APED. O nível de organização e de incidência no âmbito municipal do Grupo Consciência Negra, mencionado por Lopes (2024) — possivelmente a mesma organização com a qual o Serviço Social buscou se articular — evidencia-se, entre outros aspectos, pelo fato de duas de suas lideranças¹⁵⁶ terem se candidatado às eleições municipais na década de 1980, pelo Partido dos Trabalhadores, sendo uma delas eleita vereadora em 1988.

Sem informações sobre possíveis interlocuções de agentes do Serviço Social com esse movimento de luta antirracista, para além das tentativas das estagiárias da APED, acreditamos que as iniciativas de envolvimento com as lutas e movimentos sociais em Juiz de Fora encontram explicação no contexto sociopolítico do país, mas também estão implicadas na direção ideopolítica assumida por sujeitos profissionais envolvidos no processo de renovação crítica da profissão no Brasil. Por exemplo, chama-nos a atenção o fato de que a assistente social que protagonizou as iniciativas de formação sindical com operários em uma empresa da cidade e assessorou uma organização sindical de trabalhadoras esteve presente, no mesmo ano

¹⁵⁶ Uma das lideranças foi Gabriela Santana Crochet, vinculada à Ação Operária Católica (mesma organização em que atuava Neuza Felipe da Silva, uma das pessoas que rearticularam a APED), reconhecida como “primeira candidata a vice-prefeita de Juiz de Fora (1982) e Secretária Municipal de Políticas Sociais”. Além de ser uma referência histórica do movimento negro na cidade, “organizou e participou, até quando a saúde permitiu, do Núcleo Petista de Santa Luzia” (Lopes, 2020, p. 47). A outra foi Natanael Elói do Amaral, trabalhador rural e liderança comunitária, que, “a partir da vivência com o grupo Consciência Negra, no bairro Santa Luzia, desde a juventude passou a ter mais contato com as questões raciais” (Ibidem, p. 140), tendo sido eleito vereador pelo Partido dos Trabalhadores. Durante seu mandato, foi responsável pela criação da “Tribuna Livre” da Câmara Municipal, espaço voltado à participação popular no cotidiano legislativo da cidade, que permanece em funcionamento até os dias atuais, e leva seu nome como homenagem.

em que deu início a essas atividades, em um evento emblemático para o Serviço Social brasileiro, que marca historicamente a “virada” crítica na direção social da profissão. Marilene Sansão foi uma das centenas de profissionais que testemunharam a “virada” no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, chegando a atuar em Juiz de Fora como representante do Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais na primeira metade da década de 1980. Certamente, o compromisso ético-político dessa assistente social com os interesses de classe dos trabalhadores — expresso em seu cotidiano de trabalho — foi fortalecido naquele momento de reposicionamento político de segmentos da profissão. Da mesma forma, suas iniciativas profissionais contribuíram para a expansão do processo de renovação crítica do Serviço Social, compondo um amplo movimento protagonizado pelos setores mais progressistas e combativos da categoria no país.

Embora não seja nossa pretensão adentrar na rica complexidade que constitui a dimensão político-organizativa da profissão, vale destacar o relato de Marilene Sansão sobre os desdobramentos de sua participação no III CBAS, ocasião em que ficou “impactada” com toda a mobilização sindical da “esquerda do Serviço Social”, a qual resultou na mudança dos rumos do congresso — simbolizada pela destituição dos membros oficiais da mesa de honra, que foram substituídos por militantes dos movimentos de trabalhadores.

Eu fiquei impactada com aquilo tudo. Aí eu fui procurar saber a história da APAS-SP, porque eu me lembro que toda aquela reviravolta foi o pessoal que era a chamada esquerda do Serviço Social. [...] A Marilda [Iamamoto] sempre me dava os nomes, quem era quem. Ela que me falou dessa coisa da APAS-SP, aí me apresentou a Erundina. Fiquei maravilhada com a Erundina, fiquei amiga dela desde então. Enfim, a partir dali, eles precisavam, nos estados, ter pessoas. Tinha o pessoal de Minas Gerais, que era a Márcia Pinheiro, Eulália, na reorganização do Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais. Precisavam de um contato em Juiz de Fora, então eu virei representante de Juiz de Fora no Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais. [...] Aí eu chamei a categoria e fizemos vários encontros junto ao CRESS. [...] Eu sei que fizemos, aqui em Juiz de Fora, um grande encontro da ANAS¹⁵⁷, que, no caso, a proposta era criar a Associação Nacional. Eu consegui aquele anfiteatro Carriço —

¹⁵⁷ Embora nossa entrevistada não se recorde exatamente do ano em que ocorreu o evento da ANAS em Juiz de Fora, acreditamos que tenha sido possivelmente em 1983. Considerando que esse encontro ainda era preparatório para a criação da ANAS, e que a transição da CENEAS para a ANAS ocorreu ao final desse mesmo ano, é improvável que o evento local tenha acontecido posteriormente. Além disso, conforme relata Marilene Sansão, o encontro local da ANAS ocorreu durante a gestão municipal de Tarcísio Delgado, iniciada também em 1983. Segundo o estudo de Gonçalves (2016), outra profissional que representou o Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais em Juiz de Fora e teve uma atuação relevante junto à ANAS foi Ana Mourão. O referido estudo aborda o processo histórico da Seccional de Juiz de Fora do CRESS-MG — 6ª Região e chega a mencionar um Trabalho de Conclusão de Curso, defendido em 1992 na Faculdade de Serviço Social da UFJF, que trata do processo organizativo da categoria profissional no município, desde sua vinculação à Associação Profissional de Assistentes Sociais de Minas Gerais (APAS-MG), fundada em 1959. Acreditamos que uma das autoras desse TCC mencionado por Gonçalves (2016) seja a Prof.^a Alexandra Aparecida L. T. S. Eiras.

foi na gestão do Tarcísio [prefeito], por isso eu consegui —, um anfiteatro dentro da antiga prefeitura. Me lembro que veio a Regina Marconi, inclusive ficou lá em casa (Informação Oral de Marilene Sansão).

Sem sombra de dúvidas os desdobramentos do III CBAS ressoaram na realidade juizforana, fortalecendo os caminhos de ruptura com o conservadorismo na direção social da profissão e de construção de um novo projeto profissional vinculado aos interesses históricos dos trabalhadores na luta de classes. Assim, influenciada pelos ventos de renovação crítica da profissão e, portanto, orientada por uma perspectiva progressista, outra experiência do Serviço Social em organização de trabalhadores no município surgiu em 1987, com a abertura de um campo de estágio no Sindicato dos Bancários de Juiz de Fora, por iniciativa da assistente social e professora Ana Neves.

As primeiras estagiárias desse campo, com base nas contribuições do Movimento de Reconceituação do Serviço Social Latino-Americano, especialmente no que diz respeito à recusa da suposta neutralidade da intervenção profissional, afirmam que o assistente social carrega consigo uma “intencionalidade de sua ação, na busca de um compromisso com a classe trabalhadora” (Neto e Lisboa, 1988). Apontam também que, diante da conjuntura nacional de efervescência sociopolítica nos últimos anos da década de 1970, com destaque para o Novo Sindicalismo, “preocupado com a formação de sindicatos classistas e de massas, o trabalho do Serviço Social nestes órgãos mostra-se como um novo espaço de atuação, onde tem a possibilidade de ser desenvolvida uma prática que atenda os objetivos da profissão e dos trabalhadores” (Ibidem). Lembram ainda que a atuação do assistente social em entidades sindicais já era prevista na CLT, como dever do sindicato, desde 1975¹⁵⁸.

As principais atividades das estagiárias de Serviço Social no Sindicato dos Bancários estavam relacionadas a estudos e pesquisas junto à base da entidade, repasse de informações por meio de jornais e boletins, promoção de atividades culturais e de formação política, com prioridade para palestras e cursos. Na assessoria à diretoria do sindicato, compreendiam que

cabe ao técnico — Assistente Social — fornecer subsídios, através de levantamento de dados, de estudos, de pesquisas, elaboração de propostas e discussões de alternativas que possibilitem que o processo decisório se dê de forma consciente e crítica. [...] O trabalho do Serviço Social deve ter uma dimensão educativa, com vistas a aumentar o nível de consciência dos trabalhadores bancários, fornecendo técnicas, informações e instrumentos para que os próprios

¹⁵⁸ Conforme a redação do artigo 514, *alínea d*, da Consolidação das Leis do Trabalho (incluída pela Lei nº 6.200/1975), é dever do sindicato, “sempre que possível, e de acordo com as suas possibilidades, manter no seu quadro de pessoal, em convênio com entidades assistenciais ou por conta própria, um assistente social com as atribuições específicas de promover a cooperação operacional na empresa e a integração profissional na classe” (BRASIL, 1943).

trabalhadores se organizem, fortaleçam suas entidades e criem estruturas de pressão (Ibidem, p. 87).

Apontando a necessidade de implementar cursos de formação sindical, as estagiárias do Serviço Social reconhecem que “deve-se criar, dentro dos sindicatos, escolas que liberem os trabalhadores da dominação ideológica e política das classes dominantes” (Ibidem, p. 93). Para subsidiar a proposta de formação sindical na entidade e outras ações da diretoria, foi iniciada uma pesquisa junto à base do sindicato, com o objetivo de mapear o perfil dos associados. Essa pesquisa serviu de base para as ações desenvolvidas por outras estagiárias que ingressaram no campo em março de 1988. Elencando como objetivo da intervenção “assessorar a diretoria do sindicato num processo informativo/reflexivo junto aos bancários, na busca de sua participação e organização enquanto categoria” (Paula et al., 1988, p. 60), as novas estagiárias desenvolveram ações de mobilização da base sindical em parceria com os dirigentes da entidade. Essas ações envolveram o “projeto do Jornal Cultural e da Cartilha, [...] projeto cinema no sindicato, campanha de sindicalização com a instalação de mesas na porta dos bancos, e ciclos de debates e cursos” (Ibidem), cujo propósito era “propiciar condições para que os bancários reflitam sobre sua realidade e se reconheçam enquanto categoria, [...] além de incentivar a participação na vida sindical” (Ibidem). Segundo Paula et al. (1988), essas atividades de assessoria à diretoria do sindicato contrastavam com a maioria das experiências de trabalho do assistente social em sindicatos à época, que se limitavam a operacionalizar a prestação de serviços assistenciais aos filiados.

Precedendo essa experiência da profissão no Sindicato dos Bancários, como já indicamos anteriormente, no ano de 1979 foi defendida uma monografia de graduação na Faculdade de Serviço Social da UFJF, intitulada *Perspectiva de atuação do Serviço Social junto aos sindicatos brasileiros*. Nesse Trabalho de Conclusão de Curso, Paula et al. (1979) buscam problematizar o papel e o posicionamento do Serviço Social em relação às entidades sindicais, considerando que a profissão,

através de sua prática, deve atuar junto ao sindicatos no sentido não de mediador entre empregador e empregado, levando para o empregador soluções já propostas pelos trabalhadores, mas sim questionar juntamente a estes sua problemática e formas de solucioná-la; para tal requer que o Assistente Social opte entre manter a situação de exploração, isto é, manutenção do status quo ou ser agente de mudança, atuando ao lado do trabalhador, lutando por suas reivindicações” (Ibidem).

Para essas autoras, o profissional do Serviço Social deveria realizar um “trabalho de conscientização da massa trabalhadora, cujo objetivo seria levá-la a uma reflexão crítica de sua realidade” (Ibidem). Como avaliam que a intervenção do Serviço Social brasileiro à época

“se esboça na ambiguidade do movimento popular entre a mobilização e manipulação”, seria “preciso voltar-se, pois, para uma prática educativa, autêntica, para a libertação das classes populares” (Ibidem, p. 79). Recorrendo ao pensamento de Paulo Freire, defendem “um Serviço Social compromissado com o homem oprimido, esmagado, explorado, cabendo a tarefa fundamental de conscientização, através de uma prática realmente libertadora, respeitadora do homem como pessoa” (Ibidem). Influenciados também pelo Movimento de Reconceituação do Serviço Social, consideram ainda que

o Serviço Social só pode atuar a partir de um modelo de transformação, em que a mudança se produz mediante mobilizações estratégicas, que requerem para tal, a participação ativa da classe trabalhadora, capacitando-a para se inserir crítica e historicamente em sua realidade e atuar de forma organizada e sistemática, a fim de assegurar um processo coletivo que o liberte da opressão (Ibidem, p. 82).

A partir dessas influências, que resultaram em avanços contra a perspectiva conservadora no Serviço Social, mas também em equívocos sobre o significado social da profissão, ao observarem a relação dos agentes profissionais com os sindicatos, nossas autoras concluem que “o Serviço Social não deve objetivar que os sindicatos voltem sua ação para si mesmo, mas que passem de interesses momentâneos, espontâneos, imediatos, para os interesses estratégicos de classe, o que supõe uma consciência de classe” (Ibidem, p. 83). A operacionalização do trabalho do assistente social junto aos sindicatos e grupos organizados, para as autoras, “requer a utilização de uma metodologia científica, seguindo as etapas [...]: investigação diagnóstica; planificação; execução; avaliação” (Ibidem, p. 85), nas quais o Serviço Social deveria lançar mão do “método dialético [...], que representa um embasamento científico para a profissão e uma intervenção voltada para a mudança social e a transformação” (Ibidem, p. 55).

Adotando uma perspectiva crítica, ainda que atravessada por uma linha tênue com a postura messiânica, mas que apresenta avanços na análise do significado social da profissão inscrito na reprodução das relações sociais contraditórias, a monografia defendida por Mayer e Henrique (1990) tematiza a *prática de assessoria do Serviço Social diante da questão da mobilização e organização popular*. Esse outro Trabalho de Conclusão de Curso que identificamos não se trata de um relato de experiência, mas foi motivado pela inserção dos autores como estagiários no Sindicato dos Bancários, entre 1989 e 1990. Estimulados pelas “dificuldades encontradas e pelo anseio de contribuir para o fortalecimento dessa entidade”, Mayer e Henrique (1990) preocuparam-se com a “questão da participação”.

Ao abordarem a temática da “participação popular”, os autores enveredam por uma discussão sobre “consciência de classe e alienação”, com base em referências da tradição marxista, a partir das quais diferenciam o que chamam de “significado administrativo” da assessoria aos movimentos populares e sindicais e a prática de “assessoria proposta pelos educadores populares” (Ibidem). Ao tratarem sobre o Serviço Social, reconhecem que a profissão “atua na contradição entre capital e trabalho” e destacam a importância do Movimento de Reconceitualização do Serviço Social para o florescimento de novas propostas de atuação profissional em contraposição ao conservadorismo. Em uma conjuntura nacional marcada pela mobilização popular e pela crise do regime autocrático, os autores consideram que esse processo favoreceu as possibilidades de atuação do Serviço Social “no intuito de fortalecer o processo de mobilização e organização popular” (Ibidem, p. 60). No entanto, ressaltam que a prática de assessoria aos movimentos sociais ainda era muito recente na profissão, sendo possível encontrar apenas “experiências isoladas, sem serem sistematizadas” (Ibidem).

Diante da escassez de literatura profissional acumulada à época sobre as experiências de organização e mobilização popular desenvolvidas por assistentes sociais, Mayer e Henrique (1990) recorrem a um documento elaborado por ocasião do VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em 1989 na cidade de Natal-RN, no qual a prática de assessoria aos movimentos sociais foi discutida. Os autores sinalizam duas teses apresentadas por profissionais sobre o tema. A primeira, elaborada por Estela Reis, apresenta que

a assessoria passa pela formação do grupo sobre como intervir em questões complexas colocadas pela sociedade burguesa, como o trabalho burocrático de todas as questões, até pelo oferecimento de momentos de reflexão que propiciam o amadurecimento do grupo enquanto consciência de classe e enquanto indivíduos com alta capacidade de intervenção na sociedade, na defesa dos interesses coletivos. [...] há posições que negam a diferença entre a prática do profissional e do militante por entender que o fim é o mesmo. Outra parcela afirma que a diferença fundamental é que o militante já tem o posicionamento ideológico pronto e a própria argumentação, já tem linha definida, sendo que o profissional, não se propondo a uma neutralidade pessoal e ideológica, apresenta formas de intervenção social baseadas em concepções filosóficas diversas, fazendo do seu trabalho uma formação de consciência de classe opcional. [...] A revisão do pensamento de que é menos revolucionária a postura de repensar, discutir, aperfeiçoar as relações humanas é urgente e deve ter seu valor resgatado. O lazer, as relações familiares, grupais, a sexualidade, a valorização das capacidades individuais são questões discutidas agora, pelos grupos e, que fazem parte de um aspecto que já comumente é defendido pelos militantes: não queremos só construir a sociedade para os que virão, mas queremos o direito de buscar um

melhor jeito de viver, agora (Reis, 1989 apud, Mayer e Henrique, 1990, p. 61).

Além dos apontamentos dessa primeira tese — que, em nossa avaliação, expressa tanto um olhar atento para a diversidade de refrações da “questão social”, objetivamente reais e que pululavam no período, quanto uma possível aderência às abordagens analíticas dos chamados “novos movimentos sociais” — a outra tese identificada é de autoria de Lourdes Rocha. Nela, segundo Mayer e Henrique (1990, p. 64), argumenta-se que “as demandas que a classe trabalhadora apresenta para o Serviço Social se expressam de três modos: demandas dos movimentos sociais populares, demandas dos setores da classe trabalhadora não organizados e demandas que o assistente social coloca para si, enquanto parte da classe trabalhadora”. Em relação ao primeiro “modo” em que as demandas se apresentam, a prática de assessoria é entendida como um

conjunto de atividades desenvolvidas pelo assistente social (e não só por ele), visando contribuir, diretamente, com o processo de mobilização e organização das classes populares, que passam pelo planejamento, discussão e aprofundamento de temas relativos às lutas empreendidas, informações, sistematização de saber e falas, elaboração de documentos, entre outros (Rocha, 1989, apud Mayer e Henrique, 1990, p. 66).

Além disso, compreendem que as atividades de assessoria do Serviço Social, bem como sua repercussão e estímulo à participação popular, dependem “do nível de organização e politização dos movimentos populares”, mas também “têm possibilitado a construção e o desenvolvimento de uma prática pedagógica” (Mayer e Henrique, 1990, p. 66), que se traduziria em “um conjunto de estratégias e táticas políticas no sentido de adesão de uma classe na luta hegemônica, caracterizando-se, portanto, como uma ação eminentemente política e ideológica, cujos efeitos se expressam sobretudo no nível do processo de organização política no amplo processo de luta de classes” (Rocha, 1989, apud Ibidem). Com essas observações aproximativas sobre a dimensão ideopolítica do Serviço Social, os autores apresentam alguns desafios relacionados à prática de assessoria a movimentos sociais:

o aprofundamento das reflexões em torno do papel da assessoria, tendo em vista evitar que da prática do assessor acabe por manipular ou dirigir por si só o movimento; a constante reflexão sobre a situação estrutural e conjuntural para que seja possível a instrumentalização do assessor das organizações populares em seu embate com a classe dominante; a superação de um posicionamento basista ou espontaneísta, que se traduz na crença de que são puras e perfeitas todas as manifestações e decisões do grupo, sem que o profissional necessite contribuir para o fortalecimento e organização do mesmo (Mayer e Henrique, 1990, p. 67).

Ao apresentarem desafios e perspectivas para o trabalho do assistente social junto às entidades sindicais, os autores indicam que o profissional, na condição de assessor, tem o potencial de contribuir para o processo de mobilização e participação dos trabalhadores em seus sindicatos, por meio de uma ação que propicie:

a reflexão necessária ao desmascaramento do caráter ilusório das relações capitalistas responsáveis pela alienação humana e consequentemente pela situação de apatia que envolve o trabalhador; que as ideias e propostas do movimento sindical classista se tornem consensuais no seio da categoria; a relação da problemática da categoria específica com quem trabalha com as demais categoria de trabalhadores, isto porque o processo de construção da consciência de classe envolve a luta da classe trabalhadora como um todo e não a luta de uma categoria específica; a reflexão de que o atendimento real de todas as necessidades do trabalhador só será possível a partir da suplantação do sistema capitalista de produção; o resgate da dimensão subjetiva da participação, procurando através dos encaminhamentos realizados atingir o indivíduo com um todo, ou seja, não só como trabalhador, mas também como pessoa (Ibidem, p. 72-73).

Assim como Mayer e Henrique (1990, p. 74) apontam que “o assistente social deve estar comprometido com os interesses e necessidades daquele a quem assessora”, referindo-se aos movimentos sociais, Delage et al. (1992, p. 122) afirmam que, ao se posicionar com base no “tripé Intenção de Ruptura / teoria marxiana / democracia de massas”, o assistente social trilha o caminho que o aproxima dos movimentos sociais. Essa outra monografia identificada, embora também não se trate de um relato de experiência, foi motivada pela inserção de uma das autoras como estagiária no Sindicato dos Bancários e das demais no Centro de Defesa dos Direitos Humanos, entre 1991 e 1992. Apesar das “características de cada campo serem diferenciadas, a prática era a mesma, voltada para a assessoria e a educação popular” (Ibidem, p. 130).

Delage et al. (1992, p. 123) partem do pressuposto de que “a modalidade interventiva do profissional determina os resultados de sua prática” e elegem a “assessoria e a educação popular” como duas das modalidades mais adequadas para a atuação junto aos movimentos sociais. Nesse sentido, consideram que

o trabalho de assessoria possui cunho educativo com a finalidade essencial de contribuir para a elevação do nível de consciência, mobilização e organização dos trabalhadores em seus sindicatos, comunidades e local de trabalho, objetivando a transformação da realidade que os excluem. [...] O profissional intervém através de ações especializadas, nas esferas do planejamento, projetos, relatórios, sem que este seja o único responsável pelo processo decisório. Assim, seguirá a linha política adotada pelo grupo assessorado, que é o agente potencial e real para a construção da democracia de massas. O relacionamento entre assessor e movimentos é pautado numa troca permanente de conhecimentos, no qual se confrontam saberes

diferenciados, até contraditórios. [...] O Assistente Social, enquanto intelectual orgânico dos setores populares e médios, contribui para que estes se constituam como atores conscientes e críticos das mudanças sociais. Ao desenvolver um trabalho na esfera da educação popular, defenderá e estimulará a sua organização em torno de seus interesses, para que ocorra a conquista de seus direitos sociais (Ibidem, p. 124-126).

Ao observarem a existência de diversos movimentos sociais em Juiz de Fora no período da experiência de estágio, reconhecendo-os como potenciais espaços de atuação do assistente social, uma vez que esse profissional, segundo as autoras, “contribui diretamente com o processo de mobilização dos setores médios e populares, planejando, discutindo e aprofundando os diferentes temas relativos às lutas empreendidas” (Ibidem, Notas Introdutórias), e considerando a ausência, à época, de um estudo sistemático sobre os movimentos sociais existentes na cidade, Delage et al (1992, p. 28) realizaram um levantamento junto ao IPPLAN, ao CDDH-JF e à FSS/UFJF. Nesse estudo, identificaram: 41 sindicatos de trabalhadores; 76 associações de moradores e o Unibairros; a Associação da Mulher Juiz-forana e o Centro da Mulher Mineira; 12 grupos do movimento negro; o grupo de Estudos do Meio Ambiente (GEMA); o Fórum Dedicado e a Pastoral do Menor (Movimento de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente); além do Centro de Integração do Deficiente - CINDEF (Movimento de Defesa das Pessoas com Deficiência).

Dos movimentos sociais identificados, as autoras elegeram seis para análise: o Sindicato dos Empregados do Comércio, o Sindicato dos Bancários, o Unibairros, o CDDH, o Movimento de Mulheres e o CINDEF. Entre essas organizações selecionadas, segundo as autoras, apenas o Sindicato dos Bancários e o CDDH contavam com profissionais de Serviço Social.

No estudo sobre os movimentos sociais no município, Delage et al. (1992, p. 57) registram que, em outubro de 1980 — período em que já se encontrava em vigor a Lei da Anistia — foi realizado um “Encontro de Jovens da Periferia de Juiz de Fora, com a participação de cerca de 60 jovens (90% de origem operária), representando dezoito bairros da cidade”. Desse evento, que aconteceu na “chácara dos padres Dominicanos, no bairro São Pedro” (Lopes, 2020, p. 21), uma das propostas encaminhadas foi a fundação do Unibairros, um jornal dos bairros da cidade, gerido por iniciativa popular, “como um meio encontrado para divulgar notícias, possibilitando-lhes, assim, um maior intercâmbio; um espaço para discussão dos problemas existentes, visando a busca de soluções” (Delage et al., 1992, p. 57). Ainda nos primeiros anos da década de 1980, o Unibairros foi oficializado em cartório como

uma associação civil apartidária, embora com forte influência da militância do PT¹⁵⁹ e de setores da esquerda católica na cidade. Segundo as autoras, na primeira metade daquela década, as ações em torno do Unibairros foram se expandindo, passando a ser “um agente mobilizador e conscientizador, que possibilita às pessoas não só conhecer os problemas e dificuldades vividas no cotidiano dos bairros, como perceber a necessidade de união e de organização para a conquista de melhorias pessoais e sociais” (Ibidem, p. 57-58). Esse movimento chegou a contar com uma militância que promovia atividades de alfabetização de adultos, em resposta a solicitações de moradores de diversos bairros periféricos do município.

Há ainda as atividades de pintura artística em muros da cidade e apresentações de teatro, como alternativas para mobilizar os moradores a participar das lutas. Com a contínua ampliação da entidade, foram criados os grupos de negros e os de mulheres, com o objetivo de suscitar discussões em torno destas problemáticas. [...] Uma das lutas empreendidas pelo UNIBAIRROS foi a de se opor às associações de moradores controladas pela Prefeitura, ligadas à União das Associações de Moradores de Juiz de Fora, ou nas mãos dos pelegos ligados à Federação de Bairros de Juiz de Fora. Atualmente [*naquela época, 1992*], das associações e movimentos de moradores que são apoiados pelo UNIBAIRROS, destacam-se: Bairro Fátima; Bairro Vitorino Braga; Bairro Mundo Novo; Bairro Santo Antônio; Bairro Dom Bosco; e Bairro Santa Luzia (Delage et al., 1992, p. 59-60, *grifos nossos*).

Inserido no contexto cultural e sociopolítico de luta pelo estabelecimento democrático no Brasil, o Unibairros configura-se como uma expressão local de diversas iniciativas congêneres surgidas em diferentes regiões do país¹⁶⁰. Trata-se de um exemplo representativo de “imprensa alternativa, devido ao seu caráter contestador e democrático” (Musse e Gonçalves, 2015a, p. 1). Essa organização popular contava com duas colunas temáticas voltadas às lutas feministas e antirracistas. No que se refere às relações de gênero, a coluna intitulada “*E nós, Mulheres!*” tinha como objetivo dar visibilidade às expressões de desigualdade de gênero e de opressões machistas vivenciadas historicamente e no cotidiano. Ainda, abordava o histórico do movimento feminista, discutia o direito das mulheres de decisão sobre seus próprios corpos, divulgava atividades e ações promovidas por organizações feministas da cidade e realizava convocações para a participação popular em eventos e coletivos que pautavam o debate de gênero (Musse e Gonçalves, 2015b). Embora o

¹⁵⁹ Segundo o próprio movimento, “a maior parte do Unibairros é PT; a gente tem uma autonomia em relação ao PT; os espaços são diferentes e nós tentamos separá-los [...] então o movimento popular tem que oferecer quadros para os partidos políticos” (Unibairros, 1988 apud Viscardi, 1990, p. 127).

¹⁶⁰ Conforme aborda Kucinski (2001, p. 6), “a imprensa alternativa surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. É na dupla oposição ao sistema representado pelo regime militar e às limitações à produção intelectual jornalística sob o autoritarismo que se encontra o nexo dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos”.

debate racial também perpassasse as discussões levantadas pela coluna “*E nós, Mulheres!*” (Ibidem), a questão étnico-racial e o enfrentamento ao racismo eram tematizados de forma central na “*Coluna do Negro*”¹⁶¹, a partir de uma perspectiva que compreendia a indissociabilidade entre raça e classe (Lopes, 2020). Além da perspectiva classista¹⁶² que orientava a “*Coluna do Negro*” no Unibairros, sua produção era de autoria do Grupo Negro, organização vinculada ao jornal e engajada nas diversas mobilizações do movimento negro na cidade.

Contudo, a partir de um depoimento do presidente do Unibairros à época, concedido a Delage et al. (1992, p. 61), a organização enfrentava um preocupante processo de desmobilização¹⁶³ no início dos anos 1990, contando com um número muito reduzido de militantes. Ao que tudo indica, o auge organizativo e de mobilização do Unibairros teria durado até os últimos anos de 1980. Embora não tenhamos encontrado evidências de atuação do Serviço Social junto à entidade, consideramos possível que tenha havido algum contato com sujeitos da profissão, ainda que de forma extrainstitucional no período de forte atuação do movimento. Essa hipótese é corroborada pelo depoimento da assistente social Andreia Firmo, que, como veremos, estagiou e trabalhou no Centro de Defesa de Direitos Humanos de Juiz de Fora. Segundo a entrevistada, no cotidiano das mobilizações em que agentes do Serviço Social ligados ao CDDH-JF se inseriram, na segunda metade dos anos de 1980, o Unibairros apresentava uma presença e parceria constantes. Inclusive, ela relata: “com certeza o Unibairros teve uma influência, não institucionalmente, mas pessoas ligadas ao Unibairros tiveram uma importância de levar para o CDDH a discussão, para além dos direitos humanos, a discussão do movimento com as comunidades” (Informação Oral) — movimentos esses nos quais agentes do Serviço Social eram atuantes, como veremos. A entrevistada também aponta que, a partir da década de 1990, período em que iniciou sua atuação profissional no CDDH-JF, já não havia mais uma relação de proximidade entre essas entidades: “depois que fui para o CDDH, eu não tive uma atuação junto ao Unibairros porque eu acho que ele nem

¹⁶¹ Localizamos uma das últimas edições do Unibairros (nº 37, de maio de 1988), a qual se encontra reproduzida em anexo.

¹⁶² Tal informação é corroborada pelos estudos de Musse e Gonçalves (2017, p. 9), que reproduzem trechos de edições do jornal, como a que segue: “O negro é oprimido duas vezes: 1ª) Sendo trabalhador, e como a situação da classe trabalhadora é de exploração e opressão o negro sofre estes problemas; 2ª) Pela cor de nossa pele e perda de nossa identidade cultural. Como se não bastasse, a maioria da população negra está localizada nas favelas e mocambos; nos empregos podemos observar que as piores funções são destinadas aos negros; nos colégios e universidades o nº de negros é muito reduzido; e piorando ainda mais a nossa situação, a repressão policial atinge de uma forma violenta, visto que o negro é antes de tudo suspeito” (Unibairros, 1981, p. 3, apud).

¹⁶³ Segundo Musse e Gonçalves (2015a, p. 1) “após 1989, o jornal mudou o nome para ‘Unibairros Urgente’, com edições sem periodicidade definida e tendo como temática assuntos urgentes da cidade”.

tinha mais essa atuação, [...] já não era um movimento que tinha força, acho que estava muito dissolvido” (Informação Oral).

Além do Sindicato dos Bancários e do CDDH, que contavam com a atuação de agentes do Serviço Social nesse período, o estudo de Delage et al. (1992) indica que em 1992, Nair Barbosa Guedes¹⁶⁴, assistente social e professora da UFJF, presidia o Centro da Mulher Mineira (CEMM). O objetivo dessa entidade era: “concorrer para a emancipação da mulher, na luta contra toda espécie de discriminação e a favor da igualdade de direitos; promover a conscientização popular e a resolução dos problemas referentes à mulher em geral e, em particular” (Ibidem, p. 75). Em relação ao movimento de mulheres na cidade, as autoras também sinalizam que na Associação da Mulher Juizforana, apesar da “inexistência de assessoria técnica” por parte do Serviço Social, havia a atuação de militantes vinculadas à pauta feminista, caracterizando uma participação extrainstitucional. Nessa organização, vinculada à Confederação das Mulheres do Brasil, estimava-se que havia cerca de mil mulheres associadas em Juiz de Fora, “com 22 núcleos periféricos que possuem estatuto próprio e autonomia em relação à sede central” (Ibidem, p. 77).

Como sinalizamos, outra entidade que, destacadamente, contou com a presença de assistentes sociais e estagiárias do Serviço Social em processos de organização e mobilização popular — especialmente envolvendo a questão habitacional e a regularização fundiária — foi o Centro de Defesa de Direitos Humanos de Juiz de Fora. É sobre a experiência da profissão nessa entidade que nos deteremos a seguir, por se tratar daquela que apresentou maior expressividade.

4.4 O Serviço Social e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Juiz de Fora

Em Juiz de Fora, o surgimento do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, ainda que marcado por características específicas da realidade local, configura-se como uma expressão particular de um movimento mais amplo, impulsionado pelas condições históricas e sociopolíticas do contexto brasileiro durante o período de intensificação das lutas sociais e de crise do regime ditatorial. Trata-se do surgimento de diversos núcleos de defesa dos direitos humanos a partir da segunda metade da década de 1970, os quais se configuram como

¹⁶⁴ Nair Barbosa Guedes iniciou o curso de Serviço Social na então Universidade Católica de Minas Gerais no mesmo ano em que se instaurou o golpe civil-militar no Brasil, em 1964. Conforme relato prestado à Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora, participou ativamente de organizações políticas, sendo militante da “Juventude Estudantil Católica, Juventude Universitária Católica, depois Ação Popular, [e] PCdoB” (CMV-JF, 2017, s/p). Brava lutadora contra a ditadura, foi presa em 1969 e, diante da intensificação da repressão, exilou-se na França em 1974, retornando ao Brasil em 1979, após a promulgação da Lei da Anistia.

desdobramentos de iniciativas anteriores de resistência à ditadura civil-militar, promovidas por setores progressistas da Igreja, especialmente no amparo a vítimas perseguidas e encarceradas durante o auge da repressão — destacando-se as Comissões de Paz e Justiça, cuja atuação era, à época, essencialmente clandestina (Carvalho, 2007).

Entre o final da década de 1970 e os primeiros anos de 1980, os núcleos de resistência e defesa dos direitos humanos, distribuídos por todo o território nacional, contribuíam significativamente para a politização e a publicização das mais variadas formas de desigualdades sociais que assolavam o país, as quais se manifestavam de maneira particular conforme as realidades locais. Esses núcleos, marcados por sua multiplicidade e diversidade, contavam com forte influência de outras organizações, especialmente daquelas vinculadas à atuação progressista de setores religiosos, como as Comunidades Eclesiais de Base e as Pastorais Católicas. Como as lutas locais desenvolvidas guardavam profunda relação entre si, por tratarem dos interesses das classes subalternas e dos processos de violação de direitos, a partir do início da década de 1980, esses grupos de defesa dos direitos humanos passaram a se articular por meio de uma estrutura organizativa¹⁶⁵ que culminaria, em 1986, na fundação do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos¹⁶⁶ (Ibidem).

É nesse contexto que o CDDH-JF se insere na história, tendo sido fundado em 15 de dezembro de 1980 por iniciativa do Padre Jaime Snoek, em articulação com os seguintes sujeitos, também responsáveis pela fundação da entidade¹⁶⁷: Celso Matias, integrante do Movimento Familiar Cristão e atuante no Comitê pela Anistia ao lado do Padre Jaime; Itamar Bonfantti, também do Movimento Familiar Cristão; Suzana Villaça, Leda Schmidt e Marinete Checker, vinculadas à Associação de ex-alunas do Colégio Stella Matutina e militantes da Ação Católica Independente¹⁶⁸; e Berenice Machado, integrante do Comitê pela Anistia. Em depoimento concedido a Carvalho (2007), Suzana Villaça relata que, a partir de uma visita de

¹⁶⁵ Conforme o estudo de Carvalho (2007), essa estrutura organizativa consolidou-se por meio dos sucessivos Encontros Nacionais de Direitos Humanos, realizados em Petrópolis-RJ (1982), Taboão da Serra-SP (1983), Vitória-ES (1984) e Olinda-PE (1986), bem como pela criação do Serviço de Intercâmbio Nacional (SIN), que consistia em uma “rede de solidariedade, de denúncias, de informes, reafirmando entre os grupos a existência de uma proposta de trabalho comum” (Ibidem, p. 83).

¹⁶⁶ Os objetivos do MNDDH consistiam em: “incentivar a organização popular através da conscientização de sua situação de opressão, descobrindo formas para conquistar e fazer valer seus direitos; lutar para garantir a plena vigência dos Direitos Humanos, defendendo a punição dos responsáveis pelas violações desses direitos; incentivar e garantir a autonomia e a pluralidade dos Movimentos Sociais para além de seus interesses institucionais, partidários e religiosos; combater formas de discriminação religiosa, sexual, de cor, idade, ideologia, entre outras” (Mello et al, 1997, p. 32).

¹⁶⁷ Essas informações encontram-se no estudo de Carvalho (2007), com base na consulta às atas do CDDH-JF e nos depoimentos dos fundadores da entidade, os quais foram entrevistados pela autora.

¹⁶⁸ Conforme depoimento de Leda Schmidt, concedido a Carvalho (2007, p. 136), com a instauração da ditadura civil-militar, a Ação Católica Independente (ACI) passou a ser denominada Renovação Cristã do Brasil (RCB), como forma de se esquivar da repressão.

Leonardo Boff a Juiz de Fora para a realização de uma palestra, foi incentivada a participar das reuniões do Grupo Ação, Justiça e Paz, de Petrópolis-RJ. Logo em seguida, foi contatada pelo Padre Jaime com o objetivo de se reunirem para a criação de um grupo de direitos humanos na cidade, conforme suas palavras:

então eu ia com um grupo de jovens aqui de Juiz de Fora, até que uma vez eles falaram: mas vocês tem que criar o grupo de vocês. Mas eu, sinceramente, eu estava achando aquilo tão difícil, que achava cômodo ir a Petrópolis. Até que um dia, o Padre Jaime Snoek me ligou e me perguntou se eu conhecia o Celso Matias e o Itamar Bonfanti, eu falei não, não conheço nenhum dos dois, ele falou: um deles vai te ligar para a gente marcar uma reunião com o grupo, porque eu sempre sonhei em criar um grupo de direitos humanos, mas nunca me animei porque tinha pouca gente, agora a Leda Schmidt me disse que você está indo com um grupo de jovens a Petrópolis, então talvez a gente crie um grupo nosso aqui (Informação Oral de Suzana Villaça apud Carvalho, 2007, p. 139).

Dessa forma, pode-se afirmar com plena convicção que a figura emblemática do Padre Jaime atuou como elo articulador e coesionador na criação do CDDH-JF, que, segundo ele, “nasceu para dar apoio onde há posição flagrante de desrespeito a algum direito humano: prestar auxílio, prestar assistência jurídica, prestar voz”¹⁶⁹ (Snoek, 1980 apud Carvalho, 2007, p. 133). Durante o ano de 1981, os trabalhos do CDDH-JF começaram a ser estruturados com base em seu primeiro estatuto, aprovado por ocasião de sua fundação. As ações, ainda bastante iniciais, consistiam, sobretudo, em plantões realizados na sede então localizada na “Igreja da Catedral”, com o objetivo de acolher demandas diversas, com o apoio de um primeiro advogado contratado. Além disso, o grupo passou a publicar notas na imprensa, “hipotecando solidariedade ou protestando contra injustiças”, tais como: “no caso da bomba na OAB; contra a demissão do presidente da ATRAM (Associação dos Trabalhadores Municipais); contra a atuação da ROTAM (Rondas Táticas Metropolitanas); [e] da prisão de duas pessoas que estiveram na reunião da CUT [...]” (SEDOC, 1982, p. 1048 apud Carvalho, 2007, p. 148).

Foi a partir de 1982 que, segundo Carvalho (2007, p. 148), as ações da entidade “passariam a ter como objetivo a conscientização e organização popular” — um redirecionamento impulsionado pela violenta remoção de famílias da então Vila da Prata¹⁷⁰,

¹⁶⁹ Demonstrando seu posicionamento radicalmente progressista, em pleno contexto da ditadura civil-militar, Padre Jaime destaca a necessidade de reagir à “violência exercida discreta e silenciosamente pelo general Fome”, manifestando, por meio dessa metáfora, uma crítica à visceral desigualdade social e ao autoritarismo (Snoek, 1966, p. 38 apud Silva e Baptista, 2020, p. 20).

¹⁷⁰ Sob a gestão do prefeito Mello Reis (ARENA), o caso da Vila da Prata refere-se a uma violenta remoção de 39 famílias, na qual a equipe do CDDH-JF tentou intervir, recorrendo à orientação do Padre Jaime, que sugeriu: “entrar em contato com o juiz; levar *assistentes sociais* para afirmar, publicamente, que o lugar que o prefeito

ocorrida no final de 1981, local atualmente conhecido como Parque da Lajinha. Configurando uma primeira fase de envolvimento com processos de mobilização e organização popular, o CDDH-JF criou, em 1982, o departamento de “Solo Urbano”, responsável por realizar visitas *in loco* e acompanhar de forma sistemática comunidades da periferia, abordando a situação fundiária desses locais e levantando suas reivindicações por melhorias de infraestrutura urbana. Com a sede da entidade já transferida, no início de 1983, para uma sala comercial na Avenida Barão do Rio Branco, outra frente de trabalho também passou a ser melhor estruturada no final daquele ano: o departamento de “Assistência Carcerária”¹⁷¹ (Ibidem). No entanto, a partir desse mesmo período, vão ganhando destaque as atividades voltadas à mobilização popular, tendo em vista tanto o aumento das reivindicações populares e das demandas de comunidades ameaçadas de remoção quanto a proposta de gestão participativa da Prefeitura Municipal — então sob a administração de Tarcísio Delgado (MDB).

Conforme o estudo de Viscardi (1990), entre avanços e contradições¹⁷², a proposta de gestão participativa da Administração Municipal foi colocada em prática entre 1983 e 1988, tendo sido iniciada no primeiro ano de mandato do novo prefeito, por meio de visitas às comunidades periféricas da cidade para colher demandas e reivindicações emergenciais, além de incentivar a prática de mutirões. Ainda em 1983, foram criados diversos órgãos colegiados de caráter consultivo, com a garantia de participação de associações civis e movimentos sociais, além da formação de “comissões provisórias para a resolução conjunta de problemas emergenciais ou muito localizados [...], encontros de lideranças de bairros e as contínuas audiências públicas” (Ibidem, p. 43). Dentre esses espaços, o CDDH-JF participou, ao menos, da Comissão Municipal do Uso do Solo (CMUS), da Comissão dos Posseiros do Yung e do Conselho Comunitário Municipal (CCM). No entanto, sua atuação no CCM — iniciada em 1986, “lutando em oposição aos interesses do empresariado local da construção civil” — foi breve, uma vez que “retirou-se do colegiado por não concordar com suas regras de funcionamento” (Ibidem, p. 131). Conforme já denunciado pelo Unibairros anos antes: “em

arranjou para os posseiros é impraticável; e realizar uma espécie de perícia” (Informação oral de Suzana Villaça, apud Carvalhal, 2007, p. 164).

¹⁷¹ Entre as motivações para a criação desse departamento, destaca-se o recebimento de cartas enviadas por pessoas presas na cidade ao CDDH-JF, nas quais eram relatadas situações de violação de direitos, conforme apresentado no depoimento de Mary Sartori: “eles [*presos*] mandavam carta denunciando tortura e maus tratos, e aí a gente ia lá para resolver” (Informação Oral, *grifos nossos*).

¹⁷² Viscardi (1990, p. 45) considera que “as relações que se estabeleciam entre o governo municipal e as associações populares” no contexto da proposta de gestão participativa apresentavam uma “estrutura neocorporativista”, uma vez que, além de a proposta de política participativa ter sido elaborada pela própria Prefeitura, “a escolha dos atores partícipes do processo proposto coube também à Administração, que selecionava esses atores, limitando, na maioria dos colegiados criados, a participação a algumas associações específicas; era a Administração que delegava a cada associação o monopólio da representação, conforme prevê o esquema neocorporativista”.

1983 foi criado o GAC (Grupo de Ação Comunitária); se burocratizou, chegando a impedir, através de métodos de coação, as manifestações livres da comunidade” (Unibairros, 1984, apud Viscardi, 1990, p. 125).

Ao que tudo indica, é nesse contexto que o CDDH-JF passa a se constituir como campo de estágio da Faculdade de Serviço Social da UFJF, em meados de 1984, conforme o levantamento documental realizado por Oliveira (2023). Foi nesse ano que, além de assumir temporariamente a direção do Centro de Promoção do Menor (CEPROM), lançar a “Campanha Nacional pela Reforma Agrária” no município e prestar assistência jurídica a um “movimento ecológico em formação”, que lutava pela preservação da Mata do Krambeck contra a poluição causada pela Companhia Paraibuna de Metais (Carvalho, 2007, p. 155), o CDDH-JF participou ativamente da “Campanha Pró-Diretas”, marcando presença em comícios na cidade e levantando a bandeira de que “Diretas são Direitos” (CDDH, 1984 apud Carvalho, 2007, p. 155). A partir de 1985, o CDDH-JF estreita seus laços com os movimentos sociais da cidade, passando a compor o “Movimento Popular Constituinte” e a realizar atividades de formação política e mobilização popular nos bairros, com o objetivo de incidir sobre o processo político para uma Constituição que expressasse os interesses das classes subalternas. Nesse mesmo ano, a entidade sediou, em Juiz de Fora, o “Encontro Regional Leste II de Direitos Humanos”, estando imersa nas discussões que levariam à fundação do MNDDH no ano seguinte (Carvalho, 2007)¹⁷³.

Considerando essas novas atuações do CDDH-JF nos últimos anos de vigência da ditadura civil-militar, observa-se que, após o esgotamento do regime autoritário, a entidade ingressa em uma segunda fase de engajamento em processos de mobilização e organização popular, tendo a “questão do solo urbano como demanda prioritária” (CDDH, 1986 apud Carvalho, 2007, p. 159). Assim, marcando esse segundo momento, em 1986 ocorre a profissionalização da equipe do CDDH-JF, que passou a contar com a contratação de “uma assistente social [*Beatriz Colucci*], um advogado, estagiários do curso de Direito e pessoas para a Secretaria” (Ibidem, *grifos nossos*), somando-se à atuação anterior de estagiárias de Serviço Social e voluntários, entre os quais se destacam as assistentes sociais Mary Sartori e Maria Angélica Mojaes Ribeiro. A partir desse processo, observa-se também uma ampliação do campo de estágio em Serviço Social na instituição, com ênfase nas atividades voltadas à mobilização e organização popular. A esse respeito, Tânia Franklin Pedroso — que atuou

¹⁷³ Ainda, segundo Viscardi (1990, p. 131), o CDDH-JF “passou a funcionar como Secretaria da Regional Leste II do MNDDH, ampliando sua área de ação para regiões vizinhas”.

como estagiária em 1988 e, posteriormente, como assistente social contratada entre 1989 e 1992 — comenta, em depoimento, sobre o campo de estágio no CDDH-JF nesse contexto:

Bia conseguiu, em conjunto com a Angélica e com Mary, trazer essa possibilidade do processo seletivo para estagiários. Isso foi muito bacana, porque era um estágio muito procurado pelos estudantes de Serviço Social. Na época, nem existia limite de número de estagiários por assistente social, mas eu tinha, assim, quase que dez estagiárias, e que eram também vinculados [*anteriormente*] à Beatriz esse número de estagiários. Mas também pelo fato da Mary e da Angélica serem assistentes sociais, professoras da Faculdade de Serviço Social e membros do próprio CDDH (Informação Oral).

Se, anteriormente, as iniciativas da entidade eram orientadas por uma perspectiva de “opção pelos pobres” e de apoio aos “sem vez e voz”, marcada pelo “trabalho voluntário exercido com dificuldades, com limitações e com mística” (CDDH apud Carvalho, 2007, p. 160), nos parece que esse novo momento reposiciona as formas de atuação do CDDH-JF, agora alinhadas aos objetivos mais amplos do MNDDH, à orientação política de seus dirigentes — em sua maioria filiados ao PT nesse período — e às condições sociopolíticas do país, que, inclusive, impulsionaram o espraiamento da renovação crítica no Serviço Social brasileiro, como abordamos anteriormente.

4.4.1 Algumas das experiências desenvolvidas com a participação do Serviço Social

É a partir dessa segunda fase, que reposiciona o envolvimento do CDDH-JF nos processos de mobilização e organização popular em bairros periféricos de Juiz de Fora, que se inscreve grande parte das ações do Serviço Social. Magalhães (1987), então estagiária de Serviço Social no período em questão, atuando no Departamento de Solo Urbano da entidade, relata que participou da assessoria a moradores dos bairros Jóquei Clube e Barbosa Lage, contribuindo no levantamento de reivindicações das comunidades e na organização das lutas, especialmente aquelas relacionadas à regularização fundiária das áreas e à intermediação com a Prefeitura. Embora não apresente detalhes sobre como se deram, especificamente, as ações do Serviço Social nessa experiência, a autora destaca que a atuação dos agentes ocorria “a partir de propostas de conscientização, como forma de propiciar a politização, mobilização e organização das classes populares”; compreendendo esse processo de “conscientização” à luz da pedagogia de Paulo Freire. Contudo, Sinhoroto et al. (1988, p. 39) apontam que, nos “núcleos de favelas Jóquei Clube e Barbosa Lage”, a equipe de Serviço Social realizava “visitas domiciliares e reuniões de grupo, nas quais eram discutidos temas relacionados à construção de moradias e à transferência [de famílias], assim como outros assuntos de

interesse da comunidade”. Segundo elas, o objetivo dessa assessoria consistia em “fortalecer a organização dos moradores, para que possam ter maior poder de pressão que faça garantir suas reivindicações” (Ibidem).

Retomando à Magalhães (1987), observamos que a autora, além de fundamentar sua análise sobre as lutas e os movimentos sociais através do debate em torno dos chamados “novos movimentos sociais”, com base em autores como Lojkine, Evers e Castells, também aborda a discussão sobre a profissão a partir das inéditas contribuições de Iamamoto em sua parceria com Raul de Carvalho, reconhecendo a importância do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina. Contudo, diante de dificuldades para uma apreensão crítica dos equívocos presentes na experiência reconceituadora da profissão, Magalhães (1987, p. 25) estabelece um diálogo com Paulo Freire, o que a leva a considerar que, na interação com os movimentos sociais, o assistente social exerce uma “prática educativa, na medida em que traz novos conhecimentos, e, ao mesmo tempo, uma prática política, pois implica uma opção a partir de sua visão de mundo, ao nível político-ideológico”. Nesse sentido, chega a definir o profissional como um “intelectual orgânico das classes populares”, com base em uma interpretação enviesada de Gramsci, intermediada por intérpretes de seu pensamento (Ibidem). Trata-se de uma perspectiva que nos parece ser compartilhada por boa parte das experiências em que o Serviço Social esteve envolvido em processos de mobilização e organização popular por meio do CDDH-JF nesse período.

Ao abordar o trabalho desenvolvido pelo CDDH-JF, Magalhães (1987) observa que, na segunda metade da década de 1980, embora a entidade ainda mantivesse certa orientação vinculada a concepções de base religiosa, destacava-se uma atuação pautada pelos objetivos e princípios do MNDDH, os quais a autora sintetiza da seguinte forma:

entender a luta do povo oprimido como um processo histórico dialético e que deve culminar com a instauração de uma sociedade igualitária, livre e sem classes; buscar estimular a organização do povo para que, consciente de sua situação de opressão, lute pela garantia da plena vigência dos direitos humanos e torne-se o real sujeito de transformação da estrutura social; incentivar a autonomia dos movimentos populares” (Ibidem, p. 35).

Nesse sentido, Sinhoroto et al. (1988, p. 33) afirmam que, “por assumir um compromisso com as classes populares, o CDDH se apresenta como um espaço alternativo para a prática do Serviço Social”, destacando que a atuação junto aos “movimentos sociais ligados à questão da terra” assume uma perspectiva voltada ao fortalecimento do “direito à cidade, visto que a questão da cidadania se coloca como urgente e a politização dos movimentos uma necessidade”. Com o intuito de contribuir para a “politização” das lutas e

movimentos sociais diante das múltiplas manifestações das desigualdades sociais, segundo as autoras, o Serviço Social deveria assumir uma “prática social concebida numa dimensão educativa e política voltada para grupos populares, que facilita a expressão, a leitura do real concreto, a relação com outros grupos, e a reflexão e ação” (Ibidem, p. 37).

A experiência em que essas estagiárias estiveram mais diretamente envolvidas no cotidiano do CDDH-JF refere-se ao trabalho realizado junto aos moradores dos bairros Nova Suíça e Vila Montanhese. Além da assessoria voltada à regularização fundiária dos loteamentos nessas localidades, as ações da equipe de Serviço Social tinham como objetivo “a organização da comunidade como, por exemplo, a Associação de Moradores, reforçando suas reivindicações por melhores condições de vida” (Ibidem, p. 40). Em um primeiro contato com as comunidades, relatam que

as estagiárias deveriam observar a aceitação por parte da população em relação ao trabalho; a rede de relações entre vizinhos, lideranças, associações e partidos políticos; os problemas prioritários para a população, sua percepção em relação aos problemas e as possibilidades de mudanças; os mecanismos de poder (interno x externo); as manifestações culturais e religiosas; as formas de atividade econômica; o conhecimento de que o loteamento era irregular quando compraram; o local e horário adequado para reuniões (Ibidem, p. 47-48).

Ao observarem as condições em que se dariam as ações do Serviço Social junto àquelas comunidades, partiram para uma reunião com os moradores, em que puderam verificar que “a questão da água é colocada como meio através do qual os moradores poderiam se unir e procurar sempre fazer ligação deste problema ao fato do loteamento ser irregular” (Ibidem, p. 50). Assim, foi encampada a luta reivindicatória para que o então Departamento de Água e Esgoto (DAE) do município ampliasse a infraestrutura de abastecimento de água nos bairros. Durante o processo de mobilização popular em torno dessa reivindicação específica, outras necessidades coletivas foram levantadas pelos próprios moradores engajados na luta, o que levou à “ideia, por parte de alguns moradores, de formar uma SPM da Vila Montanhese e Nova Suíça, pois a SPM do Grama¹⁷⁴ não toma conhecimento dos problemas dos moradores destas áreas” (Ibidem, p. 52).

Diante da demanda pela criação de uma associação de moradores, as estagiárias de Serviço Social ficaram responsáveis por realizar, junto ao CDDH-JF, um levantamento de materiais relacionados à criação e ao funcionamento de SPMs. Nesse processo, encontraram cartilhas e slides sobre o tema, os quais subsidiaram as ações desenvolvidas em torno dessa demanda. O trabalho de formação política foi iniciado no início de 1987, resultando na

¹⁷⁴ Grama é um bairro limítrofe aos bairros Vila Montanhese e Nova Suíça.

constituição de uma comissão de moradores responsável por organizar o processo de fundação da SPM. No entanto, durante as reuniões com o grupo, surgiram reflexões acerca da pertinência de se criar uma nova associação ou, alternativamente, “articular uma chapa para concorrer na eleição” da SPM do Grama, considerando que essa entidade já se encontrava estruturada e em funcionamento. Após diversos debates que envolveram não apenas os membros mais atuantes da comissão provisória, mas um conjunto mais amplo de moradores, chegou-se à conclusão de que seria mais adequado participar da eleição da SPM já constituída. Essa estratégia visava congrega o maior número possível de moradores na luta, considerando que suas necessidades eram bastante similares no que diz respeito às condições de infraestrutura urbana. Com a eleição da nova diretoria, em uma disputa que envolveu três chapas, a equipe de Serviço Social deu continuidade ao trabalho de assessoria junto aos moradores, que conquistaram novas melhorias para os bairros. Contudo, Sinhoroto et al. (1988, p. 57) observam que, “pelo fato de a população ter conquistado melhorias como água, calçamento, telefone, transporte, que são necessidades mais imediatas, esta se encontra desmotivada a alcançar seu objetivo maior, que é a regularização do loteamento”.

Embora não tenha sido possível identificar, por falta de informações, os desdobramentos posteriores do trabalho do Serviço Social nessa experiência, as estagiárias concluíram que ela possibilitou compreender que a atuação do Serviço Social junto às “camadas populares deve se constituir em um processo de ação-reflexão-ação, no sentido de instrumentalizá-las para efetivar sua participação na luta por direitos, pela cidadania e pela recuperação dos canais de expressão e participação enquanto instrumentos de pressão da sociedade civil” (Ibidem, p. 58).

Outra experiência similar ocorreu na Vila Mello Reis, onde a luta por moradia constituiu a pauta prioritária das mobilizações realizadas. Embora não tenham sido encontrados registros sobre o início da assessoria do Serviço Social nessa área¹⁷⁵, a partir da consulta a relatórios de estágio de 1988/89, identificamos que as agentes da profissão contribuíram para o processo de organização popular, resultando na formação de uma comissão de moradores responsável por encaminhar reivindicações de melhorias locais e, sobretudo, representar os interesses de quinze famílias na busca pela conquista de lotes na região do bairro Jardim Natal. Segundo Barbosa et. al (1988, p. 6), as principais atribuições da comissão de moradores assessorada, seriam: “fazer contatos com o poder público; selecionar com o IPPLAN (Instituto de Pesquisa e Planejamento) as 15 famílias que iriam adquirir os

¹⁷⁵ Conforme apresentado no relatório de estágio de Barbosa et al. (1988, p. 11, *grifos nossos*), “ao analisar e avaliar a prática [na Vila Mello Reis], as estagiárias pecaram por não sistematizá-la”.

lotes, a partir dos critérios estabelecidos pelos moradores; [...] socializar as informações através de reuniões”. Como os moradores elegeram a reivindicação dos lotes como a pauta mais urgente, a equipe se empenhou em colaborar junto à mobilização para essa finalidade.

No desenrolar das mobilizações na Vila Mello Reis, que contaram com a intermediação da equipe de Serviço Social, Barbosa et al. (1988, p. 7) registram que a principal reivindicação dos moradores foi parcialmente atendida, uma vez que, das quinze famílias envolvidas, apenas dez foram selecionadas para receber lotes no bairro Jardim Natal, além de terem sido realizadas “melhorias nos barracos da Vila Mello Reis”. Como consequência, observou-se um processo de desmobilização gradativa da comissão de moradores, impulsionado pela “forte influência que o poder público exerce sobre a população, já que, consegue, por muitas vezes, desmobilizar e esvaziar os movimentos populares através das políticas sociais setoriais que executa (saúde, habitação, alimentação etc.), amenizando os problemas e não solucionando-os” (Ibidem).

Mas além da realização de levantamentos socioeconômicos e de orientações sobre o processo burocrático envolvido na conquista dos lotes, diante do quadro de desmobilização local, a intervenção da “assistente social, juntamente com as estagiárias, pretendia trabalhar a formação de lideranças e comissões de bairro que correspondessem às expectativas dos moradores” (Ibidem, p. 9). Nesse sentido, Barbosa e Viegas (1989, p. 4) afirmam que a equipe buscou “dinamizar a potencialidade política contida no movimento”, promovendo discussões coletivas com base em cartilhas da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS). Envolvida, à época, na experiência da Vila Mello Reis como estagiária, Tânia F. Pedroso relata, em depoimento, a articulação das agentes do Serviço Social com diversos movimentos sociais do município no período, o que se expressava no cotidiano de trabalho junto às comunidades atendidas.

Nesse tempo [1988], como estagiária, eu acompanhava muito a Bia nos espaços de organização nacional, por exemplo, de solo urbano, ANSUR, que era a Associação Nacional do Solo Urbano, e vários movimentos de moradia, de comitês e tal, e eu acompanhava muito. Então, havia uma interlocução com vários militantes na causa específica e em outras demandas sociais e causas políticas, inerentes à democracia e aos direitos humanos. E esse saber também, dos militantes, sobre organização popular, sobre a política de habitação, isso alimentava o nosso trabalho (Informação Oral de Tânia F. Pedroso).

Acreditamos que o estabelecimento de vínculos com as organizações populares, certamente, levou a equipe de Serviço Social a apoiar-se em materiais produzidos pelos próprios movimentos, como as cartilhas da ANAMPOS, a fim de subsidiar o trabalho de

formação política desenvolvido. Esse trabalho de formação manifestou-se, inclusive, na “presença muito significativa da Vila Mello Reis, tanto no processo de realização, como na efetiva participação durante o ato” (Barbosa e Viegas, 1989, p. 4), em referência à Passeata dos Posseiros de Juiz de Fora, realizada no primeiro semestre de 1989. Segundo Barbosa e Viegas (1989, p. 5, *grifos nossos*), “essa passeata resultou na [ampliação] da Comissão de Posseiros [a nível municipal], da qual a Vila Mello Reis passou a fazer parte com dois representantes”.

Evidentemente, a ampliação das ações organizativas e de mobilização dos movimentos por terra e moradia não pode ser compreendida apenas como resultado do trabalho de mobilização e formação desenvolvido pelo Serviço Social junto a esses movimentos. No entanto, é necessário reconhecer as contribuições da atuação profissional nesses processos de luta, nos quais as expressões da “questão social” se tornam públicas e políticas. Consideramos, ainda, que a utilização de materiais da ANAMPOS para subsidiar as atividades de formação junto aos moradores da Vila Mello Reis e de outras comunidades reflete, por um lado, o direcionamento ideopolítico do trabalho profissional e, por outro, o processo de engajamento do CDDH-JF e dos movimentos sociais da cidade nos debates em torno da própria ANAMPOS. Giovannini et al. (1990, p. 24) destacam que, em Juiz de Fora

discussões em relação à ANAMPOS são feitas há alguns anos de forma um pouco limitada; mais recentemente houve uma aglutinação das entidades, organizações e pessoas envolvidas com os movimentos populares, com a preocupação de sistematizar estas discussões. Assim, representantes de entidades, organizações e associações de bairro participaram do 8º Encontro da ANAMPOS que se realizou em 1989, em Belo Horizonte [...]. Foram também realizados em Juiz de Fora 4 (quatro) encontros municipais no decorrer de 1989 e princípio de 1990, onde se formou uma comissão composta por 1 (um) representante do CDDH, 2 (dois) representantes do Unibairros e 3 (três) do Movimento de Moradia.

Ainda em 1989, Condé et al. (1989) registram que diversos movimentos sociais integravam o “Fórum do Movimento Popular e Sindical”¹⁷⁶, que também contava com a participação da assistente social e estagiárias vinculadas ao CDDH-JF. Nesse contexto, o CDDH-JF atuou no Fórum, juntamente com o “Unibairros e o Sindicato dos Engenheiros, na elaboração da Emenda Popular de Reforma Urbana para a Constituição Municipal” (Ibidem, p. 5). Ao se expressar como um destacado eixo articulador das lutas sociais no município nesse período, as desigualdades sociais relacionadas à questão da terra e da moradia

¹⁷⁶ Conforme Mendonça e Oliveira (1990, p. 4), o Fórum contava com cerca de trinta entidades e movimentos sociais, incluindo o Sindicato dos Bancários — que, à época, já constituía um campo de estágio da Faculdade de Serviço Social da UFJF — sendo seis dessas entidades responsáveis por sua coordenação, entre elas o CDDH-JF.

tornaram-se alvo de denúncias e enfrentamentos por parte de diversos movimentos de bairro. Segundo Firmo et al. (1989, p. 3), durante uma reunião de moradores no bairro Santa Cândida, surgiu a iniciativa de fortalecer o processo de articulação e luta conjunta entre os moradores de vários bairros e regiões, o que resultou na realização do 1º Encontro de Posseiros de Juiz de Fora, ainda em 1989. Com a participação da equipe de Serviço Social do CDDH-JF e do Unibairros desde sua fase de preparação, o Encontro de Posseiros contou também com o apoio da ANSUR e com a presença de mais de uma centena de moradores de diversos bairros do município (Ibidem). Foi a partir desse evento que se tornou possível a criação da Comissão de Posseiros de Juiz de Fora, a qual passou a congregar um número crescente de bairros na luta, muitos deles assessorados pelo CDDH-JF. À medida que as reuniões da Comissão de Posseiros eram realizadas periodicamente em diferentes bairros, outras organizações e associações foram se unindo à luta do movimento. Foi o caso da reunião realizada no bairro Retiro, que contou com a participação da Associação de Mulheres do Retiro, ocasião em que a equipe de Serviço Social do CDDH-JF apresentou o slide intitulado “Sem teimosia não há moradia” (Ibidem, p.5).

As ações da Comissão de Posseiros foram ganhando maior visibilidade na cidade, promovendo mobilizações e chamamentos públicos com o objetivo de integrar um número crescente de movimentos de bairro à luta. Em diversas ocasiões, ocorreram momentos de enfrentamento e tensão com a Prefeitura Municipal. Por exemplo, ao tomar conhecimento de que uma passeata de posseiros estava agendada para o dia 28 de abril de 1989, o então prefeito Alberto Bejani (PJ)¹⁷⁷ adotou medidas de intimidação e desmobilização, buscando desacreditar o movimento publicamente. Segundo Firmo et al. (1989, p. 3, *grifos nossos*), a Administração Municipal chegou a “procurar uma emissora de TV e, através de uma matéria paga, tentou acabar com o movimento [...]; em cada intervalo comercial da TV e, pessoalmente em alguns bairros de Juiz de Fora, [o prefeito] intimidou os moradores e incentivou a não participarem do movimento”. Contudo, isso não foi suficiente para que o movimento recuasse; pelo contrário, a partir de então, as mobilizações foram intensificadas, culminando na realização da passeata que, segundo os próprios envolvidos, foi “muito positiva” (Ibidem). Ainda, Firmo et al. (1989, p. 5, *grifos nossos*) afirmam que “a assistente social e as estagiárias [do CDDH-JF] entraram em contato com alguns vereadores e com uma

¹⁷⁷ Segundo Couto (s/d), o Partido da Juventude, criado em 1985, contava “com uma estrutura organizacional muito precária; o PJ só recebeu o registro do TSE em virtude da aprovação, em maio daquele ano, da Emenda Constitucional nº 25, que permitiu a partidos ainda em formação a apresentação de candidatos às eleições municipais de novembro seguinte. Em fevereiro de 1989, quando da filiação de Fernando Collor de Mello, foi rebatizado com o nome de Partido da Reconstrução Nacional (PRN)”. A gestão do então prefeito de Juiz de Fora, Alberto Bejani, foi de 1989 a 1992.

emissora de TV e Rádio em busca de apoio e divulgação da real situação” do movimento de posseiros. Além de conceder entrevistas a emissoras de televisão e rádio, com o objetivo de ampliar o diálogo com a população do município, o movimento decidiu pela “confeção do Jornal dos Posseiros, em que, no primeiro número, cada um faria um relato sobre o seu bairro e seriam colocados outros assunto: voto aos 16 anos, capacidade de desmobilização da população por parte do poder público, etc” (Ibidem, p. 7).

A ampliação do processo de mobilização dos movimentos por terra e moradia em Juiz de Fora também foi marcada pela realização de sistemáticos espaços de formação política. Além das atividades formativas desenvolvidas pela equipe de Serviço Social do CDDH-JF nos diversos bairros em luta, vários movimentos e organizações da cidade — incluindo os posseiros — participaram de um curso de formação política promovido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE)¹⁷⁸, realizado no município em maio de 1989. A atividade contou com a presença de aproximadamente sessenta militantes, além da participação de algumas estagiárias do CDDH-JF (Ibidem, p. 8). Para o Serviço Social do CDDH-JF, as atividades de mobilização popular e formação política eram consideradas fundamentais na relação direta da profissão com as lutas e os movimentos sociais, como observam Firmo et al. (1989, p. 10):

Os movimentos sociais não podem permanecer somente na esfera de reivindicações imediatas. Cabe ao Assistente Social realizar um trabalho de acompanhamento que leve a conscientização. As dificuldades de se encaminhar este trabalho da prática podem ser superadas se o profissional tiver claro que cabe a ele dinamizar a potencialidade política contida nas lutas populares. [...] Após este trabalho de acompanhamento, a participação do profissional deve ser a nível de articulação com os movimentos populares para que não haja confusão do que é a prática do cidadão e a do profissional. A proposta então, seria um trabalho institucional crítico numa relação direta com os movimentos sociais, já que eles são (no momento), o sujeito político mais importante.

Esse trabalho com direção crítica, comprometido com a potencialização dos interesses imediatos e de classe dos trabalhadores, foi desenvolvido pelo Serviço Social em diversos outros bairros de Juiz de Fora, como Retiro, Granjas Bethel, Santo Antônio, Ipiranga, Sagrado Coração de Jesus, Santa Terezinha, comunidade da Fazenda do Yung, entre outros. Ainda em 1989, a primeira assistente social contratada pelo CDDH-JF, que mantinha uma forte articulação com a ANSUR nos trabalhos desenvolvidos junto às comunidades de Juiz de Fora, desligou-se da entidade local após ser convidada a assumir a função de assessora da ANSUR

¹⁷⁸ Um dos idealizadores e fundadores do IBASE foi o sociólogo Herbert de Souza, conhecido como Betinho, que se destacou como uma das principais lideranças da organização Ação Popular (AP) desde sua criação no Brasil, dentre outros importantes espaços de atuação. Para mais informações, consulte Pandolfi et al. (2012).

em Belo Horizonte (Informação Oral de Tânia F. Pedroso). Como Beatriz Colucci estava deixando o CDDH-JF para trilhar novos caminhos profissionais ainda vinculados a processos de organização e mobilização popular, uma nova assistente social foi contratada para assumir as atividades da entidade. Tendo atuado como estagiária nos anos imediatamente anteriores, Tânia F. Pedroso iniciou sua trajetória profissional como assistente social do CDDH-JF em 1989, conforme relata sobre essa sua inserção profissional:

Particpei de um processo seletivo, foi um número muito grande até de profissionais, e eu fui selecionada para substituir a Bia — e substituir literalmente, porque a Bia tinha um lugar muito representativo. Ela implantou o Serviço Social no CDDH, e eu fiquei, ainda muito jovem, com esse grande desafio de dar sequência a esse trabalho e avançar no campo do processo de democratização, com várias normativas recentes, fruto de mobilizações em torno dos direitos humanos, do direito à cidade, dos direitos fundamentais, e caminhar na construção desse lugar do profissional junto aos movimentos da sociedade juiz-forana — nesse caso específico, principalmente pelo direito à cidade (Informação Oral de Tânia F. Pedroso).

Conforme as observações da segunda assistente social contratada, que atuou profissionalmente no CDDH-JF até 1992, o trabalho de mobilização popular desenvolvido pelos agentes da entidade tinha como objetivo o fortalecimento e a potencialização dos processos organizativos e reivindicatórios das comunidades atendidas, distinguindo-se frontalmente das intenções e ações de sujeitos que, segundo nossa entrevistada, “buscavam se aproximar dos grupos, das famílias, muito na perspectiva da tutela, [...] pois nosso trabalho era no sentido de que eles assumissem o protagonismo da vida social” (Informação Oral). No período em que esteve à frente do Serviço Social da entidade, nossa entrevistada relata que a equipe profissional buscava “ampliar o leque de assessoria a grupos de moradores que estavam tentando trazer à tona as suas demandas, mas de uma maneira desorganizada e isolada” (Informação Oral). Nesse sentido, a equipe dos chamados “agentes externos” direcionava sua atuação para intermediar o processo organizativo das comunidades atendidas, estabelecendo diálogos e prestando informações capazes de propiciar a conversão de demandas individualizadas em reivindicações “sob uma perspectiva coletiva e organizada junto ao poder público municipal” (Informação Oral).

Considerando que o CDDH-JF já atuava em bairros periféricos da cidade desde anos anteriores, conforme demonstrado, novas experiências de assessoria eram iniciadas a partir do contato com grupos de moradores de áreas onde a questão habitacional se manifestava de forma mais explícita. Esses grupos, que conheciam o trabalho do CDDH-JF por meio de familiares e pessoas próximas que já recebiam assessoria da entidade em seus bairros, passavam a buscar o apoio da instituição. Ao ser contatada por novos demandantes, a equipe

do Serviço Social, em articulação com outros profissionais da entidade, buscava constatar as situações flagrantes de “desrespeito aos direitos das famílias em ocupações irregulares”, as quais, muitas vezes, envolviam a atuação repressiva do braço policial do Estado, com constantes ameaças de despejos e remoções forçadas (Informação Oral de Tânia F. Pedroso).

Com o início da atuação da assessoria nos territórios demandantes, a equipe buscava identificar os equipamentos sociais existentes, como escolas, postos de saúde e eventuais formas de organização comunitária, como associações de moradores. Esse mapeamento possibilitava ao Serviço Social do CDDH-JF desenvolver um trabalho com a comunidade que não se restringia à demanda emergente por habitação, mas que também permitia a identificação coletiva de outras necessidades. Essas, por sua vez, ampliavam a agenda de lutas das comunidades, integrando um conjunto de reivindicações nos processos de organização e mobilização popular.

Então, a partir dos grupos que demandavam, a gente iniciava uma aproximação no sentido de conhecer quais são as questões, o que os unia e o que era peculiar de cada história familiar. [...] A partir dessa aproximação, começava o trabalho de pensar o que unificava esse grupo e de como contribuir para que eles instrumentalizassem uma reflexão sobre aquela demanda, para que pudessem começar a buscar os caminhos de uma maneira mais organizada e coletiva. [...] A luta por moradia era uma demanda imediata e emergencial fundamental, mas ela não poderia se esgotar, porque o mesmo sujeito que está ali demandando, enfim, do ponto de vista de classe social, tem tantas outras demandas importantes e necessárias, que a organização contribui muito pra viabilizar essas lutas. [...] Nas reuniões e assembleias comunitárias, havia pautas que eram construídas em conjunto; sempre eram eleitas comissões de moradores. Então, nessa caminhada, várias lideranças se constituíram de uma forma muito interessante. A cada território que demandava uma assessoria do CDDH, do Serviço Social, nós apoiávamos a organização dessas comissões, que representavam o coletivo daquela região (Informação Oral de Tânia F. Pedroso).

As ações do Serviço Social, no âmbito dos processos de organização e mobilização popular na periferia de Juiz de Fora, buscavam envolver as lutas locais numa dinâmica política mais abrangente, perpassando pela constante articulação com movimentos sociais já constituídos e com certo grau de estabilidade organizativa. Como reforça o depoimento de Tânia Pedroso: “o diálogo sempre foi muito grande, com sindicatos de várias categorias, organizações de bairro como o Unibairros — na época, o Unibairros era muito forte e tinha uma presença muito grande” (Informação Oral). Essa articulação política chegou a extrapolar os limites do município, como relata a assistente social do CDDH-JF à época, ao mencionar sua participação, como representante da entidade, em um dos eventos nacionais que culminaram na criação posterior da Central de Movimentos Populares (CMP).

Eu participei do grande embrião da Central Única de Movimentos Populares, a partir de um grande fórum nacional em Brasília, com a representação de todos os segmentos, todas as minorias, movimentos pela cidade, movimento de mulheres, movimento negro, indígena, LGBT, enfim, todos num grande espaço da UnB discutindo política públicas, representação e a importância de articular um espaço assim como dos sindicatos, que havia sido criado a CUT (Informação oral de Tânia F. Pedroso).

Embora a entrevistada não recorde com exatidão o ano em que o evento ocorreu, considerando o período de sua atuação no CDDH-JF, é possível inferir que se trate da 1ª Plenária Pró-CMP, realizada em agosto de 1990, em Brasília (Carvalho, 2007). Essa plenária contou com “a participação de cerca de 500 representantes dos movimentos populares de 18 estados; integraram-na representantes dos movimentos ecológicos, dos sem-teto, de mulheres, indígenas, meninos e meninas de rua, associações de moradores, entre outros” (Ibidem, p. 79). O que nos leva a considerar essa possibilidade, além do período de atuação profissional da assistente social em questão, é o indicativo de que, entre 1989 e 1990, as discussões sobre os encontros da ANAMPOS estavam presentes no cotidiano dos movimentos populares em Juiz de Fora. Esse processo culminou na formação de uma comissão local que, entre seus membros, incluía um representante do CDDH-JF, conforme vimos a partir de Giovannini et al (1990, p. 24). Segundo essas autoras, o “objetivo da comissão era realizar a discussão sobre o processo de construção da Central de Movimentos Populares” (Ibidem, p. 25).

Toda essa experiência de engajamento em processos organizativos e de mobilização popular mais amplos se expressava no cotidiano de trabalho do Serviço Social junto às comunidades de Juiz de Fora. Segundo nossa entrevistada: “o foco era de assessoria direta, particularmente comigo, nós trabalhamos na Vila Mello Reis [*bairro Santa Cruz*], “Favelinha” do Milho Branco, no *Leito da Leopoldina* [*bairro Ladeira*], Santa Cândida, e, inicialmente, com o pessoal da Vila Esperança” (Informação Oral de Tânia F. Pedroso, *inclusões à pedido*).

Destacamos, nesse contexto de assessoria direta, o trabalho realizada junto à Fazenda do Yung, local onde, segundo Mendonça e Oliveira (1990, p. 4), o conflito se acirrou a partir de 1986, embora a luta das famílias da área fosse anterior a esse período¹⁷⁹. Diante da escassez de fontes documentais sobre essa experiência, baseamo-nos fundamentalmente no estudo de

¹⁷⁹ Segundo depoimento de Mary Sartori, na área da fazenda do Yung, “onze pessoas foram expulsas de uma região que se chama Pedreira, e foram expulsas debaixo de couro mesmo; foi em 68 e 70, por aí. Apanharam muito, foram jogados na cidade, filhas se prostituíram [...] outros caíram no alcoolismo [...]. Depois desses onze, mais quatro famílias foram expropriadas. [...] Quando mais três, as últimas, foram em 86, aí elas foram no CDDH” (Informação Oral).

Mary Sartori Gomes Ferreira, assistente social diretamente envolvida no trabalho com essa comunidade.

Desde a primeira metade do século passado, na área da antiga Fazenda do Yung, diversas famílias iniciaram um processo de ocupação que se estendeu por décadas. Na conjuntura dos anos de 1980, a intensificação das ameaças de despejo e remoção desencadeou uma dinâmica de luta pela posse da terra, culminando na formação de um movimento de posseiros em busca do reconhecimento legal de suas posses. Conforme estudo de Ferreira (1989, p. 7), desde os momentos iniciais¹⁸⁰ dessa luta, agentes externos atuaram no apoio à organização e mobilização do movimento, com destaque para a assessoria do CDDH-JF — “duas assistentes sociais, um advogado e um economista participaram de todo o processo de mobilização e organização da luta”, incluindo também diversas estagiárias da Faculdade de Serviço Social da UFJF.

Cabe destacar que a abertura do campo de estágio na Fazenda do Yung ocorreu por iniciativa da professora Mary Sartori, que, à época, também atuava como assistente social voluntária no CDDH-JF, conforme relata em seu depoimento:

Quando chegou a questão do Yung, que a gente logo teve compromisso com o povo de vencer aquele primeiro momento de crise que eles estavam passando, veio a perspectiva e a demanda de continuidade do trabalho. Eu falei, aqui é um campo de trabalho maravilhoso para o Serviço Social. Aí vem toda aquela experiência: Belo Horizonte, Barroso, Método BH, Paulo Freire [...] Aí eu falei assim: fica eu e Bia aqui, muito restrito o trabalho; vamos chamar as alunas, que aí a coisa vai ficar muito melhor; vamos fazer disso aqui um campo de estágio, porque eu dava aula e [...] uma das exigências na época era que tivesse um assistente social — e lá tinha a Bia, *no CDDH-JF* (Informação Oral, *grifos nossos*).

A postura reivindicatória dos posseiros da Fazenda do Yung, naquele contexto de conflito e luta, constituiu-se, simultaneamente, como base para o surgimento do movimento e como oportunidade para o início da “ação de agentes que assumiram um papel ativo no encaminhamento da luta, ainda que mantivesse uma conduta sempre vigilante, visando impedir a substituição da ação própria dos posseiros” (Ferreira, 1989, p. 9). Nesse contexto, o papel de assessoria dos chamados agentes externos foi de grande relevância, considerando a inexistência de “raízes anteriores de luta coletiva” naquela comunidade (Ibidem, p. 11).

Os posseiros da área ocupada viviam, em sua maioria, do trabalho familiar na terra, voltado à produção para a própria subsistência, comercializando o excedente das atividades

¹⁸⁰ Conforme Duriguetto et al. (1990, p. 8), em 1986, “cerca de 20 (vinte) posseiros procuraram o CDDH buscando apoio para impedir a expulsão das famílias [...]; a procura do ‘agente externo’ fez com que a luta se tornasse sistemática”.

agropecuárias no mercado da cidade. Havia também aqueles que utilizavam a posse apenas como espaço de moradia, mantendo vínculos empregatícios em diferentes setores da economia urbana. Segundo Ferreira (1989, p. 23), mesmo diante da heterogeneidade nas formas de relação dos posseiros com a terra, o processo de proletarianização atravessava toda aquela população, que resistia de distintas maneiras, culminando na conformação do movimento como um “mecanismo necessário à organização, fortalecimento e consolidação das lutas populares”.

A direção e organização do movimento couberam conjuntamente aos posseiros e aos agentes externos, sendo o núcleo da organização do movimento formado pelas forças internas e externas envolvidas na luta. Dos agentes externos (Unibairros, CPT, representantes sindicais e do PT) destacamos o Centro de Defesa dos Direitos Humanos que, numa ação direta, contínua e permanente, cuidou da unidade da luta e de garantir a sistematização às reivindicações, para que se tornasse mais clara a ideologia de protesto do movimento (Ferreira, 1989, p. 78).

A relação do movimento com os chamados agentes externos foi fundamental, considerando que, inicialmente, havia uma “restrita capacidade expansiva do movimento, pela falta de uma articulação mais ampla com outros movimentos e partidos políticos, além da inexistência de uma organização sindical e de associações próprias” (Ibidem, p. 80). Uma vez fortalecidos para lutar e conquistar sua reivindicação econômica mais imediata, os sujeitos passaram a se mobilizar também em busca de conquistas de caráter político, especialmente no que se refere à ampliação da participação política dos indivíduos e sua coletividade. O avanço na organização e mobilização do movimento de posseiros, com o suporte de “novos sujeitos políticos coletivos (comissões dos posseiros, do CDDH e outros organismos)”, possibilitou o enfrentamento das estruturas de dominação ao participar e intervir nas decisões legais sobre a terra no município. Tal atuação confrontou a legislação autoritária vigente sobre a propriedade da terra e favoreceu a articulação entre os “organismos populares de democracia de base” e os mecanismos institucionais tradicionais (como secretarias municipais), tornando estes últimos mais permeáveis aos interesses das camadas populares (Ibidem).

Ainda que de maneira restrita, o movimento representou um grande avanço para os posseiros, que não só vêm próxima a realização do antigo desejo, com a aprovação da Lei 7119, de 3 de julho de 1987, que lhes outorga a concessão de uso, com direito real e resolúvel de suas terras, mas também pela introdução de novas condutas e desejos entre eles (Ferreira, 1989, p. 96).

Referenciada no pensamento gramsciano a partir das contribuições de Carlos Nelson Coutinho, Ferreira (1989, p. 95) avalia que pelo percurso de ações próprias do movimento, com intermédio da aliança com o CDDH-JF, foram abertos caminhos para a “socialização da

política”. Não bastava mais que resolvessem para eles questões de seus próprios interesses. A experiência da luta coletiva e organizada impulsionou os posseiros a desenvolverem iniciativas de participação política em todo o processo relacionado às suas demandas e necessidades, inclusive em questões aparentemente simples, como o fornecimento de água à escola da comunidade. Cientes da má qualidade da água disponível, os posseiros organizaram, por meio de uma comissão, um abaixo-assinado que circulou por toda a comunidade, exigindo providências da Secretaria Municipal de Educação. Ao tornarem pública e política essa necessidade, a demanda foi atendida com a devida canalização da água. Na avaliação coletiva dessa conquista específica, Ferreira (1989, p. 97–98) destaca a fala de um posseiro:

Esta luta mostra como a ação do povo é importante na defesa de seu direito. Durante anos nossas crianças beberam desta água pobre. A zeladora, as professoras, todo mundo sabia e ninguém fazia nada. As autoridades não davam a menor importância ao assunto. E o pior, o mais sério é que a agente consentiu durante todos esses anos com essa situação. Pelas nossas próprias mãos, trazia nossos filhos à aula, sendo que bebiam água contaminada e nada fazia. Isso sim é terrível. Não podemos ficar calados, parados e nem agir sozinhos. Temos que continuar unidos para que nosso grito seja ouvido, se quiser melhorar a situação, senão isso não vai mudar nunca (Informação Oral de Norberto, s/d apud).

Com o desenvolvimento da organização popular dos posseiros, a reivindicação pela posse da terra expandiu-se para outras demandas relacionadas à melhoria das condições de infraestrutura da comunidade, bem como para dinâmicas de organização coletiva, como a criação de uma cooperativa agrícola local. Esse processo decorreu de uma necessidade imediata e coletiva, tensionada pelo acirramento do conflito envolvendo a posse da terra, o que resultou no engajamento organizativo e reivindicatório dos protagonistas, com o apoio de agentes externos.

O início da postura reivindicatória dos posseiros, enquanto coletividade, deu-se quando reagiram à tentativa de invasão de suas terras pelo proprietário legal e solicitaram o auxílio do CDDH-JF para impedir a violação de seus direitos. Em uma ação emergencial, menos de vinte e quatro horas após o contato dos posseiros, a equipe do CDDH-JF, com o apoio da imprensa local, conseguiu evitar que as famílias ameaçadas tivessem suas terras e produções agrícolas atacadas pelo invasor — segundo Ferreira (1989), uma espécie de máquina escavadeira estava pronta para começar as demolições. Embora tenha sido uma vitória pontual para os posseiros, tal fato constituiu um importante incentivo para o desenvolvimento daquela luta popular pela terra.

Logo após o primeiro contato entre os posseiros e o CDDH-JF, o movimento começou a tomar forma enquanto organização popular determinada à conquista definitiva das posses de terra. Nesse contexto, o debate sobre a reforma agrária estava presente na conjuntura nacional e, localmente, a luta pela posse da terra gozava de boa receptividade junto à opinião pública juiz-forana, conforme aponta Ferreira (1989, p. 103). Esse cenário favoreceu o desencadeamento da mobilização dos posseiros em busca de sua reivindicação fundamental, evidenciando-lhes a necessidade de formação e fortalecimento de alianças capazes de contribuir para a ampliação e o êxito de suas lutas.

Como principal aliado, o CDDH-JF, por meio de sua equipe, colaborou no processo de organização do movimento, sugerindo maneiras e instrumentos para a condução das reivindicações, tais como a criação de comissões e assembleias amplas, que garantissem a organicidade e a participação de todos os protagonistas da luta. Rejeitando uma estrutura organizativa vertical e fragmentada, o movimento de posseiros instituiu comissões setoriais, responsáveis por representar cada subárea da área ocupada; uma comissão denominada “grande”, que reunia um representante de cada comissão setorial (“menor”); uma comissão chamada “pequena”, composta pelos posseiros designados para representá-lo nas negociações com o poder público local; além de assembleias democráticas, nas quais todos os posseiros tinham direito à voz e voto, elegendo os representantes das respectivas comissões. Na qualidade de assistente social, membro da equipe do CDDH, Ferreira (1989, p. 110) relata as contribuições da assessoria junto ao movimento de posseiros:

Participávamos direta e intensamente em todos os núcleos, sendo contudo esta participação reduzida junto às comissões setoriais. Atuávamos no sentido de garantir aos posseiros, tanto quanto possível, o entendimento das questões; a mobilização dos núcleos e dos posseiros em geral; acesso à imprensa e outros canais institucionais e à documentação de interesse; a sistematização das propostas e a seleção de táticas e estratégias para a sua implementação. Prestávamo-nos, ainda, a traduzir aos posseiros a fala técnica e às vezes até sofisticada dos representantes do poder público. Nos debates, era preocupação deixar claro aos posseiros a nossa leitura dos fatos, chamando-lhes a atenção para a presença de possíveis verdades encobertas e para a importância de desvendá-las. Mantinha-se com eles uma relação de transparência, surgindo no decorrer do processo um clima de confiança mútua.

No trabalho de assessoria ao movimento, além da atuação junto às comissões setoriais, a equipe do CDDH colaborou com a mobilização para a participação coletiva nas assembleias, bem como com a própria organização desses espaços de discussão e deliberação democrática. Ferreira (1989, p. 117) registra que “compareciam, em média, 70% a 80% da população” de posseiros às assembleias, para deliberar sobre questões como:

assumir ou não a luta; visitas ao Prefeito; levantamento de dados preliminares referentes à Fazenda e aos posseiros para elaboração de relatório; elaboração, leitura e aprovação de documentos dos posseiros, como o relatório e os pressupostos básicos para a legalização das terras; definição de aliados, assessorias; composição de comissões internas; indicação dos representantes junto à Comissão Especial¹⁸¹ instituída pela Prefeitura; leitura e discussão de leis e documentos; definição dos critérios para a doação; discussão das propostas a serem encaminhadas à Comissão Especial e das oriundas da mesma comissão; discussão e aprovação do relatório final da Comissão Especial com sugestão de projeto de lei; [...] mobilização da comunidade e presença maciça junto aos poderes Executivo e Legislativo em momentos estratégicos; avaliação do processo global e da atuação de seus representantes (Ibidem, p. 117-118).

Essa experimentação organizativa e a convivência coletiva, além de terem sido caminhos necessários para a posterior conquista da reivindicação imediata, desencadearam entre os seus protagonistas “processos nunca vivenciados por eles anteriormente” (Ibidem, p. 119). A conquista do movimento não se restringiu à legalização das posses de terra, mas englobou o fortalecimento organizativo dos posseiros, sua união e articulação interna, bem como o estabelecimento de vínculos com outros sujeitos externos ao movimento. Esse processo se traduziu em aprendizados e na construção de novos valores, sentimentos e compreensões acerca da realidade vivida e percebida. Nesse sentido, Ferreira (1989, p. 119) destaca algumas considerações feitas pelos próprios protagonistas da luta:

“Essa luta fez a gente sair dos nossos mundinhos e somar nossas forças à do companheiro, para o bem de todos”; “Antes vivíamos um grande isolamento. Cada um cuidava de sua vida, de seus interesses, de seu pedaço de terra, ignorando o que passava com os outros e mesmo não conhecendo os companheiros que moravam em áreas distantes da nossa”; “Foi muito importante discutir um assunto que não era só de um, mas de todos nós; hoje sabemos o que é um povo unido”.

A construção de novas compreensões acerca da realidade teve como importante mediação o trabalho de assessoria realizado pela equipe do CDDH-JF, que desde o início introduziu, por exemplo, o tema da reforma agrária, articulando a reivindicação local e imediata dos posseiros com o debate nacional sobre a função social da terra. Tal abordagem contribuiu para fundamentar a “resistência no direito à terra para aqueles que nela vivem e trabalham, adotando o movimento, como principal bandeira de luta, a produção dos posseiros que com seus produtos abastecem parte das feiras livres e mercados do município” (Ibidem, p. 129). Ademais, o trabalho formativo desenvolvido pela equipe de assessoria do CDDH-JF

¹⁸¹ Trata-se da Comissão de Posseiros do Yung, como mencionamos anteriormente, constituída como uma das comissões provisórias voltadas para assuntos urgentes e de caráter mais localizado, no contexto da gestão participativa de Tarcísio Delgado (MDB) à frente da Prefeitura Municipal.

colaborou para a reflexão crítica dos posseiros a respeito de “seu grande desejo de preservar sua forma de vida, que, somado aos fatores econômicos, formou a resultante determinadora e geradora da resistência por parte dos posseiros” (Ibidem).

Na avaliação de Ferreira (1989, p. 130), a experiência de luta pela posse da terra constituiu-se, nesse caso, como “um exemplo típico de combinação de forças”. As ações mobilizadoras e organizativas dos posseiros foram potencializadas pela assessoria do CDDH-JF, ao mesmo tempo em que “nada teria conseguido o CDDH sem a maciça participação dos posseiros e sem a abertura da Prefeitura” (Ibidem). Dessa forma, três fatores principais são apontados como determinantes para o desenvolvimento do movimento: a atitude reivindicatória e a capacidade de mobilização dos posseiros; a assessoria prestada pela equipe do CDDH-JF; e as condições favoráveis da conjuntura nacional e local.

Na mobilização dos posseiros adotou-se como pano de fundo a reflexão, a tomada de consciência de que o que lhes ocorria não era ocasional, factual, mas possível de uma explicação racional e que assim deveria ser enfrentado, concentrando-se as forças, e não se deixando levar por impulsos instintivos e isolados [...]. Assim, a busca de organicidade pela solidez organizativa do movimento tornou-se preocupação central. Partindo dos princípios e questões levantadas pelos posseiros, os agentes externos buscaram, numa ação conjunta, a elaboração de tais princípios e questões para estabelecerem relação e coerência com as atividades práticas necessárias (Ferreira, 1989, p. 131).

Como resultado das ações conjuntas entre os posseiros e a equipe do CDDH-JF, os debates em torno de determinadas questões da pauta reivindicatória do movimento levaram ao “aprofundamento do modo de pensar sobre o assunto, o que significou, em alguns momentos, o abrir mão de todo um pensamento anterior” (Ibidem, p. 131). Esse avanço na compreensão da realidade manifestou-se, por exemplo, na mudança de postura dos posseiros em relação à Prefeitura de Juiz de Fora. Anteriormente, predominava entre eles um sentimento de gratidão e subserviência, decorrente da percepção de que o poder público havia permitido, em tempos passados, a ocupação da terra — construindo, assim, uma imagem de autoridade benfeitora. Contudo, a partir das reflexões promovidas pelo diálogo com a equipe do CDDH-JF e das experiências vividas no cotidiano das lutas e enfrentamentos, essa percepção foi sendo transformada. A Prefeitura passou a ser compreendida como uma “instituição comprometida com os detentores do poder (por isso, capaz de atos de arbitrariedade [...]), mas também como um espaço legítimo e possível de luta em defesa do direito do cidadão explorado” (Ibidem, p. 132).

O processo de mudança na compreensão da realidade por parte dos posseiros teve como mediação a atuação da equipe do CDDH-JF, enquanto agente externo que, em conjunto com o movimento, contribuiu para a construção dos “pressupostos coletivos da ação, a saber, questões relativas a características organizacionais, à autonomia do movimento e ao caráter da sua relação com o Estado” (Ibidem, p. 138). Ao favorecer a constituição do que a assistente social envolvida na experiência denomina como uma “identidade coletiva” do movimento, as ações da equipe do CDDH — voltadas ao suporte e ao incentivo à mobilização e à organização popular — mostraram-se fundamentais para o enfrentamento político em torno das reivindicações dos posseiros. Os agentes do Serviço Social orientaram suas práticas no sentido de converter as necessidades imediatas de cada indivíduo em ação coletiva, visando à construção de uma “vontade coletiva”. Consideramos que tais contribuições decorrem do direcionamento ideopolítico assumido no trabalho profissional, o qual fortaleceu o reconhecimento da dimensão de classe presente nas demandas e necessidades que são publicizadas e politizadas no contexto da luta social do movimento. Ainda que Ferreira (1989, p. 139) considere que o papel exercido pelo CDDH-JF junto ao movimento assumiu uma “função análoga à do partido político” na “consolidação da vontade coletiva”, atuando por meio da:

a) direção geral do movimento; b) organização das vontades atomizadas; [...] c) constante acompanhamento e efetiva participação no encaminhamento das questões; d) abertura, ao movimento, de acesso a documentos e informações institucionais paralelas, mas relacionadas e relevantes para a luta; e) facilitação do acesso dos posseiros às diversas representações do poder público relacionadas com o processo, bem como do poder legislativo local; f) assessoria técnica profissional da área política, social e jurídica, com permanentes intervenções [...] (Ibidem, p. 139-141).

O avanço da mobilização e o desenvolvimento organizativo do movimento de posseiros, com o intermédio da assessoria do CDDH-JF, contou com condições favoráveis na conjuntura local. O debate sobre a reforma agrária, amplamente presente na agenda nacional, também se expressava em Juiz de Fora, refletindo as posições fortemente polarizadas: ou se era favorável ou contrário à sua implementação. Ainda assim, como observamos anteriormente, havia uma receptividade significativa por parte da opinião pública local. Na avaliação de Ferreira (1989, p. 149), como o governo municipal à época era ocupado pelo então MDB, partido que possuía características progressistas, ainda que mantivesse articulações com setores conservadores e de direita, o debate sobre a reforma agrária era, em geral, recebido com relativa abertura. Além de se mostrar favorável ao debate sobre a reforma agrária, como vimos, o governo municipal (1983-1988) foi eleito com base em uma proposta

de gestão democrática, que previa a participação popular em colegiados consultivos para a tomada de decisões político-administrativas. Não isenta de contradições, essa gestão reconhecia que “a participação das entidades de base, democraticamente organizadas, além de ser um objetivo em si, é também instrumento imprescindível para a plena realização do governo proposto” (Esperança e Mudança, 1982, p. 3 apud Ferreira, 1989, p. 150). Dessa forma, a mobilização reivindicatória do movimento de posseiros encontrava, na proposta de gestão participativa da Prefeitura, um espaço institucional relativamente aberto ao diálogo,

onde a solução dos problemas teria como ponto de partida e fundamento o interesse dos envolvidos, a preservação de atendimento às necessidades básicas, no caso, a habitação, a concessão de voz ativa às entidades de representação comunitária, a priorização de políticas econômicas que impedissem o desemprego, e o incentivo às pequenas e médias unidades de produção, para lutarem e exigirem do poder público a execução de suas próprias propostas, reconhecendo no camponês: “um cidadão que exerce atividade de suma importância para toda a coletividade” (Ferreira, 1989, p. 151).

Além disso, a conjuntura era marcada pelo apoio da imprensa local na cobertura midiática do conflito vivenciado pelos posseiros, que, ao adquirir forma de movimento popular, alinhava-se ao movimento nacional de luta pela reforma agrária. Dessa forma, o movimento de posseiros em Juiz de Fora somava-se a uma das principais bandeiras levantadas tanto no IV Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) quanto no I Congresso dos Sem Terra: “que sejam proibidos os despejos, uma vez que o trabalhador dá à terra sua função social” (CONTAG, 1985 apud Ferreira, 1989, p. 152).

Apesar das limitações político-organizativas do movimento de posseiros em relação à articulação com outros movimentos de âmbito nacional, Ferreira (1989, p. 152) considera que a formação e o desenvolvimento do movimento representaram “um avanço por parte das forças populares de Juiz de Fora e momento significativo para a consolidação de novos institutos democráticos”. Ainda que a reivindicação imediata do movimento não expressasse, de forma explícita, a urgência de transformações estruturais na sociedade, sua luta, derivada da carência de posse da terra, “colocou em questão a ordem social vigente (propriedade da terra), tornando-se um fator básico e decisivo da resistência social, refletindo na sociedade juiz-forana, mesmo sendo local” (Ibidem).

Ao resistirem à expulsão de suas terras e à consequente proletarianização de suas vidas, os posseiros protagonizaram um movimento que alcançou determinada e contraditória amplitude, “dada a sua identidade com as reações regionais e nacionais destes setores, e pela consequente abertura a uma progressiva participação popular da vida política, viabilizando assim a socialização da política”, segundo nossa autora (Ibidem). Amparada no pensamento

de Carlos Nelson Coutinho, Ferreira (1989, p. 154) considera que, mesmo com suas limitações, o movimento de posseiros da Fazenda do Yung expressou o fortalecimento de organizações democráticas de base da sociedade, atuando como “aparelhos privados de hegemonia”. Isso porque, a partir de carências concretas e “sob influências e motivações culturais e ideológicas de diferentes origens, começam a colocar tanto prática como teoricamente a necessidade de articular a luta pela liberdade e pela realização individual com a necessidade de transformações estruturais na sociedade” (Coutinho, 1981, p. 93 apud).

Ao abordar a atuação das profissionais de Serviço Social que prestavam assessoria ao movimento de posseiros por meio da participação na equipe do CDDH-JF, Ferreira (1989, p. 157) avalia que tratar especificamente das contribuições das assistentes sociais nesse processo apresenta certas dificuldades, tendo em vista a “intensa interprofissionalização em que a prática se desenvolveu”, ainda que a profissão e o “agir profissional” possuam características próprias. Nesse sentido, nossa autora destaca que a atuação das assistentes sociais, em conjunto com os demais profissionais que compunham a equipe do CDDH-JF, ocorria de forma articulada e integrada, estando todos

[...] diretamente envolvidos com o processo desencadeado, muito embora existissem divergências de opiniões e especificidades nas intervenções, levou a considerá-la uma ação coletiva, do CDDH, não individualizada nas assistentes sociais, no advogado ou no economista. De fato, a prática se deu tão conjuntamente que fica difícil separar, ainda que com finalidade acadêmica (Ibidem, p. 164).

Embora existam dificuldades para identificar as particularidades e singularidades da atuação das assistentes sociais e estagiárias enquanto membros da equipe de assessoria do CDDH-JF ao movimento de posseiros, Ferreira (1989, p. 164) compreende a atividade profissional do assistente social, neste contexto, a partir de uma perspectiva ideopolítica, em que o trabalho profissional explicita o “compromisso com as forças populares, buscando sempre colocar a prática como um estímulo e não como um obstáculo à luta dos posseiros”.

Nesse sentido, Ferreira (1989, p. 165) aponta que as tarefas das assistentes sociais, no caso dos posseiros, envolveram um esforço construído conjuntamente entre o movimento e as profissionais para garantir a participação ativa no processo, buscando conquistar forças, ampliar espaços e saber utilizar as potencialidades existentes. Partindo da desigualdade social relacionada à posse da terra como necessidade impulsionadora do movimento de posseiros, as assistentes sociais e estagiárias priorizavam as formas de organização popular assumidas e necessárias, com o objetivo de ultrapassar o imediatismo das ações e traçar caminhos estratégicos. Assim, “entende-se o exercício profissional das assistentes sociais voltado para a sustentação do caráter contestatório da demanda dos posseiros”, ainda que essa capacidade do

movimento dependesse da própria “tendência do movimento de avançar para além das questões locais, imediatas ou não” (Ibidem, p. 165-166).

Para a assistente social envolvida nesse trabalho, como é na “articulação entre mobilização e os movimentos populares [...] que se localiza o assistente social numa ação conjunta com outros profissionais, com trabalhadores técnica, teórica e politicamente preparados” (Ibidem), no caso do movimento de posseiros, a atuação das profissionais do Serviço Social buscou a conexão do que denomina como o momento da mobilização, isto é, a “ação espontânea dos posseiros que se reuniam e em grupo buscaram ajuda do CDDH para a resistência à expropriação”, com o momento do movimento popular, “pela inscrição do imediatismo em linhas estratégicas e da organização de todo o movimento” (Ibidem). Ou seja, compreendemos que para nossa autora, o papel atribuído e desempenhado pelas assistentes sociais, através de suas competências profissionais, na intervenção interprofissional, foi de auxiliar a passagem do momento espontâneo e imediato da reivindicação do grupo de posseiros para um estágio mais elevado em relação ao processo político-organizativo do movimento, agora, permeado por novas mediações e potencialidades.

Além disso, Ferreira (1989, p. 170) considera que a participação profissional do assistente social junto às mobilizações populares “não é mecânica, não se encontra em fórmulas metodológicas petrificadas, o que remete imediatamente à dimensão política do fazer profissional do assistente social, bem como à consideração do componente educativo dessa prática”. Nesse sentido, em conjunto com outros agentes profissionais e com o próprio movimento de posseiros, as assistentes sociais buscaram esclarecer os aspectos estruturais e conjunturais que envolviam a reivindicação inicial do movimento, valendo-se de uma perspectiva teórico-metodológica capaz de fornecer uma análise crítica do processo amplo e articulado.

Entendem as profissionais que a descoberta da verdadeira realidade dos fatos, numa perspectiva de totalidade, pela reflexão com os posseiros a partir de pistas, presentes na situação particular por eles enfrentadas e relacionadas às questões de caráter mais global (como a polêmica existente em torno da reforma agrária, questões da política agrária, particularmente as referentes à ocupação e ao direito à terra, e as reações dos camponeses por todo o território nacional), considerando ainda a conjuntura nacional e municipal, facilitaria aos posseiros apreender o real significado de sua luta, para então ser o sujeito, capaz, portanto, de assumir com responsabilidade a solução de seus problemas (Ferreira, 1989, p. 171).

Apesar do papel desempenhado pelas assistentes sociais que atuaram ativamente no processo organizativo do movimento de posseiros ter contribuído para o “desvelamento de

falsas verdades, na direção da discussão, na sistematização das propostas e no acompanhamento e apoio aos posseiros nas negociações com o poder público” (Ferreira, 1989, p. 172), o trabalho profissional não substituiu as iniciativas nem o protagonismo dos principais sujeitos da luta. Tampouco foram as ações profissionais do Serviço Social, enquanto parte da equipe de assessoria, que permitiram ao movimento uma suposta evolução organizativa linear, estável e irreversível. Seria equivocado atribuir ao trabalho profissional (e de assessoria) a determinação do rumo do movimento popular, sua capacidade de mobilização ou seu nível de organização política. As possibilidades de desenvolvimento dos movimentos sociais estão inscritas nas condições sócio-históricas, atravessadas pelos níveis das contradições que os impulsionam à luta, bem como pelas mediações que envolvem o processo de consciência e o desenvolvimento de habilidades que os projetam politicamente no âmbito da luta de classes. Trata-se de um processo no qual o trabalho profissional pode assumir uma direção ideopolítica comprometida com o fortalecimento dos interesses imediatos e de classe desses sujeitos, contribuindo para a expansão dos processos de organização e mobilização popular. A complexidade dessa dinâmica leva Ferreira (1989, p. 172) a considerar que o papel do assistente social junto aos processos de organização e mobilização popular possui limites e deve se converter em um “agir coletivo, articulado com outros organismos da sociedade e também com outros profissionais” — uma convicção construída a partir da própria experiência da autora, fundamentada em referenciais teórico-metodológicos e ético-políticos.

A partir da análise documental dos poucos relatórios de estágio disponíveis, constatamos que, a partir de 1990, a equipe de Serviço Social do CDDH-JF decidiu por desenvolver ações voltadas ao fortalecimento da consolidação organizativa do movimento de posseiros da Fazenda do Yung. O objetivo era, gradativamente, substituir o caráter sistemático da assessoria por um acompanhamento mais pontual, visando à autonomização organizativa e reivindicatória do grupo em relação aos chamados agentes externos.

Conforme Duriguetto et al. (1990, p. 15), apesar do movimento “já possuir uma certa estrutura de organização e consciência; [...] é necessário ter um certo acompanhamento pela instituição, em virtude da necessidade do movimento ter uma prática político-organizacional mais consolidada”. Assim, visando estimular que o próprio movimento avançasse para uma “intensificação do trabalho de base”, a equipe de assessoria compreendeu ser “necessário trabalhar com os representantes de cada setor para que promovam mecanismos de articulação entre os seus respectivos moradores, visando sua organização” (Ibidem). Para isso, entenderam ser necessário o estabelecimento de ações que incentivassem a “participação massiva na experiência de luta, e não apenas do pequeno grupo mais ativo; pois é através

desta [*participação massiva*] que se torna possível a reprodução e a ampliação entre eles de uma consciência coletiva [...] de uma vontade transformadora” (Ibidem, *grifos nossos*). Nesse sentido, as ações da equipe voltaram-se para um trabalho que envolvesse o conjunto dos posseiros, permitindo uma “descentralização do movimento”, a fim de evitar retrocessos organizativos, como o isolamento de uma direção restrita em relação à base do movimento — o que, segundo as estagiárias, “é a causa de inúmeras crises de natureza política e orgânica, entre as quais a perda da legitimidade da direção e de suas propostas, além do poder de mobilização e organização” (Ibidem, p. 16). Consideraram, ainda, que o trabalho a ser realizado deveria incentivar “um maior enraizamento e uma maior articulação com outros movimentos sociais e segmentos da sociedade civil” (Ibidem), ao mesmo tempo em que buscasse ampliar os processos de participação no conjunto do próprio movimento.

No ano seguinte, Duriguetto e Ribeiro (1991, p. 12, *grifos nossos*) apresentam que, “paralelamente ao processo de registro e entrega dos títulos [*de posse*], foi iniciado o trabalho de base”, no qual a contribuição do Serviço Social se deu por meio de visitas domiciliares em todas as áreas do território, acompanhadas por representantes de cada uma dessas áreas, mobilizando a participação da comunidade no cotidiano do movimento e no mapeamento de necessidades e reivindicações. Com as visitas concluídas, as estagiárias relatam:

Decodificamos junto à Associação¹⁸² os resultados obtidos nas visitas. Tais resultados tiveram como escopo a construção de centro comunitário; a extensão da linha do ônibus e a luz elétrica. Com isso, colocamos para a Associação os interesses da comunidade que ela representa, para fazer com que ela pautasse sua ação no atendimento aos objetivos fixados coletivamente e que tome como agentes executores das ações interventivas um número cada vez maior de moradores. É o desenvolvimento da estruturação do chamado “Modelo Comunitário”, onde vamos procurar a ampliação do nível de participação dos moradores, visando o rompimento das ações interventivas sistematizadas e circunscritas dos membros da Associação. Para que tal projeto se operacionalize, apresentamos a eles uma proposta de atuação onde dividimos os membros da Associação por setores, onde, cada grupo de representantes ficaria responsável pelo processo de coletivização do sentimento de luta, mostrando aos moradores a necessidade de se incorporarem no processo reivindicativo. Dividimos os setores com relação às 3 necessidades emergentes apontadas, onde ao mesmo tempo, todos os representantes dos setores ficariam responsáveis pela consecução das etapas das diferentes lutas. Tal projeto foi levado para a Assembleia, sendo aprovado pela comunidade (Ibidem, p. 13).

¹⁸² A Associação Civil dos Moradores da Fazenda do Yung foi fundada em 1990, a partir da comissão de posseiros, logo após tentativas de cooptação e desmobilização do movimento por parte do então prefeito Alberto Bejani, que buscou influenciar a criação de uma primeira e ilegítima associação de moradores com o intuito de instrumentalizá-la para fins eleitoreiros (Mendonça e Oliveira, 1990; Mello et al, 1996).

Com o objetivo de dar continuidade ao trabalho junto a essa comunidade, e considerando a perspectiva de uma eventual autonomização do movimento em relação à assessoria prestada pelos chamados agentes externos, as estagiárias envolvidas elaboraram um planejamento de ações a serem desenvolvidas posteriormente:

assessorar no desenvolvimento de ampliação da participação dos moradores da Fazenda Yung nas reivindicações de serviços do âmbito da infraestrutura social, iniciado com o trabalho das visitas domiciliares; iniciar as discussões para implantação do projeto do centro comunitário; trabalhar para que a população não se restrinja apenas em reivindicações carenciais, mas que também seja um espaço para discussões que ampliem o universo político e crítico dos participantes para que as lutas incorporem conquistas mais substantivas e permanentes; trabalhar na estrutura da Associação (Ibidem, p. 14).

Embora não tenha sido possível identificar os desdobramentos dessas propostas, as estagiárias que atuaram nesse campo em 1992 avaliaram que, ao longo dos seis anos de assessoria direta ao movimento de posseiros da Fazenda do Yung, a comunidade havia alcançado um nível organizativo capaz de encaminhar suas necessidades e reivindicações coletivas, estabelecendo “várias alternativas de mobilização da comunidade, bem como o desenvolvimento de uma consciência crítica, sendo capaz de assumir seus problemas por meio de iniciativas próprias, independentemente da assessoria da entidade [CDDH-JF]” (Tavares e Baldi, 1992, p. 11, *grifos nossos*). Sinalizam, inclusive, que além da conquista dos títulos de posse das terras, “por meio da associação de moradores, já havia alcançado algumas conquistas como a passagem da máquina nas vias de acesso, transporte coletivo e a 5ª série da Escola Municipal da região” (Ibidem, p. 6).

Ao que tudo indica, nos anos seguintes, a equipe de Serviço Social do CDDH-JF passou a preparar o terreno para a concretização da autonomização do movimento. Com o intuito de sensibilizar o conjunto da comunidade a manter-se organizada, enfrentar situações de desânimo e desarticulação, e dar continuidade às mobilizações, as estagiárias de Serviço Social atuantes no campo em 1995 consideraram que seria “de grande valia a apresentação do filme onde está registrada a entrega dos títulos de posse, momento em que eles firmam compromisso em dar continuidade às lutas de forma unida” (Araújo e Reis, 1995, p. 17). Inclusive, no relatório de estágio dessas estudantes, é indicado que, ainda em 1992, a equipe de Serviço Social do CDDH-JF avaliou que a “Associação da Fazenda Yung já se mostrava capaz de dar continuidade aos trabalhos priorizados pela comunidade; dessa forma, tornou-se possível a implantação da assessoria indireta nesta comunidade” (Ibidem, p. 7). Conforme Mello et al. (1996, p. 20), parece-nos que esse tipo de acompanhamento mais pontual da

comunidade por parte da equipe de Serviço Social do CDDH-JF se estendeu, ao menos, até o ano de 1996, através de apoios eventuais a reivindicações e demandas, especialmente nas tentativas de construção do centro comunitário — uma demanda coletiva levantada desde 1990.

Essa transição do trabalho de assessoria nas comunidades, de caráter “direto” para “indireto”, parece ter sido uma tendência adotada pelo CDDH-JF ao longo dos últimos anos da década de 1990, não se restringindo apenas à Fazenda do Yung, mas envolvendo também ações de acompanhamento organizativo em outros bairros, como Alto São Judas, Milho Branco e Jardim Casablanca¹⁸³ (Araújo e Reis, 1995, p. 2). Ações de mobilização de SPMs já constituídas, visando o maior engajamento nas lutas por moradia em seus respectivos bairros e regiões de representação, também compunham o trabalho de “assessoria indireta” do Serviço Social nesse período, conforme apontam Mello et al. (1996), ao sinalizarem para as iniciativas de articulação entre a comissão de moradores do Leito da Leopoldina e a SPM do bairro Grama. Ao que nos parece, o trabalho desenvolvido tinha como objetivo avançar com as mobilizações locais, possibilitando que os moradores fortalecessem as organizações associativas de seus bairros e as direcionassem para lutas mais orientadas à participação em espaços institucionais do Estado.

Contudo, ainda na primeira metade da década de 1990, essas comunidades contavam com uma atuação do Serviço Social do CDDH-JF em que prevalecia um trabalho de “assessoria direta”. Nesse contexto, destacamos a inserção de outra assistente social, contratada pela instituição em 1992. Com experiência prévia de estágio na entidade, Andreia Firmo relata, em seu depoimento, que ao ingressar profissionalmente no CDDH-JF: “encontrei lá colegas que tinham sido minhas contemporâneas de faculdade e que eu sabia que estavam muito nessa linha de atuação em relação aos movimentos sociais, que estavam em efervescência” (Informação oral). Nesse período, o CDDH-JF também se configurava como um importante campo de estágio para o Serviço Social, contando com a atuação de aproximadamente doze estagiárias, conforme relato de Andreia. Certamente, essa presença contribuía de forma significativa para o desenvolvimento de um trabalho sistemático de organização e mobilização popular em diversas comunidades do município.

Ao ingressar no CDDH-JF, a referida assistente social relata que buscou dar continuidade às atividades de assessoria desenvolvidas pela entidade em comunidades nas quais já havia uma atuação prévia, como nas áreas de extensão do Leito da Leopoldina, no

¹⁸³ Segundo Mello et al. (1996, p. 18), a SPM do bairro Jardim Casablanca foi criada com o apoio direto do Unibairros.

bairro Milho Branco e na Fazenda do Yung. No entanto, outras comunidades, até então sem acompanhamento sistemático por parte do CDDH-JF, também passaram a demandar sua assessoria. Foi o caso do bairro Jardim Casablanca, onde Andreia Firmo iniciou o trabalho logo após sua inserção profissional na referida instituição de direitos humanos.

Conforme o depoimento de Firmo, as ações de mobilização e organização popular junto à comunidade do Jardim Casablanca sempre decorreram de “um processo muito pedagógico, mas com muita dificuldade”, principalmente no plano material. Desde os momentos de mobilização da comunidade para a participação nos processos de organização das lutas — que muitas vezes ocorriam no período noturno — a equipe do CDDH-JF enfrentava situações em que não havia sequer iluminação adequada. As ações eram realizadas com profissionais e lideranças comunitárias “pisando no esgoto mesmo” para mobilizar os moradores, sem contar as condições materiais deficitárias em que se davam as reuniões e assembleias, que ocorriam nas ruas da comunidade, uma vez que não havia espaço físico disponível para esses momentos organizativos, exceto as precárias casas dos próprios moradores, que não comportavam o número total de participantes. Sobre essa realidade, nossa entrevistada expõe parte das circunstâncias em que o trabalho junto à comunidade era realizado.

Próximo aqui da Universidade, Jardim Casablanca era uma ocupação extremamente precária: esgoto correndo a céu aberto, barracas, muita criança, muito bicho de pé. Teve criança que perdeu o dedo por causa do bicho de pé. Não tinha infraestrutura nenhuma ali naquele alto de morro, e fazia divisa com um loteamento de alto poder aquisitivo, com um muro mesmo separando. Como era o trabalho? A gente fazia todas as reuniões do Jardim Casablanca, que tinham que ser com a comunidade, e eram na rua. A gente tinha muita experiência de fazer assembleias na rua, com o Leito da Leopoldina várias vezes. Então, a nossa equipe preparava tudo o que precisava ser feito sem... ah, você levava um vídeo? Não, não levava. O que a gente fazia era com os recursos que tinha na comunidade. Preparava a pauta da reunião, pensava no que precisávamos levar de material e aí tinha todo o trabalho de mobilização antes: a gente tinha que ir presencialmente, passava de casa em casa conversando com as pessoas. Então, dependendo do assunto ou da comunidade, a reunião era de dia ou de noite. A gente ia todas as noites, dedicando cada noite a uma comunidade. Segunda-feira era só do Leito da Leopoldina, Milho Branco era toda quarta, Jardim Casablanca era um dia da semana — estou lembrando agora — e o Yung era sempre no final de semana, no domingo. Por isso eu falo que era de domingo a domingo mesmo (Informação Oral de Andreia Firmo).

Embora expressassem as viscerais desigualdades sociais enfrentadas por esses segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora, as condições objetivas, ainda que dificultassem tanto os processos organizativos dos moradores quanto o trabalho de assessoria

realizado pelo Serviço Social, não se constituíam como impeditivos para a luta. Pelo contrário, as precárias condições de vida configuravam-se como elemento impulsionador das ações de mobilização, mediadas pelo trabalho de assessoria do Serviço Social, resultando em processos organizativos e reivindicatórios capazes de tornar públicas e políticas as múltiplas manifestações das desigualdades sociais, articulando-as às lutas por moradia. Mesmo que as determinações para o desenvolvimento de uma consciência reivindicatória e para o processo de grupalização dos moradores ultrapassem os limites da atuação profissional do Serviço Social, é certo que as iniciativas de coletivização e politização das demandas, desenvolvidas na prática profissional junto aos protagonistas da luta, apresentam contribuições significativas para os processos de mobilização e organização popular — as quais não podem ser desconsideradas.

Nesse sentido, as ações de assessoria desempenhadas pelo Serviço Social possuem um caráter eminentemente político na realização das atividades de mobilização e organização popular, mas também envolvem um suporte técnico na condução dessas ações junto ao movimento, contribuindo para o encaminhamento das demandas aos canais de reivindicação. É sobre alguns aspectos dessa dimensão técnico-política da assessoria que a assistente social do CDDH-JF à época discorre ao relatar o desenvolvimento do trabalho.

A gente sempre abria a reunião falando sobre a pauta que estava proposta, que com certeza isso saiu de alguma discussão anterior que a gente já tinha tido com a comunidade. Então, essa assembleia de hoje é pra gente preparar a reunião que vai ter com a prefeitura tal dia. Aí, como é que vai ser essa discussão e tal? A gente precisa aqui pensar o que vamos conversar. Oh, lá nessa reunião vai tá o secretário tal, o prefeito tal e vai tá o técnico tal. A gente vai tratar aqui, por exemplo, do muro de contenção que vai ter que ser feito. Então, como é que a gente vai pra essa reunião? O que que é importante pra essa reunião? Quem vão ser os representantes da comunidade que vão estar lá na reunião? Qual o papel de vocês? E aí, sempre numa linha extremamente pedagógica e sempre retroalimentando, assim... não era a gente que definia, eram eles. Então, definia-se, a partir do tema, quem vai participar, como é que vai ser essa participação, que material que tem que levar, tem que levar algum documento? A gente vai ter que pegar assinatura deles pra alguma coisa? Então, o CDDH prepara. E aí, internamente: qual vai ser a estagiária que vai acompanhar? Algum diretor da entidade precisa ir junto? A comunidade falou lá que tem que ir, que o advogado tem que ir. Sem o advogado, nessa reunião não tem jeito. Então, o advogado tem que ir com a gente. [...] A gente fazia documentos para pegar compromisso dos candidatos à prefeito com as comunidades, e isso era detestável pra eles. E o que que a gente fazia? Sentava com a comunidade, no mínimo com a comissão: o que que é importante na comunidade? Aí, o CDDH fazia o documento e ia até os candidatos pra pedir o compromisso deles com aquelas questões (Informação Oral de Andreia Firmo).

Além de a atuação profissional do Serviço Social contribuir, nesses espaços, para a definição conjunta dos papéis a serem assumidos pelos protagonistas da luta e dos temas a serem convertidos em reivindicações do movimento local, colaborando de forma técnica e política nos momentos de pressão e negociação com as instâncias do Estado, havia ainda um incentivo permanente à articulação com outras organizações e movimentos sociais do município. Tendo como demanda emergente a regularização fundiária e, como reivindicação principal a posse das terras ocupadas, outras necessidades também eram colocadas em evidência nas ações coletivas desenvolvidas pelo movimento de moradores. Essas demandas, identificadas de forma coletiva, acabavam sendo convertidas em reivindicações que, muitas vezes, envolviam não apenas o movimento específico, mas também uma série de outras organizações das classes subalternas, que lutavam contra expressões semelhantes das desigualdades sociais — cujo fundamento explicativo e estrutural era comum a todos esses movimentos sociais comprometidos com a luta por condições dignas de vida. Partindo desses pressupostos, e com uma orientação teórico-metodológica crítica e uma direção ético-política progressista bem definida, as agentes do Serviço Social buscavam favorecer processos mais amplos de interlocução das reivindicações comuns entre os diferentes movimentos sociais em presença, resultando em alianças que impulsionavam não apenas a dimensão organizativa local e específica, mas também fortaleciam a dinâmica política das lutas sociais na cidade. Sobre a atuação do Serviço Social nos processos de organização e mobilização popular no referido contexto, Andreia Firmo observa:

Eu acho que o que a gente imprimiu naquele trabalho — e aí eu falo de um trabalho extremamente coletivo — foi um olhar para os movimentos. Vamos tirar o olhar das comunidades como comunidades e vamos enxergar isso dentro dos movimentos. Então, a gente vai fazendo um trabalho onde a gente vai trazendo as comissões de moradores, as representações dessas comunidades, para terem inserção em movimentos maiores e, vice-versa, para outros movimentos do município também enxergarem aqueles movimentos como importantes e que fazem parte de uma luta maior. Então, o direito à moradia estava colocado pra gente com muita clareza, mas jamais a gente olhava pra isso isoladamente. Então, assim, vamos trazer essas comunidades pra dentro de outros fóruns que estão na cidade, vamos trazer os sindicatos pra participarem das reuniões que a gente faz. Então, eu acho que isso foi uma grande conquista que a gente fez: abrir o movimento das comunidades para outros movimentos dos trabalhadores e vice-versa (Informação Oral).

Embora a preocupação com a articulação política entre os diferentes movimentos sociais constituísse uma importante iniciativa das agentes da profissão, ao final da primeira metade da década de 1990 a realidade local já se encontrava marcada por maiores

dificuldades nos processos de organização e mobilização popular, em comparação ao contexto dos anos 1980 e início daquela década. Dessa forma, diante da clareza quanto à necessidade de ampliação dos processos de articulação entre os movimentos para a construção de lutas sociais articuladas, somada ao cenário de certo enfraquecimento organizativo que começava a despontar, o Serviço Social do CDDH-JF buscou viabilizar a realização de uma assessoria conduzida por Luiza Erundina — assistente social de reconhecida trajetória política e profissional, especialmente por seu envolvimento com as lutas e movimentos sociais, além de sua gestão exitosa à frente da Prefeitura paulistana, marcada por políticas voltadas à participação popular.

Durante onze anos, o CDDH passou por muitos momentos de desânimo frente às inúmeras dificuldades vividas; e foi a partir de avaliações de sua prática junto às comunidades assessoradas que a Entidade recorreu, em junho de 1995, à assessoria informal de Luíza Erundina. [...] foi sugerido pela assessora a criação de um espaço para a participação e articulação de entidades e movimentos sociais locais para a formação conjunta de reflexões e sugestões referentes à problemática do solo urbano. [...] No primeiro encontro articulado pelo CDDH, em julho de 1995, estavam presentes representantes de diversas entidades (OAB, UFJF, CUT, Câmara Municipal, Sindicato dos Têxteis, Metalúrgicos, Igreja, entre outros). Neste encontro, decidiu-se priorizar a luta pelo direito à moradia e o apoio ao movimento sindical na luta contra o desemprego. Institui-se, então, o Fórum pela Moradia e pelo Emprego (Mello et al., 1997, p. 42-43).

A atuação de entidades e movimentos sociais em torno do Fórum pela Moradia e pelo Emprego representou uma necessária articulação política e organizativa que, de forma autônoma em relação às instâncias institucionais, conduziu lutas e processos reivindicatórios diversos, contrapondo-se ao aprofundamento das desigualdades sociais manifestas naquele período de plena vigência do neoliberalismo no país. Com forte protagonismo dos movimentos de moradia e das organizações sindicais, o referido fórum passou a congregiar outras entidades cujas lutas específicas também eram incorporadas ao conjunto de discussões e ações desse espaço político-organizativo. Ao abordar a importância da constituição desse fórum em Juiz de Fora, Andreia Firmo apresenta, em seu depoimento, que:

Criamos o Fórum pela Moradia e pelo Emprego. Então, trouxemos para esse fórum representantes de vários sindicatos do município: sindicato dos metalúrgicos, sindicato dos têxteis, sindicato dos bancários. Tinha pessoas ligadas ao movimento de saúde, Fórum Dedicado, que era o fórum que já existia, segurança alimentar. Então, tínhamos várias áreas. Criamos um fórum onde a gente conseguia ter várias áreas representadas, e trazíamos os representantes das comissões de moradores para fazerem parte dele. Então, a ideia nesse fórum é: temos uma questão, que é a questão da moradia, que a gente já trabalha, que é importante olharmos para ela, mas ela não está isolada. Então, a questão do trabalho sempre esteve muito presente em

todas as discussões que fazíamos. Então, o fórum tinha essa natureza (Informação Oral).

Embora, no período em que esse fórum foi constituído e começou a desenvolver suas iniciativas, as instâncias institucionais da Prefeitura Municipal — à época sob a gestão de Custódio Mattos (PSDB, 1993-1996) — apresentassem certa impermeabilidade às proposições de participação popular, o acúmulo organizativo do fórum levou à elaboração de uma proposta de lei que criou o Conselho Municipal de Habitação, inaugurado em 1997, já sob a nova gestão de Tarcísio Delgado (PMDB) à frente da Administração Municipal (1997-2004). Apesar da cidade ainda não contar com uma política habitacional definida e regulamentada, a criação do Conselho Municipal de Habitação serviria como uma instância de controle social que pudesse propor ao Estado medidas que atendessem às necessidades e aos interesses já publicizados pelos movimentos de moradia e pelas lutas conjuntas com outras organizações de trabalhadores. Nesse sentido, a assistente social Andreia Firmo, que acompanhou todo o trabalho desenvolvido no Fórum pela Moradia e pelo Emprego, destaca que a iniciativa e efetivação da criação do Conselho de Habitação “não foi uma proposta de gabinete, não foi uma proposta da prefeitura; então, ainda que a gente tenha — e eu acho que é importante a gente avaliar — as limitações dos conselhos municipais, ele nasceu diferente” (Informação Oral). A referida profissional aponta que as discussões para a criação do Conselho, originadas das reivindicações e proposições dos movimentos populares atuantes no fórum autônomo, indicavam que a composição dos integrantes daquela instância de controle social deveria contar não apenas com “algumas instituições já formalizadas”, como, por exemplo, o CDDH-JF, mas também com a presença permanente de “movimentos não formalizados”, referindo-se aos movimentos sociais que conduziam as lutas por moradia na cidade. Contudo, a proposta de os movimentos sociais terem assento no Conselho de Habitação soou tão estranha para a institucionalidade que, anos mais tarde, a composição original do Conselho sofreu alterações legais, resultando na exclusão dos movimentos sociais (Informação Oral).

Apesar da equipe de Serviço Social do CDDH-JF já desempenhar uma atuação junto aos embrionários conselhos de direitos desde os primeiros anos da década de 1990, como foi o caso da assistente social Tânia F. Pedroso, que representou o CDDH-JF no Conselho Municipal de Saúde nesse período (Informação Oral de Tânia F. Pedroso), ao que tudo indica, nos últimos anos daquela década, a temática dos espaços institucionais de controle social foi ganhando maior aderência nas ações da profissão no CDDH-JF. Um fato que, em nossa avaliação, contribuiu para aquela tendência de transição do caráter direto para indireto da

assessoria junto às comunidades do município, embora as profissionais não tenham abandonado os processos de organização e mobilização popular. Sobre esse contexto da atuação profissional do Serviço Social no CDDH-JF nos últimos anos da década de 1990, a assistente social Tânia Pedroso faz a seguinte observação:

As mudanças em relação ao controle social, um foco muito grande no controle social das políticas públicas, que foi um grande ganho na Constituição Federal e nas leis orgânicas, o Serviço Social e a própria entidade [CDDH-JF] passaram a ter uma ação mais diretamente junto aos conselhos, aos espaços de controle social. [...] Percebo que foi caminhando muito mais no sentido de uma atuação mais nos órgãos de controle social, através dos conselhos, mas sempre em diálogo com o movimento sindical e o movimento popular (Informação Oral, *grifos nossos*).

Por sua vez, a assistente social que atuava no CDDH-JF durante esse período observa que, à medida que as ações desenvolvidas no âmbito do Fórum pela Moradia e pelo Emprego passaram a ganhar maior expressão, seus representantes começaram a reconhecer a necessidade de estabelecer mecanismos capazes de incidir diretamente sobre as políticas sociais do município. Essa movimentação visava tensionar politicamente a efetivação de demandas e reivindicações oriundas do cotidiano das lutas sociais. Concomitantemente à compreensão, por parte dos sujeitos envolvidos no referido fórum, da necessidade de ampliar a incidência política de suas reivindicações e propostas, Andreia Firmo expõe que o debate em torno dos conselhos de direitos já se fazia presente como uma alternativa viável.

Eu acho que é inevitável que na medida em que a gente começa a fazer esse movimento, a gente começa a entender que aquele movimento tem que ser maior, a gente tem que criar coisas maiores na cidade. Paralelo a isso, a gente já tem as discussões sobre a formação de conselhos, a discussão das políticas públicas via conselhos municipais, controle social tava acontecendo. Então essa discussão das políticas sociais ela era muito intrínseca, a gente começa a trabalhar dentro daqueles movimentos como que a gente vai trabalhar para que a gente possa interferir nas políticas públicas, nas políticas do município, a partir de um espaço que está criado hoje que são os conselhos, tudo muito novo (Informação Oral).

Todavia, a decisão de construir uma atuação junto aos conselhos de direitos não implicou o esgotamento dos processos de mobilização e organização popular no interior da institucionalidade. Como exemplo, no mesmo ano em que o Conselho Municipal de Habitação foi criado por iniciativa do Fórum pela Moradia e pelo Emprego, movimentos locais viram-se impulsionados pela Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária¹⁸⁴, promovida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que

¹⁸⁴ Para informações sobre a Marcha Nacional de 1997 do MST, consulte Stedile e Fernandes (2005).

passou por Juiz de Fora. Segundo Andreia Firmo, tal episódio estimulou reflexões e fomentou ações desenvolvidas pela equipe do CDDH-JF junto aos movimentos de moradia, cujos processos de mobilização e organização continuavam sendo assessorados pela entidade.

A marcha do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra que passou por Juiz de Fora — isso foi em 97 — foi um momento importantíssimo de aproximação dos movimentos com os quais a gente trabalhava com um movimento extremamente importante e muito expressivo. Então, as comissões de moradores puderam ter a possibilidade de se aproximar daquele movimento e de entender o que era aquilo que estava acontecendo. Qual era a importância dessa marcha? O que tem a ver trabalhadores sem terra com a gente? Isso não é da área rural? Então, toda uma situação de discussão que a gente necessariamente fez. Foi para além da gente acompanhar a marcha, foi para entender. Eu me lembro que tinha o pessoal do Borboleta ainda, do Leito Leopoldina, Jardim Casablanca, a gente tinha várias comissões de moradores ainda que puderam acompanhar e entender o que era aquilo. [...] A situação que aconteceu, de morte dos trabalhadores no norte do país [*Massacre de Eldorado dos Carajás*], foi naquela época. Então, as comissões de moradores tiveram um contato muito grande com aquela discussão toda: o que está acontecendo? As pessoas morrem por causa de terra? Então, assim, a gente também luta pela terra, a gente também luta pela moradia, estamos na área urbana, mas qual era a diferença daquele movimento para esse? [...] Então, a gente trazia para a discussão com esses moradores toda uma discussão sobre o que é a posse da terra, a diferença entre invasão e ocupação, por exemplo. (Informação Oral de Andreia Firmo, *grifos nossos*).

Segundo Dias e Souza (1999), nos últimos anos da década de 1990, a luta por moradia permanecia como a principal frente de trabalho da equipe de Serviço Social do CDDH-JF, que atuava, nesse período, principalmente junto às comunidades do Grama e Ladeira (que compreendem o antigo Leito da Leopoldina), Jardim Casablanca e Borboleta. As autoras registram ainda que, além de Andreia Firmo, assistente social contratada pelo CDDH-JF, outros profissionais de Serviço Social atuavam de forma voluntária: Flávia Nicolis, André Mayer, Cristiane Nobre e Ellen Dalprá Lage. Embora não apresentem uma sistematização das experiências desenvolvidas nesse período junto aos processos de mobilização e organização popular na cidade, Dias e Souza (1999, p. 116) sinalizam as preocupações da equipe do CDDH-JF à época, a partir do depoimento de uma das profissionais que atuavam na entidade:

o CDDH JF precisa montar uma nova metodologia que propicie o surgimento de um movimento de sem-teto, um movimento pela moradia, por condições de habitabilidade; um movimento vigoroso, onde os protagonistas, os atores principais sejam realmente os que dependem da moradia. E nós, uma entidade de assessoria mesmo. Enquanto isso não surgir em Juiz de Fora, nós vamos ficar patinando (Informação Oral apud).

Ao ser questionada sobre a atuação profissional do Serviço Social junto aos processos de mobilização e organização popular nos últimos anos da década de 1990, Andreia Firmo destaca que, durante os treze anos em que atuou no CDDH-JF (1992–2005), presenciou diversas mudanças na entidade, as quais repercutiram diretamente sobre o trabalho desenvolvido pela profissão. Como relata: “quando eu entrei, eu via um CDDH, e quando eu saí de lá, era outro” (Informação Oral). Diante das transformações conjunturais mais amplas e de suas repercussões na particularidade de Juiz de Fora, a dinâmica de institucionalização das lutas sociais por meio dos conselhos de direitos, cujas ações passaram a ser progressivamente enfraquecidas pela cooptação política por parte de agentes do Estado, somava-se a um cenário de desarticulação entre as organizações de trabalhadores e as iniciativas de mobilização que poderiam imprimir um conteúdo político mais contestatório e de rebeldia social. Essas condições históricas refletiam-se, portanto, tanto na dinâmica institucional na qual o Serviço Social estava profissionalmente inserido quanto nas circunstâncias sociopolíticas que envolviam o trabalho de assessoria junto aos movimentos populares.

Quando a gente começa a ter, a partir da criação dos conselhos e toda a discussão das políticas públicas por uma outra via, isso leva para dentro do CDDH também essa discussão: pra onde que a gente vai? Porque aí a gente começou a ver uma mudança também ali fora, naquela realidade — uma dificuldade maior na mobilização dos movimentos. E a gente, por exemplo... o movimento sindical estava muito perdido. Eu acho que eu senti muito isso, assim... muita coisa se perdeu, se quebrou, e você não teve nada novo que veio pro lugar daquilo que você fazia antes. Então, a forma de mobilizar já não era mais a mesma, porque as pessoas estavam tendo acesso a outras coisas que começam a aparecer ali naquela conjuntura, a partir, principalmente, do final dos anos de 1990 e começo de 2000 — que já não era mais da mesma forma. Então, eu vejo os movimentos com dificuldade, eu vejo os sindicalistas com dificuldade de atuar, eu vejo os movimentos das comunidades extremamente cooptados por poder público, principalmente. E aí, eu não acho que isso é uma característica só de Juiz de Fora — é uma leitura que eu faço em âmbito geral. E muito a partir daquilo que poderia ser um espaço importante de controle social, mas que passou a ser um espaço de cooptação — foram os próprios conselhos (Informação Oral de Andreia Firmo).

Nesse contexto, segundo a referida assistente social, a dinâmica institucional do CDDH-JF apresentava dificuldades internas quanto aos rumos que a entidade deveria seguir, se refletindo nas requisições até então direcionadas à equipe do Serviço Social. Diante de condições adversas em relação àquele momento anterior, no qual o trabalho junto aos processos de mobilização e organização nos bairros periféricos da cidade era uma prática consolidada, diversas tentativas foram realizadas no sentido de pensar novos caminhos a

serem trilhados. Contudo, tais iniciativas não conseguiam ultrapassar o estágio inicial das proposições. Não se delineavam, de forma clara e estruturada, novas frentes de atuação que preservassem a perspectiva de politização das necessidades sociais por meio das lutas coletivas. Conforme aponta Andreia Firmo, as discussões em torno de possíveis novos objetivos e finalidades da entidade, bem como sobre os modos operacionais de suas frentes de trabalho, não resultaram em um entendimento comum. Como destaca: “isso nunca chegou num consenso; então, a entidade não fez a opção por um novo caminho” (Informação Oral). Dessa forma, as possibilidades de atuação do Serviço Social viam-se comprometidas por esses impasses internos, em uma conjuntura desfavorável aos processos de mobilização e organização popular.

Assim, qual vai ser o caminho que a gente vai utilizar pra fazer o trabalho de mobilização? O trabalho de articulação? Eu entendo que a gente não conseguia definir isso. No CDDH, eu percebi isso. Nos movimentos com que a gente trabalhava, uma cooptação muito grande das associações de moradores e uma individualização, um individualismo muito forte. Então, a perda dessa coisa coletiva. [...] Eu não tenho dúvida de que a efervescência dos movimentos que a gente tinha no final da década de 80 e durante o período da década de 90 se perdeu. Eu acho que os movimentos sociais e sindicais se perderam um pouco nisso. Talvez a gente não tenha tido condição de contribuir para que isso fosse diferente, mas é como se fosse uma coisa bem mais forte do que só a nossa atuação profissional (Informação Oral de Andreia Firmo).

Como vimos, as possibilidades de atuação do Serviço Social na direção do fortalecimento dos interesses imediatos e de classe dos trabalhadores — buscando potencializar a dimensão coletiva e os aspectos políticos que permeiam as necessidades sociais e as demandas da classe — estão inscritas nas relações contraditórias que atravessam a profissão, perpassam a dimensão da autonomia relativa do profissional assalariado e se concretizam em condições sócio-históricas determinadas. Um processo que incide nas repercussões objetivas da direção teórico-política assumida pelo agente e que perpassa o cotidiano da prática profissional.

Destacando a importância das condições históricas e conjunturais para o avanço do envolvimento progressista da profissão com as lutas e movimentos sociais, estagiárias que atuaram no CDDH-JF entre os últimos anos da década de 1980 e o ano de 1990 afirmam que “a trajetória do Serviço Social, na relação com os setores populares da sociedade, está hipotecada à consolidação democrática do país” (Gomes e Restori, 1990, p. 64). Contudo, como vimos, a conjuntura da sociedade brasileira durante a década de 1990 impôs limites às possibilidades de um significativo avanço democratizante, como o que havia sido ensaiado em

momentos anteriores. Aspectos dessa realidade que são evidenciados nas considerações de estagiárias que estiveram inseridas no cotidiano de ousadias e desafios enfrentados pelo CDDH-JF nesse contexto:

Nota-se uma dificuldade em construir com os assessorados relações que propiciem um salto político. Isto é atribuído ao próprio contexto social em que vivemos, onde falta solidariedade, disponibilidade para a participação e envolvimento. Esta constatação é o reflexo do quadro atual de luta pela sobrevivência, cujo limite é a solução das reivindicações imediatas (Mello et al., 1997, p. 55).

Embora as transformações societárias do capitalismo e seus rebatimentos na sociedade brasileira, a partir da década de 1990, representam uma contramarcha da dinâmica democrática que vinha sendo construída na década anterior (Netto, 1996), paradoxalmente, é nesse mesmo período que a profissão avança no alargamento de suas bases teórico-metodológicas e ético-políticas, as quais sustentam uma direção social crítica que se hegemonizou na segunda metade dessa década. Acreditamos que esse processo trilhado pela profissão, apesar de permeado por contradições e desafios maiores, favorece uma compreensão profissional que supera a assimilação do envolvimento do Serviço Social com as lutas e movimentos sociais enquanto “prática alternativa”, imersa no voluntarismo. Isso se expressa, por exemplo, no entendimento de estagiárias do CDDH-JF, para quem “o crescimento das ações reivindicatórias da população, a inserção do Serviço Social nos trabalhos comunitários e as análises críticas incorporadas pelo movimento da categoria contribuíram para uma ampla abertura de intervenção profissional, no âmbito coletivo” (Ibidem, p. 19). Outras estudantes do mesmo campo de estágio apontam: “[...] O Serviço Social nos movimentos sociais não representa simplesmente mais um campo de atuação profissional; acredita-se que atuar junto a estes movimentos é, antes de tudo, uma direção político-ideológica do profissional” (Giovannini et al., 1990, p. 44).

Embora as condições objetivas da realidade sejam fundamentais e imprescindíveis tanto para a análise e projeção quanto para a implementação de iniciativas concretas que potencializem os interesses de classe dos trabalhadores, incluindo medidas que abordem as demandas sociais de forma coletiva e politizada, não se pode compreender que apenas em conjunturas favoráveis seja possível realizar um trabalho orientado por essa perspectiva. Por mais desafiador que seja, é preciso identificar e alçar mediações que já se fazem presentes na realidade, para se colocar em ação os objetivos e finalidades que são orientados pela direção ideopolítica assumida pelo sujeito profissional.

E no caso da riquíssima experiência do Serviço Social no CDDH-JF, estamos convencidos de que os rebatimentos da renovação crítica da profissão, aliados aos

aprendizados construídos no cotidiano de trabalho e formação, possibilitaram que os diversos sujeitos profissionais se colocassem, de forma teórica, política e operativa, no horizonte dos interesses de classe dos trabalhadores. Para além da experiência vivenciada por meio do CDDH-JF, mas contando com seus inestimáveis contributos, certamente esses sujeitos profissionais, que se inseriram posteriormente em diversos espaços sócio-ocupacionais, puderam compreender as possibilidades e repercussões do trabalho profissional para além dos limites institucionais das políticas sociais, buscando fortalecer as lutas e os movimentos sociais, seja de forma direta ou indireta, sem tergiversações que possam recair tanto no voluntarismo quanto no possibilismo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso nada retilíneo desta investigação acadêmica, tivemos como ponto de partida as motivações e hipóteses que estão na base de nosso encontro com a realidade objetiva, impulsionando uma análise crítica e teoricamente fundamentada do objeto de estudo. Durante a travessia de descobertas, fomos conduzidos a este ponto de chegada que expressa o resultado da pesquisa, mas, paradoxalmente, também se revela como recomeço. Assim, embora contribuimos para a elucidação da relação histórica do Serviço Social com as lutas e movimentos sociais em Juiz de Fora — objetivo alcançado por meio da inédita sistematização de experiências profissionais e de estágio em processos de mobilização e organização popular, ocorridos no período de emergência e avanço da renovação crítica da profissão — sinalizamos que não temos o propósito de apresentar aqui conclusões fechadas acerca do nosso objeto de estudo. Afinal, nossa discussão, com foco em uma particularidade específica, não se configura apenas como um resgate da memória e do decurso da experiência local, mas também como um contributo analítico ao processo profissional na história. Contribuição na qual ousamos apontar algumas aproximações em torno do debate sobre as relações do Serviço Social com as lutas e movimentos sociais, compreendidas como constitutivas dos fundamentos sócio-históricos da profissão e, de forma inseparável, determinadas por sua dimensão ideopolítica.

Pela perspectiva teórico-metodológica à qual nos filiamos, seria impossível pensar e reconstruir analiticamente as relações da profissão com os movimentos sociais, nessa particularidade, sem antes compreendê-las a partir da complexidade de elementos mais amplos e de mediações teórico-políticas, capazes de conferir aos estudos históricos particulares — como o nosso — uma significação que transcenda seus limites (Netto, 2016). Nesse sentido, as elaborações apresentadas no primeiro capítulo desta tese, foram indispensáveis para o estabelecimento dos nexos entre as determinações universais e particulares do nosso objeto. Ainda que seja uma iniciativa a ser aprimorada intelectualmente, nossa explicação teórica acerca das lutas e movimentos sociais, ancorada no arsenal categorial do pensamento marxista e, portanto, com centralidade na luta de classes, situa nossa compreensão dos instrumentos organizativos das classes subalternas e seus processos de lutas sociais como expressões da “questão social” e, assim, como momentos da luta de classes. Nesse debate teórico sobre a natureza e as determinações dos movimentos sociais no âmbito da luta de classes, acreditamos residir uma das chaves para o adensamento da reflexão crítica acerca das relações entre a profissão e as lutas e movimentos sociais. Isso porque as

determinações econômicas e políticas da “questão social”, no inerente antagonismo entre as classes sociais opostas e em luta, são fundantes para a constituição e o desenvolvimento sócio-histórico do Serviço Social, conforme discutido no segundo capítulo.

Embora contamos com importantes contribuições de pesquisadores que se debruçam sobre a temática dos movimentos sociais a partir de perspectivas críticas — sobretudo aqueles vinculados ao *GTP Serviço Social e Movimentos Sociais* da ABEPSS — parece-nos prevalecer, no conjunto da categoria profissional, uma compreensão difusa acerca da concepção de movimentos sociais. Conforme analisa Duriguetto (2017, p. 535), a partir do estado da arte da produção acadêmica do Serviço Social sobre a temática das lutas e movimentos sociais, apesar da incorporação teórica de categorias oriundas da tradição marxista, observa-se “um crescimento da incorporação das premissas teóricas pós-modernas e a recorrência a tradições teóricas diversas, o que deságua no ecletismo e no relativismo, que podemos perceber, por exemplo, nas conceituações de movimentos sociais [...]”. Como sinalizado, entendemos que essa compreensão difusa, frequentemente vaga ou marcada pelo relativismo de distintos sentidos atribuídos à concepção de movimentos sociais, ultrapassa o simples fato de se tratar, por exemplo, de uma expressão polissêmica. Sua explicação reside tanto na carência de rigor teórico-metodológico para a conceituação dos movimentos sociais quanto nas repercussões da determinação social do pensamento irracionalista (Ferry e Renaut, 1988) sobre a análise e também sobre a ação dos instrumentos de organização política e mobilização social na contemporaneidade.

Dessa forma, consideramos que essa nebulosidade acerca da própria concepção de movimentos sociais se reflete entre os fatores que desconfiguram a análise crítica das relações do Serviço Social com os movimentos e lutas sociais, reforçando a falsa dicotomia entre distanciamentos e aproximações. Com isso, entendemos que é a partir do fortalecimento da perspectiva teórica reivindicada por esta pesquisa — de elucidação dos movimentos e lutas sociais à luz das contribuições do pensamento marxiano e da tradição marxista — que reside a fecundidade para a ampliação e o aperfeiçoamento do debate crítico sobre as relações entre o Serviço Social e os movimentos sociais, enquanto constitutivas dos fundamentos sócio-históricos da profissão. Afinal, reconhecemos tratar-se de uma contribuição “à tarefa inclusa e permanente de adensamento dos fundamentos históricos e teóricos da profissão” (Batistoni, 2021, p. 75). Nesse sentido, remar contra a grande onda irracionalista que invade e contagia o pensamento social contemporâneo é um esforço coletivo e necessário para fortalecer as formas de pensar e agir na sociedade e na profissão, sobretudo no que se refere

às lutas e movimentos sociais, que tornam públicas e políticas as expressões da “questão social”.

Embora não seja necessário retomar nestas considerações finais nossa concepção de movimentos sociais, já explicitada no primeiro capítulo e ao longo da tese, cabe aqui uma breve observação. Como vimos, as contradições refratadas do antagonismo entre capital e trabalho se expressam nas necessidades históricas e nas demandas sociais da classe trabalhadora (e de suas frações), diante das múltiplas desigualdades sociais manifestas na objetividade do real. Ainda, essa conflitividade inerente à produção econômica das refrações da “questão social” também se manifesta no inseparável âmbito político, no qual as lutas e movimentos sociais publicizam e politizam as expressões do antagonismo fundamental entre as classes sociais, que se entrecruzam com outras relações sociais contraditórias presentes na vida social, e se particularizam nas determinações étnico-raciais, de gênero e sexualidade. É nesse processo em que as lutas e movimentos sociais, expressões políticas da “questão social”, tornam públicas e buscam combater as manifestações de desigualdades sociais — podendo envolver a projeção de alternativas societárias — que as demandas sociais de classe (de gênero, étnico-racial, e sexualidade) são convertidas em reivindicações coletivas com o objetivo de satisfazer determinadas necessidades imediatas e/ou históricas, participando da dinâmica da luta de classes e incidindo em seu desdobramento.

Dessa forma, a constituição de mobilizações sociais e lutas reivindicatórias, que decorrem de iniciativas coletivas de organização e/ou resultam em movimentos sociais com certo grau de estabilidade organizativa, perpassa por aquelas condições objetivas, mas também envolve determinações subjetivas, que incidem de forma articulada na dimensão “em si” da classe. Pelo desenvolvimento assimétrico do processo de consciência, no qual as lutas sociais coesionam politicamente determinadas necessidades e demandas de classe, que as relações contraditórias, inicialmente percebidas como individuais, passam a ser compreendidas como coletivas, dando origem a processos de grupalização e ao desenvolvimento de uma consciência reivindicatória (Iasi, 1999). É nessa dinâmica que se forjam os movimentos sociais, cujo grau de repercussão política e de capacidade de transformação da realidade depende do desafio político que enfrentam (Lojkine, 1981); isto é, do nível das contradições particulares que os impulsionam à luta, mas também do projeto político que esses sujeitos são frequentemente portadores. E embora os movimentos sociais e os processos de luta empreendidos não estejam alheios aos constrangimentos da ideologia dominante e às formas de alienação que reforçam a hegemonia política da burguesia na luta de classes, é justamente na passagem do individual ao social, num trânsito entre a inércia e o

pôr-se em movimento (Martins, 2016), que se configuram os movimentos sociais como instrumentos político-organizativos condutores de lutas contra as desigualdades próprias da sociabilidade do capital. Esses movimentos constituem momentos da luta de classes e podem, inclusive, alcançar uma consciência “para si”, ao se articularem a amplos processos políticos da classe com potencial de promover transformações substantivas e radicais na realidade, inserindo-as no processo de construção de uma ordem social anticapitalista.

Feita essa breve observação, parecem-nos evidentes os nexos para uma compreensão crítica que repõe analiticamente os vínculos das lutas e movimentos sociais com os fundamentos sócio-históricos do Serviço Social. Enquanto momentos da luta de classes, partícipes da “questão social” e de suas expressões manifestas em desigualdades e lutas sociais historicamente intensificadas ou emergentes, os movimentos sociais são indispensáveis na publicização e politização dessas expressões refratadas da contradição de classes, bem como na coletivização organizativa das necessidades e interesses das classes subalternas. São processos que estão na base das demandas, requisições e possibilidades de respostas do Serviço Social diante do significado social da profissão, inscrito na reprodução das relações sociais desta sociabilidade marcada por interesses antagônicos e contraditórios das classes sociais em luta (Iamamoto e Carvalho, 2014).

Cabe-nos aqui ponderar ainda outro aspecto dessas relações da profissão com as lutas e movimentos sociais, que diz respeito à condição assalariada do assistente social, a qual implica necessidades e interesses enquanto trabalhador, também afetado pela multiplicidade de desigualdades sociais que atingem a classe em sua heterogeneidade, e implicado na dinâmica das lutas sociais. Embora a ideologia e as formas de alienação próprias desta sociedade incidam sobre o desenvolvimento da consciência do assistente social enquanto trabalhador, muitas vezes capturando subjetivamente seu pertencimento de classe, é possível, a partir de mediações históricas, sócio-políticas, teórico-práticas, ético-políticas e organizativas, que se manifeste o reconhecimento de sua condição assalariada e de classe.

Esse reconhecimento, balizado por aquelas mediações que envolvem também saberes, valores e princípios, frequentemente se desdobra na construção coletiva de projetos profissionais que podem se contrapor ao projeto societário do capital, vincular-se ao projeto histórico da classe trabalhadora (Netto, 2009c) e, dessa forma, buscar articular-se a instrumentos político-organizativos da classe, cujos interesses e reivindicações potencialmente portam esse projeto societário alternativo. E, embora as condições e relações de trabalho em que o profissional historicamente se insere tendam a restringir ainda mais os limites da autonomia relativa da profissão em sua relação tensa e contraditória com o projeto

profissional de direção crítica (Raichelis, 2018), é o pertencimento de classe do assistente social e o estabelecimento de uma direção ideopolítica vinculada aos interesses dessa classe que, de fato, colocam em perspectiva a possibilidade de articulação do Serviço Social com as lutas e os movimentos sociais, no sentido da parceria, da potencialização e do fortalecimento desses processos que tornam públicas e políticas as expressões da “questão social”. Trata-se de possibilidades que englobam, por um lado, os processos político-organizativos do assistente social enquanto trabalhador, inserindo-se nas lutas e movimentos sociais como membro da classe à qual pertence — com destaque para a organização sindical e suas lutas, que podem contribuir para a preservação e ampliação da autonomia relativa da profissão; e, por outro, as estratégias e táticas político-profissionais adotadas em seu cotidiano de trabalho nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Nestes, a direção ideopolítica assumida pode favorecer a apropriação crítica das demandas contraditórias que se apresentam, a ressignificação das requisições institucionais e a elaboração de respostas profissionais capazes de fortalecer a politização e a coletivização das demandas das classes subalternas, reposicionando o profissional na articulação com as lutas sociais e movimentos portadores de interesses imediatos e históricos de classe.

Essas nossas considerações analíticas, legatárias das ousadias de sujeitos que, no contexto de efervescência das lutas e movimentos sociais, impulsionam a renovação crítica da profissão — processo sustentado em referências teórico-culturais, nas quais se destacam inspirações de esquerda e o aporte do pensamento marxista (Netto, 2015b) — têm materialidade na particularidade da sociedade brasileira, conforme apresentamos no item 3.2 desta tese. Sem a necessidade de realizarmos uma regressão analítica da profissão na processualidade nacional, já abordada em nosso segundo capítulo, reafirmamos que as relações do Serviço Social com as lutas e movimentos sociais são, duplamente e de forma simultânea, constitutivas dos fundamentos sócio-históricos da profissão e determinadas em sua dimensão ideopolítica.

Trata-se de elementos que possuem materialidade no cenário mais amplo da realidade nacional e de suas interlocuções internacionais — a exemplo do Movimento de Reconceituação na América Latina — e que, em uma espécie de diagrama do processo profissional na história, se expressam na particularidade de Juiz de Fora. Isto é, as relações com as lutas e movimentos sociais que se efetivam no plano mais abrangente e complexo também se manifestam na complexidade local, como parte articulada de um arranjo que representa o processo do Serviço Social na história.

Vimos que o Serviço Social se relaciona com a dinâmica das lutas e movimentos sociais desde sua institucionalização no Brasil, tendo no tradicionalismo profissional e em sua direção conservadora os parâmetros dessa interação (direta e indireta), a qual se expressa em medidas interventivas voltadas à despolitização das demandas sociais, à desmobilização de focos insurgentes, ao apassivamento e à cooptação das classes subalternas e de seus processos organizativos e de luta¹⁸⁵. Essas medidas, operadas por meio dos suportes materiais e ideológicos da atividade assistencial realizada pelo profissional, cujos efeitos políticos convergem com o ajustamento dos trabalhadores às relações sociais desta sociabilidade, manifestam-se também desde a instalação do Serviço Social em Juiz de Fora, quando a profissão buscava atuar como *elemento apaziguador no seio da classe operária*, alertando, inclusive, sobre os *inconvenientes das greves* e suas *consequências* supostamente *desvantajosas* (Barros, 1961, p. 80 apud Silva, 2018).

Embora não tenha sido o foco de nossa investigação, no período em que o Serviço Social foi institucionalmente mobilizado para dar seus primeiros passos em Juiz de Fora, a realidade local era marcada pelo agravamento das desigualdades sociais, com destaque para o desemprego, ao mesmo tempo em que se observava uma ascendente de lutas e mobilizações das organizações sindicais, que pressionavam por melhores condições de vida e trabalho. Em nossa avaliação, essa requisição institucional emergente da profissão na cidade, mediada pelas demandas contraditórias entre capital e trabalho, evidencia as conexões entre os fundamentos do Serviço Social e, neste caso, também o caráter da direção ideopolítica assumida, com a dinâmica das lutas e movimentos sociais nesse contexto histórico.

Constatamos que a perspectiva conservadora que incidia na relação ideopolítica do Serviço Social com as lutas e movimentos sociais em Juiz de Fora começa a ser tensionada e a se modificar entre o final da década de 1960 e os anos 1970, mesmo em um período marcado pelo auge repressivo da ditadura civil-militar no Brasil. Isso se deve à penetração de influências progressistas em algumas experiências de Desenvolvimento de Comunidade, como o pensamento de Paulo Freire, a militância das juventudes da esquerda católica e as elaborações derivadas do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina. Apesar de o ensaio “heterodoxo” das experiências de Desenvolvimento de Comunidade (Ammann, 2013) não ter tido Juiz de Fora como palco no período de 1961 a 1964, esses antecedentes, cujas bases sociopolíticas e teórico-culturais contribuíram,

¹⁸⁵ Em nossa dissertação de mestrado, analisamos o processo nacional de institucionalização da profissão, com ênfase na atuação profissional junto à Fundação Leão XIII, desenvolvida na contracorrente das lutas e movimentos sociais dos trabalhadores. Para mais detalhes, consulte Rezende (2022).

inclusive, para a posterior experiência do Método BH (Batistoni, 2021), também repercutiram na cidade, expressando-se no envolvimento do Serviço Social em processos de mobilização e organização popular a partir de 1969.

Fortalecendo os canais de problematização da profissão e tensionando a formação profissional de orientação conservadora, essas experiências, desenvolvidas por estagiárias de Serviço Social em bairros periféricos da cidade, tiveram como finalidade contribuir para o processo de organização e “conscientização” das classes subalternas, de forma muito similar aos objetivos definidos na emblemática experiência belorizontina. Assim como os vetores mais contestatórios da Reconceituação incidiram em Belo Horizonte, também estiveram presentes em Juiz de Fora nesse contexto, ainda que em menor escala. Concretos indícios disso são encontrados nas referências bibliográficas dos TECs, que, além de mencionarem autores vinculados à Reconceituação, incluem, por exemplo, no trabalho de Rocha (1970), uma apostila intitulada *Reorientação do Serviço Social no Chile*, elaborada pela Escola Católica do Chile, possivelmente em referência ao Método Básico Chileno — este, revisado na formulação seminal do Método BH (Batistoni, 2021).

Embora a abordagem das experiências de militância política em organizações da classe trabalhadora por parte de agentes do Serviço Social não tenha sido um objetivo desta investigação, chama-nos a atenção que a experiência de Desenvolvimento de Comunidade que nos parece ter sido mais expressiva em termos de mobilização e organização popular nesse período contou com a atuação de Marilda Iamamoto, então militante da Ação Popular (AP) e liderança do Diretório Acadêmico¹⁸⁶. Tal envolvimento diferencia-se do perfil majoritário das estagiárias das demais experiências progressistas de DC, que possivelmente não atuavam externamente como militantes de movimentos sociais, ainda que pudessem participar de mobilizações vinculadas à base do movimento estudantil. Se pensarmos, por exemplo, na rica experiência de Belo Horizonte, ocorrida logo em seguida, lá estavam pessoas envolvidas na militância política, como a professora Leila Lima Santos e Rosângela Batistoni¹⁸⁷, então estudante, ambas quadros da AP (Closs et al., 2021). Consideramos que

¹⁸⁶ Destacamos também a atuação de Mariléa Venâncio Porfírio, então estudante de Serviço Social na segunda metade da década de 1960, militante da Ação Popular e liderança do movimento estudantil (CMV-JF, 2016). Não encontramos fontes que confirmem sua participação em processos de mobilização e organização popular durante o período em que estudou em Juiz de Fora, embora seja possível que tenha se envolvido em tais atividades. Segundo o relatório da CMV-JF (2016, p. 97), sob orientação da AP, Porfírio mudou-se para Belo Horizonte em 1970, após ser aprovada em concurso público, e, no ano seguinte, foi sequestrada, presa e torturada pelo regime terrorista da ditadura.

¹⁸⁷ Logo após sua militância na AP, Batistoni ingressou nos quadros da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-Polop).

essa temática exige um aprofundamento analítico mais detido, a ser realizado em futuras iniciativas coletivas de pesquisa.

De todo modo, compreendemos que as experiências do Serviço Social em processos de mobilização e organização popular na cidade, por meio das práticas de Desenvolvimento de Comunidade, que “abria[m] uma fenda num horizonte de preocupações basicamente microsociais” (Netto, 2015b, p. 180) e visavam ao fortalecimento de iniciativas de emancipação política das classes subalternas, tiveram seu potencial de expansão crítica e contestatória significativamente restringido pelo contexto de forte repressão da ditadura civil-militar, como se evidencia, por exemplo, no depoimento de Mary Sartori.¹⁸⁸ Não obstante as barreiras impostas pelo aparato repressivo do Estado no auge do regime político autoritário, tais experiências lograram, ainda que circunscritas por seus próprios limites, contribuir para processos de grupalização que favoreciam o desenvolvimento de uma consciência com certo nível reivindicatório. Esses processos organizativos e de mobilização passaram a tensionar a inércia e o conformismo historicamente cultivados diante de determinadas expressões refratárias da contradição entre capital e trabalho, as quais aqueles segmentos das classes subalternas já não mais aceitavam com plena passividade e naturalização.

Essas experiências de mobilização e organização popular, intermediadas pelas práticas de Desenvolvimento de Comunidade, foram estendidas a partir de 1975, momento em que se torna mais evidente a influência do pensamento de Paulo Freire. Nesse contexto, observa-se, por exemplo, a incorporação mais explícita, por parte do Serviço Social nas comunidades, da “opção pela mudança e o engajamento da práxis libertadora” (Teixeira, 1979, p. 30), em estreita articulação com a concepção freireana segundo a qual “a práxis é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (Freire, 2019, p. 52). As influências do espírito contestatório da Reconceituação também se explicitavam em articulação com a noção freireana de “conscientização”, no diálogo com interpretações de autores marxistas. Isso expressa-se, por exemplo, na leitura de Vidon e Faria (1976, p. 10), que, ao se referirem a Vicente de Paula Faleiros, afirmam que “a conscientização como objetivo central da profissão é entendida na relação dialética entre ação, comunicação e luta de classes”. Trata-se de postulados que desaguavam em uma equivocada compreensão do assistente social como uma espécie de educador popular, “um animador de fora” (Ibidem), fomentador da suposta “conscientização” popular nos processos de mobilização e organização da “classe oprimida”

¹⁸⁸ Os trechos desse depoimento encontram-se nas páginas 188 e 197.

— sendo esta uma noção política que sugere uma realidade dicotômica entre opressores e oprimidos, encobrendo as determinações da exploração capitalista (Batistoni, 2019, p. 549).

Dessa forma, cabe aqui uma breve digressão acerca da educação popular. Frequentemente, a relação entre a prática da educação popular e o desenvolvimento da consciência de classe é compreendida de maneira mecânica, desprovida das mediações necessárias à apreensão efetiva da conexão entre os processos formativos e a constituição da consciência. Parte-se, por vezes, da premissa de que a educação popular teria a capacidade de elevar o nível de consciência dos indivíduos por meio da mera transmissão de conhecimentos que, supostamente, desvelariam uma realidade ocultada por mecanismos e instituições a serviço da ordem socialmente estabelecida. Essa concepção, simplista e equivocada, segundo Iasi (2020), resulta em uma leitura idealista — herdeira da tradição iluminista — na qual o processo de tomada de consciência é reduzido a um obstáculo superável apenas pela luz do conhecimento. Nessa perspectiva, o conhecimento transmitido figura como elemento fundamental para o desencadeamento das transformações sociais, de modo que os indivíduos e grupos da classe trabalhadora, imersos nas condições de alienação e exploração inerentes ao capitalismo, precisariam ser “iluminados” por meio da atividade educativa quanto às determinações que condicionam suas condições de vida. Em síntese, como aponta nosso autor, um “conjunto de informações, saberes e representações” seria simplesmente substituído por outro (Ibidem, p. 31). Cabe ainda lembrar que não existe uma única e exclusiva forma de exercício da educação popular. Embora esta, enquanto ferramenta educativa, possa assumir uma pedagogia crítica vinculada às classes subalternas, com potencial estratégico para a agitação política e a luta social, também pode incorporar pressupostos conservadores, pautados na “aceitação das formas políticas institucionais estabelecidas”, manifestando-se por meio de “microatividades pulverizadas e desarticuladas”, configurando-se, assim, como “um tipo de especialização particularizante” (Ibidem, p. 49).

Diante do exposto, compreendemos que a perspectiva assumida nas experiências comunitárias do Serviço Social em Juiz de Fora colaborou para processos políticos de coletivização mobilizados contra determinadas refrações da “questão social”, ainda que os sujeitos envolvidos na luta pensassem “o mundo e a si mesmos com os valores, ideias e representações que colheram do mundo no qual se socializaram” (Ibidem, p. 45). Certamente, os efeitos políticos desse trabalho realizado carregam a possibilidade de que mediações entre “as ações particulares e a dimensão geral da luta” (Ibidem, p. 48) sejam captadas, fortalecendo e expandindo os processos coletivos de organização e reivindicação, cujos desdobramentos históricos se inscrevem no movimento mais amplo da luta de classes.

Como já nos ensina Iamamoto (2015a, p. 210), “o assistente social não é um educador ou um agente voluntarista, mas um trabalhador inscrito na divisão sociotécnica do trabalho, cujo exercício profissional é determinado pelas condições históricas que conformam a prática social”, podendo, no âmbito de sua autonomia relativa, assumir uma direção ideopolítica voltada ao fortalecimento dos interesses de classe dos trabalhadores, diante da contradição que atravessa a própria natureza da profissão. Essa assertiva se manifesta, por exemplo, nas experiências locais desenvolvidas pelo Serviço Social no âmbito sindical em Juiz de Fora, a partir de 1979, sendo realizadas, por um lado, de forma indireta, no interior de uma empresa junto aos operários, e, por outro, de maneira direta, em organizações de caráter sindical.

Como vimos, parte dessas experiências contaram com a atuação da assistente social Marilene Sansão, que foi pioneira em Juiz de Fora na relação progressista do Serviço Social com as ações sindicais. Uma delas ocorreu no interior de uma empresa, cujas circunstâncias institucionais tendem a ser menos favoráveis a ações profissionais orientadas por uma direção ideopolítica progressista, quando comparadas à inserção do assistente social em organizações sindicais — as quais também configuram um espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social, ainda que pouco convencional. Contudo, pela direção teórico-metodológica e ético-política conferida ao trabalho profissional nessa experiência, as ações do Serviço Social espelham aquele movimento de apropriação crítica das demandas contraditórias que se apresentam, de ressignificação das requisições institucionais e de elaboração de respostas profissionais capazes de fortalecer a politização e a coletivização das demandas das classes subalternas, reposicionando o profissional na articulação com as lutas e movimentos sociais. Trata-se, aqui, de um exemplo concreto de relação indireta com os movimentos sociais, situada no cotidiano de possibilidades dos espaços sócio-ocupacionais.

Acreditamos que os elementos impulsionadores dessa experiência de formação sindical junto ao operariado, assim como o trabalho de assessoria à APED — uma organização sindical de trabalhadoras submetidas a altos níveis de precarização das condições e relações de trabalho — não dizem respeito apenas às iniciativas pessoais da profissional envolvida e, posteriormente, de estagiárias de Serviço Social. São iniciativas que merecem todo o reconhecimento pelo protagonismo de suas agentes, mas que, dialeticamente, integram um movimento mais amplo do processo profissional na história.

No período de realização dessas experiências, as condições sociopolíticas que impulsionaram a renovação crítica da profissão, bem como os acúmulos teórico-políticos legados pela Reconceituação, pelo Método BH e pelos processos organizativos de segmentos da categoria, com destaque para a militância sindical, resultaram em uma “virada de mesa” no

Serviço Social — metafórica e literalmente — publicizada no marco simbólico do III CBAS. A partir de então, os avanços da Intenção de Ruptura com o Conservadorismo (Netto, 2015b) e da articulação progressista com as lutas e os movimentos sociais passaram a se expressar com mais força nas dimensões constitutivas da profissão, em meio às disputas entre projetos profissionais. Esses avanços críticos da renovação repercutiram em experiências do Serviço Social, como aquelas desenvolvidas em bairros periféricos de Juiz de Fora a partir da década de 1980 e, ao mesmo tempo, foram reafirmados e fortalecidos pelas iniciativas de segmentos mais combativos da categoria profissional.

Com as condições históricas e a ação do sujeito político, processa-se uma redução substantiva da conformação conservadora no Serviço Social, e afirma-se um “protagonismo da renovação profissional que se adensa e avulta” (Netto, 2008, p. 22). Essa inflexão histórica ocorre em meio a uma conjuntura marcada pela derrota do regime ditatorial e pelo prolongamento da dinâmica pulsante das lutas e movimentos sociais na chamada “transição democrática”, que arejam as condições políticas nacionais. Inclusive, são nessas circunstâncias que o projeto profissional de direção crítica do Serviço Social, “que teve raízes no início dos anos de 1960 e floresceu no projeto da escola belorizontina” (Duriguetto, Batistoni e Maia, 2021, p. 60), se desenvolve e passa a corporificar seus valores e princípios no âmbito jurídico-normativo da profissão, com a aprovação do Código de Ética de 1986, refletindo-se também nos espaços da formação profissional, da produção acadêmica pós-graduada e das entidades representativas da profissão. Esse processo da renovação crítica, que vai se espalhando para o conjunto da categoria profissional (Netto, 2015b), com seus acertos e equívocos, manifesta-se às margens do rio Paraibuna, no prolongamento das experiências da profissão em Juiz de Fora, entre as quais destacamos aquelas diretamente envolvidas com as lutas e os movimentos sociais.

Não é uma mera coincidência do acaso que o Serviço Social em Juiz de Fora, apesar de ações voluntárias junto à APED e ao CDDH-JF na primeira metade da década de 1980, passasse a abrir campos de estágio e a atuar profissionalmente em entidades envolvidas ou diretamente representativas das lutas das classes subalternas a partir de 1986. Veja que aqui reside diferenças em relação àquelas experiências progressistas de Desenvolvimento de Comunidade, sobretudo pela constituição de espaços sócio-ocupacionais e de estágio em organizações de trabalhadores. Nesse período, já contávamos com o currículo mínimo da formação profissional de 1982, que vinha sendo objeto de discussão e aperfeiçoamento no âmbito da então ABESS — discussão na qual a Faculdade de Serviço Social da UFJF

participava desde 1977 (ABESS, 1977; Castro e Toledo, 2012) — além da aprovação do novo Código de Ética Profissional, justamente em 1986.

Novos construtos teórico-metodológicos com nítida vinculação de classe, elaborados a partir de uma apropriação mais fidedigna ao pensamento marxiano e a pensadores da tradição marxista não pertencentes ao “marxismo vulgar”, eram desenvolvidos pela vanguarda acadêmica da profissão, apesar da persistência de certos equívocos teóricos e ilusões políticas que sustentavam uma visão voluntarista e basista em parte da categoria. Ainda que atravessado por uma linha tênue com a postura messiânica, mas já apresentando avanços na compreensão do significado social da profissão, o Serviço Social em Juiz de Fora consolida, nesse período, sua inserção ocupacional e formativa em organizações de trabalhadores, o que possibilita a ampliação do contato direto com diversos movimentos e lutas das classes subalternas. Além da abertura de um campo de estágio no Sindicato dos Bancários, em 1987, cujos estagiários afirmam textualmente um compromisso com a classe trabalhadora na realização de atividades de assessoria à diretoria do sindicato, mobilização dos trabalhadores e formação sindical, destacamos aquela que, em nossa avaliação, foi a experiência mais expressiva do Serviço Social em processos de mobilização e organização popular na cidade: o trabalho desenvolvido no CDDH-JF a partir de 1986.

Cabe-nos aqui outra breve observação. Como vimos, nesse período, a sociedade brasileira era atravessada por repercussões teórico-práticas de noções como “ator social” e “sujeito popular”, que acabavam por dissolver a categoria de classe social, apartando-a das fragmentadas práticas “autogestionárias” dos novos “ativismos” — concepções difundidas pelas premissas mais ressonantes dos chamados “novos movimentos sociais”. Esses postulados, que favoreciam visões culturalistas e desvinculadas das determinações econômicas sobre as lutas e os movimentos sociais, situando-os na esfera supostamente indiferenciada de uma sociedade civil desclassizada, acabaram por contagiar o pensamento social e as práticas políticas de cunho reivindicatório, centradas na busca por direitos de cidadania, muitas vezes compreendidos como sinônimo de democratização (Duriguetto, 2007). Consideramos incontestes que tais elementos permeiam parcelas do campo progressista do Serviço Social, mas, sobretudo, também encontram certa impermeabilidade para se expandir, em razão dos constantes avanços teórico-metodológicos e ideopolíticos da renovação crítica da profissão, expressos no projeto profissional em ascensão.

Esse processo se manifesta em Juiz de Fora quando, na análise das monografias de graduação desse período, verificamos que, no debate sobre a conjuntura brasileira, há um privilegiamento da concepção marshalliana de cidadania, mas também uma recorrência ao

pensamento de Florestan Fernandes e de Carlos Nelson Coutinho, especialmente no que se refere à abordagem da “democracia” brasileira. No tratamento teórico dos movimentos sociais, boa parte dos trabalhos recorre à perspectiva acionalista, como a de Evers, mas também aos contributos do campo marxista, como Lojkin e o “primeiro” Castells (das “contradições urbanas”). Ainda, o que se mostra mais preponderante são as tentativas de apropriação teórica de contributos da vanguarda acadêmica da profissão a partir do marxismo, que vão desde as elaborações com rigor teórico-metodológico de Yamamoto até produções de autores que reatualizam equívocos da Reconceitualização, ao atribuírem ao assistente social um suposto papel de “intelectual orgânico”, numa leitura enviesada de Gramsci¹⁸⁹. A partir dessa noção desfigurada de “intelectual orgânico”, boa parte das monografias reabre um diálogo com a pedagogia freireana, posicionando o assistente social como “educador popular”, numa visão messiânica do trabalho profissional — embora situem a profissão na relação contraditória entre capital e trabalho, reconheçam a condição assalariada do assistente social e seu pertencimento de classe.

É pela recorrência ao ecletismo teórico, embora com predominância da tradição marxista, que as práticas político-profissionais e de estágio junto aos movimentos sociais se realizam em Juiz de Fora, a partir da segunda metade da década de 1980. Também, aqueles pressupostos de autonomização da sociedade civil frente ao âmbito estatal, em busca de uma democratização “cidadã”, repercutiam nas experiências do Serviço Social em processos de organização e mobilização popular, muito em função do próprio movimento das classes subalternas contra a tradição autoritária do Estado, em um país que havia recém-saído de uma ditadura.

Contudo, na análise dessas experiências, pudemos observar que as agentes do Serviço Social não compartilhavam da ideia de uma sociedade civil indiferenciada na luta comum por direitos e democracia, pois as posturas e ações por elas empreendidas junto aos movimentos sociais demonstram claramente uma compreensão da contradição entre interesses de classes opostas em luta na sociedade do capital. Evidencia-se, ainda, todo um esforço dessas agentes na articulação de classe entre os distintos movimentos assessorados, o que se expressa em interlocuções no cotidiano das lutas e em espaços como a Comissão de Posseiros e o Fórum do Movimento Popular e Sindical, nos últimos anos da década de 1980, o Fórum pela

¹⁸⁹ Conforme Coutinho (1990, p. 37), o pensamento de Gramsci compreende que “o intelectual orgânico é elaborado pela classe no seu desenvolvimento, e pode tanto ser burguês quanto proletário”, assim como “pode haver o intelectual tradicional conservador e o intelectual tradicional revolucionário”. Uma análise aprofundada da questão dos intelectuais em Gramsci também pode ser encontrada em Duriguetto (2014b), resultado de seu pós-doutoramento.

Moradia e pelo Emprego, a partir de 1995, além de iniciativas que extrapolavam os limites de Juiz de Fora, como os envolvimento com a ANAMPOS, MST, CUT, CPT, ANSUR, CMP e outros. Inclusive, materiais produzidos por essas organizações nacionais da classe trabalhadora eram utilizados como parte dos subsídios para as atividades de organização e formação política desenvolvidas pelo Serviço Social junto aos movimentos sociais — tanto no Sindicato dos Bancários quanto nos movimentos de bairro assessorados pelo CDDH-JF.

Importa, também ponderarmos, que a dinâmica institucional desses dois espaços de trabalho e estágio do Serviço Social favorecia a ampliação da autonomia relativa da profissão diante da relação contraditória entre a condição assalariada do assistente social e o projeto profissional crítico. No caso do Sindicato dos Bancários, trata-se de uma organização de trabalhadores cujas requisições institucionais ao Serviço Social tendiam a convergir com a direção ideopolítica assumida pelos sujeitos profissionais, embora sem deixar de se constituir como uma instituição contratante portadora de interesses eventualmente conflitantes. Isso porque o sindicato não se configura como uma instância impermeável à ideologia dominante, podendo, inclusive, restringir suas iniciativas ao particularismo dos interesses imediatos da própria categoria e/ou assumir posições de colaboração com o capital, a partir de um projeto político de amoldamento à ordem social — possibilidade que não se verificou no material analisado sobre essa experiência do Serviço Social em específico.

Em relação ao CDDH-JF, uma entidade civil fundada por pessoas de posição progressista evidente — como o emblemático Padre Jaime Snoek — e que mantinha uma herança de valores católicos, a qual sofreu um ofuscamento com a vinculação da entidade aos princípios do MNDDH e pela aproximação de parte de seus sócios-dirigentes e profissionais com a ambiência das lutas sociais cujo eixo de gravitação era o PT, a profissão também encontrava boas condições para o exercício do trabalho a partir de uma direção ideopolítica comprometida com os interesses de classe dos trabalhadores — isso sem desconsiderarmos as possíveis contradições próprias de um espaço sócio-ocupacional. De todo modo, esse espaço de trabalho apresentava uma ampla abertura para que o projeto profissional edificado no processo da renovação crítica do Serviço Social se expressasse no cotidiano interventivo dos sujeitos profissionais.

Como vimos, no mesmo período histórico em que o CDDH-JF consolida as ações de assessoria aos processos de organização e mobilização popular em Juiz de Fora, ocorre, em âmbito nacional, uma movimentação teórico-prática de transmutação da sociedade civil em esfera pública não estatal (Duriguetto, 2007). Esse processo resulta na gradativa generalização de ONGs que buscavam atuar junto a mobilizações de segmentos subalternos, com o objetivo

de canalizar as pressões sociais desses grupos para um enfrentamento “comum” no âmbito “indiferenciado” da sociedade civil, contra as manifestações mais agudizadas da “questão social”. Essas entidades — que logo em seguida conformam o chamado “terceiro setor”, ao lado de inúmeras outras ONGs inseridas no processo de desresponsabilização estatal e desoneração do capital (Fontes, 2010) — mesmo intencionando contribuir para o acesso a direitos por parte de segmentos miserabilizados e mais violentados da classe trabalhadora, acabavam por enfatizar o particularismo e o imediatismo de lutas frequentemente locais e pontuais. Assim, sem compartilhar de um projeto político que buscasse articular essas diversas lutas na amplitude dos enfrentamentos históricos da luta de classes.

Todavia, embora essa cultura política influenciasse a realidade do CDDH-JF, sobretudo no que diz respeito à profissionalização de iniciativas voltadas a auxiliar na cobrança pelo cumprimento de direitos de cidadania, em nossa avaliação, o caminho trilhado por seus profissionais e estagiárias se diferenciava das perspectivas reduzidas ao imediatismo e à particularidade estrita do “problema”. Isso porque imprimiam ao seu trabalho uma direção ideopolítica que permitia suscitar a problematização crítica das condições de vida junto aos sujeitos atendidos, levando a politização de necessidades convertidas em lutas coletivas e articuladas na publicização das refrações da “questão social”. Quando o processo de institucionalização das lutas sociais por meio dos conselhos de direitos se intensifica, em um contexto de arrefecimento político dos movimentos sociais e de cooptação de lideranças, fica evidente os rebatimentos no CDDH-JF. Embora a entidade reconhecesse a importância dos conselhos como espaços de controle social das políticas sociais e não os desvalorizasse, as discussões em torno de possíveis novos objetivos e finalidades da entidade, bem como sobre os modos operacionais de suas frentes de trabalho que preservassem a perspectiva de politização das necessidades sociais por meio das lutas coletivas, não se delinearam. O CDDH-JF, portanto, não optou “por um novo caminho” (Informação oral de Andreia Firmo), que, inclusive, poderia ter resultado na sua transformação em mais uma ONG sob a égide neoliberal diante das circunstâncias históricas.

Como aponta Tatagiba (2002, p. 47), no esforço para sua criação, os conselhos de direitos representaram um questionamento ao “padrão centralizador, autoritário e excludente que vem marcando a relação entre as agências estatais e os beneficiários das políticas públicas, enfatizando a necessidade de democratização do processo”. A possibilidade de se constituírem como espaços capazes de contribuir para a ampliação do Estado (nos termos gramscianos) chegou a impulsionar a atuação do Serviço Social do CDDH-JF em torno desses

espaços institucionais de participação¹⁹⁰. No entanto, quando as ações dos movimentos sociais passaram a se restringir à institucionalidade, sem a manutenção de uma fortalecida via extrainstitucional de luta — a “primeira via”, e que deve ser privilegiada — observamos as dificuldades impostas por um contexto de regressividade de direitos em um país de capitalismo dependente e marcado por profundas desigualdades sociais.

Consideramos que as condições objetivas são imprescindíveis, mas não constituem determinações exclusivas, pois isso envolve a ação histórica do sujeito no movimento contraditório e passível de transformação da realidade. Obviamente, as alternativas de ação dos movimentos sociais, voltadas ao enfrentamento das sequelas mais deletérias da sociabilidade do capital, tendo como horizonte, inclusive, sua superação, estão longe de poder ser atribuídas à atuação profissional do Serviço Social, tanto por se tratar de uma tarefa do movimento histórico da própria classe na luta de classes quanto pelos limites inerentes à profissão. Contudo, o fortalecimento de uma direção ideopolítica que preserve e atualize os valores do nosso projeto profissional crítico é, a nosso ver, indispensável para a realização de um trabalho que busque contribuir para a politização das lutas locais e sua elevação a um patamar organizativo de articulação com a diversidade das lutas sociais das classes subalternas, que, mesmo difusas, borbulhavam na realidade brasileira.

Nesse sentido, acreditamos que as contribuições que nossa pesquisa vem a oferecer à problematização da dimensão ideopolítica da profissão e de seus vínculos com as lutas e movimentos sociais — somando-se ao conjunto de outras iniciativas da categoria na construção de *histórias novas* do Serviço Social — têm o potencial de favorecer a reflexão teórico-prática e o encaminhamento de ações voltadas ao enfrentamento dos desafios impostos pela realidade contemporânea, especialmente no que se refere aos processos de organização e mobilização das classes subalternas.

Rever o passado para iluminar o presente, elucidando as constelações que ligam presente e passado, é um movimento heurístico fundamental para compreender tanto o passado recente quanto o ineditismo das atuais condições históricas e para recriar a práxis de enfrentamento a esses tempos de regressão conservadora, contribuindo para formas de resistência política (Iamamoto e Santos, 2021, p. 27-28).

Compreendemos que tais desafios não dependem apenas da intencionalidade e da atitude do corpo profissional, pois envolvem processos macrossociais e exigem a vitalidade de uma projeção societária de rebeldia crítica e das ações dela decorrentes, capazes de construir

¹⁹⁰ Para uma análise crítica sobre os conselhos de direito, consulte Duriguetto (2013), que, inclusive, apresenta uma pesquisa acerca dos referenciais teóricos e da intervenção profissional do Serviço Social nessas instâncias de participação e controle social em Juiz de Fora, nos anos 2000.

uma contra-hegemonia articulada pelo movimento sociopolítico de intervenção histórica da classe trabalhadora na realidade da luta de classes. Todavia, como não é viável permanecer à espera das condições perfeitas de um momento “ideal” que venha a surgir sem a ação histórica do sujeito, torna-se imperativo que a categoria profissional — ou ao menos boa parte de seus protagonistas — reflita e coloque em prática um conjunto de ações concretas que confrontem as contradições do real. Trata-se de iniciativas capazes de superar tanto o pessimismo das posições fatalistas e imobilizadoras quanto o discurso do possibilismo pragmático diante da barbárie do capital, sem, contudo, incorrer no exagero do otimismo da vontade política.

Esse é um caminho com múltiplos percursos, sem um “mapa” pré-definido, mas que pode ter no legado crítico da profissão uma bússola orientadora ao longo do trajeto. A iniciativa de organização política dos próprios profissionais, para além das entidades representativas do Serviço Social (sem, no entanto, abandoná-las), incluindo um engajamento sindical¹⁹¹ que extrapole o circuito corporativista, pode ser uma das primeiras atitudes. Não estamos afirmando que seja necessário retomar as mesmas estratégias e ações do passado, até porque isso seria inviável diante das mudanças históricas e da nova conjuntura em que a realidade se inscreve. No entanto, com o suporte das reflexões teóricas acumuladas e constantemente desenvolvidas pelo campo crítico, podemos analisar a trajetória do Serviço Social na história e apreender indicativos que se articulem a uma compreensão apurada da conjuntura da luta de classes, orientando novas estratégias e ações de enfrentamento aos desafios atuais e àqueles que ainda virão.

¹⁹¹ Após a década de 1990, os assistentes sociais caminharam para uma notória desorganização sindical a nível nacional. Segundo Oliveira (2020, p. 131), “em 2004, havia 29,7% assistentes sociais inscritos em sindicatos, número que caiu para 18,5%, em 2013”. Nossa autora destaca ainda que, “esse número não é menor, devido à sindicalização dos assistentes sociais vinculados às associações docentes, cuja participação se dá de forma muito mais efetiva” (Ibidem). Obviamente, isso está relacionado à dinâmica geral do sindicalismo brasileiro e ao processo de desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho. No entanto, para uma profissão que reivindica vínculos progressistas com as lutas da classe trabalhadora e que está inserida, em sua maioria, em espaços sócio-ocupacionais com representação sindical, esse cenário nos parece bastante contraditório. Inclusive, a desorganização sindical da categoria profissional é tão evidente que, no levantamento *Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional*, realizado em 2019, o CFESS demonstrou maior preocupação em identificar e analisar o estado civil dos profissionais do que em mapear o índice de sindicalização da categoria. Embora a natureza do Conselho não seja sindical, sua atuação é orientada por princípios e até normativas que indicam a necessidade de articulação com as lutas sociais. A única menção aos movimentos sociais no levantamento realizado pelo CFESS refere-se à inserção sócio-ocupacional de assistentes sociais em “sindicatos, associações, movimento social e/ou popular” (CFESS, 2019, p. 91), registrando apenas 0,33% dos profissionais que participaram do recadastramento nacional conduzido pelo conjunto CFESS/CRESS (amostra de 25,04% do total de 176.524 assistentes sociais com registro profissional ativo).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. *Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social*. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ABEPSS/ GTP Mov. Soc. e Ser. Soc. *Subsídios para o debate sobre as lutas e movimentos sociais da formação profissional em Serviço Social*. Rio de Janeiro: XVII ENPESS, 2022.

ABESS. *Relatório da XX Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social*. Belo Horizonte, 1977.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; e DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Serviço Social e Lutas Sociais: relato de uma experiência da prefeitura de São Paulo (1979-1982)*. Brasília-DF: *Ser Social*, 2024,

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; e CABRAL, Maria do Socorro Reis. *O Novo Sindicalismo e o Serviço Social: trajetória e processos de luta de uma categoria profissional (1978-1988)*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. A organização política do Serviço Social e o papel da CENEAS/ANAS na virada do Serviço Social brasileiro. In: CFESS (Org.). *30 anos do Congresso da Virada*. Brasília, CFESS, 2009.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; MAZZEO, Solange C; FINGERMAN, Trofímena N. *Repensando o Trabalho Social: a relação entre Estado, instituição e população*. São Paulo: Cortez, 1981.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. *O Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro: ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2019.

AGUENA, Paulo. *O marxismo e os sindicatos*. São Paulo: Editora Sundermann, 2008.

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

ANDRADE, Manuel Correia de. *O Povo e o Poder*. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1991.

ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. *A classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)*. Dissertação de Mestrado, PPGH/ Unicamp, 1984.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

_____. *O que é Sindicalismo?* São Paulo: Abril Cultural, 1985.

_____. *Os sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2.ed. São Paulo, Boitempo, 2009.

AQUINO, Isaura Gomes de Carvalho. A participação do CBCISS no movimento de reconceituação do Serviço Social da América Latina e suas expressões internacionais: a relação com a ONU. In: *A história pelo avesso: a Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, 2021.

ARRUZA, Cinzia. *Feminismo e marxismo: entre casamentos e divórcios*. Combate, 2010.

BACK, Sheila. *Serviço Social: reexaminando sua história*. Rio de Janeiro: Editora AS, 1994.

BAKAN, Abigail B. Marxismo e antirracismo: repensando a política da diferença. [tradução de Becca Freitas]. In: *Revista Outubro*, n. 27, 2016. Disponível em: https://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2016/11/02_Bakan_2016.pdf

BARROCO, Maria Lucia Silva; e TERRA, Sylvia Helena. *Código de Ética do Assistente Social comentado*. São Paulo: Cortez, 2012.

BARROSO, Milena Fernandes. Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista. In: *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 133, set./dez. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.153>

BATISTONI, Rosângela Maria. Aproximações à tradição marxista no projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte: problematizações necessárias. In: *A história pelo avesso: a Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, 2021.

_____. O Movimento de Reconceituação no Brasil: o Projeto Profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980). Rio de Janeiro: Revista Em Pauta, n. 40, 2017.

_____. O projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte — 1960-1975: uma reconstrução histórica. *Serv. Soc. & Soc.* São Paulo, n.136, 2019.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

BORÓN, Atílio. *Filosofia política marxista*. São Paulo: Cortez, 2003.

BOTTI, Carlos Alberto Hargreaves. *Companhia Mineira de Eletricidade*. Juiz de Fora: Centro de Pesquisas Sociais da UFJF, [anuário estatístico de Juiz de Fora de 2004], 1994.

BRAGA, Virna Ligia Fernandes. *Entre a honra e o mercado: análise do processo de formação do movimento sindical docente em Juiz de Fora (1934-1964)*. Dissertação (Mestrado em História), UFJF, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/2965>

BRASIL. *Consolidação das Leis do Trabalho – CLT*. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 09 ago. 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm

_____. *Lei de Regulamentação do Serviço Social* (nº 8662/1993). Brasília-DF: Presidente da República, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18662.htm

_____. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. *Diário Oficial da União* 2016; 7 abr. Acesso em: 01 de março de 2025. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>

BRAZ, Marcelo. Projeto Ético-Político e lutas sociais: história em processo. In: *Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências*. São Paulo: Cortez, 2019.

CABRAL, Maria do Socorro Reis. Mesa dos depoimentos históricos. In: *Seminário Nacional: 30 anos do Congresso da Virada*. Brasília-DF: CFESS, 2012.

CAMARGO, Candido P. Ferreira et al. Comunidades Eclesiais de Base. In: *São Paulo: o povo em movimento*. 4.ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1983.

CAMPOS, Sueli Netto. *O Serviço Social profissionalmente organizado em Juiz de Fora visto por seus Assistentes Sociais*. Trabalho de Conclusão de Curso, FSS/UFJF, 1966.

CARVALHAL, Juliana Pinto. *A Serviço da Vida: a influência da Igreja Católica na formação do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (1982-1986)*. Dissertação (Mestrado em História), UFJF, 2007.

CARVALHO, Sônia Regina Ribeiro. *A Central de Movimentos Populares e o processo brasileiro de democratização: uma trajetória em construção 1993-2003*. Tese (Doutorado em Serviço Social), PUC-SP, 2007.

CASTELLS, Manuel. *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura (v.2) - O poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTELO, Rodrigo; RIBEIRO, Vinicius; ROCAMORA, Guilherme de. Capitalismo dependente e as origens da “questão social” no Rio de Janeiro. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 137, p. 15-34, jan./abr. 2020.

CASTRO, Manuel Manrique. *História do Serviço Social na América Latina*. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CASTRO, Marina Monteiro de Castro e; TOLEDO, Sabrina Navarro. A Reforma Curricular do Serviço Social de 1982 e sua implantação na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v.11, n.2, 2011.

CFESS. *Código de Ética Profissional do Assistente Social*. Brasília-DF: CFESS, 1993.

_____. *Memórias e resistências contra a ditadura*. Brasília-DF: CFESS, 2007.

_____. *Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional*. Brasília-DF: CFESS, 2019.

CHAUÍ, Marilena. A questão democrática. In: *Cultura e Democracia*. São Paulo: Cortez, 1990.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *A Europa dos pobres: o intelectual e o projeto educacional dominante em Juiz de Fora na Belle-époque*. Dissertação de Mestrado, PPGH/UFF-Niterói, 1987.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. *Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2018.

CLOSS, Thaisa et al. Ação Popular, Serviço Social e Paulo Freire: caminhos cruzados com a tradição marxista. In: SCHEFFER, Graziela et al. (Orgs.). *Serviço Social e Paulo Freire: diálogos sobre Educação Popular*. Curitiba: CRV, 2021.

CLOSS, Thaisa. *Fundamentos do Serviço Social: um estudo a partir da produção da área*. Curitiba: CRV, 2017.

COELHO, Erelino. *Uma esquerda para o Capital: crise do marxismo e mudanças dos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese (Doutorado em História), UFF, 2005.

COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE JUIZ DE FORA. *Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade em Juiz de Fora*. 2.ed. Juiz de Fora: MAMM, 2016.

COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE JUIZ DE FORA. *Depoimentos: Nair Barbosa Guedes e José Luiz Guedes*. Juiz de Fora: UFJF, 2017. Disponível em: https://www2.ufjf.br/comissaodaverdade/?page_id=1702

COSTA, Reginaldo Scheuermann. *A Fundação Leão XIII Educando os Favelados (1947-1964)*. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGE. Rio de Janeiro, 2015.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal: notas sobre a questão democrática no Brasil*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

_____. Gramsci e as ciências sociais. *Serv. Soc. & Soc.*, São Paulo, v. 9, n. 34, 1990.

_____. O lugar do Manifesto na evolução da teoria política marxista. In: AARÃO, Daniel Reis Filho (Org.). *Manifesto Comunista 150 anos depois*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

COUTO, André. Partido da Reconstrução Nacional (PRN). In: *Dicionário de Verbetes Temáticos*. Rio de Janeiro: FGV. s/d. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/partido-da-reconstrucao-nacional-prn>

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

CUNHA, Marize Bastos da. Cenas históricas da Participação Popular da constituição de um campo de fronteira nas favelas do Rio de Janeiro. In: RODRIGUES, Rute Imanishi (Org.). *Vida social e política nas favelas: pesquisas de campo no Complexo do Alemão*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

DESLAURIERS, J. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Revista Tempo*: Niterói-RJ, v.12, n. 23, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/i/2007.v12n23/>

DURIGUETTO, Maria Lúcia; BATISTONI, Maria Rosângela; MAIA, Susana Maria. A dimensão ideopolítica no método pedagógico de Paulo Freire: questões e perspectivas investigativas para o Serviço Social a partir da experiência do Método BH. In: SCHEFFER, Graziela et al. (Orgs.). *Serviço Social e Paulo Freire: diálogos sobre Educação Popular*. Curitiba: CRV, 2021.

DURIGUETTO, Maria Lúcia e MONTAÑO, Carlos. *Estado, Classe e Movimento Social*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DURIGUETTO, Maria Lúcia e REZENDE, Juliano Zancanelo. Movimentos Sociais e Serviço Social: a Virada de 1979. *Temporalis*, Brasília-DF, v. 19, n. 38, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/27804>.

DURIGUETTO, Maria Lúcia e REZENDE, Juliano Zancanelo. O Serviço Social na contracorrente dos movimentos sociais da classe trabalhadora (1930-1960). In: *Serviço Social, Questão Social e Políticas Públicas*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2024. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/editora/ebook/e-books-2024/>

DURIGUETTO, Maria Lúcia et al. Considerações sobre a trajetória histórica do Serviço Social no Chile: da Reconceitualização ao tempo presente. In: *Serviço Social na História: América Latina, África e Europa*. São Paulo, Cortez, 2019.

DURIGUETTO, Maria Lúcia et al. Serviço Social, Lutas Sociais e Questão Democrática: propostas de análise da emergência e desenvolvimento do projeto profissional no Brasil da década de 1970 a 1990. In: IAMAMOTO, Marilda V. et al. (Orgs.). *Serviço Social, Desigualdades e Lutas Sociais: América Latina e Europa*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2024.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MARRO, Katia. Serviço Social, Lutas e Movimentos Sociais: a atualidade de um legado histórico que alimenta os caminhos de ruptura com o conservadorismo. In: *Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. A questão dos intelectuais em Gramsci. *Serv. Soc. & Soc*, São Paulo: Cortez, n.118, 2014b.

_____. Conselhos de direitos e intervenção profissional. In: *Saúde, Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos: desafios atuais*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. Movimentos Sociais e Serviço Social no Brasil pós-1990: desafios e perspectivas. In: *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. Produção do conhecimento dos cursos de Pós-Graduação em Serviço Social sobre lutas, organizações, movimentos sociais e Serviço Social. *Temporalis*, v. 17, n. 34, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/17148>

_____. *Sociedade Civil e Democracia*: um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007.

EIRAS, Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra. Grupos e Serviço Social: explorações teórico-operativas, o caminho a percorrer. In: *Libertas*, Juiz de Fora, v.5, n.1, 2005.

_____. Problematizações acerca do trabalho com grupos no Serviço Social. In: *Libertas*, Juiz de Fora, v.1, n.2, 2001.

ELIAS, Michelly. Lutas Sociais, Revolução Brasileira e Projeto Popular. In: *Formação Social e Serviço Social: a realidade brasileira em debate*. São Paulo: Outras Expressões, 2019.

ELPÍDIO, Maria Helena. Preparando a “Virada”: a contribuição do CELATS no redimensionamento da organização e da formação profissional do Serviço Social brasileiro. In: *A história pelo avesso: a Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, 2021.

ENGELS, F. Resenha de Engels ao livro de Marx Contribuição à Crítica da Economia Política [1859]. In: DANTAS, Gilson; TONELO, Iuri (org.). *O Método em Karl Marx*. São Paulo: Edições Iskra, 2016.

ERUNDINA, Luiza. In: CFESS (Org.). *30 anos do Congresso da Virada*. Brasília: CFESS, 2009.

EVANGELISTA, Diogo Prado. Revolução burguesa dependente e contrarrevolução no Brasil. *Revista Katálysis*: Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 86-98, jan./abr. 2021.

EVANGELISTA, João E. *Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno*. São Paulo: Cortez, 1992.

EVERS, Tilman. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. *Revista Novos Estudos*. São Paulo: Cebrap, v. 2, nº 4, 1984.

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DA UFJF. *Projeto político-pedagógico do curso de Serviço Social*. Juiz de Fora-MG: FSS/UFJF, 2023. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/facssocial/wp-content/uploads/sites/521/2022/05/Projeto-Pedag%C3%B3gico-2023-Faculdade-de-Servi%C3%A7o-Social.pdf>

FALEIROS, Vicente de Paula. Confrontos teóricos do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina. São Paulo: *Serv. Soc. & Soc.*, n. 24, 1987.

_____. Cultura Popular e a luta dos oprimidos. In: SCHEFFER, Graziela et al. (Orgs.). *Serviço Social e Paulo Freire: diálogos sobre Educação Popular*. Curitiba: CRV, 2021.

_____. Metodologia e Ideologia do Trabalho Social. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

_____. O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais na conjuntura dos anos 70. In: CFESS (Org.). *30 anos do Congresso da Virada*. Brasília: CFESS, 2009.

_____. Reconceituação do Serviço Social: processo e movimento da Escuela de Trabajo Social da Universidade Católica de Valparaíso. In: *Em Pauta*. Rio de Janeiro, 2017 - n. 40, v. 15, p. 87 - 101.

FÁVERO, Osmar. MEB - Primeiros tempos: 1961-1966. In: *Anais do V Encontro Luso-Brasileiro de História da Educação*. Portugal, 2004. Disponível em: https://cremeja.org/a7/wp-content/uploads/2019/09/Historico_1961_1966_Osmar_Favero.pdf

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FERREIRA, Jorge. Juiz de Fora e o golpe civil-militar de 1964. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v.29, 2023.

FERRY, Luc e RENAUT, Alain. Pensamento de 68: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo. [tradução: Roberto Markenson; Nelci do Nascimento Gonçalves]. São Paulo: Ensaio, 1988.

FONTES, Virgínia. Capitalismo, Imperialismo, Movimentos Sociais e Lutas de Classes. In: *Revista Em Pauta*. n. 21, 2008.

_____. *O Brasil e o Capital-imperialismo*: teoria e história. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. *Carta de Princípios*. 2001. Disponível em: <https://grabois.org.br/2013/04/03/carta-de-principios-do-frum-social-mundial/>

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I*: a vontade de saber. [tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque]. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. *Segurança, território, população*: curso dado no Collège de France (1977-1978). [tradução: Eduardo Brandão]. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRAZER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: *Democracia hoje*: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Ed. UnB, 2001.

FREIRE, Paulo Freire. *Pedagogia da Autonomia*: saberes necessários à prática educativa. 62.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. 71.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

G20 SOCIAL. *Declaração Final da Cúpula*. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2024/novembro/declaracao-final-do-g20-social-do-povo-para-os-lideres>

GALVÃO, Andreia. Marxismo e movimentos sociais. In: *Crítica Marxista*, n.32, p.107-126, 2011.

GIANNOTTI, Vito. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GOHN, Maria da Glória. A Produção Sobre Movimentos Sociais no Brasil no Contexto da América Latina. *Revista Política e Sociedade*, nº 28, Florianópolis, set./dez. 2014.

_____. *História dos Movimentos Sociais e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. 7.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 9.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

GOIN, Mariléia. *Fundamentos do Serviço Social da América Latina e no Caribe: conceituação, condicionantes sócio-históricos e particularidades profissionais*. Campinas-SP: Papel Social, 2019.

GOLDMANN, Lucien. *Ciências Humanas e Filosofia*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

GONÇALVES, Geovane Martins. *Reconstrução histórico crítica do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 6ª Região - Seccional de Juiz de Fora: análise dos processos históricos do Serviço Social brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Juiz de Fora, UFJF, 2016.

GORENDER, Jacob. Introdução. In: MARX, Karl. *Para a crítica da Economia Política*. Salário, Preço e Lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar. [tradução: Edgard Malagodi et al.]. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol.5. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Concepção Dialética da História*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira, 1978.

GUERRA, Yolanda. A força histórico-ontológica e crítico analítica dos fundamentos. In: *Praia Vermelha*. Rio de Janeiro, n.10. 2004.

_____. A pós-graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. *Temporalis*, ABEPSS. Brasília, ano 11, n. 22, 2011.

GUIMARÃES, Elione Silva; GUIMARÃES, Valéria Alves. *Aspectos cotidianos da escravidão em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2001.

GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: Família, trabalho, terra e conflito* (Juiz de Fora – Minas Gerais, 1828-1928). São Paulo: Annablume – Juiz de Fora: FUNALFA, 2006.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. *Movimentos Sociais e Fundamentos do Serviço Social: entrelaçamentos e paradoxos da formação profissional*. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. [tradução: Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves]. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HOBBSBAWM, Eric. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. [tradução: Irene Hirsch; Lólio Lourenço de Oliveira]. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento*. São Paulo: Editora 34, 2003. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4241523/mod_resource/content/0/HONNETH-Luta-Por-Reconhecimento.pdf

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. São Paulo: *Serv. Soc. & Soc.*, n. 120, 2014.

_____, e CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 41.ed. São Paulo: Cortez, 2014.

_____, e ESCURRA, Maria Fernanda. Serviço Social e trabalho da(o) assistente social: revisitando o debate histórico-crítico. In: *Trabalho, Reprodução Social e Serviço Social: desafios e utopias*. Uberlândia-MG: Navegando Publicações, 2020.

_____, e SANTOS, Cláudia Mônica dos. Introdução. In: *A história pelo avesso: a Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, 2021.

_____ et al. A pesquisa científica no Serviço Social latino-americano: gênese e atualidade. In: *A história pelo avesso: a Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, 2021.

_____ et al. (Orgs.). *Serviço Social, Desigualdades e Lutas Sociais: América Latina e Europa*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2024.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília-DF: CFESS, 2009.

_____. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015b.

_____. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. São Paulo: *Serv. Soc. & Soc.*, n. 136, 2019.

_____. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2015a.

IANNI, Octávio. A construção da categoria. [transcrição de aula ministrada na PUC-SP, 1985]. *Revista HISTEDBR*, Campinas, número especial, 2011. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/ianni-201804131230457141340.pdf>

_____. *A Ditadura do Grande Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

IASI, Mauro Luis. *As Metamorfoses da Consciência de Classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. Cinco teses sobre a formação social brasileira (notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática). In: *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 136, p. 417-438, set./dez. 2019.

_____. Educação Popular e Consciência de Classe. In: *Serviço Social, Favelas e Educação Popular: diálogos necessários em tempos de crise do capital*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

_____. *Processo de Consciência*. São Paulo: CPV, 1999.

JACOMETTI, Rita de Cassia. Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora: singularidades da criação e do processo formativo - 1958-1962. *Serv. Soc & Soc.* n.97, São Paulo: Cortez, 2009.

_____. *Formação Profissional em Juiz de Fora: criação da Faculdade de Serviço Social e graduação de sua primeira turma 1958-1961*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, UFRJ. Rio de Janeiro, 1993.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. Tradução de Antônio Malta Campos. São Paulo: *Revista Novos Estudos* CEBRAP, n.86, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000100005>.

KORNIS, Mônica. Círculos Operários. In: *Dicionário de Verbetes Temáticos*. Rio de Janeiro: FGV. s/d.

KOSIK, Karel. *A dialética do concreto*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. 2.ed. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, Edusp, 2001. Disponível em: http://www.marcosfaerman.com.br/1991_JornalistasRevolucionarios.pdf

LEMOS, Esther Luísa de Souza et al. As organizações profissionais de defesa do Serviço Social da América Latina e no Caribe. In: *A história pelo avesso: a Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, 2021.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O que fazer?* questões candentes de nosso movimento. São Paulo: Boitempo, 2020.

_____. *Sobre os sindicatos*. Tradução de Armênio Guedes; Zuleika Alambert; Luis Fernando Cardoso. Rio de Janeiro, Editorial Vitória, 1961. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1899/mes/greves.htm>

LOJKINE, Jean. *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LOPES, Vanessa Ferreira. *A constituição do Movimento Negro em Juiz de Fora-MG (1978-2010): dos processos de consciência às organizações coletivas por direitos*. Dissertação de Mestrado, Juiz de Fora, PPGH/UFJF, 2024.

_____. *O Movimento Unibairros e a luta antirracista juizforana: a Coluna do Negro no jornal comunitário*. Trabalho de Conclusão de Curso, História/ICH/UFJF, 2020.

LÖVY, Michael. *Marxismo e Cristianismo na América Latina*. In: Lua Nova, n.19, São Paulo, 1989. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451989000400002>

_____. *O que é Cristianismo da Libertação: religião e política na América Latina*. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

LOYOLA, Maria Andréa. *Os sindicatos e o PTB: estudo de um caso em Minas Gerais*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1980.

LUKÁCS, Georg. *A Destruição da Razão*. [tradução: Bernard Herman Hess, Rainer Patriota, Ronaldo Vielmi Fortes; revisão: Ester Vaisman, Ronaldo Vielmi Fortes]. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

_____. *História e consciência de classe: estudos de dialética marxista*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elfos, 1989.

_____. *Marxismo e Teoria da Literatura*. [tradução: Carlos Nelson Coutinho], Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Para uma ontologia do ser social I / György Lukács; tradução Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélcio Schneider*. - São Paulo : Boitempo, 2012.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou Revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 2003.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. [tradução: Ricardo Corrêa Barbosa]. 12.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MACHADO, Jorge Alberto. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. *Sociologias*: Porto Alegre, ano 9, n.18, 2007.

MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. [tradução: Carlos Eduardo Silveira Matos; Regis Andrade e Dinah de Azevedo]. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANOEL, Ivan A. *O Pêndulo da História: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)*. Maringá: EDUEM, 2004.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARQUES, Edson. *Mude*. São Paulo: Editora Original, 2006.

MARQUES, Morena G. A relação do Serviço Social com os movimentos sociais na contemporaneidade. In: *ENPESS, XII, Anais*. Rio de Janeiro, ABEPSS, 2010.

MARRO, Katia Iris. Caminhos profissionais e resistências que brotam das expressões da questão social. *Temporalis*, Brasília-DF, n.39, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/27401/20866>

- MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.
- MARTINEZ, Leticia B. Arancibia; DÍAZ, Daniela A. Calderón. Reconceituação e projeto emancipatório na Universidade Católica de Valparaíso. In: *A história pelo avesso: a Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, 2021.
- MARTINS, Caio. Teoria dos Novos Movimentos Sociais e Luta de Classes: uma leitura crítica de sua influência no Brasil. Tese (Doutorado em Serviço Social), UFRJ, 2016.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- _____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*; tradução de Rubens Enderle, Leonardo de Deus. 2.ed. São Paulo: Boitempo: 2010a.
- _____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. *Miséria da Filosofia*; tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2017c.
- _____. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*; tradução e notas de Nélcio Schneider; prólogo Herbert Marcuse. São Paulo : Boitempo, 2011.
- _____. *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital* / Karl Marx; tradução Rubens Enderle. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.
- _____. *O capital: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista* / Karl Marx; tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017b.
- _____. *Sobre a Questão Judaica*; tradução de Daniel Bensaïd, Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2010b.
- _____. *Teoria da mais-valia*. História crítica do pensamento econômico. São Paulo: Difel, 1983.
- _____. ; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*; tradução Rubens Enderle et. al. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. ; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2017d.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- _____. Em busca da Revolução Socialista: a trajetória da Polop (1961-1967). In: *História do Marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007.
- _____. Trabalhadores e Sindicatos no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2009b.
- _____. Trajetórias entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 1, n. 1, 2009c. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2009v1n1p51>.

_____. *Reorganizando em meio ao refluxo: ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009a.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.

MENANDRO, Heloísa. Reformas de Base. In: *Atlas Histórico do Brasil*. São Paulo: FGV, 2000. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/6355>

MENDES, Murilo. *A idade do serrote*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

MCCARTHY, John; ZALD, Mayer. Resource mobilization and social movements: a partial theory. In: *American Journal of Sociology*, n.82, 1977. Disponível em: <https://users.ssc.wisc.edu/~oliver/SOC924/Articles/McCarthyZald1977.pdf>

MELUCCI, A. The new social movements: a theoretical approach. *Social Science Information*, n.19, 1980, p. 199-226.

MÉSZÁROS, István. *A Teoria da Alienação em Marx*. São Paulo, Boitempo, 2006.

_____. Economia, política e tempo disponível: para além do capital. *Margem Esquerda*. São Paulo, Boitempo, 2003.

MONTAÑO, Carlos. *A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. *Identidade e Classe Social: uma análise crítica para a articulação das lutas de classes e antiopressivas*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2021.

MOTA, Ana Elizabete et al. (Orgs.). *Serviço Social no Nordeste: das origens à renovação*. São Paulo: Cortez, 2021.

MOTA, Ana Elizabete. *O feitiço da ajuda: as determinações do Serviço Social da empresa*. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 16, n. esp., 2013.

MOURA, Clóvis. Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 14, 1983. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20824>.

MUSSE, Christina Ferraz; GONÇALVES, Isabella de Sousa. A temática feminista no Unibairros, Jornal Alternativo de Juiz de Fora/MG da década de 1980. In: *Anais do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste*, Uberlândia, 2015b.

_____. Jornalismo Alternativo nos anos 1980, Unibairros de Juiz de Fora/MG e a participação popular. In: *Anais do 10º Encontro Nacional de História da Mídia*, Porto Alegre-RS: UFRGS, 2015a.

_____. Representação das minorias sociais no Unibairros, jornal alternativo da década de 1980: os movimentos negro e feminista nas páginas dos jornais. In: *Anais da XII Conferência Brasileira de Mídia Cidadã*, Juiz de Fora, UFJF, 2017.

MUSSE, Christina Ferraz. *Imprensa, cultura e imaginário urbano: exercício de memória sobre os anos 60/70 em Juiz de Fora*. Tese de Doutorado em Comunicação e Cultura, UFRJ. 2006.

_____. José Paulo Netto e a resistência cultural na imprensa de Juiz de Fora. In: *O marxismo impenitente de José Paulo Netto*. São Paulo: Outras Expressões, 2019.

NETTO, José Paulo. III CBAS: algumas referências para a sua contextualização. In: *30 anos de Congresso da Virada*. Brasília-DF: ABEPSS, 2009b.

_____. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2009c.

_____. *A luta de classes nunca tirou férias neste país*. [Entrevista concedida a Jornalistas Livres e ao Jornal Brasil de Fato]. Jornalistas Livres, novembro, 2015a. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/a-luta-de-classes-nunca-tirou-ferias-neste-pais/>.

_____. Apresentação. In: IAMAMOTO, M. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 8. ed. São Paulo: Cortez. 2011a.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: *Temporalis*. n.2 - ano II. Brasília: ABEPSS, Grafile. 2001.

_____. Conferência na comemoração dos 50 anos de fundação da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. *Libertas*, Juiz de Fora, v.8, n.2, 2008.

_____. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez. Coleção Questões da Nossa Época, n. 20, 1993.

_____. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 17.ed. São Paulo: Cortez, 2015b.

_____. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011b.

_____. Notas sobre marxismo e Serviço Social, suas relações no Brasil e a questão do seu ensino. *Cadernos ABESS*, 1995. Disponível em: <https://media.webfans.com.br/abepss/arquivos/anexos/o-marxismo-e-seus-rebatimentos-no-servico-social-jose-paulo-netto-joao-antonio-de-paula-201609020231020166010.pdf>

_____. O Déficit da Esquerda é Organizacional. *Revista Socialismo e Liberdade*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, 2009a.

_____. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. In: *Serv. Soc. e Soc.* n.84 - ano XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *O Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro*. Lusíada. Intervenção Social, 2015c. Disponível em: http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/1734/1/IS_42-45_13.pdf

_____. Para uma crítica da vida cotidiana. In: *Cotidiano, conhecimento e crítica*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: *Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016.

_____. *Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. Posfácio. In: COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2.ed. — São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serv. Soc. & Soc*, nº 50, São Paulo: Cortez, 1996.

OLIVEIRA, Caroline Rosa. *A interlocução entre o Serviço Social e os Movimentos Sociais através do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Juiz de Fora (CDDH-JF) no período de 1988-1996*. Trabalho de Conclusão de Curso, FSS/UFJF, 2023.

OLIVEIRA, Ednéia Alves de. *Redemocratização e Serviço Social: os caminhos do Serviço Social no Brasil pós-1985*. Curitiba: CRV, 2020.

OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PANDOLFI, Dulce; CORRÊA, Lucas; GAZIR, Augusto (Orgs.). *O Brasil de Betinho*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial: 2012. Disponível em: <https://ibase.br/obrasildebetinho/OBrasildeBettino.pdf>

PAULA, Hilda Resende; CAMPOS, Nilo de Araújo (Orgs.). *Clodesmidt Riani: trajetória*. Juiz de Fora: Ed. FUNALFA, UFJF, 2005.

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de; DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Um convite à rebeldia: Movimento Estudantil de Serviço Social no Diretório Acadêmico Padre Jaime Snoek - Faculdade de Serviço Social / UFJF*. In: *Libertas*, v.6, 2006.

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de. *Estratégias e Táticas: reflexões no campo do Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2016.

_____. *Se muito vale o já feito, mais vale o que será — Movimento Estudantil de Serviço Social: caminhos históricos e contribuições na formação profissional*. Monografia (Graduação em Serviço Social), UFJF, 2003.

PEREIRA, Luisa de Mello Correard. *Trabalhadores metalúrgicos de Juiz de Fora/MG: uma análise do movimento operário e sindical e do recurso à Justiça do Trabalho (1950-1960)*. Dissertação (Mestrado em História), UFJF, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/268?locale=pt_BR

PERES, Célia Fernandes Vilarinho. In: CFESS (Org.). *30 anos do Congresso da Virada*. Brasília, CFESS, 2009.

PERRUSO, Marco Antonio. *Em Busca do “novo”: intelectuais brasileiros e os movimentos populares nos anos 1970-80*. Tese (Doutorado em Sociologia), UFRJ, 2008.

PINHEIRO, Marcos Cesar de Oliveira. *Dos Comitês Populares Democráticos (1945-1947) aos Movimentos de Educação e Cultura Popular (1958-1964): uma história comparada*. Rio de Janeiro: UFRJ/IH/ Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2014.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A Revolução Brasileira*. 2.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão da trama do capitalismo contemporâneo. In: *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 2018.

RAMOS, Maria Helena Rauta. Para a análise dos movimentos sociais urbanos: da concepção de comunidade à teoria do valor trabalho em Marx. In: *Revista Praia Vermelha* (PPGSS/UFRJ). Rio de Janeiro, v.26, 2016.

REZENDE, Juliano Zancanelo; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Educação Popular no Brasil: uma sistematização de processos e experiências desenvolvidas nos anos 1940 a 1964. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 23, n.2, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/41360>

_____. Serviço Social e a Fundação Leão XIII: “é preciso subir os morros antes que os comunistas desçam”. In: *Anais do 18º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. Fortaleza: ABEPSS, 2024. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2024/oral/03530.pdf>

REZENDE, Juliano Zancanelo; SILVA, Laira Lúcia dos Santos. *O Diretório Acadêmico Padre Jaime Snoek*: considerações a partir de experiências e trajetórias militantes entre 2015-2018. In: *Libertas*, v.18, n.2, 2018.

REZENDE, Juliano Zancanelo. *O Serviço Social brasileiro da contracorrente dos Movimentos Sociais*: problematizações acerca da institucionalização da profissão no Brasil. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), UFJF, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/13873>

RIBEIRO, Brênio Peters et al. *A construção da imagem do Centro de Estudos Cinematográficos de Juiz de Fora pela mídia mineira*. In: *Anais do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – São Paulo*. 2011. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2011/resumos/R24-0371-1.pdf>

RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: Cristianismo e Marxismo. In: *História do Marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. *Classes sociais e representação*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SAES, Décio. Considerações sobre a análise dos sistemas de classe. In: *VVAA: Marxismo e Ciências Humanas*. São Paulo: Xamã, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza. *O Fórum Social Mundial*: manual de uso. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *Pela mão de Alice*. O social e o político da pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, Tiago Barbosa. *A participação política dos estudantes de Serviço Social na defesa e consolidação da direção social da formação*: a práxis política dos estudantes e a relação com a formação profissional. Trabalho de Conclusão de Curso — Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2007. 279 f.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça: a política social da ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

SARTRE, Jean-Paul. *Crítica da Razão Dialética*. [traduzido por Guilherme João de Freitas]. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2002.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais*. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

SILVA, Ana Paula Procópio e ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. *Bia Abramides: trajetória de vida e de luta pela democracia em distintos momentos históricos do Brasil e do Serviço Social*. Rio de Janeiro: Revista Em Pauta, n. 51, 2023.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. Trinta anos da revista Serviço Social & Sociedade: contribuições para a construção e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Lídia Maria Monteiro Rodrigues da. *Aproximação do Serviço Social à tradição marxista: caminhos e descaminhos*. Tese de Doutorado em Serviço Social. PUC-SP, 1991.

SILVA, Luciana Verônica da. *Associações: experiências de participação na redemocratização - movimentos comunitários em Juiz de Fora (1974-1988)*. Dissertação de Mestrado, Juiz de Fora, PPGH/UFJF. 2010

SILVA, Nicole Cristina Oliveira. *A contribuição teórico-metodológica do marxismo para a apreensão da questão étnico-racial no Brasil: reflexões para o Serviço Social*. Tese (Doutorado em Serviço Social), Juiz de Fora, UFJF, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/19222>

_____. *Entre conservadorismos e rupturas: análise das concepções de profissão orientadoras do trabalho dos/das assistentes sociais em empresas expressas da formação acadêmico-profissional de Serviço Social em Juiz de Fora de 1961 a 2016*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Juiz de Fora, UFJF, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/8228>

SILVA, Wellington Teodoro da; BAPTISTA, Paulo Agostinho N. A revolução nas origens da esquerda católica brasileira e a Teologia da Libertação. In: *Revista Sociedade e Cultura*, v.23, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/59752/35111>

SINGER, Paul. Movimentos de bairro. In: *São Paulo: o povo em movimento*. 4.ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1983.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOARES, Luanna Barbara Cavalcanti. *Paulo Freire e a Escola de Serviço Social de Pernambuco*. Recife-PE: Outras Veredas, 2022.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, v. 146. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/4XC6y7XCQj3L8RVFrSvGFGD/>

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TEIXEIRA, Rodrigo José. Fundamentos do Serviço Social: uma análise a partir da unidade dos núcleos de fundamentação das diretrizes curriculares da ABEPSS. Tese (Doutorado em Serviço Social), UFRJ, 2019.

TOURAINÉ, Alain. Desmistificando a Globalização. In: TOURAINÉ, Alain; MENDES, Candido. *Social Democracia e Desglobalização*. Rio de Janeiro: Educam, 2000.

_____. *La Sociedad Post Industrial*. Tradução (espanhol) de Juan-Ramón Capella; Francisco J. F. Buey. 3.ed. Barcelona: Ediciones Ariel, 1973.

_____. *O Pós Socialismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação – o positivismo, a fenomenologia, o marxismo*. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIDOS DO VIRADOURO. *Sou Viradouro, e faço o mundo sambar!* Samba-enredo do Carnaval 2014. Compositores: Gustavo Clarão, Diogo, Gigi da Estiva, Carlinhos Viradouro, China do São Carlos, Marcelinho Santos. Niterói: G.R.E.S. Unidos do Viradouro, 2014. Disponível em: <https://www.gresunidosdoviradouro.com.br>

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Diferentes atores em papéis diversos: a barganha política no palco da gestão participativa em Juiz de Fora (1983-1988)*. Mestrado em Ciência Política FAFICH/UFGM, 1990.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 2000.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. *Metamorfoses do Desenvolvimento de Comunidade e suas relações com o Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1993.

WEFFORT, Francisco. *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1984.

WOOD, Ellen Meiksins. Em defesa da História: o marxismo e a agenda pós-moderna. *Crítica Marxista*, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.3, 1996, p.118-127.

_____. O que é a agenda “pós-moderna”? In: *Em defesa da história: marxismo e o pós-modernismo*. Ellen Meiksins Wood, John Bellamy Foster (Orgs.) / [tradução: Ruy Jungman]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999, p. 7-22.

YASBECK, Lola. *As origens da Universidade Federal de Juiz de Fora*. Juiz de Fora, Editora UFJF, 1999.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos e as Tendências Contemporâneas no Serviço Social. In: *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas-SP: Papel Social, 2018.

APÊNDICE: Monografias e Relatórios de Estágio

ARAÚJO, Cristiane Garcia; REIS, Roseli Calinçane dos. *Relatório dos trabalhos de assessoria indireta do CDDH*. Juiz de Fora: CDDH, FSS/UFJF, 1995.

BARBOSA, Hébreia M. R.; MAGALHÃES, Helena Teixeira. *Educação Popular: uma alternativa para o Serviço Social*. TCC, FSS/UFJF, Juiz de Fora, 1990.

BARBOSA, Hébreia M. R.; VIEGAS, Maria A. R.; SILVA, SILVANA F.; COURI, Simone B.; PEDROSO, Tânia F. *Relatório de Estágio, 2º semestre - Vila Mello Reis*. Juiz de Fora: CDDH, FSS/UFJF, 1988.

BARBOSA, Hébreia M. R.; VIEGAS, Maria A. R. *Relatório de Estágio, 1º semestre - Vila Mello Reis*. Juiz de Fora: CDDH, FSS/UFJF, 1989.

CAMPANTE, Ester Marise de A. R.; DELGADO, Leila B.; OLIVEIRA, Maria da P. *Perspectiva de um trabalho de conscientização no bairro Jôquei Clube*. TCC, FSS/UFJF, Juiz de Fora, 1980.

CAMPOS, Sueli Netto. *O Serviço Social profissionalmente organizado em Juiz de Fora: visto por seus Assistentes Sociais*. TCC, FSS/UFJF, Juiz de Fora, 1966.

CARMO, Vania Cristina Seabra. *Associação da Comunidade como fator de Integração Social*. TEC, FSS/UFJF, Juiz de Fora, 1972.

CARVALHO, Ana Maria N. de; SOUZA, Ana Rita R.; TEIXEIRA, Cláudia E.; OLIVEIRA, Emilce M. de; FORTES, Vânia Maria D. *Análise das implicações políticas do trabalho comunitário no PACI Ipiranga*. TCC, FSS/UFJF, Juiz de Fora, 1986.

CONDÉ, Rosely S.; BARBOSA, Hebréia; GIOVANNINI, Ana Cláudia. *Estágio Supervisionado III [Relatório de Estágio]*. Juiz de Fora, CDDH, FSS/UFJF, 1989.

DELAGE, Ana Livia Coimbra; NICOLIS, Flávia C.; BRANDÃO, Juliana M. *Vazio profissional nos Movimentos Sociais: como não perder o trem da história?* TCC, FSS/UFJF, Juiz de Fora, 1992.

DIAS, Dayliane Duim; SOUZA, Roberta Ferreira de. *Democracia e cultura política no Brasil contemporâneo: as ONG's e os Movimentos Sociais na constituição da democracia participativa*. TCC, FSS/UFJF, Juiz de Fora, 1999.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; RIBEIRO, Odete Maria L.; LOURES, Silvana Lopes. *Relatório de Estágio da Fazenda do Yung*. Juiz de Fora: CDDH, FSS/UFJF, 1990.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; RIBEIRO, Odete Maria L. *Relatório de Estágio da Fazenda do Yung*. Juiz de Fora: CDDH, FSS/UFJF, 1991.

FIRMO, Andreia; CONDÉ, Rosely Salomão; GIOVANNINI, Ana Cláudia B.; CASTILHO, Simone Maria. *Relatório de Estágio - 1º semestre*. Juiz de Fora: CDDH, FSS/UFJF, 1989.

FRANCO, Regina M. S. e MENDES, Thomires de O. *Grupo Social: fator de integração comunitária*. TCC, FSS/UFJF, Juiz de Fora, 1975.

FREESZ, André M. S.; IBIAPINA, Clarice da C.; DELAGE, Maria C.; COELHO, Nádia C. de B. *Reflexão sobre a existência de um trabalho comunitário - São Pedro - 1982*. TCC, FSS/UFJF, Juiz de Fora, 1982.

GIOVANNINI, Ana Claudia B.; OLIVEIRA, Maria Amélia de; CONDÉ, Rosely Salomão. *Movimentos Populares: construtores de novas relações sociais num novo campo de atuação do Assistente Social*. TCC, FSS/UFJF, Juiz de Fora, 1990

GOMES, Antônia Cristina de Mello; RESTORI, Júlia Maria M. *O papel do Assistente Social nos Movimentos Sociais*. TCC, FSS/UFJF, Juiz de Fora, 1990.

LOPES, Julia M. S. de. *O que indivíduos e grupos podem fazer para a sua comunidade*. TEC, FSS/UFJF, Juiz de Fora, 1970.

MAGALHÃES, Mônica Macedo Coelho. *Os Movimentos Sociais Urbanos e a prática do Serviço Social*. TCC, FSS/UFJF, Juiz de Fora, 1987.

MAYER, André Luiz M.; HENRIQUE, Márcia Maria. *Um estudo sobre participação e a prática de assessoria do Serviço Social frente a questão da mobilização e organização popular*. TCC, FSS/UFJF, Juiz de Fora, 1990.

MELLO, Crisley Saldanha; SILVA, Loren Rocha da; REIS, Roseli C. dos. *ONG's: Dimensões Sociais e Políticas - Refletindo sobre o CDDH/JF*. TCC, FSS/UFJF, Juiz de Fora, 1997.

MELLO, Crisley Saldanha; SILVA, Loren Rocha da; REIS, Roseli C. dos; AFFONSO, Maria Inês de Oliveira. *Relatório de Estágio - 1º semestre*. Juiz de Fora: CDDH, FSS/UFJF, 1996.

MENDONÇA, Cassia S. M.; OLIVEIRA, Maria Amélia. *Relatório de Estágio: a prática na Fazenda do Yung*. Juiz de Fora: CDDH, FSS/UFJF, 1990.

NETO, Dalva J.; VIANNA, Nilce M.; FAJARDO, Patrícia M.; TEIXEIRA, Sonia E.; MELO, Uldinora C. B. de. *Movimentos Sociais: uma proposta de estudo da Associação profissional dos Empregados Domésticos de Juiz de Fora e do Grupo Consciência Negra*. TCC, FSS/UFJF, Juiz de Fora, 1987.

NETO, Eliana A. C.; LISBOA, Glaucia S. *Proposta de atuação do Serviço Social no sindicato dos bancários de Juiz de Fora*. TCC, FSS/UFJF, Juiz de Fora, 1988.

NOGUEIRA, Alzira Maria e SANTOS, Elizabeth Luciana. *Análise da Integração Social da comunidade de São Bernardo*. TCC, FSS/UFJF, Juiz de Fora, 1976.

OLIVEIRA, Edicéia E.; DELGADO, Zeneide T. *Serviço Social e Organização Sindical do Trabalhador Rural*. TCC, FSS/UFJF, Juiz de Fora, 1968.

PACHECO, Maria Emília Lisboa e VILLELA, Marilda Soares. *Emergência e Formação de Líderes num Trabalho Comunitário*. TEC, FSS/UFJF, Juiz de Fora, 1971.

PAULA, Andreia V. de; CONCEIÇÃO, Cláudia M. L.; SILVESTRE, Dulce M. A.; FONSECA, Flávia R. *Serviço Social e Sindicato: análise de uma prática acadêmica*. TCC, FSS/UFJF, Juiz de Fora, 1988.

PAULA, Eleine da C. A.; SIVERIO, Maria A. S.; RIBEIRO, Regina C. B.; LACERDA, Sandra M. G. *Perspectiva de atuação do Serviço Social junto aos sindicatos brasileiros*. TCC, FSS/UFJF, Juiz de Fora, 1979.

QUEIROZ, Maria de Fátima; SANTOS, Maria Helena dos; SOUZA, Zulma Maria Lima de. *Movimentos Sociais: área de intervenção profissional*. TCC, FSS/UFJF, Juiz de Fora, 1982.

RAYMUNDO, Wanya Faria. *Serviço Social num Sindicato de trabalhadores*. TEC, FSS/UFJF, Juiz de Fora, 1965.

ROCHA, Maria de Fátima S. Uma experiência de Serviço Social na comunidade de São Pedro. TEC, FSS/UFJF, Juiz de Fora, 1970.

SANTIAGO, Maria Regina. *Serviço Social de Grupo numa Comunidade Operária*. TEC, FSS/UFJF, Juiz de Fora, 1963.

SINHOROTO, Maria José S.; MAGALHÃES, Maria Cláudia D.; RAMOS, Silvia; MENDES, Vania M. N. *Centro de Defesa dos Direitos Humanos - Juiz de Fora: uma atuação do Serviço Social nos direitos humanos*. TCC, FSS/UFJF, Juiz de Fora, 1988.

TAVARES, Deizer M. dos S.; CAMPOS, Denise de C.; RIBEIRO, Elizabete L.; RESENDE, Raquel de A.; SALLES, Simone C. G. *Serviço Social e Educação Popular*. TCC, FSS/UFJF, Juiz de Fora, 1985.

TAVARES, Flávia Duarte; BALBI, Valéria Silveira. *Relatório de Estágio da Fazenda do Yung*. Juiz de Fora: CDDH, FSS/UFJF, 1992.

TEIXEIRA, Maria F. S. *Coesão no processo grupal*. TEC, FSS/UFJF, Juiz de Fora, 1979.

VIDON, Leila Marcia Carneiro e FARIA, Maria Isabel de. *A importância da dinâmica do processo na emergência e formação de líderes na comunidade*. TCC, FSS/UFJF, Juiz de Fora, 1976.

ANEXO 1: Roteiro para entrevistas

1) Trajetória de vida anterior ao ingresso do Serviço Social;

- Aspectos relacionados à militância, participação, contribuição com algum movimento social, sindical, organização política, luta social e processo de organização e mobilização popular.

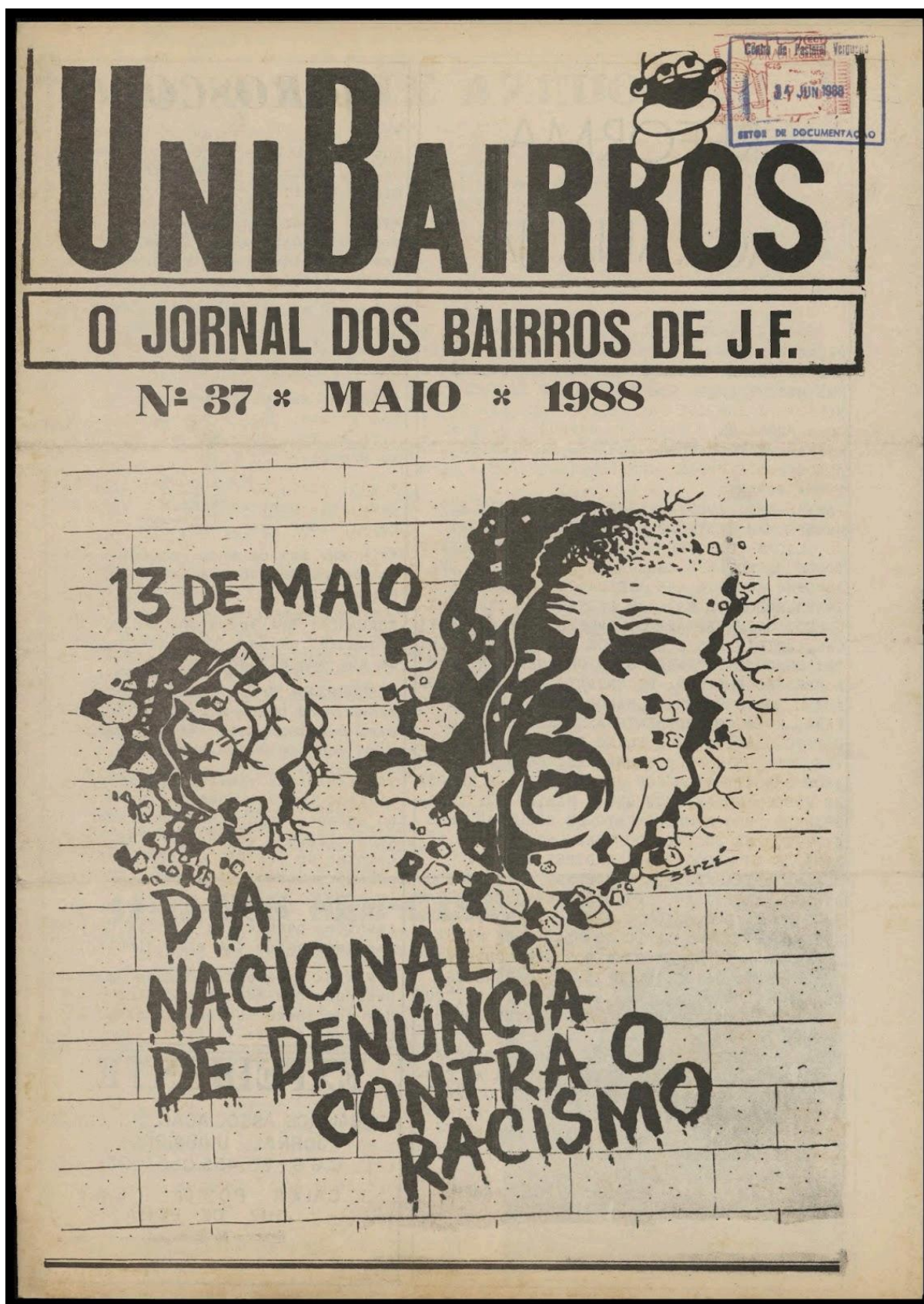
2) Motivação para ingresso no curso de Serviço Social e vida universitária;

- O que levou a cursar Serviço Social e qual o ano de ingresso no curso?
- O que destaca dos conteúdos da formação profissional (disciplinas, estágios, atividades de extensão e/ou pesquisa, incentivo de docentes e/ou colegas) que contribuíram para uma formação crítica e/ou que propiciaram sua formação política? Houve algum contato com o Método BH ou expressões da Intenção de Ruptura com o Conservadorismo?
- Participou de alguma experiência de estágio e/ou extensão em processos de organização e mobilização popular/sindical? Se sim, quais os desdobramentos dessa inserção para sua formação profissional e trajetória profissional posterior?

3) Trajetória profissional e a relação com as lutas e movimentos sociais (1960-1990):

- Inserção como assistente social (incluindo o exercício da docência) em qual espaço sócio-ocupacional? Quando?
- Houve vínculos com movimentos sociais e processos de organização, mobilização e reivindicação no território desses espaços de trabalho?
- Acredita que o trabalho desenvolvido em parceria com os processos de organização e mobilização popular/sindical favoreceu as lutas sociais? De quais formas?
- Conhece outras experiências do Serviço Social no município em processos de mobilização popular e engajamento nas lutas sociais nesse período?
- Existe alguma informação e/ou reflexão que você gostaria de fazer sobre a relação da profissão com os movimentos e lutas sociais em Juiz de Fora que não foi perguntado?
- Algum complemento que gostaria de fazer para esta entrevista?

ANEXO 2: Jornal Unibairros



Fonte: Reprodução do jornal *Unibairros*, Juiz de Fora, nº37, maio, 1988. Acervo pessoal.

REFORMA AGRÁRIA JÁ

NO DIA 14 DE ABRIL, O COMITÊ PRÓ-PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONSTITUINTE PROMOVEU O 1º GRANDE LEILÃO DE GALINHAS DE JUIZ DE FORA. UMA MANIFESTAÇÃO POLITICA ACIMA DE TUDO. UM REPÚDIO À UDR QUE FAZ LEILÕES DE CADO EM TODO O PAÍS COM O OBJETIVO ESPECÍFICO DE ASSASSINAR TRABALHADORES RURAIS, SINDICALISTAS, ADVOGADOS E PADRES COMPROMETIDOS COM A REFORMA AGRÁRIA.

VÁRIAS ENTIDADES COLABORARAM COM MAIS ESTA GRANDE MANIFESTAÇÃO QUE REALIZOU-SE JUNTO AO PLACAR "DE OLHO NELES" NO PARQUE HALFELD TODOS OS SETORES ENGAJADOS NA LUTA POR UMA REFORMA AGRÁRIA QUE ATENDA OS INTERESSES DO TRABALHADORES, ESTAVAM PRESENTES. TRABALHADORES, UNIVERSITÁRIOS, PROFESSORES, DOMESTICAS, UNIBAIRROS E PARTIDOS POLITICOS DE LUTA. OS CONSTITUINTE MAIS UMA VEZ SENTIRAM A PRESSÃO POPULAR. NO ENTANTO, NO DIA 15 DE ABRIL, MAIS UM TRABALHADOR RURAL, NO SUL DO PARÁ, FORA COVARDEMENTE ASSASSINADO PELOS LATIFUNDIÁRIOS. JUSCELINO RODRIGUES DOS SANTOS, PAI DE 4 FILHOS MENORES, CAIU VITIMADO APÓS SER ATINGIDO POR UM PROJÉTIL. A ESPOSA DE JUSCELINO AFIRMOU QUE O MARIDO FOI ASSASSINADO PELO SIMPLES FATO DE RECLAMAR SEUS DIREITOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO. ESTA É A SINA DE INÚMEROS TRABALHADORES RURAIS.

SEMANA RETRASADA FOI CONDENADO A 18 ANOS E 6 MESES DE PRISÃO, GERALDO RODRIGUES COSTA, PISTOLEIRO QUE MATOU O PADRE JOSIMO TAVARES JOSIMO FOI ASSASSINADO NO DIA 10 DA MAIO DE 1986. SOMENTE OS PISTOLEIROS SÃO CONDENADOS OS LATIFUNDIÁRIOS, OU SEJA, OS MANDANTES, GERALMENTE NÃO SÃO presos pela policia, QUE NA MAIORIA DAS VEZES SÃO CONIVENTES COM O CRIME.

NO DIA 10 DE MAIO DE 1988, 2 ANOS DO ASSASSINATO DE JOSIMO, A CONSTITUINTE DÁ AS COSTAS AO POVO BRASILEIRO E JUNTO COM O CENTRAO E GRANDE PARTE DO PMDB E A UDR ELIMINAM A ULTIMA ESPERANÇA DE TER A REFORMA AGRARIA GARANTIDA NA LEI. O BRASIL PERDEU. OS TRABALHADORES PERDEU OUTRA VEZ. MAS NA LEI OU NA MARRA NÓS VAMOS GANHAR.

HOROSCOPO ²

*ARIES: Seja prudente ao fechar qualquer tipo de negócio. lembre-se que a missão do FMI está no País Olho vivo!!!!

*TOURO: O Sol no seu signo se desarmônica ligeiramente com Saturno, portanto fique atento às decisões da Constituinte.

*GÊMEOS: Nesta fase seu regente Mercurio vibra em grande harmonia com a Lua, só não dá pra voce vibrar com o preço do açúcar.

*CÂNCER: Se isolar pode não ser uma boa pedida. Não fique no papel de vítima, lute por uma justiça social no Brasil.

*LEAO: Curta as horas de tranquilidade, mas perceba também a hora de reivindicar seus direitos.

*VIRGEM: Aja de modo natural e espontaneo e descubra a natureza. LUTE PELO VERDE.

*BALANÇA: Boa época pra cuidar de pequenas coisas, como participar de sua comunidade.

*ESCORPIAO: Principalmente pela manhã voce tende a estar com pique para batalhar pela REFORMA AGRARIA Lute por ela o dia todo.

SAGITÁRIO: As visitas, passeios ou viagens longas podem ser agradáveis no entanto, não dando pra fazer viagens, ligue a cobrar para os constituintes do CENTRAO e cobre deles suas promessas.

*AQUARIO: Ir a festas, teatros, reuniões parece que é coisa de rico mas vocetambém tem esse direito.

*PEIXES: Aproveite e fique em casa. Desfrute dos momentos de intimidade aconchego. Um bom descanso faz bem para depois voltar à luta.

EXPEDIENTE

UNIBAIRROS ASSOCIAÇÃO CULTURAL
JORNAL UNIBAIRROS
C.G.C. 20.455.085/0001-00
CAIXA POSTAL 647
JUIZ DE FORA
MG

4

VOCÊ SABIA?

que a escravidão durou 372 anos? Que mais de 15 milhões de negros foram seqüestrados da África, e submetidos no Brasil, América e Caribe à mais cruel e violenta exploração humana, econômica e cultural? E que ao mesmo tempo que ocorria a dizimação da África, massacravam as nações indígenas do nosso continente?

que fomos os primeiros trabalhadores do país? Que com a tal da Abolição fomos expulsos do processo de trabalho? E que hoje formamos a classe operária produzindo coletivamente a riqueza do país, mas sem acesso aos bens que resulta do nosso próprio trabalho?

que o Brasil foi o último país do mundo a abolir formalmente a escravidão, ou seja, o trabalho escravo?

que o Brasil têm a maior população negra do mundo, depois da Nigéria? Que segundo o Censo do IBGE de 1980, somos 44,5% da população? E que isso significa mais de 50 milhões de pessoas excluídas da participação política, econômica, social e cultural do país? Excluídas das decisões políticas e da distribuição da renda?

que nós negros, homens e mulheres, ontem e hoje, sempre lutamos contra a escravidão, o racismo e a exploração? Que ontem os negros organizaram QUILOMBO para resistirem contra a opressão? Que em Minas Gerais existiram vários quilombos, entre eles, o de Campo Grande e o do Ambrósio? E que hoje existe o MOVIMENTO NEGRO organizado em todo o país em entidades políticas, culturais, religiosas e recreativas?

que na história de lutas do negro, O QUILOMBO DOS PALMARES resistiu durante cem anos ao exército colonial português? E que o dia 20 DE NOVEMBRO — Aniversário da morte de ZUMBI — último líder de Palmares — foi transformado pelo MOVIMENTO NEGRO no DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA?

que é na Cultura negra — candomblé, umbanda, afoxês, blocos afros, capoeira, escolas de samba, pagodes, jongo, tambor de minas, maculelê, congadas, folias, blocos carnavalescos, reggae, funk, soul, blues, jazz, danças — que o Negro afirma a sua identidade, se organiza e constrói a sua visão de mundo? Portanto é importante o respeito, a preservação e a valorização da nossa Cultura? E que devemos combater a descaracterização, a comercialização e folclorização da Cultura Negra?

que na escravidão os “senhores” brancos usavam as Mulheres Negras como objeto sexual para se divertirem e depois de cem anos a situação ainda é a mesma? Que o Homem Negro também é machista? Que a maioria das Mulheres Negras trabalham dentro e fora de casa como empregadas domésticas, num regime de semi-escravidão, sem tempo prá elas mesmas e os mínimos direitos trabalhistas? E que a mulher negra é o sustentáculo da nossa organização comunitária e cultural, mas continua sendo triplamente discriminada, isto é, enquanto negra (raça), mulher (sexo) e pobre (classe)?

que os negros são maioria dos 14 milhões de desempregados do país? Que nas épocas de crise são os primeiros a ir prá ruas? Que somos discriminados nos locais de trabalho? Que fazemos os trabalhos considerados sem valor e temos os menores salários? E que na admissão ao emprego somos discriminados pela exigência de “boa aparência”, forma sutil e disfarçada da discriminação racial?

que nós negros não temos as mesmas chances que os brancos têm de estudar? Que a História do Negro no Brasil, a História da África e da nossa cultura não são ensinadas nas escolas? Que os livros didáticos e de literatura passam uma imagem inferiorizada e subalterna do negro e da mulher? Que há 25 milhões de crianças sem estudar, destas mais de 18 milhões são negras? E que o Racismo é uma das causas principais da evasão escolar? E que a maioria das 36 milhões de crianças abandonadas, famintas e sem teto são crianças negras?

que a população negra, em sua grande maioria, mora nas periferias, favelas e cortiços, sem moradia decente, água, esgoto e acesso à assistência médica e transporte decente? E que nas áreas rurais constitui a maioria dos Sem-Terra e dos Bóias-Frias? E que só no ano de 1985, foram assassinados no campo mais de 285 rurais, cujos assassinos são conhecidos e até hoje não foram punidos?

6 FÁTIMA NA LUTA

Este é o GRITO de um povo já cansado de esperar. Cansado de tantas promessas mentirosas e de tantos discursos vazios. Fátima não aguenta esperar mais. Exige água encanada em todas as casas, pois sabe que isto não é um favor da Prefeitura, mas sim um direito seu, uma vez que os seus moradores pagam todos os impostos.

CHEGA DE PROMESSAS E CONVERSA FIADA; QUEREMOS ÁGUA!!!

SPM DE FÁTIMA

DÊ UM PIO

NAO MORRA SEM DAR UM PIO

A Marinha brasileira está construindo em Iperó (município perto de Sorocaba - S.P.) uma Usina de enriquecimento de urânio e o reator de um submarino nuclear.

Essas instalações podem viabilizar construção da BOMBA ATÔMICA BRASILEIRA. Contra isso, foi realizado em Sorocaba, e em Juiz de Fora, durante todo o dia 7 de maio um grande movimento com manifestações e shows, com a presença de entidades e artistas locais.

NAO QUEREMOS SER ALVO! NAO QUEREMOS A BOMBA!! NAO MORRA SEM DAR UM PIO.

Movimento Contra a ameaça Nuclear

GRITO DO IPIRANGA

É mais uma vez nos decepcionamos com a Administração "TODOS JUNTOS", esta que se diz democrática e até mesmo progressista. Mas ignora a democracia quando arbitrariamente, em 1984, transferiu do Centro Comunitário do Ipiranga a Assistente Social que trabalhava no bairro - Lili. Esta que tinha um ótimo trabalho junto à comunidade, um trabalho não assistencialista, mas sim de consciência e questionamento.

Como se não bastasse, hoje em 1988 a SEBES, na pessoa do Dr. João César, coloca a baixo todo o sentido da palavra "TODOS JUNTOS", mostrando que de democracia não existe nada na SEBES, pois o autoritarismo e arbitrariedade está sempre presente. E para provar isso, mais outra Assistente Social é transferida. Para a SEBES não interessa se vai ou não interromper o trabalho que está sendo feito com a comunidade, não adianta os insistentes apelos da comunidade, provando que um bom trabalho está sendo desenvolvido e por isso é preciso que se dê continuidade. Nada nos tira da cabeça que foi um remanejamento político pois, a questão chega também na própria desativação do Centro Comunitário. Pensem nisto!!!

SPM DO IPIRANGA

ACORDA PEÃO

O CANTO DO GALO É O 1º SINAL DO NOVO DIA. ACORBATADO MUNDO. A COMEÇAR PELO PEÃO, TANTO O DA ROÇA COMO O DA CIDADE. MESMO QUE ESSE, AS VEZES NÃO TENHA UM GALO. UM "CÔ CÔ RO CÔ" TEM LÁ SUA IMPORTANCIA. MAS TEM PEÃO QUE NÃO ACORDA COM O CANTO DO GALO. NÃO ESCUTA OU NÃO ENTENDE. ACORDA PEÃO! O PAO SUBIU DE NOVO. O CAFÉ NÃO ESTÁ NA MESA. O AÇÚCAR TÁ DIFÍCIL DE COMPRAR.

ACORDA PEÃO! O ÔNIBUS TÁ ATRASADO. LOTADO TODO DIA. O PREÇO DA PASSAGEM JÁ

NAO É O MESMO.

ACORDA PEÃO! OLHA A TUA CIDADE, TUA RUA QUANTO ABANDONO DAS AUTORIDADES! LEMBRA DITADO? !"QUEM PROMETE, CUMPRE."

ACORDA PEÃO! O SARNEY QUER FICAR 5 ANOS A U.D.R. É CONTRA A REFORMA AGRÁRIA. O CENTRAO SE MANTÉM REACIONÁRIO. SAI PRA LÁ, URUBUS!

ACORDA PEÃO!

O GALO ESTÁ CANTANDO

UNIBAIRROS

E O LEITE AZEDOU (2ª) 7

Da mesma forma como se pega o peixe (pela boca) o Governo dos ricos, que comandam nosso país, quer pegar nosso povo! (Será que já pegou?).

Cada vez mais explorado, o trabalhador brasileiro tem seu salário reduzido, seja com ou sem o congelamento da URP (Unidade de Referência de Preços para reajuste dos salários de acordo com os preços), passando a viver cada vez mais uma situação de completa miséria ou quase isto, as pessoas (menos as ricas) tem que, dia após dias, reduzir seus gastos com alimentação; porque tudo mais ele já deixou de fazer pra economizar!

Aí vem o bonzinho do Governo do PMDB e PFL e dizendo preocupar-se com o povo, passa a distribuir alimento de graça (é o tique de leite!) só que junto disso, pede a esse mesmo povo pra continuar votando nos ricos e em seus representantes ou seus partidos (PMDB, PFL, PDS, PTB, PDC, PL, e outros que podem surgir por aí!), porque se eles saírem, o leite pode acabar (ou vai acabar na verdade, quando o povo governar o país, é a vaquinha onde os ricos tem mamado cada dia mais riquezas!)

O QUE FAZER PARA SE DEFENDER?

a - Esta foi a pergunta feita por uma senhora, mãe de família, numa reunião para distribuição do leite. Então vamos pensar juntos: (PARA AGIRMOS JUNTOS)

- Na história do povo brasileiro, foi sempre aproveitando-se da miséria das pessoas, suas necessidades e dificuldades, que os políticos e os gover-

nos conseguiram se manter no poder e mandando em nossas vidas (dizendo o quanto devemos ganhar, que direitos temos e o que podemos ou não fazer!). Pois quem nunca viu um político distribuir presentes ou prometer-los se for eleito?

Mas os políticos continuam sendo elitizados, e no entanto a miséria continua e fazendo muita gente acreditar que não tem jeito de acabar.

Só poucos falam em acabar com a boa vida dos ricos capitalistas deste país! Pois para continuarem se enriquecendo, muitos estão ganhando cada vez menos (é só ver os aposentados, pensionistas e assalariados.).

Será que não seria a vez da gente ao invés de só pedir e agradecer aos ricos por nos ajudarem, deveríamos passar a exigir que nossa gente, o povo trabalhador e assalariado deste país, mande mais e defenda seus interesses de CLASSE TRABALHADORA?

Pois de nada adianta ficar calado, votar em branco ou desanimar, porque os ricos assim vão continuar mandando na vida deste país, e principalmente na vida política deste país.

PENSE BEM! Quanta gente está nessa situação? Pois só no mês passado a Prefeitura filiou no seu partido, o PMDB, 20 mil pessoas na mesma situação sua (que recebe o tique de leite ou é funcionário da Prefeitura, ou usa a creche da PJF), "provando", segundo o prefeito Tarcísio Delgao, "que o PMDB não está morto"

PENSE BEM EM TUDO ISSO!!!

A LUTA DOS SEM-CASA

O MOVIMENTO DOS "SEM CASA" DO BAIRRO SANTO ANTONIO, INICIOU SUA LUTA NO ANO PASSADO: A LUTA PELA MORADIA!

SÃO MAIS DE 100 FAMILIAS VIVENDO EM CONDIÇÕES PRECÁRIAS OU AMEAÇADA DE SEREM DESPEJADAS. ESTA SITUAÇÃO É CONSEQUÊNCIA DA POLÍTICA DESSA "NOVA REPÚBLICA" QUE FAVORECE AO GRANDE (EMPRESÁRIOS, FAZENDEIROS E MULTINACIONAIS) EM PREJUÍZO DAS CLASSES POPULARES QUE PRODUZEM AS RIQUEZAS DESSE PAÍS. MAS QUEM DESFRUTA DESSAS RIQUEZAS? OS "SEM CASA DO SANTO ANTONIO"? NÃO!!! FOI PERCEBENDO ISSO QUE OS SEM CASA INICIOU SUA LUTA. JÁ CONQUISTARAM UM TERRENO, QUE UM FAZENDEIRO DIZIA SER DELE. O POVO RESISTIU, ENFRENTOU JA GUNÇOS. CONSEGUIRAM PROVAR QUE O TERRENO ERA DA PREFEITURA. HOJE ESTÃO LÁ, INICIANDO A CONSTRUÇÃO DE SUAS CASAS. A LUTA CONTINUA



EDITORIAL

"O 13 DE MAIO NÃO É NOSSO DIA"

"NOSSO DIA É O 20 DE NOVEMBRO: DIA DE ZUMBI"

13 de Maio não é nosso dia. Nada de festas e comemorações. Não temos o que festejar. Na realidade não houve abolição. Quem ficou livre foram os senhores de terra e os capitalistas para explorar ainda mais o negro ex-escravo, os trabalhadores.

Que liberdade é essa que negou aos homens, mulheres e crianças negras, o acesso à terra, ao emprego, ao salário digno, saúde e educação.

Se na escravidão o racismo serviu para legitimar a coisificação do negro, depois da malfadada "lei Áurea", o racismo serve para justificar as péssimas condições de vida do nosso povo. O racismo é um instrumento de opressão, de exploração econômica, controle e dominação social.

Portanto, não podemos compactuar com o caráter festivo e comemorador do tal centenário da abolição, preparado pela comissão oficial do governo Sarney. Este projeto da "Nova República" busca desmobilizar o Movimento Negro autônomo e independente do Estado e cooptar as lideranças negras e populares. Além disso tenta capitalizar em cima das datas históricas da resistência negra, diluindo o conteúdo da luta contra o Racismo, a Dis-

criminação Racial e a exploração.

O 13 de Maio é uma data da história oficial das classes dominantes. Nós do Movimento Negro Autônomo não compactuamos com o Estado, o Governo da Nova República e as Elites Burguesas que sustentam este sistema capitalista e excludente e mantêm relações com o regime mais racista, fascista e criminoso do mundo — A África do Sul.

Por isso, o 13 de Maio é o DIA NACIONAL DE DENÚNCIA DO RACISMO. O ano de 1988 é um ano de muitas lutas. Estamos nas ruas lutando contra esta ordem social injusta. Lutando contra o Racismo e a Discriminação racial, Lutando contra a exploração sob os trabalhadores. Lutando contra a Constituinte reacionária e contra este governo ilegítimo. Enfim reafirmando a nossa luta e compromisso por uma sociedade livre das barreiras raciais, sexuais, sociais e de classes.

"A felicidade do Negro é uma felicidade guerreira
A luta continua,
a vitória é certa.
Muito Axé

Juiz de Fora(MG), maio de 1988

FALA DOM BOSCO

Os moradores tem se reunido periodicamente pra discutir os problemas do bairro. No dia 7 de maio, o assunto mais comentado foi o ÔNIBUS: excesso de passageiros, horários não cumpridos, pouco caso da prefeitura em colocar mais ônibus, baseando-se em pesquisa para comprovar o fato, mas até agora não foi feita. A SPM tem ido à SETTRA pra saber das providências. Não estamos acomodados.

SPM DOM BOSCO



S.O.S.⁸
U.F.J.F.

CURSOS PARALISADOS, QUALIDADE DE ENSINO COMPROMETIDA, HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FECHADOS, PESQUISA INTERROMPIDA, EVASÃO DE CIENTISTAS. ESTE É O QUADRO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA.

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA É UM RETRATO FIEL DOS PROBLEMAS ACIMA RELACIONADOS. O GOVERNO SARNEY, SOB O PRETEXTO DE CONTER DESPESAS, DECRETOU O PACOTE DE ABRIL QUE AGRAVA SUBSTANCIALMENTE AS CONDIÇÕES DE VIDA DA NOSSA UJF. É NECESSÁRIO UMA AMPLA MOBILIZAÇÃO EM TORNO DO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO QUE ENCONTRA-SE TREMENDAMENTE AMEACADO. A COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA NA SUA MAIORIA, ESTÁ APÁTICA DIANTE DO PERIGO DE VER O ENSINO TOTALMENTE PRIVATIZADO. A DESMORALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E GRATUITA SÓ INTERESSA AOS DEFENSORES DA PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO. E NESTE ASPECTO, O SR. HUGO NAPOLEÃO (MINISTRO DA EDUCAÇÃO) CONTRIBUI DE FORMA DECISIVA. APROXIMA-SE A DATA DA VOTAÇÃO DO CAPÍTULO REFERENTE À EDUCAÇÃO E OS SETORES PRIVATISTAS JÁ ESTÃO COM UMA EMENDA PRONTA, QUE VISA INSTITUIR NO BRASIL O ENSINO PAGO. SÃO QUASE 9 MIL PESSOAS QUE DIRETAMENTE FAZ PARTE DA UJF, E SE NÓS NÃO MOBILIZARMOS DE FORMA CONSEQUENTE, PODEREMOS OBSERVAR DE FORMA COVARDE O FIM... NÃO PERMITAMOS

ANEXO 3: Manifesto de movimentos populares em apoio à Lula (PT, 1989)

SEM MEDO DE SER FELIZ

Estou vendo a esperança

Quando em política, se fala de esquerda e de direita, o que isto quer dizer? VEJAMOS:

ESQUERDA

Vencemos o PRIMEIRO TURNO. Agora temos que votar novamente. Mas, o que é SEGUNDO TURNO? No dia 17 de dezembro vai ter outra eleição e vamos escolher um dos dois candidatos: LULA ou COLLOR. São dois candidatos com propostas completamente diferentes para governar o país!

O que está em jogo é o FUTURO DO PAÍS E DE CADA UM DE NÓS. Você já deve ter ouvido falar que os partidos de direita estão apoiando Collor e que os partidos de esquerda estão apoiando Lula.

Estamos falando daqueles que fazem da política uma ferramenta para defender os direitos do povo, dos trabalhadores, dos empobrecidos.

Os políticos da esquerda, há muitos anos lutam junto com o povo para que tenhamos um país onde todos possam trabalhar, ter onde morar, plantar, ter escola, saúde. Lutam para que todos possamos participar das decisões que são tomadas pelos governantes.

Assim a esquerda busca transformar a sociedade para que os direitos sejam iguais para todos. Para que as leis não mais estejam a serviço dos poderosos, dos tubarões, para oprimir o povo.

LULA representa os interesses de todos que vivem de salário, dos sem-terra, dos sem-casa, dos que defendem a natureza. Enfim, de todos aqueles que sempre foram deixados de lado, na hora de decidir o futuro do país, o nosso futuro.

LULA

É filho de trabalhadores rurais. Foi para São Paulo como retirante da seca. Trabalhou desde cedo, sendo entregador de tinturaria e auxiliar de escritório até se tornar metalúrgico.

Se formou na luta e foi um grande líder sindical. Demonstrou grande capacidade de negociação, enfrentando os patrões.

Em 1979, organizando trabalhadores, lutou contra o arrocho salarial e pela democracia, em plena ditadura militar. Foi fundador da CUT e do Partido dos Trabalhadores. Eleito Deputado Constituinte, em 1986 (o mais votado do Brasil), destacou-se pela sua atuação na elaboração da nova constituição. Tirou nota dez, votando em todos os projetos que beneficiaram os trabalhadores.

No 1º turno, enfrentou todos os candidatos, comparecendo aos debates, deixando claro suas propostas, enquanto outros candidatos não compareceram para dizer a que vieram.

DIREITA

Estamos falando daqueles que fazem da política um instrumento para dominar o povo. Essa ferramenta, que é a política, fica a serviço dos patrões, dos banqueiros, dos fazendeiros latifundiários, dos marajás.

Ela é usada para que eles continuem no poder, para não perderem os privilégios que eles desfrutam há séculos, às custas do suor dos que trabalham.

Eles conhecem bem as necessidades do povo. Falam bonito e prometem mundos e fundos. Toda eleição é a mesma ladainha.

Só que, na verdade, não querem e não podem resolver os problemas, pois sua riqueza depende da miséria e da exploração do povo.

A "direita" não quer a transformação da sociedade. Quer mantê-la como está, com leis que escondem a sua dominação.

COLLOR representa esses interesses, os interesses daqueles que sempre estiveram no poder e são responsáveis pela situação de miséria da grande maioria da população.

COLLOR

É filho de família tradicional, rica e poderosa de políticos do Nordeste, Alagoas. É político antigo. Se diz contra os políticos, mas, já passou por partidos conservadores como ARENA, PDS, e PMDB. Seu partido atual, PRN, foi criado para lançar sua candidatura e acomodou velhos políticos que tentam mostrar uma cara nova.

Em 1979, foi nomeado, pela ditadura militar-ARENA, prefeito biónico de Maceió.

É ligado aos interesses de empresários e latifundiários. É dono de jornais, rádios e televisão associada a Rede Globo.

Como Deputado, Prefeito e Governador, defendeu os interesses da classe dominante.

Na elaboração da nova constituição, os políticos que hoje aderiram a Collor votaram contra os interesses dos trabalhadores. Faziam parte do chamado Centrão.

Fonte: Reprodução de Barbosa e Magalhães (1990).

É PRECISO CORTAR O MAL PELA RAIZ

A direita governa o país há muito tempo e, ano após ano, a miséria, a fome, a violência de todas as formas – no campo e na cidade – aumenta.

Mais uma vez, a direita para continuar por cima, inventou o candidato COLLOR que se apresenta frente ao povo como solução de todos os problemas. Temos que estar atentos e não caímos no conto do vigário, pois, Collor é um lobo com pele de cordeiro.

Para Collor cumprir o que promete, teria, no mínimo, que atacar 4 pontos:

- melhor distribuição das terras com uma verdadeira Reforma Agrária;
- que os alimentos produzidos no Brasil atendam primeiro às necessidades do nosso povo;
- suspender o pagamento da dívida externa, parando de enviar nossas riquezas para os banqueiros internacionais, até que se saiba o que deve ou não

ser pago.

- distribuição de renda, aumentando os salários e diminuindo os lucros dos grandes empresários.

Para cortar o mal pela raiz é preciso **MEXER NOS LUCROS DOS DOMINADORES**. Você conhece algum fazendeiro que queira dividir suas terras e seus lucros com os trabalhadores? Você conhece algum grande empresário que queira dividir os lucros com os operários? Você conhece algum banqueiro que empreste dinheiro sem cobrar altas taxas de juros?

A política dos **PATRÕES SEMPRE VAI DEIXAR O POVÃO DO LADO DE FORA**.

Como pode o Collor, sendo representante dos dominadores, cumprir o que diz?

AI ESTÁ A GRANDE FARSA!

Ele não vai puxar o tapete que está debaixo dos seus próprios pés!

VALEU A ESPERA

TEMOS QUE TER SABEDORIA PARA APROVEITAR A OPORTUNIDADE.

Pela primeira vez na história do país, temos um candidato à **PRESIDÊNCIA DO BRASIL**, que é o verdadeiro representante dos interesses populares: **LULA**.

LULA como trabalhador e com sua inteligência, hoje nos cria a oportunidade de dar um **BASTA** em tudo que está aí.

LULA, com a Frente Brasil Popular e todos os partidos de esquerda que o apóiam, somado à vontade da grande maioria do povo é quem pode fazer as grandes transformações que o Brasil precisa:

- oportunidade de emprego, educação, saúde, moradia e transporte para todos.
- melhores salários.
- reforma agrária.

Somente **LULA**, feito de povo, trabalhador que viveu na pele o sofrimento dos empobrecidos, poderá enfrentar os poderosos de dentro do Brasil e de fora, para fazer realidade o programa que anuncia.

ATENÇÃO

Não fique em dúvida.

Temos poucos dias para decidir o rumo que o Brasil vai seguir.

Se Collor ganhar, o Brasil continuará dominado pelos poderosos por mais cinco anos.

Se **LULA** ganhar, pela primeira vez o povo vai ter chances de participar na construção do futuro do Brasil.

Procure entender mais sobre tudo que está em jogo nessa eleição.

Nós, Entidades, Pastorais e Movimentos, com este documento, queremos ajudar você a conhecer melhor

esse jogo. Sabemos que a responsabilidade de todos fica maior nesse ano, pois conquistamos o direito de escolher o presidente que irá governar. O Brasil não vai mudar de um dia para o outro. Temos que saber **PLAN-TAR A SEMENTE CERTA E CUIDAR DELA**.

Vamos nos organizar em cada bairro, em cada comunidade e no local de trabalho.

Procure seus companheiros, seus vizinhos, seus amigos. Discutam, decidam e entrem na luta para garantir a eleição de **LULA**, seu governo e a defesa dos interesses do **POVO!**

ANSUR-MG (Articulação Nacional do Solo Urbano) – CIMI (Conselho Indigenista Misionário) – CPT-MG (Comissão Pastoral da Terra) – ANAMPOS (Articulação Nacional dos Movimentos Populares) – CONAM-MG (Confederação Nacional das Associações de Moradores) – Unibairros – Comissão Pró-Central/JF – URBES – FAMENG – SPM Santa Eufênia – SPM Dom Bosco – SPM Santa Cecília – SPM Ipiranga – SPM Sagrado Coração – Associação de Moradores do Mundo Novo – SPM Santa Luzia – SPM Barreira do Triunfo – SPM São Benedito – Associação Todos Juntos (Sta Luzia) – Comissão de Possessores – Movimento de Evangelização – QDDH (Centro de Defesa dos Direitos Humanos)